O novo governo dos indivíduos

Controles, crenças e hierarquias

Danilo Martuccelli

PLATAFORMA DEMOCRÁTICA
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG

FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, dedicada ao fortalecimento das instituições e da cultura democrática na América Latina, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações na sociedade e na política da região e do mundo.

Diretores: Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Revisão: Lia Cremonese
Projeto Gráfico e Diagramação: Felipe Martins

Copyright © Edições Plataforma Democrática
São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Martuccelli, Danilo
O novo governo dos indivíduos: controles, crenças e hierarquias [recurso eletrônico] / Danilo Martuccelli. – 1. ed. – São Paulo : Edições Plataforma Democrática, 2025. PDF. 584 páginas

Disponível em: https://fundacaofhc.org.br
ISBN 123456789000

1. Ciências sociais. 2. História 3. Sociedade. 4. Estado – formas de governo. I. Martuccelli, Danilo. II. Título.

CDU: 321

Jéssica Almeida – Bibliotecária – CRB-8/10593

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

Sumário

Prefácio 9

Introdução 13

PARTE UM: PROBLEMATIZAÇÕES

Capítulo 1: Repensando o governo dos indivíduos 21

I. O problema da ordem social 23

II. A elasticidade do mundo social e a ação heterogênea 30

1. No início, a ação é heterogênea 30

2. O gênio sociológico de Cervantes 35

III. Como governar indivíduos? Três paradigmas 38

IV Governar em um mundo social elástico 46

V. Controles, crenças e hierarquias 51

Capítulo 2: Principais transformações 60

I. A Revolução dos Controles 61

1. Ampliação e intensificação dos controles factuais 61

2. Divulgação dos controles 67

3. A generalização das práticas de avaliação 70

II. A metamorfose das crenças 73

1. Manipulações 74

2. Confrontos 76

3. Perguntas 81

III. A reviravolta das hierarquias 86

1. A crise do carisma 86

2. Uma nova forma de prescrição regulatória 91

3. Influências horizontais 100

PARTE DOIS: CONTROLES

Capítulo 3: O Estado de Controle 106

I. O Estado e a ordem social 111

II. O Estado: hierarquias, crenças e controles 114
1. Eficácia simbólica 118
2. Policiamento eficiente 121
3. tensão e desequilíbrio 125
III Poder e fraquezas do Estado controlador 133
1. Ambivalências 134
2. O Estado e a (in)segurança 137
3. Violência estatal 141

Capítulo 4: Uma crítica ao governo de mecanismos fácticos 147
I. O governo dos indivíduos: além de Marx e Weber? 147
II. Rastreamento 152
III. Dispositivos 162
IV. Ligaduras 170
V. Renovação do trabalho crítico 178

Capítulo 5: Crítica ao governo da avaliação 183
I. Os princípios da avaliação 183
II. Análises críticas 187
1. Todas as práticas sociais não são igualmente mensuráveis. 187
2. A avaliação não é homogênea de acordo com os atores. 190
3. A avaliação não é informação, mas poder 193
4. A avaliação tem um custo 198
5. A avaliação é um poder performativo de um novo tipo. 204
6. A avaliação não é isomórfica entre organizações e indivíduos. 209
7. A avaliação alimenta um tipo específico de crise de legitimidade 212
8. A avaliação é uma crença inconsistente 218

Capítulo 6: Reinventando o controle social informal 225
I. Modernidade ou o fim do controle social informal? 226
II. O aumento da visibilidade 229
1. Visibilidade e controle 229

2. Por que o controle social informal está sendo reinventado? 234
III. Cinco reinvenções 237
1. A reinvenção da publicidade 238
2. A reinvenção da difamação 239
3. A reinvenção da censura 243
4. A reinvenção do olhar 246
5. A reinvenção da civilidade 248

PARTE TRÊS: CRENÇAS

Capítulo 7: Crítica à tese da ideologia dominante 256
I. Ideologia, dominação e consentimento 256
II. Neoliberalismo: um estudo de caso 276
1. Desmobilização social 278
2. Uma revolução conservadora 280
3. O triunfo do mercado 283
4. O sujeito neoliberal 289
5. O sistema neoliberal: da ideologia à coerção 292

Capítulo 8: Eleições, uma nova crise de legitimidade 296
I. Eleições - por que e para quê? 298
II. Eleições versus controles e equilíbrios de poder 308
1. Crise na seleção de elites 308
2. Eleições e corrupção: novas complexidades 311
3. A perturbadora desativação da decepção 313
III. A corrosão da representação 316
1. Deterioração do valor das fotografias eleitorais 316
2. Crescente impotência eleitoral 318
3. A difícil produção de consenso 322
IV. A deliberação carcomida 325
1. O circo 325
2. Manipulação 330
3. O golpe 333

Capítulo 9: As batalhas intermináveis da esfera pública 339
I. A primeira transformação da esfera pública..... 340
II. A segunda transformação: o que a Internet produziu na esfera pública 345
1. O que a galáxia da Internet produziu no sistema político..... 345
2. O que a galáxia da Internet produziu na sociedade civil..... 349
3. O que a galáxia da Internet produziu no espaço público..... 351
III. A galáxia da Internet e a democracia 355
IV. A esfera pública e o iluminismo pós-positivista..... 368

Capítulo 10: Crítica da ilusão de poder total..... 375
I. A ilusão da racionalização triunfante..... 376
1. Controle e seus limites..... 376
2. Implosão 380
II. A ilusão da reatividade universal..... 383
III. Críticas às imagens de reatividade..... 388
1. Falsa evidência: reatividade imediata ao ambiente..... 389
2. Potência e reatividade 392
3. Da reatividade à lógica do cordão sanitário 396

PARTE QUATRO: HIERARQUIAS

Capítulo 11. A classe governante e a invisibilidade da hierarquia 402
I. Sobre a classe governante..... 403
II. Os insumos de governo da classe governante..... 408
1. O Estado e o capital..... 409
2. Globalização, capitalismo e Estado..... 415
III. Homogeneidade e heterogeneidade da classe governante 421
IV. O exercício do governo pela classe governante..... 427
V. A classe governante precisa se legitimar?..... 438

Capítulo 12: Das hierarquias patriarcais às assimetrias de poder 445
I. Sobre o patriarcado: realidade, fissuras e paradoxos..... 446
II. A generalização das assimetrias de poder..... 456

III. O casal e seus jogos de poder 460
1. Da família para o casal 461
2. Os dois ideais do casal contemporâneo 467
3. O casal: um espaço de conflito latente? 473
IV. Amor conjugal: uma relação social além dos jogos de poder? 480

Capítulo 13: Das hierarquias etárias às assimetrias de poder 485
I. Transformações estruturais e capacitação para a idade 486
II. A incivilidade como um campo de batalha da era 498
III. O problema da autoridade na sala de aula 503
1. O enfraquecimento da função de professor 504
2. Avaliação da escola e seleção social 508
3. A cultura jovem e as relações de poder 511

Capítulo 14: O medo dos poderosos, o medo dos conservadores ... 518
I. O medo dos poderosos 519
II. Medo conservador 525
III. A convergência de medos? 531

Conclusão 535

Bibliografia 539

Prefácio

A consciência de que a história nos confronta permanentemente com o inesperado é uma característica central do pensamento de Fernando Henrique Cardoso. Presente na sua produção intelectual e na sua atuação na vida pública, a abertura para o novo vem acompanhada de uma recusa a se aferrar a esquemas explicativos ultrapassados que nos impossibilitam de agir sobre o futuro. Preocupada em manter este legado, a Fundação FHC publica textos que buscam decifrar as transformações do mundo atual.

Danilo Martuccelli é um colaborador de longa data da Fundação. Peruano de nascimento, fez sua carreira acadêmica na França. Tem uma vasta obra em que analisa as transformações das sociedades contemporâneas. Recentemente publicamos do autor *'Uma cartografia social do mundo contemporâneo'*,[1] em que ele apresenta um amplo arco histórico mostrando o imbricamento entre culturas, sociedades nacionais e contextos geopolíticos.

Neste novo livro, Martuccelli se contrapõe a visões nas ciências sociais que engessam a sociedade. Para o autor, a vida social é "elástica": as sociedades não são homogêneas nem o poder é

1 Disponível para acesso gratuito em https://fundacaofhc.org.br/wp-content/uploads/2024/08/uma-cartografia-social-danilo-martuccelli.pdf

capaz de homogeneizá-las totalmente. Pelo contrário, ações que desafiam as normas e estruturas estabelecidas são sempre possíveis. Essa elasticidade é fundamental para compreender o esforço constante dos sistemas de governo para controlar os indivíduos e limitar as resistências que oferecem à imposição da ordem.

O autor identifica na história três grandes formas de governo dos indivíduos: religiosa, ideológica e fáctica. Na atualidade, os mecanismos fácticos, potencializados pelo mundo digital, se impõem cada vez mais aos indivíduos por serem crescentemente ubíquos e inescapáveis, sem referência a ideias ou crenças.

No novo contexto, as ideologias e as crenças deixaram de ser o principal motor da dominação. Ao mesmo tempo, indivíduos desconfiam cada vez mais das instituições e da ciência. Igualmente, as hierarquias tradicionais perderam legitimidade e o poder já não é exercido principalmente pela autoridade ou pelo carisma, mas por controles fácticos, como a vigilância, os algoritmos e as avaliações.

Embora o Estado tenha à disposição mecanismos de controle que constantemente se intensificam e diversificam, está também mais vulnerável às transgressões e à visibilidade dos seus fracassos. O resultado é uma crise da autoridade baseada no consentimento e na legitimidade. Em seu lugar, os controles factuais ganharam preponderância, enquanto os indivíduos são forçados a assumir responsabilidade pessoal pelas consequências das suas ações, mesmo quando estas são condicionadas por estruturas sociais mais amplas sobre as quais não têm controle. Isso gera um

sentimento de culpa e exaustão, e leva a um conformismo baseado no cansaço da tomada constante de decisões.

Trata-se de um livro denso e erudito, sensível à diversidade de formas e campos em que as novas tendências se fazem presentes, seja na relação da sociedade com o Estado, seja na família, na escola ou na relação entre gerações.

Se a leitura é exigente, o leitor é recompensado por uma visão renovada da sociedade em que vivemos. Àqueles que não estão particularmente interessados em temas de teoria social, indicamos iniciar a leitura do livro a partir do capítulo 4.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores – Plataforma Democrática

Introdução

> *"Ser governado é ser anotado, registrado, cadastrado, listado, tarifado, carimbado, medido, avaliado, apreciado, cotado, patenteado, licenciado, autorizado, apostilado, admoestado, restringido, reformado, emendado, corrigido, na realização de qualquer operação, qualquer transação, qualquer movimento."*
>
> Pierre-Joseph Proudhon, *Ideia geral da revolução no século XIX*, 1851.

[1] O GOVERNO DOS indivíduos é frequentemente estudado por meio de um movimento bipolar que oscila entre trabalhos que enfatizam o caráter avassalador e global do sistema ou a capacidade de emancipação e resistência dos atores.[1] Os primeiros propõem visões totalizantes da vida social – capitalismo, sociedades administradas, sociedades de controle, biopoder, reprodução –; os segundos insistem nos poderes de agência – luta de classes, criatividade, produção, projeto, liberdade. Sob a marca da totalidade, às vezes o determinismo, a dominação ou as coerções sistêmicas geralmente acabam tendo a última palavra. Sob a luz da agência, a liberdade, às vezes, a resistência ou a criatividade, acabam tendo a última palavra.

1. Este livro é uma versão revisada de El nuevo gobierno de los individuos, Santiago, LOM Ediciones, 2021. Sou grato aos editores por autorizarem esta publicação.

A bipolaridade entre essas duas visões é tal que as teorias sociais são povoadas por tensões entre as contradições insuperáveis do capitalismo e a realidade das lutas de classe; entre a reprodução e o *habitus*, por um lado, e as lacunas e a emancipação, por outro; entre as disciplinas e as tecnologias todo-poderosas e insidiosas de sujeição e poder à direita e as resistências e formas de subjetivação à esquerda; entre o confisco da historicidade pelas classes dominantes e a produção da sociedade pelos movimentos sociais. Em suma: a eterna tensão entre instituição e movimento.

Soma-se a isso o fato de que geralmente é a partir de uma esfera específica que se faz uma generalização do raciocínio, pelo menos implicitamente, em direção a outras esferas sociais (prisão, organizações, empresa, família, escola etc.). Como se tudo fosse igual e isomórfico no nível do governo dos indivíduos. Como se a dominação homogênea da classe dominante declinasse de forma coerente em todos os cantos da vida social. A representação da hierarquia e sua tradução no espaço social – "acima e abaixo" – ditam, portanto, o substrato das representações.

[2] Este livro proporá uma estratégia diferente de estudo com base em mais de 30 anos de pesquisa, empírica e teórica, em muitos campos sociais diferentes. As teses sobre o que caracterizaremos como o *novo governo* dos indivíduos serão progressivamente explicitadas e, a cada vez, serão mobilizados diferentes estudos de caso para demonstrar sua plausibilidade. Porém, nesta breve introdução, e apenas como uma bússola de

viagem para o leitor, a fim de destacar as principais coordenadas deste trabalho, vou me limitar a explicar nove teses principais.

1. *A tese de uma relação particular entre ação e realidade.* Esse é o verdadeiro ponto de partida ao qual retornaremos em vários momentos, a tal ponto que a especificidade da perspectiva que implantaremos está em jogo aqui. Mostraremos que a relação entre ação e ambiente não é determinada, nem adaptativa, nem agentiva, mas é caracterizada por uma elasticidade irredutível. É isso que define permanentemente o problema do governo dos indivíduos, tanto para os governantes quanto para os governados.

2. *A tese das principais transformações históricas e estruturais no governo dos indivíduos.* Sem questionar a realidade primária de uma vida social elástica, enfatizaremos a consolidação contemporânea de três processos principais: a revolução dos controles, a metamorfose das crenças e a reviravolta das hierarquias.

3. *A tese de uma importância tendencial e crescente dos controles sobre crenças e hierarquias.* Como veremos, essa proposição é tão forte que até mesmo as crenças e as hierarquias devem ser lidas em termos de sua capacidade de controle. No governo dos indivíduos, não é mais a legitimidade (das crenças e das hierarquias), mas o aumento dos controles que é fundamental. Isso não anula o papel dos líderes e das crenças que eles criam, mas ou as crenças se tornam controles ou se chocam contra eles. Em termos históricos, se for verdade que

os três fatores *sempre* coabitaram, o governo dos indivíduos foi exercido primeiro por meio de hierarquias, depois por meio de crenças e, cada vez mais, por meio de controles

4. *A tese de uma transformação diferencial da relevância sociológica das noções de autoridade, dominação e poder.* Se outros paradigmas foram mobilizados para explicar o governo dos indivíduos, mostraremos que são as relações entre eles, e sua acuidade analítica diferencial, que melhor nos permitem apreender o cenário contemporâneo à luz das principais mudanças estruturais atuais.

5. *A tese de uma crise radical da noção de autoridade.* Radical, ou seja, a partir de suas raízes, que nas sociedades modernas se encontra, após a "morte de Deus", no nível de desconfiança do conhecimento científico.

6. *A tese de um novo equilíbrio interno na noção de dominação.* Durante muito tempo, foram os processos de coação do consentimento (ideologia, legitimidade) dos dominados que foram privilegiados; a partir de agora, é a expansão dos controles factuais que deve ser privilegiada.

7. *A tese da generalização das assimetrias e dos conflitos de poder.* Embora essa dimensão nunca tenha sido negligenciada, sob a marca analítica das noções de autoridade ou dominação, a importância dos consentimentos (conciliados ou coagidos) geralmente teve precedência sobre concepções mais dinâmicas de jogos de poder. Nas sociedades atuais, por ou-

tro lado, os diferenciais nus das assimetrias de poder estão mais ou menos em evidência em toda parte.

8. *A tese de que o governo dos indivíduos tem características muito diferentes dependendo dos diferentes domínios sociais.* Ao contrário de qualquer visão homogênea da ordem social, mostraremos, sempre por razões históricas e estruturais, como nos diferentes domínios sociais (trabalho, família, escola, cidade, política) há diferentes períodos de facilitação ou problematização do exercício da autoridade, da dominação ou do poder. Como regra geral, o governo dos indivíduos tende a ser mais eficaz à medida que os controles compensam as perdas incorridas na inculcação de crenças ou no respeito às hierarquias.

9. *A tese de que o governo dos indivíduos é sempre estrutural, mas que não é sistêmico nas sociedades contemporâneas.* Ao contrário de tantas visões que articulam direta e imediatamente as questões de quem governa, de que forma e as experiências dos governados, mostraremos a autonomia relativa de cada uma dessas questões e as tensões que isso gera na medida em que coexistem o aprofundamento do caráter coercitivo do capitalismo, o aumento dos controles políticos, as emancipações feministas ou a igualdade de idade.

[3] Este livro não é um manual para governantes, nem um apelo contra a injustiça, nem uma utopia para a emancipação. O leitor encontrará pouco sobre a arte de governar indivíduos e como ela pode ser exercida de forma eficaz, sobre os enormes

diferenciais de desigualdade na experiência dos governados, ou sobre as lutas sociais que permeiam a vida social. Encontrará muito pouco de tudo isso por uma razão muito simples: a perspectiva que utilizaremos é diferente.

Admito: minhas preferências não são de forma alguma equidistantes entre essas visões (detesto indivíduos com poder, em todas as áreas, de todas as classes, gêneros e idades). No entanto, como sociólogo, estou convencido de que somente tomando uma distância analítica e imaginária de cada uma dessas posições e dos papéis que elas pressupõem é possível abordar, com um mínimo de paixão, o governo dos indivíduos. Há, admito de imediato, uma atitude pessoal envolvida. O que me surpreende, o que nunca deixou de me surpreender durante décadas, não é a submissão de alguns, nem a ânsia de poder de outros, mas o fato de que, coletivamente, formas de governo tão onerosas e contraproducentes foram e continuam a ser escolhidas, repetidamente, do ponto de vista humano, econômico ou organizacional. Em suma, é o *absurdo* irredutível contido nas formas de governo dos indivíduos, e não o poder ou a submissão, a autoridade ou a rebelião, a dominação ou a resistência, a eficiência ou a injustiça, que fundamenta a pergunta e o *locus* imaginário inicial e liminar desta investigação.

[4] Este livro é o resultado de várias décadas de trabalho, mas se ele é o balanço intelectual de uma trajetória, não é uma coletânea de artigos. Embora alguns textos já tenham sido objeto de uma publicação anterior, todos eles foram profundamente

reformulados e consideravelmente densificados na perspectiva deste estudo. A grande maioria dos capítulos é inédita e foi escrita expressamente com vistas a este livro. Acima de tudo, todos e cada um dos capítulos funcionam como peças para a argumentação e demonstração das teses apresentadas. Daí certas redundâncias; daí, sobretudo, as referências constantes ao ler os diferentes capítulos em relação uns aos outros: todos eles participam do trabalho de demonstração orquestrada de uma tese. Este estudo não tem a pretensão de ser exaustivo e muitas outras situações poderiam ter sido abordadas. Espero, entretanto, que os temas tratados, escolhidos por sua importância, permitam uma boa apresentação do problema.

O livro está estruturado em quatro partes principais (problematizações, controles, crenças e hierarquias), mas os capítulos conversam entre si para além dessa classificação.

Os capítulos podem ser lidos independentemente uns dos outros (além disso, a despeito do que queiram os autores, as margens irredutíveis de poder dos leitores estão envolvidas), mas é a articulação do todo que define a plausibilidade geral das teses defendidas.[2]

2. Este livro foi concebido e escrito no âmbito do *Centro Núcleo Milenio Autoridad y Asimetrías del poder*, apoiado pela Iniciativa Científica do Milênio do Ministério da Economia, Desenvolvimento e Turismo do Chile. Meus sinceros agradecimentos aos colegas, pesquisadores, doutorandos, pós-doutorandos ou estudantes pelos debates realizados nesse espaço e um reconhecimento muito especial à sua diretora, Kathya Araujo.

1

- Parte um -
PROBLEMATIZAÇÕES

Capítulo 1
REPENSANDO O GOVERNO DOS INDIVÍDUOS

Há várias noções para explicar um conjunto diversificado de práticas que, em seus elementos básicos, podem ser descritas como *o poder de fazer com que um ator faça o que outro ator quer*. Para nos referirmos a esse amplo espectro de comportamentos, usaremos em termos gerais a noção de governo dos indivíduos. Com esse termo, não designaremos um domínio específico da sociedade (governos políticos), nem um conjunto de técnicas explícitas de governamentalidade ou de governança. Pelo contrário, neste livro, a noção designará, ecoando a famosa caracterização de Proudhon, diferentes modalidades, estratégias e práticas pelas quais, em diferentes esferas da vida social, um ator procura fazer com que outro ator (ou atores) faça o que ele quer. Será, portanto, uma questão de direção, comando, estratégias, gerenciamento. Assim caracterizada, a noção se refere a situações muito diversas – no trabalho, na família, na escola, na opinião pública, no Estado etc. – e envolve atores muito diferentes. Esses processos (é realmente necessário dizer isso?) têm características que são irredutíveis umas às outras. No entanto, isso não nos impede de pensar que, em um determinado período histórico, apesar das grandes variações no nível das diferentes esferas sociais, é possível identificar grandes transformações e tendências estruturais comuns. Isso não nos impede com uma condição: que isso não leve a for-

jar ferramentas que, como a noção de governamentalidade de Foucault (1994), amalgamam coisas demais: instituições, procedimentos de análise, cálculos, táticas. Pelo contrário, o governo contemporâneo dos indivíduos nos convida a diferenciar analiticamente *os controles, as crenças* e *as hierarquias* a fim de apontar os diferenciais de peso específicos que cada um deles exerce na gestão dos atores.

Defenderemos a hipótese de que, para abordar o governo dos indivíduos no mundo contemporâneo, é necessário nos distanciarmos do que, até o momento, têm sido suas principais teorizações.

De um ponto de vista analítico, o principal deslocamento pode ser facilmente caracterizado: se o governo dos indivíduos foi concebido por meio de várias articulações históricas entre crenças, hierarquias e controles (sem esquecer os protestos), no âmbito da filosofia política e depois nas ciências sociais modernas, pelo menos desde o final do século XVIII, as crenças sempre tenderam a ser privilegiadas em relação aos controles e hierarquias, em última análise. Apesar da simplicidade da afirmação, esse foi e continua sendo o caso em muitas representações do governo dos indivíduos no mundo contemporâneo. Isso é visível tanto no nível das conceitualizações do capitalismo, das classes dominantes, da racionalização, do totalitarismo, da sociedade de controle, do patriarcado, da reprodução, da sociedade unidimensional quanto em muitos aspectos do trabalho de Marx, Weber, Arendt, da Escola de Frankfurt, de Bourdieu ou, em parte, de Foucault. É claro que nessas obras e teorias sempre há um espaço e

um reconhecimento explícito de controles e, sobretudo, de hierarquias, mas estas quase sempre acabam subordinadas à força das crenças (a capacidade de produzir ações heterogêneas em relação à estrutura hegemônica sempre tem um tom secundário, derivativo e até mesmo problemático). Em suma, primeiro é a sujeição por crenças (por meio de várias influências), depois o enquadramento por hierarquias e controles, e só no final, e muito momentaneamente, ações heterogêneas (em relação aos ditames hegemônicos). Em última análise, o verdadeiro governo dos indivíduos está na capacidade de moldar pensamentos.

A tese que defenderemos neste livro é diferente. *No atual governo dos indivíduos, o primeiro e mais substancial aspecto é a possibilidade permanente de ações heterogêneas, depois o enquadramento das situações por controles, e só no final, e apenas em parte, a sujeição por crenças e hierarquias.*

É essa hipótese que será desenvolvida em cada um dos capítulos, mas antes de entrarmos neles, é útil apresentar alguns dos elementos subjacentes.

I. O problema da ordem social

Sempre que as ciências sociais tentaram atingir um certo grau de abstração ou generalidade, acabaram invariavelmente analisando o problema da ordem social: o que mantém a sociedade unida, por que a ordem em vez da desordem? E um ques-

tionamento corolário dos anteriores: como é exercido o governo dos indivíduos?

Antes de evocar rapidamente algumas respostas a essa pergunta, é importante se perguntar sobre a razão de ser *desta* questão: de onde vem sua centralidade na teoria social? Para responder a isso, é necessário relembrar o contexto e as razões *históricas* que entronizaram essa questão como a problemática fundamental da teoria social. Se as concatenações são múltiplas e a genealogia é muito longa, basta apontar aqui que as polêmicas medievais sobre a fonte da autoridade política (descendente, de origem divina, ou ascendente, de origem popular) foram transformadas nos tempos modernos – claramente a partir de Hobbes e, em parte, já em Maquiavel – em um questionamento sobre *como* garantir primeiro a ordem política e depois a ordem social em um período de turbulência. Em outras palavras, na origem dessa questão havia uma preocupação histórica: a pergunta é marcada pela sombra da guerra civil, da desordem social e das mudanças abruptas de regime político.

Antes de ser uma questão epistemológica, o problema da ordem social (como a teoria social o batizou) era uma preocupação histórica e política. Se isso for esquecido, não se entenderá a questão. Em essência, não se trata de saber teoricamente como a sociedade se mantém unida, mas de pensar, muito concretamente, como evitar a desordem e conter as paixões. É por isso que, apesar de um certo excesso verbal, pode-se dizer que, na origem do pensamento social e político moderno, está uma

preocupação policial. Ao contrário do que a questão da ordem social pressupõe, pelo menos retoricamente, a sociedade nunca deixou de existir (pelo menos depois da revolução neolítica, há mais de 10 ou 12 mil anos). Entretanto, mas isso é outra questão, as sociedades, ou seja, os vários coletivos humanos organizados, nunca deixaram de ser o palco de vários conflitos, tensões e distúrbios sociais.

Como podemos não ser sensíveis à permanência da vida social? Como podemos não reconhecer o fato de que ela está sempre presente e que a vida humana sempre se desenvolve dentro dela? Os indivíduos estão sempre *em* sociedade. Desde "a noite dos tempos", é a continuidade permanente da vida social que tem prevalecido. Certamente, revoltas, rupturas, quebras e transformações políticas são inúmeras, mas a vida social – com uma pluralidade de formas históricas – nunca deixou de existir, e os indivíduos nunca deixaram de estar nela. As guerras, o fim dos impérios, a barbárie, as diversas anomalias nunca afetaram essa realidade primordial. É claro que as sociedades mudaram constantemente, suas manifestações históricas concretas foram diversas, mas isso não muda a essência do problema. Além da espuma passageira da ordem ou da desordem, dos períodos de calma ou de agitação, o que é decisivo é a permanência milenar da vida social. Esse é o grande enigma no cerne da questão.

Mas não sejamos precipitados. A pergunta sobre a origem da ordem social recebeu uma resposta privilegiada com a ideia de sociedade. Desenvolvida nos tempos modernos, essa no-

ção altamente abstrata de sociedade propõe uma representação analítica particular da vida social com base em uma lógica explicativa global dos fenômenos. Sua vocação é precisamente estabelecer uma hierarquia entre os vários processos estruturais principais em ação em um todo social, ditando a eles uma unidade que é tanto funcional quanto normativa por natureza. Para uma teoria da sociedade, no sentido forte do termo, as principais transformações sociais devem ser referidas a um modelo sistêmico, ou seja, a uma totalidade, da qual elas extraem os elementos essenciais de sua compreensão.

A vida social sempre se desenvolveu em grandes conjuntos sócio-históricos. Entretanto, foi somente no século XVIII, e no Ocidente, que essa representação política e institucional específica, que dá forma à ideia da sociedade como um sistema, gradualmente se consolidou. Na sociedade-sistema, a inter-relação das partes é combinada com a afirmação de que a estrutura das relações sociais, ao exceder a vontade de cada indivíduo, tem efeitos sobre ele. Nesse sentido, a *ideia* de sociedade não é de forma alguma uma realidade material evidente, mas uma construção significativa particular da realidade social, que dá à totalidade uma capacidade efetiva para a instituição prática de fenômenos sociais. Ela se torna um princípio organizador e explicativo, que tem até virtudes causais em muitas interpretações. A ideia de sociedade pressupõe, portanto, que as diferentes esferas sociais interajam entre si como as partes de um mecanismo ou as partes de um organismo, e que a inteligibilidade de cada uma delas seja dada precisamente por seu lugar na totalidade

(Dubet e Martuccelli, 2000; Martuccelli, 2005). Na teoria social, o advento da ideia de sociedade marca a transição de uma lógica de *conjuntos sócio-históricos* para a lógica dos *sistemas sociais*.

A história da sociologia, ao se tornar independente da filosofia política, acabou nos fazendo esquecer sua questão comum original e obscurecendo o fato de que a questão do corpo político e, portanto, do governo dos indivíduos, era uma questão sobre o Estado-nação por meio da ideia de sociedade. Contudo, enquanto a questão da origem do poder na filosofia política insistia na questão da legitimidade do Soberano, as teorias sociais modernas (a ideia de mercado ou a ideia de sociedade) postulavam a existência de coletivos sociais modelados por uma lógica sistêmica (no máximo por algumas lógicas sistêmicas) que definiam a essência de suas características históricas.

Mas voltemos à preocupação original, pois nela reside a principal patologia ocular da sociologia. A sociologia nunca cessou suas tentativas de organizar a vida social em torno de uma imagem espelhada (a ideia de sociedade). Porém, à medida que essa imagem era concebida como um todo funcional, os sociólogos observavam a realidade de um mundo social atravessado por uma série de *desajustes*, um conjunto heterogêneo de fenômenos irredutíveis à ordem, aos quais era dado apenas um significado periférico: os resíduos de períodos de transição, o desvio moral inerente aos indivíduos, as anomalias de sociedades inacabadas, de formações sociais com múltiplos modos de produção, de defasagens na taxa de crescimento dos diferentes

subsistemas etc. Acabou-se acreditando que o mundo social só é possível por meio do ajuste *rigoroso* entre diversos processos, cuja coerência e harmonia emanariam de necessidades estruturais inescapáveis e decretadas.[3]

Esse é o problema *inexorável* das ciências sociais: a vida social é refratária à sua inserção em um modelo ou molde totalizante. Há sempre um conjunto *irredutível* de forças e atores, produzindo alterações em qualquer sociedade.

Ao contrário das teses que pressupõem uma forte homogeneidade entre as dimensões macro e microssociológicas, é essencial reconhecer (como um número crescente de estudos nas últimas décadas tem destacado) a existência de configurações de ação diferentes, até mesmo relativamente independentes, entre os níveis macro e microssociológicos. Assim, muitos estudos no nível microssociológico acabaram, por exemplo, questionando as ligações usuais entre as práticas cotidianas e as estruturas sociais. Em si mesmos, esses estudos não defendem uma autonomia crescente entre esses níveis; o que eles enfatizam, acima de tudo, são os impasses de uma determinada concepção de ordem social. Ao abordar o comportamento, os estudos micro-históricos, por exemplo, estabeleceram que muitos comportamentos individuais não estão em conformidade com

3. Essa tensão tem sido, de qualquer forma, a fonte do grande paradoxo da sociologia. No exato momento em que ela estabeleceu firmemente, de um ponto de vista intelectual, a separação entre passado e presente, tradição e modernidade, os sociólogos pensaram ser possível estabelecer uma compreensão totalizante em uma nova base. Ao mesmo tempo em que foi possível pensar historicamente sobre a experiência fundadora da modernidade, ela foi surpreendentemente abandonada sob o pretexto de uma representação da ordem social que encontra na ideia de sociedade sua formulação mais completa e duradoura (Martuccelli, 2014a e 2014b).

as normas sociais hegemônicas, mas, ao contrário, apresentam um alto grau de variação. A atenção se volta para a diversidade irredutível das práticas (Ginzburg, 2014; Lévi, 1989). Sem anular o condicionamento dos comportamentos, é necessário prestar mais atenção às trajetórias individuais e às possíveis ações *heterogêneas* dentro de uma sociedade. O principal interesse desses estudos (da micro-história ao trabalho dos interacionistas, passando por certos desenvolvimentos na análise de redes) é questionar a ideia de uma ordem social que operaria pela filiação homogênea de todos os indivíduos, impondo um único programa de ação. Em vez de reduzir a vida social a conexões típicas e necessárias, esses estudos observam a existência de todo um contínuo de formas e ações heterogêneas dentro do que é percebido como uma ordem social instituída e ativa.

Assim, o pensamento social moderno encontra-se constantemente em tensão entre o fato de que carrega, como disciplina, a premissa da ordem social e a ideia de sociedade, e o fato de que, em suas análises concretas, nunca pode ignorar as experiências que ocorrem fora ou contra esse contexto de interpretação. Ações que, por mais alternativas que sejam aos ditames da ordem social hegemônica, não a alteram fundamentalmente, mas, na verdade, coexistem dentro e contra ela. Em outras palavras, *os desajustes estruturais e as indeléveis variações de ação nunca foram um obstáculo para a implantação teórica e prática de grandes modelos sociais e, por sua vez, eles nunca foram capazes de eliminar completamente as experiências de desacordos, anomalias e alternativas que nunca deixam de ser inventadas na vida social.*

Este é o ponto de partida: a ordem social (na verdade, o governo dos indivíduos) nunca foi capaz de lidar totalmente com os desajustes estruturais e as iniciativas heterogêneas dos atores sociais.

II. A elasticidade do mundo social e a ação heterogênea

Essa é a característica decisiva da vida social. Digamos sem rodeios: no início e no centro da questão do governo dos indivíduos, é indispensável colocar, antes da resposta fornecida por qualquer regime em particular, o reconhecimento de uma vida social marcada pela possibilidade *irredutível* de ações *heterogêneas*. A questão de um mundo social onde, qualquer que seja a força dos fatores condicionantes, é *sempre* possível agir de forma diferente, ou seja, de uma maneira heterogênea àquela ditada pelos princípios totalizantes ou hegemônicos de uma sociedade.

1. No início, a ação é heterogênea

As ações não são aleatórias nem imprevisíveis (elas sempre passam por orientações culturais compartilhadas), mas não estão sujeitas a nenhuma necessidade irrefutável. O fato de a vida social ser enquadrada por um sistema de normas e papéis elimina muitas incertezas das interações humanas. O comportamento do outro raramente é imprevisível ou incompreensível. As escolhas dos atores operam dentro de um horizonte de possibilidades que é relativamente restrito e, muitas vezes, suscetível

de ser antecipado, precisamente por causa da influência que as normas ou os papéis exercem sobre eles: nesse ponto preciso, a resposta de Talcott Parsons (1949) é definitiva. No entanto, essa previsibilidade normativa frequente nunca cancela a possibilidade irredutível (e ontológica) da ação heterogênea.

A possibilidade da alteridade irredutível da ação humana tem estado no centro de muitas visões de mundo antigas, geralmente associadas à *hybris* (excesso, orgulho excessivo), ao pecado, ao mal, mas também, mais tarde, à liberdade e à autonomia. Em outras palavras, em sua equação mínima, o problema do governo dos indivíduos sempre teve de enfrentar e eliminar a questão da irredutibilidade das ações heterogêneas.

Em grande parte devido à grande força do imaginário da rebelião (Camus, 1951), essa capacidade tem sido pensada principalmente como uma expressão de liberdade, depois das capacidades corporais, cognitivas ou estratégicas dos atores, de sua própria força inventiva. Partindo dessas realidades, a análise social interpretou a possibilidade irredutível de ações heterogêneas como uma expressão de liberdade, fruto da psique humana (criação), como uma capacidade mais ou menos metafísica de existência (projeto, sujeito ou *agência*). Em outras palavras, a fonte última da possibilidade de ações heterogêneas foi depositada no ator (Sartre, 1943; Touraine, 1973; Castoriadis, 1975; Joas, 1999). A divisão é, portanto, permanente entre o que pode ser descrito, a partir de uma das antinomias kantianas, como o determinismo de um mundo externo, restritivo, objetivo

e sujeito à lei da necessidade, por um lado, e, por outro, a realidade de um sujeito livre e a única fonte de criatividade no mundo.

No que se segue, em tudo o que se segue, depositaremos a possibilidade irredutível de ação heterogênea *na própria natureza da vida social*. Tomar essa hipótese como ponto de partida leva a uma modificação radical (ou seja, a partir de sua própria base) dos próprios pressupostos da representação imaginária da vida social e do governo dos indivíduos. As metáforas da sociedade como um mecanismo, organismo ou sistema devem ser contrapostas pelo imaginário de uma sociedade elástica. Essa metáfora, como veremos nos próximos capítulos, mostra, por um lado, a existência efetiva e mais ou menos forte do condicionamento social e, por outro lado, um campo permanentemente aberto de possibilidades heterogêneas de ação. A articulação sempre problemática entre as duas dimensões nos convida a conceber a vida social como um domínio *elástico*. A primeira questão do governo dos indivíduos é entender um universo social onde um número significativo de ações, mesmo radicalmente opostas entre si e heterogêneas, são sempre simultaneamente possíveis, pelo menos momentaneamente, uma vez que a consistência particular da vida social está sempre e em toda parte na própria fonte dessa possibilidade de ação (Martuccelli, 2001, 2005 e 2014a).

As metáforas da elasticidade ou da maleabilidade resiliente podem servir para visualizar a dinâmica entre as possibilidades aparentemente ilimitadas da ação e os limites reais que ela encontra. Aquelas e estes muitas vezes aparecem como barreiras

intransponíveis ou, ao contrário, como limites que sempre podem ser ultrapassados. Entretanto, a essência do problema de nosso relacionamento com a realidade vem de seu entrelaçamento. A vida social não é nem um campo de forças maleáveis à vontade nem redutível a efeitos puramente coercitivos. Ela é inseparavelmente uma coisa e outra. A vida social não é um todo cultural coerente nem um todo funcional estável, mas também não é um espaço puro para o exercício da criatividade. Devemos romper com a pretensão de reificar a vida social, de assumir, explícita ou implicitamente, que os efeitos sistêmicos são insuperáveis. Entretanto também não devemos aceitar um modelo que tente interpretar a vida social como fruto de uma produção permanente.

Talvez nenhuma teorização social tenha se aproximado mais dessa representação do que a teoria da estruturação de Anthony Giddens (1987). Explorando de forma analógica a relação entre *agência* e estruturas sociais com referência à relação entre fala e gramática, Giddens descreveu bem o caráter simultaneamente facilitador e coercitivo da vida social, ou seja, a ação (como a fala) só é possível por causa das estruturas (ou gramática), que, por sua vez, só existem (gramática, estruturas) quando alguém age ou fala. Essa dinâmica implica uma capacidade intrínseca tanto de transformação quanto de restrição.

Em sua teorização, Giddens redefiniu a noção de estrutura. Ela deixou de significar, como é comum na sociologia, um modo particularmente forte de condicionar o comportamento (daí sua sinonímia usual com a noção de coerção) e passou a designar

um conjunto de regras de comportamento. Um limite importante, nesse sentido, e apesar das críticas do próprio Giddens aos pós-modernistas ou pós-estruturalistas, que identificavam demais (e até dissolviam) a vida social com a linguagem, é que, em seu próprio trabalho, por causa da dualidade entre agência e estrutura, a teoria da estruturação acaba não fornecendo uma descrição suficientemente precisa das coerções (reais e imaginárias) na vida social e, acima de tudo, das formas efetivas, diferentes e elásticas com que essas coerções operam. A vida social tem um modo operativo particular de coerção e resistência à medida que é constituída por ações e não por representações (o que minimiza a dinâmica analógica entre ação-fala e estrutura-gramática).

A mudança da metáfora inicial da *estrutura de agência* para a metáfora da elasticidade transforma o olhar e as questões relativas o governo dos indivíduos. À luz da metáfora da elasticidade, cada contexto de ação é concebido como capaz de "esticar" praticamente, mas também de "recuperar" sua forma inicial quando uma energia oposta deixa de agir, e até mesmo, embora com menos frequência, de "ceder" ou "deformar" de modo duradouro e até mesmo de "quebrar", quando a pressão é muito forte ou contínua. Dependendo das situações e das ações presentes, o mundo social é de fato capaz de se esticar mais ou menos até um ponto de tensão problemática, gerando um "retorno" a situações próximas aos estados iniciais ou, ao contrário, dando origem a novidades contextuais. Começar e reconhecer a elasticidade específica do mundo social nos obriga a aceitar que nenhum condicionamento (estrutura, coerção) é duradou-

ro e imediatamente eficaz na vida social. Em cada ocasião, é necessário tornar explícito o mecanismo em ação.[4] Isso é algo que raramente foi problematizado de forma suficiente na teoria social: a maioria, se não todo o pensamento social, operou sistematicamente com uma representação do mundo social caracterizada por um condicionamento muito rápido e uniforme das ações. Se nem tudo é possível na vida social, há sempre uma gama irredutivelmente ampla de ações heterogêneas possíveis. A refutação fornecida pela realidade está longe de ter a clareza e a reatividade que normalmente se supõe. A vida social tolera comportamentos heterogêneos que têm um diferencial importante de relevância e sucesso.

2. O gênio sociológico de Cervantes

Vamos deixar isso mais claro com a ajuda de Miguel de Cervantes. *Dom Quixote* (1605-1615) projeta melhor do que qualquer ensaio intelectual posterior a relação sempre problemática entre ação e realidade. De fato, se olharmos as coisas sob a luz certa e as lermos da maneira correta, o romance não explora a adequação e as contradições entre as representações e o mundo, mas examina a ruptura fundamental da modernidade entre o objetivo e o subjetivo do ponto de vista da ação.

Para entender a originalidade sociológica de Dom Quixote, é necessário meditar sobre sua primeira expedição, com a con-

4. A questão da elasticidade da vida social tem sido negligenciada pela maioria das teorias sociais, a começar pelo pragmatismo. No entanto, se essa perspectiva estiver certa ao privilegiar as consequências no estudo da ação, ela geralmente pressupõe que a correção dos comportamentos pelo ambiente (o retorno da realidade) é mais ou menos imediata e não problemática (Martuccelli, 2014a). A metáfora da elasticidade nos obriga a ter uma visão diferente.

dição de aceitar, sem traduzir, o que essas primeiras aventuras, em apenas cinco capítulos, testemunham. Isso é algo que geralmente não é feito, dada a tendência de ler *Dom Quixote* como uma oposição entre o real e a ficção, entre o ideal imaginário e os *ditames* da realidade, de fato, interpretando as aventuras de Quixote à sombra do fim de suas aventuras e de sua morte na terceira expedição. Entretanto, de um ponto de vista sociológico, essa não é, de forma alguma, a mensagem do romance. Em sua base, e esse é seu principal enigma, está a experiência de um cavaleiro-errante *cuja ação nem sempre é negada pelo mundo*. Vladimir Nabokov (1997) compreendeu profundamente essa verdade do romance: Dom Quixote nem sempre se sai mal em suas aventuras. Após uma análise sequencial do romance, ele chega a estabelecer uma lista equilibrada de vinte vitórias e vinte derrotas. Nesse sentido, as aventuras de Quixote e a plausibilidade factual de "seu" mundo teriam acabado sendo muito diferentes se, ao retornar de sua primeira expedição, satisfeito consigo mesmo e com suas façanhas, ele tivesse decidido se despedir das armas.

Aqui reside a verdade sociológica de Dom Quixote. As negações que o mundo opõe à ação nunca podem ser reduzidas a uma simples questão de adaptação entre as representações e a realidade. É claro que, diante de seus erros – esse aspecto foi enfatizado por muitos analistas –, Dom Quixote recorre a várias racionalizações, desenvolve diferentes mecanismos de defesa, reenquadra cognitivamente os eventos, envolve encantadores e mágicos... em suma, ele reduz incansavelmente a distância entre

sua concepção e os fatos. Esse trabalho, sem dúvida, permite que ele continue a agir no mundo, não apenas apesar de seus impasses e fracassos práticos, mas até mesmo graças a eles, a tal ponto que acabam provando a seus olhos o quão bem fundamentada é sua visão.

Na realidade, Cervantes faz uma clara distinção entre diferentes situações. Entre aquelas em que, diante do fracasso de suas ações, Dom Quixote, sozinho ou com a única companhia de Sancho, é capaz de reforçar suas próprias crenças por meio da racionalização. Aquelas em que, em meio a crenças aparentemente compartilhadas com outros, diante do fracasso de suas ações e do ridículo, ele não tem outro recurso senão a fuga imaginária. Aquelas em que ele é vítima das maquinações de terceiros que, para zombar dele, parecem lhe dar, por um tempo, plausibilidade ao "seu" mundo. À ideia de uma clara batalha entre o ideal e a realidade, as palavras e as coisas, o romance opõe uma miríade de situações diversas, coroadas por sanções e avaliações ambíguas, em que o veredicto de fracasso ou sucesso é, ele próprio, objeto de nuances e variações. Por meio das conversas ininterruptas entre Quixote e Sancho e seus respectivos movimentos de opinião, nos quais cada um absorve progressivamente a visão do outro dentro de coordenadas que permanecem diferentes até o final do romance, Cervantes inventa uma filosofia de agência: a realidade é o possível. O possível (o novo, a mudança, o inoportuno, o imprevisto, o surpreendente) é sempre parte da realidade.

Dom Quixote, e esse é seu verdadeiro gênio sociológico, é um romance sobre a relação plural da ação com o mundo. O que é essencial é a complexidade das contradições que o mundo opõe à ação. Ao contrário de todo reducionismo realista, essas recusas nunca são imediatas, diretas, constantes ou unívocas. Essa é a sabedoria sutil do romancista: a mesma ação pode, dependendo do contexto, dos personagens e das intrigas, ter resultados diferentes. A realidade é um universo elástico do possível e do impossível. A elasticidade das crenças de Quixote não é explicada apenas pelas estratégias cognitivas *ad hoc* que ele formula diante de seus fracassos (ou sucessos), mas também, e acima de tudo, pela ambivalência prática de seu comportamento, que encontra seu princípio mais sólido de compreensão, seja do sucesso ou do fracasso, na elasticidade fundamental da relação entre ação e realidade.

III. Como governar indivíduos? Três paradigmas

Esta é a equação inicial do problema: como produzir e manter *uma* ordem; como destruir a capacidade irredutível de *heteroação*; como restringir em um mundo social *elástico*. Todas as formas de governo, desde as mais formais e institucionalizadas (estados, organizações) até as mais informais, abordam explicitamente o primeiro ponto e, geralmente, implicitamente os outros dois. Pode-se dizer que, apesar da profusão de categorias, dois tipos principais de respostas se destacam. Etienne de La Boétie (1993), já no século XVI, resumiu claramente:

os homens são governados ou porque são forçados ou porque são enganados.[5]

Na estrutura das ciências sociais, várias noções foram mobilizadas para explicar o que geralmente chamamos de governo dos indivíduos, mas três delas se destacam por sua permanência: autoridade, dominação e poder. As diferenças entre essas perspectivas são muito significativas.

[1] No caso da *autoridade*, o que é enfatizado é a adesão voluntária, autônoma ou imediata, até mesmo conciliada, de um ator a uma prescrição, ou seja, a legitimidade de quem exerce a autoridade é reconhecida. A influência de Max Weber (1983) sobre essa noção é decisiva. Além de sua distinção entre diferentes formas de autoridade, o que é fundamental é sua concepção de que a autoridade se baseia no reconhecimento, por parte dos indivíduos governados, da fundamentação do exercício do poder. Esse reconhecimento pode ser inconsciente, tácito, explícito, reflexivo, mas é sua presença que torna possível falar de autoridade. Em resumo, a autoridade é o que torna legítimo o poder de alguns sobre outros. A força de Weber – e é possível argumentar que nesse ponto não houve progresso significativo na teoria social – é ter compreendido com toda a profundidade necessária a mudança que o advento da modernidade (ou a revolução democrática) introduziu nesse domínio. Se na ordem tradicional a autoridade é uma evidência cotidiana garantida pelo peso da tradição e das hierarquias, pelo valor dos ancestrais e, em última

5. Observemos, entretanto, que, a essas duas modalidades principais, La Boétie acrescentou uma terceira: a submissão voluntária.

análise, por um fiador de tipo religioso e ultramundano, em uma sociedade imersa em desencanto o fundamento da autoridade fica sem base.

Para Weber, há três formas principais – tipos ideais – de autoridade (tradicional, carismática, racional-legal), e, na modernidade, uma tendência dominante: uma evolução em direção à primazia da autoridade racional-legal (ela própria uma combinação de procedimentos legais e jurídicos, por um lado, e considerações técnico-científicas, por outro). Para Weber, obedecemos a outra pessoa por três motivos: porque isso parece natural, ou seja, ditado pelo costume e pela tradição; porque a pessoa a quem obedecemos tem traços de caráter marcantes que exercem uma influência imediata sobre nós (carisma); ou porque entendemos a necessidade funcional e a base racional sobre a qual a autoridade se apoia.[6]

A questão da autoridade é abordada como um problema inseparável dos tempos modernos. Como a entrada em uma sociedade desencantada, secularizada e democrática implica o fim da ordem social herdada e a sustentação da autoridade em valores divinos (ou garantidores metassociais), isso obviamente significa que seu exercício deve se basear em novos critérios e que sua realidade é mais frágil em sociedades cada vez menos hierárquicas e cada vez mais marcadas por anseios interativos horizontais.

6. Digamos isto de passagem: o que é mais surpreendente, e tantas vezes apontado, é que, na concepção weberiana, praticamente não há espaço para a autoridade propriamente democrática, ou seja, a autoridade horizontal e crítica entre cidadãos iguais e livres, exceto na forma particular da racionalidade jurídica e técnica.

[2] No paradigma da *dominação*, diferentemente do da autoridade, as dimensões da imposição, sejam elas ideológicas ou factuais, são acentuadas. A noção de dominação designa um tipo específico de relacionamento social baseado em dois elementos principais. Por um lado, nas sociedades modernas, ela enfatiza uma forma de subordinação que não é apenas de natureza pessoal (como era a relação entre senhor e escravo), mas que assume a forma de várias subordinações impessoais a restrições sistêmicas propriamente factuais, do tipo capital-trabalho. Por outro lado, designa um conjunto de mecanismos que asseguram ou coagem o consentimento dos dominados (por meio de diferentes processos de legitimação, ideologia, hegemonia, violência simbólica etc.), dimensão que ressalta, portanto, a importância decisiva da adesão, ainda que coagida, dos indivíduos às diferentes formas de controle. Nesse contexto, por mais duras que sejam as situações de dominação, se elas ocorrerem dentro dos limites morais do que um coletivo considera justo, elas são geralmente aceitas. A ruptura acontece quando o sentimento de injustiça se acentua ou quando a capacidade das elites de atender às demandas sociais dos subalternos se rompe (Scott, 2000; Moore, 1978).

Esses dois elementos possibilitam a delimitação da estrutura básica e dual da dominação de uma forma que é amplamente consensual em diferentes teorias sociais. De fato, a análise dual da dominação está claramente presente no marxismo, como em Antônio Gramsci (1983, p. 83), que caracterizou o Estado (na verdade, a dominação) como "uma hegemonia

blindada de coerção" ou, de forma ainda mais sinóptica, "ditadura + hegemonia" (ibid., p. 126), e está igualmente presente na distinção proposta por Louis Althusser (1995) entre aparatos ideológicos e repressivos do Estado. O marxismo, contudo, não é a única escola a caracterizar a dominação nesses termos. Em outra tradição intelectual, e inspirado pelo trabalho de Weber, Talcott Parsons (1967), ao estudar as maneiras pelas quais um ator pode agir sobre outro, distinguiu dois processos principais: um em que a situação é influenciada, o outro em que as intenções são influenciadas, por meio de sanções positivas ou negativas. Entretanto, apesar dessa dupla caracterização, as teorias de dominação geralmente tendem a dar um papel maior e até mesmo uma verdadeira primazia analítica aos processos que garantem o consentimento ou a legitimação da ordem social, em detrimento relativo dos próprios fatores coercitivos. Na dominação, o consentimento não é conciliado; ele é consentido porque é coagido.

[3] No caso do paradigma do *poder* em si, são destacadas as margens estratégicas de ação que cada ator (mesmo o menos capacitado) possui, mas sempre em doses diferentes e na estrutura de relações sociais constantemente assimétricas. Esse outro grande paradigma do governo dos indivíduos destaca uma concepção dinâmica e relacional do poder. Quaisquer que sejam as possibilidades de armazenamento ou acumulação de determinados recursos, o poder só opera na e por meio da assimetria de recursos disponíveis em cada situação pelos diferentes atores. Em outras palavras, não se tem o poder, ele é sempre

posto em ação em uma situação. Os jogos de poder são, portanto, uma dimensão presente em todas as interações. Nessa concepção de poder, que é sempre, no mínimo, ternária (e não binária), o exercício do poder é inseparável de uma variedade de jogos multilaterais entre os atores (alianças e tréguas) nos quais nenhum ator é todo-poderoso. Por exemplo, se, em princípio, o superior hierárquico de uma empresa tem o poder de demitir um funcionário, na realidade a situação costuma ser mais complexa devido às proteções e aos custos envolvidos, mas também porque essa decisão envolve jogos cruzados com outros atores, que podem potencialmente desestabilizar o chefe, e assim por diante. O poder está sempre em jogo.

Entre as teorias sociológicas do poder, sem ser a única, um dos grandes méritos da análise estratégica é ter definido o poder como a capacidade de preservar a imprevisibilidade da própria ação e a capacidade de restringir e antecipar o comportamento dos outros, o que gera um controle diferencial no nível de incerteza das ações (Crozier, 1963; Crozier e Friedberg, 1977). A concepção estratégica do poder, portanto, o define menos como uma imposição do que como uma capacidade de superar obstáculos ou resistência. Essa perspectiva enfatiza a distribuição desigual e assimétrica, mas nunca verdadeiramente monopolística, do poder. Em outras palavras, o poder não é propriedade de ninguém, ele é sempre de natureza relacional. O poder é uma troca desigual permanente. O poder, sempre na estrutura desse paradigma, raramente é a única motivação para a ação, mas à medida que agem e interagem com outros indivíduos, todos os

atores são forçados a desenvolver estratégias para ampliar seu espaço de manobra.

Vamos destacar o que mais nos interessa na estrutura deste estudo. Em contraste com a autoridade e sua ênfase no consentimento conciliado, com a dominação e sua ênfase na articulação estrutural entre coerção e obtenção de consentimento, o paradigma do poder estratégico enfatiza os inúmeros jogos de assimetrias relacionais que atravessam a vida social. Alguns até abandonam as hipóteses mais estruturais de dominação para se concentrarem exclusivamente em estudos específicos da interação entre poderes assimétricos, de estratégias de troca desigual e negociada de recursos entre todos os atores, por meio de uma sucessão de acordos e compromissos locais, mais ou menos temporários.[7]

Como veremos ao longo deste livro, não se trata de escolher entre um ou outro desses paradigmas, nem de pensar que, de uma forma eclética, sua relevância analítica varia de acordo com os domínios sociais. O problema que abordaremos é diferente: como pensar sobre o governo dos indivíduos em um mundo social marcado por uma elasticidade irredutível? É essa realidade primária que nos levará a qualificar a validade da auto-

7. Em suas versões mais consistentes, essa abordagem rejeita, por razões metodológicas, qualquer tentativa de analisar a totalidade ou mesmo de explicar a regulação estrutural das práticas (Friedberg, 1993). No entanto, é mais proveitoso evitar dissociar radicalmente, como Chazel (1983) enfatizou, o poder e a dominação; a noção de poder seria limitada apenas ao nível da ação, enquanto a noção de dominação seria um fenômeno estrutural. Embora preservando suas diferenças analíticas, é melhor estudar, por um lado, os vínculos entre a concepção relacional do poder e o papel condicionante das estruturas sociais, especialmente devido à distribuição desigual de recursos, e, por outro, reconhecer o papel gerador ou transformador do poder em relação às estruturas de dominação.

ridade nas sociedades contemporâneas, a descrever a modificação da tendência de primazia entre a coerção e o consentimento obtido na dominação e a explicar as dificuldades interativas às quais muitas assimetrias de poder levam. Entretanto, faremos isso reconhecendo, em todos os casos, a força condicionante das estruturas sociais. Quaisquer que sejam as assimetrias de poder em jogo, as estruturas têm precedência sobre os indivíduos, impõem restrições e coerções que excedem qualquer nível de negociação (Courpasson, 2000). Nem tudo é negociável na vida social. Aqui, a análise de Karl Marx continua sendo decisiva: nas sociedades capitalistas, há um desequilíbrio estrutural fundamental que coloca os trabalhadores livres (ou seja, aqueles forçados a vender sua força de trabalho) contra os capitalistas (ou seja, aqueles capazes de comprar e organizar a mão de obra) que, como um grupo, impõem uma ordem em seu benefício. É somente dentro dessa diferença estrutural, na qual os assalariados devem aceitar as diretrizes dos capitalistas em suas horas de trabalho, que certas dimensões podem ser negociadas.

No entanto, essa dimensão estrutural, por mais condicionante que seja, opera em meio a uma vida social marcada por uma elasticidade irredutível e onde as heteroações são sempre possíveis. Essa realidade explica, como veremos em muitos capítulos, os repetidos esforços para propor representações totalizantes da ordem social (de sua eficácia, de sua solidez) e a permanência de tantas ações heterogêneas. Como veremos, o governo dos indivíduos nunca é sistemático (se com isso queremos dizer a imposição implacável *de uma* lógica dominante),

mas é sempre estrutural, ou seja, baseado no condicionamento diferencial. O governo dos indivíduos é sempre exercido em uma vida social elástica, o que nos convida a nos distanciarmos da tese de uma ideologia ou de um ator todo-poderoso, tanto quanto da tese de atores engajados em resistência ou revolta, em favor de um conjunto de experiências comuns de enquadramento em que a iniciativa irredutível dos indivíduos se desenvolve, com margens muito diferentes, em meio ao governo dos indivíduos e sem necessariamente a vontade de revertê-lo. *Entre* a imposição e a resistência, há um espaço irredutível para todo um conjunto heterogêneo de experiências e ações. *O governo dos indivíduos navega entre grandes representações totalizantes e uma multidão irredutível de ações heterogêneas*. É a coabitação comum entre os dois que define o eterno problema do governo dos indivíduos.

IV. Governar em um mundo social elástico

Voltemos à afirmação de La Boétie: nunca é fácil forçar ou enganar os indivíduos. Por um lado, apesar dos esforços sistemáticos para impor representações unívocas, a vida social é constantemente atravessada por uma diversidade de visões antagônicas e ações heterogêneas. Por outro lado, apesar dos esforços constantes para coagir os indivíduos, os controles nunca operam de forma imediata e implacável na vida social. Como resultado, o governo dos indivíduos, por mais sólido e permanente que possa parecer, exige manutenção constante.

Vamos ser mais precisos. Uma das principais lições dos estudos microssociológicos é que a ação não é a reprodução fiel de um modelo, mas uma tradução local cheia de impurezas e diferenças. Portanto, o primeiro passo para reconceituar o governo dos indivíduos é abandonar a tentação de estabelecer um vínculo unívoco entre as formas culturais hegemônicas e as ações sociais. Entretanto, apesar do grau de variação que cada uma delas introduz, a vida social como um todo e as rotinas cognitivas óbvias se mostram fortes demais para que as transformações ocorram, exceto de forma muito lenta e marginal. Esse ponto está até começando a se tornar consensual na teoria social contemporânea, que reconhece cada vez mais o caráter aberto, contraditório e heterogêneo das formas culturais disponíveis em qualquer sociedade. Os horizontes de representação nunca são unívocos: o importante é, portanto, entender (ao contrário do que o tema do sujeito da ordem social tem afirmado por tanto tempo) a diversidade irredutível e permanente de significados em que a vida social se desdobra. Se o que é próprio do governo dos indivíduos é tentar canalizar as ações, impondo certas definições e excluindo outras, isso nunca consegue fechar completamente ou tornar unidimensional a possível heterogeneidade das ações.

Como Émile Durkheim apontou desde o nascimento da sociologia, não existe vida social sem coerções. No entanto, se as coerções são uma característica ontológica da vida social, é necessário se livrar da ideia, central para ele e para quase todos os sociólogos posteriores, de que as coerções funcionam e se espalham de forma duradoura, uniforme e constante. Pelo con-

trário, para além da diversidade de coerções (objetivas, interativas, simbólicas, internalizadas etc.), *todas* elas têm um modo particular de operação: agem de maneira *irregular* (aqui e não ali); são *mediadas* (durante um período de tempo mais ou menos longo, o que complica a reatividade coercitiva do ambiente, por exemplo, entre o pagamento de impostos e a capacidade coercitiva do aparato estatal); são *transitórias* (as coerções se enfraquecem ou se transformam e, às vezes, deixam de agir). Em outras palavras, as coerções não são regulares, nem duráveis, nem permanentes.

Voltemos à heteroação. Sem dúvida, os atores têm margens de ação muito diferentes em face da coerção, dependendo de serem indivíduos ou atores coletivos poderosos. Para todos eles, contudo, a experiência da vida social é, ao mesmo tempo e de forma inseparável, maleável e resistente. Essa experiência se origina no excedente permanente de significados presentes em todas as sociedades e devido às formas irregulares, mediadas e transitórias em que as coerções operam. O problema, portanto, não é entender a ordem imanente no nível das práticas, como no projeto da etnometodologia (Fornel, Ogien e Quéré, 2001), mas entender como o mundo social condiciona ou limita *diferentemente* nossas ações em uma situação elástica irredutível.[8]

8. Delimitar essa dinâmica exige que se evite uma dupla dificuldade. Por um lado, é essencial libertar a análise sociológica de todos os caprichos funcionalistas e da ilusão de um mundo social no qual cada elemento teria uma razão de ser necessária e suficiente. Por outro lado, também é importante libertar-se da ideia de uma vida social que estaria constantemente preocupada com o significado de sua continuidade, exigindo assim um esforço permanente por parte dos atores para regular e coordenar seu comportamento. Essas duas representações de senso comum, a ordem estrutural e a ordem interacionista, não nos permitem compreender as características específicas da vida social, sua maleabilidade resiliente e as maneiras pelas quais o governo dos indivíduos opera a partir dela. Para um desenvolvimento detalhado desses pontos, consultar Martuccelli (2001, 2005 e 2014a).

A virada metafórica em favor da elasticidade não deve, portanto, levar à substituição da ideia de um mundo social sólido e rígido, organizado em torno de princípios rígidos de ordem (descritos em termos de sistemas, campos, configurações), pela representação de um mundo social líquido (Bauman, 2000) ou de uma modernidade desorganizada ou complexa, sujeita a diferentes fluxos e fluidos (Urry, 2003; Wagner, 1996; Castells, 1998; Appadurai, 1996; García Selgas, 2007). Em sua elasticidade intrínseca, a vida social não se caracteriza nem por pura rigidez ou solidez, nem por liquidez ou fluidez radical.

Muitas visões e categorias do pensamento sociológico contemporâneo tendem a apontar, sob a cobertura de metáforas abertas (redes, fluxos, fluidos, desordem, complexidade ou contingência), a transição *histórica* entre dois tipos de sociedade. O mundo social já foi sólido e organizado, hoje é líquido e complexo. Entretanto, ao inscrever essa modificação metafórica (do sólido para o líquido) como consequência de uma transformação histórica, esses estudos reafirmam, mesmo que não intencionalmente, a ideia de uma sociedade industrial sólida e organizada, eliminando assim a necessidade de conceituar a vida social como um reino de maleabilidade resistente.

Certamente, a elasticidade da vida social é mais evidente, por exemplo, no momento da transição de economias nacionais reguladas para sociedades globalizadas caracterizadas por uma transformação das estruturas organizacionais e institucionais (mudanças que as noções de pós-modernidade, modernidade

desorganizada ou líquida, ou globalização procuram identificar). No entanto, apesar da importância dessas mudanças e perturbações, não estamos testemunhando nem a dissolução generalizada dos antigos vínculos sociais nem a entrada em um mundo sem precedentes em sua natureza desenfreada. O importante está fora da solidez e da liquidez. Se a visão monolítica da ordem no passado é uma ilusão retrospectiva permanente da modernidade, a visão tentacular da ordem no presente é o objetivo projetivo permanente do governo dos indivíduos.

Nesse ponto, a metáfora da elasticidade estabelece uma separação analítica com a tese do fim da modernidade organizada ou do início da modernidade. Se a sociedade industrial produziu universos sociais homogêneos e biografias padronizadas, ela o fez apenas dentro de uma vida social que sempre reteve doses significativas de elasticidade e que sempre permitiu formas de heteroação (algo muito evidente, de muitas maneiras, no mundo do trabalho). A sociologia, sob a influência dupla e duradoura do marxismo e do funcionalismo, minimizou muito essas realidades, designando-as, na melhor das hipóteses, como desvios ou contradições. Hoje, apesar das alegações dos defensores de uma segunda modernidade (Beck, Giddens e Lash, 1994) ou de uma sociedade incapaz de se estabilizar após a autonomização dos sistemas sociais (Luhmann, 1995), a vida social ainda é enquadrada por importantes limites e coerções estruturais. Não houve transição do sólido para o líquido. Em *todos* os seus períodos históricos, a vida social tem sido, ao mesmo tempo e de forma inseparável, quente e fria, instituição e movimento.

V. Controles, crenças e hierarquias

Tudo o que foi dito acima pode parecer um tanto abstrato, mas é profundamente concreto. Por quê? Porque nos força a interrogar a questão do governo dos indivíduos a partir de sua própria origem, ou seja, a possibilidade irredutível de ações heterogêneas na vida social. É contra essa possibilidade e sua impossível erradicação que o governo dos indivíduos está sendo constantemente pensado e reorganizado.

Nesse ponto, é importante reconhecer uma transformação histórica fundamental. Dados os poderes concretos de controle disponíveis (armas, estados, administração, alfabetização, tecnologias de poder) e, acima de tudo, os limites factuais muito importantes, o domínio dos indivíduos teve de ser exercido por meio da mobilização ativa de recursos simbólicos. Durante séculos, a ordem social se baseou em fatores simbólicos e religiosos, muitas vezes graças a uma articulação teológico-política, na qual *hierarquias* e *crenças* eram o principal substrato do governo dos indivíduos. O temor a Deus, ao Rei, ao Pai, a autoridade que os reconhecia e a dominação exercida em seu nome por meio de hierarquias naturalizadas, fortemente sustentadas por diferentes sistemas de crenças, eram os pilares da ordem. Esse domínio simbólico nunca aboliu a necessidade de controles factuais (exércitos, juízes, impostos etc.), mas sua força e, acima de tudo, sua legitimidade, estavam subordinadas à força das crenças e hierarquias.

O advento dos tempos modernos muda substancialmente essa equação. Na verdade, por muito tempo, de fato, estabele-

ceu-se uma dinâmica particular entre crenças, hierarquias e controles. Enquanto os últimos aumentavam constantemente em número, força e eficácia (algo absolutamente notório no nível dos Estados), as crenças e hierarquias, e suas várias teorizações políticas e sociais, permaneceram *analiticamente* centrais. Isso foi uma consequência da influência que a religião, como uma economia geral do mundo, continuou a ter sobre os indivíduos – e sociólogos – na modernidade.

Progressivamente, sem que isso tenha sido totalmente reconhecido e teorizado no que diz respeito o *novo* governo dos indivíduos, os controles se tornaram mais importantes do que as crenças e as hierarquias. É essa condição histórica, *dentro da elasticidade irredutível da vida social*, que está no centro e no pano de fundo dos capítulos a seguir. Em suma, clérigos e cortesãos perderam poder em benefício dos engenheiros. A ação material sobre as situações ganhou importância em detrimento da ação persuasiva sobre as intenções. Hoje, como veremos, estamos testemunhando, no que diz respeito ao governo dos indivíduos, uma autonomização e, em alguns casos, até mesmo uma separação relativa entre controles, crenças e hierarquias e, acima de tudo, um peso cada vez maior atribuído à coerção factual. O fim da equação inicial e o crescente desequilíbrio entre controles, crenças e hierarquias em favor dos primeiros nos permite reler a história da racionalização moderna e as transformações atuais de uma maneira particular. Isso torna necessário prestar mais atenção às práticas de coerção e seus instrumentos, evitando, ao mesmo tempo, qualquer unidimensionalidade na análise.

[1] No que diz respeito à história da racionalização, levar em conta a elasticidade irredutível da vida social tende a enfatizar dimensões que são conhecidas há muito tempo, mas que têm sido analiticamente minimizadas, se não ignoradas. Estudos sociológicos mostraram, particularmente no campo do trabalho, os limites de qualquer projeto de dominação racional e total, destacando a irracionalidade das organizações ou a resistência dos indivíduos por trás do imaginário moderno de racionalização. A lacuna sempre foi irredutível entre, por um lado, a experiência de trabalho e suas dimensões informais e, por outro lado, o plano de produção e organização imposto pela empresa como um modelo prescritivo. Nessa lacuna irredutível, os trabalhadores desenvolveram estratégias baseadas em várias formas de conhecimento, experiências e solidariedades, o que lhes permitiu regular a produção de forma relativamente autônoma contra e apesar dos controles impostos pela gerência. Essa iniciativa dos trabalhadores, que resistia a qualquer formalização completa, era até mesmo uma condição indispensável para o funcionamento de uma empresa. Nenhuma organização, por mais científica que tentasse ser, jamais conseguiu abolir essa dimensão. A permanência dessas iniciativas mostra, no coração do principal *locus* de poder nas sociedades industriais, a empresa, os limites de qualquer organização formal de produção: ela só pode realmente funcionar com a ajuda de uma organização informal que escapa ao seu controle (Castoriadis, 1973).

De fato, é o reconhecimento dessa realidade que tem impulsionado grandes mudanças na gestão da força de trabalho há

várias décadas. Independentemente da controvérsia sobre seu escopo real, houve uma mudança do desejo de eliminar todas as formas de iniciativa do trabalho (como na versão clássica do taylorismo) para um tipo de mobilização controlada de participação e organização informal dos trabalhadores a serviço da empresa.[9] Embora esse apelo à iniciativa permaneça sob vigilância, ele não se baseia mais em regras estritamente definidas, mas em uma renovação constante do envolvimento subjetivo dos funcionários. As novas formas de gerenciamento, observando a lacuna entre a organização formal e o desempenho real do trabalho, entre o trabalho prescrito e o trabalho real, estão se esforçando, por vários meios, para controlar em uma nova base o envolvimento pessoal sem o qual o trabalho não pode existir. O desejo de racionalização não desapareceu, e as organizações continuam tentando neutralizar as formas tradicionais de iniciativa dos trabalhadores por meio de novas formulações ideológicas (Boltanski e Chiapello, 1999). Entretanto, além dos novos modelos gerenciais, as margens, a resistência e as iniciativas continuam tão ativas hoje quanto no passado (Durand, 2004).

Como esse exemplo ilustra (voltaremos a esse aspecto em outros capítulos), não houve transição do sólido para o líquido, mas sim a permanência da dinâmica entre vários modos de governo dos indivíduos e a realidade irredutível de ações heterogêneas. Dentro dessa continuidade, há uma busca por novas modalidades de envolvimento dos funcionários e a reconfiguração dos controles.

9. As primeiras tentativas dessa inflexão podem ser rastreadas até a chamada teoria das relações humanas de Elton Mayo, do final da década de 1920.

[2] A observação da existência de ações heterogêneas no passado não deve servir para negar a especificidade da situação contemporânea. Se algo caracteriza o momento atual, é a diversidade de situações em termos de governo dos indivíduos (algo que abordaremos em detalhes quando estudarmos várias experiências), mas, acima de tudo, uma profunda renovação de seus mecanismos e modalidades de exercício. Em termos simples, e como já antecipamos, há uma inflexão em favor dos controles e em detrimento das crenças e hierarquias, um processo no qual, como veremos em outros capítulos, a revolução digital e a inteligência artificial (IA) desempenham um papel fundamental.

A notável expansão dos controles está ocorrendo em um momento em que, paradoxalmente, as sociedades contemporâneas, prisioneiras de muitas interdependências, cada vez mais se consideram incapazes de governar todas as práticas. Daí, sem dúvida, como veremos, o desejo de digitalizar amplamente o mundo social. No entanto, na realidade, apesar do aumento dos controles e da vigilância, há uma consciência crescente das dificuldades em regular a população e a migração, a persistência de um setor informal ou ilegal nas sociedades industriais, os volumes de evasão fiscal, o surgimento de máfias transnacionais que desafiam o poder de controle dos Estados e das organizações internacionais, mas também a proliferação de riscos ecológicos, epidemias ou alimentos não controlados.

Embora seja absurdo negar os consideráveis diferenciais de poder desfrutados por diferentes atores, nenhum deles, por mais

poderoso que seja, pode impor sua vontade em todos os lugares. Esse é um dos paradoxos do poder nas sociedades atuais: nunca cresceu tanto, nunca foi percebido como tão fraco (Naím, 2014). Tanto a vida social como um todo não consegue mais ser representada como regulada quanto demonstra o colapso do totalitarismo no século XX; mesmo em áreas mais setoriais, como a economia, a cultura ou o consumo, as táticas dos atores muitas vezes escapam a qualquer poder regulador global. A dificuldade de compreensão está na *coincidência* de diferentes processos; no aumento *simultâneo* de controles, por um lado, e de iniciativas e ações heterogêneas, por outro; na *impossibilidade* de continuar a perceber a sociedade como atravessada e constituída por um princípio de ordem geral, coerente e totalizante, sem, no entanto, impedir que ele continue a governar o comportamento.

Assim, surge uma lacuna importante entre a percepção comum que os atores têm de um mundo que desafia qualquer lógica estrita de controle e muitas representações analíticas que ainda pregam a existência de um projeto totalizante de controle. Várias dessas análises, diante do inevitável reconhecimento do movimento por trás da ordem, dos múltiplos fracassos cotidianos do poder, dos difíceis exercícios de autoridade (Araujo, 2016 e 2021), são forçadas, mais ou menos sub-repticiamente, a reintroduzir versões atualizadas da teodiceia ou da astúcia da história para inverter os significados de todos esses fatos, interpretando-os como formas de recuperação ou caos organizado. Somente a esse preço eles conseguem torná-los compatíveis com a ideia de controle total e absoluto.

Se todas as fronteiras construídas (Estados, instituições, papéis, regras, sanções) buscam restringir a elasticidade da vida social, trata-se de um trabalho sempre inacabado, pois é ontologicamente inacabável. Dependendo do tipo de ação estudada ou da área da realidade abordada, a articulação é diferente. Porém, todas as vezes, mesmo de formas diferentes, o que é constante é a tríade fundadora do governo do indivíduo: a irredutibilidade problemática de ações heterogêneas, o aumento dos controles e a transformação dos consentimentos.

Voltaremos a esse assunto mais tarde, mas vamos ilustrar essa tensão por meio do consumo, uma das práticas sociais mais sujeitas a controle no mundo atual, que é, ao mesmo tempo, uma das áreas mais surpreendentes de iniciativa individual e ações heterogêneas. No caso do consumo, o controle é um jogo permanente de sedução. Os comportamentos são monitorados satisfazendo-os e não reprimindo-os. Aqui reside o verdadeiro paradoxo do consumo: como Zygmunt Bauman (1988) apontou, o momento da compra transmite uma sensação de liberdade (de escolha) que contrasta fortemente com o que os indivíduos normalmente experimentam em outras atividades sociais.[10] O indivíduo escolhe. É verdade que sua escolha opera em meio a um universo sob forte controle e em meio a uma gama reduzida de produtos (e coerção de preços...), mas isso não impede que os atores vivenciem um momento de liberdade. Um momento paradoxal de liberdade. Além disso, o consumo é um exemplo da possibilidade de ações heterogêneas em meio a situações assimétricas

10. Com o passar do tempo, a posição de Bauman sobre o consumo mudou substancialmente: ele tem negligenciado cada vez mais o aspecto dialético do consumo em favor de uma concepção mais unilateral do consumo como dominação total. V., por exemplo, Bauman (2007).

de poder ou coerção de consentimento. Para designar algumas dessas práticas no nível do consumo, Michel de Certeau (1980) fala de táticas ou astúcias por meio das quais os indivíduos revertem ou neutralizam os controles, como quando uma dona de casa faz compras com sua lista de produtos em mãos, uma tática que lhe permite, ao percorrer o supermercado a partir de uma trajetória autocentrada, neutralizar as estratégias de *marketing*. Obviamente, os controles de grandes grupos econômicos e a proliferação de estratégias de *marketing* não podem ser subestimados, mas eles não são ilimitados nem todo-poderosos.

Contra todos aqueles que, principalmente a partir de um pensamento crítico que se baseia no trabalho pioneiro da Escola de Frankfurt, analisam o consumo como um confisco da liberdade dos indivíduos, a análise das práticas produz resultados menos inequívocos. Além de o consumo ter múltiplos significados sociais no nível das relações interpessoais, muitos indivíduos estão parcialmente cientes da crescente complexidade das técnicas de controle às quais estão sujeitos quando consomem. Nem todos se tornam críticos e apoiadores do consumo responsável, mas muitos desenvolvem uma atitude furtiva em relação a ele. É verdade que, em seu comportamento, eles se submetem a muitos controles factuais, mas o fazem por meio de uma consciência ambivalente. Alguns, como na famosa imagem da Odisseia retrabalhada por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1974), tampam os ouvidos com cera para não ouvir o canto das sereias (e suas ofertas); outros, como na releitura de Jon Elster (1979) da estratégia de Ulisses, amarram-se ao mastro para resistir, mas sem se

privar do canto das sereias. Na maioria dos casos, porém, isso não impede a eficácia dos controles. É isso que precisamos entender.

* * *

Neste capítulo, apresentamos uma estratégia para repensar, levando em conta as características ontológicas da vida social e sua elasticidade irredutível, a questão do governo dos indivíduos. No entanto, uma vez que esses princípios tenham sido estipulados, é essencial fazer um relato detalhado, a partir de uma *perspectiva histórica*, do que, por enquanto, apenas esboçamos rapidamente como a grande mudança de tendência contemporânea no que diz respeito ao governo dos indivíduos: a primazia dos controles sobre as crenças e hierarquias. É sobre isso que discutiremos no próximo capítulo.

Capítulo 2
GRANDES TRANSFORMAÇÕES

Três noções se destacam, mesmo antes do surgimento das ciências sociais, no que diz respeito ao governo dos indivíduos: *autoridade*, dominação e poder. Nossa hipótese é que, no equilíbrio e na tensão entre elas, devido a grandes mudanças estruturais que detalharemos a seguir, está surgindo um novo cenário analítico: (1) estamos testemunhando uma crise tendencial de autoridade, no sentido estrito e mais preciso do termo; (2) no que diz respeito à equação analítica da *dominação* (coerção e consentimento), a obtenção do consentimento em si, sem desaparecer, perdeu peso e função em benefício da instrumentalização da coerção (ameaças, controles); (3) estamos testemunhando cada vez mais um confronto estratégico de assimetrias *de poder* em muitos domínios e entre diferentes atores sociais.

Em outras palavras, por um lado, há uma crise de autoridade e um enfraquecimento da dominação-consentimento; por outro lado, há um claro aumento da dominação-coerção e das assimetrias de poder. Nesse cenário, os atritos e conflitos estão se multiplicando. O crescente recurso às esferas judicial e legal está aumentando como forma de regular situações que não podem mais ser reguladas pela autoridade, acompanhado por um forte desejo de monitorar e punir (Garland, 2001; Fassin, 2017). Entretanto, também há um aumento na crítica social na vida co-

tidiana e na necessidade de justificar ações (Boltanski e Thévenot, 1991). Todos os itens acima são alguns dos muitos exemplos possíveis da crescente complexidade no governo dos indivíduos.

Para compreender a situação atual, começaremos com as principais mudanças estruturais que explicam o novo equilíbrio nocional entre autoridade, dominação e poder. O objetivo deste capítulo não é descrever esses processos em detalhes (aos quais retornaremos em outros capítulos), mas sim apresentar uma visão geral sinóptica das principais transformações atuais. Começaremos com os controles, já que sua modificação, aumento e intensificação condicionam todas as outras transformações no governo dos indivíduos.

I. A revolução dos controles

1. Ampliação e intensificação dos controles factuais

Os controles operam por meio de suportes econômicos, legais, técnicos ou organizacionais que regulam/canalizam/restringem comportamentos de fato, mesmo independentemente da obtenção forçada de consentimento ou de consentimento que tenha sido conciliado. Em muitas áreas, "a coerção é vista tanto como um *limite* para a ação quanto como um *determinante* da ação" (Courpasson, 2000, p. 24). A tendência é, portanto, minimizar o papel dos fatores que enfatizam a adesão e a submissão em favor de um sistema de coerção que, de outra forma, limita a ação. O ator, individual ou coletivo, é obrigado

a se submeter a uma restrição exógena diante da qual ele se sente impotente.

Esses controles às vezes operam à distância, independentemente das interações face a face (por meio da mídia digital, por exemplo), mas também operam nas relações face a face. O importante é que eles agem mais no nível do enquadramento das situações do que por meio de inculcação ideológica explícita. A prática não nasceu com as TICs (tecnologias de informação e comunicação), e até tem sido um dos desejos mais antigos no exercício do governo dos indivíduos, mas tem visto novas manifestações tecnológicas com a terceira e a quarta revoluções industriais (robótica, IA). Embora muitas vezes seja apresentado como um bloco, há uma diversidade de tipos de controle.

O primeiro tipo de controle factual é econômico: uma dimensão inseparável do capitalismo moderno e a obrigação a que os trabalhadores legalmente livres estão sujeitos de vender sua força de trabalho em um mercado de trabalho. Essa característica estrutural do capitalismo, que Karl Marx (1977) colocou na base de seu sistema de dominação, foi atenuada em *certas* sociedades após a Segunda Guerra Mundial, mas foi intensificada novamente com o enfraquecimento dos direitos sociais, a moderação salarial ou o endividamento. Uma das principais características do capitalismo moderno está associada à mudança da subordinação formal, típica das antigas manufaturas e sancionada principalmente pelas horas de trabalho, mas com poucos controles efetivos nas oficinas, para a subordinação real sob a

marca de controles cada vez maiores e mais intensos do trabalho e da produção. Os controles tentam criar um sistema entre si, tentam limitar as ações dos subordinados, especialmente do lado de fora, pela força das coisas.

Em uma continuidade inegável, é importante entender a mudança atual. Durante muito tempo, qualquer que fosse a força das coerções, a adesão e o consentimento dos subordinados eram considerados decisivos. Certamente, a noção de *reificação* foi um primeiro ponto de inflexão importante, pois destacou a tendência fundamental do capitalismo de tratar as relações entre indivíduos como relações entre coisas. Foi uma das primeiras noções pelas quais se buscou apreender um sistema total de dominação que oprimia a todos. Conforme exemplificado por Marx, independentemente de sua vontade pessoal, o capitalista é obrigado, sob pena de falência econômica, a agir (acrescentemos, dentro de certa elasticidade)[11] como um patrão capitalista: pressões sistêmicas, altamente coercitivas, impõem-se à sua determinação. Como será discutido em outros capítulos, os controles econômicos são cada vez mais percebidos como coerções factuais intransponíveis.

Um segundo tipo de controle que também se acentuou nas últimas décadas tem mais de um vínculo com a modalidade anterior: o disciplinamento da força de trabalho por meio de controles legais. Esse foi um dos principais mecanismos utilizados pela ofen-

11. Como mostra um vasto setor da economia atual (cooperativas, mútuas, terceiro setor, economia solidária etc.), mas também muitas aventuras ou comunidades utópicas (Pessin, 2001), dentro de certas margens mais ou menos elásticas, certas formas de ação heterogênea são possíveis dentro do capitalismo.

siva política e empresarial conservadora-neoliberal nas décadas de 1970 e 1980: modificar as garantias e os direitos associados ao contrato de trabalho. As transformações no mercado de trabalho (aumento dos contratos "atípicos", subcontratação, terceirização, trabalho autônomo etc.), como facilitadores jurídico-contratuais da disciplina do trabalho, faziam parte de um processo mais geral de renovação dos controles. O taylorismo implicava a escolha de um sistema de produção, não apenas por razões técnicas, mas também para controle (Marglin, 1973). Esse foi apenas o primeiro de muitos processos diferentes de desqualificação e controle profissional (Braverman, 1978). Da mesma forma, as transformações legais no nível dos contratos de trabalho (muito presentes no capitalismo de plataformas virtuais) não devem ser lidas apenas como uma variável econômica, mas também como um novo mecanismo de disciplina (Stecher e Morales, 2024). O disciplinamento legal diz respeito tanto aos assalariados quanto a certos setores da comunidade empresarial, mas também inclui os governos (por meio da prioridade dada, e inscrita em textos legais coercitivos, à luta contra a inflação ou a certos equilíbrios macroeconômicos, como os critérios impostos no âmbito da União Europeia). Os chamados empréstimos baseados em políticas (frequentes quando um país recorre ao FMI) também são um exemplo desse tipo de disciplina: o fato de os Estados aderirem ou não às políticas que lhes são impostas não é muito significativo; o importante é que eles realmente cumpram essas exigências na prática.

O terceiro tipo de controle é o organizacional. Embora eles sempre tenham existido no passado, uma das novidades relativas

das últimas décadas é a vontade expressa de usar a pressão dos coletivos de trabalho, mas também a renovação dos controles sociais informais no nível da opinião pública como mecanismos de controle: pressão dos colegas no trabalho para alcançar os resultados estabelecidos e, portanto, os bônus; transformação da visibilidade e exposição individual aos olhares e intimidações do grupo etc.

O quarto tipo de controle, às vezes transversal aos anteriores, é do tipo sociotécnico. Com a terceira e a quarta revoluções industriais, esse modo de regular os atores assumiu proporções sem precedentes. Nenhum outro tipo de controle é mais revelador da própria dimensão factual a partir da qual se tenta hoje governar os indivíduos. Basta evocar, entre muitas outras ilustrações, um exemplo cujo interesse reside precisamente em sua banalidade: o controle presente nas plataformas digitais em que, se os itens obrigatórios (geralmente marcados com um asterisco) não forem preenchidos, a ação é simplesmente impossível. O controle digital possibilita contornar o espinhoso problema de forçar ou conciliar o consentimento, e até mesmo estabelece uma linha de conduta necessária em meio a uma esmagadora assimetria de poder. Pensemos também nas novas possibilidades de controle associadas aos algoritmos no nível, por exemplo, da gestão do trabalho dos jogadores de futebol durante uma partida, cujos desempenhos, movimentos, tempo de posse de bola, passes, lentidões são avaliados em tempo real pelos técnicos. Ou na presença desses tipos de controle nas bolsas de valores, em que se generalizou o uso de algoritmos para execu-

tar estratégias de investimento com velocidade muito – muito – maior que a dos humanos, às vezes com o objetivo expresso de obter total autonomia (ou seja, controle) das operações do mercado de ações.

Novas formas de governo comportamental foram consolidadas graças a algoritmos que, até pouco tempo atrás, eram difíceis de realizar ou mesmo de imaginar. Por exemplo, na gestão do trabalho (por meio do *cloppening*), é possível comunicar o horário de trabalho aos trabalhadores com apenas uma semana de antecedência e, no caso de algumas empresas nos Estados Unidos, regular esses serviços para que nunca ultrapassem 34 horas semanais (porque os funcionários obtêm determinados benefícios a partir das 35 horas). O controle por algoritmos propositalmente, por exemplo, de uma seleção de candidatos a um emprego por meio de uma avaliação automatizada de currículos não exclui a decisão. Os algoritmos são, eles próprios, decisões (opacas, ocultas etc.), mas quando automatizados e matematizados são percebidos como meramente factuais (O'Neil, 2017). Assim, a dominação é exercida, mesmo que em alguns casos o consentimento seja obtido em última instância, mas os controles são apresentados e percebidos como operando em uma base estritamente factual.

Esse é o cerne da mudança que a revolução digital e a da IA provocou e aprofundará, no que diz respeito o governo dos indivíduos. Além da questão – controversa – do grau efetivo de determinismo comportamental que é alcançado, o importante

é que estamos visando a uma determinação de comportamentos além das intenções explícitas dos atores. As mensagens publicitárias personalizadas, graças ao armazenamento e ao processamento de comportamentos anteriores na Web, tornam as correlações progressivamente normativas (Harari, 2017; Koenig, 2019). De fato, elas ditam o que os indivíduos farão independentemente de sua vontade ou consciência.

Como mostra essa lista heterogênea, nem tudo é novo no aumento dos controles, mas a articulação conjunta das transformações produziu uma mudança de escala.

2. Divulgação dos controles

Em contraste com o passado ainda recente em que os controles eram velados (daí o trabalho necessário de desvelar a crítica social), no mundo atual a visibilidade dos controles tende a ser generalizada. Assim, por exemplo, é indicada a presença de câmeras em locais públicos ou em prédios com serviços de vigilância privada; em muitos serviços comerciais on-line, fica explícito que as conversas serão gravadas (o que permite o duplo controle de funcionários e clientes). Isso não é pouca coisa: se por muito tempo houve uma tentativa de tornar os controles invisíveis (um aspecto fundamental para alcançar um comportamento conciliado com a autoridade), a partir de agora eles estão cada vez mais visíveis para aumentar sua eficácia factual no nível do governo do comportamento. O fato de os indivíduos saberem como são controlados faz parte do próprio processo de governar seu comportamento.

De fato, é necessário ir um pouco mais longe. Uma das grandes novidades do controle digital é que, diferentemente da distopia de *1984*, de George Orwell, ou do projeto Panóptico, de Bentham, os atores colaboram consciente e *voluntariamente* em sua própria vigilância. Os indivíduos estão mais ou menos cientes de que, toda vez que acessam determinados *sites* ou redes sociais (Facebook, X, Instagram, TikTok), eles transmitem dados, mas, seja porque "não podem fazer outra coisa" ou porque o universo digital lhes proporciona satisfações narcisistas e hedonistas, eles aceitam essa realidade com certa imprudência e abandono (Harcourt, 2020). Novas relações são estabelecidas entre desejo e poder. Os indivíduos querem se exibir, se expor, se dar a conhecer e ser reconhecidos (o que exige o recurso às redes sociais) e, ao mesmo tempo, expressar preocupações com sua intimidade e vida privada.

Essa mudança é importante porque transforma o trabalho propriamente ideológico de dominação – consentimento ou autoridade. Sem que esses aspectos desapareçam, a crescente visibilidade dos controles significa que o trabalho de justificar e legitimar o governo dos indivíduos tende a perder sua centralidade. Os processos de orientação escolar dos alunos são um bom exemplo da forma como a visibilidade dos controles, transformados em labirintos de vidro, opera: o ator "vê" tudo (tanto o resultado das estruturas acima dele quanto a diversidade hierárquica das possíveis trajetórias escolares), mas não consegue se libertar dos controles exercidos sobre ele (Berthelot, 1993).

Essa dimensão nem sempre recebe a importância que merece, em grande parte devido à tendência ainda presente em grande parte da sociologia da dominação de atribuir um papel fundamental às crenças, às ideologias e ao *soft power*. Entretanto, o essencial não é mais jogado nesse nível. Por exemplo, as críticas (comuns, políticas, acadêmicas) ao neoliberalismo são frequentes e reiterativas, mas todo esse trabalho crítico não questiona a força das estruturas práticas que os atores sociais percebem e suportam como blocos sólidos impossíveis de serem transformados. Uma das defesas ideológicas mais frequentes do "sistema" é, portanto, feita precisamente com base em considerações factuais: é simplesmente impossível mudar as coisas, dado o poder dos mercados, dos fluxos financeiros e da globalização. Ninguém expressou melhor essa mudança de direção no governo dos indivíduos do que Margaret Thatcher e seu famoso TINA, *there is no alternative* [não há alternativa]. Em última análise, a ideia de que o governo dos indivíduos se faz "carne" com a realidade.

Consequentemente, o governo exercido pelos chefes (entendido tanto na multiplicidade de suas figuras quanto no sentido amplo de seu exercício, ou seja, até mesmo como uma instância impessoal de controle comportamental) baseia-se cada vez menos em autoridade, aura, carisma, respeito, admiração ou violência simbólica (todos inseparáveis de um importante trabalho de inculcação ideológica) e cada vez mais em uma capacidade efetiva de controle, coerção, vigilância, sanção, constantemente lembrada ao subordinado. Os atores são forçados a se subme-

ter a controles factuais, mais ou menos independentemente de qualquer consentimento. A vontade é subjugada aos fatos.

Outra variante da divulgação dos controles pode ser vista no uso de controles *ex post* como uma forma de regular o comportamento *ex ante*. Em outras palavras, o comportamento é governado sob o postulado, inseparável de uma ameaça e suspeita latentes, de que tudo o que é feito pode ser controlado, dados os rastros registrados no mundo (rastreamento). Sob a cobertura desses novos poderes de controle, a filosofia do governo dos indivíduos muda em várias áreas da vida social de maneira mais ou menos sub-reptícia. Assim, por exemplo, há uma mudança do *depoimento* do cidadão para a generalização de controles factuais (cruzados) graças às declarações fiscais digitalizadas dos contribuintes. O controle factual por meio da rastreabilidade não é alheio ao projeto de eliminação da moeda física. O controle por meio da rastreabilidade também é evidente na generalização das câmeras em locais públicos (mas também nas casas das pessoas, seja por empresas de segurança contratadas para esse fim, seja por meio das câmeras que alguns pais usam para monitorar remotamente as babás de seus filhos).

3. A generalização das práticas de avaliação

Embora dediquemos um capítulo inteiro a isso, uma visão geral da atual revolução no nível dos controles seria seriamente incompleta sem levar em conta a importância adquirida nas últimas décadas pela avaliação. Em suma, trata-se de recorrer a um reforço altamente divulgado dos controles *ex post* como um

instrumento para direcionar o comportamento dos indivíduos. Os atores são governados retoricamente em nome de e com base em seus diferenciais de desempenho. Em certo sentido, pode-se dizer que a autoridade racional-legal, que se baseava no respeito escrupuloso aos procedimentos e que marcou o reinado do burocrata weberiano, é substituída pela figura de tecnocratas que governam a conduta por meio da engenharia de *benchmarking* (comparação de resultados e classificações de atores), um procedimento no qual a ação de cada ator (incluindo a do próprio avaliador) é sancionada (recompensada ou punida) de acordo com os resultados obtidos.

Nesse mundo, como o que importa é o sucesso (e não o cumprimento escrupuloso dos procedimentos), várias atitudes transgressoras são toleradas para que os resultados estabelecidos sejam alcançados. Em outras palavras, sem minar os controles, a gerência intermediária tem margem de manobra na organização de seu trabalho (dependendo das posições hierárquicas, a avaliação dos resultados é feita todos os dias, semanas ou anos), mas, em suma, o governo dos indivíduos é organizado em torno da obtenção – ou não – dos resultados definidos.

Embora os resultados sejam prescritos, o sentido de governo do comportamento é modificado. O importante não é a fonte de autoridade, nem mesmo a extração explícita do consentimento, mas os resultados diferenciados obtidos em um universo competitivo pelos diferentes atores. Várias lógicas opostas coabitam nesse processo. Por um lado, a filosofia

da avaliação renova e reforça os governos processuais ("*best practices*" [*práticas recomendadas*], certificações de qualidade), que operam como mecanismos poderosos para o controle factual do comportamento. Por outro lado, a filosofia da avaliação como uma forma *ex post* de controle comportamental dá cada vez mais poder aos gerentes de nível médio que avaliam diretamente as ações de seus subordinados (seja em entrevistas anuais, seja recomendando-os para uma promoção ou um bônus salarial), o que gera jogos de cortesia em várias organizações (Martuccelli, 2006).

A tensão geralmente está entre aplicar um protocolo de procedimentos e ser bem-sucedido. A figura do "ritualista" de Robert K. Merton, caracterizada por sua adesão escrupulosa às regras, não desapareceu, mas os valores do homem organizacional (Merton, 1965; Whyte, 1959) foram derrubados pela filosofia de avaliação e sanções baseadas em diferenciais de desempenho. Esse tipo de controle gera novas patologias, seja pela consolidação de práticas imorais nas empresas para a obtenção de resultados[12], seja pela acentuação do desconforto psicológico dos funcionários (depressão, *burnout*) devido à intensificação das pressões que sentem no mundo do trabalho (Ehrenberg, 1998; Aubert e Gaulejac, 1991; Otero, 2012; Kiroauc, 2015).

Não se trata de opor os estudos que insistem na importância do consentimento (como em todos aqueles que, por exemplo, de uma forma ou de outra, ainda se inscrevem na

12. Essa forma de controle incentiva práticas desviantes em prol dos resultados, o que explica, aliás, por que práticas ilegais ou fraudulentas no setor financeiro e em outros setores não foram sancionadas por tanto tempo. O que importa é o que tem sucesso. V. Stiglitz (2011).

continuidade da Escola de Frankfurt) àqueles que enfatizam a centralidade da coerção. O importante é entender, na coabitação desses dois fatores, a inflexão *tendencial* em favor dos controles e as modificações que isso acarreta no novo governo dos indivíduos. Se a renovação dos controles é ativa no mundo do trabalho (o que, aliás, mostra a relativa ausência de um discurso alarmista sobre o papel da autoridade nessa área), em outros setores, como a família ou a escola, à medida que existem equivalentes apenas parcialmente reais em termos de aumento e intensificação dos controles, o discurso sobre a crise da autoridade é generalizado.

II. A metamorfose das crenças

Essa segunda grande mudança estrutural deve ser entendida em conexão com a tendência de mudar da primazia das crenças para os controles, mas também da influência baseada na autoridade ou nas principais ideologias para formas de influência que são manipuladoras e agonísticas.

Como sempre, nada é radicalmente novo quando se trata do governo dos homens. Entre os gregos antigos, a retórica já tinha a vocação de produzir adesão à perspectiva de um orador e, desde então, muitos outros termos têm sido usados para descrever a produção de crenças: influência, persuasão, obnubilação, admiração, mas isso não deve nos levar a ignorar as inflexões em curso em pelo menos três direções principais.

1. Manipulações

Se já era uma questão de práticas de manipulação de opinião em publicidade comercial ou propaganda política desde o início do século XX, aqui também a mudança de escala foi consistente. A mobilização manipuladora de influência tornou-se o objetivo explícito de muitos estudos e experimentos realizados pelas ciências cognitivas ou neurociências (Ehrenberg, 2018); é o trabalho explícito de vários especialistas em gerenciamento de crises, *spin doctors*, consultores ou especialistas em comunicação, daqueles que produzem *storytelling* ou *fake news* (Castells, 2013; Salmon, 2007). Também é, contudo, o alvo de muitas mensagens políticas ou comerciais individualizadas que, com base no roubo ou na compra de listas de consumidores ou eleitores, e graças a várias estratégias de análise do tipo Big Data (como *big mining* ou *big targeting*), trivializam o uso manipulador e personalizado da influência

A informação nunca foi neutra, e sempre houve recurso à mentira. No entanto, é possível pensar que isso tende a ser praticado em um nível mais alto, de forma mais explícita e por um número crescente de atores. Por esse motivo, apesar de seus antecedentes, a situação atual apresenta especificidades que são importantes de serem reconhecidas e distinguidas. Nos regimes totalitários do século XX, o uso da propaganda e da mentira era uma arma explícita para influenciar, condicionar e censurar opiniões (Arendt, 2006). No entanto, nada resume melhor a resistência às mentiras da propaganda do que as telas de tele-

visão que foram colocadas viradas para fora nas janelas de muitos apartamentos na Polônia após o golpe de Estado de 1981: os cidadãos devolviam aos governantes suas mentiras. Em forte contraste com esses regimes, as democracias liberais pluralistas foram organizadas (apesar da existência de práticas explícitas de manipulação de informações na forma de trapaça, censura ou dissimilação) em torno de um sistema político com partidos de oposição, uma imprensa independente e um espaço público que, como uma arena de confronto, tornou a luta pela verdade um princípio fundamental da vida coletiva. Em outras palavras, o uso de mentiras como estratégia de influência (em seu auge em períodos de forte antagonismo social), mesmo que às vezes possa ter sido uma política sistemática (como em períodos de guerra), nunca foi abertamente admitido ou conhecido pelos cidadãos. O espaço público foi concebido como uma garantia da verdade por meio da discussão e da vigilância crítica dos cidadãos (Habermas, 1993).

Essa garantia também foi estabelecida no lado da recepção. Se a codificação das mensagens pode ser restringida no momento da emissão, a decodificação, apesar das múltiplas estratégias de influência e persuasão a que foi e é submetida, está aberta a interpretações. Se a maioria das pessoas não tem controle sobre a produção de mensagens (embora essa possibilidade tenha aumentado com a disseminação das TICs), elas têm algum controle no nível da interpretação. Como acabamos de mencionar, os canais de recepção nunca foram totalmente controlados, conforme testemunhado, em escala histórica, pelas

experiências do totalitarismo. As mensagens são interpretadas pelos atores por meio de diferentes socializações, de culturas heterogêneas, com base em diferentes estruturas cognitivas e emocionais (Castells, 2013, cap. III), por meio de influências interpessoais, interações com diferentes fontes de informação ou tipos de público, todos os quais aumentaram na era pós-mídia (Couldry, 2012).

É com isso em mente que a inflexão atual deve ser entendida. O recurso quase transparente a mentiras em um espaço público pluralista (por exemplo, as supostas armas de destruição em massa no Iraque em 2003, as mensagens no X, as informações falsas transmitidas por *bots* ou *trolls*, as frequentes declarações de Donald Trump) indicam uma mudança radical. A consciência da generalização dessas práticas também está exacerbando a erosão da confiança dos cidadãos nas instituições e nos tomadores de decisões políticas e está disseminando sentimentos de suspeita. A autoridade que se baseava no valor dado à fonte emissora e sua confiança nela dá lugar, como analisaremos em detalhes em outros capítulos, a estratégias abertamente manipuladoras.

2. Confrontos

Além dos aspectos mais ostensivamente manipuladores das *fake news* [*notícias falsas* ou *alternativas*], o importante é entender as mudanças estruturais que ocorreram na esfera pública contemporânea e como as TICs criaram novas arenas de conflito entre crenças, opiniões e influências.

Voltaremos a esse assunto em detalhes em outros capítulos, mas vamos levar em conta agora a multiplicação de atores que emitem interpretações ou opiniões alternativas, bem como *sites* que reúnem indivíduos que têm representações diferentes e, às vezes, opostas àquelas mobilizadas e legitimadas pelas principais instituições sociais. Se essa realidade não é nova em si mesma – os historiadores mostraram os limites da imposição da ideologia dominante no passado, especialmente nas camadas populares (Abercrombie; Hill; Turner, 1987; Ginzburg, 2014) –, a federação mais frequente e mais fácil dessas contravisões, graças às TICs, constitui um ponto de inflexão. Embora os resultados empíricos sejam menos unívocos, a frequência a determinados *sites* e a leitura de mensagens personalizadas enviadas para fins claramente instrumentais tendem, pelo menos potencialmente, a encerrar determinadas pessoas em universos ideológicos estanques. Além disso, se as expressões contemporâneas de conspiração se baseiam, como no passado, em coordenadas ideológicas, sua realidade atual vai muito além. Por um lado, elas convocam vieses informacionais de um novo tipo: os conspiradores geralmente sabem muito mais sobre um determinado evento do que a maioria dos cidadãos, mas o que eles sabem é tendencioso ou incompleto (Cazeaux, 2014). Por outro lado, elas moldam uma agonística de influência que é muito mais *simétrica* do que no passado.

Para entender esse aspecto, vale a pena relembrar a teoria dois degraus (*two steps*) ou os dois passos influência). De acordo com essa perspectiva, uma proposta é aceita ou aderida porque

foi adotada por uma pessoa de confiança (geralmente por uma combinação de motivos estatutários, morais ou políticos). Em outras palavras, porque um parente, um líder, um grande empregador, um sindicalista, um editorialista renomado fez "sua" uma opinião, ela exerceu influência sobre aqueles que reconhecem sua autoridade. Assim, a influência passava por alguém que era reconhecido como autoridade por uma combinação de vários motivos. Entre os complotistas, esse processo ainda está ativo (eles sabem o que sabem porque confiam em determinados sites), mas também porque, e isso vai além da teoria das duas etapas, eles procuram ativamente e em meio a uma grande desconfiança institucional vários *sites* de informações para formar uma opinião.

Resultado: no campo político, estamos testemunhando a generalização de uma concepção gramsciana, por assim dizer, da luta entre hegemonia e contra-hegemonias. Aqui também a inflexão faz parte da continuidade do passado com especificidades inegáveis: se a era das ideologias marcou o advento de uma época inseparável de um espaço público conflituoso, e se o combate hegemônico foi um aspecto importante das sociedades civis ao longo do século XX, a situação atual exacerba ambas as realidades. Abordaremos esses pontos em detalhes mais adiante, mas a imposição impossível de uma imposição uniforme *de uma* ideologia dominante dá lugar a uma concepção muito mais agonística de debates e informações. De *todos* os debates e de *todas* as informações. A produção de visões contra-hegemônicas do mundo (que é a marca registrada dos movi-

mentos sociais e da crítica social) entra em competição com um conjunto de práticas comuns de micromensagens alternativas. É claro que os níveis de questionamento da realidade entre os dois nunca são os mesmos: no primeiro caso, o objetivo é questionar os principais princípios da ordem dominante (por exemplo, propriedade privada ou produtivismo); no segundo, é apenas espalhar a sensação de que, em todas as questões, há opiniões diferentes irreconciliáveis. A imposição de crenças é mais do que nunca uma luta agonística.

Resultado: não apenas o consentimento não é mais conciliado, mas muitas vezes nem mesmo é mais o objetivo. A generalização da exposição às *notícias* (canais contínuos de informação, portais de notícias, alertas de telefones celulares etc.) e a experiência da oposição comum de perspectivas às vezes alimentam indecisões compartilhadas e, muitas vezes, formas de polarização que, em sua diversidade, vão muito além da clivagem dos antigos universos ideológicos (a tal ponto que as coordenadas agonísticas se multiplicam). A impressionante natureza agonística da esfera pública de hoje, encenada diariamente em torno de uma ampla variedade de questões, torna ilusória a ideia de uma autoridade consensual generalizada. Basta ler, por exemplo, as dezenas de reações dos leitores a um único artigo de jornal para entender isso.

A tese da crescente importância da questão do *soft power* na substituição ou no deslocamento de noções como ideologia ou autoridade reconhece parcialmente essa mudança, mas

apenas em parte. De fato, em muitos dos usos da noção de soft power, da geopolítica às relações sociais (Anderson, 2015; Guilluy, 2018), ela é apenas um novo nome para o antigo trabalho de inculcação ideológica. Certamente, a natureza conflitante da influência é melhor e mais abertamente reconhecida, mas ainda se acredita fundamentalmente na importância decisiva das crenças compartilhadas no governo dos indivíduos. Se essa dimensão não desapareceu, ela não é mais a que melhor descreve as práticas de governo contemporâneas.

Mas por que questionar a centralidade das crenças? Porque o que está se enfraquecendo na esfera pública de hoje é a política de consenso e compromisso, que (na estrutura dos regimes democráticos pluralistas) era o objetivo da luta ideológica. No passado, sem ignorar a divergência estrutural de interesses, o objetivo explícito da política era eliminar as diferenças, formar coalizões de interesses e alianças entre grupos, em suma, alcançar o consenso além do dissenso. Hoje, ao contrário, o que é frequentemente incentivado é uma política de confronto, polarização de clivagens, produção de dúvidas, em outras palavras, a representação de uma vida social dividida em campos irreconciliáveis. Se tais situações ocorreram no passado, isso tende a transformar a norma em um mundo pós-verdade. As discussões públicas giram em torno dos casos mais controversos e aporéticos, aqueles que parecem não ter solução, a fim de persuadir as pessoas da impossibilidade de consenso (particularmente visível em debates sobre multiculturalismo ou gênero). O objetivo da política de influência é, portanto, mais aprofundar o dissenso do que estimular o consenso. O ob-

jetivo é personalizar as mensagens enviadas a cada indivíduo para reforçar suas "próprias" crenças.

3. Perguntas

O fenômeno mais importante no enfraquecimento estrutural da autoridade na modernidade atual é, sem dúvida, o questionamento da ciência. Aquilo que, em última análise, sustentava a concepção de autoridade de Hannah Arendt (1996) ou de Hans-Georg Gadamer (1997), ou seja, que o indivíduo se curvava ao conhecimento-verdade, não se afirma mais como evidente. Mesmo no famoso estudo de Stanley Milgram (1974) sobre submissão à autoridade, o cumprimento das ordens ocorreu no contexto do reconhecimento do valor da verdade e da moralidade científica.[13]

Como interpretou Stephen Toulmin (1992), a constituição do conhecimento científico, a partir do século XVII, foi uma forma de produzir conhecimento capaz de resolver, racional ou empiricamente, as controvérsias por meio de provas. Diante das guerras religiosas que assolaram a Europa no século XVI (os pressupostos dogmáticos de cada uma delas impossibilitavam qualquer solução ecumênica), a ciência instituiu um novo regime de certeza. Além da mera tolerância religiosa ou do ceticismo proclamado por Erasmo ou Montaigne, a ciência moderna afirmava ser capaz de resolver controvérsias de forma irrefutável graças à verdade e suas provas.

13. Para uma apresentação crítica de casos controversos e experimentos com submissão à autoridade, v. Bauman (1989).

Entretanto, o que por muito tempo na modernidade serviu como autoridade máxima, a verdade científica, permitindo resolver, pelo menos em princípio e em última instância, controvérsias, não cumpre mais essa função (com a mesma evidência, de qualquer forma). A própria ciência é objeto de controvérsia. Vários grupos sociais, mesmo com doses muito diferentes de legitimidade, são, a partir de agora, capazes de questionar a ciência e suas verdades. Literalmente, e no sentido mais forte do termo, não há mais *uma* verdade intramundana capaz de resolver controvérsias. A ciência e suas verdades, ou seja, sua autoridade, estão abertas a uma luta interminável de interpretações e crenças. Essa dimensão se reflete bem no nível da epistemologia nos movimentos pós-modernos, nos *Sciences studies* e até mesmo em um certo pragmatismo, mas também na ideia da existência de uma pluralidade de mundos em conflito uns com os outros (Descola, 2005; Escobar, 2014). Não se trata de um retorno a um mundo encantado (não é a crença na ação ordinária de entidades invisíveis que é generalizada), nem de um aumento do obscurantismo em si, mas do fato de que a verdade não é mais monopólio do conhecimento científico.

As diferenças nacionais são importantes, mas para um número diversificado e crescente de cidadãos, o valor da ciência e suas verdades não são mais impostas por sua autoridade intrínseca e têm, pelo menos tendencialmente, que ser impostas pelo Estado. Aqui, mais uma vez, a mudança em relação ao passado é fundamental: não é mais a ciência moderna que dá uma aparência de verdade à ação do Estado (impondo, por exemplo, prá-

ticas generalizadas de higiene pública, vacinação ou currículos escolares). Mais uma vez, de forma mais ou menos sub-reptícia, é o Estado que institui a verdade, em geral e, por enquanto, ainda de acordo com o conhecimento científico. Vamos repetir: em geral e por enquanto. Não nos esqueçamos de que alguns Estados, embora em uma minoria muito pequena, questionaram a natureza viral da AIDS (Fassin, 2006) e que alguns outros rejeitam a hipótese da mudança climática ou dos efeitos humanos sobre o clima. Alguns Estados, mas principalmente um número significativo de indivíduos, afirmam não "acreditar" em evidências científicas. Diante de tais atitudes, os debates tornam-se literalmente impossíveis de serem resolvidos.

O fim do monopólio da ciência sobre a verdade alimenta e generaliza formas de desconfiança sem precedentes. As verdades científicas e de especialistas estão sujeitas a uma série de suspeitas. Nesse ponto, é necessário distinguir, ainda que esquematicamente, quatro posições principais. Primeiro, aqueles que, embora acreditem na superioridade cognitiva da ciência, romperam com uma concepção ingênua de progresso e estão cada vez mais sensíveis aos seus possíveis efeitos colaterais negativos. Nesse registro, as críticas ecológicas, mesmo aquelas feitas graças ao conhecimento científico, minaram os fundamentos de uma certa forma de autoridade científica. Um exemplo banal do que foi dito acima: pessoas que, após uma consulta médica (ou seja, que acreditam no conhecimento especializado), verificam na Internet o que o médico lhes receitou. A confiança não é mais a mesma.

Em segundo lugar, em clara oposição a um certo positivismo, mas sem necessariamente implicar em uma ruptura com o espírito do Iluminismo, há um grupo de atores lutando pelo reconhecimento da diversidade de formas de conhecimento. Os debates sobre homeopatia são um exemplo particular disso, mas também há discussões sobre terapias alternativas ou medicina suave (Colombo e Rebughini, 2003). Mais complexa é a questão dos fóruns híbridos, em que o conhecimento científico, o conhecimento especializado e o conhecimento experiencial comum são considerados discutidos em uma base epistemológica mais ou menos igual (Callon, Barthe e Lascoumes, 2001). Nesses fóruns, a verdade-ciência não é negada, mas é imposta a necessidade de reconhecer outras formas de conhecimento e, portanto, de confrontar as verdades da ciência com outras representações e problematizações consideradas legítimas (Martuccelli, 2025). Em proximidade com essas atitudes, também é possível apontar a crescente importância dada à palavra dos doentes em relação à dor ou aos efeitos colaterais de certos tratamentos, mas também em relação às suas decisões sobre o fim da vida (Bataille, 2003 e 2012), o que levou não apenas à introdução de novos cursos nas faculdades de medicina, mas até mesmo, em algumas delas, a certos cursos ministrados pelos pacientes aos médicos.

Em terceiro lugar, há aqueles que desconfiam das conclusões da ciência. Esse é um amplo espectro de atores que vão desde os céticos do clima até aqueles que rejeitam a vacinação. Nesses casos, o questionamento é feito invocando interpretações científicas alternativas ou minoritárias. Em outras ocasiões,

a rejeição opera com base em identidade, intuições, várias desconfianças institucionais etc., tudo estrategicamente orquestrado por mercadores de dúvidas (Oreskes e Conway, 2012).

Por fim, há uma figura ainda mais extrema, aqueles que rejeitam as verdades científicas em nome de posições dogmáticas, geralmente de natureza religiosa (criacionismo, design inteligente, certas interpretações da hipótese Gaia, leituras literais de livros sagrados contra os resultados da teoria evolutiva etc.). Nesse caso, a autoridade da verdade-ciência simplesmente deixa de funcionar.

De fato, essas posições muitas vezes se confundem, mas, em todos os casos, o que mudou substancialmente foi o apego imediato e reconciliado ao que é enunciado pela autoridade da ciência. Certamente, a ciência continua sendo, sob a égide do Estado, a principal via hegemônica para enunciar a verdade no mundo de hoje, mas sua autoridade agora é e pode ser questionada. No contexto da modernidade, essa é uma novidade radical.

Uma observação antes de concluir esta seção. A metamorfose da influência não parece afetar totalmente a esfera religiosa, onde até mesmo um retorno da autoridade pode ser observado. Na realidade, o quadro é mais variado e menos unívoco. Embora as três principais religiões do livro (cristã, muçulmana e judaica) apresentem tendências fundamentalistas, por vezes com fortes radicalizações político-ideológicas, a situação dos fiéis não é tão homogênea em termos da autoridade dos dogmas e da submissão voluntária (e conciliada) a eles. Não apenas as experiências

são muito diversas entre os crentes, muitos deles desenvolvendo vínculos mais subjetivos e menos dogmáticos com as autoridades religiosas (Hervieu-Léger; 1999; Roy, 2004), mas até mesmo os mais ortodoxos entre eles são obrigados a praticar sua fé em meio a um mundo social atravessado pela descrença e pela irredutível diversidade de crenças (Taylor, 2011). Embora parcialmente real, a renovação dessas formas de autoridade religiosa não deve levar a uma ênfase exagerada no fenômeno.

III. A reviravolta das hierarquias

Na modernidade, todas as hierarquias foram progressivamente submetidas a críticas profundas e, às vezes, devastadoras. Entretanto, o questionamento das hierarquias com base na classe (pense naquelas enunciadas pelo anarquismo, socialismo ou lutas sindicais) tornou-se mais pronunciado a partir da década de 1960 com os novos movimentos sociais: maio de 68, lutas geracionais e feminismo e, mais tarde, as lutas pela diversidade sexual questionaram o valor da autoridade-tradição (Giddens, 1994b). Os *status* hierárquicos perderam sua aura e evidência.

1. A crise do carisma

As hierarquias não são impostas amparadas no que às vezes é apresentado como a aura ou o carisma de um indivíduo. Apesar do abuso terminológico do termo, existem *poucos* líderes carismáticos no sentido mais ou menos preciso que Weber

(1983) deu ao termo e que não deixou de ser desfigurado desde então: ou seja, indivíduos que são reconhecidos como tendo uma faculdade excepcional com base na qual um ator consente em ser guiado. O caráter excepcional dessa faculdade deve ser constantemente lembrado por uma razão muito simples: não é possível *generalizar* o carisma como uma forma comum de governar indivíduos.

No entanto, é exatamente isso que pretende certa literatura de gestão, que, por sua vez, nada mais é do que outra manifestação da tendência, tão acentuada no mundo do trabalho, de querer transformar a excelência em algo comum (Aubert e Gaulejac, 1991; Ehrenberg, 1991). Essa produção ideológica rapidamente se revela impossível, acarretando custos subjetivos para os trabalhadores, acentuando o medo dos subordinados entre as chefias intermediárias (Araujo, 2016), mas também desestabilizando os professores, por sua falta de carisma, quando se trata de exercer autoridade em sala de aula.

A tensão entre essa produção ideológica e a realidade social é constante. Muitos indivíduos que se sentem carismáticos descobrem que esse atributo desaparece assim que deixam o cargo que lhes deu prestígio. A principal tensão, contudo, é de outra natureza: se é difícil conseguir a rotinização do carisma de certos líderes nas organizações (o que existe, mas é raro), muitas vezes é um impasse recorrente tentar basear no carisma o exercício ordinário da autoridade nas empresas. As tentativas de "carismatização" ideológica de funções hierárquicas geralmente

se mostram improdutivas. Há alguns indivíduos com inegáveis talentos de liderança e até mesmo "carisma" em várias organizações, partidos e associações. No entanto, a maioria dos chefes não apresenta esses atributos, e suas deficiências são amplamente denunciadas pelos subordinados.

A concomitância observada no final do século XIX e no início do século XX entre a ascensão dos chefes e o universo burocrático (nas escolas, no exército, nas fábricas ou nos partidos políticos, cf. Cohen, 2013) é transformada em profundidade. O recurso generalizado a controles factuais *impessoais* que já discutimos enfraquece, e até tende a tornar supérfluas, as formas *personalizadas* do governo do comportamento. Nas organizações, o governo dos indivíduos depende menos do "carisma" da gerência do que dos controles factuais e da capacidade de sanção que se tem por ocupar uma posição hierárquica. Essa realidade mostra os limites da operação propriamente ideológica que busca generalizar os atributos da excelência da chefia. Os processos são divorciados: por um lado, uma desestabilização estrutural dos chefes (especialmente os de nível médio) devido à prescrição do carisma e, por outro, o aumento dos controles factuais, impessoais e despersonalizados.

A contradição é particularmente aguda no mundo do trabalho. A ideologia do carisma não se reflete nos discursos dos assalariados. Não se trata apenas da lacuna entre o trabalho prescrito e o trabalho real (uma das conclusões mais sólidas da sociologia do trabalho há décadas); a situação atual vai muito além disso.

Estamos testemunhando uma separação entre as práticas de controle organizacional e as justificativas ideológicas dos chefes (carisma, autoridade participativa, avaliações 360°, o modelo do bom chefe etc.).

A pergunta é óbvia: por que esse divórcio entre a crescente extensão dos controles factuais e o discurso sobre liderança? Diante da contestação das hierarquias trabalhistas na década de 1970, duas estratégias principais foram adotadas. Por um lado, e o mais importante, houve uma expansão e intensificação dos controles factuais. Por outro lado, uma defesa das hierarquias foi promovida a partir da ideologia do carisma.

A separação entre essas duas estratégias é frequente e até visível na produção sociológica. Quando os estudos se baseiam principal ou exclusivamente na produção discursiva presente nos livros de gestão, constrói-se a imagem de um mundo do trabalho regido por uma nova ideologia dominante (Boltanski e Chiapello, 1999). Quando, ao contrário, os estudos se baseiam em práticas reais de trabalho, o que emerge é um mundo de ameaças, críticas, reticências, resistências, deslealdade para com as empresas (tudo isso exacerbado em *bullshit jobs* [empregos ruins], cf. Graeber, 2018), um conjunto de atitudes indisciplinadas que só podem ser subordinadas aos desígnios das empresas graças ao uso de controles e sanções.

A crise do carisma vai além do que é observado especificamente nas organizações. Nas sociedades contemporâneas, o *status* social, a hierarquia, os diferenciais de prestígio ou o capital

simbólico são cada vez menos capazes de inibir, impressionar ou intimidar os indivíduos nas interações sociais. Certamente, a intimidação por motivos estatutários ainda é visível quando se trata de "grandes" empresários, políticos e talvez alguns intelectuais, mas, de modo geral, a grande maioria das pessoas em posições hierárquicas (nos negócios, na vida política, no mundo intelectual) desceu do Olimpo.[14]

Isso não é, de forma alguma, um detalhe. A generalização de situações desse tipo coloca em questão a afirmação, tão central no trabalho de Pierre Bourdieu (1979 e 1989), sobre o capital e a violência simbólica como componentes principais da dominação social.

Se a extensão e a intensificação dos controles factuais atenuam a crise das hierarquias dentro de certos universos organizacionais, na vida social, como Randall Collins (2009) apontou, muitos prestígios de classe deixaram de ser operativos. Mesmo que sua observação seja certamente mais válida para os Estados Unidos do que para outras sociedades (como as da América Latina), o fato é que o prestígio estatutário não impressiona mais ou só impressiona dentro de um raio estreito de pessoas. Quem é socialmente intimidado por um dentista famoso? Ou por um proprietário bem-sucedido e rico de uma empresa de médio porte?

As razões para esse processo são variadas, mas a perda de prestígio social está ligada, pelo menos em parte, ao desejo de

14. O que Morin (1972) observou sobre a banalização das *estrelas* de Hollywood na década de 1950, ou seja, a perda de sua aura simbólica, também ocorreu no nível de muitos chefes de tribo.

relações sociais mais horizontais em todas as áreas da vida social. Também tem a ver com o acesso à vida privada e até mesmo íntima das pessoas, digamos, à cena dos bastidores da vida de outras pessoas, aquilo que tradicionalmente era escondido do olhar dos outros (Goffman, 1973). O que é realmente novo? Não necessariamente a divulgação da vida privada dos hierarcas – pense no protocolo da Corte de Luís XIV (Elias, 1985) – nem as fofocas sobre nobres, políticos ou celebridades sobre as autoridades. O que é novo é a divulgação, *sem o controle* desses atores, de aspectos privados, íntimos e, às vezes, sórdidos de sua existência. O prestígio social há muito associado à posse de certas virtudes entra em colapso: o fato de que, por trás das diferenças estatutárias, há apenas indivíduos semelhantes ocupando posições diferentes torna-se transparente.

Esse processo tem várias fontes e vai muito além da questão da autoridade dentro de uma organização, mas tem consequências importantes no nível de todas as hierarquias. O prestígio social, no sentido mais amplo do termo (carisma, violência simbólica, aura etc.), não sustenta mais o exercício comum da hierarquia, da autoridade e do consentimento conciliado.

2. Uma nova forma de prescrição regulatória

A teoria social tem privilegiado os processos de sujeição e inculcação ideológica para explicar a adesão dos dominados. Hoje, dada a desestabilização das hierarquias, *outra* modalidade importante de inscrição subjetiva da dominação deve ser reconhecida: a responsabilização. A diferença entre esses processos

reside nas maneiras pelas quais os atores sociais são obrigados a conformar seu comportamento a determinados mandatos (Martuccelli, 2001 e 2004a).

A primeira forma canônica de inscrição subjetiva da dominação, a sujeição, enfatiza acima de tudo o papel da introjeção, internalização ou incorporação ao descrever a maneira mais ou menos duradoura pela qual uma prescrição (uma prática, uma representação) é inscrita na mente ou nas disposições corporais de um ator. A sujeição força os dominados a se definirem com as categorias que a dominação impõe, um processo que às vezes é inscrito além de sua consciência, em seus corpos e em seus automatismos mais reflexivos (Foucault, 1976; Althusser, 1995; Butler, 2009). Em todos os casos, o processo de sujeição pressupõe a existência de fortes hierarquias de restrição entre governantes e governados.

A sujeição, além da diversidade de denominações, designa assim todas as inculcações, imposições, simbólicas e corporais, inscritas nos indivíduos, que os impedem de autorizar certas atitudes ou que os obrigam a se perceberem sob a forma de múltiplas estigmatizações. Por meio do sistema educacional, das representações sociais, da identificação psíquica com a lei, das normas de gênero, é sempre uma questão de impor definições. A inculcação é, portanto, sistematicamente apoiada por uma série de conteúdos culturais (às vezes chamados de ideológicos), mas também por um conjunto de fatores organizacionais e hierárquicos cujo objetivo explícito é a produção de consentimento (Burawoy, 1979).

Juntamente com a sujeição e suas variantes, *outro* modo de inscrição subjetiva tem se afirmado nas últimas décadas à medida que as hierarquias são desafiadas. Esse modelo pressupõe que o indivíduo sempre e em toda parte se sinta responsável não apenas por tudo o que faz (noção de responsabilidade), mas também por *tudo o que acontece com ele* (noção de responsabilização). Nesse contexto, a imposição e a autoridade hierárquica, já que é disso que sempre se trata, operam de maneira diferente. À medida que o indivíduo é obrigado a decidir e escolher por si mesmo, cada indivíduo se torna responsável pelas consequências de suas decisões livres.

A responsabilização incentiva o indivíduo a assumir uma situação (de classe, carreira escolar, vida conjugal) como o resultado, mais ou menos direto, das decisões que ele tomou ou deixou de tomar no passado. A situação atual (seja desemprego, fracasso escolar, crise familiar etc.) é interpretada à luz das decisões (de ação ou omissão) tomadas no passado (Beck, 1998). O resultado é um confronto sem precedentes do indivíduo com as consequências de suas ações em meio a um vácuo destrutivo. O que é decisivo é o fato de os indivíduos se reconciliarem com suas trajetórias de classe de forma personalizada (Beck, 1998; Martuccelli, 2001; Murard, 2003, p. 213-246). Em outras palavras, esse mecanismo minimiza o peso condicionante das estruturas e posições sociais nos itinerários individuais. Da afirmação de que as estruturas não determinam as trajetórias dos atores, passamos ao excesso de que os atores são os únicos responsáveis por suas vidas.

Por trás da expansão da lógica da responsabilização está uma concepção de liberdade identificada exclusivamente com a liberdade de escolha. Concebido como um eleitor universal de opções, o indivíduo é considerado responsável por tudo o que acontece em sua existência. Nesse sentido, ao contrário do que indicam certas posições conservadoras, nossa época não se caracteriza pela ausência de deveres ou responsabilidades; pelo contrário, generaliza-se um modo de prescrição que gera uma responsabilização inflacionária. Diante da dificuldade de hierarquias quando se trata de prescrever comportamentos, postula-se que, como todos fizeram escolhas livres no passado, todos devem assumir a responsabilidade pelas consequências de suas ações no presente.

A responsabilização está, portanto, na raiz de uma demanda generalizada pelo envolvimento dos indivíduos na vida social e na base de uma filosofia que os força a internalizar, na forma de uma falha pessoal, sua situação de exclusão ou fracasso. Esse novo modo de inscrição subjetiva nunca é mais paradoxal do que no caso da prescrição à autonomia, uma vez que se trata de instar os indivíduos a se dotarem de suas próprias regras. É um novo modo de funcionamento e imposição de regras, em que o indivíduo precisa dar mais provas de flexibilidade e abertura do que de obediência e disciplina (Beck, 1998; Roussel, 1989; Kaufmann, 2001; Dubet, 2002; Singly, 2003).

A prestação de contas camufla a responsabilidade das hierarquias. O modelo funciona como um espelho, que amplia

e deforma as consequências dos atos individuais, mas que se apresenta como um modelo puramente consequencialista. Em princípio, não se trata mais de impor regras, mas de promover a gestão social simplesmente levando em conta as consequências, sejam elas desejáveis ou indesejáveis, boas ou ruins, das ações. As campanhas de prevenção do tabaco, da AIDS, do alcoolismo, da dependência de drogas ou dos acidentes de trânsito urbano baseiam-se nessa filosofia.[15]

A questão da responsabilidade está no centro da oposição ideológica entre conservadores e progressistas no mundo atual: os primeiros, adeptos das hierarquias, ainda são a favor de prescrições normativas explícitas e obrigatórias; os segundos são a favor de prescrições que não impõem conteúdos precisos, que se limitam a incentivar os atores a tomar decisões autônomas e a sancioná-las de acordo com seus resultados. Para os primeiros, em todas as esferas, a sociedade deve estabelecer e definir o Bem. Para o segundo, no nível de toda conduta, o indivíduo deve escolher livre e reflexivamente seu curso de ação.

O importante é compreender a evolução contínua. Em contraste gritante com o que era comum até algumas décadas atrás, houve uma profunda transformação no trabalho de prescrição institucional como resultado da reviravolta das hierarquias. Em

15. Na realidade, os estudos empíricos podem diferenciar entre diferentes modalidades. Como não sublinhar, por exemplo, a diferença entre a luta contra a AIDS que, na França, em todo caso, quase não dá conselhos sobre uma boa vida sexual, mas conselhos técnicos a serem seguidos em qualquer estilo de vida, e onde prevalece, portanto, uma lógica de responsabilização na forma de reembolso, e, por outro lado, as campanhas antitabagistas nas quais as dimensões de prescrição são claramente mais fortes. Entretanto, em ambos os casos, o ator é livre em seu comportamento e responsável pelas consequências de suas ações.

muitas esferas sociais, não se trata mais de proibir um comportamento ou impor um comportamento considerado bom, mas de informar o cidadão para que ele possa tomar uma decisão informada (e não mais uma decisão de consentimento). Isso é visível, por exemplo, no nível do consumo de tabaco: apesar dos riscos à saúde dos quais ele é informado, o indivíduo controla sua decisão; no nível do consumo de álcool e, cada vez mais, no nível da nutrição, e também no nível da prevenção da AIDS (em que práticas de proteção são aconselhadas, mas não modelos de sexualidade) ou mesmo em certas práticas de substituição de drogas. Se certas linhas de conduta acabam sendo recomendadas e incentivadas institucionalmente, o ideal é que se questione a livre escolha dos indivíduos e sua gestão de riscos (Castel, 1981).

O processo é ainda mais corrosivo do ponto de vista subjetivo, pois não se espera que o ator se curve a um conteúdo normativo, mas é colocado na situação de ter de enfrentar o que lhe é apresentado exclusivamente como consequência de suas ações passadas. Nesse jogo, por vários meios, a responsabilização acaba por estabelecer a culpa do indivíduo. Na realidade, ao ser responsabilizado no nível das causas de sua situação, o indivíduo é culpado e punido no nível das consequências. A responsabilização não leva a uma restauração das hierarquias. É um processo diferente e sem precedentes. É imposta uma nova experiência de governo que, ao confrontar o ator com o que lhe é apresentado como as consequências estritas de suas ações, leva a uma forma extrema de aceitação do fracasso. Diante do "seu" fracasso, o indivíduo é forçado a assumir a responsabilidade, e

quanto mais o indivíduo é forçado a assumir a responsabilidade, mais ele se destrói subjetivamente. Além disso, isso dá ao coletivo uma razão moral para se livrar de sua responsabilidade e solidariedade pelo destino de seus membros mais frágeis.

Em alguns aspectos, esse fenômeno parece ser contrário à expansão dos controles. Entretanto, as coisas são mais complicadas: a crise de autoridade e hierarquias é tal que qualquer proibição está sob suspeita, o que torna necessário disfarçar as interdições na forma de coerção puramente factual ou governar o comportamento como um mero gerenciamento neutro dos efeitos induzidos pelas decisões individuais tomadas. Assim, surgem novas tensões no governo dos indivíduos. Por exemplo, quando se trata da proibição de dirigir tendo consumido acima de certos níveis de álcool, se o dispositivo técnico existir (um carro só pode ser ligado após um teste de alcoolemia negativo), por enquanto, nessa área, o governo continua a governar menos por meio do controle factual e mais apelando para a responsabilidade dos indivíduos.

Vamos evitar mal-entendidos: as regras ainda são prescritas em vários campos, mas em uma forma específica. Pode-se pensar, por exemplo, que os livros de autoajuda, desenvolvimento pessoal, conselhos aos pais etc. são os herdeiros das antigas prescrições éticas e dos livros de moral. Entretanto, e aqui está o ponto crucial, muitas dessas mídias prescritivas (sobre vida pessoal, família, carreiras profissionais) abordam explicitamente a reflexividade crítica dos indivíduos (Giddens, 1991 e 2004; Beck

e Beck-Gernsheim, 2002; Papalini, 2014). Em outras palavras, mesmo quando a mensagem é enunciada por um especialista, a fim de provocar um tipo de comportamento, o que é invocado não é a expertise, mas a reflexão e o discernimento de cada indivíduo. A prescrição é imposta porque o indivíduo *escolhe* o tipo de conselho (ou fonte de informação, influência) que decide seguir ou acatar. Se nenhum indivíduo inventa normativamente seu estilo de vida, cada indivíduo está na posição de ter de decidir que tipo de comportamento deseja imitar (Gomá, 2014) e com que grau de zelo.

Diante da restrição generalizada de ter de decidir livremente e, posteriormente, ser responsabilizado pelo que é infalivelmente apresentado como mera consequência de decisões passadas, muitos indivíduos são invadidos pelo desejo tenaz de não ter de decidir. Em outras palavras, eles tentam escapar, libertar-se dessa restrição à liberdade como escolha. Assim, um cansaço se espalha diante do acúmulo de microdecisões. Essa não é uma questão menor: desde a década de 1970, a questão da fadiga individual tem estado muito presente tanto na imprensa feminista (com relação à carga de trabalho mental) quanto na literatura sobre organizações (Alter, 2000). Como Giddens (1991) entendeu muito bem, as rotinas são um mecanismo de defesa individual diante da pressão constante para tomar decisões que os processos de responsabilização acentuam. Daí também o prazer de se livrar do ônus da escolha, tanto dos dispositivos técnicos quanto de outras pessoas que decidem em seu lugar.

Apesar de certas semelhanças, não estamos mais no universo da servidão voluntária (La Boétie, 1993) nem no do medo da liberdade (Fromm, 2005). O que está por trás dessa resistência às microdecisões é menos o medo e mais o cansaço. Há uma mudança do medo da liberdade para o simples cansaço da liberdade (de ter de escolher). Um sentimento exacerbado tanto pela aceleração dos ritmos de vida quanto pelos processos de mobilização generalizada dos indivíduos em todas as esferas sociais (Rosa, 2010; Martuccelli, 2017a). O governo dos indivíduos não é exercido impondo crenças ou restaurando hierarquias; ele é exercido cansando os atores e controlando-os por meio de sua constante prestação de contas. Um novo tipo de conformismo surge devido à fadiga libidinal: o desejo de não ter de se complicar tomando decisões intermináveis, de não ter de discutir, debater, refletir, lutar, traçar estratégias, se traduz em uma aceitação mais ou menos resignada das tramas funcionais do mundo.

A metástase da decisão comutativa é uma realidade ambivalente. Por um lado, à medida que generaliza o recurso a prescrições sujeitas à avaliação individual, ela aprofunda, à sua maneira, a crise da autoridade e das hierarquias. Por outro lado, o cansaço da liberdade resultante alimenta um anseio paradoxal por autoridade e hierarquia: muitos indivíduos querem repassar a eles o custo subjetivo da tomada de decisões.

A situação atual é marcada por uma variedade de tensões entre esses dois modelos de prescrição normativa. Embora a generalização das prescrições sujeitas à avaliação individual te-

nha se expandido por décadas, nos últimos anos, com diferenças significativas entre os países, testemunhamos o retorno das prescrições normativas obrigatórias. Na verdade, no momento, estamos assistindo a uma retomada das hostilidades entre essas duas posições. Esse é o pano de fundo da oposição entre aqueles que acreditam que a sociedade, por meio do Estado, deve impor e dar prescrições normativas claras no nível da família, do casamento, do aborto, da gestação ou do fim da vida (ou seja, ditar e promover explicitamente *uma* gramática da vida em detrimento de outras, em nome da natureza, da tradição ou da religião) e aqueles que, ao contrário, pensam que, dada a reviravolta das hierarquias, cada indivíduo deve ter a maior liberdade de escolha possível.[16]

3. Influências horizontais

O prestígio associado às posições hierárquicas e às suas formas de intimidação social é subjugado e desestabilizado pela questão da visibilidade. A questão é mais importante do que parece. Mesmo que não se aceitem todas as conclusões a que chegou Hannah Arendt (1994) para mundo moderno, sua análise teve o mérito de lembrar até que ponto um dos grandes objetivos da pólis grega era tornar conhecidas as grandes ações humanas. A mudança em relação ao que acontece na esfera pública de hoje é sideral, não apenas em relação ao mundo grego antigo, mas até mesmo em relação à sociedade de apenas algumas décadas atrás. Em nosso universo midiático, as celebridades, as pessoas visíveis

16. Embora a discussão tenha ocorrido em outro nível e por outros caminhos, é possível encontrar nessa tensão um eco do debate, tão importante no último quarto do século XX na filosofia política, entre liberais e comunitaristas: entre aqueles que dão primazia ao justo ou ao bom.

(e as formas de se tornarem visíveis) geralmente estão dissociadas de qualquer questão de prestígio estatutário ou moral e de qualquer selo de autoridade. Há até mesmo um sentimento generalizado de que, para se tornar visível, é necessário contrariar, às vezes abertamente, o que as antigas regras morais ou éticas prescreviam: uma forma mais ou menos sombria de integridade, boas maneiras, atitudes que, por meio de componentes elitistas e classistas, impunham a modéstia e a proibição da autopublicidade. Em um universo social no qual a glória cedeu lugar à fama, e a fama à mera celebridade-visibilidade pública, o imperativo é conseguir visibilidade, mesmo independentemente de qualquer valor ou conquista moral.[17] A celebridade e a visibilidade às vezes podem ser transformadas em capital econômico (Heinich, 2012), mas geralmente não transmitem prestígio estatutário nem autoridade. Mesmo por meios indiretos, a celebridade corrói a autoridade hierárquica: uma pessoa pode ser famosa (altamente visível) e não ter prestígio algum. É claro que, às vezes, a visibilidade ainda está ligada à autoridade (como a notoriedade de um cientista etc.), mas esse não é o caso mais frequente. A visibilidade tornou-se tendencialmente autônoma em relação ao mérito. A inflexão é tal que o essencial não é mais o fato de que, como disse Andy Warhol, todos têm quinze minutos de fama na vida, mas que aqueles que têm uma vida inteira de visibilidade podem não ter glória alguma.[18]

17. Embora anedótico, o caso extremo do deslocamento do prestígio da hierarquia para a pura visibilidade pode ser encontrado em celebridades de *reality shows*, e o caso extremo dentro desse universo extremo é a família Kardashian, que tem sido, por décadas, e depois de uma breve passagem por um *reality show*, mais ou menos tão famosa quanto qualquer família real.

18. Nesse contexto, é possível entender, por exemplo, os debates e críticas acalorados no meio acadêmico sobre o valor das classificações, publicações em periódicos de alto impacto, contagem de citações, coeficiente "h" etc. O que está por trás dessas controvérsias são posições antitéticas entre o que alguns consideram autoridade científica legítima e o que é questionado como mera visibilidade medida por indicadores questionáveis.

O fenômeno dos influenciadores tem consequências devastadoras para o exercício da autoridade e das hierarquias. O motivo desse processo deve ser entendido: o questionamento das hierarquias vai muito além do triunfo dos julgamentos quantitativos. Do surgimento, por exemplo, de avaliações de obras de arte e da indústria cultural com base no número de entradas ou vendas, ou do princípio de classificar *sites* no Google somente com base no número de cliques (Karpik, 2007). Os influenciadores são um questionamento *qualitativo* das hierarquias. Existe até uma diferença entre youtubers influentes e celebridades. No último caso, a influência se baseia no renome, que por sua vez depende da visibilidade; no primeiro caso, pelo menos inicialmente e, às vezes, como uma fonte duradoura de legitimidade, a influência geralmente se baseia na semelhança de identidade com a pessoa que faz o julgamento ("ele é como você": adolescente, autêntico e, o que é essencial, não é um especialista). Em outras palavras, em um profundo afastamento do passado, em muitos casos a influência *escolhida* não se baseia nas formas usuais de autoridade (conhecimento, tradição).

Seja qual for a durabilidade desse fenômeno, os criadores de tendências (por meio dos milhões de cliques que seus *sites* recebem, dos vídeos que se tornam virais etc.) influenciam a partir de bases que não são mais hierárquicas. Consolida-se um modo explícito e problemático de influência horizontalizada.[19] Em vá-

19. O fenômeno dos influenciadores, especialmente aqueles que trabalham para determinadas marcas, é objeto de controvérsia. Dos 20 milhões de influenciadores no mundo (ou seja, com mais de 10 mil seguidores, independentemente de trabalharem ou não para determinadas marcas), alguns estudos estimam que até 25% de seus *supostos* seguidores são falsos (em alguns casos, o número é ainda maior) e que grande parte do dinheiro investido neles pelas empresas é desperdiçado.

rios casos, o indivíduo *escolhe* ser influenciado por alguém que é "como ele", que compartilha uma identidade, preocupações e gostos, que faz recomendações com base no conhecimento não especializado de sua experiência. A influência escolhida é – ou pode ser – dissociada de qualquer princípio hierárquico. A distância da autoridade e do consentimento conciliado, mas também da coerção do consentimento, é clara.

Como analisaremos em outros capítulos, a reviravolta das hierarquias abre várias assimetrias de poder entre homens e mulheres, grupos etários, mas também no nível das interações urbanas. Em toda parte, o desejo de horizontalizar as interações torna as relações sociais mais complexas. Um exemplo entre outros: além da questão tradicional dos privilégios diferenciados no trânsito urbano (pedestres, carros particulares, transporte público), uma infinidade de discussões, conflitos e irritações estão surgindo à medida que a multimodalidade não hierárquica do trânsito se torna a norma. Surgem discussões sobre a legitimidade das rotas reservadas aos táxis (o que está longe de ser óbvio para aqueles que, com menos recursos, raramente os utilizam, mas têm de enfrentar as consequências que esse privilégio acarreta em termos de tráfego); sobre a inadequação dos dispositivos implementados para facilitar a circulação de pessoas com deficiências motoras na cidade; sobre os (novos) problemas de trânsito entre pedestres, bicicletas e patinetes (Tironi, 2014); as (novas) irritações nas ruas entre motoristas, transporte público, motocicletas e bicicletas; e até mesmo debates gaguejantes sobre as mudanças que precisam ser feitas nas cidades para fa-

cilitar a circulação de animais. Na ausência de hierarquias claras e óbvias, o trabalho de produzir novos códigos envolve um conjunto de jogos de poder assimétricos generalizados.

* * *

As três principais transformações estruturais (controles, crenças, hierarquias) que apresentamos modificam as maneiras pelas quais os indivíduos são governados. É claro que a primazia tendencial dos controles sobre as crenças ou hierarquias nunca é um jogo de tudo ou nada. Os controles não anulam o papel das crenças. Por sua vez, as mudanças na imposição de crenças têm efeitos no nível das hierarquias, e sua agitação leva a mudanças na aceitação das crenças. No entanto, tentaremos mostrar que, *tendencialmente*, o aumento dos controles procura compensar os efeitos induzidos pela metamorfose das crenças e pela convulsão das hierarquias. Do ponto de vista analítico, a nova articulação entre esses três fatores estruturais explica a crise de autoridade, o desequilíbrio da dominação (menos baseada na obtenção de consentimento e mais na coerção factual) e uma generalização de jogos de poder assimétricos.

2

- Parte dois -
CONTROLES

Capítulo 3
O ESTADO DE CONTROLE

Nenhuma teoria geral de dominação negou a importância do controle estatal no governo dos indivíduos. Entretanto, em quase todas elas, a importância central dada às crenças, à autoridade, à legitimidade, à ideologia, ao consentimento e até mesmo à violência simbólica levou sistematicamente, se não à desvalorização, pelo menos à atribuição de um papel subordinado aos seus aspectos repressivos comuns. O sucesso da definição de Weber (1983) do Estado como um ator com o monopólio da violência *legítima* expressa muito bem essa realidade. Bourdieu (2012, p. 14) foi ainda mais longe ao definir o Estado como o detentor do "monopólio da violência física e *simbólica* legítima".

Nessa estrutura, o controle do Estado e sua tarefa propriamente repressiva são analisados como uma regulamentação final, uma coerção física que é mobilizada somente quando outros modos de enquadramento falharam. A tal ponto que, em muitas teorias sociais, à medida que as análises se concentram na regulamentação comum das situações, a repressão e a coerção física são notórias por sua ausência. Assim, mesmo que não seja a única perspectiva a abordar explicitamente essa dimensão, o marxismo é uma exceção notável nesse aspecto. Não apenas devido à importância que Marx atribuiu à guerra e à violência em suas obras (acumulação primitiva, revoluções, colonização), mas

também devido à presença, entre muitos de seus seguidores, da importância da repressão na manutenção da ordem social. Mesmo quando, como em Gramsci ou Althusser, a coerção ou os aparatos repressivos do Estado são subordinados à hegemonia ou aos aparatos ideológicos do Estado, o reconhecimento do papel proeminente dos primeiros contrasta com o que é comum em muitas outras teorias sociais.

É claro que muitos trabalhos de sociólogos e historiadores, para não mencionar os cientistas políticos, têm se concentrado no papel da coerção na formação dos Estados, mas também no papel das guerras na construção do Estado ou na importância do complexo militar-industrial, ou mesmo do militarismo e da vigilância como principais componentes estruturais da modernidade (Tilly, 1992; Mann, 1986; Giddens, 1994a; Joas, 2002). No entanto, nada disso questiona a veracidade da afirmação da ausência conspícua e frequente de repressão e capacidades de controle factual em vários estudos sobre o governo do Estado sobre os indivíduos.

Vamos lembrar novamente a frase atribuída a Talleyrand em uma conversa com Napoleão: "Você pode fazer qualquer coisa com baionetas, senhor, exceto sentar-se sobre elas". A frase resume, à sua maneira, a ideia, tão forte na modernidade, de que a continuidade de um regime só é possível por meio da legitimidade de crenças e hierarquias. Desse modo, muitas vezes a questão da repressão é descartada, isto é, sua possibilidade e sua *presença* constantes na vida social. Talvez a afirmação de Nicolau Maquiavel (2010) de que é melhor para o príncipe ser

temido do que amado seja excessivamente unilateral, mas ela tem o mérito, como a própria definição de Weber de Estado, de lembrar o caráter absolutamente *central* da dimensão repressiva no governo dos indivíduos pelo Estado.

Nem a dimensão repressiva nem a violência do Estado estiveram ausentes das sociedades modernas. A visita do General de Gaulle à base militar da OTAN em Baden (Alemanha), em meados de maio de 1968, para verificar sua lealdade antes de lançar a contraofensiva política que restaurou seu regime, não foi, por si só, uma exceção. A história da América Latina está repleta de golpes de Estado ou de repressão mais ou menos sangrenta de lutas sociais, e seu uso não pode, de forma alguma, ser caracterizado como episódico. Além disso, uma criminalização habitual e recorrente do protesto social pode ser observada em toda parte, não apenas em governos autoritários, mas também e permanentemente em regimes democráticos pluralistas liberais (Zinn, 2003; Boltanski e Chiapello, 1999). Basta pensar nas detenções e nas sentenças de prisão (ou no assédio fiscal) contra ativistas sociais; no trabalho permanente de vigilância e infiltração dos serviços de inteligência em grupos de protesto (inclusive, como demonstrado por uma comissão do Congresso dos EUA, a instrumentalização do tráfico de drogas para desestabilizar os protestos afro-americanos na década de 1970); nas leis liberticidas que foram aprovadas nas últimas décadas para lidar com o terrorismo; sem mencionar o estabelecimento de estados de emergência e a suspensão de garantias constitucionais por períodos de tempo variados etc. Isso não questiona as diferenças

que existem entre regimes autoritários e democráticos, na verdade, entre diferentes estados de acordo com o respeito que têm pelo Estado de Direito, algo que se expressa visivelmente, por exemplo, no número de jornalistas assassinados.

Isso se aplica à repressão e à violência do Estado quanto ao uso de armas no desempenho de suas funções no caso dos policiais. Embora estudos em vários países mostrem, em geral, que os policiais fazem pouco uso de armas durante toda a sua vida profissional, isso não deve nos levar a negligenciar a onipresença estética e visível da arma (os policiais são as únicas pessoas, juntamente com os soldados associados aos processos de vigilância e segurança, que estão autorizados a exibi-las em público nas sociedades contemporâneas). Além disso, se, como às vezes é resumido, o Estado é tributação mais repressão, é importante entender o papel da primeira na manutenção da segunda. A cobrança de impostos permite o funcionamento da administração, o investimento público (e o pagamento de dívidas contraídas), os gastos sociais (educação, saúde, pensões), mas também a alocação de recursos para a manutenção da ordem ou da defesa (polícia, exército). Embora em alguns países, especialmente nos Estados Unidos, os gastos militares estejam entrelaçados com os gastos em pesquisa, em muitos outros, esse uso sistemático de recursos é organizado e concebido apenas como uma forma de sustentar coletivamente o poder de repressão. No caso da América Latina, durante grande parte do século XIX, uma parte esmagadora dos orçamentos nacionais foi alocada para a manutenção de exércitos.

Charles Tilly (1998) chamou a atenção para o que ele caracterizou como uma das grandes características e talvez enigmas das sociedades ocidentais modernas: em contraste com o passado histórico, os civis (desarmados) conseguiram tomar o poder dos militares. A observação é justa, e também é justa para a América Latina, desde que não negligenciemos a presença constante e muitas vezes gravitacional dos militares nos regimes políticos modernos, incluindo democracias pluralistas liberais (como nos Estados Unidos) ou durante governos democráticos na América Latina (como no Brasil). Em suma, o governo dos indivíduos é inseparável das capacidades repressivas dos Estados.

Este capítulo abordará essa dimensão por dois motivos principais. Primeiro, o Estado foi e continua sendo um dos principais atores na produção e no refinamento dos controles. Em segundo lugar, o estudo do Estado tende a privilegiar o papel das crenças e hierarquias sobre os controles. A seguir, abordaremos esses dois pontos. Primeiro, reavaliaremos a teorização do Estado na filosofia política moderna. Em seguida, nos concentraremos no equilíbrio analítico entre crenças, hierarquias e controles (representação e policiamento), antes de nos voltarmos, em uma terceira etapa, para o surgimento de controles factuais, capacidades repressivas e a criação de novas modalidades de controle dos Estados.

I. O Estado e a ordem social

No início dos tempos modernos, a política e o Estado foram explicitamente conceituados como uma forma de regular a violência congênita presente na sociedade. É verdade que, na realização dessa função, o político era frequentemente concebido em continuidade com o religioso, como é evidente, por exemplo, em dois autores que trabalharam nessa questão com vários séculos de diferença: Thomas Hobbes, no século XVII, e René Girard (1972), três séculos depois. Em ambos, a política é inseparável da religião. Em ambos, se a religião é, em última análise, a garantia final da produção e estabilização da ordem, isso se deve em grande parte ao papel que ela confere ao Estado na organização da sociedade.

Essa dimensão foi particularmente destacada no Leviatã (1651) de Hobbes, em que a articulação entre o religioso e o político é central. Em Hobbes, de fato, as antigas preocupações da religião, a relação com as origens e com a vida após a morte, a distinção entre o bem e o mal, são articuladas com a necessidade funcional das sociedades de garantir a obediência dos indivíduos à lei. Embora não tenha sido o primeiro a entender explicitamente a conexão do medo com a política, Hobbes compreende melhor do que ninguém importância total do medo na constituição do Estado moderno, tanto em sua dimensão imaginária quanto em seu papel regulador. É em nome do perigo da guerra de todos contra todos, do lobo homem contra o homem e, especialmente, do medo da morte violenta nas mãos de outros

homens que Hobbes justifica o Estado. A operação foi bem-sucedida além de qualquer razão. Hobbes transforma de forma duradoura a efetiva violência social e política das guerras civis inglesas do século XVII no imaginário do perigo permanente da dissolução da sociedade, fazendo do medo o coração estrutural e atemporal do pacto político. Contra essa dissolução, contra essa generalização ilimitada da violência de todos contra todos, está o baluarte do Estado Leviatã. Ao contrário de Maquiavel, para quem era necessário assustar as pessoas para que fossem governadas, de modo que o Príncipe estava mais interessado em ser temido do que amado, em Hobbes o medo é de uma natureza diferente e infinitamente mais estrutural: a constante lembrança imaginária da violência original da vida social exige um Estado capaz de lidar com ela.

Em Hobbes, o medo não é mais apenas um recurso para o príncipe impor a ordem, ele é a principal fonte do pacto político. Os homens naturalmente em guerra uns com os outros, dada sua igualdade física e, portanto, sua incapacidade de garantir sua própria proteção por si mesmos, instituem o Soberano político para protegê-los.

A operação é complexa porque foi necessário dominar o medo e seu poder de antecipação imaginária, dando-lhe uma dupla função política. Por um lado, se o Estado Leviatã é uma necessidade de ordem contra o medo, ele produz, por sua vez, outro medo, o dos possíveis excessos e abusos do poder sem controle. Não é de surpreender, portanto, que, desde sua primei-

ra formulação em Hobbes, o Estado deva estar claramente sujeito a um limite: garantir o caráter inalienável de certos direitos individuais, a começar pela vida. Por outro lado, e dessa vez de forma mais insidiosa, essa concepção de Estado introduz a ideia amplamente imaginária da possibilidade de eliminar, por meio da política, o medo do caos social pela força dos controles. Paradoxo do gênio político moderno: ele apazigua um medo imaginário em nome de um poder igualmente imaginário. Um medo imaginário: se a guerra civil (mas não a guerra de todos contra todos) foi, às vezes, uma realidade histórica, foram os excessos e abusos do poder do *Leviatã* (e não os da multidão) que feriram as liberdades de forma mais duradoura. Um poder imaginário: a filosofia de Hobbes se baseia na ideia da possibilidade de se chegar a uma regulamentação prática mais ou menos completa do medo original por meio do papel de um Estado onipotente. Dois fatores que compõem o que foi corretamente caracterizado como o liberalismo do medo (Shklar, 1989).

Acabamos de mencionar o medo – e a violência – na versão hobbesiana, mas o pensamento político moderno está repleto de representações desse tipo, como as que localizam a origem do Estado na usurpação do poder por um grupo, na privatização de terras comunais, na acumulação primitiva de capital, ou mesmo na inveja do poder e do gozo do Pai na horda primitiva. De Rousseau a Marx, de Engels a Freud, em todas essas visões, mesmo de forma pormenorizada, a questão da força e da violência é constante. Às vezes o Estado libera os indivíduos de uma violência original irreprimível e introduz uma violência reguladora

na vida social, às vezes o Estado cristaliza uma usurpação inicial perpetuando uma forma de ordem social. Em todos os casos, a força é a obra-prima desse componente principal do governo dos indivíduos. Em suma, se a linguagem não é a mesma, trata-se, em última análise, de deter as ações heterogêneas (em relação à ordem hegemônica) e o medo que elas inspiram.

II. O Estado: hierarquias, crenças e controles

Se a concepção do Estado, mesmo na justificativa ideológica de sua formação baseada no individualismo moderno, enfatizava fortemente o uso da violência que ele poderia e deveria exibir, sua legitimidade, no entanto, foi rapidamente dualizada. Na base da formação do Estado, há primeiro um forte entrelaçamento, depois uma transferência progressiva de elementos originalmente de natureza religiosa para a política, o chamado processo de secularização. Poucas teorias incorporaram melhor essa articulação do que a tese dos dois corpos do rei. O rei se torna uma realidade condensada de poder pela dupla encarnação da qual ele é portador: de sua própria pessoa (mortal) e do Reino (eterno). Ernst Kantorowicz (1989) demonstrou, com base na concepção do corpo místico do rei, a formação moderna do mito do Estado e as transferências entre as representações religiosas e políticas.

Uma versão da tese da secularização enfatiza precisamente a centralidade desse processo de transferência da noção de

soberania da esfera religiosa para a esfera política. Essa versão da secularização é muito diferente da versão dada por Weber (1963). Se este último tende a interpretar a secularização como uma consequência do processo de desencantamento (o fim da ação ordinária de entidades invisíveis na explicação do curso dos eventos nos tempos modernos), Carl Schmidt, ao contrário, mesmo sem questionar o primeiro, enfatiza o papel da teologia na modernidade. Para Schmitt (1988, p. 46), "todos os conceitos mais proeminentes da teoria moderna do Estado são conceitos teológicos secularizados", e chega a afirmar provocativamente, como ilustração disso, que "o Estado de exceção tem, para a ciência jurídica, um significado análogo ao do milagre para a teologia". Hans Blumemberg (1999), entre outros, criticou essa ideia: seria errôneo afirmar que a legitimidade dos tempos modernos é apenas o resultado da transferência para o mundo terreno de um sistema de significados e instituições emprestados da teologia e da Igreja. Porém, para o que nos interessa aqui, se as interpretações diferem quanto ao papel específico atribuído à Igreja e, de forma mais ampla, ao cristianismo nesse processo (Gauchet, 1985), o importante é que, de uma forma ou de outra, a consolidação nos tempos modernos de uma "mundanidade" da realidade é reconhecida (Monod, 2002). Na esteira do processo de secularização, entre os séculos XVI e XVII, de Maquiavel a Locke e Hobbes, para citar apenas alguns, houve o *duplo* processo de afirmação da supremacia da autoridade do rei e do Estado sobre a autoridade religiosa, tanto do ponto de vista histórico e objetivo quanto do ponto de vista legal e institucional.

A história da teoria das duas espadas é uma boa ilustração disso. O importante, uma vez analisadas as controvérsias, não é tanto saber se a primeira espada, o poder espiritual, é superior à segunda espada, o poder político (afinal, nesse universo de representação, a alma é superior ao corpo). O importante é entender a razão de ser das duas espadas, cuja existência dupla é validada na própria Bíblia. Giorgio Agamben (2007a, cap. 4) propôs, com base em uma revisão e releitura minuciosa dos textos, uma nova interpretação da genealogia teológica da economia e do governo: se seguirmos sua leitura, o que falta ao poder espiritual, apesar de sua perfeição, é a eficácia de sua execução. Em outras palavras, o verdadeiro debate teria sido entre, de um lado, os defensores de uma concepção dupla de poder (*podestat* e execução, reinado e governo) e, de outro lado, os defensores de uma concepção monolítica de poder e ação. O interesse dessa leitura é que ela chama a atenção para o fato de que, em uma análise mais detalhada, tanto o papa quanto o imperador se veem como vigários de Deus. Essa leitura permite até mesmo entender, vários séculos depois, certas especificidades da política contemporânea: a imagem do rei (ou, em certos regimes, do presidente) que preside, mas não governa, ou a divisão entre o poder legislativo e o executivo como um traço dessa dupla dimensão do governo. Se mencionamos essa interpretação, acima de outras, é porque ela separa claramente, já na Idade Média europeia, os elementos estritamente factuais da política de seus elementos especificamente simbólicos. Além disso, ela reconhece, com base nas discussões da época, que o governo não se trata apenas nem principalmente de legitimidade, mas de eficiência e poder.

Vamos radicalizar a diferença. Além da permanência ou da transferência de insumos religiosos para o regime político, este último é validado, mais cedo ou mais tarde, por sua eficiência e poder, por sua capacidade de impor o que se chama de ordem social. Um termo que agora está obsoleto, mas cuja importância e significado foram difundidos desde o século XVII, e especialmente no século XVIII, designa essa dimensão da política e do Estado melhor do que muitos outros: a polícia.

É importante reconhecer a diferença entre crenças ou hierarquias e controles como modos de regular a ação. As primeiras regulam as ações mundanas invocando um plano divino e uma obrigação moral, e são instituídas pela legitimação de hierarquias e crenças entre os indivíduos. Os controles, além de suas ligações com os primeiros, regulam as ações a partir de capacidades eficientes de enquadramento e repressão. Além de suas relações, eles são de ordens diferentes. As crenças ou as hierarquias são baseadas em uma legitimação representativa e simbólica; o controle, em uma ação policial e prática. Se, de um ponto de vista analítico, o entrelaçamento desses fatores é constante, no desenvolvimento histórico da modernidade, é possível distinguir dois grandes momentos em que cada uma dessas dimensões se acentua *de forma diferente*. No primeiro momento, a regulamentação se baseia principalmente, mas nunca exclusivamente, em um enorme trabalho de representação e eficácia simbólica, cujo objetivo central é legitimar o Estado e suas instituições, hierarquias e crenças. Em termos simples: o campo de batalha é travado no nível das cognições e consentimentos dos indiví-

duos. Em segundo lugar, a regulamentação se baseia principalmente, mas nunca exclusivamente, em uma enorme quantidade de trabalho de rotina de tecnologias de governo e policiamento cujo objetivo central é impor e garantir a eficácia prática dos controles. A batalha, aqui, é travada essencialmente no nível do comportamento. Novamente, nunca se trata de uma transição radical, mas de uma acentuação diferencial entre as dimensões. Dentro dessa dinâmica, contudo, é possível distinguir entre um período de predominância da eficiência simbólica (hierarquias e crenças) e um período de eficiência policial (controles).

1. Eficácia simbólica

A primeira dimensão de qualquer regime político, o trabalho sobre crenças e seu trabalho sobre hierarquias, foi claramente predominante por vários séculos. O Estado regulava as ações ancorando a ordem social em torno de uma representação, no sentido mais polissêmico da palavra, que era apresentada e defendida como estando de acordo com a *natureza* hierárquica do mundo. Esse projeto de regulamentação teve diferentes leituras, variando, entre muitas outras, desde os dois corpos do rei até o direito natural. Em cada uma delas, de várias maneiras, foi feita uma tentativa de basear a regulamentação da conduta em uma ordem da natureza ou em uma ordem divina. O governo se apoiava em um mistério que era a base de seu exercício e ministério (Kantorowicz, 1984).

Nessa estrutura, a transgressão das hierarquias sociais viola não apenas a ordem política, mas a própria natureza das coisas.

Não surpreende, portanto, que nada na estrutura da representação-política seja mais aterrorizante do que os regicídios: como podemos negligenciar o profundo medo que esses eventos não naturais, tão bem descritos pelo incomparável gênio literário de Shakespeare, despertam? O rei e seus dois corpos têm uma aura, uma munificência, e são o símbolo efetivo da ordem das coisas; ele é, às vezes, o garantidor dos ciclos da vida; ele é sempre o garantidor da continuidade da vida social. O regicídio dramatiza ao extremo o que, por si só, é sempre ansiogênico, o período aberto pela morte de um rei e a coroação de outro. Ele representa o retorno do caos e a reversão do reprimido: o Estado-rei que supostamente regula o perigo da morte violenta é a vítima de uma morte violenta.

Daí a necessidade constante de trabalhar no nível de crenças, cognições e consentimentos para inculcar o medo, especialmente um tipo de medo que associa as transgressões, além da mera violação da ordem social, a um questionamento dos próprios fundamentos da natureza, das hierarquias e da lei divina.[20] É claro que a força de regular as ações a partir da normatividade da lei nunca eliminou a questão da eficácia do poder, mas, em última análise, o consentimento e o medo simbólico receberam uma função reguladora central. Se a eficácia simbólica como estratégia central para a regulamentação das ações conheceu várias versões, no que nos diz respeito aqui, todas elas se basearam e foram organizadas

20. Assim, em uma longa perspectiva histórica, poucas construções provavelmente expressaram melhor essa articulação-regulação do social do que o direito natural. Seja como uma tradução mundana (sob a égide da Igreja e de seus intérpretes legítimos) dos preceitos das Escrituras, seja como uma dedução dos imperativos da razão natural (como é o caso específico do direito natural moderno e dos jusnaturalistas).

em torno da visão de um todo ordenado, ditado por uma lei divina, natural e hierárquica.

Nada de surpreendente, portanto, na articulação entre o político-teológico e o político-jurídico. Para garantir a regulação das ações a partir do simbólico, era indispensável fundir o indicativo e o imperativo. O que é com o que deve ser. A ordem jurídica era inseparável de uma ordem hierárquica naturalizada, na qual se baseava e que instituía. Mesmo quando o mundo estava se afastando dessa ordem, quando a existência de heteroações irreprimíveis e indeléveis se tornou evidente, era imperativo manter a confiança e a crença nos grandes princípios, fossem eles divinos, ancestrais, naturais ou racionais. O exercício normal da hierarquia dependia disso. De fato, nesse trabalho de inculcação propriamente ideológico, a expansão e a aceitação reais (ou o mero conhecimento) dos grandes preceitos fundadores da Ordem na população (um trabalho muitas vezes assegurado tanto por eclesiásticos quanto por filósofos ou juristas) era apenas muito parcial e sempre coabitava com a validade de muitas outras fontes e visões heterogêneas (Abercrombie, Hill e Turner, 1987; Ginzburg, 2014; Febvre, 2003). No entanto, durante séculos, a Igreja Católica, em grande parte por meio da Inquisição, teve a capacidade institucional no Ocidente de reprimir e processar ataques abertos à ordem divina, natural e hierárquica do mundo para impor globalmente a *ideia* de que tudo se curvava e operava de acordo com a intenção divina. A teocracia hierárquica baseava-se em uma hierarquia naturalizada. Ela se baseava no profundo conluio em nível de crença entre ordem, hierarquia, natureza e lei.

É claro que as heteroações não foram menos ativas nesses séculos do que em outros. Como veremos no próximo parágrafo, há boas indicações para pensar que isso era ainda mais importante e frequente. Porém, *cognitivamente*, no nível dos indivíduos, e *simbolicamente*, no nível dos coletivos, todas essas transgressões não eram percebidas em sua singularidade ou eram fagocitadas dentro de uma representação dominante da ordem: divina, natural e hierárquica.

Quer aceitemos ou não a versão bem fundamentada de secularização de Schmidt (a transferência da aura da Igreja para o Estado), não é exagero dizer que quase todas as grandes teorias do Estado foram inscritas nessa estrutura. O Estado governa os indivíduos porque domina suas crenças, inculca ideologias ou hegemonias, impõe respeito às hierarquias por meio da munificência e dos enfeites, sacraliza a nação, cultiva símbolos coletivos, inibe por meio da violência simbólica, legitima ciclicamente as instituições. Em suma, o Estado governa com base no consentimento (conciliado ou coagido) de sua autoridade.

2. Policiamento eficiente

Será que é realmente assim? Ou melhor, será que é assim mesmo? Seja qual for a força dessa primeira espada, não é necessário, como já vislumbravam os autores medievais, recorrer à segunda espada, a da eficiência prática? Como veremos, independentemente de seus vínculos *permanentes* com a outra espada, essa segunda grande dimensão do regime político e do Estado, aquela que se baseia explicitamente no trabalho de con-

trole prático, convida a uma conceituação diferente. A ordem social torna-se, acima de tudo, uma questão de policiamento, da eficácia diferencial do controle e da repressão, e até mesmo do uso da violência. Observemos: na estrutura da eficiência simbólica, o recurso à violência aparece, se não como desnecessário, pelo menos como excepcional (a ordem e as hierarquias dependem, em princípio, da validade das crenças); na estrutura do policiamento da eficiência, o recurso possível, comum e divulgado à violência é um fator constitutivo do governo dos indivíduos.

A noção de *raison d'état* incorpora totalmente essa possibilidade de arbitrariedade no mundo moderno, ou seja, a capacidade de decidir, em nome de um princípio de interesse superior e graças a capacidades práticas reais, estabelecer um Estado de exceção que, em caso de necessidade, permite o uso extraordinário da força. Esse poder é extraordinário (como aquele concedido temporariamente aos ditadores em Roma), mas é a fonte do poder político. Essa é dimensão que foi destacada, de uma maneira diferente, como vimos, por Carl Schmidt, mas também por Michel Foucault (1976 e 2004a), que descreve o poder político como uma questão de vida ou morte, ou por Giorgio Agamben (2003), que, retornando à figura do *Homo sacer* (homem sagrado) atualiza a importância dessa tradição para as sociedades contemporâneas. O que é importante é o *continuum* em ação. Seja por meio da valorização da violência real da qual o Estado é capaz, seja por meio da suspensão do Estado de Direito comum e do estabelecimento de um estado de exceção, o que é decisivo nessas interpretações é o trabalho de policiamento

eficiente. Em outras palavras, é a capacidade do Estado de controlar o comportamento que é essencial.

Subordinada à dimensão anterior, a dimensão da eficiência-policiamento tornou-se gradualmente mais autônoma, mesmo que nem sempre tenha sido totalmente reconhecida. Essa dimensão não deixou de se acentuar desde a Idade Média, pois, por um lado, os Estados monárquicos e, depois, os Estados-nação se consolidaram e, por outro lado, a divisão e as facções, sempre presentes em qualquer sociedade, começaram a encontrar expressão comum na vida social, aumentando os conflitos entre o soberano e seus súditos, mas também entre facções de nobres, entre nobres e camponeses, depois entre capital e trabalho, e tantos outros conflitos. A política moderna, como é concebida hoje, ou seja, como uma forma de engendrar a ordem ao assumir o caráter irredutível do conflito social, é uma consequência disso (Lefort, 1981). Nesse processo, além da questão da representação de interesses e grupos sociais, a força legitimadora de que as hierarquias sociais desfrutavam a longo prazo, graças à validade da crença no discurso religioso e natural que as sustentava, foi sub-repticiamente enfraquecida. Havia uma necessidade crescente de controles e policiamento eficiente.

Foucault enfatizou muito bem essa dimensão. Em seus cursos no Collège de France, *Segurança, território, população,* ele diferencia três modalidades de poder: o sistema jurídico do Estado territorial; os mecanismos disciplinares das sociedades

modernas, que, juntamente com a lei, são exercidos por técnicas policiais, médicas e penitenciárias, cujo objetivo é controlar os corpos; a gestão da população (demografia, economia: biopoder). Essas modalidades não se sucedem cronologicamente, elas se combinam umas com as outras, mas em cada período, se seguirmos Foucault (2004b, p. 240), uma delas se torna a tecnologia política dominante. Isso nos permite distinguir duas configurações principais: a primeira dá primazia ao legal e à questão da soberania, ou seja, fundamentalmente, para retomar a expressão que estamos usando, é uma questão de crenças, hierarquias e eficiência simbólica; na segunda configuração, a primazia das disciplinas e do biopoder, além da justiça ou não dessa distinção, dá primazia à eficácia dos controles, ou seja, à eficiência-policiamento. Nesse ponto, o grande interesse do trabalho de Foucault é ter enfatizado a centralidade das disciplinas, dos mecanismos e dos dispositivos administrativos do Estado moderno. Por meio da expansão de diferentes técnicas, como contabilidade e estatística (a "matemática do Estado"), vários micropoderes e disciplinas, vários dispositivos de biopoder que operam controlando populações e territórios, o poder do Estado se torna mais uma questão de tecnologia (controle) do que de fundamentação (crenças e hierarquias). Muitos desses controles, como mostram muitas etnografias sobre as relações entre cidadãos e Estado, passam por um conjunto de procedimentos que os indivíduos devem respeitar e aos quais devem se submeter pacientemente (filas de espera, apresentação de documentos etc. – cf. Auyero, 2013).

3. Tensão e desequilíbrio

Repetimos para evitar mal-entendidos: essas dimensões *sempre* funcionam em conjunto, mas, ao longo do tempo, a eficiência-policiamento tem assumido cada vez mais importância e peso relativo em relação à eficácia-simbólica. De forma mais ou menos sub-reptícia, a questão central gira em torno das capacidades institucionais e administrativas *efetivas* dos Estados modernos para regular e controlar ações. Em termos muito simples e parcialmente imprecisos: a administração (o executivo e suas capacidades de policiamento) assumiu mais poder do que a política (os parlamentos e suas capacidades de representação).

De qualquer forma, é essa história que Foucault privilegia. As tecnologias de poder substituem, e em parte deslocam, as considerações da teoria político-jurídica da soberania. A governamentalidade torna-se a noção-chave à medida que o importante é explicar as diferentes técnicas de gestão, controle e regulação das ações além de qualquer articulação meramente jurídico-política (Foucault, 2004a). Ao propor essa leitura, Foucault (1997, p. 24) não apenas minimiza a questão da legitimidade, mas também rompe com uma tradição de teoria política que se organizou em torno da teoria da lei e do problema da soberania (ou seja, da eficiência simbólica) e propõe a tese da primazia das tecnologias de governo (ou seja, da eficiência-política).

Entretanto, talvez por entender claramente a transformação da questão política em uma questão de policiamento, Foucault acreditava na força e na eficácia crescentes e totais da go-

vernamentalidade e do biopoder nas sociedades modernas. As tecnologias políticas seriam, portanto, responsáveis pela produção e manutenção incessante da ordem social. Se isso é de fato verdade em linhas gerais, essa visão tem grandes desvantagens. Primeiro, como já observamos, a noção de governamentalidade amalgama coisas demais: instituições, procedimentos analíticos, cálculos, táticas. Em segundo lugar, todos os estudos de Foucault estabelecem uma estreita continuidade entre declarações e práticas, o que está longe de fazer justiça às disfunções ou disjunções usuais entre as duas (Memmi, 2003). Por fim, e é para isso que estamos mais interessados em chamar a atenção, o diagnóstico de Foucault tem a dificuldade de negligenciar o *desequilíbrio estrutural* ao qual a primazia do policiamento eficiente leva. Ou seja, quaisquer que sejam as capacidades efetivas e crescentes do controle estatal, elas *nunca* conseguem regular a elasticidade irredutível da vida social e a permanência das heteroações, mas também, e aqui está o ponto realmente importante, as transgressões se tornam infinitamente mais problemáticas no universo do policiamento eficiente.

Vamos explicar melhor. É impossível minimizar a crescente e inegável eficiência dos Estados modernos na produção nacionalizada de indivíduos, em sua capacidade de nomear a realidade por meio do uso de estatísticas e leis, em seu poder de segmentar nações e suas fronteiras. No entanto, é impossível não ser sensível, apesar desses inegáveis aumentos no controle, aos estados de impotência e aos limites factuais observáveis em toda a gestão governamental. Enquanto a eficiência simbólica, operando sobre

crenças, conseguiu anestesiar ou tornar invisível a existência de heteroações, o policiamento da eficiência, operando por meio de controles factuais, acentua a sensibilidade e a visibilidade dos desvios. Essa é uma consequência inevitável e estrutural. A promessa do governo, na medida em que se baseia no (e é legitimada pelo) policiamento da eficiência, torna suas deficiências factuais inaceitáveis ou incongruentes.

A articulação entre a eficácia simbólica e a eficiência policial, além da *tendência* de uma ter precedência sobre a outra, é a fonte de um verdadeiro paradoxo. As capacidades reais de intervenção e regulação de situações e ações por parte da administração e do Estado aumentaram ao longo da história. Essas capacidades são incomensuráveis entre o início da Idade Média, durante a formação dos Estados nacionais monárquicos ou nos Estados modernos alguns séculos depois (Giddens, 1985). Entretanto, apesar desse aumento de poder (algo bem refletido, por exemplo, na capacidade dos Estados de cobrar impostos ou regular as relações sociais por meio da coerção – cf. Tilly, 1992), nunca as *limitações* dos Estados foram tão aparentes.

O hiato entre a ideia de ordem social e a regulamentação real do comportamento foi absorvido há muito tempo por uma série de crenças (religiosas, naturais, hierárquicas). Esse hiato permanente é responsável não tanto pela importância decisiva da punição e do sistema legal (que permanece central em todos os lugares), mas por seu significado específico dentro da estrutura da eficácia simbólica. A alteração *visível* das regras exigia a reafir-

mação da majestade da ordem social como um todo, o que implicava todo um trabalho de manutenção simbólica e punição. A transgressão, quando se tornava visível, tinha de ser temporariamente limitada e sancionada. A questão essencial foi, portanto, resolvida em nível de visibilidade e publicidade. Como muitos estudos de micro-história mostraram, é impossível negar o grande número de transgressões irreprimíveis, variadas e mais ou menos frequentes que existiram em todas as sociedades do passado, mas muitas dessas ações, por não questionarem abertamente os fundamentos da ordem política, nunca a colocaram em questão. Em outras palavras, no mundo da eficácia simbólica, com a ajuda da vida após a morte e da sanção do outro mundo, os Estados conseguiam compensar em grande parte suas falhas no controle efetivo do comportamento, mantendo a ordem hierárquica como um todo. A aura simbólica e a crença absorveram e invisibilizaram as deficiências práticas.

À medida que as dimensões de eficiência-policiamento e eficácia das técnicas são acentuadas como pilares do governo dos indivíduos, o poder político se torna mais vulnerável a transgressões factuais. Paul Bénichou (1988, p. 59) enfatiza claramente essa tensão ao observar as irregularidades que sempre existiram, por exemplo, no nível dos vínculos entre os direitos dos amantes e a autoridade dos imperativos morais: se as irregularidades eram numerosas durante a Idade Média, a tolerância em relação a essas práticas diminuiu à medida que uma nova estrutura estatal foi imposta na França a partir do século XVII. Na Idade Média, a contradição estava em toda parte, mas tinha apenas um impacto

marginal na mente das pessoas. A discordância entre a opinião e a lei, o governo e os fatos, começou a produzir outro tipo de marcas quando começou a se organizar sob o governo de ferro dos Estados absolutistas.[21]

A tendência de passar de crenças e hierarquias para controles mostra a importância e os diferentes significados da punição. Qualquer transgressão visível, por demais visível, requer uma sanção porque, como Durkheim entendeu, é essencial garantir a majestade da lei e, para isso, diante do desafio da transgressão, é imperativo reativar, graças à punição, a crença dos cidadãos na capacidade das instituições de regular o comportamento. Punir não é torturar corpos ou almas, mas afirmar, diante da transgressão, a validade e o valor da regra que a transgressão negou (Durkheim, 1992, p. 147). Por essa razão, a sanção e a visibilidade da sanção são ferramentas indispensáveis do poder. Certamente, como atesta a tortura ou a firmeza da repressão infligida aos transgressores (especialmente rebeldes e hereges), o recurso dos Estados à violência e à punição tinha o objetivo de restaurar a ordem simbólica por meio da força física, mas também de nos lembrar de sua eficiência prática.

A tendência à transição de crenças e hierarquias para controles *modifica* o significado da punição. Em muitas sociedades contemporâneas, apesar da majestade simbólica do poder e da dimensão sagrada dos direitos humanos, a lei é explicitamente

21. Também seria possível ler sob essa perspectiva, por exemplo, o destino dos carnavais, que, por muito tempo, foram tolerados pelas classes mais altas como uma forma de reviver a comunidade em torno do caos inicial ou, pelo menos, relembrar a luta cósmica entre o bem e o mal. Tudo mudou no final da Idade Média. O que poderia ser simbolicamente controlado tornou-se, sob a primazia do policiamento eficiente, uma perigosa transgressão da ordem social.

concebida como fruto de uma regulamentação da vida social produzida e negociada de forma autônoma. Nas sociedades seculares, a aplicação e o respeito à lei, ao se dissociar mais ou menos radicalmente (mas sempre se dissociando) de uma concepção naturalmente hierárquica ou divina da ordem social, torna-se uma questão prática. O importante é regular *de forma prática* as situações de desordem. O importante, no caso de transgressão, não é mais restabelecer uma ordem simbólica ou a munificência da lei, mas demonstrar a efetiva capacidade punitiva do Estado. Isso reflete a paixão pela punição que permeia as sociedades contemporâneas (Garland, 2001; Fassin, 2017) e o número significativo de pessoas presas.

Quando Maquiavel percebeu que os governos se tornariam progressivamente autossuficientes, ou seja, baseados na capacidade do príncipe de renovar a submissão dos governados por meio do medo, ele intuiu, talvez sem entender completamente, o que isso significaria para sua legitimidade. A impossível regulamentação total da vida social, à medida que não pode ser tornada invisível pela eficácia simbólica, dá às transgressões um significado sem precedentes e um papel específico para governar pelo medo.

Resumindo: enquanto o Estado se baseava em uma concepção transcendente de ordem social, os limites de sua função de controle eram compensados por crenças extrassociais. Ao expandir cada vez mais visivelmente suas capacidades factuais de regular ações e ao fazer delas (ou seja, do policiamento da eficiência) seu grande e crescente princípio de validação, o Estado

é fortemente desafiado em suas deficiências práticas no exato momento em que, paradoxalmente, não deixa de expandir seus poderes. À medida que o Estado adquiriu maior eficiência administrativa, sua validade (vamos usar esse termo para diferenciá-lo de legitimidade) se baseou cada vez mais em sua capacidade de instrumentalizar várias políticas sociais e regulamentações estratégicas na vida social. Suas intervenções ganharam em eficiência instrumental e validade o que perderam em termos de crença e legitimidade. O Estado moderno é menos uma questão de enfeites do que de prática, menos uma questão de clérigos do que de engenheiros e policiais.

Até mesmo a questão da legitimidade e a crise dos Estados sociais podem ser lidas sob essa perspectiva: ao desmercantilizar o acesso a determinados serviços públicos por meio de direitos, o Estado paradoxalmente transformou a adesão política e simbólica do cidadão em uma questão de satisfação do usuário. A valorização do Estado depende da satisfação do usuário-cidadão com os serviços públicos.

Devido à autonomização do governo dos indivíduos das principais matrizes religiosas, é cada vez mais tarefa do Estado impor definições e produzir categorias e classificações que tornam a vida social possível (Bourdieu, 2012). Entretanto, essa produção é estritamente factual e imanente ao mundo. O Estado é o grande instituidor de categorias cognitivas e funcionais da realidade social nos tempos modernos, muitas vezes recorrendo ao direito. Porém, esse trabalho não mais se baseia ou é legitimado

pela capacidade de tornar as leis sociais coerentes com a ordem da natureza. A validade do Estado é transformada: ela não deriva mais principalmente da eficácia simbólica, mas está ancorada no trabalho de policiamento eficiente, ou seja, em sua capacidade de impor a validade das categorias que institui (salários, tipos de casamentos, identidades, propriedade privada etc.) por meio de um conjunto de controles. Resultado: o Estado está constantemente sob suspeita e vigilância. Qualquer mudança na tributação, qualquer nova legislação trabalhista, qualquer novo reconhecimento de direitos aumenta as dúvidas sobre sua imparcialidade, mas abre, acima de tudo, para debates eminentemente pragmáticos nos quais os diferenciais de eficiência de diferentes políticas públicas são tendencialmente discutidos.

Ao conceder a primazia à eficiência-policiamento, o Estado não perdeu toda a sua aura nem todo o simbolismo secularizado do qual continua a depender, mas seu equilíbrio foi alterado em benefício de suas capacidades efetivas de impor um conjunto de regras mais ou menos vinculantes, sempre aberto à possibilidade de outros acordos ou compromissos de poder, e sob a constante perseguição de transgressões factuais irredutíveis e muito visíveis. No entanto, apesar da diversidade de suas deficiências, nas sociedades contemporâneas, o Estado continua a ser uma peça *indispensável* no governo dos indivíduos, conforme demonstrado pela criminalidade das sociedades que não conseguem construir um aparato estatal, que testemunham, após sua implosão, a perda de controle sobre partes de seu território ou que se tornam prisioneiras da violência intergrupal.

III. Poder e fraquezas do Estado controlador

Que consequências podem ser tiradas do rápido desenvolvimento acima? Antes de especificá-las, vamos relembrar mais uma vez a hipótese geral explorada neste estudo: interpretar a vida social com base na experiência liminar de um mundo no qual é sempre possível agir de *forma heterogênea* e, diante disso, a necessária renovação dos controles e do trabalho sobre crenças e hierarquias. Qualquer que seja a força da construção de uma ordem social, o que prevalece é a capacidade dos atores de agir de forma diferente das lógicas funcionais, mesmo por meio de comportamentos violentos ou ilegítimos. É sobre essa realidade social que a regulação estatal é implantada: por mais eficaz que seja, ela nunca poderá, assim como outras instituições de coerção, eliminar completamente essa realidade fundamental. No entanto, como já foi apresentado, os limites que os Estados têm tido no nível da regulamentação factual foram compensados durante séculos por um trabalho de eficácia simbólica.

A situação contemporânea é fundamentalmente diferente. A validade do Estado está cada vez mais baseada em sua eficiência. Ao contrário, portanto, do que Gilles Deleuze (1990, p. 240-247) afirmava em sua tese da transição das disciplinas para uma sociedade de controle, na qual o poder tenderia a ser exercido de forma fluida em espaços abertos, de forma desterritorializada, por meio de psicofármacos, consumo televisivo, *marketing*, endividamento privado ou consumo, nas sociedades contemporâneas os controles diretos e factuais são sempre decisivos e isso se ma-

terializa tanto em esferas abertas quanto fechadas. Basicamente, apesar da terminologia usada, para Deleuze a sociedade de controle nada mais é do que uma variante da tese usual da primazia da dominação-consentimento, enquanto a situação atual é essencial e tendencialmente caracterizada por um aumento da coerção física: controles, funções repressivas e violência estatal. O que é decisivo é a expansão e a autonomização dos controles. Antes de fazer essa observação, vale a pena relembrar alguns fatos, já que a capacidade do Estado controlador contemporâneo na regulação ordinária da vida social tem diferentes faces.

1. Ambivalências

A expansão do poder de infraestrutura do Estado controlador atual e sua capacidade de regulamentação ordinária da vida dos cidadãos não tem precedentes históricos. Tudo está sujeito a uma decisão da justiça, à regulamentação, à vigilância: desde a quantidade de chumbo na gasolina até a proibição de fumar em locais públicos; desde a indicação do número de calorias em um alimento até a obrigação de usar cinto de segurança no transporte; desde a variedade e as condições dos contratos de trabalho até a tributação de patrimônio, herança ou renda, e assim por diante. A lista pode ser ampliada à vontade. Mais importante ainda, essa crescente regulamentação da vida social (que, aliás, confere ao direito um papel decisivo nas sociedades contemporâneas) foi acompanhada por um aumento impressionante do peso econômico e do papel do Estado. Em um século, entre os anos 1900 e 2000, *em todos os lugares*, independentemente das orientações

ideológicas dos governos no poder, o Estado assumiu funções econômicas cada vez maiores, contratou diretamente um número maior de funcionários públicos e tornou-se um ator decisivo na vida social.

Se a construção do Estado Social nacional precede o período pós-guerra, já que na Europa ela remonta ao final do século XIX (1860 no contexto alemão), o Estado se tornou, por meio de uma extensão dos gastos sociais, mas também por meio da produção de novos conhecimentos, um ator central na proteção dos cidadãos. No entanto, foi somente a partir 1950 que uma nova gestão da atividade econômica e da proteção social foi imposta em várias sociedades europeias (Bec, 2014). Progressivamente, os gastos do Estado aumentaram consideravelmente em termos de despesas operacionais, esforços de investimento, dívida pública, salários de funcionários públicos, aos quais se somaram as transferências de receita que o Estado faz por meio de gastos sociais e serviços públicos (saúde, educação, pesquisa, políticas familiares etc.). Um único número e em um único país: na França, os gastos públicos, que representavam apenas 11% do PIB em 1872, chegaram a 56% em 2015.

Porém, essa realidade foi acompanhada por outros fatos. Mesmo em detrimento de uma certa verdade histórica, o Estado atual é frequentemente percebido em termos de suas deficiências. A lista de recriminações é longa: sua incapacidade de regular o capitalismo globalizado, de garantir a segurança física dos cidadãos (bairros abandonados pelo crime organizado, insegurança

urbana), de lutar contra a evasão fiscal, de combater a corrupção, de combater as poderosas máfias internacionais (Castells, 1999b), de estabelecer uma verdadeira igualdade de oportunidades entre os cidadãos. É claro que muitas dessas incapacidades são basicamente o reflexo de decisões públicas genuínas (que se devem, por exemplo, à notória escassez de funcionários públicos nos serviços públicos), mas isso não elimina o essencial: a sensação do cidadão de estar diante do paradoxo de um Ogro impotente.

Muitos desses pontos fracos, mas não todos, estão ligados ao papel regulador que o Estado continuou a desempenhar na esfera econômica ao longo do século XX (Rosanvallon, 1990). Além dos debates ideológicos, o Estado é, em toda parte, um ator decisivo na economia. Porém, ao assumir novas tarefas nesse campo, o Estado foi forçado a reconhecer que está se confrontando com outros atores poderosos e lógicas de ação de forma muito mais urgente do que no passado.

Portanto, sem desmerecer a existência de Estados mais ou menos fortes, fracos ou mesmo fracassados, o importante é notar as transformações observáveis na percepção dos poderes infraestruturais do Estado quando se trata de penetrar efetivamente no tecido social. Conforme proposto por Joel S. Migdal (2011), é necessário tornar a distinção entre Estados fracos e fortes mais complexa sem aboli-la: há uma oposição em todos os lugares entre as imagens do Estado (que tendem a homogeneizá-lo e enfatizar sua dimensão autônoma, centralizada e unificada) e as práticas estatais que variam no nível local de acordo com a presença

efetiva da administração, o número de funcionários públicos, o controle sobre o território, as alianças e as lutas internas.

Diante da generalização de situações desse tipo, a ambivalência dos cidadãos em relação ao Estado é ainda mais aguda, pois os indivíduos não têm mais rituais para afastar a desordem do mundo ou crenças capazes de dar sentido aos males do mundo (como a teodiceia cristã fez durante séculos). Em face dos novos perigos, em face dos grandes riscos que assolam o mundo, o Estado controlador é repetidamente chamado de dique e insultado por suas inadequações práticas. O poder e a impotência combinados do Estado testemunham o novo imaginário do poder contemporâneo, o sentimento de que o poder nunca foi tão extenso e forte e, ao mesmo tempo, tão fraco e ineficiente.

Obviamente, tudo é relativo, tanto na força quanto na fraqueza do Estado, mas a realidade dessa visão ambivalente é um fato sólido. Em poucas áreas isso é tão visível quanto no nível de segurança.

2. O Estado e a (in)segurança

As capacidades do Estado controlador (em termos de regulamentação, repressão, vigilância e violência) têm aumentado constantemente. Há forças militares e policiais, o sistema judiciário, mas também um grande número de assistentes sociais, agências de proteção e colocação de crianças (em nome da proteção de pessoas vulneráveis, o Estado assume o direito de retirar crianças em risco de suas famílias), abrigos, prisões e centros de de-

tenção (em muitas sociedades democráticas e pluralistas, há décadas são estabelecidos recordes anuais em termos do número de pessoas detidas, muitas das quais são mantidas sob custódia aguardando julgamento). Os agentes do Estado têm, dentro da estrutura de mandatos administrativos e legais, uma capacidade impressionante de intervenção. Dito isso, devemos ressaltar imediatamente a grave crise que cada uma dessas organizações está enfrentando: a desmotivação dos policiais (e, em alguns países, sua alta taxa de suicídio), as condições de trabalho muito difíceis dos agentes da justiça, da saúde ou da escola, a desilusão crônica e a sensação de impasse dos assistentes sociais, a superlotação das prisões, a falta de pessoal nos serviços de inteligência etc.

Isso não quer dizer que o Estado controlador seja fraco. Dentro das fronteiras nacionais e independentemente de seu poder efetivo para regular as situações, nenhum outro ator possui tanta força e recursos. Além dos inevitáveis jogos de poder entre os diferentes atores estatais (entre juízes, policiais, assistentes sociais etc.), cujas tensões não são de forma alguma uma disfunção, mas sim uma maneira de organizar administrativamente a proteção dos cidadãos e de seus direitos, os Estados são uma força determinante no mundo contemporâneo.

A questão essencial, contudo, é apresentada em outro registro. As intervenções do Estado são cada vez mais validadas por motivos de eficiência, mesmo independentemente de qualquer questão de legitimidade. Nem sempre se percebe, mas, por trás da questão dos bairros dominados pelo crime, está tanto a inefici-

ência do Estado quanto uma crise de legitimidade que não pode mais ser superada com base em crenças. A polícia não pode mais garantir a ordem pública por meio da legitimidade do uniforme. Em vários lugares da América Latina, por exemplo, a segurança não está mais associada a um policial uniformizado, mas a um agente armado privado que, de forma mais ou menos legal, mantém a ordem pública. Isso não significa necessariamente que o Estado esteja ausente; muitas vezes ele está presente, mas em uma forma específica. Em vários bairros periféricos, os habitantes vivem em meio a cadeias de violência em que o que está em jogo é menos a fraqueza do Estado do que os conluios entre a polícia e a criminalidade (Auyero e Berti, 2013, p. 121). Presos nessas situações, os cidadãos exigem maiores controles: mais policiais, reforços militares, estados de emergência, novos controles digitalizados (como o uso de reconhecimento facial). Em todos os casos, o governo dos indivíduos está constantemente associado à primazia dos controles.

Além disso, o sistema penal-judicial-midiático é um *continuum* que é validado (embora nem sempre legitimado) ao exibir e tornar visíveis as capacidades de repressão. As prisões e as condições de vida dos detentos são mostradas, as forças policiais, os controles de fronteira e os resultados da luta contra o crime organizado são exibidos – tudo com profusão de imagens. Todos os dias, os noticiários da televisão evocam crimes e aprofundam a sensação de insegurança, mas também mostram indivíduos presos, algemados, condenados ou em processo de condenação, transportados sob forte vigilância policial. A publicidade das

intervenções de grupos de elite, com armas cada vez mais sofisticadas, participa do processo de tornar os controles mais visíveis (Michaud, 1996, p. 10-26). Em toda parte, nessas imagens, a polícia é muito mais numerosa do que os acusados e os condenados.

Para além dos excessos daqueles que afirmaram a transformação do *Estado de Bem-Estar Social* em um *Estado de Guerra*, ou mesmo em um Estado-prisão (Wacquant, 2000)[22], o que é certo é que, desde o final do século XX, as políticas de segurança e controle tornaram-se independentes das políticas de proteção social (Garland, 2001). Aqui está o ponto importante: no que diz respeito à produção de segurança, a repressão não é mais legitimada em nome do Bem, nem mesmo em termos de sua capacidade de restaurar a majestade da lei transgredida, mas é validada como uma questão prática, cuja eficácia, aos olhos de muitos cidadãos, deixa muito a desejar. Até mesmo os debates sobre a contradição insuperável do mundo prisional, sua impossibilidade radical de ser o que pretende ser (um lugar que prepara para a futura reintegração social após o cumprimento de uma pena) esgotaram suas possibilidades críticas. O imperativo da segurança e as formas factuais de alcançá-la prevalecem sobre todas as outras considerações.

Aqui reside a principal consequência do que detalhamos no parágrafo anterior. Nas sociedades contemporâneas, independentemente da teatralidade e da munificência do poder do Es-

22. Se pudermos falar de uma sociedade carcerária nos tempos modernos, ela é, antes de tudo, a sociedade soviética na morte de Stálin, em 1953, quando 5% da população adulta estava na prisão. Em 2018, nos Estados Unidos, 1% da população adulta estava encarcerada (mas 5% da população masculina adulta de ascendência africana), 0,7% na Rússia, 0,3% na China e 0,1% nos países da Europa Ocidental (Piketty, 2019, p. 677).

tado e dos aspectos simbólicos que ainda o cercam, o exercício dos controles se tornou mundano. Os Estados não desfrutam mais do privilégio que a secularização em uma determinada fase histórica lhes concedeu. Os controles, a violência e a repressão do Estado, mais ou menos desprovidos de traços simbólicos e até mesmo de legitimidade, são avaliados como uma questão de eficácia técnica e vigilância. A crítica do Estado controlador é mais pragmática do que simbólica.

Para obter maior eficiência no nível de segurança, os limites entre o Estado e as empresas privadas estão se diluindo. Os laços cada vez mais estreitos entre os serviços de inteligência do Estado e as grandes empresas de telecomunicações digitais tornam obsoletas muitas das proteções legais existentes. Se a colaboração entre o Estado e as empresas não é nova, o conluio muito próximo entre eles é, assim como a forte tendência dos Estados de delegar e terceirizar funções de controle para empresas privadas. Já em 2010, nos Estados Unidos, até dois terços dos gastos com inteligência estavam no setor privado (Harcourt, 2020, p. 91).

3. Violência estatal

Poucas coisas mostram melhor esse desenvolvimento do que a perda de interesse de muitos cidadãos na questão da legitimidade da violência nas sociedades atuais. A questão, no entanto, estava na origem da teoria individualista do Estado moderno desde Hobbes, e por muito tempo a razão de ser da violência foi objeto de intensa controvérsia. Assim, por exemplo,

a violência dos "de baixo" era interpretada como uma resposta à violência dos "de cima" e isso, por sua vez, era visto como uma forma de controlar ou jugular a violência dos de baixo (Sartre, 1985, p. 802). A delinquência foi analisada por alguns como uma expressão da luta de classes, como uma "justiça social autogerida" pelos setores populares em face das injustiças do capital. Por mais excessivas que sejam essas perspectivas, elas atestam a consciência de um conflito social inevitável. A violência do Estado, apesar da definição de Weber, não era universalmente legítima. Isso era algo de que o político Weber (aquele que deu uma palestra sobre autoridade para o alto comando do exército prussiano apenas alguns meses antes da revolução alemã de 1918-1919 e sua repressão) estava bem ciente.

Se a violência estatal tem sido um meio comum de governar indivíduos, seu uso tem variado muito ao longo do tempo. Entretanto, ao contrário de algumas teses, parece difícil sustentar a ideia de um declínio histórico contínuo da violência. Alguns estudos destacam, por exemplo, a diferença entre as duas metades do século XX. A primeira metade do século foi essencialmente marcada pela violência entre Estados (violência espetacular no contexto das duas guerras mundiais), seguida por uma segunda metade em que a violência contra populações civis proliferou. As vítimas civis, que representaram 5% das vítimas da Primeira Guerra Mundial e 50% das vítimas da Segunda Guerra Mundial, constituíram 90% do número total de vítimas na década de 1990 (Chesterman, 2001, p 2). A história dessa conscientização moral, depois política e, por fim, intelectual ainda está por ser escrita.

De qualquer forma, há uma convicção crescente de que é difícil manter a tese de um declínio nos atos de violência na modernidade (Elias, 1987), ou que estamos apenas testemunhando um aumento em nossa sensibilidade a ela (Chesnais, 1981). As evidências empíricas exigem o reconhecimento de que o século XX foi, se não o mais violento da história, pelo menos o teatro de manifestações exacerbadas de violência, e o primeiro quarto do século XXI está seguindo o mesmo caminho.

A violência do Estado desempenha um papel importante nesse processo.[23] Consequentemente, *certos* atos de violência estatal devem ser estudados sob outros parâmetros que não os da legitimidade. Apesar do horizonte do Estado de Direito, a violência não é mais percebida apenas como o fracasso de uma solução negociada. Durante várias décadas após a Segunda Guerra Mundial, o desejo de justiça dos regimes democráticos impôs uma leitura puramente negativa da violência. Por mais legítimo que fosse o monopólio do Estado, seu uso significava uma deficiência. A aspiração a uma institucionalização completa dos conflitos sociais, excluindo todo recurso à violência, foi, assim, inscrita no horizonte das sociedades democráticas pluralistas. A ideia de que em *toda* sociedade há um resíduo estrutural que não é tratado institucionalmente, porque não pode ser tratado institucionalmente, que é precisamente o que constitui a violência, tornou-se uma observação que era uma afronta direta ao espírito da democracia.

23. Esse é um aspecto parcialmente abordado por aqueles que interpretaram a barbárie dos campos de extermínio a partir de uma ampla reconsideração da modernidade (Bauman, 1989), mas também por aqueles que, a partir do registro da história e, às vezes, por meio de monografias precisas sobre eventos bárbaros, tentaram entender como homens comuns, dentro de organizações fomentadas por Estados, podiam se tornar carrascos (Browning, 1994).

Esse não é mais o mundo contemporâneo. Diante dos desafios polimorfos da insegurança, das novas ameaças de guerra e das guerras híbridas, a validade crescente do uso da violência, e não apenas pelo Estado, está ganhando espaço na opinião pública. Tanto que, em uma surpreendente *inversão* do processo de formação dos Estados modernos, está sendo discutida ou legislada a permissão para que os cidadãos possuam armas para garantir sua própria proteção.

A ordem precisa ser imposta e, em sociedades nas quais a eficácia simbólica do Estado diminuiu, isso significa aceitar direta ou indiretamente o uso privado da violência. No exato momento em que a violência perdeu sua inteligibilidade política e social, em que as manifestações violentas de muitos grupos (terrorismo, crime organizado) se multiplicaram, em que a violência alcançou uma impressionante visibilidade na mídia, a questão da violência do Estado tende a se desvincular cada vez mais do monopólio de sua problematização do ponto de vista da legitimidade.

A situação atual até contrasta, às vezes, com um dos ensinamentos mais sólidos da história das revoluções: os regimes desmoronam quando os cidadãos perdem a fé em suas instituições, nas crenças fundadoras e nos gênios invisíveis da pólis (Ferrero, 1988), quando o que parecia intangível entra em colapso e se percebe que o rei está nu. Sem negar totalmente o que foi dito acima, a novidade vem da capacidade incomum dos regimes autoritários de se sustentarem a partir de controles, na ausência de qualquer autoridade. O que Talleyrand disse a Napo-

leão – que se pode fazer qualquer coisa com baionetas, exceto sentar-se sobre elas – está começando a deixar de ser necessariamente um julgamento verdadeiro.

Portanto, é grande a tentação de pensar na violência do Estado cada vez mais em termos da *primazia* factual da eficiência policial. Às vezes, a questão é reduzida a um debate técnico sobre custos e eficácia, com um inegável fascínio pelo tipo de armas usadas. A violência é mais bem aceita em termos da tecnicidade do armamento utilizado – drones (Chamayou, 2013), novos equipamentos antirretaliação (inclusive por meio das controvérsias sobre *tasers, flash balls* ou *pellets*), gás paralisante, segurança cibernética etc. Em outros momentos, a violência do Estado controlador é reteorizada para enfrentar novos grupos sociais (antissistema, terrorismo, *black blocs*, grupos encapuzados) que renovam as técnicas de revolta e violência urbana e que se mostram capazes de arrastar outros grupos para sua ação (Statius, 2018), mas também para enfrentar diferentes máfias, gangues ou organizações criminosas (muitas vezes ligadas ao tráfico de drogas) que têm a capacidade de colocar certos Estados em xeque militarmente. Ambivalência da situação: apesar da capacidade de repressão e de vigilância do Estado, mesmo que os Estados ainda detenham o monopólio da violência legítima aos olhos de muitos cidadãos, dada a sua inadequação para garantir a segurança, a violência está se tornando cada vez mais uma questão estrita de controle e eficiência.

É aí que reside a mudança: primordialmente, não se discute mais sobre legitimidade ou conflito, mas sobre validade, sobre

eficiência. Diante dessas novas percepções dos cidadãos sobre o papel da violência no governo dos indivíduos, um certo ponto de vista sociológico parece particularmente desarmado (Boltanski, 1990). A violência é analisada como um sinal de fracasso (o que é parcialmente normativo) e não como um meio comum de governar indivíduos (o que é cada vez mais o caso). Essa atitude leva a uma má compreensão de certos regimes atuais consolidados em torno de alianças entre oligarquias e nomenclaturas econômicas, polícia e serviços secretos, máfias e crime organizado.

Por trás da crescente primazia das considerações factuais sobre as questões de legitimidade e direito em relação à violência do Estado controlador, é preciso vislumbrar a manifestação de uma tendência estrutural e mais geral do governo dos indivíduos: um plebiscito, como veremos nos próximos capítulos, a favor da expansão dos controles.

Capítulo 4

A CRÍTICA DO GOVERNO AOS MECANISMOS DE FATO

I. O governo dos indivíduos: além de Marx e Weber?

A problemática da autoridade e da dominação continua inscrita, mesmo de forma crítica, nos descendentes do trabalho de Marx e Weber.[24]

Do primeiro, Marx (1977), retém-se, acima de tudo, que a noção de dominação designa um tipo particular de relação social marcada por uma forma de subordinação que, na modernidade, assume a forma de uma subordinação impessoal a restrições sistêmicas, como as do tipo capital-trabalho, um processo garantido conjuntamente pela coerção e por vários mecanismos de obtenção do consentimento dos subordinados (por meio da ideologia dominante) à ordem das coisas.

A produção de consentimento por meio do trabalho ideológico de inculcação é, sem dúvida, um aspecto central do pensamento marxista. No entanto, é provável que o principal mérito de Marx nesse ponto tenha sido o de ter compreendido a transformação progressiva induzida pelo surgimento de formas impessoais de subordinação e pela transição de uma mera subordinação formal do trabalho para uma subordinação real, ca-

24. Este capítulo retoma, elabora e aprofunda elementos desenvolvidos em Martuccelli (2015a).

racterística da indústria moderna, baseada em um conjunto de controles durante o processo de produção. Na visão de Marx, no final das contas, a dominação se baseia em uma série de processos estruturais que limitam as ações dos subordinados de fora (graças precisamente à coerção). Entretanto, apesar do que foi dito acima, nunca se abandonou a suposição de que a manutenção da dominação e o respeito às hierarquias, independentemente da força das coerções, exigiam a adesão cultural e o consentimento dos subordinados, ou seja, uma forma de crença.

O segundo, Weber (1983), delineou o que tem sido o cerne do problema da autoridade há um século: a autoridade sempre se baseia no reconhecimento, por parte dos indivíduos governados, da fundamentação de um exercício de poder sobre eles. A autoridade é o que torna legítimo o poder de alguns sobre outros. O grande trunfo de Weber foi entender, com toda a profundidade necessária, a mudança introduzida pela modernidade. Na ordem tradicional e nas sociedades hierárquicas, a autoridade era uma evidência cotidiana garantida pelo peso da tradição, pelo valor dos ancestrais e, em última análise, por um fiador meta social, religioso e ultramundano. Ao contrário, em sociedades imersas, como afirma Weber, no desencanto, a autoridade fica sem fundamento: como a autoridade pode ser produzida em sociedades cada vez mais baseadas no ideal de igualdade? A natureza radical dessa visão explica por que, após um século e inúmeros trabalhos, a questão sociológica da autoridade não mudou em seus fundamentos conceituais. O problema fundamental continua o mesmo: como não permitir tudo, uma vez que Deus está mor-

to? Como é sabido, a resposta weberiana, uma vez distinguidas as três principais formas de autoridade (tradicional, carismática e racional-legal), foi afirmar a existência inequívoca de uma tendência central nos tempos modernos em direção à primazia de uma delas, a autoridade racional-legal.

Apesar das diferenças notórias, uma coisa é comum às reflexões de Marx e Weber sobre dominação e autoridade. Em ambas, a autoridade está ligada à dominação e, às vezes, até mesmo a fronteira entre as duas noções é problemática. Certamente, o principal mérito da concepção weberiana (em relação à posição de Marx) é que ela propõe uma noção de autoridade que, não sem ambiguidade, chama a atenção para o fato de que é impossível, por um lado, reduzir a autoridade à dominação e, por outro lado, dissociar uma inteiramente da outra. Se esse limite não for mantido, inevitavelmente se cairá em leituras duplamente esquemáticas e simplistas.

Por um lado, se esse limite for diluído, a autoridade se torna uma mera máscara para a dominação, uma tentação presente às vezes nas obras de Marx, nas quais a autoridade às vezes é diluída em mera extorsão ou dissimulação ideológica para obter o consentimento dos subordinados. Nas versões mais extremas, a autoridade, no sentido exato do termo, não existe. Existem apenas formas de dominação, e o essencial é desmascarar os processos pelos quais a sujeição é perpetuada. Considerando todas as coisas, o que é eliminado é a própria problemática da autoridade, o fato de que indivíduos legalmente iguais podem racional e livre-

mente consentir ou obedecer a certas regras. Se essa dimensão for ignorada, toda a especificidade do direito do trabalho moderno, por exemplo, desaparece analiticamente: a saber, e por mais ambíguo que seja, a vontade de enquadrar legalmente, dentro de relações assimétricas, o fato de que um indivíduo coloca à disposição de outro uma parte de seu tempo (e, dentro desse período de tempo, seu consentimento implícito para um certo número de tarefas). Por outro lado, se as duas realidades forem radicalmente separadas, ou seja, se a autoridade for apresentada desprovida de qualquer resíduo em termos de dominação (como é frequentemente o caso nas versões liberais, até mesmo republicanas e funcionalistas), a autoridade se torna um mero óleo necessário para o funcionamento adequado da sociedade.

Recapitulando: para entender a dominação e, especialmente, a questão da autoridade no mundo contemporâneo, é necessário: (1) reconhecer a importância da coerção real e impessoal; (2) delimitar a autoridade em torno do consentimento explícito, seja qual for o seu procedimento; (3) preservar a tensão necessária, embora ambígua, entre autoridade e dominação.

Entretanto, o que acontece quando, no governo dos indivíduos, os controles recebem uma funcionalidade sem precedentes? No contexto dessa transformação, além da distinção analítica entre autoridade e dominação, as questões de reconhecimento e legitimidade, crenças e hierarquias tendem a ser subordinadas em benefício do que parece ser uma mera aceitação pelos atores, devido a requisitos funcionais e pragmáticos, do

controle sobre as coisas. A subordinação dos indivíduos assume a forma de uma mera aceitação, mais ou menos resignada, da *força das coisas*, de sua objetividade ou materialidade intrínseca, se é que se pode dizer, de seu caráter puramente factual.

É verdade que as premissas desse processo podem ser vistas na análise de Weber da autoridade racional-legal ou na análise de Marx da reificação capitalista, mas ocorreu uma mudança fundamental. Para entendê-la, é necessário confiar mais uma vez em uma coincidência notável entre Marx e Weber: em ambos, a dominação e a autoridade são sempre uma *relação social entre indivíduos*, por mais impessoal que seja a subordinação.[25] Daí, precisamente, a centralidade do tema da ideologia, em um, e da legitimidade, no outro; mas também o esforço de cada um deles para descrever – ou desvendar – as coerções reais e relacionais pelas quais a dominação ou a autoridade é exercida. É aqui que se inscreve uma das grandes novidades do período contemporâneo. O governo dos indivíduos tende, em uma extensão sem precedentes, a uma forma de um mero governo de controles, por meio do que é apresentado como vários mecanismos factuais. Esse é outro exemplo do enfraquecimento dos grandes postulados de autoridade ou de dominação-consentimento em favor de um exercício de governo dos indivíduos que se afirma ser baseado apenas em aspectos factuais e técnicos.

Certamente, o governo de mecanismos factuais deve ser entendida no contexto do advento mais geral de uma sociedade

25. Em um registro utópico, Marx afirma, na *Crítica do Programa de Gotha* (1875), que, com o desaparecimento das classes, o Estado propriamente dito desapareceria, dando lugar a instituições puramente administrativas. "O governo dos homens é substituído pela administração das coisas." O principal impulso de seus escritos, no entanto, gira em torno do problema da dominação e da autoridade relacional entre os homens.

da informação e do crescente papel do conhecimento na gestão da sociedade. Dentro desse processo geral, porém, o importante é entender a importância adquirida pelos modos de governo do comportamento que são cada vez mais apresentados como uma questão de engenharia factual.[26]

Para nos mantermos dentro dos limites deste capítulo, trataremos de três mecanismos factuais principais: rastreamento, dispositivos e ligaduras. Claramente distintos uns dos outros e envolvendo diferentes temporalidades no controle do comportamento, todos eles implicam uma nova modalidade de governo.

II. Rastreamento

O primeiro tipo de mecanismo factual dilui, na verdade transforma, a espinhosa questão da obediência dos subordinados em uma mera questão de rastreamento [*tracking*] temporal de rastros. O princípio é simples: é por meio dos rastros externalizados de um ator e de sua análise em tempo real e sequencial que é possível prever e controlar suas ações futuras ou gostos pessoais. A análise do histórico de traços plurais deixados no mundo por um ator permitiria uma forma de conhecimento sem precedentes dos indivíduos e de suas ações (sua mobilidade,

26. Essa tensão está presente no trabalho de Habermas (1987) e em sua tese da colonização da integração social e do mundo da vida por sistemas funcionais e integração sistêmica. Apesar da justeza dessa tradição, no entanto, a formulação habermasiana corre o risco de ignorar a real novidade do processo contemporâneo em curso e a importância que, para compreendê-lo, deve ser dada aos "objetos", aos elementos meramente factuais, por meio dos quais o governo dos indivíduos e a coordenação da ação são postos em prática (Martuccelli, 2017a).

seu consumo, seus estados fisiológicos ou psicológicos etc.). As técnicas de rastreamento – de rastreabilidade – estão se generalizando por toda parte. Vamos dar uma ilustração inicial muito simples. A análise detalhada de um recibo de compras de supermercado nos permite descobrir várias características do usuário: idade, sexo, estado de saúde (dietas específicas), religião (se compra ou não produtos *kosher* ou *halal*), tamanho da família, se é ou não vegetariano, se tem ou não animais de estimação, estilo de vida induzido pelos horários em que faz compras e, é claro, seu nível de renda. O exemplo é voluntariamente simples neste ponto do argumento (o monitoramento hoje envolve formas infinitamente mais complexas de *marketing* de traços, cf. Kessous, 2012), mas nos permite entender o que está por trás dessas técnicas: o cruzamento exponencial de diferentes traços de um indivíduo permitiria um conhecimento exaustivo e preditivo de um novo tipo. Esse é o advento de uma nova concepção do eu e da inteligência de suas ações.

Esse mecanismo de compreensão-controle só se tornou possível nas últimas décadas graças à expansão de algoritmos poderosos capazes de analisar informações em quantidades muito maiores e em uma velocidade inimaginável até mesmo em um passado muito próximo. Em um universo social em que as fronteiras entre o público e o privado, o comercial e o estatal estão se diluindo, certos atores têm a capacidade de capturar informações em redes sociais, processá-las e prometer serviços mais personalizados, mas também formas mais eficazes de controle sobre os cidadãos.

Para alguns, esse processo está no centro da revolução que os *Big Data* estão introduzindo na vida social (Mayern-Schönberger e Cukier, 2013; Cardon, 2015; Sardin, 2015). No que nos diz respeito aqui, o importante é entender a revolução que isso implica no nível de controle dos atores. Para entender isso, é imperativo compreender a profundidade da mudança epistemológica em andamento. Os *Big Data* e, por trás deles, noções como o *Quantified Self* (Gadenne, 2012), fazem parte da radicalização do questionamento da relação causa-efeito como pivô central da explicação dos fenômenos sociais, em benefício de uma concepção que tende a prever o comportamento futuro de um indivíduo a partir dos traços de suas ações passadas, contando com o cruzamento de um número impressionante de dados (traços do *Self*), muitas vezes sem qualquer relação intuitiva entre eles. Diferentemente da ciência clássica, o conhecimento é desvinculado da busca por relações causais (mesmo as complexas e não lineares) e é construído em torno de um cruzamento exponencial de correlações, tecnicamente possibilitado pelo *Big Data*. Assim, estamos entrando em uma nova era que vai além do cálculo de probabilidades (Mayern-Schönberger e Cukier, 2013, p. 68).

Vamos esclarecer as coisas. Em estatística, é bem sabido que uma correlação não é uma causa. Quando uma correlação é observada entre dois fenômenos, é imperativo descobrir se há *ou não* um vínculo causal entre eles. No mundo do rastreamento e sua lógica de correlações universais, essa exigência simplesmente desaparece. Assim, sabe-se, por exemplo, que os algoritmos cruzam fatores que aparentemente não têm nada a ver

uns com os outros, mas espera-se que, dada a massa de dados cruzados, por motivos que são e permanecem opacos, surjam recursos preditivos reais no nível de comportamentos futuros.

Essa é uma verdadeira revolução epistemológica que é importante distinguir da antiga hermenêutica dos signos. Nessa última, especialmente na Idade Média (pense na teologia negativa), ou mais tarde na tese de Galileu, para quem o livro da natureza estava escrito em caracteres matemáticos, a ideia de que os sinais davam conta da verdadeira razão do mundo ainda estava ativa. Com o rastreamento, entramos em um universo diferente, no qual as capacidades vertiginosas de cálculo substituem o conhecimento, um universo de pura selva de traços que não fazem mais um sinal na direção de uma razão. O controle é conferido aos algoritmos e às capacidades de autoaprendizagem da IA, independentemente de qualquer explicação ou generalização, atitudes que passam a ser concebidas como meras limitações da cognição humana. A IA e os *Big Data* significariam, portanto, o "fim da teoria" (Anderson, 2008): a correlação de dados substitui as interpretações.

Por que a generalização dessa técnica transforma o exercício do governo dos indivíduos? Porque ela dá origem à tese de um governo dos homens que poderia ser realizado independentemente de suas consciências, graças à mera administração das coisas. Não seria mais necessário conhecer nem as normas mobilizadas pelo ator nem mesmo seus contextos ou posições sociais, pois a previsão da ação *futura* de um ator surgiria da

combinação de uma miríade de rastros *passados* que ele deixou no mundo. O passado do indivíduo, medido em tempo real por meio da análise de seus diferentes rastros (especialmente os digitalizados), tornaria possível antecipar sua ação futura. As razões ou motivos não importam mais, pois é possível, ao fazer uma economia deles, prever o comportamento. Claramente, *o aggiornamento* da antiga tese behaviorista é óbvio. No entanto, a novidade está em outro lugar: na pretensão de tornar esse projeto possível graças às possibilidades técnicas sem precedentes de hoje.

Por trás dessa possibilidade factual, está a ideia de que não é mais necessário examinar a consciência ou domesticar os corpos, a lógica da confissão ou as disciplinas das quais Foucault (1975 e 1976) falou para governar os indivíduos. As correlações exaustivas e em tempo real do rastreamento seriam suficientes para transformar o panóptico de Bentham em realidade. Além disso, essa nova tecnologia de governar o comportamento questiona até mesmo uma das principais justificativas da ideia de mercado (a saber, a *impossibilidade* factual de analisar e coordenar um número muito grande de ações). Em outras palavras, o que o planejamento da era soviética não conseguia resolver por motivos técnicos, a IA, mesmo que seus principais porta-vozes atuais abracem o mercado por motivos ideológicos, poderia fazer. O crescente apelo e a atração dessa tecnologia pelo Partido Comunista da China é um sinal tangível disso. A otimização da alocação de recursos seria possível graças aos algoritmos e, depois disso, ao monitoramento exaustivo do comportamento.

No governo sob a primazia da crença e do respeito às hierarquias, o consentimento (conciliado ou coagido) é um fator decisivo; no governo sob a primazia dos controles, graças ao rastreamento, a espinhosa busca pelo consentimento desaparece por trás da ideia de que é possível prever e controlar o comportamento futuro graças a essa técnica. A interioridade dá lugar a superfícies humanas calculadas por meio de rastros do "eu". Cria-se uma dialética particular entre as experiências pessoais e os dados calculados e externalizados (Licoppe, 2013) e, no final, não é mais necessário organizar o consentimento, pois as ações são governadas pela antecipação delas por meio do rastreamento comportamental.

Se essa representação acabar sendo imposta, estaremos diante de uma das maiores transformações culturais da representação do Eu no Ocidente. Desde Santo Agostinho e *As confissões*, escritas no final do século IV e início do século V d.C., a subjetividade tem sido associada à exploração de uma esfera íntima, graças a uma introspecção que associava a interioridade à imagem da profundidade. O *Quantified Self* rompe com essa tradição: a subjetividade é revelada por seus traços externalizados, ou seja, o *Self* é associado à imagem da *superfície*. Resultado: as molas da ação não devem ser descobertas por meio do estudo da consciência, mas devem ser estabelecidas, graças à mera multiplicação de correlações, a partir de traços externalizados do passado.

O que fizemos, na verdade os vestígios do que fizemos, nos permitiria prever o que faremos. Nossas compras anterio-

res, por exemplo, permitem que os algoritmos prevejam nossas compras futuras (até mesmo comparando-as com as de outros consumidores com gostos semelhantes); nossas localizações sucessivas no espaço, graças ao GPS, permitem que eles prevejam nossos movimentos futuros; nosso histórico bancário ou nossa presença em qualquer outro banco de dados permitiria que eles previssem nosso comportamento futuro etc. Nesse universo, o consentimento perde valor e função em benefício da mera auscultação factual dos vestígios do passado como forma de antecipar o futuro (Mattelart e Vitali, 2014).

A sanção é implacável: nossos rastros passados, independentemente de nossas orientações ou projetos normativos, decidem se podemos ou não ter acesso a crédito, definem o valor de nossa apólice de seguro e até mesmo nos tornam pessoas potencialmente em risco. O controle de rastros na Internet diz respeito a trabalho, segurança, consumo, entretenimento, saúde, propaganda política.[27]

Com a ajuda de correlações mais ou menos surpreendentes, são construídos perfis de indivíduos em termos de longevidade de vida, saúde, orientação política, mas também perfis de devedores. Trata-se de uma análise de rastreamento que se baseia tanto nas informações consentidas e transmitidas por um usuário quanto no processamento secundário de informações recuperadas e analisadas por terceiros, ou mesmo em informa-

27. Basta pensar na maneira como a consciência ecológica dos cidadãos talvez seja monitorada no futuro, graças a um *chip* RIFD que possibilitará acompanhar o itinerário dos objetos desde sua construção até seu descarte (e, assim, monitorar, por meio do rastreamento do comportamento, se o usuário separou ou não os produtos ao jogá-los fora).

ções capturadas ou desviadas involuntariamente sem o consentimento do usuário.

Não é de se admirar, portanto, que o armazenamento e a venda de todos os tipos de dados (o "novo petróleo") estejam se tornando um grande negócio, mas, acima de tudo, que cinco grandes corporações dos EUA "coletem, armazenem e analisem cerca de 80% dos dados do mundo: Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft" (Figueroa, 2019, p. 57). Esse é um novo horizonte para a extração de mais-valia. Para ter acesso a determinadas plataformas ou aplicativos, os indivíduos precisam abrir mão de parte de sua privacidade, mas *também do* possível valor comercial ou político de seus dados pessoais (eles precisam aceitar *cookies*, por exemplo, em muitas ocasiões). A situação é tal que, diante da dificuldade de impor novos critérios efetivos de confidencialidade, alguns analistas propõem, não sem ambivalência, aumentar o poder dos indivíduos (em termos de valor econômico e controle) sobre os dados que as plataformas extraem e capturam deles. A transformação da vida pessoal em propriedade privada torna-se um horizonte controverso de empoderamento individual.

De qualquer forma, esse acúmulo de dados possibilita a criação de perfis que não são predefinidos (ou seja, que não se referem a identidades sociais usuais); por meio da correlação de uma grande massa de dados, perfis estranhos e sem precedentes são produzidos por uma simples recombinação de fatores. Essa é a base dos *Big Data*: o processamento automático de da-

dos revela ligações imprevistas entre os fatos. Resultado: conhecimento altamente singularizado e preditivo, e o gerenciamento proativo das ações futuras de um indivíduo é baseado na suposição da existência de uma forte semelhança de comportamentos entre atores com o mesmo perfil (Bruno, 2014; Bigo, 2014). A lógica do rastreamento promove um governo de indivíduos por meio do futuro antecipado. Assim, consolida-se uma nova visão do poder contemporâneo: graças a essas técnicas, o capitalismo de vigilância seria capaz de promover comunicações personalizadas cada vez mais precisas, exaustivas e preditivas do comportamento do consumidor (Zuboff, 2020; Durand, 2020).

No universo do rastreamento generalizado, pelo menos como uma ilusão, todo comportamento deixa rastros e, portanto, todas as ações podem estar sujeitas à vigilância. Conversas telefônicas, como e-mails, movimentos físicos, como o uso de cartões bancários, práticas de consumo (por meio de recibos de caixa registradora), como os dados presentes nas redes sociais ou na Internet. Sem entrar em visões desnecessariamente extremas, as capacidades de vigilância e controle dos atores aumentaram enormemente nas últimas décadas. É claro que as mesmas técnicas também permitem a expressão de heteroações e movimentos de protesto ou denúncia (do Wikileaks ao caso Snowden), comportamentos que buscam inverter a direção do olhar, alcançar maior transparência, tornar público – sem limites ou filtros – tudo o que o poder tenta esconder. No entanto, além da importância dessas denúncias para tornar públicos os graves riscos que isso implica para as liberdades dos cidadãos, para-

doxalmente, ao tornar públicas as capacidades exponenciais de vigilância, essas denúncias contribuem, sem dúvida involuntariamente, para estabelecer a ideia de uma sociedade regida pelo rastreamento permanente e inabalável de todas as condutas. Isso reforça, mesmo além das capacidades técnicas e organizacionais atualmente disponíveis, a imagem de uma sociedade de controle todo-poderosa.

A lógica do rastreamento também se consolida na multiplicação dos controles para obter a rastreabilidade total do dinheiro, de suas origens e trocas (da qual a técnica de *blockchain* é atualmente a principal expressão), e até mesmo já dá forma ao desejo, assumido por algumas organizações internacionais ou Estados, de eliminar o dinheiro físico (cédulas, moedas) em favor apenas do dinheiro digital (Haesler, 2018). A eliminação do dinheiro físico produzirá formas de controle sem precedentes, grandes transformações na sociabilidade, mas também na vida dos indivíduos que recorrem à mendicância ou a práticas econômicas ilegais ou de má reputação. O aumento dos controles seria capaz de eliminar tudo isso.

Essa é uma mudança importante na gestão do consentimento dos subordinados em favor do governo dos controles. Foi, por exemplo, por meio da legitimação de uma cultura de classe arbitrária que se pensou que a escola participava da reprodução social, uma função que ela cumpria tanto melhor quanto mais a ocultava graças a diferentes processos de ignorância que garantiam a correspondência funcional entre a sociedade e o sistema

educacional. A suposta neutralidade da escola era um engano necessário para o funcionamento do sistema (Bourdieu e Passeron, 1970). A situação é diferente quando tornar os controles visíveis se transforma, por si só, em um mecanismo de controle. A sensação de ser confrontado com processos opacos ou ocultos diminui; os indivíduos se sentem privados de recursos para lidar com um sistema de controle tentacular que, com base no que eles fizeram, governa por antecipação o que eles farão. A obra de ficção científica *Minority Report*, de Philip K. Dick, resume essa filosofia e, de fato, essa distopia: para evitar futuras ações criminosas, e graças ao rastreamento de comportamentos passados, certos indivíduos são presos ou punidos por prevenção, antes de qualquer ação concreta.[28]

III. Dispositivos

Para entender a novidade dos dispositivos, tanto na vida social em geral quanto no governo dos indivíduos, é útil voltar à noção de reificação. Na acepção de Georg Lukács (1960), a noção destaca a tendência fundamental do capitalismo de tratar os indivíduos como coisas e, acima de tudo, de tratar as relações entre os indivíduos como meras relações entre coisas. A reificação, portanto, designa um sistema de coerção que oprime a todos, certamente na estrutura do marxismo para o benefício objetivo de uma classe

28. Como veremos em um capítulo posterior, esse mesmo princípio, embora em uma base diferente, é encontrado nos projetos de guerra preventiva, tolerância zero, alerta precoce etc. Nos Estados Unidos, a força policial de Los Angeles já utiliza o princípio do *policiamento preditivo*: usa algoritmos preventivos para visar aos locais onde é estatisticamente mais provável que ocorram crimes. Variantes de um modelo de gestão da lei e da ordem que se baseia em um controle crescente (e altamente discriminatório) de determinados grupos sociais.

sobre outra, mas por meio de um processo que restringe todos os indivíduos além de suas orientações morais em todas as posições sociais. O fundamental, portanto, é entender que essa coerção, ao se inscrever nas próprias coisas (em latim, *res*), aparece como um mero resultado impessoal e inevitável do próprio funcionamento do mundo. Não são as regras herdadas do passado ou as regras formais da organização que ditam a ação. Os comportamentos são determinados por elementos exclusivamente factuais. Furtivamente, o governo dos indivíduos deixa de ser uma questão normativa (o que é permitido ou proibido) e se torna uma questão factual (o que é possível e o que é impossível). O ator, individual ou coletivo, é forçado a se submeter a restrições factuais exógenas, diante das quais ele experimenta um sentimento de impotência. Não se pode ir contra os fatos.

É nessa afiliação que os dispositivos ganham todo o seu interesse. Entendamos os dispositivos como mecanismos que "fazem fazer" (Agamben, 2007b) independentemente de qualquer adesão consciente ou voluntária, como quando os atores, por exemplo, espontaneamente orientam suas ações para caminhos tecnicamente preestabelecidos, um processo acentuado pela expansão das tecnologias *inteligentes* em muitas atividades sociais. Não é supérfluo dar uma lista de exemplos e até mesmo detalhar alguns que já mencionamos em outro capítulo. Podemos pensar na maneira como os planejadores urbanos reduzem a velocidade dos motoristas que entram em uma aglomeração: em vez de invocar sua boa consciência, eles preferem construir pequenos blocos de concreto com uma árvore no centro, um

dispositivo que reduz a velocidade de forma reflexiva e infraconsciente. Ou nas plataformas de computador, em que é cada vez mais necessário preencher determinadas caixas sem as quais o programa não funciona ou, como em tantos outros casos, em que o que se quer fazer (carregar ou baixar um documento) não pode ser feito devido aos limites factuais presentes no nível do design do dispositivo. Ou a maneira como é tecnicamente possível, mas ainda não aceita pelos usuários, incorporar testes de bafômetro nos próprios carros: além do limite permitido por lei, o carro simplesmente não dá partida. É inútil estender a lista, o importante é entender o que todos esses mecanismos factuais implicam no nível do governo dos indivíduos: ele tende a se tornar um governo pelas coisas que faz, graças à coerção factual, que opera independentemente de qualquer consentimento.

O governo dos indivíduos não se baseia apenas em instrumentos materiais (Lascoumes e Galès, 2004), mas está sendo gradualmente transformado em mera gestão técnica. Aqui reside a grande força dos dispositivos. Naquilo que as regras normativas exigem a produção de formas de consentimento, os dispositivos, graças à sua inscrição factual, podem fazer a economia desse esforço. Os dispositivos prolongam as disciplinas, mas, ao contrário de muitas práticas disciplinares em que a presença de indivíduos é patente, nos dispositivos há uma ocultação radical de sua presença e exercício. Por exemplo, voltando a essa ilustração, se as regras de operação de uma plataforma digital forem obedecidas, isso não se explica por uma adesão normativa, mas por uma necessidade puramente factual. Sem respeitá-las,

o "sistema" simplesmente não funciona. Assim, os dispositivos se tornam um excelente suporte para o governo dos indivíduos. Para Weber, apesar da força do processo de racionalização moderno, a autoridade racional-legal nunca deixou de ser reflexiva e crítica em sua natureza; os mecanismos factuais obliteram qualquer dimensão desse tipo.[29] Obedece-se por razões utilitárias, funcionais e pragmáticas, de fato pelo que se sofre como coerções factuais. As diferenças já são visíveis, mesmo em dispositivos semelhantes. Se a plataforma Uber orienta os motoristas de táxi com base em um incentivo financeiro (deixando-lhes uma certa margem de escolha), outra plataforma atribui automaticamente a cada motorista de táxi uma corrida que o algoritmo julga ser a melhor opção (Koenig, 2019, p. 204).

O importante não é mais influenciar a consciência e as crenças dos indivíduos, mas concentrar-se nas formas de orientar e determinar o comportamento dos atores em uma situação, influenciando seu comportamento por meio de dispositivos. O objetivo é inscrever o plano (no curso) do comportamento na materialidade do mundo. A coordenação das ações passa a ser autônoma em relação às consciências individuais e se torna sistêmica: os dispositivos garantiriam o respeito à lei e imporiam um novo tipo de ordem coletiva. No caso da coordenação de veículos automatizados, por exemplo, isso poderia até mesmo levar à futura proibição da direção humana, uma vez que isso seria perigoso para todos os outros atores, dada a imprevisibilidade do comportamento individual. Os imperativos do governo factu-

29. A noção de Giddens (1994a) de confiança em sistemas especializados, dá conta dessa revolução de uma forma reconhecidamente problemática, pois o autor vislumbra nela uma forma de consentimento generalizado para dispositivos técnicos.

al restringem não apenas o livre arbítrio individual, mas também a deliberação comum em prol dos requisitos sociotécnicos. Em última análise, esse é o horizonte que os objetos conectados e a crescente automação do comportamento estruturam e almejam. Nesse contexto, a questão da responsabilidade legal dos algoritmos surgirá cada vez mais (Koenig, 2019, p. 213-216). Diga-se de passagem: todos esses dispositivos minimizam as *inevitáveis* fragilidades que esse sistema de coordenação terá.

Basicamente, trata-se da transição de uma concepção fenomenológica de ação para uma concepção ecológica de comportamento. Parafraseando Ortega y Gasset, o indivíduo é ele mesmo e seus dispositivos. A agência com o ambiente é tal que o indivíduo não pode mais ser concebido independentemente dos objetos com os quais ele interage e que determinam sua ação, mas também suas experiências sociais (Sacriste, 2017). Os processos cognitivos não estão mais limitados ao que uma visão internalista supõe, mas dependem, em grande parte, de mecanismos externalizados. As capacidades cognitivas humanas não são reduzidas às de uma mente individual separada do mundo, mas estão inscritas em uma rede de dispositivos por meio dos quais os atores agem tanto com as mãos e os olhos quanto com a cabeça (Ogien e Quéré, 2005, p. 13). A ação humana está inserida em um amplo sistema cognitivo (Conein e Jacopin, 1994). É verdade que muitos trabalhos sobre ação situada ou cognição distribuída atribuem uma função significativa aos indivíduos[30],

30. A questão está além do escopo de nosso interesse aqui, mas devemos ressaltar que, nos estudos sobre a ecologia da ação, as diferenças são notórias entre os estudos de psicologia ecológica e o trabalho sobre cognição distribuída, dependendo do papel atribuído aos objetos ou sistemas cognitivos externalizados na coordenação das ações.

mas em vários desses trabalhos a visão oposta também é evidente: aquela em que os dispositivos acabam construindo um universo paralelo que é quase independente dos atores sociais. As máquinas observam umas às outras, pensam, interpretam, decidem, aprendem, se relacionam e se comunicam de forma independente. Mesmo que, em vários desses estudos, seja apenas uma questão de levar em conta o papel dos ambientes técnicos em prol de uma concepção mais equilibrada das respectivas capacidades do agente humano e do ambiente a fim de relativizar a atenção exclusiva dada no passado à capacidade intencional e voluntária dos seres humanos (Thévenot, 2000, p. 232), o resultado é a promoção de outra concepção de ação.

Os dispositivos transformam o governo dos indivíduos. Sub-repticiamente, por meio da crítica da redução da vida social à mera interação entre humanos, promove-se uma concepção na qual os objetos se tornam atores reais na sociedade. Somente a esse preço, a sociologia poderia romper com seu antropocentrismo inveterado. O governo dos indivíduos deixa de ser um problema relacional e normativo e se transforma em uma questão de engenheiros, redes, associações, instrumentos e dispositivos. Mesmo as categorias normativas ou administrativas são lidas a partir de sua funcionalidade estrita: a ação correta não é mais estabelecida em referência a uma norma (o que é permitido ou proibido), mas em referência a um requisito factual (o que é possível ou impossível), um processo que permite a dissociação entre a consciência e o controle das ações.

Isso certamente não significa que os estudos sobre cognição distribuída ou ação situada neguem qualquer papel para as normas sociais. No entanto, por trás da busca por um melhor equilíbrio analítico entre normas e dispositivos no estudo da ação, muitas vezes há a tentação de eliminar os atores humanos em favor dos objetos-atores. As práticas são apresentadas menos como a aplicação de normas ou crenças e mais como convenções apoiadas por objetos ou dispositivos.[31] Poucas tentativas foram mais explícitas a esse respeito do que o trabalho de Bruno Latour e seu projeto de romper com a antiga dicotomia entre sociedade e indivíduo a fim de recuperar o que essas representações deixaram de fora, ou seja, a interobjetividade, o ambiente de objetos sobre o qual a vida social se apoia. Para Latour (1994, p. 598), é o "esquecimento dos artefatos (no sentido de coisas) que criou esse outro artefato (no sentido de ilusão): uma sociedade que seria necessário estabilizar por meio do social". Em suma, a sociedade é mantida e o governo dos indivíduos é exercido por meio de uma série de associações materiais entre atores humanos e não humanos. Para Latour, isso exige que deixemos de pensar nos objetos como puros intermediários entre os humanos e, em uma inversão da famosa fórmula de Durkheim, que tratemos as coisas como fatos (e atores) sociais.

O ponto de partida dessa visão pode ser aceito sem dificuldade: as trocas conscientes entre indivíduos são apenas uma

31. A afirmação é, sem dúvida, excessiva: o disciplinamento de comportamentos por dispositivos (Cochoy, 1999) não leva necessariamente a uma desconsideração da dimensão política dos dispositivos (Cochoy, 2008; Chiapello e Gilbert, 2009). No entanto, por trás desse deslocamento, mesmo por uma via crítica, mais cedo ou mais tarde, uma visão radicalmente diferente da coordenação das ações humanas é imposta.

parte da vida social e boa parte de nossas interações é organizada por meio de objetos e sistemas independentes de nossa consciência. Porém, a partir dessa observação e, em parte, da negligência dos objetos na sociologia clássica, passamos à afirmação de que os objetos (actantes) devem ser considerados como atores reais na vida social (Latour, 1991 e 2006).

A afirmação, em sua vontade provocativa, apresenta-se como uma novidade radical, uma versão atualizada da tese muito antiga de estruturas sem atores. Latour rejeita a descrição imprecisa do trabalho das estruturas como forças misteriosas, em prol de descrições finas, tangíveis e factuais da materialidade concreta do mundo, ou seja, ele deixa explícito o trabalho dos objetos, geralmente técnicos, no agenciamento da vida social. Por trás desse esforço de descrição factual, entretanto, a visão é profundamente tradicional: a antiga primazia das estruturas sem atores (típica de tantas visões anti-humanistas, deterministas e estruturalistas) muda de vocabulário, mas não de representação, com a teoria do ator-rede, na qual objetos e dispositivos se tornam atores reais. No final, a crítica ao antropocentrismo da sociologia serve apenas para atualizar uma nova versão do antigo anti-humanismo.

Quem pode negar que a ação humana depende de objetos e que os incluir na *interpretação* para eliminar essa zona de sombra é um avanço metodológico e analítico? Mas será que para isso é necessário ignorar o peso sempre determinante dos sistemas de relações sociais? É tão certo que a quebra da bolsa de valores de

2008 pode ser explicada mais por dispositivos técnicos (... ou pela cocaína consumida pelos *traders*) do que pelas relações sociais inerentes ao capitalismo financeiro? Por que deveríamos privilegiar a articulação entre o indivíduo e seus objetos em detrimento de outras relações sociais, históricas e estruturais quando se trata de compreender e descrever o governo dos indivíduos?

Nosso objetivo não é chamar a atenção para esses estudos sociológicos específicos, mas apresentar como a representação cultural do mundo dos dispositivos forja uma nova versão do governo do comportamento, na qual, por trás do fascínio pelos dispositivos, há um evidente determinismo tecnológico e, muitas vezes, até uma surpreendente ingenuidade analítica (Friedberg, 2003, p. 202-210). No final, a concepção extrema do poder dos objetos-atores e dispositivos não passa de uma versão tecnófila da moda da antiga tese da substituição da administração dos homens pela administração das coisas.

IV. Ligaduras

A expansão dos mecanismos factuais não se limita apenas às possibilidades abertas pelas TICs. Para mostrar sua diversidade, vamos nos concentrar no que chamaremos de lógica das ligaduras. Para entendê-la, é útil fazer referência ao estudo de Jon Elster (1979) sobre *Ulisses e as sereias* e a racionalidade imperfeita. Com base em uma famosa passagem da *Odisseia*, Elster descreve a própria natureza da racionalidade autolimitada em

analogia com uma das ações de Odisseu: depois de colocar cera nos ouvidos de seus companheiros de viagem para que não ouvissem o canto das sereias, ele se amarra ao mastro de seu navio para poder ouvi-las, mas sem poder sucumbir às suas exigências, tendo dado a ordem explícita a seus homens de que, acontecesse o que acontecesse, dissesse ele o que dissesse, ninguém deveria obedecer às suas ordens futuras. Para Elster, cuja leitura difere substancialmente daquela proposta algumas décadas antes por Adorno e Horkheimer (1974), é para controlar as possíveis fraquezas de sua vontade que o ator decide subordinar suas ações futuras a uma decisão presente.

Em sua origem e aparência, as ligaduras não são mecanismos factuais, mas, como veremos e como conotam as ligaduras de Ulisses, aqui também o governo das coisas suplanta furtivamente o governo dos homens. No mundo contemporâneo, é sobretudo na esfera econômica que esse tipo de lógica está se expandindo. Os trabalhos sobre *nudge* podem, portanto, ser entendidos como uma variante de ligaduras: o objetivo é ajudar as pessoas a tomar a decisão certa com "um pequeno empurrão". Estimulado pela psicologia e pela ciência cognitiva, o *nudge* se afasta da escola do *rational choice* e de seus modelos hipotéticos de preferência para explorar, às vezes graças aos dados, versões mais realistas das decisões humanas (Sunstein e Thaler, 2009; Kahneman, Sibony e Sunstein, 2021). Levando em conta os erros de cálculo dos indivíduos, o tempo que levam para decidir, a racionalidade limitada, os vieses cognitivos, a tendência de superestimar os benefícios imediatos em relação ao bem-estar

futuro, a frequência de preferências inconsistentes ou a subotimização das decisões, o objetivo é fazer com que os indivíduos decidam corretamente. Mesmo que essa vinculação seja apresentada como um *soft power* bem-intencionado, é sempre uma questão de enquadrar o futuro a partir do presente. Um procedimento que é ainda mais eficaz porque as ligaduras, diferentemente do poema homérico, tendem a ser progressivamente esquecidas e naturalizadas.

Começaremos aqui também com alguns exemplos. Por meio de vários mecanismos, conforme exploraremos em mais detalhes no próximo capítulo, certas decisões econômicas importantes tendem a ser submetidas ao *ditame* automático da avaliação baseada em indicadores. É uma questão de impor decisões imperativas sob o manto de restrições factuais. Assim, por exemplo, certos fundos de investimento exigem taxas anuais de retorno *ex ante* das empresas, ou seja, impõem metas de lucro, como uma restrição, independentemente da situação econômica.[32] Ou, de forma ainda mais imperativa, os princípios econômicos (na forma de determinados indicadores) são escritos nas constituições, transformando-os, assim, em objetivos imperativos. As decisões estratégicas são diluídas atrás de restrições factuais.

Alguns tratados da UE são uma boa ilustração disso. Seja em nome da livre concorrência ou da disciplina orçamentária, os controles tendem a ser apresentados como necessidades factu-

32. A taxa de *retorno sobre o patrimônio líquido* (ROE) oscilou por anos em torno de 15%, um número significativamente maior do que o crescimento do PIB.

ais. Desde o Tratado de Maastricht, por exemplo, o déficit público não deve exceder 3% do PIB, e a dívida pública não deve exceder 60% do PIB. A pergunta que surge imediatamente é: por que esses números? Por que não 2 ou 4% para o déficit, e não 50 ou 80% para a dívida?[33] É claro que essas são restrições imperativas específicas, já que muitos países da zona do euro se libertaram temporariamente desses indicadores (começando com a Alemanha e a França no início dos anos 2000, e muitos outros após a crise que começou em 2007-2008), mas o que é importante para nosso raciocínio é que esses indicadores são apresentados como objetivos indispensáveis. Para essa forma de governo dos indivíduos, o importante é tornar automático o vínculo entre a medição do desempenho e a decisão política (Ogien, 2010).

Em outras palavras, o que importa é o limite, a ligadura. É claro que é a política que os define, e seu caráter arbitrário é tão evidente que esses limites são objeto de discussão legítima entre os especialistas (Reinhart e Rogoff, 2009; Ramaux, 2012). Além disso, para alguns analistas, por trás dessas restrições sobre o futuro, está a vontade expressa de determinados grupos sociais de orientar as políticas econômicas em seu benefício (Economistes Atterrés, 2011). Entretanto, o que é essencial para nosso objetivo argumentativo atual está em outro lugar, na vontade de estabelecer legalmente metas econômicas inamovíveis. Tal posição foi inicialmente reivindicada por Milton Friedman e seu projeto de proibir nas constituições qualquer recurso ao que ele chamou de emissão inorgânica de moeda.

33. Para uma interpretação do motivo desses limites, v. Cohen (1996, cap. 7); v. também as reflexões de Piketty (2013, p. 923-933).

No que diz respeito à governo dos indivíduos, o que está em jogo é a disposição de tornar ações futuras dependentes de uma decisão presente, ou seja, remover certas questões do debate político futuro, transformando-as em imperativos. Se nesse processo os limites em si não significam muito, a entronização dos indicadores como um objetivo imperativo é uma novidade importante. A importância desse processo é tamanha que a imprensa europeia foi rápida em batizar esses limites-obrigações como a "regra de ouro".

Vamos evitar qualquer confusão. As democracias modernas são apoiadas e sustentadas pelo fato de evitarem certas questões fora do espaço de deliberação política. Pense nos direitos humanos ou no Estado de Direito, que, em princípio, são intangíveis, independentemente da maioria no governo. Nesse caso, no entanto, são garantias coletivas recíprocas que os cidadãos concedem uns aos outros por meio de instituições, liberdades básicas cujo questionamento minaria os próprios fundamentos do pacto político. Nada semelhante se aplica à sacralização constitucional dos indicadores econômicos.

Por trás e através da lógica das ligaduras, pode-se vislumbrar outra das grandes transformações das últimas décadas: o governo da sociedade opera *para o* mercado. Um modo explícito de intervenção política que se caracteriza, curiosamente, por limitar o campo de intervenção na economia. Como na racionalidade limitada de Ulisses, aqui também se constrói uma economia baseada em ligaduras que, ditados pela política, são

apresentados e validados como sendo puramente econômicos – factuais – e independentes da política. Em um único e mesmo movimento, o governo soberano é enunciado pela política e confiscado da política. Não é mais uma questão de governar o mínimo possível (como no liberalismo clássico), mas de remover o máximo possível de decisões econômicas do jogo político... por meio de decisões políticas.[34]

Focamos nesse exemplo porque, além de sua importância, ele oferece um vislumbre do que é típico da lógica das amarras. A saber, a construção e a naturalização de determinados indicadores como princípios imperativos, afastados do debate público, que tendem progressivamente a atuar como *ditames* factuais independentemente de qualquer consentimento, ou, melhor dizendo, que tendem até mesmo a operar na ausência de qualquer consentimento, dada a própria força das coisas. Vários indicadores econômicos (pense no risco-país, nas classificações das agências de classificação financeira etc.) tendem a operar, imediata e naturalmente, como se fossem terminais factuais. O valor das transações no mercado de ações, as taxas de câmbio, os fluxos de entrada e saída de capital tendem a ser apresentados como sanções objetivas das políticas de um país, ignorando assim a natureza amplamente política, subjetiva e até mesmo mimética desses comportamentos (Orléan, 2011).[35]

34. Desde o final da década de 1990, Thomas Friedman (1999, p. 87) se referiu a esses laços como uma "*camisa de força dourada*". Para Friedman, essas medidas, que ele associa à globalização, implicam uma expansão do econômico e um encolhimento do político. De fato, uma vez que a camisa de força dourada tenha sido vestida, ela restringiu o escopo da ação política.
35. Em janeiro de 2011, por exemplo, em meio à revolução da Primavera Árabe na Tunísia, a Moody's rebaixou a classificação do país (Bronstein, 2014, p. 44).

O que é essencial é a transformação que isso provoca no governo dos indivíduos. O consentimento não é mais indispensável, pois as decisões são impostas pelas coerções factuais. É impressionante o contraste entre as mobilizações que desencadearam as intervenções do FMI na década de 1980 e a situação das últimas décadas, em que, mesmo quando há mobilizações, a responsabilidade é diluída entre um grande número de atores dificilmente identificáveis e em que, acima de tudo, a gama possível de decisões parece ser definida diretamente por coerções factuais intransponíveis. Tanto é assim que, por exemplo, quando surge uma crise, uma das principais preocupações dos governos no poder é preservar os equilíbrios macroeconômicos (tributação, moeda, balanço de pagamentos) para não aumentar o indicador de risco-país. Qualquer erro político na gestão da economia seria imediata e objetivamente sancionado pelos "mercados". O que é importante para o nosso propósito atual é observar a naturalização coercitiva do processo de tomada de decisão que isso implica.

A lógica das ligaduras tem alguns pontos em comum com o próprio processo de racionalização moderno, mas a radicalização do processo, por meio de indicadores, dá lugar a uma mudança qualitativa. A questão do consentimento é diluída por trás da mera aplicação a qualquer tipo de organização (empresa, hospital, escola, tribunal, delegacia de polícia e até mesmo país) das mesmas práticas de gestão globalizadas. Após sua generalização, a ideia de que os imperativos econômicos podem ignorar os contextos sociais se consolida. Williamson, o inventor

do chamado consenso de Washington, pôde assim definir seu acordo como o consenso de sabedoria adotado por todos os economistas sérios.

À medida que todos os indicadores são o resultado de uma escolha política, mesmo por omissão, é possível argumentar que a própria dimensão política reside na construção dos indicadores, o que exige uma série de exercícios críticos sobre, por exemplo, os indicadores econômicos a serem priorizados ao julgar uma economia (Gadrey e Jany-Catrice, 2005; Salama, 2006). O equilíbrio não é o mesmo se, por exemplo, os indicadores a serem favorecidos forem acidentes de trabalho e efeitos ecológicos ou taxas de retorno sobre o capital. Porém, além desses debates importantes, o ponto essencial é que, com o tempo, os indicadores tendem a ser confundidos com imperativos factuais e apenas factuais. Dessa forma, como é o caso, por exemplo, dos indicadores de déficit público e dívida na União Europeia, o momento político fica oculto por trás de uma decisão que parece ser puramente técnica. É dessa forma que as amarras transformam o governo dos homens em um governo das coisas.

Nada resume melhor esse processo, em seu voluntarismo factual, do que o famoso acrônimo TINA, *there is no alternative* [*não há alternativa*].[36] Ao recorrer a essa fórmula, e além de seus óbvios aspectos políticos ou ideológicos, ou mesmo técnicos ou científicos, o importante é a transformação que ela acarreta no governo dos indivíduos: a ação é determinada pelos imperativos

36. Para uma análise crítica de 30 anos de uso desse acrônimo, consulte Rothé e Mordillat (2011).

inelutáveis da realidade. Para enfrentá-los, mas adaptando-se a eles, as sociedades devem, como Ulisses, amarrar suas ações futuras para não se desviarem de seu curso. A realidade, a ordem factual presente, dita o curso da ação futura a partir do horizonte do possível e do impossível. O sucesso progressivo da lógica das ligaduras é surpreendente. Poucas coisas são mais fortes no mundo de hoje do que o recurso inelutável a certas políticas que seriam impostas pela ordem factual do mundo.

V. Renovação do trabalho crítico

Os três mecanismos factuais que analisamos combinam tanto práticas efetivas quanto representações sociais. Em cada caso, por meios diferentes, o objetivo é subtrair o governo dos indivíduos do inevitável questionamento crítico em prol de controles puramente factuais. Por meio de diferentes maneiras de gerenciar os tempos de ação, rastreamento (o governo dos traços do passado), dispositivos (o governo das ações técnicas do presente) e ligaduras (por meio do encadeamento do futuro), o governo dos controles tende a ser imposto.

A expansão desigual desses mecanismos factuais é tal que é possível desenhar tendencialmente uma nova geografia no exercício do governo dos indivíduos, distinguindo entre áreas, como a família e a escola, a civilidade urbana, em que sua prática é problemática em muitos casos devido a controles factuais insuficientes, e áreas em que os controles factuais prevalecem

claramente e onde a subordinação-coordenação dos indivíduos é mais facilmente realizada (trabalho, segurança, economia). Portanto, não é surpreendente que existam muitas propostas para expandir as vantagens dos mecanismos factuais nas primeiras áreas (família, escola, urbanidade): generalização das câmeras, controle do adultério on-line ou por meio de redes sociais, monitoramento de adolescentes por GPS, gerenciamento do ruído de adolescentes em locais públicos graças a dispositivos sonoros que (inaudíveis para os adultos) os fariam sair ou não ocupar determinados lugares etc.

Essa tendência esconde perigos significativos. A regra impessoal da lei, e não dos indivíduos, é uma conquista da civilização. Porém, a impessoalidade da lei (a famosa justiça de olhos vendados) não deve ser confundida com os mecanismos de fato. No primeiro caso, o objetivo é, por mais *difícil* que seja a equação, transformar o poder discricionário de alguns indivíduos sobre outros em uma questão propriamente política. No segundo caso, ao contrário, trata-se de subtrair a discussão do poder de uns sobre outros em favor de uma suposta funcionalidade imposta pelas coisas.[37] Por que resistir a essa mudança se, graças ao acúmulo e à análise de dados, a saúde, a educação, o transporte e a segurança serão aprimorados? Por que não permitir a instalação de câmeras nas salas de aula se isso permitirá uma melhor adequação entre o comportamento dos professores e a aprendizagem dos alunos? Por que recusar a instalação em residências de medidores inteligentes de eletricidade que, apesar da

37. Nesse sentido, os mecanismos factuais podem ser entendidos como elementos da tendência contemporânea à pós-democracia (Crouch, 2004).

captura permanente e não consensual de informações, permitirão a otimização da produção de energia?

Esse desvio e essa subtração parecem, à primeira vista, um alvo óbvio e fácil para a crítica. Quer se trate de rastreamento, dispositivos ou ligaduras (e a ordem factual à qual eles submetem a tripla temporalidade humana: passado, presente e futuro), em todos os casos bastaria abrir a caixa preta para garantir um trabalho crítico e emancipatório. Nesse sentido, a crítica ao governo dos mecanismos factuais não parece apresentar nenhum novo desafio: afinal, as sociedades foram capazes de resistir ao determinismo político e econômico, elas serão capazes de resistir ao determinismo dos mecanismos no futuro. Entretanto, quando se trata de fatos apresentados como coisas, as coisas não são tão simples.

Em primeiro lugar, porque os próprios atores expressam anseios por controle factual. Para muitos, o círculo de coisas atenua o caráter inevitavelmente polêmico do exercício da autoridade ou do poder em uma sociedade igualitária. Sua reificação torna sua prática menos denegridora e mais neutra na aparência. Daí a dificuldade: resistir ou criticar a regra dos mecanismos factuais significa reivindicar e argumentar a favor da *reintrodução* de atores em todos os lugares no governo dos indivíduos e, portanto, das hierarquias, o que se mostra difícil e é frequentemente rejeitado. Não se deve esquecer que os mecanismos factuais, além de suas bases técnicas, expandiram-se como resposta ao aumento das habilidades críticas dos indivíduos e ao trabalho di-

ário de denúncia de injustiças (Boltanski, 1990; Dubet, 2006). Na medida em que essas competências são afirmadas, é necessário, de um ponto de vista funcional, assegurar e reforçar a ordem social em outras bases. É exatamente isso que possibilita deslocamento do consentimento e o trabalho sobre as crenças em relação aos controles considerados exclusivamente factuais.

Não há necessidade de dramatizar a situação atual: diariamente, os atores continuam a consentir, a funcionar e a respeitar a maioria das autoridades, mas continuam, acima de tudo, e por razões puramente factuais, a se submeter às regras de funcionamento da vida social. A distinção entre as duas realidades é clara. Por um lado, a percepção crítica das relações de subordinação e hierarquias está aumentando constantemente (mesmo quando os atores se submetem a elas); por outro lado, a neutralização da visão crítica graças à suposta objetividade intrínseca do mundo é uma solução inegável para o governo dos indivíduos (mesmo quando os atores expressam insatisfação). A primeira deve ser constantemente reforçada, tornando-se, assim, cada vez mais visível e cada vez menos natural. O segundo, por sua vez, só precisa ser repetido com frequência para se tornar invisível e habitual. O governo de mecanismos factuais é imposto em nome de meras considerações funcionais.

Entretanto, nesse ponto, o passado deve servir, se não como guia, pelo menos como um objeto legítimo de reflexão. Contra todas as probabilidades, apesar dos erros e da arbitrariedade, é melhor ser avaliado por uma pessoa do que por um

conjunto de indicadores; é melhor poder exigir *responsabilidade* de um governante do que se submeter aos ditames factuais e incontestáveis dos dispositivos; é melhor lutar contra a impossível erradicação do desvio normativo humano do que acreditar na previsão absoluta do comportamento por meio do rastreamento generalizado de traços externalizados; é melhor continuar a entender a vida social como um conjunto estruturado de relações sociais conflitantes do que como um conjunto díspar de actantes; é melhor estudar o projeto de poder presente na Razão técnica do que se limitar a analisar as conexões técnicas. No final das contas, e quando tudo estiver dito e feito, as inevitáveis artimanhas da política entre indivíduos valem mais do que as ilusões da engenharia e da administração para o bem das coisas.

No entanto, para isso, para tudo isso, é necessário reintroduzir atores e sistemas de relações sociais no governo dos indivíduos, do qual eles tendem a ser excluídos justamente pelos defensores e profetas da nova ordem factual.

Capítulo 5
CRÍTICA AO GOVERNO À AVALIAÇÃO

A avaliação é um dos mecanismos mais poderosos de governo e de produção de legitimidade das organizações no mundo contemporâneo.[38] Entretanto, apesar de sua expansão maciça nas últimas décadas, ela é cercada por vários problemas que serão o foco principal deste capítulo. Desenvolveremos o raciocínio em duas etapas principais. Na primeira parte, identificaremos rapidamente os oito princípios principais dessa nova forma de governo. Na segunda parte, que constituirá o cerne do capítulo, examinaremos criticamente cada um desses princípios.

Se nos concentramos nesse mecanismo específico de governo, é porque, como veremos, sua implantação está inscrita tanto no cruzamento da articulação entre autoridade, dominação e poder quanto em uma proposta específica de controles, crenças e hierarquias entrelaçados.

I. Os princípios da avaliação

Para compreender toda a complexidade do papel da avaliação no mundo contemporâneo, é necessário entendê-la não apenas como uma mera técnica de gestão, mas também como

38. Este capítulo retoma, elabora e aprofunda os elementos desenvolvidos em Martuccelli (2010a).

uma filosofia verdadeiramente nova e abrangente de governo dos indivíduos.

Baseada em princípios simples, às vezes até apresentados como óbvios, à medida que parecem estar em continuidade com a dimensão reflexiva de qualquer ação humana, o governo da avaliação baseia-se em uma série de amálgamas questionáveis entre diferentes realidades. A palavra "avaliação" refere-se, na verdade, a várias coisas: a um julgamento acadêmico sobre um artigo; ao controle de padrões de qualidade em um processo de produção; a uma pontuação global que sanciona os resultados anuais de um funcionário; ao monitoramento semanal ou trimestral do volume de vendas de uma organização; a um índice de satisfação dos usuários de um serviço público ou de uma empresa comercial; a uma classificação de risco de um país capaz de orientar o investimento financeiro; a um teste mais ou menos padronizado para comparar as habilidades acadêmicas entre estudantes; a um relatório de *status* provisório sobre os primeiros resultados de uma política pública, e assim por diante. Essa diversidade óbvia está na base de uma das grandes ilusões do governo da avaliação, que sugere, mesmo sem declarar explicitamente, uma semelhança entre todas essas atividades. O primeiro passo em qualquer crítica da avaliação é, portanto, desembaraçar esses amálgamas para detectar aspectos arbitrários ou prejudiciais em seu funcionamento real. Para fazer isso, é essencial distinguir entre o funcionamento real da avaliação, por um lado, e o que corresponde à formação de um novo imaginário de poder, por outro.

A avaliação se afirma como um estranho híbrido histórico entre dois modos antigos de governo. Ela deriva, portanto, de sua centralidade no mundo contemporâneo, tanto de uma concepção que fez da competição de mercado o princípio organizador central da sociedade quanto de uma concepção que, ao contrário, privilegiou a ação do Estado. Entre as duas, em vez da antiga e usual oposição, a avaliação projeta uma série de novas figuras do que pode ser chamado de darwinismo competitivo sob estímulo ou supervisão organizacional. Progressivamente, um modo de governo foi estabelecido, animado por um novo sistema de intervenção, baseado em instrumentos ou indicadores (Lascoumes e Le Galès, 2004) que supostamente seriam aplicáveis a qualquer organização social (empresa comercial, hospitais, escolas, tribunais, delegacias de polícia) e em qualquer contexto nacional, o que tornaria possível a governança na era da globalização (Graz, 2008).

Em seu esqueleto mínimo, é possível resumir o governo da avaliação em alguns princípios principais. Todos eles convergem para uma afirmação comum e central: sem avaliação, não há eficiência nem progresso. Oito princípios principais se destacam.

[1] Tudo é mensurável e sujeito a avaliação: um recurso governamental que permite transformar inesgotáveis debates ideológicos em meras questões técnicas, graças à produção de indicadores de competência.

[2] Todos os atores devem ser avaliados e colocados em concorrência uns com os outros, o que estimula

uma maior democratização e objetivação do exercício do poder nas sociedades.

[3] A avaliação, à medida que se baseia em padrões comuns, altamente confiáveis e tecnicamente irrepreensíveis, garante um gerenciamento mais transparente do poder.

[4] A avaliação como método de gerenciamento garante o melhor uso possível e a alocação de recursos financeiros e humanos.

[5] A avaliação aumenta a eficiência, pois, graças à comparação permanente, possibilita a expansão das melhores práticas, o que, por sua vez, permite extrair e consolidar recomendações mais ou menos universais.

[6] A avaliação motiva, envolve e engaja incansavelmente tanto as organizações quanto os indivíduos, pois ambos buscam constantemente melhorar seu desempenho com vistas à próxima avaliação.

[7] A avaliação, à medida que torna o poder mais eficaz e transparente, é um mecanismo poderoso para legitimar a autoridade e as hierarquias nas organizações.

[8] A avaliação, ao corrigir os limites observados nas antigas formas de racionalização organizacional, permite a entrada em uma nova era de racionalização da sociedade.

A pergunta é simples e evidente: é realmente assim? Vamos examinar cada um desses princípios.

II. Análises críticas

1. Todas as práticas sociais não são igualmente mensuráveis.

O primeiro princípio baseia-se em um amálgama: a ideia de que a avaliação é uma técnica que pode ser aplicada a qualquer tipo de atividade, desde que os indicadores corretos estejam disponíveis. Diante desse postulado, muitos casos problemáticos podem ser observados.

A questão, que é particularmente premente no caso de determinados serviços (saúde, educação, mas também segurança e justiça), é se a avaliação por indicadores é politicamente razoável e socialmente viável. De fato, na prática, quase sempre acabamos medindo o que é mais fácil de medir (tempo de espera em um serviço, notas obtidas em exames, resultados operacionais brutos etc.). O motivo dessa tendência é óbvio: ao contrário do primeiro princípio, nem tudo pode ser medido com a mesma confiabilidade na vida social. Não apenas por razões técnicas, mas também por razões que têm a ver com a própria natureza de certas atividades.

Tomemos o exemplo do trabalho. Para começar, vamos enfatizar e lembrar que, ao contrário do que o governo da ava-

liação parece sugerir, o trabalho, desde o advento da manufatura moderna, sempre esteve sob vigilância e, portanto, era de alguma forma "avaliado". Observemos também que a avaliação é cada vez mais aplicada de forma transversal às atividades reguladas pelo mercado, pela gerência ou por um órgão profissional (Freidson, 2001), o que mostra que estamos diante de uma das grandes lógicas contemporâneas de gestão do trabalho. No entanto, apesar disso, a avaliação do trabalho hoje é mais difícil e espinhosa do que nunca.

Muitas vezes é difícil avaliar o trabalho porque ele tende a se tornar difuso (pense, por exemplo, no trabalho de muitos executivos) em uma ladainha de reuniões, telefonemas, encontros, atividades dispersas e díspares, em uma rápida sucessão de objetivos, alcançados ou não, mas muitas vezes em constante mudança, o que, a longo prazo, levanta dúvidas sobre a inanidade dos objetivos anteriores... e daqueles que estão em vias de serem alcançados. Para os funcionários públicos, esse sentimento é ainda mais forte, pois é comum que um objetivo que mal foi alcançado (ou não...) seja substituído ou abandonado por outros devido à alternância das equipes de gestão. Em outras palavras, os critérios de avaliação tendem a ser mais rigorosos no exato momento em que, em muitas áreas, a atividade se torna mais imaterial e opaca. Deve-se observar que mesmo o chamado trabalho de baixa qualificação é difícil de avaliar. Ao contrário do que se afirma, são atividades que muitas vezes mobilizam habilidades importantes, embora não reconhecidas, relacionais, altamente empáticas, não rotineiras, que exigem forte adaptabilida-

de situacional (o que, aliás, torna problemática sua substituição pela automação... e sua avaliação).

De fato, quanto mais difícil é medir a atividade de trabalho, mais vemos uma avalanche de critérios que levam a uma verdadeira gangrena de medição. Vincent de Gaulejac (2005, p. 70-72) fala a esse respeito, não sem um certo humor, da quantofrenia, essa doença gerencial que, em todos os lugares e em todas as áreas, quer traduzir a vida social em sinais matemáticos. Além disso, mesmo quando se trata de promoções ou da avaliação do trabalho de um funcionário, os critérios de julgamento estão longe de ser absolutamente claros e, com frequência, são altamente subjetivos, como quando o potencial ou a disponibilidade do funcionário se tornam justificativas importantes para diferenciais de carreira e promoção entre executivos (Laufer, 2001).

A ideia de que tudo é avaliável é, de fato, uma ilusão colateral do projeto de racionalização moderno que pressupõe que a avaliação de atividades e pessoas pode se tornar uma questão meramente técnica. Entretanto, em muitas avaliações de trabalho, muitos elementos entram em jogo. Desnecessário dizer que o uso crescente de algoritmos para avaliar candidatos no caso de recrutamento (observe que o procedimento é aplicado para os chamados funcionários de baixa qualificação e não para cargos de responsabilidade, cf. O'Neil, 2017), em atividades profissionais ou em solicitações de crédito não resolve esses problemas de forma alguma. O governo dos indivíduos nunca será o governo das coisas, mesmo quando finge ser realizado por critérios e técnicas objetiváveis.

2. A avaliação não é homogênea de acordo com os atores.

O segundo princípio é uma consequência quase imediata do ponto anterior. Como tudo pode ser avaliado, é essencial que todos sejam avaliados. À primeira vista, o procedimento parece fazer parte de uma perspectiva democrática, ou seja, a ideia de que as instituições e os governantes devem prestar contas aos cidadãos de acordo com o princípio da *responsabilidade* [*accountability*] (O'Donnell, 2007). Entretanto, a avaliação política é de um tipo muito particular. Mesmo que as eleições apresentem muitos limites e dificuldades devido à sua própria dinâmica conflituosa, os processos eleitorais lembram os cidadãos da natureza eminentemente política da operação de avaliação em andamento. Porém, acima de tudo, e isso faz toda a diferença, na esfera política, os governantes são obrigados a buscar o sufrágio do povo, o depositário da soberania, e, portanto, precisam aceitar, em meio a uma reversão temporária da assimetria usual de poder e hierarquia entre governantes e governados, sua avaliação na forma de uma sanção eleitoral. A situação é muito diferente nas práticas comuns de avaliação em organizações.

Em primeiro lugar, em muitas áreas, os subordinados não têm a capacidade de avaliar seus superiores. Certos procedimentos, como a avaliação de 360 graus, visam justamente a tornar o processo multidirecional, mas, na grande maioria dos casos, é em meio ao respeito escrupuloso pelas hierarquias organizacionais que as avaliações são feitas: cada funcionário é avaliado por seu superior imediato. É preciso enfatizar que esse processo é

perfeitamente oposto ao que ocorre, em princípio, na democracia? Certamente, como princípio geral, todos os atores acabam se reportando ou prestando contas de suas atividades a alguém, mas isso é feito dentro de uma pirâmide hierárquica rígida. São os subordinados que têm de prestar contas de suas ações. Nada indica melhor isso do que a instrumentalização à qual a avaliação é sistematicamente submetida: somente *determinados* resultados de uma avaliação desencadeiam sanções, recompensas ou reformas. Em outras palavras, tirar ou não conclusões práticas de uma avaliação, que é prerrogativa do superior, mostra, além do uso desse mecanismo, a assimetria de poder quase inalterada que permanece entre os atores.

Em segundo lugar, em algumas áreas (como direito do consumidor, instituições de saúde ou escolas), em que os usuários têm a capacidade de avaliar seus prestadores de serviços, a assimetria de poder é muitas vezes grande demais para promover a verdadeira democratização. É possível comparar, por exemplo, a avaliação (e suas consequências) de um professor em relação a um aluno com a de um aluno em termos de satisfação? Se o jogo de poder entre os dois varia de acordo com a natureza dos estabelecimentos educacionais e o tipo de contrato de trabalho do professor, a avaliação geralmente não tem as mesmas implicações nos dois casos. Isso é ainda mais evidente no caso das instituições de saúde e justiça.

Em terceiro lugar, dada a diferença de poder entre os indivíduos, nem todos os atores estão sujeitos à avaliação, ou me-

lhor, a posição hierárquica permite que alguns atores escapem de qualquer sanção avaliativa. Essa situação provoca uma verdadeira indignação na opinião pública quando os cidadãos tomam conhecimento, por exemplo, dos fortes contrastes que podem existir entre os resultados operacionais alcançados por uma empresa (incluindo perdas significativas) e os dividendos recebidos por seus gerentes, cuja remuneração se mostra impermeável a balanços ruins (Rothkopf, 2008, cap. 2). A esse respeito, pode-se até apontar, muito esquematicamente, uma tripartição entre os funcionários. Alguns, especialmente os que ocupam posições hierárquicas menos importantes, estão frequentemente sujeitos a monitoramento e avaliação quase permanentes. Outros, geralmente em posições intermediárias, têm autonomia considerável, pois sua avaliação é episódica. Para designar esse tipo e nível de avaliação, Philippe Zarifian (2004) fala de controle elástico: o indivíduo realiza sua atividade sem avaliação direta por um período de tempo mais ou menos longo, sem, no entanto, jamais poder esquecer a coerção (a avaliação) que pesa sobre ele. Por fim, um terceiro grupo de atores, localizado principalmente na administração de grandes empresas, é amplamente e quase permanentemente protegido de avaliações e sanções em caso de desempenho insatisfatório (e, no caso de sanções ou demissão, elas podem ser acompanhadas de uma compensação financeira significativa).

Resultado colateral: a introdução da avaliação no mundo do trabalho geralmente resulta em uma perda de controle por parte de um corpo profissional de sua autoavaliação. O caso de professores universitários ou pesquisadores é um bom exemplo

desse processo (García, 2008; Fardella-Cisternas, Sisto e Jiménez, 2017; Deere, 2018). Dentro e ao lado da usual e muito antiga avaliação por pares de alunos, geralmente realizada por meio de critérios e reputações acadêmicas, surgiram outros atores e outras lógicas de avaliação, como a de administradores, prestadores de serviços, alunos, membros externos da universidade (em conselhos de curadores) etc. A generalização do governo da avaliação estimulou uma transferência de poder nesse setor de atividade em benefício da administração e uma certa reprofissionalização ou desprofissionalização do trabalho dos professores que, como muitos outros funcionários no passado, estão gradualmente vendo sua capacidade coletiva de autoavaliação e sua autonomia no local de trabalho serem corroídas.

Em resumo: o governo da avaliação, por sua própria natureza, é um mecanismo profundamente desigual.

3. A avaliação não é informação, mas poder

O governo da avaliação se baseia na promessa de que sua generalização possibilitaria a redução do exercício arbitrário do poder porque se baseia em uma abordagem cognitiva que garante a circulação transparente de informações. Isso é verdade?

Voltemos aos indicadores e reconheçamos que eles são algo mais do que uma mera questão técnica. Qualquer indicador é, no mínimo, uma escolha política por omissão: ele transfere a decisão política para o momento da construção do indicador, mas isso não aumenta necessariamente a transparência. O de-

senvolvimento de indicadores omite e esconde o momento político por trás de um debate aparentemente técnico. Aqui também, o governo dos indivíduos finge se tornar um governo das coisas. No entanto, mesmo quando os indicadores selecionados são limitados, muitas vezes há uma diferença significativa entre os resultados que são medidos, por exemplo, no nível escolar, entre a satisfação declarada dos alunos e seus resultados escolares (Meuret, 1997), mas também entre os indicadores que objetivam práticas, muitas vezes quantificáveis, e o conhecimento que os atores têm de suas experiências (Callon, Lascoumes e Barthe, 2001; Barrère, 2010).

De fato, se o objetivo fosse realmente a transparência do poder, seria necessário um debate na opinião pública ou em um órgão profissional sobre os indicadores a serem selecionados, o que raramente acontece. A tecnicidade da medição é frequentemente apresentada como um obstáculo intransponível para esse debate democrático. A resposta é apenas parcialmente justa. Atualmente, em muitas áreas do mundo, estão ocorrendo contra-avaliações nas quais são discutidos os próprios indicadores a serem levados em conta, ou que multiplicam o número de avaliadores para criar opiniões diversificadas de especialistas, o que é muito visível, por exemplo, no nível dos indicadores que medem a riqueza de um país (Gadrey e Jany-Catrice, 2005). No entanto, apesar dessas tentativas, nesse jogo, mais cedo ou mais tarde, *um* indicador geralmente se torna hegemônico. Um exemplo entre outros: os indicadores que finalmente se impuseram no campo econômico (índices da bolsa de valores, taxa de

câmbio, PIB) definem a saúde de uma economia, omitindo em grande parte a evolução dos salários, acidentes ou doenças no mundo do trabalho, o que impõe a ideia de que apenas as necessidades do capital contam (Salama, 2006, p. 134).

Na realidade, a avaliação, que supostamente introduziria transparência e, acima de tudo, um critério consensual de julgamento nos debates políticos graças precisamente ao papel dos indicadores, é uma nova arena de conflito social. Certamente, alguns especialistas em avaliação, depois de terem construído os indicadores e, portanto, estabelecido seu poder técnico, às vezes lembram ao público de que uma avaliação não é uma decisão, destacando assim os limites aos quais qualquer avaliação está sujeita (Duru-Bellat, 2002). Entretanto, mesmo essa postura intelectual, que certamente é honesta em um nível individual, esconde uma inadequação crítica.

Com efeito, o motivo das dificuldades não é técnico, mas político. Quaisquer que sejam os indicadores escolhidos, a avaliação é inseparável de um jogo de poder. De fato, o uso de indicadores baseia-se em uma concepção irrealista do exercício do poder na sociedade. A avaliação exige transparência, enquanto o poder opera por meio de zonas de incerteza, como vimos na análise estratégica (Crozier e Friedberg, 1977). Esse ponto não pode ser minimizado. A importância das zonas de incerteza no exercício real do poder torna impossível reduzir os indicadores a meros suportes técnicos. Nesse sentido, pedir aos atores que transmitam as informações necessárias para sua avaliação impli-

ca que eles abram mão voluntariamente de uma de suas principais fontes de poder, ou seja, a capacidade de manter o controle sobre sua atividade por meio da invisibilidade de determinados dados. Em qualquer organização, há um conjunto de relações informais que escapam a todas as formas de controle e que definem a possibilidade irredutível de heteroações.

A negligência dessa regra está na raiz de muitos dos escândalos causados direta ou indiretamente pela avaliação nas últimas décadas. A opinião pública está ciente desse problema, mas geralmente apenas na forma de escândalos com conotações morais. Seja a violação de controles no caso da empresa Enron (que levou à perda de pensões para seus funcionários), ou casos de fraude ou falhas graves em transações financeiras (como no caso Madoff, no caso Kerviel com o Société Générale, no caso Leeson com o banco inglês Barings), ou a surpreendente volatilidade das avaliações feitas pelas melhores agências de classificação de risco na crise de 2008, o que deve ser questionado não é se há ou não muitos controles ou se eles são insuficientes, mas a pouca consideração do fato de que a informação é um mecanismo de poder sujeito a diferentes jogos estratégicos. Esse não é um problema moral nem uma questão técnica. O que está em jogo é outra coisa: os atores sociais, dadas suas diferenças de poder, usam e fabricam informações de acordo com seus interesses.

Nesse sentido, há mais de uma semelhança entre a trapaça realizada por alguns diretores de escolas na França do século

XIX que, para melhorar suas alocações orçamentárias, tendiam a aumentar o número de alunos matriculados (Prost, 2009, p. 161) e a trapaça realizada por alguns professores há algumas décadas nos Estados Unidos com os testes de nivelamento de seus alunos para mostrar sua própria excelência acadêmica e obter uma vantagem econômica (Levitt e Dubner, 2005). Assemelha-se também, não se deve esquecer, com os desvios mais ou menos sistemáticos de informações na antiga economia soviética, como o caso de um gerente de fábrica que, para aumentar regularmente seu consumo anual de aço, acabou fabricando cadeiras cada vez mais pesadas (Perret e Roustang, 1993). Sem mencionar a arrumação das contas públicas de alguns países da zona do euro para atender aos critérios de convergência e de boa gestão econômica. Em todos esses casos, como as avaliações tiveram consequências importantes para professores, diretores de empresas ou Estados nacionais, foram desenvolvidas armadilhas. Práticas que, por sua vez, e uma vez que se tomou consciência delas, levaram à implementação de novos mecanismos de controle... Em outras palavras, recorrer à avaliação não torna o poder mais transparente, apenas abre um novo espaço estratégico de conflito e assimetrias de poder. Considerando os exemplos disponíveis, que se multiplicam a todo momento, a situação está longe, muito longe, de se tornar mais transparente.

Esse é um dos problemas mais duradouros e persistentes do governo da avaliação. A promessa de transparência incentiva a imoralidade estratégica das práticas.

4. A avaliação tem um custo

Postula-se que o governo da avaliação facilita a alocação ideal de recursos, evitando desperdícios. Para entender completamente esse princípio, é necessário reconhecer a analogia na qual ele se baseia: da mesma forma que no mercado, graças ao sistema de preços, diferentes produtos e serviços são avaliados e comparados, seria possível avaliar qualquer atividade social graças aos indicadores. A sombra das atividades comerciais e sua regulação pelo preço é a analogia implícita contida nessa concepção da alocação ideal de recursos por meio da avaliação.

No entanto, a analogia cognitiva entre o mercado e a avaliação se mostra limitada e tendenciosa. O mercado é um mecanismo de distribuição de informações por meio do sistema de preços, cuja força e sedução, desde o século XVIII, deriva, entre outras coisas, da economia de custos que ele permite obter (Rosanvallon, 1989). Além das polêmicas, o mercado é um mecanismo formidável de distribuição acêntrica de informações, cujo custo acabou sendo menor do que o do planejamento. Entretanto, apesar da analogia implícita com o mercado, as práticas de avaliação têm um custo considerável. Enquanto, pelo menos em princípio, o mercado opera por meio de uma agregação anônima de comportamentos, a avaliação sempre funciona após uma perícia, o que exige uma alocação de tempo específica e, portanto, um custo adicional.

A esse respeito, é notável o contraste entre o número de estudos realizados ao longo dos anos pelos proponentes da Es-

cola da Escolha Pública (*Public choice*) para mostrar os efeitos perversos e os custos ocultos dos programas sociais e, por enquanto, todos bem medidos, a relativa discrição em torno dos custos reais da avaliação em termos de tempo, energia e, é claro, dinheiro (Power, 2005). Entretanto, a burocracia da avaliação, muito visível no campo da escola e da universidade, para mencionar apenas esses exemplos, acarreta um custo adicional, mais ou menos significativo, devido à operação de novas instâncias de avaliação, tanto em termos de tempo (número de horas e carga mental dedicadas a essas atividades e desviadas de outras), mas também em termos de dinheiro (This, 2009).

A avaliação de bens públicos merece atenção especial aqui. Muitas das transformações sofridas pelo setor público nas últimas décadas tiveram como objetivo a introdução de um princípio de avaliação análogo ao mecanismo de sanção que o mercado deve impor ao setor privado. Antes de analisarmos esse ponto, sejamos sensíveis à mudança ideológica que isso implica. Para Weber, a administração pública (de fato, o sistema postal na Alemanha) era o grande modelo de racionalização organizacional. Hoje, ocorre exatamente o contrário: o setor público é visto como ineficiente em comparação com a maior reatividade e eficiência dos mercados e das empresas privadas. Essa crença é a base da Nova Gestão Pública (*New Public Management*).

Isso não é um detalhe. Por trás da expansão do governo de avaliação está uma transformação do equilíbrio de poder entre a administração pública e as grandes empresas privadas, um pro-

cesso acelerado pela globalização e pela dívida pública. Um novo tipo de disciplina fiscal e monetária foi introduzido para forçar os governos a pouparem ou até mesmo a implementarem medidas reais de austeridade. No entanto, essa obrigação não foi traduzida em muitos lugares por uma redução efetiva nos gastos públicos ou nos benefícios sociais. Em vários governos de inspiração neoliberal na Europa, os gastos estatais até aumentaram, seja porque novos atores foram beneficiados ou porque os benefícios de desemprego foram aumentados.

Na realidade, o que mudou substancialmente foi a forma como a atribuição e o exercício dos direitos sociais são organizados. A tendência é que cada vez menos funcionários públicos no âmbito dos serviços públicos os garantam, e cada vez mais empresas privadas participem desse processo (Gross Stein, 2002). Em outras palavras, nas últimas décadas, foi criado um verdadeiro mercado de bens públicos. Esse processo foi, às vezes, o resultado de programas de privatização e da criação de um mercado real para serviços sociais em educação ou saúde, por exemplo, no Chile (Ruiz e Boccardo, 2015), sob forte incentivo e controle do Estado (Ruiz e Boccardo, 2015). Em outros casos, como na União Europeia, o que prevaleceu foi a liberalização dos serviços públicos, o fim dos monopólios públicos e sua abertura à concorrência, em vez da privatização em si.

A ideia é simples: o Estado contrata e delega a empresas privadas a execução de um direito social, empresas que, sob o estímulo da concorrência de mercado, são consideradas as mais eficientes

na distribuição de bens públicos. Isso muda o papel do Estado. Se, por um lado, ele continua financiando e regulando a distribuição de bens públicos, por outro, ele delega a prestação efetiva desses serviços. Cria-se um novo Estado, caracterizado pela definição de padrões de excelência e dos objetivos públicos a serem alcançados (em termos de educação, saúde, segurança etc.) e pela delegação do trabalho real de distribuição de serviços a mediadores privados. Como o que importa é a eficiência, o essencial é obter e avaliar a melhor alocação dos recursos fiscais disponíveis.

Em ambos os casos, os monopólios estatais são questionados e presume-se que os agentes privados, regulados pelo Estado, podem garantir uma melhor alocação de direitos sociais e serviços públicos. Os custos e as armadilhas da avaliação, sem deixar de lado a expansão do poder de controle dos especialistas, são geralmente negligenciados. Entretanto, nessa estrutura, a avaliação se torna metastática. Ela se torna um mecanismo indispensável, recorrente e permanente para o Estado garantir que a qualidade e os objetivos estabelecidos foram alcançados (Gross Stein, 2002, p. 157). Assim, o Estado passa de um Estado que fornece serviços públicos diretamente (às vezes por meio de monopólios) para um Estado que delega sua distribuição a empresas privadas ou, como é o caso em alguns países, a organizações públicas e privadas que competem entre si por recursos fiscais.

Em outras palavras, dentro da estrutura dessa nova filosofia de governo, para obter a alocação ideal de bens e serviços públicos, os Estados precisam de cada vez mais informações e,

no caso da saúde e da educação, cada vez mais informações de natureza privada e pessoal. Em nome do interesse geral (é "nosso dinheiro"), os controles, na forma de avaliações regulares, estão aumentando o tempo todo. Em outras palavras, para garantir essa nova forma de distribuição de bens e serviços públicos, o Estado se torna um consumidor onívoro de informações. Isso gera custos específicos e um jogo de poder no qual a tecnocracia e os especialistas, tanto no setor público quanto no privado, aumentam seu poder. Por quê? Porque o sistema de avaliação implantado exige revisões permanentes, avaliações, números, monografias, produção de indicadores etc., o que amplia o poder dos especialistas capazes de produzir todo esse arsenal de dados.

Os problemas gerados por esse mecanismo de governo específico nem sempre recebem a atenção que merecem. Entretanto, não faltam exemplos. Pense, por exemplo, nas controvérsias sobre o desempenho do sistema de saúde: deve-se optar por um sistema de seguro privado ou privilegiar a previdência social pública? Além das posições partidárias, há um certo consenso contábil. Nessa área, o sistema público é geralmente menos oneroso do que o sistema de saúde privado, por três razões: (a) os pacientes não são selecionados; (b) não há custos de publicidade; (c) como a grande maioria da população é segurada, os indivíduos não esperam até que estejam gravemente doentes para consultar um médico (Amiech e Vaury, 2004). Esse último ponto é mais controverso, com alguns estudos enfatizando os riscos associados a um sistema de saúde pública (em que ninguém se sente responsável pelos custos,

em que algumas pessoas aumentam o número de consultas médicas etc.), enquanto outros apontam, por outro lado, para os diferenciais de prevenção que esse sistema permite. O objetivo aqui não é resolver essa controvérsia, mas enfatizar um ponto de consenso entre os especialistas, mesmo quando eles discordam. Em todos os casos, há um custo para a triagem de pacientes: as seguradoras privadas tentam evitar, com a ajuda de uma série de testes, aqueles em risco ou potencialmente em risco de se tornarem consumidores de serviços médicos caros. O que é válido nesse setor é válido em muitos outros. É até mesmo um tema recorrente nas reclamações comuns de muitos funcionários: quem avalia o tempo gasto (e o gasto) na avaliação do que fazemos?

Mais uma vez, por trás dessa técnica de gerenciamento está uma verdadeira filosofia de governo. Trata-se de um projeto político segundo o qual os Estados nacionais devem aceitar uma privatização parcial de suas funções soberanas e uma delegação da prestação de serviços públicos. Essa transformação é frequentemente apresentada como uma transferência de gerenciamento sem delegação de soberania (é o Estado que define os objetivos), graças precisamente (pelo menos na aparência) aos benefícios da avaliação. A tríade objetivo-avaliação-sanção é imposta como um princípio necessário que oblitera o fato de que, em várias áreas, os custos da avaliação superam as supostas vantagens.

5. A avaliação é um poder performativo de um novo tipo

O sucesso atual do governo da avaliação é inseparável da consolidação de um sistema de órgãos internacionais responsáveis por avaliações comparativas transnacionais, que renovam a visão de Taylor sobre a *melhor maneira de fazer isso* [*one best way*], assumindo que é possível, por um lado, identificar as melhores práticas e, por outro, aplicá-las, com adaptações marginais, a qualquer contexto social. Entretanto, esse tipo de postulado dá origem a avaliações que, por não levarem em conta as situações, levam a resultados que são frequentemente questionados pelos atores (Courpasson e Thoenig, 2008, p. 56-62).

Trata-se de um movimento internacional que busca a generalização do bom governo. A ideia é generosa em sua intenção: cada país deve se inspirar nas *melhores práticas* que já foram experimentadas e testadas com sucesso em outros lugares. No entanto, essa filosofia verdadeiramente performativa é, na verdade, muitas vezes uma extensão por outros meios de atitudes que até recentemente eram denunciadas como imperialistas. Se todos devem aprender com todos, na prática, o aprendizado das *melhores práticas* segue uma linha óbvia: a da assimetria de poder entre atores e países. Os padrões de qualidade do tipo ISO são uma boa ilustração disso, especialmente porque a transferência de critérios está longe de ser uniforme entre as regiões do mundo, o que, segundo alguns, sinaliza até mesmo uma nova era de colonização, invenção e miscigenação (Metzger, 2009).

Além disso, nesse processo, a avaliação das instituições com base em determinados indicadores acaba confundindo o objetivo com os meios (Rodrik, 2003). Uma vez estabelecidos, os indicadores tendem a se cristalizar (Ropé e Tanguy, 2000), mas, acima de tudo, transformam a ação de uma organização. É com a próxima avaliação em mente, realizada com determinados indicadores, que a atividade é reorganizada. Em outras palavras, se a avaliação tem um caráter normativo (que é bem resumido nos indicadores selecionados), ela também tem uma dimensão performativa, pois acaba definindo os objetivos e as formas como eles devem ser alcançados. A avaliação deixa de ser um meio e passa a ser um fim em si mesma. O indicador se torna o objetivo central da organização. Um bom exemplo disso são os projetos de reforma de determinadas instituições, cujo objetivo declarado é melhorar o desempenho dessas organizações à luz de indicadores internacionais, como é o caso, em parte, da classificação de Xangai e das reformas ou reorientações de governo que isso produziu em algumas universidades.

Entretanto, a lógica das *melhores práticas* esconde um pressuposto. À luz do triunfo do paradigma econômico neoclássico sobre outras perspectivas econômicas, está se espalhando a ideia, adotada por várias organizações internacionais, de que os imperativos econômicos podem ignorar amplamente os contextos locais, como é o caso do chamado Consenso de Washington (1989). O círculo da razão é definido independentemente de qualquer contexto. No entanto, como se pode negligenciar o fato de que a história econômica é o produto de diferentes

compromissos institucionais, cada um inventando seu próprio caminho de acordo com tradições e coerções nacionais específicas (Bairoch, 1999)? No máximo, pode-se dizer que existe, mas já é outra coisa, uma economia e muitas receitas (Rodrik, 2007). De fato, por trás das *melhores práticas* não há um problema cognitivo, mas uma questão de dominação.

Esse ponto é importante o suficiente para que façamos uma pausa para ilustrá-lo com um exemplo específico: a modificação das regras internacionais de acesso ao crédito. Para ter acesso aos empréstimos de que precisam (tanto para pagar os juros acumulados de dívidas anteriores quanto para colocar as economias altamente dependentes de insumos importados para a produção local de volta nos trilhos), os governos de vários países tiveram de cumprir, nas últimas décadas, as prescrições programáticas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial (os chamados "empréstimos baseados em políticas"). Além disso, nesse mesmo período, e por meio do governo da avaliação, o papel dessas organizações tornou-se muito mais coercitivo. Para ter acesso a novos empréstimos, os países tinham de respeitar e aderir às medidas econômicas ditadas pelo Consenso de Washington.

Porém, como saber se um país – em princípio, não esqueçamos, um país soberano – cumpriu os requisitos? Para facilitar as decisões financeiras tomadas em grande parte por organizações privadas (bancos comerciais, fundos de pensão, investidores institucionais), várias agências de classificação foram criadas para classificar os países de acordo com a cláusula conhecida

como risco-país. Essa cláusula é um excelente exemplo tanto da função performativa da classificação quanto de sua função como mecanismo coercitivo. Essa cláusula define uma estimativa da capacidade de pagamento de uma economia, informação que é paralela ou complementar àquela obtida do mercado de ações ou da taxa de câmbio. Essa cláusula, construída com base em alguns indicadores, tem uma forte capacidade de desempenho, pois o nível de risco estimado de um país tem efeitos práticos. Se um país, por exemplo, não se curvar às regras prescritas (de liberalização econômica, privatização, combate prioritário à inflação, redução do déficit público etc.), ele será forçado a pagar mais pelo crédito e terá menos acesso a capital novo. O processo não é puramente maquiavélico. A defesa de amplos equilíbrios macroeconômicos, às vezes impostos externamente pelos mercados financeiros, pode ser um elemento importante para o crescimento sustentável de um país. A adoção desses critérios, entretanto, não é isenta de consequências negativas e até mesmo de riscos. Durante o primeiro governo Lula (2003-2007), por exemplo, foi necessário manter um superávit primário significativo como porcentagem do PIB para conter a ameaça da inflação e, assim, aumentar a credibilidade do Brasil perante os mercados (Salama, 2006, p. 82-83). Preocupações semelhantes podem ser encontradas, por outros motivos e em termos muito diferentes, na direção dos mercados, mesmo durante o governo Clinton (Stiglitz, 2003).

A avaliação se tornou um mecanismo de dominação performativo de um novo tipo. Em meio a uma crise, uma das prin-

cipais, se não a principal, preocupação dos governos é preservar os equilíbrios macroeconômicos (impostos, moedas, déficits, inflação) para não aumentar o risco-país. Sob os ditames de um conjunto de indicadores de desempenho, os governos são obrigados a escolher os interesses dos mercados globalizados em detrimento daqueles de seus cidadãos (Streeck, 2014).

Resultado: a situação financeira de um país depende das ações de operadores econômicos distantes e maneira como ele respeita e se submete à visão performativa subjacente às avaliações internacionais. Esse mecanismo de dominação não está isento de abusos manifestos. Às vezes, como na crise asiática do final de 1997, as sanções financeiras afetaram países cujas contas (medidas por determinados indicadores) eram frágeis, mas também acabaram envolvendo países que até então tinham contas em boas condições, como foi o caso da Coreia do Sul ou de alguns países da América Latina (Tokman, 2004).

De fato, as prescrições avaliativas medem os graus de confiança que os países devem depositar na comunidade financeira internacional. A prescrição se transforma em uma submissão performativa e voluntária. As terapias de choque das últimas décadas e sua retórica técnica serviram, de fato, para a implementação de políticas deliberadas de transformação das economias nacionais (Stiglitz, 2002; Klein, 2007). O governo da avaliação organiza menos uma oposição entre mercado e Estado do que a "construção *política* de uma finança global regida pelo princípio da concorrência generalizada" (Dardot e Laval, 2009, p. 286).

6. A avaliação não é isomórfica entre organizações e indivíduos

O governo da avaliação também se baseia em outro princípio importante: ela teria efeitos positivos tanto no nível das organizações quanto dos indivíduos. Esse é um amálgama novo e pernicioso. Quando a avaliação passa das organizações para os indivíduos, uma lógica sem precedentes de responsabilidade é produzida e generalizada. Analisando a situação dos beneficiários do RMI na França (o Rendimento Mínimo de Inserção, que assegura uma renda mínima), Isabelle Astier (2007) fala, com razão, de uma inversão da lógica da dívida. Há uma mudança do que ela caracteriza como dívida da sociedade para com os indivíduos (o direito de todo cidadão pobre ao RMI) para a dívida dos indivíduos para com a sociedade (por meio da generalização progressiva da ideia de que não pode haver ajuda sem uma contrapartida). É claro que não é a mesma coisa. Tanto é assim que Alain Supiot (2001) destaca até que ponto a ideia de contrato é distorcida quando passamos de um contrato entre indivíduos iguais para a ideia de um contrato estabelecido entre indivíduos e instituições, uma variante que corre o risco de recriar uma nova subordinação dos primeiros em relação aos segundos.

O que é verdade para os grupos pobres ou excluídos também é verdade para os assalariados. Uma coisa é responsabilizar uma organização perante consumidores ou financiadores; outra é avaliar a atividade de um trabalhador individual por meio das satisfações expressas por usuários e clientes. Também aqui

a mudança é sutil, mas decisiva. Sabe-se, pelo menos desde os estudos de Wright Mills (1970, p. 204-205) sobre trabalhadores de colarinho branco nos Estados Unidos, que o cliente pode se tornar um fator poderoso na transformação de conflitos sociais, já que muitos funcionários percebem "o cliente como seu inimigo psicológico e não a empresa como seu inimigo econômico". A afirmação é exagerada, mas tem o mérito de destacar a extensão e a maneira como a avaliação dos funcionários pelos consumidores transforma a experiência do conflito social em várias organizações, uma mudança bem refletida nas pesquisas de opinião dos funcionários (CFDT, 2001). A avaliação de cada indivíduo se torna tão massiva quanto difusa.

Portanto, a avaliação não é apenas um mero aumento dos mecanismos de controle; é outra forma de fazer com que os funcionários aceitem as restrições do trabalho, tornando-os permanentemente responsáveis. O objetivo, como já apontamos, é fazer com que o indivíduo se sinta responsável não apenas pelo que faz (noção de responsabilidade), mas por tudo o que acontece com ele (princípio da prestação de contas). A responsabilização está na raiz de uma demanda pelo envolvimento forçado dos funcionários nas organizações (Durand, 2004) e na base de uma filosofia que os obriga a internalizar, na forma de culpa pessoal ou falha, sua carreira profissional, seus resultados e até mesmo sua situação de exclusão ou fracasso. À luz do governo da avaliação, as desigualdades sociais se tornam uma questão de fracasso ou sucesso pessoal.

Essa tendência é reforçada por certas transformações produtivas que tendem a questionar o antigo conhecimento qualificado em favor de novas habilidades, menos rígidas, mais aleatórias, que se baseiam e exigem conhecimento geral, especialmente habilidades relacionais e altamente heterogêneas, que vão desde as próprias competências (o famoso *know-how*) até qualidades pessoais e muitas vezes até fenotípicas (o *saber-ser* mal definido, cf. Martuccelli, 2013). Resultado: todos os empregos estão se tornando cada vez mais personalizados (Foucauld e Piveteau, 2000, p. 28). Consequência imediata: o trabalho se torna um teste particular e avaliativo de si mesmo.

Dentro desse contexto geral, alguns dos males da avaliação são particularmente preocupantes. Em um mundo em que a maior parte do trabalho era realizada e concebida com base na atividade industrial, o problema fundamental era a identificação do trabalhador assalariado com seu produto. Hoje, em que a maior parte do trabalho é realizada no nebuloso continente dos serviços, o principal problema não é tanto a dissociação entre trabalho e produto, mas sua fusão excessiva e o gerenciamento bem-sucedido da distância entre pessoa e atividade. É uma distância necessária que o governo da avaliação compromete seriamente ao transformar a avaliação do trabalho em uma avaliação da pessoa do funcionário, o que provavelmente gerará fortes impactos negativos (Aubert e Gaulejac, 1991; Balazs e Faguer, 2005).

Em suma, o governo da avaliação não apenas promove uma renovação da dominação-coerção nas organizações, mas

também assume aspectos subjetivamente destrutivos no nível da avaliação dos indivíduos.

7. A avaliação alimenta um tipo específico de crise de legitimidade

A distinção entre os efeitos negativos da avaliação sobre organizações e indivíduos também pode ser observada no nível de legitimidade. Essa é uma dimensão particularmente importante porque um dos principais objetivos declarados do governo da avaliação nas sociedades contemporâneas é justamente fortalecer a legitimidade das hierarquias. O governo da avaliação permitiria uma nova gestão de autoridade baseada em princípios técnicos.

Para conseguir isso, o governo da avaliação transforma o próprio significado de legitimidade. O Estado tende, por exemplo, pelo menos tendencialmente, a se legitimar cada vez mais em termos da qualidade dos serviços públicos que presta aos cidadãos, que são de fato transformados em simples usuários (Rosanvallon, 2008). Ao estabelecer avaliações permanentes da qualidade dos serviços públicos, o Estado gera uma verdadeira mercantilização da cidadania (Crouch, 2004). Nesse contexto, uma de suas principais funções passa a ser a de esclarecer a escolha dos cidadãos-consumidores. De forma furtiva, um mecanismo que aparenta ser puramente técnico generaliza a ideia de que os serviços públicos (e no futuro, talvez, o próprio governo político) devem ser julgados a partir de uma lógica de consumo. Essa é uma opção possível que pode até, após uma discussão coletiva, tornar-se um objetivo legítimo para uma comunidade.

No entanto, o uso de indicadores e a generalização do mecanismo de avaliação impõem cada vez mais essa visão de fato, independentemente de qualquer discussão política.

A satisfação do usuário torna-se o princípio de medição e julgamento de organizações e bens públicos. No entanto, se os mercados, apesar de sua complexidade institucional, operam por meio da busca de lucro e podem ser avaliados essencialmente com base na satisfação do usuário, os bens e serviços públicos (saúde, educação, segurança, justiça etc.) mobilizam uma diversidade de critérios de avaliação que geralmente são *politicamente* contraditórios. Ao silenciar as múltiplas tensões entre uma lógica de serviço público e critérios mais abertamente comerciais, o governo da avaliação remove a distinção necessária entre as esferas da justiça e as ordens de grandeza que existem entre elas (Walzer, 1997; Boltanski e Thévenot, 1991), o que, no final, é capaz de provocar uma crise de legitimidade de um novo tipo.

Além disso, o que é observável no lado das organizações é ainda mais observável no lado dos indivíduos, no qual, de fato, a crise de legitimidade gerada pelo governo da avaliação é ainda mais manifesta. A razão para isso é bem conhecida. Apesar do grande número de funcionários que ainda estão sujeitos ao taylorismo, a retórica da administração continua a afirmar que, para responder à intensificação da concorrência econômica, é essencial que os funcionários estejam totalmente envolvidos na empresa. Para isso, são promovidas recompensas personalizadas baseadas em avaliação. Em outras palavras, esse apelo à ini-

ciativa pessoal permanece sob vigilância e controle, mas não se baseia mais em regras definidas de uma vez por todas, e sim em uma renovação constante do envolvimento.

No entanto, e ao contrário do que postula o governo da avaliação, as reclamações sobre os malfeitos e as injustiças gerados pela avaliação são enormes entre os assalariados (Martuccelli, 2006). Tanto é assim que quase se pode dizer que é uma consequência inevitável do processo de avaliação: dada a estreiteza estrutural das recompensas, as promessas só podem gerar frustrações. Os funcionários, de qualquer forma, muitas vezes percebem que seu envolvimento, especialmente quando a intensidade do trabalho aumenta, não é suficientemente recompensado (um sentimento que a moderação salarial das últimas décadas em muitos países e as demissões em todos os lugares acentuam).

Como resultado, nas organizações, embora isso não seja uma novidade radical, as queixas de arbitrariedade e bajulação estão crescendo juntas. No mundo do trabalho, está se tornando cada vez mais necessário ser reconhecido como alguém bem-visto e, portanto, saber como se vender. O mundo das organizações é descrito por muitos funcionários como um novo mundo cortesão. Atitudes de denúncia, crítica ou bajulação são sistematicamente denunciadas (e praticadas) por atores de grandes empresas (Martuccelli, 2006; Araujo e Martuccelli, 2012). A constatação dessa bajulação e da consequente arbitrariedade dos chefes é seguida de uma crítica mais corrosiva: a denúncia do

fracasso do sistema de reconhecimento do mérito. Não é a hierarquia em si que é rejeitada, nem a legitimidade das aspirações pessoais de promoção. Desse ponto de vista, pode-se dizer com frequência que vários indivíduos aderem aos princípios básicos das organizações produtivas. Entretanto, eles sistematicamente se consideram mal avaliados e desfavorecidos em suas avaliações. O questionamento da autoridade chega a assumir uma nova forma: "Quem é ele/ela para me avaliar, o que fez, por que não reconhece meus esforços?".

A avaliação, que é apresentada como um critério objetivo e transparente para o reconhecimento do mérito pessoal com o objetivo de motivar os funcionários, na realidade multiplica as frustrações e os sentimentos de injustiça. Resultado: a implementação do sistema de avaliação gera implicações cronodegradáveis em termos de decepções vivenciadas pelos funcionários. Muitas vezes, os funcionários inicialmente acreditam na promessa da avaliação e, por um certo período de tempo, se envolvem ativamente com os olhos voltados para uma recompensa mais ou menos específica, antes de mudar de atitude quando experimentam o que julgam ser o não reconhecimento (ou o reconhecimento insuficiente) de seu esforço. Além de um limite de tempo que o funcionário estabelece para si mesmo ou que é mais ou menos implicitamente estabelecido pela organização (alguns meses, alguns anos) para obter uma recompensa, o ator tem um forte senso de injustiça. Além disso, a intensidade e a urgência desse sentimento de injustiça estão aumentando constantemente à medida que o capitalismo atual e a urgência

que ele exala na vida social pressionam os indivíduos a pedirem rapidamente, cada vez mais rapidamente, as recompensas que ele promete.

Ao disseminar a ideia de que a avaliação é um mecanismo objetivo e justo para reconhecer e recompensar o mérito e o esforço pessoal, a avaliação ainda traz consigo um paradoxo adicional: é uma máquina de frustração para os melhores. De fato, são os funcionários que demonstram maior zelo profissional e interesse sincero em suas organizações que expressam as críticas mais amargas e a decepção por não serem recompensados. De qualquer forma, aos olhos de muitos funcionários, se nem sempre é legítimo declarar suas ambições, é sempre legítimo declarar-se vítima de injustiça e falta de reconhecimento. Tudo isso alimenta e acentua os sentimentos de desconfiança e distanciamento em relação às organizações. Os discursos que defendem a participação e o envolvimento no trabalho, prometendo que esse esforço será reconhecido graças à avaliação personalizada, acabam criando a sensação de que se precisa operar em um mundo falso e hipócrita.

Os objetivos, a racionalidade dos resultados e a busca pela lucratividade a qualquer preço? O imperativo do lucro, se é um requisito pregado e exaltado em todos os lugares, é de fato negado e desperdiçado de forma muito flagrante para não ser contestado (Kederllant, 2000). Os funcionários estão imersos na linguagem organizacional da eficiência generalizada e da busca incessante do lucro, em sua realidade cotidiana, exceto em al-

guns momentos específicos ou para alguns atores estratégicos, seu trabalho ocorre em ambientes mais descontraídos. Como então poderiam esquecer as margens de ação que permanecem em suas mãos e a proliferação de nichos de ociosidade no coração de tantas empresas, sobre os quais Corinne Maier (2004) fez uma análise bem-humorada na França? Mesmo entre os executivos seniores ou comerciais, e até mesmo no modelo extremo do *operador* financeiro, foram observadas rotinas, lentidão e atividades contraproducentes (Godechot, 2001, p. 168). Isso não elimina necessariamente o senso de urgência e o estresse vivenciado em muitas empresas, mas alimenta as dúvidas dos funcionários sobre os discursos da gerência.

A entrevista anual? Aqui, também, vários estudos apontam para a hipocrisia e a falsidade dos processos de definição de metas individuais. Se esse é um momento mais ou menos tenso para vários funcionários, seu impacto não deve ser exagerado. Muitos trabalhadores, inclusive os do setor comercial, reconhecem que conseguem impor metas nas negociações que são suficientemente baixas para serem atingidas sem excesso de zelo (Cousin, 2004).

Como podemos ignorar o fato de que, em uma grande pesquisa realizada pelo sindicato CFDT (2001) na França, um número considerável de funcionários não se lembrava das consequências da implementação da gestão participativa em sua empresa? O fato de que muitos funcionários são forçados a participar de verdadeiras encenações coletivas orquestradas por avaliadores

externos durante visitas de monitoramento para a implementação de padrões de qualidade (Muller, 2008)?

Observações desse tipo se alternam com outras de natureza mais positiva ou coercitiva. Entretanto, sua existência sinaliza a produção de novas formas de desconfiança. O taylorismo deu origem a um discurso de protesto e a práticas de resistência que enfatizavam, por meio da consciência de classe, o conhecimento e a contribuição subjetiva dos trabalhadores sem os quais o trabalho simplesmente não poderia existir. A administração contemporânea dá origem a um questionamento que enfatiza a natureza tendenciosa e injusta dos procedimentos de avaliação e, por trás disso, a hipocrisia presente nas organizações. O governo da avaliação, na tentativa de renovar a base do consentimento nas organizações, gera uma nova família de sentimentos de desconfiança e decepção. Entretanto, a promessa de individualização das recompensas produz mais frustração individual do que resistência coletiva.

8. A avaliação é uma crença inconsistente

Ao final dessa análise crítica, questiona-se: como e por que um mecanismo com tantas limitações e efeitos negativos conseguiu se tornar um grande modelo de gestão? Por que as sociedades contemporâneas acreditam nele?

Para entender a origem desse entusiasmo, é necessário acrescentar a todos os elementos mencionados até agora a principal mudança que o governo da avaliação traz para o projeto mo-

derno de racionalização. O que há de inédito: não se trata mais de ancorar o imaginário de poder na ilusão de um planejamento completo de todos os eventos (como era o caso do antigo imaginário de racionalização), mas de promover um novo imaginário de poder baseado na ilusão de uma reatividade constante e imediata.

Como a racionalização na fábrica taylorista fez antes dela, essa nova imagem de poder encontra seu grande foco de influência nas empresas. A reatividade universal e imediata substitui o antigo imaginário de controle absoluto. Diante da constatação de que é impossível controlar os desvios no mundo do trabalho ou as contingências organizacionais (ou seja, o reconhecimento tendencioso de heteroações irredutíveis), um dispositivo é implementado para neutralizá-los, graças à generalização de uma capacidade de resposta em tempo real. Em termos de produção, o toyotismo exemplifica esse princípio geral de inversão da cadeia de comando melhor do que muitos outros sistemas. Diferentemente do sistema taylorista, em que o centro planejava a produção e a divisão vertical das tarefas, a organização toyotista, ao "pensar ao contrário", introduz um sistema de controle mais flexível e menos oneroso (Coriat, 1991; Womack, Jones e Roos, 1992).

Após os limites dos modelos tayloristas e o fracasso dos regimes totalitários do século XX, o objetivo não é mais organizar um planejamento tão vasto quanto impossível, mas implementar modelos mais eficazes de reatividade em diferentes áreas (guerra, segurança, triagem etc.). Para conseguir isso, a avaliação

aparece como um recurso indispensável do governo, o que explica em parte a crença em sua eficiência.

O entusiasmo (pouco crítico!) que envolve a avaliação hoje não é, em si, algo novo. Antes, o taylorismo e seus grandes princípios, incluindo a ideia da *melhor maneira*, exerciam uma grande sedução, apesar de suas limitações. Chaplin foi um crítico mais inspirado do taylorismo do que Lênin. Hoje, a avaliação, por meio do grande amálgama que opera entre atividades, setores, organizações e indivíduos desperta uma sedução semelhante, especialmente entre as elites (políticos, empresários e até mesmo sindicalistas).

Sedução: essa é a palavra-chave. A avaliação alimenta uma crença coletiva em sua eficiência por meio de uma sedução multifacetada. Considerando tudo isso, a avaliação não prevalece por causa de suas virtudes, mas apesar de suas fraquezas e contradições óbvias. Ela o faz porque *promete* às nossas sociedades e organizações, mesmo a posteriori, uma sensação de controle sobre os eventos em um período marcado por uma consciência crescente dos limites e da incerteza das intervenções. A sedução dessa nova imagem de poder se baseia em três crenças: uma evidência, uma aspiração e uma estratégia.

Primeiro, a crença na avaliação está enraizada em evidências comuns que não podem ser negadas: quem não mudou o comportamento por meio de *feedback* reflexivo sobre sua própria ação? A adesão às virtudes da avaliação encontra nessa associação um dos grandes motivos de sua força: é

uma experiência que todos entendem facilmente e que todos estão dispostos a compartilhar. Nesse nível, a reatividade, graças aos retornos avaliativos, faz sentido para todos. Entretanto, o que é parcialmente verdadeiro no nível das experiências individuais não é necessariamente verdadeiro no nível das organizações. Em uma organização, os diagnósticos avaliativos geralmente divergem.

Em segundo lugar, a crença na avaliação baseia-se menos na ideia ostensivamente democrática de que todos devem ser responsabilizados por suas ações e mais em uma aspiração pessoal e competitiva de ser reconhecido e recompensado por seus esforços. A crença na avaliação baseia-se em – e distorce – um dos grandes sentimentos de justiça nas sociedades contemporâneas: a aspiração de ver o mérito individual reconhecido em seu justo valor. É claro que ninguém é ingênuo a ponto de ignorar a realidade das desigualdades ou injustiças no mundo do trabalho ou na vida social. Mesmo reconhecendo isso, todos acreditam na avaliação porque, basicamente, todos aspiram a ver seu diferencial de envolvimento pessoal recompensado.

Em terceiro lugar, a crença que impulsiona o governo da avaliação é estrategicamente organizada e instrumentalizada por um grupo específico de atores, cuja realidade até nos convida a renovar a noção de tecnocracia. Os avaliadores, confiando em suas habilidades técnicas, operam tanto em nome do bem público (como eles o concebem) quanto de seus próprios interesses (a defesa da racionalidade dos procedimentos de avalia-

ção). Essa tecnocracia de um novo tipo é ainda mais assustadora porque, ao contrário dos membros mais visíveis da elite globalizada, ela se apresenta como um grupo social com fronteiras pouco nítidas, operando nos setores público e privado, nacional e internacionalmente, e baseando suas habilidades e, em última instância, seu poder na capacidade de dominar as ferramentas de avaliação e coleta de dados. O governo da avaliação é uma arma eficaz para essa nova tecnocracia, uma estratégia de governo que funciona não apesar dos amálgamas, mas por meio deles, um novo exemplo do processo de padronização das crenças da elite (Abercrombie, Hill e Turner, 1987), graças à expansão hegemônica de determinadas orientações comerciais e econômicas (Babb, 2001).

Como detalharemos em outro capítulo, a expansão do neoliberalismo estava ligada a uma governança específica de política pública (Evans e Sewell, 2013). O neoliberalismo é inseparável de um novo paradigma de política pública no qual a filosofia da avaliação desempenhou um papel decisivo. As funções do Estado foram redefinidas para garantir mercados livres e liberdade de escolha, e como o consumo se tornou o principal ato de liberdade na sociedade, o Estado redefiniu suas funções para garantir sua expansão.

O poder que se estabelece por meio do governo da avaliação é ainda mais assustador porque sela uma nova aliança entre o Estado e o mercado, garantindo sua transformação por meio da hibridização recíproca. Por um lado, como vimos, a avaliação

está sob a clara marca do mercado, na medida em que seus critérios de eficiência prevalecem. Por outro lado, no entanto, e em contraste com o projeto liberal de um mercado autorregulável, o governo da avaliação reforça o papel da administração e até mesmo facilita a afirmação de procedimentos centralizados, uma vez que, muitas vezes, é o Estado que controla os processos, ditando os objetivos, avaliando-os e sancionando-os à luz dos resultados. Essa aliança estratégica alimenta e reforça a crença compartilhada das elites, privadas e públicas, no governo da avaliação. Resultado: independentemente de os sistemas de saúde ou de educação serem primordialmente públicos ou privados, em todos os casos, seu gerenciamento, por meio da avaliação, aumenta o poder dessa nova tecnocracia.

* * * *

A avaliação se tornou uma filosofia de governo verdadeiramente metastática. E é nessa forma que ela deve ser alvo de críticas. Isso explica o raciocínio desenvolvido neste capítulo. A crítica à avaliação não deve se limitar a um caso ou área específica, mas deve levar em conta a ampla gama de processos e princípios pelos quais ela opera. Ela vai ao encontro de sua sedução geral: os limites identificados em um domínio são, muitas vezes, imaginativamente cancelados por supostos benefícios existentes em outros domínios. Essa ilusão exige um trabalho crítico, tanto mais necessário quanto as sociedades contemporâneas não se libertarão tão facilmente da regra da avaliação. A aliança de crentes e o amálgama de realidades que a avaliação provoca

estão muito bem estabelecidos para que se possa esperar uma liberação rápida. A avaliação sela uma articulação *sui generis* entre controles, crenças e hierarquias.

Capítulo 6

REINVENTANDO O CONTROLE SOCIAL INFORMAL

A expansão e a primazia dos controles, no que diz respeito ao governo dos indivíduos, não é visível apenas no nível do Estado ou de novas técnicas, mas também, não sem surpresas, em todas as outras áreas – no governo do comportamento público. Como veremos, esse processo combina a reviravolta das hierarquias e a reformulação dos controles.

Uma das maneiras mais consensuais pelas quais a sociologia clássica descreveu – e elogiou – a passagem da sociedade tradicional para a moderna está associada à transição das sociedades predominantemente rurais para as urbanas. Como os sociólogos da Escola de Chicago observaram, seguindo os passos de Simmel, a cidade produziu uma nova experiência de liberdade por meio de seu tamanho, densidade e heterogeneidade (Wirth, 1984), o que implicou o declínio do controle social informal e o surgimento de um senso de emancipação por meio da possibilidade urbana de anonimato.

Neste capítulo, desenvolveremos a hipótese de que a era digital transforma radicalmente essa situação à medida que novas modalidades de controle social informal surgem e se consolidam, alterando o anonimato habitual de muitas interações urbanas.

I. Modernidade ou o fim do controle social informal?

Se o anonimato era, antes de tudo, o resultado de uma experiência urbana, ele também estava associado ao dinheiro. Georg Simmel associou esse processo à generalização do uso do dinheiro por meio de uma relação dialética. O declínio do controle social comunitário informal favoreceu a primazia do dinheiro sobre a honra; a primazia do dinheiro sobre a honra acelerou o declínio do controle social comunitário. O dinheiro também possibilitou o rompimento, por meio da generalização dos salários e do caráter impessoal das relações capital-trabalho, das antigas dependências personalizadas (mesmo que, como Marx apontou, os indivíduos livres fossem obrigados a vender sua força de trabalho).

Ambos os processos nunca foram unilaterais. Em seu aspecto estritamente econômico, a transição da primazia da honra para o dinheiro foi mais complexa; ela envolveu, como o romance procurou mostrar ao longo do século XIX e até mesmo na primeira metade do século XX, uma tensão social e cultural entre a aristocracia e a burguesia, tensões estruturadas por rivalidades, mas também por casamentos: os burgueses comprando, por meio de alianças nupciais, os atributos e as qualidades de linhagem e prestígio que somente a linhagem e a honra ainda podiam transmitir.

A crise e a abolição de privilégios, o fim do *status* hierárquico (nobreza, guildas) deram lugar à igualdade legal em socieda-

des marcadas por desigualdades econômicas. Nesse sentido, se a modernidade não é de forma alguma a única sociedade a se confrontar com a questão da civilidade (pense em Castiglione ou Gracia, os moralistas do Grande Século na França, e muito antes deles os conselhos romanos ou gregos de boas maneiras), o assunto foi abordado sob uma nova perspectiva. O motivo é óbvio. A conscientização era inseparável de uma perspectiva política porque a necessidade de reconhecer que as sociedades igualitárias, como as sociedades aristocráticas no passado, precisavam de regras de civilidade e cortesia, formalismos e formalidades (Raynaud, 2013), para regular as interações entre indivíduos iguais e anônimos, tornou-se rapidamente aparente (Raynaud, 2013).

O triunfo do comércio (economia) e da liberdade (política) teve de reconhecer e respeitar o espaço necessário da polidez (social). A questão das formas de interação tornou-se um dos principais problemas da sociedade moderna (Sennett, 1979; Hall, 2013). A polidez não era desprovida de elementos aristocráticos, mas a reflexão era de natureza diferente: como garantir a deferência e a cortesia recíprocas entre cidadãos legalmente iguais? A diferença de pensamento entre a polidez e a civilidade, por um lado, e a galanteria entre os sexos, por outro, é explicada em grande parte pelas hierarquias diferenciais naturalizadas que permaneceram em vigor no último caso.

Apesar dos discursos de emancipação, as sociedades modernas descobriram que era imperativo ter categorias interativas

diferenciadas de acordo com a posição social, o sexo ou a idade (mas também em muitas sociedades com base em considerações raciais) em torno de civilidade, cortesia, tato, galanteria, protocolo etc. Na sociologia, ninguém entendeu melhor esse problema do que Erving Goffman.

Se nas grandes cidades modernas houve um deslocamento dos controles sociais informais (típicos de vilarejos ou assentamentos humanos pouco povoados), o processo foi, no entanto, mais complexo. O entusiasmo e, principalmente, a unilateralidade da visão de Simmel eram excessivos. Já na década de 1960, Jane Jacobs (2011) destacou a multiplicidade e a diversidade dos "olhos nas ruas" e as maneiras pelas quais eles reinventavam as formas de controle social urbano. Por trás do aparente anonimato espacial, como Kaufmann (2011) mostrou em relação à gestão de seios nus na praia, há uma produção muito importante de regras e controles entre o lícito, o tolerado e o transgressivo.

Resumindo: os controles sociais informais nunca desapareceram nas sociedades modernas, mesmo que se reconheça a transformação provocada pelo anonimato urbano. É dentro desse quadro geral que se deve observar a reinvenção inesperada dos controles sociais *informais*. A reviravolta das hierarquias estatutárias e o surgimento de desafios surpreendentes ao anonimato produzem novos controles sociais.

II. O aumento da visibilidade

A seguir, nos concentraremos especificamente na reinvenção do controle social *informal*. O último termo é decisivo. Como vimos em outros capítulos, o aumento dos controles designa vários processos e fatores.

1. Visibilidade e controle

o que nos diz respeito, novos processos de "pan-vigilância" se expandiram, vários deles institucionalizados pelos Estados: uso generalizado de câmeras; controles biométricos e reconhecimento facial; *scanners* em aeroportos e, em alguns países, em estações de trem ou metrô; uma explosão no número de pessoas monitoradas por GPS; várias formas de rastreamento comportamental na Web e nas redes sociais para combater a evasão fiscal; o uso, para fins judiciais, de registros de uso de cartão de crédito, chamadas telefônicas, e-mails, *tweets*, geolocalização etc. Em nome da segurança coletiva, esses processos violaram uma certa ideia de privacidade (Lyon, 1994; Whitaker, 1999).

Essa pan-vigilância estatal está assumindo cada vez mais a forma de pan-vigilância social por meio, por exemplo, de *spywares* de venda livre que possibilitam a leitura de e-mails de terceiros, mas também graças a toda uma gama de novas tecnologias digitais que quantificam o comportamento e transmitem incessantemente informações sobre cada um de nós (localização, práticas sociais, consumo, dados sobre nosso estado de saúde

etc.). A extensão desse processo é tamanha que até mesmo o poder intrusivo das tecnologias é obscurecido: as pulseiras eletrônicas têm mais do que uma semelhança passageira com os relógios inteligentes do Google, apenas porque em ambos os casos são transmitidas informações constantes sobre a localização do usuário e, no caso do Google, uma grande quantidade de outros dados (Harcourt, 2020, p. 114-118).

Esses processos, nos quais as tecnologias digitais desempenham um papel importante, transformaram a questão da visibilidade pública (Heinich, 2012), generalizando um novo imperativo tirânico de visibilidade (Aubert e Haroche, 2011). Em apenas algumas décadas, a questão do anonimato foi completamente derrubada. A autoexposição, seja na mídia ou nas redes sociais, é valorizada em detrimento da discrição. Se o anonimato nunca foi, a rigor, um valor na modernidade (uma era sempre marcada pelo desejo de fama e reconhecimento), ele foi, no entanto, pensado como um meio de emancipação, como um meio de desfrutar de uma forma particular de liberdade do olhar inquisitivo dos outros. O reinado da visibilidade subverte essa ordem das coisas.

Nesse contexto, muitos indivíduos agem para aumentar sua visibilidade de várias maneiras: pagando para serem mais visíveis e mais bem expostos nas páginas do Google ou Facebook; pagando para serem mais visíveis e até mesmo listados em *sites* de comparação de preços de voos, hotéis, restaurantes; com estratégias de visibilidade por meio de citações complacentes entre pares ou publicações em periódicos de credibilidade cien-

tífica muito duvidosa etc. Ser e ter de se tornar visível são imperativos normativos na sociedade atual a tal ponto que o DSM-V, o grande manual americano de transtornos psiquiátricos, em sua edição de maio de 2013, deixou de caracterizar o narcisismo como uma patologia e o tornou apenas uma síndrome (Namian e Kiroauc, 2015).

Estão surgindo novas capacidades de vigilância, pressão, censura, escrutínio, rastreabilidade e informação por meio das quais os atores exercem *informalmente* controle uns sobre os outros. As modalidades de acesso a informações sobre terceiros aumentaram em relação a históricos de empréstimos, dívidas, hipotecas ou ativos, e é cada vez mais comum que um empregador visite a página do Facebook de um de seus funcionários para conhecê-lo "melhor". Isso não é de forma alguma anedótico. Em alguns países, seja por meio do Estado ou de redes informais, o histórico ou a presença de determinados criminosos sexuais (especialmente em casos de pedofilia) é divulgado entre os vizinhos, mesmo depois de terem cumprido suas penas de prisão.

A era digital vulgarizou e tornou planetário o *Who's Who* (que ainda existe em versão impressa), por meio, por exemplo, de práticas habituais de consulta da identidade de alguém na Web, seja em mecanismos de busca ou em *sites* especializados, como o Webmii (no qual a visibilidade, medida pela presença ou repercussão nas redes sociais, dá uma nota 10 às grandes celebridades mundiais e, a partir desse ápice, declina as outras notas de notabilidade). Essas práticas também são comuns no Face-

book, Instagram ou YouTube, sem mencionar os *sites* reservados à notoriedade ou ao estabelecimento de classificações em determinadas profissões (das quais o mundo acadêmico está repleto). Tudo isso fez com que o termo inglês *to stalk* se difundisse em vários outros idiomas.

Todos os indivíduos agora têm um eu analógico e um eu digital. Para todos, a existência digital faz parte da vida social por meio do acúmulo de rastros e dados, realidade em vídeo, fotos, mensagens e *selfies*. Se a mineração involuntária de dados é uma prática frequente em várias plataformas (Zuboff, 2020), o império da visibilidade faz com que muitas pessoas decidam livremente compartilhar certos indicadores de si mesmas nas redes sociais para estimular seu automonitoramento alimentar ou suas práticas de corrida.[39] Em outros casos, para serem selecionados em vários processos de *matching*, associação e correspondência digital (locais de encontro, ingresso na universidade, doação de órgãos), os indivíduos também transmitem livremente dados pessoais (Simioni e Steiner, 2024).

Veremos em outro capítulo as consequências das TICs em termos de enunciação e inteligibilidade na esfera pública, mas é importante entender aqui o que elas introduziram em termos de aparência e formas de apresentação dos indivíduos. Um novo lugar de aparição se consolida na esfera pública, que está dissociada, diferentemente do passado, de um espaço político orientado para a tomada de decisões coletivas (Vitalis, 1999, p. 12-13).

39. Práticas desse tipo já surgiram na década de 1960 com as dietas dos Vigilantes do Peso [*Weightwatchers*] (e pode-se até fazer uma analogia com as associações dos Alcoólicos Anônimos), mas o fenômeno agora está assumindo uma dimensão totalmente nova.

A visibilidade é suficiente. A pólis, a esfera política, não é mais, como Arendt (1994) nostalgicamente a entendia, o lugar por excelência da publicidade e do surgimento de grandes ações. As TICs mudam a situação. Se a glória e a fama estavam voltados para a posteridade, a visibilidade está ancorada no presente. Se a primeira exigia o olhar da arte e a voz de terceiros (sobretudo artistas e historiadores), a segunda é fruto de um verdadeiro trabalho de autoempreendedorismo. Nesse sentido, se a fotografia já significava uma primeira inflexão maciça na experiência da aparição, seu escopo era infinitamente menor do que o que pode ser visto com as TICs. A aparência realmente deixa de ser o monopólio da glória, da fama ou das hierarquias. Em seu lugar, espalha-se a celebridade e, em seu rastro, a visibilidade generalizada. Como já observamos, até mesmo a conhecida frase de Andy Warhol está obsoleta: não se trata apenas do fato de que agora todos têm alguns minutos de celebridade na vida, mas de que um número cada vez maior de pessoas organiza suas vidas com o claro desejo de sair do anonimato, um desejo que a visibilidade na Web pode satisfazer mais ou menos momentaneamente.

O desejo de visibilidade força ou induz os indivíduos a se submeterem a um formato comercial de si mesmos. O importante não é mais explorar a intimidade (como nas autobiografias ou nos diários íntimos dos séculos XIX e XX), mas saber como se promover por meio de *selfies*, botões "Curtir" em várias redes sociais, a apresentação de si mesmo no Facebook, fotos no Instagram, vídeos no TikTok. A visibilidade está ao alcance de todos. É difícil datar o início desse processo, mas a fronteira talvez possa ser

traçada até o final da década de 1980, quando o primeiro *reality show* foi produzido nos Estados Unidos. A inversão do olhar foi imediata. O que passou a ser objeto de interesse e atenção não foi mais apenas a vida das celebridades (algo que continua a atrair interesse, como mostram as grandes tiragens das revistas especializadas), mas também a vida cotidiana das pessoas comuns. A visibilidade e a aparência se tornaram mais difundidas.

A inversão é tão profunda que a questão da visibilidade se torna política e dá origem a controvérsias sobre o direito à imagem ou a diferença de visibilidade entre grupos sociais na mídia (Macé, 2006). Todos, mais ou menos, estão reivindicando um direito igual de aparecer, em detrimento do que era imposto pelas hierarquias: as chamadas minorias visíveis e os brancos; as minorias sexuais e as famílias heterossexuais casadas; as pessoas conhecidas, mas não totalmente visíveis, e os desconhecidos, nunca famosos.

O imperativo da visibilidade transformou o significado e o valor do anonimato, mas, acima de tudo, permitiu a renovação de várias estratégias de controle social informal.

2. Por que o controle social informal está sendo reinventado?

O desejo de saber sobre o outro, aquele com quem interagimos, especialmente se ele for anônimo, sempre foi um desejo social. Por isso, era comum pedir referências sobre alguém (o que ainda é uma prática frequente) no momento, por exemplo,

de um contrato de trabalho. Em outras palavras, é dentro desse antigo anseio de conhecer (e avaliar) aqueles com quem interagimos que devemos entender o que a Web permite: ela possibilita, do ponto de vista técnico, satisfazer as curiosidades recíprocas entre as partes que interagem.

Esse, contudo, não é o único motivo. O questionamento do anonimato também se deve ao fato de que, na sociedade atual, cada vez mais interagimos *à distância* com pessoas que não conhecemos e, muitas vezes, fora de qualquer relacionamento social estruturado. Esse é o ponto crucial da questão. O anonimato urbano era entre os habitantes da cidade, todos eram estranhos uns aos outros, mas isso não significava que não era possível "saber" quem era quem: vestimenta, modo de transporte, hábitos, características fenotípicas denotavam posição de classe e, por muito tempo, denotavam-na com grande poder de previsão. Em outras palavras, apesar do anonimato, geralmente se sabia com quem se interagia. Como Roberto DaMatta (1978) analisou no Brasil, quando alguém no ambiente urbano transgredia, por não perceber ou não respeitar a hierarquia social e cultural, a reprimenda era imediata: "Você não sabe com quem está falando". Na sequência do exposto, para manter a exclusividade de um grupo, a sociabilidade digital leva ao estabelecimento de novos controles, como o acesso a determinados sites, em que a adesão está subordinada à aceitação dos outros membros (como era e é o caso em muitos clubes).

Esses modos de tipificação social são colocados em xeque quando as interações ocorrem com atores distantes e não

presenciais, às vezes até com um mínimo de troca por meio do idioma. Em outras palavras, sem a possibilidade de recorrer às formas usuais de tipificação social. Nesses casos, o desejo de saber quem é o outro aumenta. Dependendo do grau de problematização para tipificar alguém, surgem situações diferentes. Nos intercâmbios na Web, ainda é possível tipificar uma pessoa por sua linguagem escrita (um recurso comum em locais de encontro); em muitas cidades, à medida que aumenta o número de pessoas que não são residentes (Martinotti, 2017) (turistas, pessoas de passagem...), isso se torna mais complexo, mas não impossível; a dificuldade muda nos intercâmbios com pessoas do mesmo campo profissional, mas que trabalham em outras sociedades nacionais, o que aumenta o desejo de saber com quem se está interagindo etc. Na sociedade chinesa, tradicionalmente marcada por formas ancestrais de desconfiança impessoal, esse anseio é particularmente urgente: dada a escala das transformações (econômicas, sociais, culturais etc.) e o rápido crescimento das cidades e das classes médias consumidoras, o medo de *puanzi* (golpes) é generalizado. Para evitá-los, é essencial saber com quem você está interagindo (Hvistendahl, 2018).[40]

Entretanto, como já mencionamos, esse desejo não se limita a relacionamentos sociais de longa distância ou não estruturados. Desfazer o anonimato não é o único objetivo. É possível até mesmo pensar que o objetivo principal muitas vezes é outro: conhecer outras (e mais) facetas das pessoas com as quais interagimos normalmente. Isso também é importante. Para os

40. O problema não é novo em si. No final do século XIX, em Buenos Aires, uma cidade em que a cada duas pessoas uma então era estrangeira, o problema da confiança entre estranhos também era grande e foi resolvido por meio de códigos de honra específicos (Gayol, 2000).

sociólogos clássicos, à medida que, nas sociedades modernas altamente diferenciadas, os indivíduos cruzavam muitos e muito diversos círculos sociais, as interações só nos permitiam nos relacionar a partir de e com uma única faceta dos outros e de nós mesmos (Simmel, 1999, p. 417). É esse enquadramento relacional que as novas estratégias de *perseguição* violam.

III. Cinco reinvenções

Os processos que apresentaremos a seguir são distintos uns dos outros, embora cada um deles possa, à primeira vista, parecer uma manifestação de uma sociedade de transparência. O termo não é satisfatório. Como veremos, se a transparência é o resultado desse conjunto de práticas, o que está em questão é uma reinvenção dos controles sociais informais por meio da problemática da visibilidade.

As hierarquias sociais nunca eliminaram totalmente a força das pressões de grupo e, nas sociedades modernas, elas até aumentaram (o que Tocqueville chamou de tirania da maioria). A reviravolta das hierarquias abre um conjunto totalmente novo de arenas e conflitos, pois as deferências interativas são impostas de forma menos mecânica do que no passado, por meio de intimidação simbólica imediata. Cada um dos quatro principais *status* das sociedades modernas (classe, gênero, idade, etnia) perdeu a aura simbólica, dando lugar a várias reinvenções de controles sociais informais.

1. A reinvenção da publicidade

As TICs e suas possibilidades em termos de aparência e análise da vida dos outros participam da reinvenção de antigas formas de controle social informal. No que diz respeito à dimensão do controle real do comportamento dos outros, as semelhanças são impressionantes. Na França, nos séculos XVII e XVIII, as práticas de *charivari*[41] eram frequentes. Se a gama de causas e tipos de manifestação era ampla, uma delas merece nossa atenção: o caso dos festivais noturnos organizados sob a janela de um aldeão cuja esposa supostamente estava se entregando a práticas adúlteras, com o objetivo expresso de fazer com que o homem, sob a pressão do coletivo, resolvesse "controlar" sua esposa (Tilly, 1986). Como deixaremos claro daqui a pouco, havia uma inegável ambiguidade no charivari. Não se tratava apenas de tornar públicos atos privados, mas havia também uma dimensão performativa e prescritiva muito forte (o homem, sob o controle e a pressão coletiva, era forçado a fazer algo). Lembremos que, em alguns países, para combater os inadimplentes fiscais, os nomes dos devedores são tornados públicos há alguns anos.

Hoje, as redes sociais e a Web renovam os mecanismos informais de pressão social por meio de práticas nas quais tornar públicos determinados comportamentos se torna o objetivo principal, um processo no qual a fofoca e o boato se tornam indistinguíveis (Sarlo, 2018, p. 42). Em quase todos esses casos,

41. "Charivari (em alemão: Katzenmusik; em inglês: skimmington) é um termo para um costume popular em que um desfile simulado era encenado por uma comunidade acompanhada por uma serenata dissonante. Uma vez que a multidão pretendia fazer tanto barulho quanto possível, batendo em panelas e frigideiras ou qualquer coisa que surgisse, esses desfiles eram muitas vezes chamados de música bruta."(Wikipedia, N. do T.: disponível em: , acesso em 09.04.25.)

trata-se de formas *involuntárias* de publicidade impostas a um ator: viralização de imagens de videovigilância, fotos íntimas "roubadas", circulação de tweets de pessoas famosas (ou menos famosas); *bullying* ou chantagem digital entre adolescentes (tornar público o segredo de alguém); sem esquecer os casos de denúncia ou publicidade de condutas adúlteras nas redes sociais etc. A tudo isso se soma, em uma tênue e osmótica fronteira entre o controle do trabalho e o controle social, a exposição pública das notas obtidas pelos professores universitários (em avaliações de satisfação realizadas pelos alunos); o *upload* na Web, por alunos do ensino médio, de trechos de um curso ou imagens de um professor do ensino médio em sala de aula (geralmente desfavoráveis ao professor) etc. A distância entre o eu analógico e o eu digital, ou o que o último nos permite saber do primeiro, dá origem a várias formas de mortificação subjetiva (Harcourt, 2019, cap. 8).

2. A reinvenção da difamação

Embora tenha ligações com o processo anterior, nesse caso o controle social informal vai sistematicamente além da conversão de um evento privado em público e até mesmo além da ambiguidade do charivari tradicional. Na Web, surgem novas capacidades de denegrir (do latim *dehonestare*), que visam a desonrar, criticar ou insultar uma pessoa, questioná-la em sua moralidade ou comportamento, por meio de um olhar de repúdio e sanção social, geralmente independente de qualquer sanção legal.

A pressão dos colegas sempre foi uma forma temível de punição. Hoje em dia, não é menos, mas, dentro desse *continuum*, a Web aumentou muito seu escopo e virulência. Com base em testemunhos ou acusações de vítimas, *sem* ou antes de qualquer sanção judicial, indivíduos ou reputações são questionados. A panóplia de ações sancionadas é muito diversa, pois os atos de sanção de grupo incluem, no mínimo, casos de escracho (quando um grupo de cidadãos denuncia alguém publicamente), ataques à reputação em redes sociais, comentários anônimos em *sites* etc.

Entre esses processos, um deles é particularmente importante, o movimento #MeToo. Nesse caso, o controle social informal foi explicitamente concebido e mobilizado como um instrumento de luta contra as hierarquias e agressões de gênero, e até mesmo como uma arma de emancipação.[42] O que é rejeitado e denunciado são os abusos e as agressões (até recentemente vivenciados por alguns como "privilégio" de gênero) associados a diferenças hierárquicas de estatuto e poder. Em outras palavras, o empoderamento das mulheres (especialmente das mulheres com maior capital econômico e cultural) desafia a hierarquia estatutária masculina, que, por sua vez, de acordo com algumas análises, molda várias expressões da chamada crise da masculinidade, especialmente entre os homens com menos recursos culturais e econômicos.

O que nos interessa aqui é enfatizar o repertório de ações que é mobilizado. No caso da campanha do movimento #MeToo

42. Entretanto, de acordo com alguns historiadores, as formas mais extremas desse abuso e agressão, como o direito de pernada, eram mais um elemento imaginário do que uma prática real no passado. V. Vigarello (2000).

para denunciar agressões sexuais, a ação vincula a publicidade à denúncia e a denúncia à difamação. Tal denúncia estabelece a opinião pública como um tribunal do qual não se pode recorrer. Por várias razões (o estatuto de limitações, a natureza da legislação atual etc.), poucas das denúncias que são tornadas públicas chegam aos tribunais ou recebem uma decisão judicial. Entretanto, isso não impede que as pessoas acusadas vejam sua reputação ou honra destruídas, suas oportunidades de emprego desapareçam ou sejam restringidas, a deserção de seus patrocinadores etc., *antes* ou independentemente de qualquer condenação legal.

Assim como no caso do escracho[43], pode-se ser favorável ou não a esse modo de ação. Pode-se até reconhecer a necessidade desse tipo de conduta, dada a inércia de certas práticas abusivas ou situações de impunidade. Isso, porém, não esconde a realidade de uma abordagem que é uma poderosa reinvenção e instrumentalização do controle social informal. Um curso de ação que muda o princípio segundo o qual a inocência é presumida e a culpa é provada (um elemento legal importante do Estado de Direito) para uma situação em que, sob a força do controle social informal, um indivíduo é denunciado *sem* e *antes de* qualquer decisão da justiça.

Alguns concluirão que a questão legal é engolida pelo julgamento moral. Na realidade, o processo é mais complexo. Cer-

43. Em alguns países, as práticas de escracho foram direcionadas a pessoas acusadas de crimes contra os direitos humanos que, por não terem sido julgadas pela lei, legitimam, aos olhos de alguns atores, o recurso a práticas de ostracismo social (ou vingança) que são e apresentadas como práticas de justiça em um contexto de injustiça.

tas doutrinas jurídicas contemporâneas tentam conciliar a presunção de inocência com o que chamam de provas suficientes da acusação, ou seja, a declaração de uma vítima de estupro/agressão sexual é aceita porque o testemunho da vítima deve ser acreditado por princípio (à medida que o testemunho não é contraditório, é consistente com outras provas disponíveis, não há fatores evidentes de inimizade etc.). Em muitas situações de agressão sexual, dada a habitual assimetria de poder entre as pessoas envolvidas, mas também a dificuldade em fornecer provas, esse é, sem dúvida, um aspecto compreensível e necessário para se obter justiça, mas esse princípio não isenta do devido processo legal. É aqui que surge o problema. A condenação nas redes sociais e as consequências na vida social do acusado precedem em muito o tempo da justiça e, em alguns casos, até contradizem o que acaba sendo sancionado em um processo judicial.

A inversão da situação atual em relação a um passado não tão distante é radical. Durante muito tempo, as mulheres foram as principais vítimas do controle social informal (sua honra era destruída, por exemplo, quando perdiam a virgindade fora do casamento e, portanto, geralmente tinham de aderir a regras rígidas de fidelidade ou decoro). Os boatos e as fofocas eram uma arma eficaz para o controle e o domínio das mulheres; hoje, na era digital, o mesmo acontece com certos homens.

Obviamente, denunciar uma agressão sexual da qual se foi vítima não é a mesma coisa que ser um empreendedor moral. O

anseio por justiça e reparação inerente à primeira forma de ação contrasta com o exercício de dominação e poder visível na segunda. Apesar dessa diferença fundamental, no que diz respeito ao modo do governo interindividual, em ambos os casos se trata de um processo de controle social informal, e a relação dessas práticas com uma certa ideia de emancipação é levantada.

3. A reinvenção da censura

O controle social informal também está se reinventando por meio do que pode ser chamado de retorno da censura moral. Além dos controles legais que enquadram o exercício da liberdade de expressão na Web (com base em filosofias nacionais muito diferentes) ou da censura política em regimes autoritários, um novo espaço moral para julgamento e denúncia está sendo consolidado. Se, por um lado, circulam na Web opiniões proibidas criminalmente, bem como boatos, mentiras ou *notícias falsas*, por outro lado, a pressão moral às vezes impede a publicação de imagens, textos ou discursos que, no entanto, são permitidos por lei.

O problema não é a Web. Estamos testemunhando uma transformação da sensibilidade coletiva e da tolerância em relação à liberdade de expressão. O politicamente correto é uma expressão extrema e, ao mesmo tempo, banal desse processo. O exemplo é, acima de tudo, menos anedótico do que parece. Trata-se de um movimento inclassificável: sem dúvida, ele liberta certas identidades dos estigmas e estereótipos de que são vítimas, mas, por outro lado, produz todo um novo arsenal

de controles e censura que outros atores percebem como uma verdadeira coerção coletiva. Por trás do politicamente correto, certos atores, antes hierarquicamente dominantes em termos de etnia ou gênero, vislumbram um novo equilíbrio de poder que eles denunciam, incentivados por certos partidos políticos, como uma tirania da minoria ("Não podemos mais dizer nada"). De qualquer forma, aos olhos desses atores, consolida-se assim um tipo de controle social informal que é mais uma polícia de palavras do que uma polícia de formas e maneiras.

Essa polícia linguística e o controle social informal que a sustenta são uma variante importante da antiga censura. A busca por expressões ofensivas ou palavras que possam chocar ou ferir outras pessoas torna-se o limite dessa nova fronteira da sociabilidade. A sensibilidade de cada indivíduo não só deve ser respeitada mas também se torna o termômetro de uma nova exigência de sociabilidade.

Se, no início da década de 1980, a generalização do humor e do riso foi interpretada como um dos grandes sinais do advento da insossa pós-modernidade (Lipovetsky, 1983), o crescente controle sobre os comediantes convida a uma interpretação diferente. Não apenas é cada vez mais evidente que um comediante só pode fazer piadas sobre o grupo étnico ou a orientação sexual do qual faz parte, mas muitas vezes até mesmo esse tipo de humor está sujeito a controle.

O *New York Times* decidiu, depois que uma caricatura foi percebida e denunciada por alguns grupos como antissemita,

eliminar as caricaturas satíricas em sua edição internacional em julho de 2019 (uma decisão que já havia sido tomada para a edição nacional nos Estados Unidos um pouco antes). Uma decisão que, em termos de liberdade de expressão, deve ser avaliada em relação à controvérsia causada pela publicação de doze charges satíricas sobre Maomé em um jornal dinamarquês em setembro de 2005 e, acima de tudo, pelo ataque terrorista ao jornal satírico francês *Charlie Hebdo* em janeiro de 2015.

Em 1967, Milan Kundera, com seu romance *A piada*, propôs uma crítica ao regime totalitário da Tchecoslováquia, onde uma piada de mau gosto poderia se tornar a causa da desgraça institucional. No ano 2000, Philip Roth, em seu romance *The Human Stain (A mancha humana)*, conseguiu descrever uma situação sob alguns aspectos semelhantes na vida dos *campi* universitários nos Estados Unidos. Entretanto, as situações descritas nos dois romances não são totalmente análogas. Em um deles, a censura e a punição do humor são feitas em nome da ordem social. No outro, a reprovação institucional e social de certas expressões verbais é feita em nome da sensibilidade coletiva. Assim, o politicamente correto nos obriga a repensar além, ou talvez contra, a dimensão tradicionalmente libertadora e iconoclasta do humor – uma dimensão emancipatória e crítica da ordem hegemônica, conforme entendida por Bakhtin (1974) –, os danos que as piadas podem causar em outras pessoas. Esses danos seriam evidentes para membros de certas minorias étnicas e inofensivos para certas categorias profissionais (por exemplo, dentistas). As controvérsias sobre piadas e

seus diferenciais de danos estão inseridas em um mundo de tensões de poder assimétricas e generalizadas entre grupos. Não é de surpreender que, dadas as lutas sociais das últimas décadas, sejam os estereótipos racistas e sexistas que estejam na vanguarda do politicamente correto.

4. A reinvenção do olhar

Como já observamos, mesmo em meio ao maior anonimato urbano, a cidade sempre teve olhos. Hoje, os olhos nas ruas se multiplicaram e se tornaram mais nítidos em uma infinidade de olhares, câmeras e telas. A cidade grande está sujeita a uma nova forma de controle social informal.

Essa nova modalidade de controle é diferente daquela que existia nos vilarejos (por conhecimento recíproco, por boatos, por meio do charivari) e se baseia na crescente possibilidade de ser visto e registrado e, portanto, sancionado até mesmo retrospectivamente. Se o aumento do número de pessoal de segurança na esfera pública (pessoas que vigiam metrôs, ônibus, empresas, restaurantes, lojas, discotecas etc.) testemunha, à sua maneira, o crescente conflito e a insegurança nas ruas, a generalização de câmeras em espaços públicos corrói o antigo anonimato da cidade moderna. É uma forma coercitiva de governar o comportamento público que, por meio de maiores controles e sanções retrospectivas, modifica o anonimato urbano tradicional.

No entanto, o que é mais decisivo no que diz respeito ao governo dos indivíduos é que a expansão dos olhos digitais é

muito mais ambivalente e menos unilateral do que se acredita. É um fato banal e recorrente: diante de um incidente urbano, a primeira coisa que vários cidadãos fazem é registrar a cena com seus telefones celulares. Em suma, todo cidadão carrega um panóptico no bolso. Assim, a assimetria de poder entre os atores é rompida, pelo menos tendencialmente, seja quando uma câmera urbana registra uma agressão ou quando os cidadãos registram um abuso policial.

Por fim, mas sem esgotar a análise, a multiplicação do número de olhos implica uma perda real do anonimato com consequências significativas para a vida privada de muitas pessoas. Isso fica evidente na bisbilhotagem da vida alheia nas redes sociais, mas é particularmente importante quando se trata da vida privada de *certas* pessoas. De forma análoga ao que é observado no nível da multiplicação desses panópticos individualizados que são os telefones celulares, aqui também a força do controle social informal é inversamente proporcional aos diferenciais hierárquicos. Em muitos casos, quanto mais "alto" se está, menos privacidade se tem. Em algumas situações, foi possível até mesmo falar de uma inversão do significado original do olhar panóptico (Leclerc, 2006). Não é mais apenas uma minoria que vigia/observa uma maioria (como no panóptico de Bentham), mas, em várias outras situações, é a maioria dos indivíduos comuns que olha para uma minoria (sem que esta última necessariamente deseje ser examinada). Graças à multiplicação de olhares, o controle social informal "do abajo" aumenta seu poder de regular o comportamento "do arriba".

Como mostrou o trabalho de Erving Goffman (1973), a preocupação com a melhor apresentação possível de si mesmo é um aspecto muito importante da vida social. Um processo no qual os atores empregam uma infinidade de estratégias interativas (individuais ou em equipes). É exatamente essa vontade que transforma a multiplicação e o escrutínio crescente e involuntário de um indivíduo pelos olhos dos outros. Cada vez mais, tem-se acesso aos bastidores da apresentação de si mesmo, aos bastidores, às facetas menos honrosas de certas pessoas, o que dá origem a recriminações (rumores, fofocas etc.) e induz a uma crescente internalização de códigos de boa conduta.

5. Reinventando a civilidade

Embora sem esgotar o fenômeno, também é possível distinguir uma quinta reinvenção do controle social informal. Sua especificidade é que ela aparece, em parte, como uma consequência colateral da generalização do governo da avaliação. Emolduradas por várias organizações e amplamente divulgadas na Web, as avaliações de satisfação que os indivíduos dão aos serviços que receberam estão se multiplicando. Nos banheiros de muitos aeroportos ou locais públicos, por exemplo, os usuários são solicitados a expressar sua satisfação com a ajuda de apenas três botões, uma maneira sub-reptícia de transformar cada usuário em parte de uma equipe que monitora o trabalho realizado pelos funcionários.

Na superfície, é simplesmente uma questão de satisfação do cliente. Na verdade, de forma mais ou menos sub-reptícia, é

uma questão de controle entre os atores. O dono do restaurante, o hoteleiro, a agência de viagens, todos sabem que provavelmente serão avaliados e, mesmo que uma avaliação ruim geralmente não tenha consequências excessivamente dramáticas, eles temem seus possíveis efeitos. Entre alguns desses atores, a pontuação e a classificação obtida (que eles querem preservar ou melhorar a todo custo) tornam-se até mesmo uma preocupação constante.

Além disso, algumas plataformas ou programas de aplicativos de serviços, como o Uber, implementaram o princípio da avaliação mútua entre indivíduos. Após cada serviço, tanto o cliente quanto o motorista atribuem uma nota de acordo com sua satisfação. Essa modificação aparentemente banal é suficientemente importante para que dediquemos um pouco mais de atenção a ela. Por mais surpreendente que possa parecer, estamos testemunhando um repensar, ainda que tímido, da assimetria de poder do capital econômico.

Pela primeira vez em muitas décadas, o capital econômico tem, no que diz respeito ao governo dos indivíduos, um oponente sério e surpreendente no controle social informal. Ou, para ser mais preciso, pela primeira vez desde a subjugação da lógica da honra ao imperativo do dinheiro, estamos testemunhando a construção progressiva de um sistema de avaliação e sanção moral dos indivíduos, relativamente autônomo em relação ao capital econômico.

Uma forma de rastrear a civilidade de cada indivíduo está surgindo e se expandindo. Embora os detentores de capital eco-

nômico tenham, sem dúvida, recursos que lhes permitem evitar ou neutralizar esses controles (e, assim, continuar a dar vazão à sua arrogância), a situação atual tem a aparência de uma verdadeira novidade. A civilidade e o comportamento social ("crédito social"), julgados por vários usuários ou provedores de serviços, mas também em alguns países (como a China) por agências estatais, são usados para estabelecer a pontuação geral de um indivíduo em uma plataforma ou escala de classificação social. Essa é uma prática que não é usada apenas pelos serviços da Uber, mas também está presente em plataformas de compartilhamento de carros, como a BlaBlaCar, em que a prioridade do serviço depende da pontuação que a pessoa tem como usuário ou motorista. A natureza nefasta da disseminação desse novo modo de controle social informal é denunciada ainda mais rapidamente porque seus vínculos com a vigilância estatal (como é o caso da China) são óbvios e potencialmente ilimitados (Hvistendahl, 2018). De fato, alguns cidadãos na China são impedidos de pegar o avião porque ouviram música muito alta ou passearam com o cachorro sem focinheira (Koenig, 2019, p. 252). O desenvolvimento técnico desafia a concepção de privacidade que foi cunhada há alguns séculos e potencialmente dá aos regimes autoritários novas armas e poderes (em contraste com os regimes democráticos e as liberdades e a privacidade que eles supostamente garantem).

Porém, esse perigo político oblitera uma dimensão infinitamente mais ambivalente dessa nova forma de controle social informal. A saber, o fato de ser um sistema de avaliação paralelo àquele imposto pelo capital. Para ilustrar isso, vamos usar

um episódio da série britânica *Black Mirror*, na qual, como uma distopia, é apresentada uma sociedade na qual, após cada interação, os indivíduos avaliam uns aos outros (primeiro episódio da terceira temporada, "Nosedive"). Todo mau comportamento, expressão de mau humor, arrogância, falta de civilidade são avaliados negativamente, fazendo com que a pontuação geral (a classificação social, digamos, o capital de simpatia de um indivíduo) diminua, o que incentiva as pessoas a serem gentis, cordiais, a terem boas maneiras. Se seguirmos esse episódio da série (mas isso é algo que, de outras formas, já está começando a acontecer em certas áreas da China), essa pontuação de simpatia torna possível ter acesso ou não a certos bens/serviços ou ter acesso melhor e mais rápido a eles. Em outras palavras, e aqui está o ponto essencial, a pontuação de simpatia não substitui o capital econômico (é *sempre* necessário ter dinheiro disponível para poder comprar um bem ou serviço), mas a pontuação de simpatia pode limitar o raio de ação do dinheiro (mesmo que você tenha o dinheiro, talvez não consiga usá-lo devido a uma baixa pontuação de simpatia).

Até que ponto essa forma renovada de controle social informal se estenderá? Embora as dimensões distópicas sejam fáceis de perceber, há também facetas mais ambivalentes: será que os "que têm" verão seu poder limitado ou corroído por esse sistema paralelo de avaliação e controle? Essa não é necessariamente uma questão menor. Como qualquer funcionário que trabalhe no setor de serviços sabe, a arrogância e a expressão pública de mau humor são características arraigadas entre muitos

indivíduos dotados de capital econômico. Será que esse novo controle social informal conseguirá corrigir a civilidade dos ricos?

É claro que as muitas maneiras pelas quais o capital econômico pode alterar ou enganar o capital simpatia são óbvias. Essa não é a questão. O interessante é que, no capitalismo moderno, um novo controle social informal é reinventado e expandido, podendo se tornar um mecanismo para governar o comportamento, independentemente do poder coercitivo das instituições estatais e do dinheiro. É aí que reside a verdadeira novidade. Nesse modo de governo, o controle não é imposto pelo olhar panóptico do Grande Irmão, mas pela infinidade de olhares horizontais de vários irmãos.

* * *

Os cinco modos de reinvenção que acabamos de apresentar são diferentes uns dos outros, mas cada um deles implica uma metamorfose do anonimato e um questionamento da tese sociológica clássica do declínio do controle social informal nas sociedades modernas.

Já em 1951, David Riesman (1981) percebeu, em *The Lonely Crowd*, a inadequação de tal interpretação. Se o indivíduo *voltado para o interior* [*Inner-directed*] ou autocentrado, foi capaz de afirmar sua autonomia em relação ao ambiente, isso se deveu a um tipo de individuação que foi possível em um determinado estágio do desenvolvimento da modernidade. Por outro lado, a expansão das grandes corporações e as novas exigências de ca-

ráter que nelas se moldam tendem a substituir esse perfil, dando origem ao indivíduo *voltado para o outro* [*Other-directed*] ou heterocentrado, um indivíduo que é particularmente sensível ao olhar e ao julgamento dos outros.

É dentro dessa grande mudança na sociabilidade moderna que a atual reinvenção do *controle* social informal deve ser entendida. Os indivíduos não agem mais por adesão conciliatória a determinadas normas, mas são obrigados a respeitá-las porque estão cientes da consolidação de novas formas de controle e pressão do grupo. O indivíduo autocontrola seu comportamento porque teme as consequências que suas ações passadas, avaliadas ou registradas possam ter no futuro; porque teme a possível publicidade de vários aspectos de sua vida privada; porque teme ser condenado por suas piadas ou senso de humor.

Tudo se sobrepõe: o aprofundamento da tirania da maioria e a multiplicação dos olhares; a prescrição generalizada da visibilidade e a generalização involuntária da divulgação de certas facetas do eu; os discursos sobre transparência e a redefinição dos limites entre o público, o privado e o íntimo; a extimidade como um novo regime de autodivulgação e a denúncia pública de comportamentos considerados negativos.

No entanto, e isso é uma profunda contradição, o ressurgimento dos controles sociais informais que apresentamos coincide – de forma altamente problemática – com o declínio relativo do poder regulador de "o que as pessoas vão dizer". Muitos mandatos sociais sobre bom gosto ou prescrições sobre modéstia,

recato e até mesmo humildade perderam seu poder *coercitivo*. Sob o imperativo da visibilidade e a expansão do narcisismo, o importante não é mais necessariamente manter as aparências, mas saber como se vender e atrair a atenção nas redes sociais. A correção do comportamento público por meio de controles sociais informais está em declínio em diversas situações. Em alguns casos, como nos relacionamentos urbanos entre adultos e jovens anônimos, o controle social desapareceu. Por outro lado, em outros grupos sociais, como os adolescentes, o domínio do olhar do grupo foi reforçado.

Em resumo: estamos testemunhando uma nova e surpreendente reviravolta na história do controle social informal.

3

- Parte três -
CRENÇAS

Capítulo 7
CRÍTICA À TESE DA IDEOLOGIA DOMINANTE

Durante muito tempo, as crenças foram, e em parte ainda são, o cerne de muitas teorias de dominação, cuja proposição básica pode ser facilmente resumida: é por meio da socialização, da internalização e da incorporação que se estabelecem as alavancas mais duradouras do governo dos indivíduos. Apesar da diversidade de abordagens, no fim das contas, trata-se sempre de uma mesma tese: o poder está alojado na mente dos indivíduos.

A afirmação de uma primazia tendencial dos controles sobre as crenças e hierarquias não nega, de *forma alguma*, qualquer papel para esses fenômenos, mas exige uma compreensão das maneiras pelas quais as transformações estruturais modificam o papel das crenças no governo dos indivíduos. Vamos nos concentrar em quatro questões principais: a ideologia dominante, os processos eleitorais, a esfera pública e a crença na dominação total.

I. Ideologia, dominação e consentimento

Sejam os hábitos de servidão voluntária ou os mecanismos de legitimação da ordem social, a ideologia destaca a importância dos fatores culturais na manutenção e na renovação da dominação. Pierre Bourdieu (2012), como vimos, chegou a

propor uma correção da definição de Max Weber para o Estado, caracterizando-o como "o monopólio legítimo da violência física e *simbólica*". A ideologia desempenha um papel decisivo em muitas teorias de dominação.

A noção de ideologia designa tanto um padrão geral de imposição cultural uniforme em uma sociedade quanto um processo específico de obscurecimento cognitivo dos atores (Boudon, 1986, p. 81-102). Além das diferentes formas em que pode ser concebida, a ideologia é o meio pelo qual uma classe ou um sistema de dominação se impõe, oculta e encobre. Como um mecanismo para a produção de consciência, ela faz parte do processo de conhecimento e ignorância que constitui a dominação (Marx e Engels, 1976,p. 44). A ideologia se limita à superfície das coisas (a aparência) sem compreender a realidade (a essência). No entanto, e talvez por isso, ela é sempre suscetível de ser penetrada pelo conhecimento científico ou crítico, pois, apesar de sua influência, não passa de um véu evanescente, resultado, sempre circunscrito e parcial, da totalização das representações a serviço dos atores dominantes. Graças às ideologias, a dominação inscreve na ordem do mundo um modo de funcionamento duradouro, que acaba sendo percebido como natural e evidente. A dominação se torna legítima.

Entretanto, nas sociedades contemporâneas, várias transformações estão questionando a relevância dessa concepção de ideologia.

[1] Em primeiro lugar, mesmo que certos autores continuem a defender a hipótese de uma ideologia dominante (por exemplo, como veremos em detalhes no caso do neoliberalismo), é necessário reconhecer que a imposição ideológica nunca ocorre em termos tão homogêneos e globais como se supõe e, mais amplamente, que *nunca* poderia ter ocorrido dessa forma no passado, dados os limites tradicionais de sua difusão.

De fato, é mais correto dizer que a ideologia dominante funcionou como um mecanismo cultural de federação dos grupos dominantes, e não como um mecanismo de fabricação da consciência dos dominados (Abercrombie, Hill e Turner, 1987). Como já evocamos e veremos em outros capítulos, referindo-nos a diferentes trabalhos históricos e sociológicos, a diversidade efetiva das representações coletivas sempre foi muito grande em todas as sociedades. Tanto que é necessário reconhecer que as ideias da classe dominante não são nada além das ideias da classe dominante, que é precisamente o que dá a esse ator a maior coerência social e cultural (algo que é muito visível nas últimas décadas em relação às crenças econômicas), mas que não são necessariamente as ideias majoritárias de uma sociedade. O ponto é importante porque, se é possível concordar com a unidade cultural das elites, com sua adesão comum, por exemplo, a um número restrito de soluções econômicas, isso não permite, de forma alguma, concluir empiricamente sobre a presença desse consenso ou da justificativa ideológica da desigualdade nos outros estratos sociais (Piketty, 2019).[44]

44. Além disso, até mesmo os proponentes desse tipo de parceria são forçados a reconhecer, com relutância, os limites da ideologia dominante (Dixon, 1998, p. 107).

Na realidade, a notória hibridização ideológica observável no nível das experiências pessoais se traduz na afirmação, na esfera pública, de um conjunto de interpretações sociais dominantes (Touraine, 2007), que, se conseguem impor certa unidade discursiva em uma sociedade, não podem mais ser associadas a uma ideologia no sentido forte do termo. Isso significa o seguinte: qualquer que seja a força de uma visão, como é o caso hoje do neoliberalismo, como ideologia dos principais atores políticos e grupos dominantes, ela está longe de definir o conteúdo efetivo da consciência da maioria dos indivíduos.

A separação de um sistema *único* e global de imposição cultural está se tornando cada vez mais evidente. Dito de várias maneiras, essa observação enfatiza o fato de que, devido à diferenciação social, os atores são constantemente solicitados e estão em constante tensão entre demandas contraditórias. A sociedade deixa de ser atravessada por um único projeto global e se torna, na melhor das hipóteses, um campo de atrito entre lógicas parciais autônomas. Se a vida social é sempre suscetível de ser analisada sob a influência de várias formas de dominação e controle, elas raramente são sincronizadas entre si.

A experiência dos indivíduos ainda é marcada pelos efeitos de organizações poderosas, mas eles não conseguem mais estruturar suas vidas de forma global e homogênea, como acontecia em parte nas sociedades industriais do passado. Daniel Bell (1982) foi um dos primeiros a fazer essa afirmação, observando as disjunções entre as exigências culturais do modernismo (au-

torrealização do eu), os princípios da sociedade política (participação e autonomia) e os imperativos da produção (disciplina e obediência). A diversidade irredutível de orientações e experiências normativas às quais os indivíduos estão sujeitos em uma sociedade (Dubet, 1994), mas também a diversidade de maneiras pelas quais os atores se relacionam com as normas (Araujo, 2009), introduzem limites óbvios, na forma de tensões, no que diz respeito ao trabalho de inculcação ideológica.

[2] A tese do véu cognitivo dos atores também tem muitas inadequações: como podemos deixar de levar a sério o aumento potencial das competências críticas dos atores e como essas dominações não reveladas ainda podem estar ativas com tanta força depois de mais de um século e meio de interpelações críticas? Como os estudos de Luc Boltanski (1990), entre outros, mostraram, os atores têm competências que não devem ser subestimadas, especialmente em termos de sua capacidade de estabelecer equivalências entre situações, o que lhes permite realizar o trabalho comum de denunciar a injustiça.

Na realidade, o desafio é entender simultaneamente essa expansão das competências críticas e a permanência da dominação. Essa equação e os diferentes equilíbrios que podem ser adotados devem se tornar o principal objeto de reflexão. Nesse sentido, como temos feito desde o início deste trabalho, não há razão para falar de uma crise geral de legitimidade. No dia a dia, os atores continuam a funcionar e a respeitar a maioria das regras e autoridades estabelecidas. Entretanto, as adaptações às

regras não são mais experimentadas, ou o são apenas muito raramente e temporariamente, com o caráter óbvio que a teoria da dominação assume e atribui à eficácia simbólica de formas duradouras e legítimas.

É claro que estamos muito longe de viver em um mundo de igualdade, mas a percepção crítica das relações naturalizadas de subordinação aumentou inegavelmente: no local de trabalho, nas relações entre homens e mulheres, nas faixas etárias e assim por diante. As desigualdades e as hierarquias precisam ser constantemente reforçadas e, portanto, tornam-se cada vez mais visíveis e cada vez menos naturais. O trabalho de crítica tem penetrado progressivamente no senso comum, a ponto de, pelo menos intelectualmente, nenhuma dominação ser aceita por si só, a menos que seja justificada por considerações funcionais estritas. Portanto, é necessário abandonar a ideia de um véu cognitivo constante e único em favor de uma multiplicidade de formas cognitivas, com diferentes doses e razões para a aceitação das regras, que vão da adesão à alienação e até mesmo à má-fé.

[3] Entretanto, é necessário ir além da observação do aumento das competências críticas entre os atores. De fato, a ideia de que a dominação é mantida pela internalização de uma ideologia dominante é provavelmente a afirmação mais discutível na sociologia da dominação. O fato de não haver manifestação explícita e aberta de protesto não significa que não haja resistência. Fantasias, sonhos, rumores, piadas, a inversão imaginária de situações (“o mundo ao contrário” tão frequente entre os escravos

e os movimentos milenaristas, mas também temporariamente nos carnavais), a arte da dissimulação, enfim, todos os discursos e práticas ocultos são formas de expressar, mesmo que de maneira tendenciosa ou subterrânea, uma raiva, humilhação ou desaprovação que a dominação busca justamente reprimir ao coagir o consentimento (Scott, 2000).

É um grande erro desvalorizar essas atitudes. No fundo, como James Scott demonstrou de forma tão convincente, trata-se da maneira usual pela qual os dominados tomam a palavra para criticar os poderosos – atitudes mais constantes e ocultas do que a mobilização coletiva mais valorizada politicamente e, certamente, menos visíveis do que seus discursos públicos. Esses discursos ocultos são constantes porque a capacidade efetiva das classes dominantes de deter essas palavras é sempre limitada. Dos quartéis de escravos aos alojamentos dos trabalhadores, dos vários reagrupamentos femininos entre mulheres à proliferação de piadas em regimes totalitários, nenhuma forma de dominação foi capaz de erradicá-los definitivamente. O fato de muitas vezes não haver uma manifestação explícita e aberta de protesto não significa, de forma alguma, que não haja resistência no nível das consciências, da infrapolítica, da impolítica ou mesmo no nível das táticas ou iniciativas dos atores (Scott, 2013, p. 50; Esposito, 2005; Certeau, 1980).

Essas descobertas têm sido tão abundantes e tão difundidas ao longo da história que é de se admirar a sedução da tese da ideologia dominante. Sua força decorre, em parte, de uma con-

fusão. Não há necessariamente uma naturalização da dominação ou a adesão consentida dos dominados, mas simplesmente um acordo, pelo menos aparente, entre suas práticas e a ordem social existente. No entanto, essa aceitação prática não impede protestos mais ou menos secretos. Além disso, o aparente respeito pelas regras não é contraditório com o desejo reprimido dos dominados de abalar a ordem social, porque muitas dessas regras são, com frequência, simplesmente tomadas como regras habituais ou costumeiras, sem quaisquer implicações subjetivas. Em outras palavras, ao contrário do que a tese da ideologia dominante enfatiza, *o mundo imaginário e discursivo dos dominados sempre escapa da inculcação cultural homogênea*. Pelo contrário, no nível factual, eles são forçados a se conformar com as regras de uma ordem social que percebem como um sistema mais ou menos inquebrável. A conclusão é evidente: os dominados são menos limitados no nível do pensamento e do discurso do que no nível da ação e da luta política (Scott, 2000, cap. IV).

A dominação pode impor o enquadramento prático do dominado, mas não o consentimento voluntário. Na mesma linha, Scott também critica corretamente a ideia de que tais palavras e práticas são uma fuga calculada para permitir a própria manutenção da dominação. Não apenas os atores dominantes sempre buscam se opor e extirpar essas atitudes, mas a presença delas está, muitas vezes, na própria origem de muitos movimentos sociais, como demonstra uma literatura substancial. Em suma, as lutas sociais são constituídas quando esses discursos ocultos ocupam o centro do palco e se tornam discursos públicos. Sua

presença, porém, não é de forma alguma um fator de manutenção da dominação, mas sim um potencial sempre virtual e inextirpável de protesto social que mostra os limites da ideia de uma adesão total e definitiva dos dominados à sua dominação.

A realidade desse espaço irredutível à dominação, a consciência do dominado, mas também sua capacidade de promover heteroações, está sendo novamente questionada hoje por certos estudos neurocientíficos, sem que se tenha conseguido provar a validade do determinismo. A dominação total e *definitiva* da consciência dos dominados é o fantasma recorrente das classes dominantes e a grande fantasia ideológica dos clérigos.

[4] A dominação não se esconde mais, como afirma o modelo da ideologia dominante, por trás de uma aparência enganosa. Em vez disso, ela opera por meio da dispersão de eventos, códigos, descontinuidade de práticas, profusão e explosão de sinais que se rebelam contra sua inserção em um todo organizado. O processo de aumento da visibilidade das coerções, ao qual já nos referimos, modifica profundamente o problema do consentimento dos dominados. A mudança é tal que um dos maiores desafios do trabalho crítico é entender como práticas de dominação transparentes e criticadas podem permanecer ativas e coercitivas.

O desafio não é revelar a essência da dominação por trás da ilusão ideológica. A crescente visibilidade da dominação como coerção por meio de controles, após o enfraquecimento de suas dimensões propriamente ideológicas, marca os limites da antiga

estratégia de revelação crítica. Provavelmente, não há metáfora mais precisa para designar essa situação do que a proposta por Jean-Michel Berthelot (1993, p. 181-183) para descrever o processo de orientação escolar: um labirinto de vidro no qual os indivíduos, sempre vendo tudo, paradoxalmente só podem se desviar, revelando-se incapazes de se transformar, literalmente submersos pelo que olham e pela maneira como o veem. Em suma, as coerções da dominação são cada vez mais exercidas por meio da transparência e em meio a uma diversidade de críticas que as revelam.

Essa é uma mudança importante. Na versão da sociologia da reprodução, era, por exemplo, por meio da legitimação de uma cultura de classe arbitrária que a escola participava da dominação social. Tratava-se de uma função que ela cumpria tanto melhor quanto mais a ocultava por meio de diferentes processos de ignorância que garantiam a correspondência funcional entre os interesses dos grupos dominantes e o sistema educacional. A suposta neutralidade da escola era um engano necessário para o funcionamento do sistema. Essa crença permitiu que o sistema educacional colocasse a serviço de sua função externa de preservação social uma lógica interna de funcionamento (Bourdieu e Passeron, 1970). A situação é muito diferente quando tornar as coerções visíveis se transforma em um mecanismo de dominação. Os indivíduos têm menos a sensação de serem confrontados com processos opacos ou ocultos do que a de serem privados de recursos para lidar com um sistema escolar que lhes apresenta uma gama de opções tão transparente quanto fechada.

A ilustração é ainda mais significativa porque muitas teorias críticas continuam a revelar a cadeia multicausal de fenômenos. De forma análoga à narrativa de muitas reportagens de jornal, a cadeia de processos estruturais que explica uma situação de dominação do trabalho é apresentada e desconstruída: as condições de produção em nível local; as formas de coerção ou controle que o funcionário sofre diariamente; a concorrência do trabalho no mercado nacional; os limites de avaliação pelos superiores ou o reconhecimento de seus esforços; as pressões sobre a remuneração; e também os efeitos da globalização, sem esquecer a especulação financeira etc. Diante dessa cadeia estrutural de processos "revelados", é muito provável que o funcionário seja imediatamente tomado pelo fatalismo. Como podemos pensar que esse mecanismo analítico pode provocar uma ação crítica? Não é mais viável pensar que essa forma de revelação, que é muito comum na teoria crítica, produz manifestações de fatalismo social?

Esses desenvolvimentos mudam a forma como olhamos para as dimensões culturais da dominação, ainda mais porque é difícil continuar a pensar na cultura principalmente em termos de seu papel na manutenção das práticas sociais (Bauman, 1999). Não vivemos mais em um universo assim, mesmo que grande parte da sociologia tenha dificuldade em reconhecer isso e em aceitar as consequências. Às vezes, os indivíduos continuam a agir de acordo com as definições impostas, mas em muitas outras ocasiões, dada a elasticidade da vida social, os acordos são fragmentados e a ambivalência ou a contradição normativa são impostas. A dominação é transformada. Ela ainda opera, às

vezes, impondo certas formas de pensar, mas *também* se poupa da preocupação de impor uma visão coerente ao depender essencialmente de coerções percebidas e apresentadas como tal.

O vínculo unívoco entre um sistema de representação e uma ordem social, que até um tempo atrás era considerado necessário, enfraqueceu. Estamos testemunhando não apenas o declínio de uma imposição cultural uniforme, mas, de forma mais ampla, o estabelecimento de mecanismos de dominação que progressivamente tornam a economia de uma submissão por consentimento e imposição de natureza cultural (Bauman, 1988; Martuccelli, 2001). Seja em nível social, isso é teorizado como consequência de uma sociedade altamente diferenciada, como indica Luhmann, ou como resultado de um processo patológico de colonização sistêmica, como Habermas prefere afirmar, o importante é o reconhecimento tendencial que isso implica em relação à primazia dos princípios de integração sistêmica sobre os de integração social. Ou, para ser mais preciso, das coerções sobre o consentimento por meio de um *continuum* sociotécnico de coordenação de ações (Martuccelli, 2017a).

[5] É necessário redefinir a noção de ideologia e falar, pelo menos, de uma era de ideologias, no plural, ou seja, de um período histórico em que a vida social (política, econômica, cultural) se torna um objeto explícito e aberto de conflito entre diferentes representações. A experiência moderna é inseparável do conflito de interpretações.[45] Nesse sentido, em vez de falar do fim das ideolo-

45. Para essa crítica do funcionalismo, v. Touraine (1973); para a tese questionável do fim da ideologia, v. Aron (1968) e Bell (1960).

gias, é imperativo reconhecer a impossibilidade de derivar harmoniosamente as normas sociais de um sistema de valores comum (conforme afirmado pelo funcionalismo na década de 1950).

Nada muito novo. Esse deslocamento está no centro da noção de hegemonia de Antonio Gramsci, uma categoria que descreve o trabalho específico e o conflito de representações. Não apenas porque a hegemonia enfatiza a natureza irredutivelmente conflituosa das representações culturais, mas também porque reconhece, por trás do triunfo mais ou menos forte ou momentâneo de uma hegemonia, a continuidade das lutas culturais. Se as classes dominantes têm como objetivo criar um "consenso ativo dos governados" (Gramsci, 1990, p. 120) que englobe a totalidade da cultura e se estenda a todos os estratos sociais (Gramsci, 1983, p. 28), esse trabalho é sempre parcial e sujeito a futuras contestações.

Ao contrário de visões menos dinâmicas da ideologia, a noção de hegemonia nunca pressupõe uma equivalência completa entre a consciência dos atores e a inculcação da dominação (Williams, 1977, p. 108-114 e 121-127). A hegemonia nunca é uma estrutura rígida. Ela é, ao mesmo tempo, parte de uma dominação e um lugar de resistência, um enquadramento e um espaço rebelde a qualquer estrutura definitiva (Gramsci, 1991, p. 337 e s.).[46] A cultura é sempre dividida em elementos integrados à hegemonia dominante, elementos residuais cujo papel é indeterminado (podem ou não ser incluídos na hegemonia) e elementos antagô-

46. Daí a atenção que Gramsci sempre deu ao folclore, onde ele previa a presença de uma concepção de mundo própria de certos grupos subalternos, oposta às concepções dominantes ou oficiais.

nicos que são suscetíveis de fazer parte de contra-hegemonias alternativas. Em outras palavras, a dominação e a coerção do consentimento nunca são absolutas; nenhuma hegemonia alcança o controle total da consciência das classes subalternas.[47]

Assim, a hegemonia destaca, ao contrário do que supõem as concepções mais deterministas e menos dinâmicas da ideologia dominante, o caráter constantemente agonístico da vida social, algo visível em todos os momentos, como veremos, no nível da esfera pública. A maneira pela qual os conservadores, neoliberais ou libertários tomaram consciência dessa realidade é inseparável da "batalha cultural" por meio da qual eles questionam a hegemonia keynesiana do pós-guerra ou o "wokismo".

Na verdade, porém, as hegemonias dominantes só conseguem articular em parte, e às vezes em um único domínio social, a diversidade de significados disponíveis em uma sociedade. Embora isso não signifique que a noção de dominação e o trabalho de coagir o consentimento sejam negados a qualquer aparência de realidade para o benefício exclusivo da noção de poder e seus jogos assimétricos, significa que, por trás das hegemonias que realmente existem, o amálgama constante de elementos heterogêneos deve ser reconhecido. Assim, a economia de mercado pode, por exemplo, criar um sistema e aliar-se ao individualismo liberal, mas também à crítica artística, ao *asiatismo*, ao rigoroso autoritarismo islâmico ou a um retorno aos valores

47. Os Estudos Culturais são uma das expressões mais articuladas dessa perspectiva. A cultura (em suas várias manifestações: significados, formas, símbolos, discursos) e sua relação com o poder são estudadas em relação à dominação. Entretanto, diferentemente de outras interpretações, os autores dessa corrente enfatizam a possibilidade de emancipação presente em toda situação de dominação, graças à possibilidade de múltiplas resistências ativas na cultura popular.

conservadores. Dada a elasticidade da vida social, a incompatibilidade intransponível entre os elementos é muito menos conclusiva do que afirma grande parte da literatura crítica. Nada disso exclui a existência de orientações estruturalmente dominantes, a começar pela mercantilização da vida social, que, enfatizada por Marx desde a segunda metade do século XIX, faz com que os atores se curvem em quase toda parte. Tudo se desenrola na incisa entre duas vírgulas: quase em toda parte. Apesar do inegável poder da mercantilização, a vida social também é atravessada por lógicas opostas, conduzidas por conservadores (em nome de valores morais ou religiosos), socialistas, anarquistas, ecologistas ou liberais. Reconhecer o poder da mercantilização no mundo de hoje não significa aceitar a ideia de uma vida social sujeita apenas aos imperativos do que o dinheiro pode comprar (Sandel, 2014). Uma variedade de atores limita sua influência, resiste ou se opõe a ela.

[6] Isso não exclui o fato de que a economia se tornou, nas sociedades contemporâneas, uma questão de crença, de representação, de um estado de espírito que se apodera de certos atores graças a toda uma série de diagnósticos que são regularmente apresentados como conhecimento sólido e que, no entanto, são marcados pelo ferro da incerteza (Galbraith, 2004). Nesse sentido, é necessário abordar a economia como a esfera a partir da qual o horizonte do possível e do impossível é traçado nas sociedades contemporâneas (Martuccelli, 2014a), governando, assim, mentes e práticas.

Assim como a religião ou a política fizeram no passado, a economia moldou um verdadeiro regime de realidade, porque seus princípios são impostos tanto às elites quanto à opinião pública. Assim como os outros regimes de realidade, esse regime se expande, tornando-se o que alguns chamariam de ideologia dominante. Entretanto, em uma análise mais detalhada, trata-se de uma dimensão mais ampla que deveria ser caracterizada como o grande imaginário coletivo de uma época.

Um grupo variado de atores colabora para a consolidação e a construção desse imaginário, incluindo economistas profissionais, analistas de situações econômicas que trabalham para Estados ou instituições financeiras, divulgadores e autores de manuais de gestão, jornalistas econômicos (cuja presença e influência nos últimos anos aumentaram consideravelmente com a expansão dos canais contínuos de informação), sem esquecer os tomadores de decisões políticas. É por meio de todos eles que o discurso econômico penetra e estrutura as ações e representações sociais, dando forma a uma verdadeira pedagogia de massa que é contínua e onipresente. Esse aspecto, a escola Durkheimiana já havia enfatizado, desde o início do século XX, ao destacar o papel decisivo desempenhado pelas representações econômicas no funcionamento normal da vida econômica (Steiner, 2005).

Essa nebulosa de atores constrói e mantém, por exemplo, o otimismo ou o pessimismo dos atores políticos e financeiros, dependendo das situações que eles detectam – na verda-

de, procuram construir – em nome de seu acesso especializado à realidade. É uma infinidade de comentários que, por meio de controvérsias, tomadas de posição e efeitos de comunicação, estabelecem, com base em restrições reais, o imaginário de limites intransponíveis e a ideia da necessidade imperativa de *uma* única resposta possível. Por trás do trabalho de decifrar a realidade está uma estratégia cujo propósito básico é menos detectar tendências objetivas do que influenciar a opinião pública, impondo certas decisões econômicas como inevitáveis (muitas vezes por meio de estratégias políticas disfarçadas). Essa nebulosa de atores garante a transferência e a transformação do conhecimento especializado em senso comum.

Todas essas representações econômicas não estão, contudo, muito distantes do que os cidadãos realmente pensam ou sabem? Não é verdade que, apesar das variações significativas entre países e grupos sociais (em termos de categorias socioprofissionais, gênero ou idade), os indivíduos geralmente têm um conhecimento muito limitado ou irregular dos fatos econômicos? (Isso também é verdade para muitos formuladores de políticas). Sim, sem dúvida. Como muitos estudos empíricos demonstraram, o conhecimento econômico é geralmente baixo ou insuficiente entre os cidadãos, mas isso não questiona a força da economia como um importante imaginário social de nosso tempo e, acima de tudo, como uma crença compartilhada entre os principais atores (Lebaron, 2000). Nesse ponto, as sociedades contemporâneas não são diferentes das do passado. Os membros do povo também já tiveram um conhecimento irregular das doutrinas po-

lítico-teológicas, mas isso nunca impediu que essas doutrinas definissem, por meio de sua adoção pelas elites, quais eram os limites da realidade (Abercrombie, Hill e Turner, 1987). É até possível afirmar que essa ignorância mais ou menos generalizada foi um recurso suplementar para seu estabelecimento e imposição.

Embora não devamos superestimar o nível real da cultura econômica da população, nem prejulgar o alcance efetivo do discurso econômico nas mentes dos atores, é importante entender que, além do grau de conhecimento real que os cidadãos têm da economia e dos fatos econômicos, isso não impede – e talvez ajude – a construção de um dos grandes imaginários sociais de nosso tempo em torno da economia. O triunfo de um imaginário talvez só seja verdadeiro quando ele se impõe na mente dos indivíduos com total desconhecimento da causa.

Agora, um imaginário social – os grandes significados sociais fundamentais sobre os quais um mundo se desenvolve (Castoriadis, 1975; Taylor, 2004) – não é uma ideologia: é uma realidade infinitamente mais ampla que se presta a interpretações profundamente heterogêneas. Certamente, poucas coisas se tornaram tão óbvias hoje em dia quanto o recurso *inevitável* a certas políticas econômicas apresentadas como impostas pela ordem factual do mundo. Porém, muito além da ortodoxia econômica atual, é indispensável reconhecer que, dentro do imaginário econômico, outras políticas foram e são possíveis, algo em que tantas visões econômicas heterodoxas ou críticas insistem. No final das contas, sempre há alternativas e, portanto, um espaço irredutível para o conflito.

É por isso que, além das mobilizações instrumentais e ideológicas às quais a economia está sujeita (cujo vigor é bem atestado pelo acrônimo TINA – mais uma vez "não há alternativa"), é importante reconhecer e distinguir, além de qualquer instrumentalização ideológica, o papel da economia como um importante imaginário social coletivo. Nesse sentido, o papel desempenhado pela economia no mundo contemporâneo não se reduz a uma questão técnica, científica ou mesmo política ou ideológica. Sua função é muito mais significativa, pois participa do estabelecimento de um imaginário compartilhado sobre o mundo e seus limites.[48] Um imaginário compartilhado que se presta a uma pluralidade de leituras antagônicas.

[7] Em resumo, é difícil aceitar a afirmação de que existe em nossas sociedades uma ideologia dominante verdadeira e única que, ao mesmo tempo, garante a legitimação da ordem social, a ocultação da dominação, a unificação da sociedade e a desorganização dos grupos subalternos. Apesar da força de certas representações, não existe *uma* ideologia dominante. Defender a hipótese *stricto sensu* de uma ideologia dominante implica afirmar (e, sobretudo, demonstrar) que todas as orientações culturais de uma sociedade são transmitidas de forma homogênea pelos principais grupos de comunicação, que estão a serviço da imposição de uma visão única e que os indivíduos aderem a ela. A mera existência de uma pluralidade de ideologias capazes de

48. Certamente, essa dimensão também tem uma dimensão estritamente ideológica, mas é um erro restringir o trabalho do imaginário coletivo a uma mera função instrumental. No centro da leitura ideológica do limite econômico, conforme resumido por Todd (1999, p. 14), está a ilusão de que "a necessidade econômica explica tudo, justifica tudo, decide para uma humanidade desnorteada que não há outro caminho".

atender a essas condições já é uma prova da dificuldade dessa hipótese. De fato, entendida dessa forma, a noção de uma ideologia dominante pressupõe, se não harmonia, pelo menos uma profunda interconexão e conluio entre os interesses econômicos, políticos, culturais ou militares dos grupos dominantes, o que está longe de ser o caso. Não apenas as diferentes frações das classes dominantes têm rivalidades entre si, mas cada área da vida social é palco de lutas diferentes de natureza econômica, política ou cultural.

Certamente, há traços culturais predominantes, mas daí a atribuir a eles uma funcionalidade necessária para a manutenção da dominação é um passo que a prudência analítica nos convida a não dar. No máximo, a luta hegemônica designa um conjunto heterogêneo de dispositivos de imposição cultural que, além de suas capacidades coercitivas efetivas, definem um espaço permanente de conflito. Se, por exemplo, a crítica aos serviços públicos e ao Estado de bem-estar social facilitou várias privatizações (ou a liberalização, ou seja, a abertura à concorrência econômica, de vários serviços públicos), isso não foi capaz de impedir a defesa ou a expansão do sistema público de saúde (mesmo na Inglaterra ou nos Estados Unidos) ou de eliminar, por enquanto, o forte apego dos cidadãos ao Estado de bem-estar social em várias sociedades europeias.

Nas últimas décadas, entre os vários aspirantes que reivindicam uma posição hegemônica dentro das ideologias dominantes, nenhuma proposta teve mais ascendência do que

o neoliberalismo. No entanto, sua implantação planetária não assumiu a forma de um programa único e homogêneo, mas se transformou em uma variedade de estratégias, dependendo dos diferenciais de resistência que encontrou. Como Peter Hall e Michèle Lamont (2013) apontam em seu estudo de balanço crítico, o neoliberalismo não deve ser visto como uma ideologia dominante capaz de estruturar as relações sociais e as mentes dos indivíduos de maneira global, mas, ao contrário, precisa ser analisado como uma doutrina sujeita a diversas resistências e reinterpretações.

A seguir, com base nos resultados empíricos da pesquisa realizada em um país pioneiro do neoliberalismo – o Chile –, tentaremos mostrar, em ressonância com outras experiências nacionais, os limites da tese do neoliberalismo como ideologia dominante.

II. Neoliberalismo: um estudo de caso

Há mais de 50 anos, o Chile foi o primeiro laboratório global de um projeto político, econômico e social que acabou sendo chamado de neoliberalismo (Harvey, 2007; Escalante Gonzalbo, 2016). Por meio da transformação dos princípios de proteção social, da privatização da educação, da previdência social e da saúde, do consumo e do crédito, que se tornaram elementos estruturantes das relações sociais e da vida pessoal, foi construída uma nova sociedade competitiva, baseada na valorização da

ambição pessoal e na confiança no próprio esforço. Em outras palavras, um tipo particular de sujeito neoliberal teria se consolidado no Chile.

O objetivo final do projeto político implementado desde 1973 não era apenas transformar radicalmente as regras do jogo partidário ou o eixo da economia, mas também produzir um tipo de individualidade de acordo com as exigências do modelo neoliberal. A questão se torna mais precisa. Se não se questiona a força das mudanças econômicas estruturais produzidas na sociedade chilena, qual é o grau de consentimento ou adesão dos indivíduos às políticas implementadas desde 1973? Como deve ser entendida a tese do neoliberalismo como ideologia dominante no Chile?

Como veremos, o processo tem sido tudo menos unívoco, a tal ponto que sua implementação encontrou formas inesperadas de recepção, gerou diversas resistências e conheceu grandes limites.[49] Ao contrário de muitos trabalhos que supõem, sem muitas evidências, uma ligação estreita entre as mudanças na matriz sociopolítica ou na economia e as consciências individuais, proporemos conclusões mais matizadas e contraditórias a partir do exame crítico de suas principais dimensões, com base nos resultados de pesquisas empíricas (Araujo e Martuccelli, 2012), algo que a grande maioria dos estudos sobre o neoliberalismo *não faz*.

49. O estabelecimento e a consolidação do modelo neoliberal não foram lineares no Chile, nem durante o regime militar nem após os governos democráticos desde 1990. V. sobre esse ponto, entre outros: Ffrench-Davies (2008); Tironi (2006); Garretón (2012); Castells (2005).

1. Desmobilização social

O projeto do sujeito neoliberal era inseparável de uma estratégia que era inicialmente repressiva e depois fortemente dissuasiva na direção da ação coletiva. O caso chileno deve ser entendido aqui no contexto de um projeto mais amplo cujo objetivo explícito era alterar os pactos sociais impostos após 1945. Isso é verdade tanto no Ocidente (e em suas versões maduras do Estado de bem-estar social), em regimes de economia estatal (na China, depois na Rússia e, mais tarde, nos países do Leste Europeu) ou em relação a modelos nacionais-populares, como foi o caso da América Latina. Esse projeto foi explicitamente uma resposta econômica desenvolvida por algumas elites à queda da taxa de lucro nas economias centrais ou aos limites dos modelos de industrialização em outras partes do mundo, mas também uma resposta política explicitamente repressiva às ondas de mobilização social que se desenvolveram em várias partes do mundo nas décadas de 1960 e 1970.

Essa dimensão repressiva também tomou um rumo propriamente econômico no que alguns não hesitaram em chamar de "golpe de Estado" financeiro de 1979 (Duménil e Lévy, 2000). Naquele ano, o banco central dos EUA decidiu aumentar muito as taxas de juros para conter a inflação, dando assim uma primazia econômica incontestável aos interesses dos rentistas e introduzindo uma mudança estratégica real entre as classes mais altas (Harvey, 2007; Navarro, 2007). Os acionistas ganharam poder sobre os assalariados, e a participação nos lucros aumentou em detrimento dos salários.

A vontade repressiva do regime militar chileno e seu desejo de conter a significativa mobilização social do início da década de 1970 (Touraine, 1974 e 1988; Garretón, 1983 e 2000) conseguiram desativar, graças à repressão, a efervescência social e restabelecer o papel histórico de uma elite econômica e política (Salazar e Pinto, 1999b). Esse projeto de desmobilização política da sociedade não só promoveu a privatização dos sujeitos mas também objetivou "extinguir o caráter 'político' dos indivíduos" (Salazar e Pinto, 1999a, p. 175). O resultado, mesmo que se reconheça a importância do legado do medo na sociedade chilena (Lechner, 2006), foi muito menos unívoco do que o previsto e pretendido.

Essa ofensiva não impediu a existência de resistência e até mesmo de mobilizações contra a ditadura militar (1973-1990) e, de qualquer forma, o congelamento da sociedade civil foi apenas parcial e temporário. Desde 2006 e 2011, as mobilizações de estudantes secundaristas e universitários, mas, sobretudo, a explosão social de outubro de 2019 (Araujo, 2019b; Martuccelli, 2019 e 2021) forçam uma reconsideração da tese da privatização dos indivíduos. Se nunca houve um retorno aos níveis de mobilização sindical anteriores a 1973, é difícil questionar o vigor da sociedade civil no Chile atualmente.

Porém, o mais importante é que tendência à privatização dos indivíduos não pode ser entendida como um resultado direto da ideologia neoliberal. A busca pela realização pessoal fora do âmbito político é uma característica central do modernismo cultural que se consolidou nas últimas décadas, independente-

mente de qualquer repressão política na América Latina (Sorj e Martuccelli, 2008). Nesse sentido, além dos efeitos diretos da repressão e de seu desejo de propor um modelo privatizado de indivíduos em detrimento de um modelo de participação cidadã, a situação chilena é mais diversa. Não apenas houve, como em outros lugares, o fim de um ciclo público e a transição para um período de privatização dos indivíduos, mas os indivíduos gradualmente deram um espaço maior às suas conquistas pessoais e familiares, por várias razões culturais irredutíveis ao mero neoliberalismo, e se convenceram de que elas não poderiam ser sacrificadas, sem consideração, em nome do compromisso político. Entretanto, o declínio do militante revolucionário, a crescente valorização da vida pessoal e familiar e até mesmo a desconfiança das organizações coletivas não significam, de forma alguma, o abandono total da ação social ou das formas de solidariedade interpessoal.

2. Uma revolução conservadora

O projeto do sujeito neoliberal tentou restaurar certos valores morais, mais ou menos tradicionais, muitas vezes com um cunho religioso, o que tornou a família um dos bastiões da vida social. No início da trajetória chilena rumo ao neoliberalismo, o desejo de associar ordem social, tradição e autoritarismo era manifesto (Brunner, 1992, p. 333-403; Ruiz Schneider, 1988). A família era o ponto de encontro da economia e da religião. Esse não é, de forma alguma, um ponto de menor importância. Tanto o golpe de Estado de 1973 quanto os governos de Thatcher e

Reagan foram chamados, e foram chamados no início, de revoluções conservadoras.

Essa dimensão do neoliberalismo chileno às vezes tende a ser curiosamente ignorada ou minimizada por seus críticos em sua ânsia de enfatizar o advento matricial de um novo modelo de subjetividade baseado na competição generalizada entre indivíduos. Na realidade, a centralidade da família no componente conservador do neoliberalismo no Chile não pode ser ignorada (Thumala, 2007; Grau *et al.*, 1997), especialmente porque, como Nelly Richard (1998, p. 200-201) apontou, houve continuidade nesse registro entre o período militar e os primeiros anos do período da *Concertación*. No primeiro, a família estava associada à pátria e à manutenção da ordem, enquanto, no segundo, a família foi hiperbolizada para fortalecer os laços comunitários.

A importância do jurista e político chileno Jaime Guzmán nesse ponto é inegável. Por meio do guildismo, ele propôs uma articulação entre a primazia do indivíduo, a pessoa, em suas raízes cristãs, e a economia de mercado. Em meio a perspectivas hostis ao liberalismo (nacionalismo, corporativismo), Guzmán conseguiu encontrar, se não uma síntese, pelo menos uma articulação de tradições que permitiu a um setor conservador abraçar o que acabou sendo chamado de neoliberalismo (Cristi, 2011 e 2018). Em outras palavras, ao contrário do que acabou se generalizando, na revolução neoliberal no Chile os indivíduos nunca foram, para dizer o mínimo, para não falar do individualismo, o epicentro do ideal a partir do qual se buscou organizar a vida social após o golpe de Estado.

Entretanto, a articulação ideológica proposta entre o conservadorismo e o neoliberalismo se mostrou fraca. Ninguém entendeu melhor a deriva dessa aliança do que o historiador Mario Góngora (1981). Para ele, na medida em que o Estado era o grande e duradouro ator da sociedade chilena e o verdadeiro formador da nação, o antiestatismo da visão de Guzmán (de inegável inspiração católica), não poderia deixar de levar, de fato, ao predomínio consistente e progressivo da liberdade econômica como eixo principal da sociedade. Embora a síntese de Guzmán tenha marcado a Constituição de 1980, Góngora viu nela o triunfo do individualismo neoliberal e a primazia da privatização e das liberdades econômicas como o principal pilar das liberdades políticas.

Em outras palavras, na prática, a síntese de Guzmán foi uma vitória de Pirro. Progressivamente, os conservadores tiveram de admitir que a síntese estava longe de ser equidistante entre os dois polos. Nada expressa isso melhor do que as críticas atuais que o conservadorismo está direcionando de forma implacável para o que considera ser uma tendência individualista. Críticas com um forte tom moral que questionam o reinado do dinheiro e das coisas materiais, em outras palavras, uma espécie de contradição cultural dentro da direita chilena entre seu apoio ao mercado e sua aversão a muitas de suas consequências. Ao impor o trabalho interminável e o reinado do consumo, o mercado desestabiliza a vida social e os valores tradicionais ao restringir o tempo com a família, os amigos e a prática religiosa. Com o tempo, a aliança ideológica batismal entre os neoliberais e os conservadores se desfez.

3. O triunfo do mercado

O terceiro grande objetivo do neoliberalismo era consagrar o mercado como o princípio geral de regulação das relações sociais. Ele promoveu o princípio da concorrência em todos os níveis da vida social e visava a tornar o sucesso individual o principal pilar da sociedade. Em última análise, o sucesso foi medido em termos monetários e por meio de sua associação com o consumo como o novo princípio da inclusão social.

No Chile, assim como em vários outros países, o neoliberalismo tinha um projeto de refundação da sociedade por meio de uma transformação estrutural da relação entre o Estado e o mercado. Esse processo passou por várias reformas amplamente comuns em várias partes do mundo: privatização de empresas estatais; liberalização (abertura de antigos monopólios estatais à concorrência); desregulamentação econômica e financeira; redução significativa de impostos; introdução do princípio de subsidiariedade do Estado (que deve fazer apenas o que o mercado não pode fazer); cortes tarifários, abrindo a concorrência internacional entre países e aumentando a livre circulação de bens e capital; flexibilização da legislação trabalhista.

Assim, o neoliberalismo produziu uma reorientação da economia para as exportações e o mercado internacional (por meio de um conjunto de políticas do lado da oferta) em detrimento dos mercados domésticos e das políticas do lado da demanda. Essa reorientação econômica transformou os sistemas de proteção social, colocou novas pressões sobre os serviços públicos,

levou a um aumento da desigualdade social em quase todos os lugares e fez do consumidor soberano uma figura central do neoliberalismo (Olsen, 2019). A democracia foi repensada em termos de exigências do mercado.

Entretanto, nada disso se traduziu em uma mera redução do Estado. O neoliberalismo produziu uma reorganização dos grupos de poder. Uma nova articulação entre o capital, o trabalho e o Estado foi implementada em vez de uma simples desregulamentação. A ideia de um mercado aberto e competitivo e de um Estado caro e ineficiente, além de sua caricatura ideológica, nunca desafiou realmente na prática a importância do setor público. O capitalismo moderno é inseparável das políticas públicas, das medidas regulatórias legais e dos recursos de autoridade instituídos pelos Estados. O neoliberalismo foi simplesmente o portador de uma concepção *diferente* do papel do Estado na economia. Assim, ao contrário do que muitas vezes se acredita, as políticas neoliberais não levaram sistematicamente a uma contração dos gastos públicos (Jenson e Levi, 2013); eles foram direcionados para o benefício de novos atores, traçando assim novas fronteiras entre vencedores e perdedores. Em vários países, isso levou a uma concentração do poder econômico em torno de grandes corporações ou oligopólios (Crouch, 2011). Por meio do discurso do Estado subsidiário, houve de fato uma nova captura do Estado (Durand, 2019) e um redirecionamento da renda nacional para os grupos sociais mais ricos. Medidas desse tipo também foram implementadas de forma maciça e duradoura na sociedade chilena, permitindo a formação, sob a

cobertura do discurso da concorrência generalizada, de componentes oligopolistas inequívocos (Ruiz e Boccardo, 2015; Mayol e Ahumada, 2015).

Nesse aspecto, entretanto, a experiência chilena contrasta com o que é observado em outros países latino-americanos, onde as atitudes antimercado são muito mais pronunciadas. No Chile, os setores pró-mercado acabaram tendo um público real, em parte devido aos efeitos que o país experimentou em termos de crescimento econômico. Em um primeiro nível, é difícil questionar a aceitação tácita ou explícita, por um número significativo da população, da cultura de mercado. Durante décadas, vários setores sociais e grande parte do espectro político concordaram que maior liberdade de mercado significava maior crescimento e renda.

Entretanto, o triunfo do mercado não foi organizado em torno da lógica da concorrência, mas em torno da cultura do consumo. No Chile, o consumo, tanto ou mais do que a estabilidade macroeconômica, foi o principal princípio de legitimidade da mudança e do valor dado ao mercado, em contraste com o que aconteceu no Brasil em torno do Plano Real, na Argentina ou no Peru em torno do trauma da hiperinflação na década de 1980. Até mesmo a liberalização econômica e a privatização foram avaliadas positivamente por seus efeitos sobre o consumo.

Em outras palavras, no Chile, nas últimas décadas, foi consolidada uma verdadeira cultura de consumo de massa, que inclusive deu ao consumo um significado cívico especial. No Chile,

e nesse ponto em consonância com outras experiências latino-americanas, a expansão da cultura do consumo afirmou o individualismo, mas, acima de tudo, afirmou uma nova forma de participação e integração social (García Canclini, 1995; Sorj, 2000). A revolução das expectativas produzida pela cultura do consumo gerou, à sua maneira, valores igualitários e, acima de tudo, como os atores populares tiveram progressivamente maior acesso ao consumo, uma experiência diferente de pertencer a um coletivo. A inclusão deixou de ser pensada apenas em termos de participação política e direitos sociais e passou a ser associada à figura do consumidor e às oportunidades econômicas.

Em sua análise crítica do neoliberalismo, Tomás Moulian (1998a, p. 99 e 105) insistiu que não houve expansão da cidadania, mas sim sua transformação. A ideologia do consumo prendeu o indivíduo à família e ao lar, "o cidadão local está orientado para o público-próximo", e o consumismo acabou invadindo toda a vida social. Moulian (1998b) acabou expressando isso com uma fórmula: "o consumismo me consome". Da escola à vida familiar, do trabalho à sociabilidade, tudo foi invadido e pervertido pela mercantilização.

Nessa área, então, estaríamos realmente enfrentando o triunfo inegável da ideologia neoliberal? Aqui, novamente, as coisas são mais complicadas. A valorização do consumo, um fenômeno irredutível ao neoliberalismo e que tem muitas outras facetas inegáveis de sociabilidade (Peña, 2017), foi acompanhada por várias formas de consciência crítica.

Por um lado, é importante lembrar que o horizonte e o anseio pelo consumo não só são muito anteriores ao neoliberalismo (é uma característica importante do modernismo cultural desde o século XIX na Europa e uma característica importante na sociedade chilena no final do século XIX, cf. Vicuña, 2001) mas também tiveram e ainda têm funções extremamente significativas no nível da emancipação feminina como uma forma legítima de se apropriar do espaço urbano e romper com o confinamento da domesticidade (Felski, 1995). Por outro lado, na medida em que o consumo foi incentivado pelo uso e pela generalização do crédito, as experiências progressivas de endividamento e superendividamento, em uma sociedade em que os níveis de renda permaneceram relativamente baixos, produziram muitos desconfortos.

Se o Chile também viveu os "loucos anos 90", como Joseph Stiglitz (2003) chamou o frenesi financeiro e consumista que tomou conta dos Estados Unidos naquele período, o processo foi muito diferente. A euforia era inseparável de um novo clima político (o retorno à democracia); dos primeiros sinais tangíveis de um aumento significativo no poder aquisitivo; e de uma confiança sem precedentes no futuro do país. Em outras palavras, foi o boom econômico acompanhado por um clima geral de otimismo que gerou a euforia do consumo e estabeleceu a base de crédito para o endividamento e, para alguns, a base para o deslizamento para o superendividamento. Foi o momento da festa, retratado com talento pelo cientista social Tomás Moulian no exato momento em que sua realidade esta-

va sendo ofuscada. Contudo, se essa é, sem dúvida, a primeira fase da história da expansão do consumo no Chile, não é a única. Ela foi seguida por um segundo momento de ressaca, uma fase caracterizada pela transformação da morfologia do crédito e do consumo e por um processo de aprendizado coletivo diante de suas sirenes. A transição da festa para a ressaca (Araujo e Martuccelli, 2012) é explicada por uma multiplicidade de fatores, começando com o crescimento comparativamente baixo da participação dos salários em relação aos lucros das empresas (Ramos, 2009), as demandas impostas aos orçamentos familiares pela privatização de muitos serviços ou o crescimento das expectativas (Pérez Roa, 2019).

Ao final desse processo, a relação de muitos indivíduos com o consumo é, no mínimo, ambivalente. O prazer do consumo não desapareceu, nem o nível de endividamento privado diminuiu significativamente (particularmente alto em comparação com outros países da região), mas a euforia ideológica com o consumo foi atenuada, mesmo graças ao desenvolvimento de uma sensibilidade ecológica, mais afirmada na sociedade chilena do que em muitos outros países latino-americanos. O desenvolvimento da sociedade de consumo no Chile não foi, portanto, homogêneo. Os limites e riscos são óbvios demais a falta de dinheiro, crônica. Os *shopping centers* não são uma utopia, o consumo se expandiu, mas sem eliminar as frustrações. O modelo seduz, mas não satisfaz. O consumo é temido em sua capacidade de inclusão excessiva quando engole a escolha pessoal, mas é ainda mais temido em sua capacidade de exclusão quando os indivíduos

são privados dela. A adesão ideológica ao neoliberalismo, quando existe, é inseparável de uma ladainha de discursos críticos.

4. O sujeito neoliberal

O neoliberalismo, em sua projeção ideológica mais ambiciosa, promoveu um novo tipo de sujeito: o empreendedor de si mesmo (Foucault, 2004; Böckling, 2015; Dardot e Laval, 2009). A ideologia do *autoempreendedor* incentiva os indivíduos a assumirem a responsabilidade por seu destino, a se conceberem como empreendedores que devem gerenciar, manter e acumular diferentes formas de capital (estudos, relacionamentos, poupança, riqueza). O antigo individualismo possessivo, típico do liberalismo emergente do século XVII (Macpherson, 1962), foi reinventado na nova figura do individualismo competitivo.

Sob a cobertura dessas coordenadas ideológicas, uma verdadeira guerra moral foi lançada em muitos países contra a assistência e os pobres, e uma redução dos programas sociais universais foi proposta em favor de políticas específicas reservadas apenas para os pobres realmente merecedores. As formas de solidariedades coletivas baseadas em direitos sociais universais deram lugar a uma gestão de risco mais individualizada, segundo a qual cada ator deve ser responsável por seu futuro, o que estimula o desenvolvimento de sistemas de saúde privados, fundos de pensão, mas também a expansão de serviços privados em educação ou segurança. No centro da ideologia neoliberal está, portanto, a redefinição dos limites entre a responsabilidade individual e a solidariedade coletiva.

No Chile, dentro da estrutura da ideologia neoliberal dominante, foi entronizado o ideal, uma mistura sutil de valores conservadores e atitudes pró-mercado, de cidadãos-sujeitos que deveriam assumir a responsabilidade por seu destino pessoal e se comportar como hábeis empreendedores de várias formas de capital para ter sucesso na vida social e em sua competição generalizada (Rojas Hernández, 2006).

Esse processo ocorreu, sob essas características, no Chile? A resposta é não. Ao contrário do que propõe o modelo ideológico do autoempreendedor e seu trabalho de interpelação institucional, na América Latina e no Chile o que prevalece é o sentimento de ter de enfrentar os desafios da vida social de forma muito solitária (na verdade, em família), de ter de encontrar respostas e soluções por conta própria.

Vamos entender a diferença. Quando o neoliberalismo é inscrito por meio de um trabalho *explícito* de sujeição e inculcação ideológica, as instituições produzem e impõem certas figuras do sujeito. Essa não é a situação na América Latina, onde a capacidade de inscrição institucional da sujeição, mesmo no Chile, é fraca, e muito mais fraca em outros países da região. O indivíduo é concebido principalmente como um ator que é obrigado a lidar de forma prática com os desafios estruturais. Esse é o mal-entendido sobre o qual prospera a tese do neoliberalismo como a principal expressão da ideologia dominante no Chile e, de forma mais ampla, na América Latina de hoje. Como uma operação propriamente ideológica, especialmente com relação

aos atores populares, o neoliberalismo conseguiu dar uma máscara ideológica aos processos tradicionais de individualização na região. A sorte de suas formulações reside no fato de que o neoliberalismo conseguiu criar uma versão política específica do que foi, e ainda é, o processo de individuação na América Latina.

Neste ponto, é essencial enfatizar a especificidade da situação regional. Na visão do sujeito neoliberal proposta na Europa ou nos Estados Unidos, sempre se atribui um papel decisivo às interpelações institucionais, e a erosão progressiva de um conjunto de apoios institucionais que sustentavam o indivíduo é concebida como uma novidade apenas nas últimas décadas (Castel, 1995; Sennett, 2000). A situação na América Latina é quase inversa: os processos de individuação, dada a natureza tradicional e os limites dos apoios institucionais, alimentaram a representação de indivíduos heroicos que tiveram de resistir, dado o que era percebido como o desinteresse da sociedade em relação a eles, graças ao seu mero trabalho e esforço pessoal (Martuccelli, 2010b; Araujo e Martuccelli, 2014).

É nesse contexto, e com base nele, que o neoliberalismo transformou a figura do empreendedorismo pessoal na grande figura *política* do individualismo na região. Ao retomar e *requalificar* ideologicamente as principais características estruturais do processo de individualização na América Latina, a tese do sujeito neoliberal (tanto em seus epígonos quanto em seus críticos) alimenta um profundo mal-entendido. Ela sobrepõe a figura institucional e ideológica específica do sujeito neoliberal à realidade

dos indivíduos que têm de cuidar de si mesmos de uma maneira particular, confiando quase exclusivamente, dado o trabalho das instituições, em seus próprios esforços e *relações* interpessoais (Martuccelli, 2024a). Essa é uma dimensão decisiva que a maioria das análises do neoliberalismo latino-americano sistematicamente oblitera. Ou seja, o indivíduo na região não é concebido como um *homem autodidata* [*Self-made man*] mas como um indivíduo relacional que precisa cuidar, por conta própria e graças à sua família, de um conjunto de desproteções coletivas. O indivíduo é percebido como parte de um vértice relacional e como um tecelão de relacionamentos. Se alguma coisa caracteriza o ideal de esforço próprio no Chile, é o fato de que ele nunca negligencia as múltiplas dependências nas quais se baseia (Robles, 2000).

Contudo, tudo isso não só é bastante antigo na região como também tem muito pouco a ver com o triunfo do sujeito neoliberal. A produção de indivíduos não ocorre essencialmente a partir de uma interpelação institucional que os convoca como sujeitos. Os indivíduos são concebidos e existem independentemente desse trabalho ideológico e são produzidos, lançados na sociedade, como hiperatores relacionais.

5. O sistema neoliberal: da ideologia à coerção

Vamos começar voltando à hipótese que defendemos. Embora o Chile tenha passado por inegáveis mudanças políticas e econômicas nas últimas décadas, essas transformações não geraram inequivocamente o advento de um sujeito neoliberal.

Os limites que podem ser observados em termos de adesão ideológica, tanto na política quanto na economia, argumentam a favor dessa conclusão. Manuel Antonio Garretón (2000, p. 152 e 182) resumiu bem, anos atrás, o que é típico dessa conjuntura histórica: "uma matriz sociopolítica ou uma sociedade de tipo híbrido", que não é nem "a pura matriz político-cêntrica, mas tampouco é a vigência de uma matriz neoliberal. Juntamente com a decomposição da primeira, elementos dela estão subjacentes a uma nova articulação com características bastante abortadas da segunda e com novas características que não pertencem nem a uma nem a outra".

Dentro dessa condição híbrida e à medida que não se reconhecem na ideologia do sujeito neoliberal, vários indivíduos se percebem esmagados pelo que eles designam como um sistema neoliberal tentacular. Ou, se preferirmos: o triunfo do sistema neoliberal de coerção é inversamente proporcional ao fracasso ideológico do sujeito neoliberal. O neoliberalismo é, acima de tudo, percebido como um sistema. Nas palavras de Norbert Lechner (2006, p. 201 e 540), uma hegemonia de fato. A ordem neoliberal se impõe *mais* pela facticidade do mundo do que pela adesão das consciências.

Com base em nossa pesquisa empírica, a denúncia do sistema, e não a ideologia neoliberal, é o menor denominador comum da sociedade chilena (Araujo e Martuccelli, 2012). Sua denúncia dá, além das divisões sociais e culturais, um senso de unidade à mudança experimentada. A crítica ao Sistema apon-

ta, em um mesmo movimento, a força do projeto fundacional imposto desde 1973 e seus limites no nível das consciências individuais. Nesse sentido, é até impossível não prestar atenção ao papel paradoxal de coesão que os discursos críticos têm hoje na sociedade chilena: por meio de sua divisão e oposição, eles dão uma unidade de significado à consciência desarticulada da mudança.

A objeção é imediata: não há defensores do sistema? A resposta deve ser qualificada. Durante várias décadas, é claro que havia defensores do modelo econômico ou atores que apoiavam o regime político, mas, mesmo entre eles, havia um reconhecimento dos limites do sistema, ainda que de forma furtiva. Nos últimos anos, houve várias tentativas de renovação ideológica à direita no Chile e, em alguns casos, defesas explícitas do que é mais ou menos eufemisticamente chamado de modelo. Isso não indica o triunfo de uma ideologia dominante, contudo. Faz parte do trabalho e da luta comuns na esfera pública, da luta pela hegemonia e das assimetrias de poder em qualquer sociedade.

No que diz respeito às suas vidas, entre os indivíduos, o sentimento e a experiência de estar preso no Sistema é predominante. A sensação de ter de viver, de mil maneiras diferentes, dentro do sistema. A sensação de ter de lidar, de uma forma ou de outra, e sempre de novo, com o Sistema. Um sentimento implacável e avassalador que traduz tanto a difícil adesão à ideologia neoliberal quanto o império de suas coer-

ções factuais. Se algo escapa à dominação no Chile hoje, como em tantas outras sociedades históricas, são os horizontes da consciência. O longo outubro de 2019 mostrou isso com todo o vigor necessário.

O principal objetivo do trabalho crítico não deve ser purgar a consciência dos dominados, mas mostrar, por meio de experimentos *concretos*, que outro mundo, aqui e agora, é possível. Os dominados não acreditam necessariamente na ideologia dominante, mas não acreditam na possibilidade de utopias.

Capítulo 8

ELEIÇÕES, UMA NOVA CRISE DE LEGITIMIDADE

Como já apontamos ao analisar o Estado controlador, os aparatos estatais, apesar das capacidades de controle que apresentam e das quais dependem, precisam ser legitimados. Os recursos de autoridade e as crenças que o Estado e, acima de tudo, o sistema político permitem produzir e sustentar nas sociedades modernas são um elemento indispensável para o governo dos indivíduos. Nas sociedades democráticas, as eleições desempenham um papel decisivo nesse processo. Essa dimensão é ainda mais crucial, pois nenhuma ideologia dominante é capaz de impor uma crença homogênea nas sociedades contemporâneas.

A importância do mecanismo eleitoral é tamanha que alguns estudos conseguiram associar a força de uma democracia à realização regular de eleições e à alternância eleitoral (Huntington, 1994). A onda dos chamados populismos e seus triunfos eleitorais nas primeiras décadas do século XXI exigem maior cautela. Afinal de contas, as democracias também podem morrer por meios eleitorais (Levitsky e Ziblatt, 2018).

Esse é o cerne da questão. Durante muito tempo, as eleições foram o grande mecanismo para a produção cíclica de legitimidade política, ou seja, aquilo que permitia, se não necessariamen-

te um consentimento conciliado com as autoridades no poder, pelo menos uma aceitação de suas decisões, mesmo quando se discordava delas. Isso nunca impediu protestos, crises de regime ou a eleição de governos autoritários, mas deu ao gerenciamento político por meio de eleições uma base inegável nas sociedades modernas. Uma dimensão que as democracias pluralistas liberais foram capazes não apenas de cultivar e diferenciar de todos os outros regimes políticos (autoritarismo, totalitarismo, ditaduras, teocracias, governos militares etc.), mas também de tornar sua condução regular e livre de fraudes uma das grandes garantias do Estado de Direito. As eleições foram o grande mecanismo que produziu a crença na legitimidade dos governos.

Sem desaparecer completamente, apesar de ser uma ficção indispensável para a vida coletiva em democracias liberais pluralistas, o mecanismo eleitoral se tornou enferrujado. Pior ainda, as eleições se tornaram um fator importante na crise de legitimidade das democracias.

Se os governos continuam a contar com a legitimidade obtida nas urnas para executar e tomar decisões ou promulgar leis, aqui também o novo governo dos indivíduos assume cada vez mais a forma de uma mera administração de fato. Os governos (entendidos de forma ampla como poderes administrativos) são percebidos como apenas mais uma peça do tecido regulatório da vida social, e a ausência do governo por meses após as eleições sem maioria não desperta nenhum medo indevido. A indiferença tendencial em relação à questão da legitimidade que as eleições deveriam resolver dá lugar a uma consciência crescente

das armadilhas de governo que as eleições produzem. As eleições continuam sendo a saída política *necessária* em regimes democráticos pluralistas em face de graves crises sociais, mas esse papel *fundamental* e extraordinário das eleições é desmentido pela falta de confiabilidade de seu funcionamento normal e pelos problemas no nível das crenças coletivas que elas cada vez mais suscitam.

Eleições, uma armadilha para tolos? Sem surpresas, as coisas são mais complicadas.

I. Eleições – por que e para quê?

Por que são feitas escolhas? Especificaremos, na forma de três itens analíticos, a função e o significado das eleições. Antes disso, entretanto, é útil relembrar os debates que levaram à reinvenção do mecanismo eleitoral nas sociedades modernas entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. A origem é bem conhecida: quando o rei deixa de ser considerado o representante da vontade divina e a soberania é decretada como um atributo intransferível do povo-nação, surge imediatamente a questão de como e por quem o povo deve ser representado. A evidência da necessidade de nomear novos "reis" temporários, dentro da estrutura de uma *soberania* popular não delegável, torna-se evidente. No caso da América espanhola, após algumas tentativas de restabelecer uma monarquia, a forma republicana foi imposta de forma duradoura

a partir do início do século XIX e, com ela, a necessidade de realizar eleições.

Realizar eleições. Não devemos nos apressar em apontar que o mecanismo eleitoral não foi imediatamente imposto como algo natural. Pelo contrário, como Bernard Manin (2012) demonstrou, durante várias décadas houve um debate sobre qual método deveria ser escolhido: a loteria ou as eleições. Ambos poderiam ser reivindicados a partir do legado grego. Na pólis, alguns cargos eram nomeados por sorteio entre os cidadãos, outros por meio de eleições. De qualquer forma, dado o tamanho da pólis e o número de cidadãos, a ágora era o verdadeiro local onde a democracia era exercida.

Tudo muda nas sociedades modernas, nas quais o tamanho da sociedade e a demografia (enquanto os Estados Unidos tinham apenas 3 milhões de habitantes na época de sua independência, a França tinha quase 30 milhões de habitantes no final do século XVIII) tornam impraticável o que será chamado de democracia direta. Nesse contexto, o exercício do governo torna-se uma questão aguda e problemática. Se a soberania popular é intransferível, como e por quem ela pode ser exercida em seu nome? Quem? Cidadãos especificamente designados para fazê-lo. Como? Por sorteio ou eleição.

Qual dos dois caminhos escolher? Se seguirmos Manin e simplificarmos as reviravoltas dos debates, digamos que as elites (ex-membros da nobreza, apoiadores da monarquia constitucional, burguesia rica) entenderam rapidamente que era

de seu interesse escolher a rota eleitoral. Embora o cálculo de probabilidades já tivesse começado a se desenvolver nos séculos XVI e XVII, não era necessário ser um grande matemático para intuir que, dado o abismal desequilíbrio numérico entre os membros das diferentes *états* sociais (fixado no *Antigo Regime* por lei: nobreza, clero, Terceiro Estado) ou classes (burguesia, setores populares), o sorteio favoreceria sistematicamente a nomeação de membros do Terceiro Estado, da burguesia ou das classes populares. Contra essa probabilidade, os notáveis da época defenderam e finalmente impuseram a via eleitoral. Sua convicção provou ser justa. Nas eleições (e não no sorteio), prevalecem aqueles que têm mais recursos de tempo, dinheiro, prestígio e conhecimento. Os notáveis estavam corretamente convencidos de que sua aura, sua notabilidade, sua ascendência simbólica sobre seus subordinados, até mesmo suas habilidades culturais (alfabetizados, educados) ou administrativas (proprietários de terras ou fábricas, compradores de mão de obra) permitiriam que eles transferissem e transformassem seu poder econômico, social e cultural em poder político. Foi exatamente isso que aconteceu.

Na realidade, o processo histórico foi menos pacífico do que esse relato sugere. Temendo perder o governo, as classes dominantes restringiram o direito de voto (na democracia censória, somente aqueles com determinados recursos ou capacidades – propriedade, alfabetização, homens etc. – podiam votar), recorreram à fraude e, se necessário, à violência. Todas as três estratégias foram importantes.

Vamos destacar isso com base nas experiências das nascentes repúblicas latino-americanas pós-independência. A lista eleitoral: sim, havia restrições em todos os lugares ao direito de voto, mas, na verdade, ao contrário do que se costuma acreditar, o comparecimento às urnas (tudo bem medido) era relativamente alto, em grande parte porque a antiga tradição hispânica de vizinhança permitia que muitos moradores votassem mesmo quando não atendiam aos requisitos da lei (nos países andinos, os indígenas e analfabetos puderam votar dessa forma por décadas). Fraude eleitoral: sim, havia fraudes e trapaças recorrentes, mas também aqui, como a historiografia latino-americana recente estabeleceu, elas eram menos frequentes do que se supunha até algumas décadas atrás e, acima de tudo, o mais importante era a surpreendente regularidade com que as eleições eram realizadas.[50] Violência: isso não eliminou, mas limitou o recurso à violência (guerras civis, golpes de Estado, destituição de líderes) como um mecanismo mais ou menos extraordinário ao qual as classes dominantes recorriam, se necessário, para restaurar seu poder. Esse último ponto, ao qual retornaremos, não deve ser esquecido: as eleições são um mecanismo de seleção de governantes que as classes dominantes aceitam dentro de certos limites.

Por mais importante que tenha sido esse debate, com o tempo a crença no valor das eleições acabou prevalecendo por outros motivos. Para nos atermos aos limites deste capítulo, três delas são particularmente importantes. Primeiro, as

50. Sobre a história das eleições na América Latina: v. Annino (1995); Sabato (1999); Alojín de Losada e Araya (2006). Para uma síntese, v. Martuccelli (2024b).

eleições foram consideradas uma ferramenta a serviço do sistema de *controles e equilíbrio* do poder. Segundo, as eleições foram concebidas como um mecanismo de representação da sociedade. Por fim, as eleições se tornaram um mecanismo de deliberação e discussão coletiva. Vamos examinar brevemente cada um desses pontos.

[1] *Controles e equilíbrios de poder.* A natureza intransferível da soberania popular impõe a necessidade de nomear governantes temporários que, em nome do povo, exerçam o poder. Nesse contexto, as eleições foram concebidas como uma ferramenta *suplementar*, essencialmente subordinada ao sistema de freios e contrapesos constitucionais das democracias pluralistas liberais. Nessas democracias, desde Montesquieu e especialmente após as discussões decisivas que ocorreram nos Estados Unidos, a constituição política é a verdadeira garantidora das liberdades graças a um sistema de freios e contrapesos entre as instituições e entre os diferentes ramos do governo.

Dentro dessa estrutura institucional, as eleições têm uma função específica. Como o poder – todo poder – corrompe, é necessário organizar a circulação periódica de governantes. Essa necessidade institucional à qual o mecanismo eleitoral está subordinado tem sido associada ao longo do tempo a duas realidades: por um lado, as eleições se tornaram um mecanismo para a formação e seleção de elites (renovação, circulação e incorporação de novos atores); por outro lado, para controlar a corrupção, as eleições devem levar sistematicamente à desilusão dos eleitores.

[2] *A representação da sociedade.* O mecanismo eleitoral também acabou tendo outra função: fornecer uma representação (no sentido de uma figuração, uma imagem) da divisão da sociedade. Em outras palavras, para tomar emprestada a linguagem de Claude Lefort (1981 e 1986), as eleições podem ser entendidas como um mecanismo ideal para garantir a representação (a colocação em forma, a encenação e o significado) das sociedades democráticas.

Quando, diante da gravidade da crise que assolava seu reino em 1787, o rei Luís XVI, sob os auspícios de seus conselheiros, convocou os Estados Gerais, ele recorreu a um antigo modo de representação da sociedade: aquele enraizado na divisão funcional ternária entre aqueles que rezam, aqueles que lutam e aqueles que trabalham – o clero, a nobreza e o chamado Terceiro Estado (ou seja, aqueles que trabalham: burgueses, camponeses, artesãos). Dentro da estrutura dessa representação coletiva, cada estado (grupo social) tem uma função específica dentro de uma visão orgânica da sociedade, ou seja, cada um deles tem uma função hierárquica complementar. Portanto, não é de surpreender que, nos Estados Gerais, como uma representação (dessa vez uma representação política do reino), a votação fosse por corpo (ou seja, por Estado: clero, nobreza, Terceiro Estado) e não de acordo com o número de representantes ou membros no reino.

Os regimes democráticos pluralistas deslocaram essa representação corporativa (por órgãos instituídos e orgânicos) da sociedade em favor de uma concepção individualista, igualitária

e agregadora. Um processo que, como François-Xavier Guerra (2014) demonstrou, também ocorreu nas revoluções de independência da América Latina. Cada cidadão se tornou o depositário de uma parte da soberania popular. Daí, aliás, a importância da invenção da dramaturgia do voto nas democracias modernas. A cabine de votação, aquele espaço pequeno, quase confessional, solitário e secreto para o qual o cidadão se retira no momento de votar, representa um face a face direto entre ele e a República, um espaço que em sua dramaturgia espacial indica um distanciamento de suas inscrições sociais (classe, religião, região etc.) para escolher, com o melhor de si, o que é melhor para seu país. Na liturgia eleitoral, o voto representa tanto o momento da dissolução da sociedade em cada um de seus eleitores quanto o momento da recomposição da vontade soberana da sociedade (maioria e minoria). Por sua vez, o indivíduo eleito, ou seja, ungido pelas urnas (especialmente o candidato presidencial eleito), deixa de ser, sempre na liturgia eleitoral, o líder de um partido para se tornar, graças a uma transmutação simbólica e secularizada, o presidente de todos os cidadãos.

Em suma, as eleições permitem a formação e a encenação da divisão social e, ao mesmo tempo, são um mecanismo de inclusão social sobre o qual se constrói o consenso para governar.

[3] *Deliberação coletiva.* Terceira função principal: o mecanismo eleitoral não apenas possibilita a designação de governantes e representa a divisão-unidade da sociedade, mas também possibilita a escolha de um programa ou orientação de governo. O me-

canismo eleitoral, por sua própria lógica competitiva, produz uma apresentação antagônica de programas entre os quais os eleitores devem escolher. No processo de escolha (o ato de escolher), as identidades e as afiliações sociais foram e continuam sendo decisivas (Pizzorno, 1991). Isso, porém, não exclui a relevância da analogia que Schumpeter (1984) fez entre as escolhas políticas e as escolhas no mercado: em ambos os casos, o poder do cidadão ou do consumidor é bastante reduzido a um ato de escolha de um produto entre outros. O mecanismo do governo eleitoral torna, de fato, vários regimes modernos poliarquias eletivas mais ou menos competitivas (Dahl, 1971; Sartori, 2007).

Esse ato de escolha é baseado em uma racionalidade específica. As campanhas políticas servem para informar os cidadãos sobre a diversidade das ofertas disponíveis e para permitir que cada pessoa faça uma escolha informada (de acordo com sua identidade, interesses materiais e morais etc.). Para cumprir essa função, as eleições eram vistas como uma ferramenta ideal. A liberdade de expressão permite e estimula o exercício da discussão, das polêmicas, dos confrontos entre orientações alternativas de ação e políticas, permitindo que os cidadãos façam uma escolha esclarecida. Em termos simples, as eleições são o corolário inevitável de uma sociedade sujeita à luta de crenças heterogêneas.

Ao final dessa breve apresentação das funções das eleições, vamos observar algo paradoxal. Apesar do papel central que elas passaram a desempenhar na política e nas democracias contemporâneas, as eleições não estão no centro de nenhuma das prin-

cipais ideologias modernas. A tradição liberal coloca o princípio e a garantia das liberdades na constituição (e não nas eleições). A tradição republicana enfatiza a virtude necessária dos cidadãos e seu vínculo genuíno com o bem da República. A tradição socialista insiste na importância da participação popular, mas essa participação é sempre concebida como mais ampla, permanente e irredutível às eleições. Quanto aos conservadores, devido ao seu apego ao elitismo e à tradição, eles nunca deixaram de denegrir as eleições e a tirania das massas. Em outras palavras, por mais estranho que possa parecer, a centralidade do mecanismo eleitoral não decorre do alto valor que as grandes tradições políticas lhe atribuíram. Pelo contrário, sua centralidade como uma técnica de governo resulta de um compromisso-padrão.

De qualquer forma, o mecanismo eleitoral garantiu por décadas, com maior ou menor sucesso, mas garantiu uma seleção e alternância de elites, uma representação das dissensões e consensos ativos em uma sociedade, um conjunto de discussões e deliberações sobre o valor de diferentes orientações políticas. Graças ao jogo eleitoral, as posições mais extremas foram excluídas do consenso do governo, e as diferenças de poder entre os grupos deram um tom "conservador" inconfundível à maioria dos governos eleitos no mundo. Nos países onde prevalecia a economia de mercado, os governos, mesmo na fase de formação e consolidação dos estados de bem-estar social, tinham de harmonizar suas ações com as exigências da acumulação de capital (da qual provinham seus recursos econômicos por meio da tributação). Isso, por sua vez, tornou possível, à medida que os

vários socialismos (social-democracia, socialismo cristão etc.) aceitaram os imperativos da economia de mercado, integrá-los às principais coalizões e aos pactos governamentais realmente existentes. Isso também permitiu, por um certo período, equações de poder sem precedentes e menos assimétricas entre grupos sociais no calor de altos impostos, nacionalizações, mobilizações populares e promulgação de direitos sociais.

Em outras palavras, nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial e até quase o final do século XX, as eleições eram *relativamente* incertas e serviam para legitimar os governos. Muitos cidadãos e partidos acreditavam que era possível transformar, por meio de eleições, as grandes diferenças de poder na sociedade. No final das contas, esse foi um dos principais motivos da divisão da Segunda Internacional e foi exatamente esse o motivo do revisionismo de Bernstein. Reconhecendo ou não, progressivamente, ao longo do século XX, a maioria dos partidos políticos internalizou e aceitou as exigências das eleições. É claro que, em vários países, isso nunca apagou completamente o sentimento entre os partidos de direita de que era seu papel natural governar, e que os governos de esquerda eram vistos como infrações mais ou menos momentâneas. Isso não é anedótico: durante grande parte do século XX, vários governos de esquerda conceberam sua ação como um parêntese politicamente temporário de abertura.

Tudo isso, ou grande parte disso, não é mais verdade no mundo de hoje. O enferrujamento do mecanismo eleitoral e sua

capacidade de produzir crenças comuns legítimas são evidentes em toda parte. Vamos dar uma olhada em cada uma das três principais funções mencionadas acima. Por razões de espaço, vamos nos limitar a mencionar algumas dificuldades, porém significativas, em cada uma delas.

II. Eleições versus controles e equilíbrios de poder

1. Crise na seleção de elites

Dentro do sistema de freios e contrapesos do poder no qual o mecanismo eleitoral estava inserido, uma de suas funções colaterais era tornar-se um importante mecanismo de seleção e formação de elites. Para entender isso, vamos citar um texto de Max Weber (1963) que, escrito em 1919, ainda é lido com proveito. Ao elogiar implicitamente os partidos políticos no início do século XX, Weber enfatiza sua eficácia como máquinas de seleção de elite. Sua observação não é nada ingênua: as disputas políticas não garantem, de forma alguma, segundo Weber, o triunfo do melhor, mas garantem que o candidato que prevalece em tais disputas seja suficientemente forte para poder tomar decisões difíceis e, muitas vezes, eticamente questionáveis. Os testes de seleção intrapartidários e, em seguida, as campanhas eleitorais (dureza da competição, multiplicação de etapas antes de chegar ao topo, diversidade de promessas e compromissos a serem feitos etc.) são mecanismos ideais para a seleção de elites. Por

meio delas, os futuros governantes em potencial aprendem a fazer concessões, impor decisões, tecer e manter alianças, trair e refazer pactos, afirmar sua individualidade e triunfar dentro de uma equipe e graças a ela, fazer escolhas morais difíceis, resolver problemas organizacionais e financeiros e sacrificá-los, se necessário, em nome de outras prioridades; em suma, e além da análise de Weber, muitos deles aprendem a operar em um limite tênue entre o legal e o ilegal, a legalidade e a imoralidade, a moralidade e a ilegalidade.

Dessas trajetórias, a opinião pública, estimulada nas últimas décadas por certas séries de televisão ou filmes, muitas vezes retém apenas os procedimentos obscuros e a mesquinhez das decisões. Outras dimensões são, portanto, quase sistematicamente negligenciadas, como a incrível intensidade da vida política para seus atores (a associação entre poder, dinheiro e erotismo os atrai, os excita, os intoxica), mas também, no que nos diz respeito aqui, a importância da seleção partidária como um elemento adjuvante do mecanismo eleitoral. Vamos apresentar um plano. Durante grande parte do século XX, o processo de seleção das elites políticas esteve entrelaçado com um modo de seleção escolar e social ativo em certas grandes instituições educacionais (Bourdieu, 1989).

O método de seleção por meio da competição intrapartidária, sem desaparecer, diminuiu em toda parte, pois a democracia de opinião substituiu a democracia partidária (Manin, 2012). Surgiram novas habilidades de comunicação, mas, acima

de tudo, o trabalho de seleção de candidatos foi transformado. O processo é cada vez mais realizado por meio de panelinhas interpessoais em torno de um líder da mídia (os famosos candidatos independentes que têm invadido as eleições há mais de 30 anos); a compra de um lugar em uma lista eleitoral; processos de seleção baseados em currículos; na ausência de partidos reais, as sedes nacionais desconhecem as trajetórias dos candidatos regionais etc.

Se deixarmos de lado a questão, difícil de ser estabelecida por consenso, da mediocridade dos líderes de hoje em comparação com os do passado, o importante é entender o que implica o desaparecimento desse processo de seleção de elite. Contrariando as inexorabilidades do "sistema", os melhores líderes políticos e os mais ferrenhos entre eles sabem que o mundo é mais uma questão de vontade do que de representação. Isso mostra um dos grandes traços de caráter que a torrente de provações que enfrentaram forjou neles: um caráter às vezes, uma coragem muitas vezes, uma carapaça sempre. É claro que a vida política é cheia de contingências, eventos imprevistos, reviravoltas; os atores políticos têm de dar a última palavra, mais do que gostariam, às circunstâncias (o que costumava ser chamado de Fortuna e agora é chamado de relações de poder). Isso não é uma traição às convicções, mas uma aceitação necessária das formas do mundo. De qualquer forma, e voltando a Weber, foi o endurecimento na e pela vida partidária que permitiu ao líder político articular a ética da convicção com a ética da responsabilidade.

A crise dos partidos políticos e a inconsistência ou volatilidade dos líderes da mídia nas últimas décadas levantaram questões sobre a eficácia do mecanismo eleitoral. Não é impossível que nas próximas décadas haja uma reavaliação da democracia e da forma como as elites são selecionadas por meio de eleições em comparação com a forma como as elites são selecionadas por meio de concursos, como na burocracia celestial da China e suas sucessivas reatualizações históricas (Balazs, 1968; Fairbank e Goldman, 2013).[51] Embora essa modalidade tenha muitas desvantagens (rigidez, corrupção), se promover a reprodução desigual entre grupos sociais e sérias limitações em termos de liberdades, os modelos desse tipo têm certa atração, e não apenas entre os nostálgicos da ditadura. O modelo de *legitimidade de saída*, a ideia de uma legitimidade baseada mais na eficiência do que na *legitimidade de entrada* (ou seja, eleições) já está atraindo o interesse de alguns cientistas políticos dos EUA (Bell, 2015; Fukuyama, 2014).

2. Eleições e corrupção: novas complexidades

As eleições foram explicitamente projetadas para evitar – ou controlar – a corrupção e a consolidação de um líder ou partido no poder. Para esse fim, em vários países (mas não em todos), foram introduzidas limitações no número de mandatos possíveis ou reeleições sucessivas no nível executivo (especialmente no cargo de presidente).

51. Esse modo de seleção gerou um *esprit de corps* que não foi alheio à resistência da sociedade chinesa diante de várias mudanças dinásticas e invasões. De qualquer forma, foi o serviço civil letrado como classe que dominou o Estado na China, por meio de exames e do monopólio da educação na estrutura de um modo de seleção de elite bastante diferente daquele praticado por grupos de poder que baseavam sua reprodução na posse da terra por herança ou por meios eleitorais.

Abordaremos a questão do entrincheiramento na próxima seção, mas vamos rapidamente abordar a questão da corrupção. Sem nos entregarmos a qualquer nostalgia ou a qualquer número adocicado e falacioso sobre o passado, no que diz respeito à corrupção de políticos, o contraste na opinião pública é impressionante. Cada país tem sua data de fundação e sua tradição, mas em todos os lugares as suspeitas de corrupção estão corroendo os regimes políticos. Sem dúvida, isso também se deve, para o bem ou para o mal, às crescentes capacidades de informação disponíveis (mídia, redes sociais) ou ao ativismo dos juízes, mas os escândalos (e não apenas a corrupção) se tornaram uma parte comum da vida política (Castells, 2013).

A corrupção ocorre, em grande parte, durante as administrações governamentais, mas as eleições estão ativamente envolvidas na corrupção, e é isso que estamos interessados em enfatizar aqui. Se ainda existem campanhas eleitorais de baixo custo com usos criativos da Internet ou de redes de cidadãos, e até mesmo renovadas com sucesso, em muitos outros casos as campanhas eleitorais usam e consomem enormes quantias de dinheiro. Os Estados Unidos são um exemplo extremo disso. Durante décadas, houve um quase confisco da soberania eleitoral nas mãos de oligarquias econômicas. Por meio de um curioso sistema de transparência no financiamento de campanhas, no qual basta tornar públicas as contribuições recebidas sem qualquer limite de recursos, o espaço para a alternância política foi de fato comprimido. O custo das campanhas eleitorais (para presidente, mas também para deputado ou senador) aumentou em

forma sideral nos EUA desde 1990, o que transformou estruturalmente a lógica das eleições, tornando cada candidato em potencial ou representante eleito que busca a reeleição altamente sensível às contribuições financeiras necessárias para sua campanha. No que diz respeito à identidade dos doadores na eleição presidencial de 2016 nos EUA, os 0,01% mais ricos da população contribuíram com 40% das doações de campanha.

A ferrugem eleitoral aumenta por meio da corrupção que se infiltra no financiamento legal ou ilegal das campanhas, das brechas (mais ou menos voluntárias) na legislação, da estranha relutância de muitos cidadãos em financiar a vida política com dinheiro público, sem mencionar, quando a lei existe, as transgressões dos candidatos (gastos excessivos, faturamento falso de despesas etc.). Resumindo: o mecanismo eleitoral que foi projetado para evitar a corrupção do poder político absoluto tornou-se um fator adicional na corrupção econômica dos atores políticos. Assim, as eleições deixam de ser um insumo virtuoso para a produção de crenças nos governos.

3. A perturbadora desativação da decepção

Como já observamos, as eleições eram consideradas um perigo, mais ou menos necessário, para as grandes tradições políticas. Para os liberais, há um risco permanente de tensão entre as liberdades constitucionais e a vontade eleitoral (populista ou demagógica). Para os republicanos, as eleições e as aberrações às quais elas incitam conspiram contra a necessária virtude dos cidadãos. Para os socialistas, as eleições podem ser uma forma

de canalização restritiva da participação popular. Para os conservadores, elas são uma prova recorrente da crise do elitismo nas sociedades modernas. Considerando tudo isso, somente os populistas, aqueles que realmente aderem ao adágio *vox populi, vox Dei*, são verdadeiros crentes nas eleições.[52]

O princípio de governantes rotativos que buscam garantir eleições está sempre sujeito a distorções. Às vezes, por meio do recurso esporádico ou sistemático à fraude eleitoral real[53]; às vezes, e isso é mais problemático, pelo surgimento de líderes que são particularmente talentosos na arte de vencer eleições. Às vezes, as eleições são transformadas em verdadeiros plebiscitos; em outros casos, testemunhamos, de forma mais prosaica, a consolidação de líderes cujo principal objetivo, atividade e talento é vencer eleições. Pode-se argumentar que esse é o objetivo de todo líder ou partido político, mas a afirmação é apenas parcialmente justa. Em muitos partidos governistas e até mesmo em alguns candidatos independentes, o horizonte de responsabilidade pela gestão governamental está se impondo.

Entre os líderes que estão sempre em campanha eleitoral, a situação é diferente. As eleições se tornam o próprio fim, a razão

52. No contexto de uma investigação sobre o peronismo na Argentina, um eleitor justicialista tradicional que, decepcionado com o candidato do movimento peronista, o então presidente Carlos Menem, não havia votado nele nas eleições de 1995, expressou profundo desconforto e até mesmo ansiedade em relação à sua reeleição: a seu ver, o povo, ao votar dessa forma (diferente da sua), havia visto algo que ele, distanciado da verdade popular, não era mais capaz de ver (Martuccelli e Svampa, 1997). Obviamente, a confiança nas eleições e na voz popular expressa nelas é, em geral, muito menos absoluta...

53. Uma prática muito antiga: na Grécia antiga, foram encontradas provas concretas de fraude eleitoral (Finley, 2003), descoberta que, na época, chocou a comunidade científica helenística.

de ser da vida política. Às vezes, isso é feito, ou tem sido feito, por meio de representações unanimistas do povo que concebem as derrotas eleitorais como uma manifestação de forças antipopulares e até mesmo antipatrióticas. Em outras ocasiões, isso é organizado por meio de candidatos que cada vez mais concebem o governo como um recurso suplementar para vencer eleições futuras. Como no governo de avaliação, aqui também o termômetro (o indicador, a eleição) se transforma na meta.

Resultado: por meio dessas tendências, o papel funcional das eleições é distorcido e até mesmo contradito. A saudável, recorrente e *inevitável* decepção do cidadão, que permite a alternância política, torna-se o principal inimigo desses atores políticos. A ideia de que, por mais paradoxal que possa parecer, a democracia exige uma decepção eleitoral cíclica para sustentar a crença estrutural nos governos não faz parte do credo político e da cultura desses atores.

O horizonte da necessária e inevitável vitória eleitoral corrói a democracia. Assim, os regimes totalitários e muitos regimes autoritários e autocráticos recorrem periodicamente ao mecanismo eleitoral como uma farsa. No caso da América Latina, a tensão é viva – e real – entre os governos nacionais-populares que, independentemente de suas tentações unanimistas, respeitaram com perfeição – e não sem atraso – a alternância eleitoral, e os governos inicialmente revolucionários (Cuba, Nicarágua) ou da onda rosa (Venezuela) que organizaram sua perpetuação no poder. Isso não diz respeito apenas à América Latina. Como o

povo é um só, as eleições devem sempre ser vencidas pelo partido do povo (Krauze, 2018, p. 115-123).

Apesar de sua usura e até mesmo de sua substituição hipotética por outros modos de seleção de elite, o mecanismo eleitoral tem se expandido hoje em muitos países do mundo. Vários governos autoritários, ditatoriais e até mesmo de partido único recorrem às eleições para *esvaziar* o mecanismo eleitoral de sua razão de ser como parte do sistema de freios e contrapesos, mas também como um mecanismo para produzir a legitimidade original à qual os governos estão sujeitos. Ao cancelar falsamente a desilusão *necessária* na qual a democracia se baseia, as eleições promovem e exacerbam a crise de legitimidade dos governos e a indiferença dos cidadãos

As eleições tornam-se, de forma relativamente sub-reptícia, mais um mecanismo de controle político do que de produção de crenças.

III. A corrosão da representação

1. Deterioração do valor das fotografias eleitorais

Quando foram instituídas no século XIX, as eleições forneciam uma representação (figuração) do que se supunha ser o estado real e mais ou menos duradouro da opinião pública em um país. Com o passar do tempo, a mídia e o progresso contínuo feito no conhecimento da opinião pública (Blondiaux, 1998;

Kotras, 2018) corroeram essa afirmação. O mecanismo eleitoral tornou-se obsoleto para capturar, em tempo real, a dinâmica das divisões sociais.

Analisaremos essa questão em mais detalhes no próximo capítulo, mas no que diz respeito à sua capacidade de representar a sociedade e suas divisões, o mecanismo eleitoral não parou de enferrujar desde meados do século XX. A questão aqui não diz respeito à legitimidade das eleições como um mecanismo para a designação do governante do dia; o que está em questão é sua capacidade de representar plenamente o mosaico social. O questionamento vem de diferentes fontes: da administração pública, com institutos de estatística cada vez mais confiáveis e precisos; das ciências sociais, é claro, por meio de análises cada vez mais precisas da dinâmica social; da generalização de pesquisas de opinião e levantamentos; da mídia e da presença recorrente de cidadãos no espaço público.

A eleição é e continua sendo uma fotografia; a representação (figuração) da opinião pública é cada vez mais feita por *streaming* permanente. Há uma lacuna constante entre a origem (legítima) de um governo e sua capacidade de representar, refletir e representar o estado efetivo e *atual* da opinião pública. O primeiro sanciona uma expressão em um momento "t", o segundo é sempre produzido em um momento "t+1". Em resumo, a foto eleitoral é sempre uma traição à dinâmica da opinião pública em tempo real.

Isso não diminui a legitimidade dos governos em exercício. Sua legitimidade é reconhecida, pois eles foram eleitos para um determinado período em um determinado momento por meio de uma competição de nomeação explicitamente orientada. Mas essa divergência estrutural entre a fotografia eleitoral e o *fluxo da* opinião pública questiona a pretensão dos governos de incorporar o estado da sociedade a longo prazo, ou seja, durante seu mandato. A opinião pública é mais móvel, mutável e até mesmo volátil; ela se agrega e se desagrega de acordo com as questões em discussão; ela se transforma no calor das mobilizações e dos debates; ela se transforma de acordo com os erros ou as reformas (implementadas ou não). Os governos têm um mandato temporário legítimo durante o qual administram os assuntos públicos, mas não são mais os únicos representantes (figuras) legítimos da sociedade. No contexto de uma democracia de opinião, essa é uma dimensão que explica a legitimidade da sociedade civil e pluralidade irredutível de seus atores e mobilizações (Rosanvallon, 2006 e 2008).

Quando a representação (figuração) da sociedade se transforma em um conjunto de figuras caleidoscópicas em constante renovação, o recurso ao mecanismo eleitoral e suas fotografias inevitavelmente se torna bolorento.

2. Crescente impotência

Voltemos mais uma vez à origem do mecanismo eleitoral. Desta vez, vamos tomar como guia a análise proposta por Norbert Elias sobre a institucionalização do parlamento na Inglaterra.

A tese é simples e unívoca: o parlamento reflete uma configuração particular do equilíbrio de poder. Em outras palavras, é um mecanismo *específico* para a pacificação da sociedade. Na França, se seguirmos Elias (1985), a pacificação passou antes pela submissão de uma classe de nobres guerreiros e proprietários de terras que progressivamente se tornaram, em Versalhes, uma classe de cortesãos e oficiais militares dependentes do rei. Na Inglaterra, o caminho foi diferente. As lutas intermináveis entre os monarcas e seus representantes, de um lado, e a aristocracia fundiária e a burguesia urbana, de outro, levaram a um impasse no equilíbrio de poder no século XVIII. Nenhum dos grupos, a menos que desencadeasse violência com um resultado incerto, estava em posição de impor seus interesses unilateralmente aos outros grupos sociais. A necessidade de negociação e compromisso tornou-se evidente. Em outras palavras, se seguirmos essa análise, o sistema parlamentar se desenvolveu em um contexto no qual cada grupo foi forçado a avaliar seus "interesses próprios em relação aos de outros grupos e a demonstrar certa disposição para aceitar compromissos" (Elias e Dunning, 1994, p. 47).

O sistema parlamentar, portanto, permite lutas entre facções rivais, mas de forma aberta e dentro de uma estrutura que estabelece as regras do jogo e a necessidade de estratégias não violentas. O mecanismo eleitoral, portanto, busca uma articulação entre divisão (de facções rivais) e unidade (de orientações políticas) dentro de um *certo* equilíbrio de forças, ou seja, na medida em que as assimetrias de poder forçam compromissos recíprocos. Essa foi a situação em vários períodos dos séculos

XIX e XX, nos quais as classes ricas acharam necessário, muitas vezes por medo, fazer concessões políticas e econômicas.

Nas últimas décadas, essa necessidade deixou de ser verdadeira. A pacificação da sociedade por meio de uma série de concessões entre todas as principais facções rivais deu lugar a uma situação em que certas facções são forçadas a aceitar cada vez mais compromissos, enquanto outras facções são cada vez mais capazes de impor suas vontades. A assimetria de poder corrói o mecanismo eleitoral, cuja razão de ser era justamente chegar a acordos em sociedades onde o equilíbrio de poder tornava isso necessário.

As eleições não eram apenas uma fonte de legitimidade, autoridade ou coerção de consentimento, mas também uma forma de gerenciar as assimetrias de poder entre os grupos.[54] O medo das elites as inclinou por décadas a aceitar compromissos. Quando o medo diminuiu ou conseguiu ser regulado por outros meios (golpes de Estado, repressão, imperativos econômicos), o mecanismo eleitoral perdeu sua razão de ser. Ou, como no caso de certos partidos comunistas na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, ele desempenhou apenas o papel de tribuna (Lavau, 1981), ou seja, expressando, antes de tudo, um

54. Neste parágrafo, deixamos de lado voluntariamente os atritos entre os governos eleitos e as administrações. O equilíbrio de poder entre os dois é uma característica constante da vida política, na qual a resistência da administração (burocrática, tecnocrática, legal) pode, até certo ponto, ser vista como um fator de controle do poder ungido pelas urnas. Aqui também, nas últimas décadas, esse fator aumentou à medida que os ministérios econômicos, geralmente sob a batuta necessária de visões econômicas favoráveis ao mercado, impedem, bloqueiam, distorcem ou adiam reformas que certos políticos querem implementar. Para uma reflexão sobre isso, com base em uma interpretação que articula ficções televisivas e experiência direta de gestão, consulte Landerretche (2016, p. 390-396).

mal-estar ou raiva. Com variações, pode-se fazer uma analogia com os chamados partidos populistas no início do século XXI, muitos dos quais, mas não todos, propõem caminhos de inclusão simbólica (muitas vezes com base no nativismo autoritário) para camadas populares nacionais que se sentem excluídas da globalização ou perdedoras em termos de distribuição de riqueza. Entretanto, a luta discursiva que o mecanismo eleitoral e sua lógica competitiva exacerbam não tem mais necessariamente um correlato no nível das relações de poder. Durante décadas, vários governos escolheram, em nome do realismo das relações de poder em vigor, os mercados contra o povo (Streeck, 2014).

Além disso, como vimos em outros capítulos, o objetivo é cada vez mais *retirar* decisões importantes da deliberação eleitoral: o desejo de constitucionalizar a visão monetarista de uma teoria econômica ou os indicadores de convergência orçamentária na União Europeia. Em outros casos, diante de resultados eleitorais considerados errôneos ou adversos às equipes de governo, novas eleições são convocadas (como foi o caso de alguns referendos na Europa). Há também situações em que os resultados dos referendos são simplesmente ignorados por meio de medidas que acabam sendo impostas por meio de diferentes álibis (como no caso da chamada Constituição Europeia na França ou da possibilidade de reeleição presidencial na Bolívia em 2019).

Resumindo: as eleições estão perdendo sua capacidade de influenciar a realidade, e a crença nelas está diminuindo. Esse é outro motivo para o descontentamento dos cidadãos com as urnas.

3. A difícil produção de consenso

As eleições não deveriam apenas representar a divisão social, mas também desempenhar um papel na construção do consenso. É interessante notar que a força das divisões ideológicas durante grande parte do século XX foi menos obstrutiva para a produção de consenso do que a observada em um período mais recente.

Em um primeiro nível de análise, isso pode ser visto no contexto dos chamados movimentos populistas, na verdade movimentos inatistas autoritários que, mesmo participando de eleições, questionam seus pressupostos mínimos de convivência: negação da diversidade cultural; teses complotistas sobre grupos sociais malignos e perversos; uma concepção de política que exclui a negociação com inimigos; apesar de sua presença nos parlamentos, uma cultura antiparlamentar e unanimista; visões hipernacionalistas que entronizam não a primazia do interesse nacional, mas *uma* concepção de interesse nacional altamente marinada no egoísmo e obtusa a qualquer inteligência interdependente dos problemas sociais em nível global etc.

Há muita verdade nisso, mas não esgota o problema. A dificuldade contemporânea em produzir consenso pós-eleitoral também é de natureza diferente e infinitamente mais individualizada. Progressivamente, sem receber a atenção que merece, o voto deixa de ser a expressão política institucionalizada de uma opinião e se torna algo mais, quase outra coisa, um assunto *íntimo* para muitos cidadãos. À primeira vista, é tentador pensar que isso não

é em si uma novidade – afinal, o voto sempre teve uma dimensão de identidade inconfundível. Entretanto, não se trata mais apenas de uma questão de identificação com um programa ou um líder, mas do sentimento de que o voto expressa a personalidade de um indivíduo, suas verdadeiras convicções e, por meio delas, sua intimidade. Adolescentes ou adultos (Dubet e Martuccelli, 1998; Muxel, 2014), todos atribuem uma nova importância e um novo halo de intimidade às suas convicções. No momento de votar e decidir seu voto, os indivíduos prestam cada vez mais atenção às suas intuições, às suas experiências, ao que sabem porque viveram, enfim, consolida-se um processo de valorização altamente *pessoal* das opiniões.[55] O voto permitia, e ainda permite, a expressão de interesse, apoio ou crença, mas também frustração, exasperação, amargura e desilusão. Em outras palavras, o voto sempre desempenhou um papel expressivo e de identificação, além de seu papel estritamente funcional na seleção das equipes de governo. Porém, dentro da estrutura de uma continuidade inegável, é necessário entender a inflexão que ocorre quando o voto e seus resultados são experimentados em primeira mão. Se votar significa admitir a transformação de uma convicção pessoal em uma opinião comum (Déloye, 2003, p. 92), os eleitores estão cada vez mais questionando a impessoalidade do voto. A questão não é mais apenas se o voto deve ou não ser obrigatório, se deve ou não ser público ou secreto, é sobre o significado pessoal, até mesmo íntimo, que os indivíduos atribuem às suas expressões eleitorais e, por meio delas, à sua afetividade implicativa na vida social (Martuccelli, 2017a). Essa nova dimensão de intimidade explica o fato

55. Assim, o voto torna-se uma questão pessoal e íntima no exato momento em que outros aspectos que antes eram íntimos, a começar pela sexualidade, tornam-se públicos ou, no máximo, apenas privados (Foessel, 2008, p. 35 e s.).

de que, diante de certos resultados eleitorais que eles percebem como adversos, vários eleitores sentem "vergonha". Um rubor na primeira pessoa por um voto coletivo.

Contudo, e é isso que estamos particularmente interessados em enfatizar, essa nova intimidade associada à votação dificulta a formação de consenso e incentiva a desobediência. Isso não é de forma alguma anedótico. A participação eleitoral traz consigo a obrigação de o eleitor reconhecer como suas as decisões do coletivo do qual participa. Certamente, nas democracias, o direito de contestar uma decisão sempre foi preservado (Pettit, 2004, p. 245). No entanto, quando um coletivo (por meio de seus representantes) votava em uma lei, os cidadãos não eram apenas obrigados a se submeter à lei, mas também tinham de aceitar o veredicto, correndo o risco de serem tachados de maus perdedores (Luhmann, 2001, p. 114).

Isso é exatamente o que tende a se disseminar: atitudes de perdedor. A tentação de refazer as eleições ou de desobedecer ao resultado da eleição é acentuada. A expansão dos fenômenos de desobediência civil também é uma boa ilustração disso (Ogien e Laugier, 2011). As recusas aumentam diante de regras ou leis promulgadas por um poder *legítimo* que, no entanto, são julgadas injustas ou iníquas por certos indivíduos com base em suas convicções íntimas e em nome das quais eles se permitem desobedecê-las.

O cerne do problema é que, basicamente, os indivíduos não aceitam mais que os coletivos falem em seu nome.

Esse é, obviamente, um problema inerente a qualquer comunidade política. Todos os coletivos dos quais os indivíduos fazem parte falam por eles e, acima de tudo, os comprometem por meio de suas ações. No entanto, sem desmerecer esse fato, os indivíduos cada vez mais se sentem pessoalmente autorizados a desobedecer ou rejeitar decisões coletivas *legítimas*. Se a legitimidade nunca foi reduzida à legalidade, a tensão entre as duas é agora muito aguda. Tudo isso aparentemente nos leva de volta à figura da dissidência. O que durante muito tempo foi uma atitude militante mais ou menos rara ou exemplar, tende progressivamente a se generalizar, multiplicando os números da objeção de consciência. É até possível pensar que estamos diante de uma nova etapa do protestantismo moderno: o livre exame de consciência não se limita mais à fé e aos dogmas propostos pelas Igrejas, mas tende a se aplicar progressivamente também às leis e aos Estados.

Em resumo, o mecanismo eleitoral é interrompido em sua capacidade de moldar a divisão social, produzir mudanças e criar consenso.

IV. A deliberação carcomida

1. O circo

As campanhas eleitorais sempre foram momentos de paixão coletiva e teatralização e, nesse sentido, uma manifestação

da encenação do poder (Balandier, 1980). Entretanto, progressivamente, até chegar ao paroxismo contemporâneo, as eleições se tornaram não apenas um puro espetáculo, como criticou Guy Debord (1992), mas um espetáculo de baixa qualidade e pouco interesse.

Isso não é de forma alguma trivial. Quando os parisienses compareciam, por exemplo, a *reuniões* políticas no século XIX, provavelmente o faziam por dedicação ao bem público, mas também porque eram eventos interessantes em si mesmos, marcados pela atração indiscutível dos grandes tribunos e suas habilidades oratórias. Em outras palavras, as pessoas compareciam às reuniões republicanas porque queriam ver e ouvir tanto a pessoa quanto as palavras de Gambetta (Cossart, 2010). A luta política sempre foi um espetáculo, e toda a arte da oratória está lá para nos lembrar disso há milênios.

Dentro dessa continuidade, algo mudou profundamente. Em primeiro lugar, a vida contemporânea, seus ritmos e cadências, mas também a multiplicação dos centros de interesse e da oferta de atividades (culturais, esportivas, de lazer), conspiram e competem com os eventos políticos (Rosa, 2010; Martuccelli, 2017a). A oferta diária disponível torna cada vez mais verdadeira a piada de Oscar Wilde, para quem o problema do socialismo era que ele roubava muitas noites em detrimento de outras atividades. Em outras palavras, como em qualquer outra atividade atual, o importante é capturar a atenção móvel e evanescente dos indivíduos, tanto dos eleitores quanto dos consumidores (Citton,

2014). A conclusão é óbvia: a política precisa se abrir para o entretenimento. Ou, em outras palavras, a política precisa competir para atrair e captar a atenção dos espectadores como qualquer outra atividade coletiva.

Os eleitores sabem que a política não é um mero jogo de *reality show*, o que é mais importante (como indicam as pesquisas em que os eleitores dão respostas conformistas a perguntas normativas), mas isso não os impede de julgar a política com um olhar de espectador. Nesse contexto, o resultado é que o espetáculo eleitoral é geralmente considerado medíocre. Não necessariamente ruim, mas medíocre. Se algumas transmissões ou certos debates eleitorais importantes atingem níveis de audiência perfeitamente estimáveis, o resultado em termos de classificação é geralmente menos brilhante. Por imperativos comerciais (e muitas vezes por obrigações de serviço público impostas por lei), a mídia tende a encenar eventos políticos, a contar histórias, a captar a atenção dos eleitores por meio de escândalos, pequenas guerras de frases etc. *A narração de histórias* [*Storytelling*] invadiu a vida política (Salmon, 2007). Todo candidato, toda campanha, deve ter uma história. Uma história precisa ser contada e, cada vez mais, é a história do candidato, de sua vida e de suas realizações, e não a apresentação de um programa de governo árido.

A autobiografia de cada candidato (geralmente escrita ou supermonitorada por uma equipe especializada) serve como um programa. Não se trata de puro voyeurismo por parte dos elei-

tores. Em regimes políticos em que os eventos imprevistos se multiplicam e, como voltaremos a este ponto, as ações governamentais raramente estão de acordo com os programas apresentados, o julgamento da pessoa do candidato se torna um fator de racionalidade eleitoral. Saber como ele se comportou no passado, seus laços familiares, seus *hobbies*, são considerados critérios de avaliação adaptados a uma democracia personalista e baseada em opiniões. Não é preciso dizer que os critérios de seleção eleitoral baseados no conhecimento do caráter de um líder (uma forma de racionalidade exercida na ausência de informações ou na sua falta de confiabilidade) também podem se tornar puro voyeurismo.

O resultado é ambíguo. O deslizamento para a egopolítica é tal que a atração pelo líder, a proximidade emocional com sua pessoa, não legitima mais o sistema político. O líder se torna um indivíduo em vez de um representante impessoal de uma corrente política (Le Bart, 2013). O contraste é impressionante com o passado, quando os grandes homens da política não eram santos nem conhecidos por suas vidas pessoais; quando a grandeza política não era uma questão de moralidade ou psicologia, mas de vontade de inscrever no mundo uma ação capaz de mudar o curso da história (Monod, 2012, p. 172 e s.). A sensibilidade contemporânea, exacerbada pelas transmissões satíricas diárias, tende a degradar, ao contrário, a grande ação em pequenos defeitos morais ou cálculos privados. O julgamento político muda seu horizonte quando é a proximidade psicológica que os cidadãos buscam com seus líderes.

Nas últimas décadas, os líderes circenses têm se consolidado tanto na esquerda quanto, principalmente, na direita. Isso é o que se chama banalmente de populismo. Na verdade, são líderes altamente demagógicos e teatrais que não hesitam em questionar as instituições e a separação de poderes, apoiados na legitimidade das urnas. A lista é longa e com um número infinito de variantes: Berlusconi, Trump, Johnson, Orban, Salvini, Bolsonaro, Milei... Apesar de suas diferenças, o que os une é um desprezo comum pelos contrapoderes, uma adesão à campanha permanente, o fato de que eles se parecem mais com estrelas de *reality show* do que com governantes.

Diante desse uso explícito de atitudes circenses na política, muitas interpretações são equivocadas quando se trata de explicar as razões dos votos dos eleitores. Aqueles que antes explicavam o voto em regimes nacional-populares por um "prato de lentilhas", hoje se perguntam perplexos como os eleitores podem votar em regimes que manifestamente não atendem a seus interesses, mas aos das camadas mais ricas da sociedade. O erro, no passado como hoje, é sempre o mesmo: pensar que os eleitores votam *principalmente* com suas carteiras. A vida política é um universo de significados e paixões, de opiniões morais e convicções idiossincráticas. Anteriormente, como hoje, o voto, mas hoje cada vez mais superestimulado pelo circo eleitoral, reflete e produz identificações normativas (Frank, 2013; Pizzorno, 1991). Além disso, as classes populares, que durante décadas se definiram por meio de identidades socioeconômicas, tendem cada vez mais a fazê-lo em termos socioculturais.

Entretanto, além do fervor popular por esses líderes mais ou menos passageiros, o resultado ainda é ambíguo porque, quando se trata de entretenimento, muitos espectadores acabam preferindo o original à cópia. Portanto, não é surpreendente observar que os maiores discursos políticos das últimas décadas foram proferidos por atores que personificam presidentes dos EUA em filmes de Hollywood.[56]

As sociedades contemporâneas convivem sem muito interesse no espetáculo periódico e circense das eleições.

2. Manipulação

Aqui também, a corrosão do mecanismo eleitoral sofreu um salto qualitativo. Embora as tentativas de influenciar a opinião pública não sejam novas, a transformação foi sideral nos últimos tempos. Ainda que muitos estudos continuem a concluir que os fatores simbólicos da política (predisposições e valores, convicções) desempenham um papel mais importante do que o interesse pessoal na formação de opiniões políticas (Castells, 2013, cap. III; Frank, 2013), isso não impediu o desenvolvimento de uma enorme indústria de manipulação de influência.

Spins doctors, *storytelling*, especialistas em campanhas, uso de algoritmos, *grupos de foco*, pesquisas de opinião mais ou me-

56. Possível variante: nas eleições italianas de 2018, foi inventado um jogo on-line (*Vinci Salvini*) que permitia ganhar pontos em troca da produção de conteúdo pró-Liga, com a possibilidade até mesmo de conhecer o líder. Observemos que o uso político do princípio dos videogames, dos *gamers*, mas também das comunidades "não politicamente corretas" de que muitos deles participam, é um importante arsenal das técnicas de comunicação implementadas por Steve Bannon – especialista em comunicação e ex-assessor de Trump, antes de trabalhar para vários partidos de extrema direita na Europa (Da Empoli, 2019, p. 112-113).

nos confiáveis, estudos de impacto em tempo real, análises da percepção dos candidatos, desinformação e mentiras etc., a lista de atores e técnicas é longa e crescente. Nos últimos tempos, embora a técnica não tenha parado de evoluir e tenha até perdido terreno para os *trolls* humanos (menos onerosos, mais flexíveis), generalizou-se o uso de *bots*: programas capazes de disseminar milhões de mensagens nas redes sociais para eleitores previamente selecionados de acordo com determinadas características, como classe social, emprego, idade, gênero, localização, educação, religião, preferências políticas etc. Mecanismos sociotécnicos desse tipo possibilitaram, por exemplo, o envio de publicidade personalizada a 87 milhões de americanos nas eleições de 2016, mas também permitem, para ocultar os remetentes dessas mensagens de forma mais confiável, usar dispositivos técnicos que dificultam o rastreamento das fontes (como o WhatsApp, usado massivamente na campanha presidencial no Brasil em 2018).

A esse respeito, poucas campanhas eleitorais são tão "famosas" quanto a organizada pela Cambridge Analytica sobre o Brexit: um uso maciço das técnicas de individualização da publicidade de *marketing* no campo político. Durante as dez semanas da campanha, quase um bilhão de mensagens digitais personalizadas foram enviadas pelo Facebook, mensagens que foram refinadas e relançadas em tempo real de acordo com a reatividade observada – e medida – de cada eleitor graças às técnicas digitais, recebeu uma mensagem *ad hoc*.[57]

57. Esse não é um caso isolado. A plataforma Rousseau, por exemplo, projetada por Gianroberto Casaleggio (e depois controlada por seu filho), foi durante anos um princípio estruturante do movimento *Five Star*, na Itália, e um importante mecanismo de controle dos membros do movimento pela liderança. Ao contrário de muitas outras plataformas de *código aberto* transparentes, essa plataforma é caracterizada por sua opacidade. Isso não é um fato isolado:

A participação eleitoral tornou-se inseparável de estratégias abertamente manipuladoras.[58] Tudo isso, e o que está por vir, não tem nada a ver com o mecanismo eleitoral como foi pensado e instituído no passado. De fato, no que diz respeito à manipulação eleitoral, observamos algo análogo ao que evocamos e que ocorre no nível do consumo (Bauman, 1988). A manipulação acontece por meio da sedução, mas acontece, sobretudo, por meio de um sentimento de liberdade pessoal. Em ambos os casos, o consumidor ou eleitor experimenta uma liberdade de escolha que está ausente em muitas de suas outras atividades sociais. Uma sensação de liberdade que coincide com os controles intensos aos quais ele está sujeito em ambos os casos. Poucas atividades são, de fato, tão regulamentadas, estudadas, coagidas e manipuladas quanto o consumo ou o voto.

Nada disso elimina, dada a elasticidade irredutível da vida social, a existência de iniciativas por parte dos atores (Certeau, 1980; Martuccelli, 2001), mas nos obriga a reconhecer o novo cenário em que os cidadãos votam. Como no mundo do consumo, no qual o objetivo fundamental é captar a atenção do cliente, no mundo das eleições e na gestão dos governos, a estratégia do choque permanente, da urgência constante, do novo evento que expulsa o imediatamente anterior, impedindo o tempo indispensável para a deliberação, tornou-se uma política deliberada (Klein, 2007).

por mais surpreendente que possa parecer, nos estatutos do movimento foi estipulado que a plataforma Rousseau era responsável pelo kit de ferramentas de TI do 5 Estrelas (Da Empoli, 2019, p. 64).

58. Pense nos estudos que, sempre com uma vocação explícita para a manipulação, a partir da biologia e das ciências cognitivas, por meio de sensores biométricos, são realizados para controlar mecanismos infraconscientes, para determinar como o medo ou o ódio induzem atitudes e opiniões, para entender o que acontece na realidade interna dos indivíduos (pressão arterial, coração) quando eles são expostos a esse ou àquele tipo de informação ou pressão.

3. O golpe

As eleições também eram concebidas como um momento fundamental da vida política: aquele em que os cidadãos, após e por meio de deliberação pública, expressavam sua preferência política entre diferentes visões e programas por meio do voto. O mecanismo eleitoral era, portanto, inseparável da existência de programas, em qualquer caso, de partidos políticos com visões claramente definidas e muitas vezes opostas. Porém, ele também exigia, como insumo necessário, a existência de grandes afiliações políticas (esquerda e direita) capazes de estruturar os debates da sociedade. Mesmo que em poucos países a clivagem esquerda-direita tenha tido tanta força política, cognitiva e identitária quanto na França (Gauchet, 1992), por várias décadas esse eixo possibilitou, em diferentes países, classificar e julgar as diversas propostas.

Aqui também a mudança foi significativa. Os programas, quando existem, perderam sua centralidade nas campanhas eleitorais: porque as pessoas votam mais em um candidato do que em um partido; porque as contingências e a aceleração da vida política os tornam rapidamente obsoletos; porque o ritmo cotidiano das campanhas impede qualquer discussão aprofundada de uma proposta. Resultado: o programa se tornou um fetiche político.

Vamos esclarecer: sua importância pós-eleitoral é inversamente proporcional à sua leveza eleitoral. O programa se torna (quase) um cheque em branco para um candidato e a fonte de legitimidade que ele invoca para desenvolver sua ação governa-

mental. À medida que as capacidades de representação eleitoral do estado real da opinião pública diminuem, a legitimidade é comprimida no programa supostamente votado, mas cada vez mais, e de forma cada vez mais transparente, o programa é significante, se não vazio, pelo menos altamente elástico. Nem tudo o que foi anunciado é feito, coisas que não foram anunciadas são feitas, coisas que foram anunciadas acabam sendo feitas de uma forma que nunca foi explicitada, e assim por diante. É claro que os governantes eleitos são representantes e não delegados, mas isso não elimina o problema, à medida que eles reivindicam, em suas ações, a legitimidade que as urnas deram a seus programas (especialmente quando se trata de reformas ou medidas impopulares que dividem a opinião pública).

Como vimos com relação ao governo de avaliação, aqui também o que é desejado é escolhido a partir da expressão eleitoral e outras dimensões são descartadas. Os jornalistas estão cada vez mais empenhados em *checar as notícias* para verificar o vínculo entre o que foi anunciado e o que foi realizado, mas estabelecer o vínculo é mais difícil do que parece. Mesmo quando as reformas anunciadas são realizadas, muitas vezes elas acabam assumindo um caráter que não foi anunciado durante as eleições. O motivo é bastante simples: os aspectos técnicos, as controvérsias e as negociações que as reformas exigem significam que, no momento da votação, ninguém sabe ao certo qual será sua forma final. É verdade que algumas grandes intenções são expressas nas campanhas, mas não muito mais do que isso (pense nas reformas previdenciárias na Europa). Em outras pa-

lavras, quando os votos são dados nas campanhas eleitorais, as reformas em seus detalhes, ou às vezes até mesmo em seus princípios orientadores principais, não estão prontas. Não se trata apenas do fato de que o diabo está escondido nos detalhes (nas letras miúdas), mas também de que, muitas vezes, no momento da votação, não há um roteiro preciso.

Esse, entretanto, não é o único problema. O cheque em branco que o candidato eleito recebe, ou que o candidato eleito interpreta como tendo recebido, também é visível em vários programas políticos. O programa se tornou um *pacote*. Ele é comprado como um todo. Resultado: no que é considerada a área mais complexa e importante da vida coletiva, os eleitores escolhem de acordo com critérios particularmente grosseiros de consumo e hierarquia de preferências (quem compra todos os seus produtos em uma única loja ou de uma única marca?).

Como resultado, a legitimidade original, global e indistinta obtida por meio de eleições é contraposta por uma pluralidade de legitimidades específicas, dinâmicas e móveis da sociedade civil e da opinião pública, dependendo das questões ou reformas em discussão. Os governantes evocam a legitimidade das urnas; os oponentes evocam uma legitimidade mais dinâmica, concreta e em tempo real. Por trás dos conflitos de legitimidade democrática, às vezes erroneamente denominados, há uma infinidade de antagonismos conjunturais.[59] Em outras palavras, as

59. Vale a pena observar que, embora os atores da sociedade civil não costumem questionar a legitimidade dos governos, pelo contrário, esses últimos, confiando no voto e na legitimidade que ele transmite a seus programas, tendem a desconsiderar a legitimidade da contrademocracia (Rosanvallon, 2006) e as vozes das ruas.

assimetrias de poder que, até recentemente, eram mais ou menos enquadradas por eleições (e programas), agora estão sendo sistematicamente abertas. As eleições legitimam cada vez menos um programa e servem cada vez mais apenas para nomear os administradores políticos do dia.

Não é apenas uma questão de cinismo. As situações, a começar pela agenda imprevisível dos eventos, impõem decisões; as assimetrias de poder pós-eleitorais permitem fazer certas coisas e bloquear outras; o enfraquecimento da clivagem esquerda-direita torna as preferências menos consistentes; a dinâmica dos humores da sociedade civil não se deixa acorrentar ao voto de um programa, e assim por diante. Tudo o que foi dito acima é verdade, mas isso não deve nos levar a negligenciar o fato de que, durante as campanhas eleitorais, e por causa do espetáculo da campanha, nada (ou quase nada) é discutido de forma concreta ou aprofundada, e que os eleitores são forçados a escolher entre *pacotes* de governo quando, na realidade, o mosaico de suas preferências exigiria compras detalhadas.

Resultado: as eleições – como circo, manipulação ou fraude – colocam em questão uma das dimensões fundamentais da democracia, ou seja, a deliberação e a discussão esclarecida como um mecanismo para produzir crenças e legitimidade.

* * *

Todos estão cientes dessas dificuldades. Tanto é assim que periodicamente são propostas reformas dos mecanismos elei-

torais (mas sem delegação de soberania, típico da tradição revolucionária, cf. Arendt, 1985): democracia participativa (como nos orçamentos participativos, em que os cidadãos votam em uma parte do orçamento); conferências de cidadãos ou de consenso (em alguns países escandinavos, alguns cidadãos são pagos para deliberar sobre uma questão política específica); propostas para modificar o mecanismo eleitoral de modo que cada eleitor possa expressar não apenas suas preferências, mas também sua rejeição a este ou àquele candidato; pedidos de referendos de iniciativa dos cidadãos etc.

Tudo isso aponta para a profunda crise do mecanismo eleitoral. Isso não diminui, por si só, a legitimidade das eleições que, em um mundo de competição acirrada entre hegemonias e contra-hegemonias, continuam sendo um dos procedimentos mais mobilizados para designar os governantes do dia em uma sociedade de iguais. Além disso, no final das contas, apesar de sua oxidação, a legitimidade eleitoral continua sendo esmagadora. Nada pode se opor a ela de forma duradoura, mas, por meio dessa legitimidade incontestável, um novo campo de jogo se abriu de forma mais ou menos furtiva. Na verdade, os conflitos estão sendo disputados por meio do próprio mecanismo eleitoral e são perpetuados após o veredicto das urnas. As eleições não transmitem mais a autoridade necessária, ou seja, um consentimento conciliado e duradouro. As eleições, essa grande ferramenta de legitimidade democrática, em sua incapacidade de encerrar debates, abrem cada vez mais infinitas assimetrias de poder.

É interessante notar que a crescente falta de confiança nas eleições também revela os limites democráticos dos populismos contemporâneos. A obsessão desses partidos e líderes com o poder eleitoral majoritário e as críticas que eles projetam sobre a democracia em seu nome ocultam voluntariamente o fato de que as eleições são apenas *uma* das expressões possíveis e imperfeitas da vontade geral (Rosanvallon, 2020, p. 197-211). Há muitas outras formas de expressar a vontade popular nas sociedades atuais e é cada vez mais necessário articulá-las entre si (eleições, opinião pública, pesquisas, manifestações, imprensa, redes sociais, separação institucional dos poderes do governo). Ao fazer das eleições o único termômetro da democracia, os populismos revelam, em um período em que o mecanismo eleitoral foi corrompido, seu déficit democrático.

É claro que, aqui, como nos outros capítulos, não se trata de tudo ou nada, mas também, quando se trata do mecanismo eleitoral, os controles factuais que eles provocam ganham peso e força sobre as crenças. As eleições não deixaram de ser uma fonte de legitimidade, mas são cada vez mais um mecanismo aberto e transparente de controle e a expressão de assimetrias de poder não resolvidas.

Capítulo 9

AS BATALHAS INTERMINÁVEIS DA ESFERA PÚBLICA

As transformações na produção, imposição e manutenção de crenças não são observadas apenas no nível da ideologia dominante ou dos mecanismos eleitorais. Mudanças importantes também ocorreram na esfera pública.[60] A seguir, caracterizaremos a esfera pública como uma esfera de enunciação, inteligibilidade e aparência, estruturalmente dividida em quatro grandes blocos, cada um com um ator predominante, nos quais, por meio de lutas permanentes, há uma luta para influenciar ou moldar as representações coletivas.

O argumento será desenvolvido em quatro etapas. Na primeira e na segunda partes, apresentaremos o que chamaremos de dupla transformação da esfera pública: o surgimento, além de sua divisão tripartite usual em diferentes blocos estruturais (sistema político, sociedade civil, mídia) e seus respectivos atores principais (líderes políticos, movimentos sociais, jornalistas), de um quarto bloco estrutural em torno da galáxia da Internet (que faz a mediação entre o espaço público *convencional* [*mainstream*] as mobilizações sociais e o sistema político) e um novo ator, os ativistas da Internet. Na terceira parte, uma vez que esses fatores tenham sido detalhados, nos concentraremos nas principais mudanças que a galáxia da Internet está provocando

60. Este capítulo retoma, elabora e aprofunda elementos desenvolvidos em Martuccelli (2015b).

em termos de opinião pública e democracia. Na quarta e última seção, defenderemos a necessidade de um Iluminismo pós-positivista como forma de confrontar os desvios atualmente presentes na esfera pública.

Como será visto nesses processos, as crenças são cada vez mais um foco de discordância e contenção entre os cidadãos, dificultando seu papel no governo dos indivíduos.

I. A primeira transformação da esfera pública

A primeira característica importante da esfera pública atual pode ser facilmente definida: nem o sistema político *stricto sensu* (Estado e sistema partidário), nem a sociedade civil (mobilizações sociais, sindicatos, ONGs), nem o espaço público (mídia, pesquisas) são capazes de orientar e impor *unilateralmente* as crenças na vida social. Certamente, a maior parte da negociação política ainda é realizada sob a batuta dos governos, para os quais o peso da liderança política ainda é importante e, muitas vezes, decisivo. Entretanto, os atores pertencentes aos outros dois blocos da esfera pública desfrutam de uma autonomia inegável, como exemplificado na América Latina pela consolidação de uma sociedade civil cada vez mais dinâmica, mas também pela independência a que certos sindicatos foram forçados pela mudança na orientação econômica de determinados governos tradicionalmente amigáveis. A autonomização também é visível no espaço da própria esfera pública, onde grandes grupos eco-

nômicos, proprietários dos meios de comunicação, aumentaram sua independência em relação aos governos no poder.

Essa primeira grande mudança estrutural, que ocorreu na Europa no início da segunda metade do século XX e que se consolidou na América Latina, com importantes variações nacionais, nas décadas de 1980 e 1990, levou a uma redefinição das relações de poder entre os que eram tradicionalmente os três principais blocos na esfera pública. A situação contemporânea, como analisaremos gradualmente, continua a ser inscrita em vários aspectos na esteira dessas mudanças.

A análise do estado efetivo das forças presentes em cada bloco pode ser feita por meio da tensão esquemática entre o poder de ação, por um lado, e o poder de enunciação, por outro. Ambos estão inscritos na polissemia do termo *representação*. Por um lado, a representação (enunciação), ao dar uma forma institucional a determinadas reivindicações sociais, permite que elas sejam tratadas. Por outro lado, a representação (ação) fornece legitimidade para intervir na sociedade. Entre os dois, havia uma tensão que se tornou mais aguda à medida que, como discutimos no capítulo anterior, o potencial desacordo entre a expressão eleitoral (os grupos representados no parlamento) e o estado mais volátil da opinião pública se tornou evidente.[61]

[1] Em primeiro lugar, nesse estágio da esfera pública, o sistema político-institucional tinha uma capacidade decisiva de ação,

61. A apresentação sinóptica que se segue é, em suas linhas gerais, comum entre muitos analistas. V., entre outras modelagens produzidas antes das grandes transformações introduzidas pela Internet (Habermas, 1997; Manin, 2012; Dubet e Martuccelli, 2000).

pois era, em última instância, o principal ator com os instrumentos necessários para impor determinadas decisões. Ao mesmo tempo, porém, sua capacidade de representação e análise do que estava acontecendo na sociedade estava diminuindo, tanto em face das mobilizações sociais quanto, principalmente, em face da mídia e dos especialistas em opinião pública. Certamente, a modernização da administração e o progresso na produção de estatísticas nacionais, que são tecnicamente mais confiáveis (apesar das tentações recorrentes de vários governos de manipulá-las), atenuaram a afirmação acima. O fato é que o sistema político perdeu seu monopólio sobre a enunciação da questão social (algo que nunca dominou totalmente) e viu seu poder de representação e inteligibilidade da sociedade ser corroído em benefício de uma opinião pública mais heterogênea e diversificada.

[2] A sociedade civil, vista sob a perspectiva da equação entre o poder de ação e o poder de enunciação, viveu uma situação diferente. Por um lado, sua capacidade de intervenção direta nos eventos foi transformada de forma heterogênea. Em alguns casos, perdeu sua capacidade de ação e pressão (como os sindicatos), enquanto em outros, ao contrário, aumentou suas margens de influência (como as ONGs). Por outro lado, a lógica de ação dos movimentos sociais se transformou, pois eles deixaram de atuar apenas na defesa ou na representação de determinados interesses ou identidades e passaram a operar como mobilizações que buscavam alertar a opinião pública e, eventualmente, os poderes institucionais.[62]

62. Isso não é algo que deva ser negligenciado. Desde os anos 1980, a sociologia da ação coletiva tendeu gradualmente, a partir de várias teorizações, a interpretar a ação coletiva em analogia com a mídia. Isso foi feito enfatizando os interesses simbólicos que eles dirigem à sociedade, seu

Embora o alvo final da ação ainda fosse, em geral, o sistema político sobre o qual se pretendia causar impacto, as mobilizações coletivas agiam cada vez mais como canais alternativos de representação-enunciação e alerta à mídia e à opinião pública.

[3] Por fim, nesse primeiro estágio da esfera pública, a mídia experimentou um desequilíbrio de poder que era quase o oposto do sistema político em termos da equação entre ação e enunciação. Embora sua capacidade de ação tenha se mostrado limitada (muitas das campanhas de informação lançadas pela imprensa não foram traduzidas em prática), seu poder de enunciação-representação aumentou de forma constante. Isso mostra a especificidade do espaço público e o papel, nessa fase, de um de seus principais atores, a imprensa, e sua capacidade de estabelecer o que (e não como) está sendo falado na sociedade. O poder do espaço público se refletiu em sua capacidade de mostrar a lacuna entre as promessas e as ações dos atores políticos, ou monitorando suas ações e denunciando a corrupção (em termos de campanhas de opinião às vezes orientadas por interesses econômicos ou políticos da oposição). Entretanto, isso não deve nos fazer esquecer o principal limite estrutural desse bloco: o diferencial de poder entre sua capacidade de enunciação e sua capacidade direta de ação. Isso é claramente visível, por exemplo, no impacto relativo que as denúncias de supostos atos de corrupção tornados públicos pela mídia acarretaram, mesmo que apenas porque a temporalidade do judiciário era e é, felizmente, de uma natureza diferente.

trabalho de alerta, sua capacidade de produzir mudanças cognitivas, os repertórios culturais que eles mobilizam para expressar suas mensagens etc. (Cefaï, 2007).

O poder da imprensa residia, sobretudo, em sua capacidade de impor a *agenda*, ou seja, em sua capacidade de induzir o que deveria ser falado. A ideia já havia sido expressa em 1901 por Gabriel Tarde (1989) em *A opinião e a multidão*: a vida social é inseparável de um conjunto de conversas que, estimuladas pelos jornais, são seu próprio fundamento. Reconhecer esse poder, entretanto, não deve nos levar a desconsiderar a crescente capacidade do sistema político de orientar os temas de discussão. Para lançar, por exemplo, novos debates ou ações com o propósito expresso de desviar a atenção do público para outras questões, quando a mídia estava interessada demais ou por muito tempo em uma questão que a desestabilizava.

Por meio desse conjunto de transformações, que ocorreram em ritmos diferentes em muitas partes do mundo, a natureza da esfera pública mudou durante a segunda metade do século XX. A primazia do sistema político e a subordinação dos atores sociais e da mídia deram lugar a um conflito mais aberto, no qual cada bloco viu sua autonomia ser transformada e reforçada. Dentro de cada bloco (sistema político, sociedade civil, espaço público), as divisões eram importantes e a concorrência entre os atores era significativa, assim como as influências e disputas cruzadas entre os atores que operavam em cada um deles.

II. A segunda transformação: o que a Internet produziu na esfera pública

A esse primeiro conjunto de transformações estruturais, que continuou a se desenvolver e se aprofundar, foi acrescentado um segundo conjunto de mudanças introduzidas pela Internet no período de 2000 a 2025. A importância dessa mudança foi tão grande, e suas consequências tão diferentes e imprevisíveis que, para entendê-la completamente, é necessário dissociar a Internet do bloco com o qual ela é frequentemente associada, ou seja, a mídia e o espaço público. Contra essa interpretação, tentaremos mostrar que é mais heurístico conceber a galáxia da Internet como um quarto componente estrutural da esfera pública. Em outras palavras, por causa da galáxia da Internet em um sentido amplo (a própria Web, redes sociais, nova pós-mídia, Facebook, X, Instagram, TikTok...), a esfera pública não está mais estruturalmente dividida em três, mas em quatro grandes blocos[63], o que leva a uma profunda transformação das estratégias de cada um dos atores na esfera pública.

1. O que a galáxia da Internet produziu no sistema político

A galáxia da Internet aprofundou e, às vezes, até transformou um dos grandes temores recorrentes dos atores do sistema político: a sensação de opacidade diante de uma sociedade da qual eles se sentem alheios a muitos elementos e desenvolvimentos e, acima de tudo, diante da qual sentem que sua ca-

63. Tomamos emprestada e recriamos livremente a noção de galáxia da Internet de Manuel Castells (2002).

pacidade de controle está enfraquecida. Vista do sistema político, a sociedade é sempre uma caixa preta. Esse também é o motivo do sucesso e da permanência da fórmula da sociedade bloqueada (Crozier, 1970): entre os atores políticos, é comum a percepção de que os cidadãos resistem às mudanças ou protestam contra as reformas. Como é sabido, para aliviar essa insegurança, os governos não minimizam seus esforços, se não para controlar, pelo menos para sondar atores sociais. As técnicas para conseguir isso vão desde o uso de carregadores como informantes da polícia no século XIX até pesquisas de *Big Data* sobre a opinião pública (Kotras, 2018). Além dos debates sobre a eficácia de cada uma dessas técnicas, o importante é entender o poder que esses dispositivos (relatórios do serviço secreto, pesquisas de opinião, conselhos de especialistas em comunicação) transmitem à equipe política em termos de segurança cognitiva. Graças a esses procedimentos, os tomadores de decisões políticas sentem que podem "ver" ou conhecer o estado da opinião, tomar seu pulso e, mais recentemente, graças aos *spins doctors* e às técnicas de *storytelling*, canalizá-la e até mesmo controlá-la.

É muito provável que a função real desses intermediários e dispositivos seja mais psicológica do que cognitiva (Cayrol, 1997). Sua função principal é amenizar o medo dos atores políticos da opacidade da opinião pública e de seus humores; mitigar o sentimento mais ou menos forte, mas sempre crônico, da imprevisibilidade das mobilizações sociais, o medo de uma sociedade ingovernável. Não é surpreendente, portanto, que muitos atores políticos tendam a atribuir – pelo menos em parte – a

responsabilidade por suas dificuldades à mídia. A mídia, como mediadora estrutural entre o sistema político e a sociedade civil, deturparia os fatos e suas intenções.

Essa era a situação tradicional e ainda é, em parte, a situação atual, mas a galáxia da Internet mudou estruturalmente o cenário. O panorama tornou-se incomensuravelmente mais complicado porque, direta ou indiretamente, a Internet transformou o próprio espaço público, permitindo, fora da mídia padrão, o surgimento de uma opinião pública mais direta, menos filtrada e mais heterogênea que reconfigurou as relações entre o público, o privado, o pessoal e o íntimo. O medo da caixa-preta da sociedade aumentou exponencialmente à medida que aumentava a visualização da fragmentação do tecido social. Ainda mais: sem que a tendência em si seja totalmente nova, os tomadores de decisões políticas se sentem cada vez mais escrutinados e sob a lupa dos cidadãos que, em grande parte da galáxia da Internet, comentam e analisam, impiedosa e implacavelmente, sua *aparência*, suas ações, suas declarações e suas contradições. Acima de tudo, eles sentem que suas ações são minuciosa e implacavelmente examinadas por um novo tipo de ator que emerge dentro desse novo bloco da esfera pública, que doravante chamaremos de ativistas da Internet (Cardon e Granjon, 2013). Trata-se de indivíduos que, graças ao uso frequente ou diário da Internet e às informações plurais que circulam e que eles próprios frequentemente fazem circular, desenvolvem visões militantes específicas sobre a realidade social.

A galáxia da Internet, portanto, aguça o sentimento de desestabilização que os atores políticos geralmente têm em relação à opinião pública, e faz isso de uma maneira diferente da mídia. É claro que as críticas à mídia não cessaram. No último período, ela foi frequentemente criticada por sua tendência crescente de espetacularizar as notícias[64], uma dimensão que foi fortemente acentuada pelo surgimento de canais de informação contínua (como a CNN), que são obrigados, por motivos de interesse comercial, a gerar informações, discussões, debates e pautas ininterruptas sobre assuntos atuais. Uma super-representação da mídia que, de acordo com vários diagnósticos, é responsável por indiferença, despolitização, apatia, cinismo, falta de participação ou cidadania de baixa intensidade.

Entretanto, essa não é a principal crítica que os atores políticos fazem à galáxia da Internet. Nela, eles veem e denunciam, acima de tudo, um meio de vigilância e comentários excessivos sobre suas ações e um canal para a circulação, em grande parte livre de qualquer controle ou filtro, de informações falsas, rumores e crenças conspiratórias.[65] Voltaremos a esse aspecto, mas, em ambos os casos, seja por meio da ação da mídia ou da Internet, a sensação de muitos atores políticos é que a credibilidade da democracia está sendo estruturalmente prejudicada.

64. A crítica não é nova. Já em 1922, Walter Lippman chamou a atenção para o fato de que a mídia, em sua época principalmente a mídia impressa, tendia a promover representações dramatizadas de notícias que incentivavam a mobilização de estereótipos.
65. Não é de surpreender que os governos estejam implementando uma série de medidas para controlar esse novo bloco da esfera pública: a expansão das escutas, a produção de legislação para regulamentar seu uso, o uso de *hackers* em operações de espionagem ou a infiltração em determinados *sites* etc.

2. O que a galáxia da Internet produziu na sociedade civil

Também no bloco da sociedade civil e no nível de um de seus principais atores – as mobilizações sociais – a transformação introduzida pela galáxia da Internet foi importante. Entretanto, a equação básica em si permanece inalterada. Por motivos estruturais, a sociedade civil sempre tem a dupla sensação de não ser suficientemente ouvida pelo sistema político e de não ser suficientemente visível na mídia. Isso explica, além disso, por que eles nunca param em seus esforços para "pesar" sobre o primeiro e "transmitir" a segunda. Esse sentimento tradicional, embora não tenha desaparecido, foi transformado e aguçado pela Internet.

Para entender isso, é importante reconhecer a divisão estrutural que a galáxia da Internet estabelece, pelo menos como uma possibilidade, entre a minoria ativa tradicional (os militantes que participam e, acima de tudo, lideram as mobilizações sociais) e uma minoria emergente de ativistas da Internet. Se alguns ativistas da Internet *também* são membros da minoria ativa, esse não é necessariamente o caso de um grande número deles. Essa divisão de perfis exacerba a dupla desconfiança que acabamos de mencionar: o que é conhecido e circula nas redes não "pesa" na política e, acima de tudo, não "passa" na *grande mídia*.

De fato, essa minoria de ativistas da Internet não entende (exceto por meio de explicações que acentuam suas suspeitas) por que a grande imprensa não divulga o que eles sabem e discutem na Internet e, mais ainda, por que os formuladores de políticas não reagem. A desconfiança tradicional das minorias ativas em relação

à grande mídia ou às instituições políticas é transformada na suspeita estrutural da minoria de ativistas da Internet em relação a elas. Essa atitude pode, além disso, acentuar o nervosismo e a suspeita militante quando a censura ou a manipulação da circulação de imagens é observada, por exemplo, em relação a uma manifestação ou repressão. Ou quando simplesmente se observa que não há informações sobre eventos que ocorreram na realidade, mas que não capturaram o interesse da grande mídia. O fato de a mídia tradicionalmente dar atenção diferenciada a diferentes formas de mobilização social ou violência (nem todas as ações têm a mesma facilidade de entrar no espaço público, algumas exigem, por exemplo, altas doses de violência para receber a atenção da mídia, cf. Peralva e Macé, 2002) é simplesmente ignorado pelos ativistas da Internet que veem isso como um sinal óbvio de manipulação de opinião.

Esse é um fenômeno novo sob certos parâmetros. A distância tradicional entre a minoria ativa (os próprios militantes) e a maioria passiva dos cidadãos dá lugar a uma nova divisão: a fronteira que separa os membros da minoria ativa dos ativistas da Internet. Uma divisão que, por sua vez, se duplica (voltaremos ao assunto) em outra separação, aquela entre uma minoria que é percebida como esclarecida (que é informada por meio da Internet e de sua diversidade de fontes) e uma maioria que é designada como desinformada (porque possui pouca informação, porque suas fontes de informação são limitadas à mídia convencional).

Certamente, a figura dos *whistleblowers* (Chateauraynaud, 2009), indivíduos ou grupos que desestabilizam ou criticam o

"sistema" graças à circulação de informações privilegiadas, é a melhor prova possível de uma articulação que muitos consideram exemplar entre a ação coletiva e a galáxia da Internet. Um fenômeno que vai de Snowden a Wikileaks, passando, talvez o mais importante, por tantas denúncias anônimas de médicos, advogados ou funcionários públicos no exercício diário de suas profissões. No entanto, esses casos não devem nos levar a minimizar, como veremos, a complexidade dos vínculos entre os ativistas da internet e a minoria tradicionalmente ativa dos movimentos sociais.

Antes, considerava-se que alguém era um ator social ou vivia em isolamento político. Hoje, graças à galáxia da Internet, o espectro de participação se ampliou. A oposição entre atores (minorias ativas) ou espectadores passivos (ou indiferentes) não desapareceu, mas foi duplicada por outra tensão: aquela produzida por indivíduos que são comentaristas ativos da vida pública sem necessariamente transformar seu interesse em termos de participação eleitoral[66] ou militância em ações coletivas.

3. O que a galáxia da Internet produziu no espaço público

Em terceiro lugar, a galáxia da Internet introduz desafios sem precedentes no nível do próprio espaço público. Até seu advento, o espaço público havia adquirido progressivamente um poder significativo na enunciação-representação dos principais debates da sociedade. De fato, como já mencionamos, e dado o

66. Entretanto, dadas suas características culturais e sociais, muitos usuários ativos da Internet tendem a ir às urnas. Para uma apresentação sinóptica sobre os usos diferenciados da Internet de acordo com as categorias sociais, consulte Rieffel (2014, p. 218-222).

diferencial de tempo entre a ação e a enunciação, a crítica diária às instituições e aos atores políticos tornou-se uma característica distintiva da opinião pública moderna.

A galáxia da Internet se estabeleceu como um novo bloco estrutural da esfera pública ao lado do espaço público tradicional. Inventado no final do século XVIII em torno dos cafés de Londres, dos salões parisienses ou dos círculos de Genebra, o espaço público, como local de publicidade e discussão de assuntos públicos (*res publica*), transformou o perímetro da vida social e tornou-se um fator importante na construção do imaginário compartilhado das nações modernas (Anderson, 2006). Desde o seu advento, a imprensa e a mídia têm sido o espaço privilegiado para uma representação do mundo como um conjunto incessante e renovado de eventos

A opinião pública está assumindo uma face diferente na galáxia da Internet. Dentro desse novo bloco, afirma-se o perfil dos ativistas da Internet, que, ao contrário da prática do jornalismo (que está sujeita a taxas muito altas de produção de informações), às vezes tende, em analogia tanto com as minorias ativas de certos movimentos sociais quanto com o trabalho dos jornalistas investigativos, a se aprofundar em um assunto, abordá-lo de maneira pluralista, buscar, mas também obter e produzir informações complementares. Em outros momentos, novos quadros de percepção são construídos por meio de processos longos, complexos e mais ou menos aleatórios de navegação na Web, por meio dos quais, mais cedo ou mais tarde, é o poder de enunciação da

mídia que se torna o alvo da crítica. Não há nada de estranho nisso: dada a proximidade dos insumos (informação, comunicação), a galáxia da Internet, como um novo bloco da esfera pública, é obrigada a legitimar suas próprias ações e, portanto, a criticar a mídia, que, até sua irrupção, desempenhava um papel preponderante nos debates públicos.

Há uma diferença significativa entre o espaço público e a galáxia da Internet. Enquanto o primeiro, em geral, incentivou a opinião pública a adotar uma postura passiva em relação ao trabalho dos jornalistas, a segunda, ao contrário, alimentou entre seus principais atores uma atitude de desconfiança, pelo menos de suspeita ou vigilância, que os leva a comparar fontes, imagens e declarações, produzindo gradualmente um novo tipo de crítica ao poder da mídia e ao trabalho dos jornalistas. Não é de surpreender que os jornalistas, em seu desejo de defender seus interesses e seu antigo poder, desacreditem os atores da galáxia da Internet, questionem a legitimidade de suas informações, em suma, rejeitem os possíveis excessos dessa esfera adicional de discussão pública. A mídia e os jornalistas estão cada vez mais críticos em relação às informações (não filtradas, não controladas) que circulam na Web, e alguns grandes portais de imprensa até transformaram o checknews em um novo critério de ética jornalística (e uma arma na luta contra os novos atores da informação que são os usuários ativistas da Internet). Essa atitude tem mais de uma característica em comum com a dos clérigos de séculos atrás, quando confrontados com o advento da imprensa... e a possibilidade de publicar "qualquer coisa".[67] De todo

67. Lemieux (2000). Para uma crítica da ideia de que "a Internet destrói a cultura", consulte Keen (2008).

modo, consolidou-se um campo ampliado de luta de opiniões, de questionamentos, de modificações na concepção da verdade (Baricco, 2019, p. 277-303).

A galáxia da Internet está ameaçando o espaço público e aqueles que, por muito tempo, foram seus principais atores: os jornalistas. Uma nova dinâmica de rivalidade e complementaridade está surgindo. De forma complementar: se a mídia é cada vez mais forçada a transmitir o *burburinho* [*buzz*] da Web, por outro lado, e apesar de suas suspeitas, a galáxia da Internet é maciçamente alimentada pela grande mídia. No modo de rivalidade: entre jornalistas e ativistas da Internet, atitudes de suspeita mútua e um inegável espírito de competição são generalizados.

Vamos insistir na complementaridade entre os dois blocos, pois isso nos permitirá destacar sua diferença estrutural. As opiniões expressas em *sites* alternativos de informações, ou simplesmente na Web, geralmente permanecem confidenciais, a menos que as informações sejam divulgadas por um grande meio de comunicação. Ademais, isso está acontecendo cada vez com mais frequência, devido ao duplo imperativo da lucratividade econômica e da aceleração do ritmo de produção de informações a que a mídia está sujeita, mas também devido à tendência do campo jornalístico de observar a si mesmo (Bourdieu, 1997) e, nesse caso, de observar uma esfera de comunicação próxima e rival. Os atores da galáxia da Internet foram rápidos em entender isso: o importante é criar burburinho nas redes sociais (visualização exponencial de um vídeo acessível no YouTube, envio exponencial de mensagens

por X etc.). Se isso acontecer, os jornalistas "falarão o que pensam" na Web. Assim como os atores da sociedade civil mencionados acima, os atores da galáxia da Internet também sentem que precisam "entrar" no espaço público convencional.

Em suma, os principais atores desse quarto bloco estrutural, os ativistas da Internet, acabam constituindo um novo perfil na esfera pública que, independentemente de seus vínculos com partidos políticos, mobilizações coletivas ou espaço público convencional, tem características específicas. Entre muitos desses ativistas, dada sua tendência de simplesmente assimilar a mídia convencional ao "sistema", há um sentimento crescente de um divórcio estrutural entre o domínio da representação funcional da sociedade (que continua sendo o domínio das instituições políticas e dos atores mais institucionalizados da sociedade civil) e o domínio da expressão-discussão-dinâmica do que eles consideram ser a opinião pública genuína – aquela que eles fazem viver "livremente" na galáxia da Internet. Em resumo, a opinião pública digital – a única opinião pública que os usuários da Internet consideram realmente viva – não coincide com a opinião pública da mídia convencional.

III. A galáxia da Internet e a democracia

A galáxia da Internet, como um novo bloco estrutural da esfera pública, introduz mudanças substanciais na própria prática da democracia. Para entender a verdadeira tonalidade des-

sas mudanças, é importante ir além de um conjunto geralmente simplista de elogios ou temores sobre a Internet.

Os elogios: a Internet por si só, afirmam alguns, permitiria o verdadeiro governo da opinião pública (Lévy, 2002) e um controle por e graças à opinião dos governos (o que alguns, incluindo o título do filme de relativo sucesso dedicado ao fundador do WikiLeaks, chamam de quinto poder). Graças à galáxia da Internet, seria possível conhecer o estado real e imediato da opinião pública. A quantidade exponencial de informações que circulam nela, em parte capturada pelos *Big Data*, tornaria possível, melhor do que as pesquisas e seus vieses (perguntas direcionadas, medições instantâneas válidas apenas para um momento "t", cidadãos passivos e isolados etc.), conhecer a flutuação contínua da opinião pública.). Permitiria conhecer a flutuação contínua da opinião pública tanto por meio das ações de ativistas da Internet quanto de indivíduos comuns em seu uso diário da Internet: *blogs*, comentários em *sites* de informações, reações a artigos de jornais, mensagens no X, podcasts ou vídeos em redes sociais, WhatsApp etc. (Kostras, 2018).

Os temores: por causa de sua pluralidade, a galáxia da Internet destruiria todos os resquícios de um mundo comum entre os cidadãos, dispersando-os e trancando-os em micromundos isolados e até hostis. Ela imporia a tirania da visibilidade (Aubert e Haroche, 2011; Heinich, 2012), estimularia o *zapping* mental e a superficialidade do pensamento. A questão não é necessariamente nova. Mesmo se deixarmos de lado os debates entre mí-

dia apocalíptica e integrada na década de 1960 (Eco, 1965), já na década de 1980, diante da multiplicação de canais de televisão e, portanto, do declínio relativo dos canais de televisão generalistas, alguns analistas expressaram temores dessa natureza (Wolton, 1990; Missika, 2006). Vale a pena relembrar rapidamente o raciocínio: de acordo com essas análises, o telejornal tradicional tinha a função de criar um universo compartilhado de preocupações, além de uma função estritamente informativa, porque o que era dito ali era o que todos sabiam e sobre o que todos falavam. A multiplicação de canais e, *a fortiori*, é claro, a revolução ampliada da Internet, seria, portanto, um agente de dissolução da coesão discursiva da sociedade.

Entretanto, não foi isso que aconteceu. A heterogeneidade dos centros de interesse foi afirmada ao mesmo tempo em que a experiência de vida em comum se aprofundou. Por quê? Porque aumentaram as possibilidades de visualização individualizada e não sincronizada dos produtos das indústrias culturais (o que aumentou suas audiências), mas também porque se consolidaram grandes portais de informação ou alertas de notícias, o que aumentou, em vez de diminuir, o conhecimento compartilhado sobre determinados eventos no mundo. Apesar do mosaico de notícias, portanto, não apenas certos *sites* intermediários foram reconstruídos (algumas plataformas de acesso à Internet oferecem uma seleção diária de notícias), mas também o consumo de informações consideradas importantes é compartilhado entre os indivíduos. A multiplicação de canais e a relativa dispersão de públicos não levaram a uma ruptura da comunalidade (Martuccelli, 2017a). Os grandes

portais ou alguns *sites* que concentram a maioria das visitas desempenham um papel importante nesse sentido.

A essa preocupação, que se mostrou infundada, somou-se, como veremos mais detalhadamente daqui a pouco, a preocupação de que a Internet facilitaria a circulação de boatos, informações falsas (não controladas, não filtradas), até mesmo mentiras e calúnias, o que é uma crítica comum dos jornalistas aos usuários ativistas da Internet.

Como devemos avaliar o papel da Internet na democracia, como uma promessa ou um perigo? Talvez desapaixonando o debate e, para nos atermos aos limites deste capítulo, concentrando-nos no governo dos indivíduos em quatro áreas principais.

[1] Para muitos indivíduos, a Web mudou pouco em suas práticas de cidadania. É claro que esse julgamento é relativo, mas, em termos de revolução digital, a nova família de tecnologias transformou a vida de forma mais sensível em outros níveis: trabalho, atividades econômicas, consumo, sociabilidade. Em contrapartida, apesar de seu potencial, a Web transformou *radicalmente* o exercício da cidadania (participação em *sites* alternativos, busca ou produção de informações adicionais etc.) para apenas uma minoria de cidadãos. Certamente, o uso da Web como um recurso para a ação coletiva dos cidadãos (mas também em campanhas eleitorais) tem aumentado constantemente nas últimas décadas e tende a ser usado cada vez mais por indivíduos com menos capital educacional ou cultural. Entretanto, o que nos interessa destacar nesta seção é como as práticas dos usuários ativistas da Internet

afetam, além de seus efeitos sobre outros atores da esfera pública, o próprio exercício da democracia e o governo dos indivíduos.

Vamos primeiro nos deter nesse aparente paradoxo. Em princípio, a Internet parece tornar tecnicamente possível o reinado da opinião pública *soberana*: um espaço público onde os indivíduos podem fazer uso público da razão argumentativa (Habermas, 1993). Entretanto, na prática, esse tipo de uso da Internet pelos cidadãos está atualmente reservado a uma minoria (geralmente atores mais instruídos do que a média de um país, com renda mais alta, urbanos, com acesso doméstico à Internet etc.). Essa divisão no uso real da Internet pelos cidadãos é importante, mas não se pode esquecer que a maioria dos usuários da Internet é constituída por consumidores passivos de informações. Não é preciso dizer que, entre a minoria que faz uso cívico da Internet, aqueles que produzem informações *regularmente* são uma ínfima minoria dentro dessa minoria.

O mais significativo, no entanto, é que a galáxia da Internet, por seu próprio funcionamento (lógica de navegação, interconexão de sites), está provocando mudanças na relação que *certos* cidadãos, especialmente os ativistas da Internet, mantêm com a democracia representativa. Assim, estamos testemunhando a consolidação de um tipo de cidadão cujas demandas sobre a qualidade da democracia estão aumentando. Pode-se até pensar que estamos testemunhando uma nova face da *prestação de contas* (*accountability*): além da prestação de contas tradicional, que é estritamente institucional por natureza, e cujas inadequa-

ções na América Latina foram amplamente relatadas por Guillermo O'Donnell (2007), existe agora um domínio de *prestação de contas* não institucional, em tempo real, por meio da Internet. Uma demanda por *accountability* que não se limita apenas às ações dos governos, mas que também é exercida na direção da mídia e que é capaz até mesmo de dar uma tradução prática às críticas intelectuais, às vezes ferozes, dirigidas à televisão (Postman, 2010).

Em suma, o que é mais significativo no nível da cidadania não é a generalização do uso argumentativo da razão graças à Internet, mas a modificação e, às vezes, a radicalização das opiniões e das demandas de uma minoria de cidadãos em relação à democracia (Cardon e Granjon, 2006).

[2] Voltemos à acusação de que a Internet enfraqueceria a coesão discursiva e informacional da sociedade ao facilitar a radicalização de opiniões (lógicas sectárias de pequenos grupos, lógicas de conspiração, polarização). Como já vimos, essa seria uma das consequências do abandono da grande mídia generalista em favor de canais temáticos e, principalmente, de *sites* de informações heterogêneos e ideologicamente orientados. Se a situação não é nova por si só (tradicionalmente, era o caso das práticas de informação dos militantes políticos que tendiam a ler quase que exclusivamente a "sua" imprensa partidária), a galáxia da Internet introduz uma mudança de grau, já que o fechamento de informações seria particularmente acentuado entre os atores mais contenciosos ou desconfiados.

À primeira vista, a afirmação tem um componente contraintuitivo. Em vez de aumentar a exposição à diversidade de opiniões existentes, a navegação na Web tenderia a restringir a curiosidade, prendendo os cidadãos a frequentar determinados *sites* que reforçam suas opiniões. O assunto é objeto de debate entre os especialistas, mas alguns trabalhos concluem que, por exemplo, a homofilia da opinião pública não seria maior na Internet do que a observada na vida social ou na mídia tradicional.[68]

Talvez o mais importante seja encontrado em outro nível, ou seja, no curioso declínio, apesar do potencial da Internet, da prática da controvérsia política. Certamente é absurdo idealizar o passado e pensar que existia uma opinião pública crítica, esclarecida e de massa (uma suposição presente em vários estudos). Se é possível falar de um declínio da controvérsia política, é em outro sentido. O que a galáxia da Internet transforma é, por um lado, a relação dos cidadãos com a verdade e, por outro lado, a coragem de defender suas opiniões em público, o que os gregos chamavam de *parrésia* (Foucault, 2009). É verdade que, entre os gregos, a parrésia definia a coragem de defender em público uma opinião em vez de uma verdade e, especialmente, de fazê-lo quando ela divergia do grupo. Hoje, na galáxia da Internet, devido tanto ao anonimato desfrutado quanto ao fato de que as opiniões são frequentemente expressas em *sites* onde reina a

68. O medo de que a Internet acabe conectando apenas pessoas que pensam da mesma forma parece excessivo. Com exceção do caso de algumas minorias ideologicamente muito radicalizadas, estudos concluem que a homofilia na Web não é maior do que na vida social em geral e, às vezes, é até menor (Flichy, 2008 e 2010). De fato, se vários usuários da Internet conversam a maior parte do tempo na Internet com alguém com opiniões semelhantes, como mostra um mapa da blogosfera política francesa durante a campanha de 2007, a polarização é, no entanto, "contra o pano de fundo da intercitação mútua entre famílias políticas opostas" (Cardon, 2010, p. 93).

homogeneidade de opinião, essa dupla dimensão, a da coragem no uso público das palavras e da verdade, está diminuída (Cazeaux, 2014). Diante dessa transformação, a reabilitação nostálgica da virtude republicana é de pouca utilidade.

[3] A galáxia da Internet também gera novos desafios e mudanças na mobilização social. Por causa da galáxia da Internet, a entrada na esfera pública é quase imediata. Entre o privado e o público há apenas um clique em um computador ou telefone celular. Como consequência, entrar na esfera pública dessa forma implica um custo muito baixo ou quase inexistente, em contraste com o que acontece com a ação coletiva (Olson, 1978).

Vamos ser mais precisos. Em um primeiro nível, a galáxia da Internet facilita a mobilização social: ela favorece a circulação de informações entre os atores e pode ter importantes funções organizacionais, algo que foi particularmente visível. Para mencionar apenas alguns exemplos: após os atentados de Madri em 2004 e a interpretação orientada dada imediatamente depois deles pelo governo espanhol; nas Revoluções Árabes em 2011; no movimento dos Coletes Amarelos na França, em 2018, ou no surto de outubro de 2019 no Chile. A expansão da capacidade das redes sociais é incomparável com o que aconteceu no passado ainda recente por meio da distribuição de panfletos ou da venda da imprensa militante fora das fábricas ou nos mercados.[69]

69. Sejamos claros. Se a galáxia da Internet é cada vez mais mobilizada pelos partidos políticos, especialmente durante as campanhas eleitorais, isso não deve levar à negligência da atenção renovada dada às práticas políticas tradicionais, começando com as visitas de porta em porta aos eleitores para convencê-los ou motivá-los pessoalmente a votar.

Porém, em um segundo nível, e apesar do que foi dito acima, a galáxia da Internet também introduz um novo desafio para a ação coletiva: ela tende a confinar os atores dentro dela própria. A Internet é um recurso ambivalente para a ação coletiva. Há tanto a fazer na própria galáxia da Internet que ela logo se torna uma arena mais ou menos autônoma e paralela para a ação coletiva. O que foi dito acima pode até possibilitar a compreensão, juntamente com muitos outros fatores, do que pode ser caracterizado globalmente como o fracasso (no nível de seu impacto prático) de várias ações coletivas nas últimas décadas. Globalmente, o que chama a atenção, apesar da gravidade das crises e do aumento das demandas dos cidadãos, é o fracasso dos movimentos sociais nos últimos tempos em termos de seu impacto transformador: os movimentos de alterglobalização (pós-Seattle), as revoluções da Primavera Árabe, o movimento *Occupy Wall Street*, os Indignados e muitas outras lutas salariais. Além disso, as histórias de sucesso em termos de impacto seguiram o caminho usual da institucionalização: movimentos da sociedade civil que, mesmo com a transformação de certos militantes em políticos, entraram no sistema político.[70]

No entanto, nem todos eles seguem esse caminho. Outros permanecem e se estabelecem na galáxia da Internet. Essa atitude reflete o divórcio que às vezes é observado entre certos ativistas da Internet e a minoria ativa dos movimentos sociais. Embora a coincidência de interesses possa ser duradoura, há grandes diferenças em termos de suas ações e preocupações práticas.

70. A evolução dos nebulosos Indignados para formações políticas – como na Espanha, Podemos ou Ciudadanos – é um bom exemplo disso. Na América Latina, a cooptação no Chile pelo sistema partidário dos principais líderes das lutas estudantis de 2011 é outro exemplo.

Não há nada de surpreendente nisso. A galáxia da Internet é uma atividade cronofágica em sociedades em que muitas pessoas não têm tempo. Manter um *blog*, fazer *upload* de mensagens ou alimentar um site para fidelizar o público exige tempo, esforço, recursos e requer habilidades especiais, sem as quais um indivíduo ou um grupo de atores logo ficará desmotivado. Daí a consolidação de uma pequena minoria como produtores regulares de informações na Internet, uma minoria que difere de um segundo círculo, que só faz isso de vez em quando, mas também, e acima de tudo, da grande maioria que nunca o faz. Na realidade, o foco de preocupação dos ativistas da Internet geralmente é diferente do da minoria ativa. Sua ação se desloca e é exercida em outro bloco, que exige outras capacidades e impõe outros objetivos. Nesse bloco, os ativistas da Internet se especializam na produção de *sites* de informações que alimentam e atualizam constantemente, o que exige energia e recursos para tecer redes, consolidá-las, ativá-las e se informar. Em suma, eles acabam agindo nesse bloco e dentro dele. Isso não quer dizer que a divisão entre esses dois perfis de atores seja inevitável, mas é um novo desafio estrutural.

Toda ação coletiva sempre teve uma vida interna que, em suas tendências oligárquicas (a famosa lei de ferro de Michels, 1971) ou em suas promessas de explorar, aqui e agora, uma democracia radical (Melucci, 1984), fez da organização militante um laboratório do futuro. Em várias ocasiões, a sobrevivência do movimento e sua organização interna acabaram por fagocitar seus objetivos. A Internet faz parte dessa tradição, mas de forma

ainda mais acentuada. Na galáxia da Internet, devido ao seu tamanho, tipo, visibilidade e coordenação, os usuários ativistas da Internet podem "esquecer" que o objetivo é causar um impacto fora da rede. A tentação de se retirar para dentro da de si mesma é ainda mais forte à medida que a atividade na rede se torna mais *divertida*. Essa tendência também acentua o perfil desses atores, que são menos inclinados do que outros a mobilizações nas ruas. Entre alguns deles, é até possível que a manifestação não seja mais um objetivo: é, no máximo, um momento de encontro, mais ou menos breve e esporádico, dentro da vida comum que é compartilhada na galáxia da Internet. Observemos a diferença: a vida dentro da rede não é mais um laboratório explícito que prenuncia a forma da futura democracia fora da rede. Ela tende a se tornar uma zona de vida e discussão que se fecha em si mesma.

[4] Finalmente, a galáxia da Internet facilita e até estimula, entre muitos ativistas da Internet, a generalização de um sentimento de suspeita anti-institucional e mesmo de conspiração. A multiplicação de atitudes desse tipo é tamanha que alguns especialistas tendem a distinguir entre, por um lado, as "verdadeiras" teorias de conspiração ou conspiracionistas (aqueles que pensam que em todas as áreas, e desde tempos imemoriais, há uma minoria oculta puxando os cordéis) e, por outro lado, as "pequenas" teorias de conspiração contemporâneas, numerosas e mais ou menos degradáveis no seu momento, que provavelmente ocorrem em torno de tipos muito diferentes de eventos (ataques, conluio político etc.). No caso das pequenas conspirações comuns, os estudos mostram que elas resultam menos da ação de perso-

nalidades paranoicas do que da generalização de epistemologias inválidas: os atores sabem pouco e o que sabem é falso.[71]

Sem ser falsa, a tese não é sempre ou não é necessariamente verdadeira. Na galáxia da Internet, as crenças *versus* o conhecimento e as abordagens das redes sociais versus as verdades transmitidas pelas instituições não entram em conflito. Na realidade, na maioria das vezes, há uma infinidade de informações, muitas delas simultaneamente confiáveis, emitidas tanto por autoridades quanto por fontes independentes, em torno de cada evento. Na Web, todos estão potencialmente expostos a uma diversidade de opiniões e informações. Estudos sobre a tese da conspiração em torno dos ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos são particularmente reveladores a esse respeito. A gama de interpretações, dados, imagens e informações produzidas pelos vários especialistas e tomadores de decisão, em um fluxo mais ou menos contínuo, era tal que inevitavelmente havia nuances ou até mesmo contradições entre eles, o que gerou suspeitas e até mesmo sentimentos conspiratórios em meio a um clima de suspeita anti-institucional (Bronner, 2013). Em outras palavras, não se trata apenas de os atores saberem poucas e falsas coisas. Pelo contrário, muitas vezes eles sabem muitas coisas, e é essa profusão de informações que os leva, na medida em que são animados por várias desconfianças em relação às instituições, a heterorrepresentações (ou seja, diferentes daquelas proclamadas no nível do discurso dominante).

Em seu desejo de formar sua própria opinião, mas também de acreditar em algo, e na medida em que são atraídos por um

71. A noção é de Cass Sunstein e Adrian Vermeule. Citado em Cazeaux (2014).

ceticismo quase que baseado em princípios em relação à versão oficial, alguns ativistas da Internet concluem, diante de um acúmulo de pistas estranhas ou opiniões não concordantes, que "algo" está sendo escondido deles. É certo que, em geral, essas são crenças que não têm evidências suficientes para se transformarem em conhecimento, mas que alimentam convicções reais e desenvolvem um forte ceticismo em relação à tese oficial. Tal suspeita anti-institucional se acentua entre certos ativistas da Internet quando estabelecem ou acreditam descobrir vínculos entre jornalistas e interesses econômicos ou políticos.

Essa crença, que para muitos se transforma em convicção, logo traça uma linha entre *nós* (os usuários ativistas da Internet) e *os outros* (o grande número de concidadãos que continuam a aderir às teses oficiais). Em outras palavras, a separação entre uma minoria e a grande massa de cidadãos é criada por meio de informações e não mais por meio de um compromisso militante. A galáxia da Internet facilita estruturalmente desvios desse tipo porque pode quebrar a espiral do silêncio com infinitamente mais facilidade do que no passado (Noêlle-Neumann, 1993). A Internet facilita o encontro e a comunicação entre pessoas que compartilham a mesma preocupação de desconfiança em relação às informações oficiais. Se antes as maiorias silenciosas achavam difícil fazer com que suas vozes fossem ouvidas, em parte porque não ousavam expressá-las contra o que percebiam, mais ou menos erroneamente, como uma opinião majoritária (que era apenas a mais divulgada), a galáxia da Internet facilita a divulgação das opiniões tanto da maioria silenciosa quanto das minorias compla-

centes. Porém, à medida que percebem o contínuo divórcio entre seus pontos de vista e as representações do *mainstream*, alguns ativistas da Internet estão ficando mais desconfiados.

O essencial não é um aumento duvidoso da paranoia coletiva, mas o fato de que a galáxia da Internet, estruturalmente e devido à sua heterogeneidade, facilita atitudes céticas e até conspiratórias. Atitudes que são ainda mais robustas quando os cidadãos possuem inclinações anti-institucionais. Se essas inclinações forem independentes da galáxia da Internet, esse novo bloco da esfera pública dará aos sentimentos complotistas uma audiência mais ampla, maior estruturação e uma nova aura de legitimidade. Isso é tanto mais insidioso e corrosivo que, em várias sociedades – na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina –, há uma corrosão da evidência de viver em uma democracia no nível da opinião pública majoritária.[72] Vale a pena observar a importância desse fenômeno em uma região como a América Latina, onde a desconfiança institucional sempre foi e continua sendo muito alta.

IV. A esfera pública e o iluminismo pós-positivista

As transformações estruturais da esfera pública na estrutura mais ampla de uma democracia de opinião (Manin, 2012) perturbam o governo dos indivíduos. Nessa esfera, o aumento

72. As bases dessa transformação do senso comum de viver em democracia são diversas: o predomínio dos poderes constituídos sobre os representantes eleitos; o desrespeito à vontade popular (tratado constitucional na UE, governos que não fazem o que foram eleitos para fazer); violações de direitos e liberdades; o poder exorbitante do dinheiro nas campanhas eleitorais; a constituição de oligarquias políticas (Crouch, 2004).

dos controles com os quais todos os governos estão comprometidos (mais ou menos, seja por meio de regulamentação ou práticas de censura explícitas) não pode compensar o declínio da autoridade e das hierarquias, a metamorfose das crenças, mas também as crescentes limitações das ideologias dominantes. Nenhum ator controla a esfera pública, até porque todos eles tentam influenciá-la.

Nesse contexto, a erosão da confiança nas instituições dá origem a um espaço particularmente agonístico: não apenas as diferentes representações estão em conflito entre si, mas cada vez mais a esfera pública se torna uma arena de conflito atravessada por múltiplos problemas de confiança à medida que a manipulação, a sua denúncia e a rejeição de certas verdades hegemônicas (incluindo aquelas estabelecidas pela ciência) se generalizam. São sentimentos que, por sua vez, são ampliados pela descrença que as eleições despertam.

Niklas Luhmann (2012, p. 7) entendeu muito bem essa complexidade da situação contemporânea. Por um lado, é cada vez mais verdadeiro que "o que sabemos sobre nossa sociedade, sobre o mundo em que vivemos, sabemos pela mídia". Por outro lado, de forma igualmente central, devido à ação comum da mídia, os indivíduos sabem que, em todas as questões, há "opiniões divergentes" (ibid., p. 95). Mesmo quando os indivíduos não são realmente capazes de ter uma opinião ou tomar partido, eles estão convencidos da heterogeneidade das opiniões. A consciência dessa heterogeneidade faz parte da dificuldade de

ter uma opinião. Para desfazer essa irresolução, as convicções são, às vezes, enrijecidas.

A democracia de opinião está sujeita a novos desafios. Não existe cidadania, mesmo em sua formulação mais passiva, sem a capacidade de julgar e avaliar proposições. Sem aquilo que, desde a Grécia antiga, tem sido associado à retórica e à arte da argumentação em meio a uma esfera pública em que convicções, ideologias, argumentos e conhecimento estão inevitavelmente misturados. Crenças.

É difícil para os cidadãos exercerem o direito permanente de fazer um balanço (equilíbrio e crítica) da tradição, dos debates políticos, das questões científicas e até mesmo das questões morais ou existenciais na ausência de certas habilidades. Portanto, o objetivo diante dos novos desafios da esfera pública não é, não pode ser, que todo cidadão se torne um especialista em todas as áreas, disciplinas, assuntos. Entretanto, isso não impede que a democracia e o governo de indivíduos que essa esfera promove exijam o desenvolvimento de um espírito crítico. Um espírito que deve ser redefinido hoje com referência às mudanças que ocorreram na esfera pública. Diante da multiplicidade de dados, informações e discussões que nela circulam, é necessário compreender o caráter político (ou seja, o fruto de uma decisão) dos mais diversos aspectos da vida social, mas também, diante da possível confusão entre verdade e opinião acentuada pela galáxia da Internet, é preciso que, sem dogmatismo e respeitando o universo da comunicação, seja revigorado o espírito de um Iluminismo pós-positivista.

Esse novo espírito cívico deve ser capaz de reconhecer o valor do conhecimento produzido pela experiência, o conhecimento comum e o conhecimento científico ou especializado (Callon, Lascoumes e Barthe, 2001), mas também deve ser capaz de distinguir entre conhecimento, opinião e convicção. O desafio é enorme. A galáxia da Internet e o exercício da democracia devem estimular os cidadãos a desenvolverem habilidades que lhes permitam diferenciar entre o conhecimento legítimo disponível em uma sociedade e os erros, mentiras e falhas, mas também as incertezas presentes em muitas situações ou sua própria ignorância. Esse é um insumo indispensável para a democracia de agora em diante.

Essa atitude deve ser baseada, por um lado, na capacidade de discriminar entre informações e resultados que são aceitos como fatos em uma sociedade racional e, por outro lado, na compreensão de que sempre há um espaço legítimo para interpretação e, portanto, para discussão política em torno de fatos mutuamente reconhecidos. O objetivo é romper com a ideia de que tudo é válido em termos de verdade e estabelecer uma atitude diferente em relação às verdades reconhecidas como tais em uma sociedade e entender a legitimidade de diferentes pontos de vista. Esse é um exercício indispensável nas sociedades em que as questões científicas e técnicas se tornaram grandes questões políticas, mas também nas sociedades em que, por motivos estruturais, as atitudes complotistas estão se disseminando.

Nessa estrutura, o papel do especialista muda e, com ele, a própria legitimidade da tecnocracia. O especialista não é mais aquele que fala a verdade. Aos olhos de alguns cidadãos, ele se torna apenas mais um ator na arena democrática, com conhecimento e, em algumas áreas, com maior experiência, mas não sem opiniões e convicções, sendo obrigado a reconhecê-las e, acima de tudo, obrigado a argumentar que sua posição é bem fundamentada e a aceitar a possível legitimidade de outros pontos de vista. Isso não é apenas uma desestabilização adicional da autoridade, mas também perturba o processo de tomada de decisão.

A paixão ideológica tende a obscurecer isto: *o mais importante na esfera pública é o processo de aprendizado coletivo*. Em muitas, muitas questões, os cidadãos não têm opinião alguma. Ao contrário daqueles que pensam e agem como se fosse possível recusar as crenças de grandes perfis ideológicos em todas as questões, é importante reconhecer, ao contrário, a necessidade do debate público para que os outros formem e informem suas opiniões. A esfera pública não é apenas uma arena de contestação (o que, obviamente, ela também é), é também uma arena de aprendizado mútuo e, nesse sentido, é um espaço único nas sociedades modernas. Isso se torna ainda mais importante à medida que a complexidade e a diversidade das questões em jogo aumentam, e é cada vez mais difícil, para muitos cidadãos, ter opiniões definitivas e informadas sobre reprodução assistida, fim da vida, tributação progressiva, direitos de herança, sistema prisional, alimentação de base animal, direitos de diversidade de

gênero e muitas outras questões. Em muitos casos, os cidadãos *precisam de* um debate público para formar uma opinião. O caminho entre crenças e opiniões se torna mais complexo. Não é preciso dizer que cada um desses debates, nos quais o verdadeiro vigor deliberativo da democracia está em jogo, dada a profundidade e o tempo que exigem, não são mais abordados, como vimos, nas campanhas eleitorais. O problema não está na democracia de opinião, mas na suposição de que seu principal fator de organização e expressão é e continua sendo as eleições.

Entre o positivismo de alguns e o construtivismo de muitos outros, o Iluminismo pós-positivista sinaliza o advento de uma nova era na relação entre conhecimento, crença e democracia. A noção de autoridade, no sentido forte do termo, aquela que alimentou a visão de Platão e do rei-filósofo, baseada em uma mensagem unidirecional do especialista/líder para o profano/cidadão (e o consentimento conciliado ou coagido que isso implica), é combatida por um governo totalmente diferente de indivíduos na esfera pública atual. Um governo no qual, sem ignorar as diferenças de informação ou conhecimento entre um e outro, é imposto o reconhecimento de um espaço para debate, argumentação e dissidência. Uma esfera pública na qual a discordância muitas vezes não pode ser superada, mas onde, graças ao debate, muitas vezes é possível descobrir o limite entre a discordância legítima baseada em verdades mutuamente reconhecidas e a discordância baseada apenas em informações parciais ou errôneas. Na esfera pública de hoje, os cidadãos devem aprender a diferenciar entre verdades que podem ser plurais

e erros que podem parecer monolíticos, a entender a legitimidade irredutível de certos desacordos (sobre questões morais, religiosas, econômicas) e a necessidade de formas de acordo e compromissos – ainda que temporários – para resolvê-los, a fim de permitir a vida em comum.

Esses desafios transformam o papel unívoco das crenças, sua produção e reprodução, no governo dos indivíduos.

Capítulo 10
CRÍTICA DA ILUSÃO DE PODER TOTAL

Os limites observáveis no nível da imposição de crenças (ideologia dominante, esfera pública) não eliminaram uma das representações mais constantes do domínio dos indivíduos. A arena permanente de combate entre diferentes crenças e heteroações continua a ser *minimizada* por uma concepção onipotente de dominação. É por isso que dedicaremos este capítulo à crítica de uma das grandes imagens contemporâneas do poder total, a da reatividade, cujo propósito explícito, contra a elasticidade irredutível da vida social, é construir a imagem de um mundo submetido a poderes totalizantes. Como veremos, a nova ilusão do poder total renova, no nível das crenças, a grande imagem da racionalização moderna.

Para realizar esse trabalho crítico, é necessário diferenciar, a qualquer momento, entre, por um lado, práticas concretas e até mesmo projetos de controle gerais, mas sempre circunscritos, e, por outro lado, a produção de representações e crenças totalizantes fortemente imaginadas sobre as capacidades ilimitadas e permanentes de controle na vida social. Uma característica importante do atual governo dos indivíduos está em jogo nessa tensão: os déficits práticos e irredutíveis de controle são

compensados ou neutralizados pelo trabalho das imagens do poder total.

I. A ilusão da racionalização triunfante

1. Controle e seus limites

O grande imaginário do poder moderno foi associado durante décadas ao processo de racionalização, cuja expansão foi apresentada como imparável ao longo do século XX. Essa realidade encontrou seu grande foco de produção e influência imaginária nas burocracias e fábricas tayloristas e fordistas. Nelas, as ações humanas deveriam estar sob controle rigoroso e eficiente.

Entretanto, a análise sociológica tem mostrado constantemente, especialmente no campo do trabalho, os limites desses projetos de dominação, destacando a verdadeira irracionalidade presente nas organizações por trás da imagem da racionalização. O ponto de resistência era sempre o mesmo: a lacuna irredutível entre, de um lado, a experiência de trabalho e suas dimensões informais e, de outro, o plano de produção e organização imposto pela empresa. Na lacuna intransponível entre o trabalho real e o trabalho prescrito, os trabalhadores desenvolveram estratégias baseadas em várias formas de conhecimento, experiências e solidariedades, o que lhes permitiu regular a produção de forma relativamente autônoma em relação aos controles impostos pela gerência. As iniciativas dos trabalhadores eram, de fato, uma

condição *indispensável* para o funcionamento de qualquer empresa, sem a qual nenhuma organização, por mais científica que pretendesse ser, poderia funcionar. Em outras palavras, essas iniciativas eram – e são – uma forma de participação paradoxal, pois, em um único movimento, os trabalhadores questionam a racionalização imposta pela gerência da empresa e, ao mesmo tempo, permitem que ela funcione transgredindo certas instruções por meio da regulação autônoma da produção (Linhart e Linhart, 1985). A permanência dessas iniciativas mostra, no cerne do grande imaginário das sociedades industriais, os limites de qualquer organização formal da produção (Castoriadis, 1973, p. 291-292).

De fato, foi em parte o reconhecimento desses limites e resistências que motivou mudanças importantes na gestão da força de trabalho nas últimas décadas. Independentemente das controvérsias sobre sua real extensão, houve, pelo menos em termos de tendência, uma mudança de um desejo estritamente taylorista de eliminar todas as formas de iniciativa do trabalho (a ideia de uma separação radical entre a concepção e a execução do trabalho) para projetos de mobilização controlada dessas iniciativas (muitas vezes na forma de envolvimento) a serviço da empresa. Para isso, prescreve-se que o trabalhador deve ser versátil, capaz de tomar iniciativas, trabalhar em equipe, executar várias tarefas e atingir simultaneamente vários objetivos, em suma, um conjunto de habilidades que desafia a fronteira demasiadamente rígida entre execução e concepção. O resultado é uma forte intensificação do trabalho e a conso-

lidação de novas formas de usura pessoal (Ehrenberg, 1998; Otero, 2012; Kirouac, 2015). Na medida em que o envolvimento esperado é ilimitado, os resultados alcançados sempre podem ser considerados insuficientes.

Em todos esses casos, a iniciativa está sempre sob controle. Entretanto, a mudança é importante. O trabalho não é mais concebido a partir da aplicação estrita de um conjunto bem estabelecido de regras, mas pensado como o produto de um envolvimento constante dos funcionários. O gerenciamento da iniciativa depende cada vez mais da capacidade de conectar pessoas e competências. O conflito entre o trabalho prescrito e a experiência real de trabalho muda com o advento de novas tecnologias que exigem maior envolvimento dos funcionários. Novas formas de gerenciamento, observando a distância entre a organização formal e o desempenho real do trabalho, esforçam-se, por vários meios, para controlar ou redirecionar a contribuição pessoal e informal sem a qual o trabalho não pode existir. De certa forma, trata-se de colocar as antigas formas de iniciativa (e resistência) dos trabalhadores a serviço da empresa (por exemplo, com o surgimento dos círculos de qualidade, vários dos antigos truques dos trabalhadores tentaram ser parcialmente recuperados pelas organizações).

Para isso, as formas de controle do trabalho deixam de ser apenas verticais e passam a mobilizar cada vez mais fatores horizontais, o que acentua a reviravolta das hierarquias, especialmente a da média gerência. Por meio dos bônus individuais e, principalmente, dos bônus de equipe, o controle é transferido para

o próprio funcionário, mas é confiado, acima de tudo, ao próprio grupo de trabalho. Esse duplo processo de acentuação da concorrência interindividual e do controle mútuo faz parte de uma situação marcada pela exacerbação da concorrência entre diferentes categorias de funcionários. Operando também entre pares, a vigilância é menos onerosa para a empresa, mais consistente em seus efeitos e mais severa em suas sanções. A pessoa relutante ou resistente é "colocada em seu lugar" por seus próprios colegas em nome do interesse econômico comum da equipe. O desvio das regras é parcialmente neutralizado pelo olhar dos "irmãos". É claro que os valores dos bônus nem sempre e em todos os lugares garantem a eficácia do controle recíproco entre os funcionários. Essa, porém, é uma nova forma de gestão, aparentemente menos abertamente coercitiva, mais flexível, mais informal, baseada em reputações e avaliações, mas que neutraliza a iniciativa autônoma dos funcionários (Courpasson, 2000).

Entretanto, apesar da renovação do controle e das prescrições de participação estruturadas pelos novos modelos de trabalho prescrito, a resistência, as margens e as iniciativas informais e autônomas permanecem ativas e reais. Os assalariados continuam a limitar sua participação. Apesar da profusão de controles implementados, o trabalho real nunca pode ser controlado da forma como esse novo imaginário de racionalização o representa. Sempre existem estratégias de autonomia, o que às vezes leva a uma verdadeira inflação de medidas de controle adicionais, que acabam perdendo toda a funcionalidade, como é o caso das centrais de atendimento ou dos serviços de *linha*

direta, em que a expansão dos controles (gravação de todas as chamadas, diretrizes de tempo imperativo para cada chamada etc.) é distorcida pela alta rotatividade de funcionários nesse setor de atividade (Cousin, 2001, p. 62-63; Buscatto, 2002).

2. Implosão

Por mais paradoxal que possa parecer, as representações mais extremas do imaginário da racionalização se difundiram no exato momento em que novas formas de protesto coletivo estavam sendo produzidas e quando os limites do projeto de racionalização moderna estavam se tornando cada vez mais evidentes. Ainda mais surpreendente é o fato de que o imaginário da racionalização encontrou alguns de seus porta-vozes mais entusiasmados entre os representantes de um certo pensamento crítico. O motivo, entretanto, é compreensível. Esse imaginário lhes permitiu construir uma semiologia absoluta do poder e da dominação, um universo no qual nada escapa ao domínio da classe governante, uma dominação que se pensava ser estruturada por uma série de redes que atravessam e constituem os corpos, a sexualidade, a família, por meio de várias técnicas disciplinares polimorfas. Michel Foucault criou a designação apropriada: a microfísica do poder. Assim, ele se esforçou para mostrar como o poder por inculcação opera sobre desejos, corpos, gestos e ações cotidianas. Os efeitos múltiplos e insidiosos do poder são filtrados por um conjunto de dispositivos, disciplinas e tecnologias que subjugam, por meio da sujeição, todos os indivíduos. A expansão do panoptismo resumiria, assim, de forma

exemplar, a história do poder na sociedade desde a era clássica, por meio de práticas de vigilância permanente dos indivíduos, cuja generalização teria permitido o advento de uma sociedade disciplinar (Foucault, 1975). Problema: o panóptico, a prisão ideal projetada por Bentham, nunca foi construído.

Como uma figura distópica, a ideia de um mundo sob controle total sempre assombrou a imaginação do pensamento crítico como um fantasma. Nunca foi uma realidade, mas nunca deixou de ser um imaginário que projeta, sem dúvida de forma ambivalente, tanto o medo quanto o desejo de controle total e definitivo sobre ações heterogêneas, graças a uma lógica todo-poderosa de reprodução ou controle social. No final, como na afirmação de Weber sobre o carisma nos tempos modernos, restariam apenas murmúrios ou resíduos, incapazes de reverter a economia geral do movimento do mundo e sua implacável racionalização.

Nas últimas décadas, gradualmente, esse imaginário da modernidade, sem desaparecer e sem deixar de exercer um inegável fascínio sobre vários defensores do pensamento crítico, vem se enfraquecendo. As sociedades, devido à sua crescente complexidade estrutural, enfrentam interdependências demais para poderem pretender governar todas as práticas globalmente. Outras representações tomam forma à medida que imagens mais realistas e modestas de dominação tomam conta do mundo. As dificuldades são evidentes em vários domínios sociais e variam, para mencionar apenas alguns exemplos, do controle de fronteiras e migração à persistência (para não dizer expansão) de

um setor informal ao longo da história nas sociedades industriais, ao surgimento de poderosas máfias transnacionais fora do controle dos Estados, sem mencionar o aumento de riscos ecológicos ou alimentares descontrolados. Tanto é assim que as antigas metáforas de ordem e solidez deram lugar a novas metáforas de desordem e liquidez.

Isso nos leva de volta a um dos aspectos centrais que abordamos desde os primeiros capítulos. Por um lado, devemos aceitar a ideia de que as sociedades contemporâneas têm maior capacidade e, acima de tudo, maior consciência de agir sobre si mesmas do que as sociedades que as precederam na história (Touraine, 1973). Por outro lado, e ao mesmo tempo, essa capacidade coincide com uma consciência crescente das limitações dos coletivos humanos em sua vontade de fazer história, o que Moisés Naím (2014) chama excessivamente de fim do poder. Apesar dos consideráveis diferenciais de poder desfrutados por certos atores, nenhum deles, por mais poderoso que seja, pode impor unilateralmente sua vontade em todos os lugares. Esse é, sem dúvida, o paradoxo limitador do poder no processo de racionalização moderna. Ele nunca foi capaz de se estender e se intensificar tanto. Nunca foi percebido como sendo tão fraco. Se os projetos de poder e controle estão em toda parte, não há aplicação *unilateral* da vontade da classe dominante. Não só a vida social como um todo não pode ser totalmente regulada (tal qual mostrou o colapso do totalitarismo no século XX) mas, mesmo em setores mais restritos, como a economia ou a cultura, os problemas e conflitos que surgem ciclicamente mostram os limites do poder regulador.

Em suma, apesar de certos fascínios, tornou-se cada vez mais difícil, se não impossível, não reconhecer os limites e as contradições presentes no projeto de racionalização. É impossível minimizar o choque produzido por essa implosão: aceitar a realidade de um governo de indivíduos que, a partir de agora, está desprovidos de qualquer capacidade de controle total. Para neutralizar esse sentimento, particularmente desagradável para muitos atores (poderosos, acadêmicos, críticos ou cidadãos), foi criado um novo imaginário.

II. A ilusão da reatividade universal

As últimas décadas do século XX e a crise da representação da história que era o teatro deram lugar, no registro específico de imagens, ao surgimento de outra concepção totalizante de poder. Se seguirmos esses discursos, o mundo não é mais concebido como segura e orgulhosamente emoldurado por uma modernidade organizada. Tudo o que se pensava poder ser, se não necessariamente superado, pelo menos amplamente regulado, "retorna" com força nas sociedades contemporâneas: guerras entre Estados, violações de direitos, crises econômicas, insegurança, conflitos religiosos, epidemias, desastres naturais. A mudança é sideral: tudo aquilo que até recentemente se pensava estar progressivamente sob controle é apresentado como ameaça irredutível, pois o projeto voluntarista de fazer história entrou em crise (Martuccelli, 2006).

Desde o relatório do Clube de Roma (Meadows *et al.*, 1972), a ecologia tem desempenhado um papel sem precedentes nessa mudança. O ambiente natural agora é visto como uma área fora do controle humano. Certamente, muitos desafios ecológicos são percebidos como consequência das ações humanas (a crise climática, a pilhagem de recursos não renováveis ou, em parte, a proliferação de bactérias resistentes). Isso não significa que a mudança seja menos profunda, como exemplificado pela força que o imaginário da catástrofe ecológica ganhou nas últimas décadas entre os especialistas e a opinião pública (Diamond, 2006; Dupuy, 2002; Jonas 2009; Martuccelli, 2014a).

Um processo análogo pode ser observado em relação aos fenômenos sociais. Em todos os lugares, inclusive nas chamadas sociedades "centrais", que acabaram se apresentando como mais ou menos imunes a certos problemas ou, de qualquer forma, eram representadas como estando em declínio (guerras, desregulamentação econômica e quedas nas bolsas de valores, insegurança e violência urbana, miséria, fim da tortura e da crueldade, violação de direitos...), os fenômenos "antigos" tendem a ser cada vez mais percebidos como indeléveis e até mesmo inevitáveis.

As representações são muito diferentes, mas em todos os casos a visão de uma modernidade conquistadora e, por trás dela, a formação de outra semântica de vulnerabilidade é desvendada. Novas noções, como o princípio da responsabilidade (Jonas, 2009), a sociedade de risco (Beck, 1998) ou a vida precária (Butler, 2005), surgem para explicar a vulnerabilidade. Por

caminhos diferentes, é imposta uma concepção infinitamente mais humilde das capacidades de controle do ambiente natural e social. Em todos os casos, acima de tudo, e esse é o ponto essencial, para poder agir (de fato, reagir), é preciso, *antes de tudo*, ter sido "ferido" ou, pelo menos, estar ciente da possibilidade de ser "ferido".

O imaginário moderno de poder é interrompido: o poder se transforma em uma questão de reatividade. Primeiro, há uma experiência de vulnerabilidade e, depois, e somente depois, uma possível resposta. Mesmo quando a reatividade possibilita o controle dos fenômenos, a representação do poder não pressupõe mais a possibilidade de eliminar a vulnerabilidade, o que gera uma nova era de representação coletiva (Martuccelli 2017b).[73] Nesse contexto, a noção de reatividade propõe uma nova imagem do poder total.

Como no passado, o imaginário da racionalização em torno da fábrica taylorista, esse novo imaginário encontra suas principais fontes nas empresas e na nova organização do trabalho. Em suma, a reatividade *ex post* universal e imediata substitui a ideia de controle *ex ante* completo. Assim, é imposta a representação de que, se é verdade que nem todos os desvios (heteroações) podem ser controlados antecipadamente, é pelo menos possível neutralizar, graças à capacidade de reagir em tempo real, todas as ameaças em potencial. Como no caso do processo de racionali-

73. Essa nova consciência das limitações humanas impõe até mesmo um novo imaginário coletivo que enfatiza a necessidade de cuidar, acompanhar e reparar os danos. A reconceitualização do estado de bem-estar social em termos de *assistência* [*care*] social é emblemática desse processo (Tronto, 2009).

zação, um grande número de elementos no mundo da produção industrial contemporânea invoca a reatividade de forma mais ou menos direta: estoque zero, *just in time*, competitividade estrutural, adaptação imediata às variações do mercado e aos gostos dos consumidores, gerenciamento enxuto [*lean management*].

O novo imaginário renova a figuração do poder total em torno de performances que são apresentadas como ilimitadas, não mais graças a um domínio inicial *ex ante*, mas graças a um domínio consequente *ex post* (graças à capacidade de reagir rapidamente a todas as contingências do mundo). No que diz respeito ao mundo do trabalho, o toyotismo exemplifica esse princípio geral da inversão da cadeia de produção. Ao contrário do sistema taylorista, no qual o "centro" planejava a concepção, a execução e a divisão das tarefas (racionalização), o comando *ex post* torna o controle do sistema mais flexível e menos oneroso, e é organizado por meio da reatividade. É uma questão de aprender a "pensar para trás" (Coriat, 1991). O objetivo principal, após as limitações reconhecidas dos modelos tayloristas e o fracasso dos regimes totalitários do século XX, não é mais organizar um planejamento total tão vasto quanto impossível, mas implementar modelos eficazes de reatividade (Womack, Jones e Ross, 1992).

A reatividade torna-se a base do novo imaginário de poder e o resumo do controle contemporâneo. As metáforas da rede (empresarial ou social) insistem, portanto, na velocidade e na correção da reação; o objetivo é eliminar o tempo morto e a rigidez estrutural; impor a imagem de organizações com um

"sistema nervoso" que seja o mais eficiente possível. Não é de surpreender que o discurso empresarial tenha feito da reatividade a principal virtude dos executivos.

Assim como a racionalização, essa imagem de poder se espalhou progressivamente do trabalho para outras áreas da vida social. Isso é visível na transformação da lógica das intervenções militares: guerras preventivas ou o uso de drones para eliminar ameaças antecipadamente por meio de operações extrajudiciais e assassinatos (Chamayou, 2013). No campo da segurança: tolerância zero e a ideia – irrealista, para dizer o mínimo – de que nenhuma transgressão deve ficar impune (Roché, 2002). O mesmo imaginário também é transparente no desejo de diagnóstico precoce e rápido tanto de possíveis doenças quanto do público em risco; no desejo de corrigir o mais rápido possível as dificuldades escolares ou psicológicas das crianças, que devem ser detectadas e tratadas desde seus primeiros sinais com a ajuda de diagnósticos proativos (Otero, 2003, p. 218). O uso de algoritmos nas bolsas de valores (que, aliás, não foi alheio à forma como a crise se espalhou em 2008), a modelagem de riscos e a generalização dos testes de estresse nos bancos (para medir sua resiliência ao ambiente) fazem parte desse mesmo imaginário. O que está no centro de todas essas representações, repletas de metáforas biológicas, é a reatividade universal e imediata aos choques ambientais.

Como aconteceu no passado com o imaginário da racionalização, a ideia de que o poder é capaz de alcançar o controle total

graças às suas capacidades ilimitadas de reatividade exerce um estranho fascínio intelectual. Isso acontece à medida que, mesmo quando seus limites são óbvios, uma certa postura crítica persiste e insiste na existência do poder total. Muitas vezes, isso é feito por meio da ideia de recuperação. O controle é concebido como tentacular, fruto de uma estrutura sistêmica dinâmica e flexível articulada horizontalmente, sem nada externo a ela, sem centro de gestão, mas capaz de impor uma ordem global graças à sua capacidade de reatividade-recuperação (Hardt e Negri, 2000). É difícil deixar de pensar que a sedução dessa nova imagem do poder total responde mais a um tipo de necessidade psicológica, até mesmo a um processo de socialização em uma determinada cultura política crítica, do que a uma demonstração. Para seus defensores, em algum momento é politicamente *inadmissível* reconhecer os limites e os impasses do controle e do poder nos tempos modernos. A permanência dos conflitos por trás da ordem, os múltiplos fracassos diários do poder, as várias turbulências, a elasticidade irredutível da vida social, sem serem totalmente negados, são lidos como funcionais, graças à sua recuperação, por um poder representado como total e absoluto.

III. Críticas às imagens de reatividade

Assim como no caso do taylorismo, é essencial distinguir entre o funcionamento eficaz de controles na produção e a formação de uma nova imagem e ilusão. Assim como a ficção de um mundo globalmente (e não apenas tendencialmente) racio-

nalizado fez antes, a reatividade de agora, ou seja, a ficção de uma resposta em tempo real às várias flutuações ou contingências do ambiente, está longe de ter o grau de velocidade, imediatismo e eficiência que o imaginário insinua. É claro que a eficácia de uma empresa depende de seu conhecimento do mercado e, nesse sentido, uma antecipação das mudanças nos gostos dos consumidores e uma melhor capacidade de resposta são, sem dúvida, um ativo estratégico importante. No entanto, como podemos ignorar o fato de que a ideia da universalidade e do imediatismo da reatividade empresarial e, de forma mais ampla, do poder, não passa de uma nova ilusão coletiva?

A crítica a esse novo imaginário deve ser feita em três direções principais. Em primeiro lugar, é necessário questionar a ideia de uma reatividade imediata do ator ao ambiente. Em segundo lugar, é necessário entender o diferencial da reatividade ao ambiente como um desafio desigual (Martuccelli, 2004b). Finalmente, é importante reconhecer uma das faces particulares e surpreendentes da reatividade atual: a lógica do cordão sanitário, uma expressão tanto de sua sedução imaginária quanto de sua impossibilidade prática.

1. Evidência falsa: reatividade imediata ao ambiente

O imaginário da reatividade baseia-se, como o imaginário da racionalização antes dele, em um postulado questionável. A ideia, típica de um certo senso comum, de uma correção imediata das ações em face dos obstáculos ambientais. Entretanto, da mesma forma que nenhum controle pode eliminar as táticas

de resistência dos atores, o ambiente social não é um corretor imediato e infalível da ação. Na vida social, como argumentamos desde o início deste livro, coexistem heteroações, comportamentos múltiplos, até mesmo opostos, que podem, no entanto, ter resultados práticos reais simultaneamente e durante períodos de tempo mais ou menos longos. O fato de que os indivíduos podem cometer uma série de erros de interpretação, com consequências práticas muito diferentes, que podem inclusive agir no calor das crenças por meio de um raciocínio incompleto ou defeituoso (o objeto tradicional dos estudos sobre dissonância cognitiva), indica que, à medida que os indivíduos se desenvolvem em um universo social elástico, as resistências e negações práticas na vida social são de natureza particular, algo que, como vimos, Cervantes intuiu com maestria.

É por isso que é importante reconhecer, ao contrário do que afirma o imaginário da reatividade universal, o caráter problemático das negações que o ambiente opõe às ações. Porém, em todos os casos, a negação prática das ações é sempre complexa. Embora tenha uma função inegável em nossa concepção usual da realidade, a noção de um choque com a realidade designa apenas uma ideia reguladora, mais imaginária do que real, uma figura de limite último, que não deve nos levar a desconsiderar a existência comum de um grande número de comportamentos que se mostram insensíveis às negações do ambiente. É essa complexidade que o imaginário da reatividade expulsa da análise em favor da ideia de negações imediatas, duradouras e homogêneas do meio ambiente às ações humanas.

Não é o lugar para aprofundar esse ponto aqui, mas no estudo das relações entre ação e ambiente, as ciências sociais devem se livrar radicalmente de uma representação inspirada, de uma forma ou de outra, por uma tradição darwiniana (Martuccelli, 2005 e 2014a). É necessário abandonar a ideia de que existe *uma* adaptação bem-sucedida e necessária ao ambiente social, um critério de avaliação a partir do qual seria possível julgar todos os comportamentos de acordo com seus diferenciais de adaptação e sucesso. O caráter mecânico, imediato e constante dos supostos choques com a realidade é amplamente negado pelas experiências sociais cotidianas. Além de certas situações em que uma dificuldade prática de fato dá lugar à reflexividade crítica ou à correção comportamental, na maioria das situações os atores continuam a agir da mesma forma, apesar das negações de seu ambiente. Ao contrário do que o senso comum supõe ou do que a tradição pragmatista instituiu, as negações objetivas do mundo nem sempre resultam em uma correção (cognitiva e prática) de um comportamento (Habermas, 2001). As falhas percebidas são geralmente atribuídas a erro de cálculo passageiro ou a um acidente que não altera o curso normal da ação. Isso é ainda mais verdadeiro porque os atores podem ficar imunes aos efeitos de seus ambientes por períodos de tempo mais ou menos longos.

Estranhamente, da possibilidade de alta transferibilidade de hábitos de ação de uma situação para outra, apenas o trabalho cognitivo de correspondência analógica por indivíduos foi enfatizado, e não o grau de imunidade prática de ações do ambiente social que tais generalizações implicam. O processo de correspon-

dência entre soluções e problemas não é arbitrário, mas a gama de possibilidades é tal que alguns estudos concluíram que várias soluções podem ser adaptadas a diferentes problemas (March e Olsen, 1989, cap. IV; Alter, 2000). A elasticidade da adaptabilidade das ações ao ambiente nos convida a rejeitar as representações baseadas na ideia de reatividade imediata ou necessária.[74]

É absurdo negar qualquer plausibilidade à reatividade, como foi feito anteriormente com racionalização. De qualquer forma, quando ocorrem processos de reatividade, é essencial levar em conta sua complexidade. Isso é algo que o imaginário da reatividade, em sua necessidade de validar a ação tentacular e eficaz do poder, oblitera.

2. Potência e reatividade

Uma das grandes características da vida social, devido à sua elasticidade, refere-se à capacidade dos atores de criar esferas (posições, nichos, diques etc.) para se protegerem das mudanças sociais. Isso gera importantes diferenciais de proteção e, portanto, de reatividade entre os atores sociais (Martuccelli, 2001 e 2006; Martuccelli e Santiago, 2017).

As posições sociais dominantes transmitem a seus membros a sensação de estarem protegidos do mundo, uma situação que promove fortes atitudes conformistas, ao contrário do que muitas elites afirmam sobre sua disposição para mudar. De fato,

74. O número de exemplos é tão grande (pense nos muitos casos de dissonância cognitiva, manutenção de práticas sociais errôneas, sobrevivência de instituições obsoletas ou conceitos zumbis etc.) que o que chama a atenção é a dificuldade em reconhecer essas evidências.

dada a posição estruturalmente protegida de que desfrutam, os grupos dominantes podem, muito mais do que outros atores, atrasar, adiar ou até mesmo rejeitar, no que lhes diz respeito, os efeitos da mudança social. Seu caráter conservador pode, portanto, ser explicado tanto por motivos relacionados à defesa de seus interesses quanto como consequência indireta da força de suas posições sociais. Eles são estruturalmente conservadores porque as mudanças os afetam menos severamente do que qualquer outro grupo social.

Em termos simples: o privilégio social tem menos a ver com reagir rápida e imediatamente à mudança e muito mais com a capacidade de se proteger do ataque das transformações, inclusive daquelas desencadeadas por esses mesmos grupos sociais. A resistência à mudança, uma crítica que as elites mobilizam recorrentemente no caso de outros atores, é menos forte ou visível nas elites simplesmente porque elas estão menos expostas às transformações. Sua situação estrutural protegida lhes dá uma relativa falta de preocupação com as circunstâncias externas. Entretanto, essa falta de preocupação se baseia tanto em proteções estruturais *comuns* quanto em capacidades *extraordinárias* de reagir em caso de necessidade.

Obviamente, nenhum ator social está completamente protegido de mudanças. Entretanto, é notória a diferença entre aqueles que ocupam (ou constroem) posições relativamente estáveis e protegidas e aqueles que não as ocupam. Essa divisão é evidente em várias esferas sociais.

Tomemos, por exemplo, o caso da reatividade diferencial de grupos sociais à incivilidade ou insegurança urbana. Por um lado, há aqueles que, sendo membros de grupos sociais afluentes, desfrutam de proteções estruturais: segurança urbana, escolha de bairro, maior presença policial, tudo isso é resultado de uma segregação social que é produzida imediata e impessoalmente pela barreira que os preços dos imóveis ou dos aluguéis cria. A situação de privilégio é mantida graças a uma fronteira, mais ou menos visível, mas sempre muito real em seus efeitos (Castells, 1998, p. 469), mesmo que essas posições sociais se permitam estar aparentemente despreocupadas com seu entorno no dia a dia. Bem diferente é a situação daqueles que devem, por meio de práticas explícitas e mais ou menos permanentes, garantir a si mesmos o grau de segurança a que aspiram, geralmente por meio de microssegregações urbanas ou escolares (Dubet e Martuccelli, 1998 e 2000). Ou a situação daqueles que são simplesmente incapazes de reagir ao que percebem como a deterioração de seus ambientes urbanos devido a seus recursos insuficientes, levando, em certos contextos, a manifestações genuínas de racismo contra vizinhos indesejados (Wieviorka, 1992).

A reatividade diferencial ao ambiente é muito diferente. No primeiro caso, a reatividade é implícita e estrutural; no segundo, é explícita e comportamental. Muitas das diferenças de posição entre as camadas abastadas e as populares são desse tipo. Para as abastadas, dada a proteção de que desfrutam, muitas coisas fluem por si mesmas e são evidentes (Ehrenreich, 2004), enquanto as populares precisam reagir constantemente ao ataque do mundo

social. Conclusão principal: a reatividade não é, ao contrário do que postula o imaginário da reatividade, uma prova inequívoca de poder e eficiência. Ela geralmente é um efeito da desigualdade.

Processos semelhantes são observados na economia. As mudanças na concorrência econômica forçam as empresas a responderem e se adaptarem o mais rápido possível a elas. Vários processos de produção são marcados por pressões desse tipo: a busca pela qualidade total para garantir a qualidade dos produtos; a diversificação da oferta; a redução do tempo necessário para comercializar os produtos; a redução dos preços; o aumento da produtividade e da competitividade; a necessidade de uma organização mais flexível da produção etc. Desde o século XVIII, as representações de mercado têm enfatizado constantemente esses fatores.

Entretanto, esses processos também dão origem a formas muito diferentes de reatividade. No nível da produção, são as grandes empresas que, ao exercerem o poder regulatório e, às vezes, oligopolista em um mercado, conseguem transferir o custo das mudanças econômicas e a resposta necessária às flutuações do mercado para outras empresas (subcontratadas, empresas menores etc.). Em outras palavras, as empresas que são mais reativas às flutuações do mercado geralmente não são as mais eficientes nem as mais importantes. O oposto é quase sempre o caso. É claro que isso não significa que as grandes empresas sejam sempre e em todos os lugares pouco reativas, mas nos força a questionar o imaginário da reatividade como um fator de expressão de poder. As empresas mais reativas são aquelas que, devido à sua posição na

cadeia de subcontratação ou ao seu tamanho, são forçadas a serem mais reativas. O caso extremo é constituído por empresas que, julgadas *grandes demais para falir*, dadas as consequências sistêmicas que isso poderia acarretar, se permitem assumir riscos ainda mais imprudentes por se sentirem impunes e imunes à falência.

O que é observável no nível da lógica da empresa também é observável no nível dos funcionários. São aqueles que estão objetivamente mais expostos às vicissitudes do mercado de trabalho que precisam desenvolver, com mais ou menos sucesso, formas permanentes de reatividade (poliatividade, informalidade etc.), enquanto aqueles que gozam de maior proteção (*status*, setor de atividade, nível de educação etc.) podem, dentro de certos limites, ser menos reativos imediatamente.

Em suma, em clara oposição ao que o imaginário da reatividade estipula, o diferencial de poder não é medido pela velocidade e pelo imediatismo da reação, mas pela capacidade de se proteger estruturalmente do ataque do mundo.

3. Da reatividade à lógica do cordão sanitário

À medida que a (pré)reatividade pressupõe vulnerabilidade, o novo imaginário do poder total também alimenta a ficção da imunidade radical graças à velha lógica do cordão sanitário. A reatividade não é apenas *ex post*, ela também finge ser *ex ante*.

A reatividade *ex ante* dos cordões sanitários é evidente nos diferentes processos de distanciamento por meio dos quais os

problemas sociais são colocados sob controle. As classes perigosas de antes dão lugar às populações indesejáveis de agora – do grande confinamento ao cordão sanitário. Lembremos que, para Foucault, os processos de confinamento dos indivíduos estão na base de sua sujeição e de seu controle: os loucos no asilo, os doentes no hospital, os delinquentes na prisão (Foucault, 1961 e 1975). Se a lógica do grande confinamento, mesmo que sua realidade histórica tenha sido questionada (Gauchet e Swain, 1980), não desapareceu nas sociedades atuais (pense na população carcerária), no entanto, o novo imaginário do poder total assume a forma de um cordão sanitário e um distanciamento dos riscos. O confinamento *ex post*, em termos imaginários, está perdendo terreno para o cordão sanitário *ex ante*.

Sob essa modalidade, o imaginário da reatividade tem como objetivo antecipar problemas, distanciando ou rejeitando determinadas populações. Essa lógica é particularmente visível no nível dos migrantes e no importante trabalho de transformação imaginária ao qual eles foram submetidos nas últimas décadas e na consequente modificação do significado e da função das fronteiras. As fronteiras se tornaram uma das principais manifestações da lógica do cordão sanitário: impedir o dinheiro do crime, as drogas, os produtos estrangeiros que distorcem as regras da concorrência econômica, as epidemias, os terroristas, os migrantes e os refugiados. A fronteira é mais do que nunca um cordão sanitário. É realmente necessário mencionar, após a famosa queda do Muro de Berlim, a construção, nas últimas décadas, de tantos outros muros nas fronteiras entre os países?

O exemplo da fronteira não é o único. A lógica do cordão sanitário também é visível em várias práticas institucionais comuns de distanciamento de populações indesejadas e o desejo de obter acesso a um certo isolamento protetor: bairros e condomínios fechados, ações coletivas para preservar uma certa exclusividade (como NIMBY – *not in my backyard*), circulação restrita, decretos municipais que proíbem e impedem a mendicância, práticas e dispositivos de dissuasão (cheiros ou sons) destinados a manter os jovens longe de certos locais públicos etc. Por meio dessas práticas, o imaginário de reatividade *ex post* é transformado em um imaginário de reatividade *ex ante* por antecipação, exclusão e distanciamento.

Poucos autores entenderam melhor a importância da lógica do cordão sanitário no mundo atual do que Roberto Esposito (2002 e 2004), que fez da imunização um dos grandes fatores da política moderna. Para Esposito, a busca pela imunidade e a proteção da vida são as marcas registradas da biopolítica moderna. O corpo social, assim como o corpo humano, deve se imunizar contra uma série de riscos, potenciais ou reais, o que abre diversas dinâmicas entre vida e morte, saúde e doença. O que é comum na modernidade, para o autor, além das diferenças entre os regimes (liberalismo, totalitarismo), é que todos os governos compartilham princípios e desejos de imunidade. A lógica do cordão sanitário em sua versão branda e liberal não seria radicalmente diferente de tantos outros projetos modernos de proteção da vida e até mesmo da reivindicação do direito de acabar com certas vidas (designadas como "parasitas") para imunizar a "vida" (como

foi o caso no totalitarismo nazista). Não é necessário concordar com Esposito em sua discutível associação entre modernidade, imunização e homogeneização de regimes políticos, para reconhecer a pertinência de uma visão que permite que a lógica do cordão sanitário seja inserida em uma longa tradição e desejo de controle coletivo.

Para nossos propósitos aqui, o importante é entender o que a lógica do cordão sanitário revela como uma figura de reatividade. Quanto menos alguém tem o poder de intervir ou controlar os eventos, mais forte é a tentação de recorrer a esse imaginário. Essa é uma atitude particularmente ativa quando se trata de questões ecológicas. Isso foi descoberto à sua maneira por alguns nobres florentinos no século XIV, que se refugiaram em suas vilas para escapar da peste que assolava a cidade e que, para matar o tédio, contavam a si mesmos histórias eróticas "coletadas" por Boccaccio no *Decameron*. As sociedades contemporâneas, por trás de seus cordões sanitários mais ou menos sólidos, também contam histórias umas para as outras.

* * *

A imagem central da reatividade introduz uma mudança importante em relação à imagem da racionalização e atesta uma consciência coletiva específica. Apesar do aumento imponente dos controles, a sociedade contemporânea tende a ser cada vez mais representada por um conjunto irreprimível de vulnerabilidades (Martuccelli, 2017b). Para confrontá-las ou domá-las, à medida que se percebe que não podem ser eliminadas, são pro-

movidas práticas e discursos, descrições e regulamentações que fomentam a reatividade como uma nova imagem do poder total.

Assim como o imaginário da racionalização, a reatividade é real como uma tendência prática parcial e falsa como uma representação totalizante. Se no passado era necessário mostrar, por trás da racionalização, a ordem e os controles, a permanência dos conflitos, a iniciativa e a autonomia, hoje é necessário mostrar, por trás da crença na reatividade, as ilusões nas quais ela se baseia, os diferenciais de desigualdade que ela revela, as falhas de poder e os medos coletivos que ela expressa. Também é importante entender o que esse processo revela: a intenção de moldar um novo imaginário de poder total para manter a crença na existência de capacidades ilimitadas de controle.

Na realidade, como analisamos ao longo desta terceira parte, o que varia substancialmente no nível do governo dos indivíduos é que o universo das crenças é cada vez mais reconhecido como uma arena de contestação entre os atores. Nenhum mecanismo eleitoral fecha a lacuna entre cidadãos e governos, nenhuma esfera pública está sob o controle total de um único ator, por mais poderoso que ele seja, nenhuma ideologia dominante se impõe de forma homogênea e total.

- Parte quatro -
HIERARQUIAS

Capítulo 11

A CLASSE GOVERNANTE E A INVISIBILIDADE DA HIERARQUIA

Nos capítulos a seguir, analisaremos vários processos de agitação e transformação de hierarquias. Em cada uma das áreas que abordaremos, será uma questão de mostrar a diversidade dos fatores em ação e as profundas diferenças que são observadas no nível do governo dos indivíduos em termos do exercício do poder pela classe dominante, na família ou nas escolas.

Em muitas regiões do mundo, e não apenas nas áreas rurais, visões hierárquicas imutáveis continuam a operar, mesmo que, por trás de sua aparente rigidez, as hierarquias sejam objeto de várias contestações mais ou menos silenciosas. Em contraste, nas sociedades contemporâneas, todas as hierarquias são pouco mais ou menos objeto de suspeita, mesmo que, como veremos, elas tenham consistências muito diferentes.

Hoje, as hierarquias são geralmente mais fortes na área do trabalho, o que era menos verdadeiro há apenas algumas décadas, mas tendem a ser desafiadas com mais frequência na área das relações entre grupos etários ou nas relações de gênero. No local de trabalho, a reviravolta das hierarquias foi parcialmente neutralizada pela renovação dos controles. Em nenhuma outra esfera social a

regra dos controles factuais assumiu formas tão extremas e eficazes. O que é visível no mundo do trabalho também é visível no nível da classe governante. Por outro lado, as mudanças na família ou nas relações entre grupos etários foram muito diferentes. Em ambos os casos, as tensões atuais estão enraizadas na crise de formas hierárquicas antigas, hegemônicas e mais ou menos monolíticas de patriarcado ou de grupos etários.

Em cada um dos casos que trataremos nesta quarta parte, mostraremos como o governo dos indivíduos, embora assuma diferentes faces e apresente diferentes desafios, nunca é uma questão de tudo ou nada. Em todas as áreas, há processos tanto de fortalecimento quanto de enfraquecimento, de renovação ou crise de autoridade, dominação ou poder, que nenhum diagnóstico unilateral pode compreender. Acima de tudo, como veremos, o domínio dos indivíduos nunca deixa de ser exercido. Ele é exercido de uma forma ou de outra, mas sempre é exercido, mesmo quando isso é feito, como veremos no último capítulo, por meio de medos específicos.

I. Sobre a classe governante

A literatura acadêmica disponível sobre esse assunto, diferentemente das outras questões abordadas neste livro, é insuficiente em muitos aspectos, não por falta de interesse por parte dos pesquisadores, mas pelo desejo expresso dos membros das classes governantes de escapar aos olhos do público. A classe go-

vernante exerce o poder preservando a incerteza de suas ações e tornando sua hierarquia invisível.

Caracterizaremos a noção de classe governante com mais precisão a seguir, mas digamos, por enquanto, que essa designação visa a nomear aqueles que, em geral, são os verdadeiros *beneficiários* econômicos a médio e longo prazo e que, acima de tudo, mantêm uma inegável capacidade de *tomada de decisões* sobre assuntos coletivos (essencialmente econômicos e políticos). Como definir o perímetro da classe governante e como responder por suas decisões?

Em vários estudos sociológicos realizados por meio de processamento secundário de bases estatísticas, por exemplo, uma classe alta é identificada como definindo até 20% da população economicamente mais abastada. Assim descrita, a classe alta não pode obviamente ser identificada com a classe governante. É claro que muitos, mas não todos, desse grupo exercem funções gerenciais em empresas ou órgãos estatais (ou organizam o trabalho de outros assalariados), mas, se essa atividade os transforma em prestadores de serviços privilegiados da classe governante (eles têm, por exemplo, a capacidade de controlar seus ritmos de trabalho com mais liberdade), isso não os define como membros da classe governante.[75] Se a classe alta é formada por círculos concêntricos, a classe governante se refere a um grupo muito pequeno de atores. Isso não se deve apenas ao fato de que sua fortuna

75. Mesmo que nas últimas décadas os membros da classe alta tenham sido os principais atores na aplicação das regras da *Nova Gestão Pública* no setor público, na verdade, seu *status* de classe permaneceu infinitamente mais protegido das consequências desse tipo de gestão do que o de muitos outros assalariados ou funcionários públicos.

econômica costuma ser muito importante, mas também porque, sob vários aspectos, eles concentram o poder de decisão.

A classe governante tem sido objeto de muitos estudos. Há, por exemplo, estudos etnográficos sobre suas estratégias matrimoniais, seus locais de residência ou sua sociabilidade (onde produzem e reproduzem seu capital social); análises da composição cruzada dos conselhos de administração de grandes grupos econômicos privados; pesquisas empíricas sobre os estabelecimentos de ensino superior e escolas de elite que eles frequentam; pesquisas sobre os vínculos entre dinheiro e poder político (doações, corrupção), mas também sobre as portas de circulação entre empresas, alta administração pública e atores políticos; testemunhos sobre os locais de encontro privilegiados dos membros da elite (formais ou informais – clubes, alojamentos, confrarias, classes de ex-alunos ou em Davos); publicações anuais sobre a classificação dos indivíduos mais ricos ou mais poderosos do mundo; vários testemunhos, especialmente de analistas ou atores que frequentaram ou trabalharam nesse e para esse grupo social (intermediários, consultores etc.); estudos sobre *think tanks* ideológicos ou grandes escritórios de advocacia, mas também *lobbies*, que estão ativamente a serviço da classe governante; esforços para construir o perímetro das classes governantes levando em conta a heterogeneidade de seus membros (grandes empregadores, militares, alguns governantes ou líderes de opinião); sem esquecer o que é uma das mais antigas tradições de estudo das classes dominantes, mostrando suas diferenças e lutas internas, uma tradição que remonta pelo

menos a Marx e a seus trabalhos históricos sobre as lutas sociais na França, onde a oposição estrutural entre duas grandes classes, os capitalistas e o proletariado, dá lugar a uma diversificação de classes na análise de situações históricas concretas.

Toda essa literatura relativamente abundante, no entanto, não resolve totalmente a principal dificuldade: reconhecer, por um lado, as modalidades concretas da natureza estrutural do governo dos indivíduos exercido pela classe governante e, por outro, identificar *in fine* os principais beneficiários ou tomadores de decisão. Os limites entre essas duas realidades são borrados pela inevitável interpenetração dos processos. Essa dificuldade de análise é claramente visível, por exemplo, nas muitas publicações da imprensa especializada que anualmente realizam pesquisas de opinião com base em um painel seleto e restrito de atores (jornalistas, líderes, políticos, empresários etc.) para descobrir quem são os indivíduos com mais poder em um país. Ano após ano, as listas não apenas variam significativamente, mas também, o que não é surpreendente, tendem a designar como os "mais" poderosos aqueles que ocupam momentaneamente posições hierárquicas no sistema político.

Soma-se a isso o fato de que, se o público conhece os nomes de alguns dos membros da classe governante (geralmente linhagens familiares antigas ou empresários altamente midiatizados), ele desconhece quase totalmente como eles governam e como tomam suas decisões. Essa invisibilidade voluntária e mais ou menos tradicional foi acentuada nas últimas décadas pelo que

foi chamado de rebelião das elites (Lasch, 2010). O termo "elites" muitas vezes é enganoso porque é entendido como os poderosos, quando, em muitos casos, como no caso dos membros das classes mais altas, sua descrição inclui membros de grupos sociais que são indubitavelmente ricos, profissionalmente bem-sucedidos e geralmente cosmopolitas em suas orientações políticas e culturais, mas que, em termos de suas capacidades de tomada de decisão e influência, não podem ser associados à classe governante.

Essa é a natureza do problema da classe governante e de suas hierarquias. Embora ninguém duvide de sua existência ou de seu poder, é infinitamente mais difícil definir sua existência e seu poder. Estudos empíricos muito meritórios, dadas as dificuldades de acesso à informação (por exemplo, sobre os processos de nomeação dos CEOs de grandes grupos econômicos ou sobre os processos de tomada de decisão das estratégias de investimento) alternam-se regularmente com comentários globais, especialmente na imprensa, às vezes até de natureza conspiratória, sobre seus poderes tentaculares de governo. O imaginário político de nosso tempo acrescentou às antigas representações da oligarquia, das duzentas famílias, das elites, a oposição entre o 1% (às vezes até o 0,1%) e os 99%.

Com essas dificuldades em mente, no que se segue, vamos nos limitar a abordar quatro dimensões amplas.

II. Os insumos de governo da classe governante

Qual é a fonte do poder da classe governante? A sociedade contemporânea é inseparável do capitalismo. Apesar de todas as mudanças ocorridas, a estrutura de lucro e os diferenciais de tomada de decisão são organizados nas sociedades capitalistas em torno do acesso diferencial ao capital econômico.

Isso não significa ignorar ou minimizar a importância de outros tipos de recursos nas sociedades contemporâneas. Ao lado do capital econômico, a existência de uma pluralidade de outros *ativos* (capitais, tipos de propriedade, recursos) foi reconhecida nessas sociedades, tornando a análise mais complexa e evitando um certo reducionismo.[76] Entretanto, levar em conta capitais ou recursos que não sejam estritamente econômicos (culturais, educacionais, sociais, de honra, simbólicos, organizacionais, eróticos etc.) não deve confundir a análise. Mais cedo ou mais tarde, de uma forma ou de outra, todos esses estudos são forçados a reconhecer que um desses recursos, sempre o capital econômico, desempenha um papel decisivo. A principal estrutura diferencial de lucro e tomada de decisões nas sociedades atuais ainda é o capitalismo.

Entretanto, se o capitalismo é a característica estrutural mais importante das sociedades contemporâneas no que diz respeito ao governo dos indivíduos, isso não significa que ele desempenhe um papel determinante em todas as situações de go-

76. Para a diferenciação de quatro tipos de capital (Bourdieu, 1979 e 1989); para quatro tipos diferentes de propriedade (Roemer, 1982); para quatro tipos de recursos (Mann, 1986) etc.

verno dos indivíduos. A questão da classe governante é bastante distinta e, às vezes, independente dos fenômenos de gestão de autoridade nas salas de aula, das relações entre homens e mulheres ou das tensões no espaço urbano. A razão é que o governo dos indivíduos é um fenômeno estrutural, mas não sistêmico, nas sociedades contemporâneas.

Porém, onde a distribuição de grandes diferenciais no nível das estruturas de lucro e de tomada de decisão é realizada e resolvida? É preciso distinguir duas ordens de realidade.

1. O capital e o Estado

O termo *capitalismo* é comumente usado para se referir a um sistema econômico voltado para o lucro. A caracterização é amplamente correta, desde que o perímetro e os atores envolvidos na questão da geração de lucros sejam ampliados. Nas sociedades capitalistas atuais, isso diz respeito tanto aos atores da economia de mercado quanto ao chamado estado de bem-estar social (na verdade, o que é mais precisamente chamado de Estado Social nacional, cf. Ramaux, 2012), ambos orientados, com tensões e, às vezes, com visões diferentes, para a busca do lucro. É por isso que, no que diz respeito à análise da estrutura do capitalismo, esse duplo princípio de organização das relações sociais não deve ser dissociado, mas *articulado* em todos os momentos e para cada ator. Isso é particularmente relevante no nível da classe governante, onde a ligação entre a economia de mercado e o Estado Social nacional, entre as instituições estatais e as instituições econômicas, é óbvia.

O capitalismo nunca é o resultado de uma oposição entre o mercado e o Estado. Ele *sempre* define uma diversidade de formas históricas de articulação entre a economia de mercado e o Estado. Fernand Braudel (1993) insistiu com razão nesse ponto: "Como historiador, atento ao surgimento e à afirmação do capitalismo entre os séculos XIII e XVIII [...] é difícil para mim não ficar fascinado pela continuidade dos problemas que estamos enfrentando. Como se tivesse sido lançada uma corrida de velocidade entre a economia e o Estado, na qual a primeira, constantemente ameaçada de ser ultrapassada pelo segundo, sempre conseguiu até hoje – e sem dúvida, aos nossos olhos, mais do que nunca – recuperar a vantagem. A vitória não é fácil nem sempre regular, sem dúvida, mas a economia pode se dar ao luxo de escapar das regras que tentam impor a ela ou, se preferir, de mudar as regras do jogo em seu próprio benefício." Em outras palavras, se as instituições estatais e econômicas nunca deixaram de se interpenetrar, em última análise, nas sociedades capitalistas há uma primazia do capital sobre o Estado.

Isso é explicado, em grande parte, pelo fato de que a expansão da economia cria as condições para a afirmação do poder político, que, por sua vez, fortalece o imperativo do crescimento econômico. Essa interpenetração tem sido marcada por vários conflitos, contradições ou crises, mas sempre dentro de um profundo entrelaçamento estrutural (Habermas, 1978; Offe, 1984). No capitalismo, o Estado, além de sua capacidade real de regulamentação econômica, investimento ou tributação, depende, em última análise, da economia de mercado, da qual retira

uma parte substancial de seus recursos por meio da tributação. Em um processo acentuado pela concorrência internacional, o Estado deve, em uma sociedade capitalista, por um lado, facilitar o crescimento da economia e a criação de riqueza e, por outro, limitar ou corrigir os desequilíbrios de poder e de riqueza que a economia cria constantemente. Tanto é assim que a expansão do Estado Social nacional na Europa, sob uma figura particular de cidadania, ocorreu em meio e em reconhecimento das assimetrias de forças entre capital, trabalho e Estado (Balibar, 2012). Tanto é assim que a regulação da questão social graças aos excedentes econômicos transformou o crescimento em um verdadeiro vício político.

Anthony Giddens propôs uma distinção particularmente útil para descrever o que é peculiar a esse casamento na estrutura de classes do capitalismo. Por um lado, haveria recursos alocativos (ligados ao controle de bens materiais ou econômicos) e, por outro, recursos autoritativos (relacionados ao controle das interações sociais). Se esses dois recursos e as instituições econômicas e políticas nas quais eles se baseiam existem em várias sociedades, Giddens (1981, p. 210; 1985, p. 135) insiste na importância dos recursos alocativos nas sociedades capitalistas, as únicas nas quais a economia realmente desempenha um papel determinante, em oposição às sociedades pré-capitalistas nas quais a dominação se baseava principalmente no controle dos recursos de autoridade. Entretanto, a primazia do capital econômico não só não aboliu a importância dos recursos de autoridade (que são sempre necessários ao capital econômico) como tam-

bém levou a uma interpenetração entre a economia de mercado e o Estado Social nacional. A articulação entre essas duas realidades, que é comum a muitos países, tem modalidades muito diferentes dependendo das sociedades nacionais.

A economia de mercado e o Estado Social nacional têm sido a estrutura comum do capitalismo há várias décadas. Nesse sentido, a periodização de uma fase sob a clara hegemonia e influência do mercado autorregulável desde o século XIX até sua crise durante a Segunda Guerra Mundial (Polanyi, 1983), depois uma fase de regulação fordista com forte influência do Estado Social nacional e, desde a década de 1980, um período pós-fordista, não deve nos fazer esquecer a constante articulação entre o Estado e as instituições econômicas.

Já no final do século XIX, com a crise do liberalismo clássico devido à sua incapacidade de regular a questão social, a dimensão social e economicamente intervencionista dos Estados foi gradualmente consolidada. A Primeira Guerra Mundial é um ponto de inflexão importante a esse respeito.[77] O Estado e a nação "se afirmam" contra o capital, mesmo que, como já foi apontado muitas vezes, a guerra tenha sido travada por interesses econômicos. Se o Estado permaneceu subordinado às exigências da economia de mercado, a força do estatismo social aumentou ao

77. A articulação e a tensão entre esses dois eixos variaram historicamente e são responsáveis pela notória diferença nesse ponto, por exemplo, entre Marx, de um lado, e Durkheim e Weber, de outro. Marx produziu a maior parte de sua obra entre 1850 e 1880 e, embora não tenha negligenciado o papel das relações interestatais na acumulação primitiva de capital nem o que caracterizou como o papel de gendarme do Estado a serviço da burguesia, ele concebeu o capitalismo, acima de tudo, como fruto da exploração do trabalho. A situação histórica com a qual Durkheim e Weber se defrontaram foi diferente: entre 1890 e 1920, ambos testemunharam os primeiros sinais do futuro Estado Social nacional e a eclosão da febre nacionalista da Primeira Guerra Mundial.

longo do século XX, atingindo uma dimensão muito significativa durante a Segunda Guerra Mundial e nas décadas seguintes. No período pós-guerra, as instituições estatais e econômicas experimentaram tal grau de interpenetração que, na década de 1970, foi formulada a tese do capitalismo monopolista de Estado: o Estado e o grande capital eram dois lados da mesma moeda. Na América Latina, durante essas décadas, a interpenetração assumiu a forma de grandes pactos nacionais-populares e, depois, de Estados desenvolvimentistas (Touraine, 1988).

Uma das equações históricas dessa articulação, o que a escola de regulamentação chamou de fordismo, foi severamente desafiada a partir da década de 1970. Será a chamada revolução conservadora e depois neoliberal. Dentro dessa estrutura, segundo leituras ideológicas tendenciosas, havia uma oposição entre o mercado e o Estado. A afirmação não resiste à análise. Como apontamos em outro capítulo, o que se estruturou foi uma nova configuração na qual os principais atores econômicos privados puderam impor suas exigências e demandas, especialmente no nível de acumulação, de novas maneiras. A mal chamada desregulamentação neoliberal foi uma nova forma de regulamentação a serviço de outros atores e interesses que não os privilegiados na fase fordista. Instalou-se um novo regime de antagonismos entre capital e trabalho, por meio de um Estado regulador mais inclinado aos interesses do capital (Aglietta 1998; Crouch 2011, Boyer, 2015).

Sem entrar na apresentação histórica desses processos, o importante para nossa análise é reter que, dependendo dos pe-

ríodos, das sociedades e das alternâncias eleitorais, o "mercado" gera e acumula proporções maiores ou menores de lucros, gerencia porcentagens maiores ou menores da força de trabalho (a divisão entre o emprego público e o setor privado) e decide sobre uma porcentagem maior ou menor de investimentos. Assim, ao contrário da hipótese de uma convergência planetária de sistemas capitalistas, diferentes variantes do capitalismo foram consolidadas por meio da renovação de diferentes pactos políticos nacionais (Albert, 1991; Amable, 2005; Boyer, 2015), de acordo com as maneiras pelas quais os estados de bem-estar social configuram diferentes sistemas de estratificação social (Esping-Andersen, 1999a).

Em suma, nas últimas décadas, o capital não se libertou do Estado. Nem, aliás, aspirou a isso, apenas buscou uma carga tributária menor. A razão é óbvia: o capital precisa de proteção alfandegária, gastos públicos, legislação que permita ou preserve oligopólios, proteção diferencial de fato de empresas de acordo com sua nacionalidade, estratégias públicas para a competitividade industrial ou planejamento de médio prazo de investimentos em infraestrutura, gestão do mercado de trabalho (e sua flexibilização), decisões sobre a taxa de câmbio e assim por diante. É somente dentro dessa articulação *estrutural* entre o Estado e as instituições econômicas que as mudanças podem ser compreendidas. Assim, embora seja verdade que, em vários países, nas últimas décadas, a economia de mercado tenha sofrido e produzido mudanças importantes em termos de emprego, mercado de capitais, princípios de proteção social e serviços públi-

cos, nada disso resultou, de forma alguma, no desaparecimento do papel do Estado.

Apesar de sua primazia, o capital precisa negociar em todos os lugares com o Estado e com a necessidade de promover determinadas políticas públicas. A diversidade de situações nacionais é muito grande, mas, em geral, durante o período da virada neoliberal, houve uma reorientação do Estado em favor de grupos afluentes e, nos Estados Unidos, uma crescente alocação de recursos orçamentários para gastos militares (uma espécie de keynesianismo de direita) em vez de um puro desmantelamento do Estado como ator econômico (Galbraith, 2009).

2. Globalização, capitalismo e Estado

Se as relações entre a economia de mercado e o Estado Social nacional foram, por muito tempo, desempenhadas principalmente em nível nacional, elas tendem cada vez mais a ser desempenhadas também em nível supranacional. Se esse aspecto sempre esteve muito presente no que até recentemente era chamado de países periféricos (pense nos estudos agora clássicos da escola da dependência na América Latina), ele é cada vez mais um fator reconhecido no nível das principais economias do planeta.

A palavra *globalização*, às vezes chamada de *mundialização*, floresceu na década de 1990. O processo designou realidades diferentes de acordo com os domínios (econômico, cultural, político etc.), mas, acima de tudo, caracterizou graus variados de articulação entre o global e o local (Held *et al.*, 1999; Beck,

2000). Está claro que, no mundo de hoje, nem tudo é global (e certamente não será no futuro próximo), mas que cada vez menos fenômenos são estritamente nacionais, regionais ou locais. O desafio é mostrar concretamente como os processos globais e locais estão interligados na prática. Dentro dessa estrutura, no que diz respeito à classe governante, a crescente importância dos mercados internacionais permitiu que ela impusesse um novo equilíbrio de poder.

Se a estrutura das desigualdades era o resultado das relações de poder entre o Estado, o capital e o trabalho em nível nacional, o surgimento de um nível global transformou as regras do jogo, além das controvérsias sobre a importância, a novidade ou a duração desse processo (Hirst e Thompson, 1996). Vejamos um exemplo concreto. A classe governante conseguiu, graças à sua pressão, reduzir sua alíquota de impostos. Não é supérfluo mencionar alguns números. Nos Estados Unidos, em 1932, ano em que Franklin D. Roosevelt assumiu o cargo, a alíquota marginal do imposto de renda para os mais ricos era de 25%. Para lidar com as consequências da crise de 1929, Roosevelt aumentou a alíquota para 63% e até mesmo, no contexto do esforço de guerra, para 94% em 1944; uma alíquota que se estabilizaria em torno de 90% até 1964, antes de ser reduzida para 70% em 1970, um nível em que permaneceria até a eleição de Ronald Reagan em 1980, sob cujo mandato caiu para 28% em 1986, para se aproximar de 40% sob a presidência de Obama (Piketty, 2013, p. 818 e 822) e manter-se em uma média de 35% desde então. Essa variação, e especialmente o declínio nas últimas décadas, deve-se

a uma confluência de fatores: os grandes detentores de capital tiveram mais oportunidades de evitar ou sonegar impostos (paraísos fiscais) ou conseguiram se beneficiar de muitas isenções fiscais; eles se beneficiaram de um certo laxismo do Estado no nível fiscal (ele próprio devido a várias causas, incluindo a influência de uma ideologia neoliberal, que, disseminada nos centros de treinamento da alta administração pública, levou a visões negativas sobre os impostos e a capacidade de gestão econômica dos Estados); não deixaram de ameaçar com seu possível exílio fiscal; não deixaram, sobretudo, de usar como argumento a necessidade de deslocalizações industriais por motivos fiscais ou por causa dos "altos" salários (o que aumentou o *dumping* social e fiscal entre os Estados, mesmo dentro da UE); a redução da alíquota marginal de impostos das famílias mais ricas e dos lucros das empresas foi feita em nome de novos critérios de justiça e do que tendia a ser percebido como cobranças confiscatórias pelos Estados. O resultado foi que um dos homens mais ricos do mundo, Warren Buffet, pôde exclamar, na década de 2010, sua perplexidade com o fato de que, depois de usar todos os recursos legais à sua disposição, sua alíquota percentual de tributação acabou sendo menor do que a de sua secretária.

Em outras palavras, da perspectiva que nos interessa aqui, a globalização é, antes de tudo, um novo campo de jogo entre o Estado e o capital. Para atrair capital (investimento), os Estados se sentiram "forçados" a reduzir impostos, muitas vezes tendo que compensar essas reduções na receita tributária por meio de empréstimos, porque os benefícios sociais exigidos pelos cida-

dãos não diminuíram (o que, no entanto, acabou levando vários Estados a reduzir os gastos sociais para controlar a dívida pública). Isso significa, em parte, que os Estados são forçados a tomar dinheiro emprestado de atores sociais que eles renunciaram a tributar. Diante do que é representado como um nível geral que estaria, pelo menos parcialmente, fora de seu controle, os Estados não teriam escolha a não ser fazer do modelo social (e dos salários) a principal variável de ajuste econômico para lidar com as dificuldades orçamentárias. Em outras palavras, os Estados são forçados a escolher o capital global em vez dos cidadãos nacionais (Streeck, 2014). O antigo conflito intranacional entre empresas privadas, trabalhadores e Estados nacionais sociais é prolongado, sem ser abolido, pela competição globalizada entre os Estados para atrair investimentos. O capital até mesmo desfruta de novas formas de exercer pressão sobre as decisões dos governos devedores graças ao tamanho das dívidas públicas.

Algumas leituras unilaterais concluem como evidência que o capital é mais forte e mais global do que o Estado. Isso não é necessariamente exato. O global é um espaço estratégico adicional no qual o governo é exercido graças a novos mecanismos de coerção, mas também graças à consolidação de novas zonas de incerteza nas quais a classe governante aumenta as dificuldades de previsibilidade de sua conduta.

Não existe o capital global. O que existe são grandes atores econômicos que atuam em um cenário global mais amplo do que apenas o nível nacional, no qual os atores estatais na-

cionais *também* atuam (inclusive, no caso de alguns países, especialmente os ricos em matérias-primas, por meio de fundos soberanos). Isso geralmente ocorre em meio a assimetrias de poder diferenciadas e no calor de representações que tendem a minimizar as capacidades regulatórias ou de *lobby* dos Estados. A circulação de capital é regulada de forma diferente, por exemplo, dependendo de se tratar de capital financeiro especulativo, dos dividendos de grandes empresas (como mostra o conflito entre a UE e seus planos de taxar os GAFAs: Google, Amazon, Facebook, Apple) ou de projetos de realocação produtiva, mas, em todos os casos, as barreiras nacionais *sempre fazem* parte do jogo. Os Estados podem e estão cada vez mais aptos a jogar melhor em nível global. Os diferenciais de atuação são muito distintos de país para país, mas depois de uma fase de globalização sob clara hegemonia empresarial privada (1990-2020), é possível ver certos sinais de um reequilíbrio em favor de novas formas de intervenção estatal (o que não significa necessariamente em favor dos setores médios e populares). Embora em alguns casos seja assim, como nos conflitos entre os Estados nacionais e as grandes empresas farmacêuticas globalizadas sobre a liberalização de certas patentes, em que os primeiros buscam, em nome da saúde pública, romper o que eles tipificam como políticas de lucratividade excessiva e abusiva.

De qualquer forma, os Estados estão expandindo suas capacidades de controle, vigilância e escuta; estão usando a arma das taxas alfandegárias mais abertamente do que no passado ainda recente; estão incentivando ou protegendo suas empresas

"nacionais" e até mesmo, apesar de tantos limites, estão decidindo tomar certas medidas em relação aos paraísos fiscais. Tudo isso pode parecer insuficiente (e é), mas não podemos perder de vista a coerção dos novos cenários de jogo, começando, por exemplo, com a capacidade de certos grandes especuladores privados de intervir nas taxas de câmbio entre as moedas (o que força, por exemplo, muitas economias emergentes a economizar somas significativas de dinheiro, retirando-as do investimento). Tudo isso cria novas assimetrias de poder. Entretanto, nada disso elimina o papel do Estado, conforme demonstrado por seu papel decisivo na falência de grandes grupos econômicos na crise de 2008, o que, conforme demonstrou Joseph Stiglitz (2011), significou uma das maiores transferências de dinheiro público para o setor privado da história.[78] Qualquer que seja a assimetria de poder em jogo, o capital sempre precisa dos recursos de autoridade do Estado. Os controles estatais são sempre, direta ou indiretamente, indispensáveis. As articulações entre o Estado e as grandes corporações privadas, além da circulação de elites (as "portas giratórias") ou *lobbies*, deram origem, nas últimas décadas, a verdadeiras capturas corporativas de Estados na América Latina (Durand, 2019).

A questão não é se o mundo é globalizado ou não. No que diz respeito à classe governante, o importante é entender como ela opera, levando em conta fatores supraestatais e nacionais. Nesse sentido, a própria representação da globalização como um universo liberado do controle dos Estados deve ser entendida como um

78. Ainda de acordo com Stiglitz, a transferência das empresas soviéticas para uma *nomenklatura* próxima ao governo russo foi uma transferência ainda mais importante do setor público para o capital privado.

recurso adicional e, às vezes, como uma arma importante no nível das *crenças* na luta que a alta administração pública, ligada aos grandes detentores de capital, trava contra os atores subalternos do setor público ou das classes média e popular.

Essa primeira abordagem da classe governante é, sem dúvida, muito geral, mas antes de tentar defini-la e circunscrevê-la melhor, foi necessário apresentar os principais insumos de seu poder: uma articulação permanente em sua estrutura e variável em suas formas entre recursos econômicos e estatais. Esse é o foco da estrutura diferencial de lucro e da tomada de decisões da classe governante.

III. Homogeneidade e heterogeneidade da classe governante

Voltemos ao problema básico: como reconhecer, por um lado, a natureza estrutural do governo dos indivíduos e, por outro, identificar *in fine* os principais beneficiários ou tomadores de decisão, ou seja, os membros da própria classe governante.

Se a noção de classe social pode ser objeto de discussão legítima (estudo após estudo vem apontando constantemente para a erosão da consciência de classe há décadas), no que diz respeito à classe governante, a designação "classe" se impõe como autoevidente, a tal ponto que a dimensão da classe "em si" (sua posição) está em forte osmose com seu "para si" (com a consciência de seus interesses e identidade). Warren Bu-

ffet, mais uma vez, reconheceu isso abertamente: "há uma luta de classes e é a minha classe, a classe rica, que está travando a guerra, e estamos vencendo".

Dependendo de nossos interesses atuais, duas discussões devem prender nossa atenção.

[1] A primeira discussão gira em torno do grau de unidade e até mesmo de homogeneidade da classe governante, apesar da rotatividade de seus membros. Desde as afirmações de Marx sobre a consciência e a ação da burguesia (muitas vezes sem muita correlação empírica) até a tese clássica de Wright Mills (1969) sobre as elites no poder, formadas por círculos pequenos, mais ou menos ocultos, em que, apesar de suas diferenças, coincidem os muito ricos, os grandes gerentes, os comandantes militares de alto escalão, os líderes políticos e até mesmo certas figuras culturais, muitos estudos destacaram as dificuldades de nomear ou traçar o perfil de seus membros. O perímetro da classe governante varia de acordo com indicadores de riqueza ou bens, notoriedade ou influência, poder de decisão política, econômica ou militar.

No contexto da globalização, também foram feitas tentativas de definir o perfil de uma nova classe governante que teria se consolidado no último quarto de século: uma hiperburguesia, uma classe capitalista transnacional, uma superclasse que poria fim à associação historicamente estreita entre estruturas de classe e Estados-nação em favor de uma solidariedade global entre os membros dessa nova classe alta transnacional (Breen e

Rottman 1998; Sklair 2001). Em uma análise desse tipo, Rothkopf (2008) falou de uma superclasse, em um perímetro supranacional, composta por cerca de 5 mil pessoas que concentrariam doses de riqueza, mas, acima de tudo, grandes poderes de decisão e influência. O debate está aberto, mas é preciso ter cautela em vários pontos, a começar pela afirmação de que as grandes empresas globais não têm nacionalidade (Ohmae, 1995). Pelo contrário, o conluio entre as multinacionais (dependendo de sua origem nacional) e os Estados nacionais é muito visível, seja nos contratos assinados após intervenções militares, nos diferenciais de ajuda que os serviços secretos dão às empresas consideradas nacionais ou na existência de cláusulas que restringem as empresas estrangeiras em tantos mercados nacionais. Apesar das tendências à transnacionalização do capital financeiro, a articulação do capitalismo continua a depender do controle e dos poderes regulatórios dos Estados.

Essas dificuldades são, em grande parte, insolúveis se as contribuições das instituições estatais e econômicas não forem articuladas, como propusemos no parágrafo anterior.

[2] O segundo conjunto de debates, tão ou mais recorrente que o anterior, diz respeito às divisões observadas na classe governante. Observemos que, em várias dessas análises, a classe governante é designada como a classe alta, o que, como já indicamos, amplia excessivamente o limite do grupo.

Esse é um debate que está muito presente na França devido à influência de Pierre Bourdieu (1989). Sem negar a conivência

estrutural existente entre os membros da classe alta, Bourdieu insistiu nas tensões entre a fração dominante da classe alta, os detentores do capital econômico, e a fração dominada da classe alta, os detentores do capital cultural. A primazia de seus respectivos tipos de capital seria o alvo das lutas que seriam travadas em um campo de poder no qual o diferencial de preeminência e valor de uma forma de capital sobre as outras seria estabelecido. Como em outros estudos (por exemplo, a escola), Bourdieu tende a transformar uma observação conjuntural e nacional em uma regra estrutural e até mesmo trans-histórica. A partir da tensão, peculiar à sociedade francesa, entre uma burguesia econômica e os graduados dos grandes órgãos da administração pública, ele infere um conflito duradouro entre essas duas frações de classe. No entanto, isso leva a um papel excessivo para o capital cultural (na verdade, para a nobreza do Estado). Não apenas porque a circulação entre os membros da alta administração pública e a gerência de grandes empresas é significativa, como o próprio Bourdieu reconheceu, mas também porque várias de suas relações conflituosas (conluios, acordos, tensões) não são organizadas em torno da vontade de impor uma forma de capital sobre outra, mas nas maneiras pelas quais, dentro de diferentes coalizões de forças, os vários tipos de capital estimulam conjuntamente o desenvolvimento do capital econômico. A ênfase excessiva do capital cultural nas análises de Bourdieu sobre a classe alta é uma consequência do peso central que ele sempre deu à coerção do consentimento em detrimento dos controles no governo dos indivíduos.

Mais significativos são os debates que, pelo menos desde o trabalho pioneiro de Berle e Means, em 1932, opuseram o controle de grandes corporações entre proprietários e gerentes de empresas. Desde a década de 1940, essa tese foi reforçada e, em parte, transformada por estudos sobre uma nova classe dominante, primeiro chamada de burocracia e depois de tecnocracia, cujo poder reside na capacidade de gerenciar (e não na propriedade) de recursos econômicos, técnicos, organizacionais ou políticos. À luz dessa tese, a ideia de uma convergência progressiva das sociedades industriais durante e após a Segunda Guerra Mundial, além da divisão entre capitalismo e comunismo[79], foi até afirmada. Em todos os lugares, a classe governante, além do peso da propriedade privada, estabeleceria seus poderes de governo em torno de suas capacidades administrativas, abrangendo instituições estatais e econômicas.

Dentro da tensão entre proprietários e CEOs, o aumento do poder das finanças nas últimas décadas foi analisado como uma reabilitação do poder dos proprietários, o que levou a uma repatrimonialização da riqueza e ao ressurgimento, em todo o mundo, de uma classe de herdeiros rentistas (Piketty, 2013 e 2019; Chauvel, 2016). A ofensiva dos proprietários estaria, portanto, na raiz das demandas por redução de custos, reestruturação de grandes grupos econômicos em prol da rentabilidade do capital, demissões em tempos de desaceleração econômica para gerar lucros ou programas recorrentes de recompra de ações. As instituições financeiras teriam reorganizado o capitalismo em torno

79. Entre outros, Rizzi (1977); Burnham (1948); Castoriadis (1973); a tese da sociedade administrada (Marcuse, 1963 e 1968); sobre a tecnoestrutura (Galbraith, 1968) etc.

de uma visão de riqueza dominada pelas finanças, consolidando assim um tipo de gestão corporativa orientada para a distribuição de dividendos. Essa visão, no entanto, é criticada por aqueles que continuam a argumentar que o poder nas grandes empresas permanece nas mãos das equipes de gestão.[80]

Vamos enfatizar o ponto principal: ao contrário do debate anterior sobre o valor relativo do capital econômico ou cultural, nesses debates a questão está focada na gestão do próprio capital econômico. Certamente, a tensão entre proprietários e gerentes dentro do objetivo comum da constante expansão do capital (Lordon, 2003) não é pequena, mas não altera o que nos interessa destacar aqui: a primazia do capital econômico no poder da classe governante.

O que devemos reter dessa rápida apresentação? Diríamos que, quando se trata da classe governante, a questão essencial não é quem faz ou não faz parte dela, nem seu grau efetivo de homogeneidade, conivência ou diversidade. O que é essencial está na natureza e no exercício de seu poder: em uma estrutura diferencial de benefícios e tomada de decisões que resulta de uma modalidade específica de uso e mobilização de insumos econômicos e estatais.

80. Em 2003, Hutton (2003) propôs uma leitura territorial desse antagonismo. O poder da participação acionária já ativa nos Estados Unidos seria contraposto pelo poder da tecnoestrutura ainda dominante nos grandes grupos econômicos europeus.

IV. O exercício do governo pela classe governante

Quando se trata da questão de como a classe governante governa, a literatura é ainda mais insatisfatória. Embora saibamos como as alianças são formadas entre determinados grandes grupos (inclusive por meio de alianças conjugais), os processos reais e efetivos de exercício do poder são muito mais opacos. A esse respeito, os estudos sobre os processos de tomada de decisão no setor público e na esfera política são infinitamente mais explícitos do que o que se sabe sobre grandes grupos privados.

Dadas essas limitações, no que se segue, vamos nos concentrar em dois aspectos para, por um lado, enfatizar o ponto nodal do poder da classe governante e, por outro, em tensão com o acima exposto, os processos estruturais pelos quais esse poder se inscreve na vida social.

[1] Onde se encontra o ponto nodal do poder da classe governante? Em uma sociedade capitalista, ele está na capacidade de ter uma influência significativa nas decisões sobre como afetar a distribuição da riqueza socialmente produzida entre salários, lucros, impostos e, ainda mais importante, entre a parcela da renda que é consumida ou distribuída e a que vai para o investimento. É por isso que Stiglitz (2002) não hesita em identificar o capitalismo (digamos, a classe governante em si) com a comunidade financeira de Nova York, ela própria entrelaçada com a equipe política e os altos funcionários que trabalham em Washington, seja no Tesouro, no FMI ou no Banco Mundial.

Imediatamente aparente está o principal obstáculo que o capitalismo impõe a qualquer projeto de igualdade: a lei não tem a mesma força para conter o poder do capital que tinha para conter o poder do rei. O capital cria, mantém e recria desigualdades continuamente, não apenas em termos de riqueza, mas também em termos dos diferenciais de poder de alguns atores sobre outros. Essa realidade é inseparável da própria dinâmica do capitalismo, da constante produção e reprodução de desigualdades econômicas e assimetrias de poder. Se era possível regular as assimetrias de poder com base em hierarquias de sangue, a situação é diferente no caso do capital. Dada sua dinâmica, o capital exige um exercício renovado e permanente de regulação. Como Braudel aponta no texto citado acima, a economia de mercado sempre consegue escapar do controle do Estado, dando origem a tensões inesgotáveis. A luta contra o rei, ou seja, contra os abusos do poder do Estado (totalitarismo, detidos-desaparecidos ou violação da vida privada) não cessou, mas, em uma sociedade capitalista, a economia impõe uma frente de combate que exige correções permanentes e intervenções de todo tipo.

Na articulação necessária e conflituosa entre a economia de mercado e o Estado, a consciência de que o capital significa tanto poder quanto risco excessivo de poder faz parte da luta constante e dos compromissos entre os atores de ambos os setores. As leis antitruste da década de 1890 nos Estados Unidos são uma boa ilustração: em nome da concorrência e por razões econômicas e *políticas*, buscou-se quebrar as concentrações excessivas de poder econômico. Nas últimas décadas, o enfra-

quecimento dessa tradição social-liberal tornou-se evidente, em nome da eficiência do mercado e de considerações geopolíticas, em nome do neoliberalismo, que permite e facilita a consolidação de fato de corporações muito grandes e oligopólios muito frequentes. Ao contrário de tantas alegações ideológicas, o neoliberalismo não acentuou a concorrência econômica, mas, na verdade, facilitou uma enorme concentração oligopolista de poder econômico (Crouch, 2011, cap. 3).[81] Nessa evolução, os atores políticos decidiram se subordinar, se aliar ou foram forçados a se submeter aos grandes atores econômicos.

Isso nos leva ao ponto nodal do poder da classe governante: sua capacidade de decidir sobre investimentos. Embora nunca sejam os únicos atores envolvidos, eles são, direta ou indiretamente, os principais tomadores de decisão, e isso tem sido assim há muito tempo, especialmente porque, nas últimas décadas, a surpreendente explosão da concentração de riqueza, por um lado, e o pesado endividamento público, por outro, aumentaram esse poder. Os números são bem conhecidos e chocantes. Em 2015, a OXFAM indicou, por exemplo, que as 62 pessoas mais ricas do mundo possuíam a mesma riqueza que a metade da população do planeta; em 2017, ainda de acordo com a OXFAM, a equivalência foi reduzida à riqueza das 43 pessoas mais ricas do mundo e, em 2018, metade das pessoas que vivem no planeta (cerca de 3,8 bilhões) juntas tinham riqueza igual à de apenas 26

81. O contraste é nítido entre as leis antitruste, que, por motivos de eficiência econômica – mas também (o que muitas vezes é esquecido) por uma questão de proteção das liberdades efetivas dos cidadãos –, foram votadas já na década de 1890 (como a Lei Sherman), e o neoliberalismo das últimas décadas, que, em nome da eficiência e do poder tecnocrático, favoreceu a constituição de oligopólios. Mais clara ainda é a tendência atual da teoria econômica de elogiar os oligopólios e até mesmo os monopólios como campeões da eficiência.

indivíduos.[82] De acordo com o FMI, a maior empresa do mundo teve um faturamento em 2014 igual ao PIB dos 74 menores países, e as dez maiores, ainda por faturamento, pesaram tanto quanto o PIB de 132 países (Davezies, 2015, p. 82-83). Em 1900, as cinco maiores empresas dos Estados Unidos respondiam por pouco menos de 6% do PIB do país (gerando alarmes no país); as cinco gigantes da tecnologia (Google, Amazon, Apple, Facebook e Microsoft) tinham um valor de mercado equivalente a mais de 17% do PIB dos EUA (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 598). No nível de concentração intranacional de riqueza, em 1970, o 1% mais rico recebia 8% da renda nos Estados Unidos e 9% na França; em 2017, após décadas de implementação de políticas fiscais adequadamente neoliberais, esse número chegou a 22% nos Estados Unidos, enquanto permaneceu estável em torno de 9% na França (García-Peñalosa, 2017).

Além desses dados e de muitos outros semelhantes, o importante é desvendar, por trás da riqueza, o exercício do poder. Vejamos um exemplo simples. O consumo conspícuo e excessivo dos muito ricos e de muitas celebridades certamente justifica a discussão pública. Além das considerações morais legítimas no debate público, os efeitos da exibição de luxo alimentam desejos de consumo ecologicamente insustentáveis e produzem estratégias imitativas indesejáveis por meio do endividamento (Kempf, 2007). Porém, esses excessos e até mesmo seus efeitos perversos não são uma questão de poder. Uma sociedade pode tole-

82. Aqui é necessário diferenciar entre os salários estratosféricos que alguns atores ganharam nas últimas décadas (rendas que não têm relação com seu desempenho econômico ou com sua contribuição para a economia, cf. Steiner, 2011) e o poder econômico e político inseparável desfrutado pelos membros da classe governante.

rá-los até certo ponto sem sentir que isso ameaça as liberdades. Bem diferente é a situação das desigualdades de riqueza que geram assimetrias de poder perturbadoras. Entretanto, a opinião pública condena com mais vigor o consumo indecente de algumas pessoas muito ricas do que a concentração *invisível* de poder de alguns grandes tomadores de decisão e investidores.

Esse é o ponto crucial da questão. Se o Estado continua sendo um importante agente econômico e se o sistema financeiro canaliza a poupança de uma pluralidade de agentes para o investimento, grande parte do investimento é decidida pela classe governante, ou seja, por agentes privados ou públicos muito poderosos que possuem ou administram somas colossais de dinheiro. Em outras palavras, por mais importante que seja a questão da desigualdade econômica (e ela é), quando se trata da classe governante, a questão decisiva não está no nível da riqueza acumulada, desfrutada, herdada ou transmitida, mas no nível dos recursos de poder e das assimetrias na tomada de decisões que ela introduz. Isso, a rigor, vai além da mera questão de grandes fortunas. Diz respeito ao poder dos atores de decidir, por meio de investimentos, o futuro: fundos de investimento, fundos soberanos, fundos de pensão, *fundos de hedge*. Em 2018 – os números variam rapidamente – o maior fundo de investimento do mundo, a BlackRock, administrava investimentos no valor de 6,84 trilhões de dólares (mais de 20 vezes o PIB do Chile), e os 500 maiores gestores de fundos do mundo administravam ativos no valor de 93,8 trilhões de dólares (quase 5 vezes o PIB dos Estados Unidos).

Não se trata apenas de uma questão de dinheiro. Mesmo no caso de grandes plataformas, como o Facebook, vários governos cedem a elas, na verdade pedindo que elas próprias definam as regras de uso (por exemplo, em termos de conteúdo aceitável ou regulamentação da liberdade de expressão). Assim, certos atores privados se tornam os principais reguladores da opinião coletiva, pois têm o poder de excluir uma publicação, arquivar documentos anteriores, cancelar uma conta e priorizar mensagens.

O poder da classe governante contra o qual os revolucionários do século XVIII lutaram é diferente do poder do século XXI. Antes, tratava-se de limitar *ex ante* o poder do rei por lei; hoje, sem que isso desapareça, trata-se de limitar as desigualdades de poder geradas ciclicamente pela dinâmica do capital, muitas vezes *ex post* e por meio da tributação. Isso define o cerne do conflito entre capitalismo e democracia. No que diz respeito à classe governante, o que é essencial é a capacidade dos "mercados" de disciplinar os Estados devedores; ameaçar investir em outro país; não investir (muitas vezes em face de governos julgados hostis ou hostis ao capital) ou obter várias vantagens (tributação, investimento público, infraestrutura) antes de decidir se deve ou não investir em tal ou qual país. Além das futuras fortunas das criptomoedas, o importante é entender a lógica por trás delas: o desejo de assumir uma das grandes prerrogativas dos Estados.

Para entender a extensão total desse poder, é necessário entender o termo "investir" no sentido mais amplo do termo. O que está em jogo, em última análise, é o futuro e o confisco do

possível. Baseando-se em seus vastos recursos econômicos e em seus vínculos privilegiados com o Estado, a classe governante decide, muitas vezes de forma decisiva, sobre o volume e o tipo de investimentos. É claro que, quando essa decisão é tomada no nível das linhas de pesquisa priorizadas, por exemplo, na indústria farmacêutica, no contexto da transição ecológica ou na produção de vários protótipos industriais (sem mencionar a compra de muitas patentes para impedir o desenvolvimento de produtos rivais), esses processos envolvem uma variedade de atores que não são, em si, membros da classe governante. Na realidade, a classe governante não decide, com pleno conhecimento dos fatos e sozinha, sobre o futuro. Uma parte importante do futuro é realizada por meio de processos de invenção que escapam de sua marca: muitas resoluções são tomadas em laboratórios sem uma clara consciência dos objetivos; são fruto de colaborações que escapam de seu formato inicial, como a passagem da Arpanet, uma técnica militar, para a Internet que, em seu uso generalizado, filtrou-se pela cultura alternativa californiana; até mesmo casos de serendipidade – descobertas casuais – não são raros. Entretanto, mesmo nesses casos, a classe governante recupera suas margens de decisão quando se trata de transformar uma invenção em uma inovação.

No capitalismo contemporâneo, o Estado continua sendo um ator importante na economia e, em vários países, um ator importante no investimento. Entretanto, a maior parte do investimento é feita pelo setor privado (nacional ou internacional, fundos, *joint ventures*, capital de risco etc.) e, nessas decisões, um

papel decisivo é desempenhado por grandes grupos. Para crescer, uma economia nacional tem um número limitado de alavancas, incluindo produtividade, inovação, competitividade global, taxa de câmbio e investimento. As três primeiras são estruturais e demoram a surtir efeito, enquanto a quarta geralmente tem apenas um efeito temporário. As demais são investimentos, que, portanto, decidem, no curto e no médio prazo, o desempenho de uma economia. A crescente concentração desse poder "nas mãos" de poucos atores econômicos (que, em alguns países, inclui uma classe governante estatal ou uma nomenclatura na confluência da economia de mercado e do Estado) implica uma inegável perda da capacidade de autonomia das sociedades, ou seja, da capacidade coletiva de decidir sobre o futuro. Não são os cidadãos que tomam as decisões mais significativas com relação à construção do futuro. O poder está em outro lugar.

Esses desvios na concentração do poder econômico têm um grande impacto sobre a igualdade e a submissão de todos os indivíduos à lei comum. Apesar do ativismo de alguns juízes, de alguns processos notáveis de sanção de abusos ou de combate à corrupção, a concentração de renda e as entradas privilegiadas disponíveis para os membros da classe governante e para os atores políticos significam que o respeito e a obediência à lei comum como um meio de evitar a opressão dos ricos e poderosos muitas vezes se torna letra morta. Como Giuliano da Empoli observou com perspicácia em seu romance *O mago do Kremlim* (2022), são os grandes capitalistas das sociedades ocidentais (e não os oligarcas russos) que desfrutam de total impunidade de poder.

[2] A decisão sobre o possível é, portanto, o ponto nodal do poder da classe governante, mas onde, como e por quem ele é exercido? É aqui que, sem dúvida, faltam estudos monográficos precisos longe de visões reducionistas, simplistas ou mesmo conspiratórias. Não há, sem dúvida, nem um comitê central nem um local de tomada de decisão planetária. Como a análise estratégica vem demonstrando há mais de 50 anos, nas sociedades modernas, as decisões são sempre o resultado de um processo (Crozier, 1963; Crozier e Friedberg, 1977; Friedberg, 1993).

A análise estratégica descartou a representação de um ator que, por meio da racionalidade sinóptica e depois de ponderar todos os fatores e possibilidades, decide sobre um curso de ação. Estudos demonstraram que os atores tomam decisões por meio da racionalidade limitada e sequencial. Em outras palavras, quando se trata de uma decisão, o processo tem precedência sobre as metas, os objetivos e até mesmo os interesses dos atores. Por quê? Porque a decisão é coconstruída por meio de trocas, negociações e interações. Durante todo esse jogo, as posições ocupadas ou os interesses objetivos de um ou de outro são importantes, mas contam infinitamente menos do que os processos. As decisões não são tomadas com base em objetivos iniciais claramente definidos, simplesmente porque muitas vezes não há preferências bem definidas e firmes, mas são coconstruídas por meio de interações e conflitos entre os atores durante os próprios processos de tomada de decisão. Em outras palavras, os atores geralmente acabam – e não começam – fazendo escolhas de acordo com os contextos. Para essa aborda-

gem, a justificativa de uma decisão geralmente é apenas uma explicação *ex post*.

Esse modelo de análise, baseado em pesquisas empíricas, pode ser aplicado (aqui como uma analogia) às decisões da classe governante. Esse ator, não mais do que os outros, apesar de seu diferencial de poder, não impõe unilateralmente suas decisões a partir de uma hierarquia ou de acordo com seus interesses exclusivos. O poder está sempre em jogo, mesmo quando são feitas tentativas (como de fato são) de aumentar os controles para coagir outros atores. A classe governante tem interesses e objetivos, linhas vermelhas que ela não pode ou não quer ceder, mas que se materializam por meio de uma série de processos. Alguns podem ser informais ou insidiosos, como aqueles que vazam por meio de contatos mais ou menos regulares com os formuladores de políticas (como alguns analistas norte-americanos apontam: quem joga golfe com o presidente?). Em outras ocasiões, muitas vezes, a defesa e a imposição dos interesses da classe governante assumem a forma de campanhas infinitamente mais bem organizadas. Isso é demonstrado, por exemplo, pela luta por impostos mais baixos que, desde a década de 1980 e graças à ofensiva ideológica lançada pela curva de Laffer[83], tem tido um efeito cascata muito longo desde então (o presidente Trump reduziu o imposto sobre dividendos corporativos nos Es-

83. Trata-se de uma curva econômica altamente controversa que recebeu o nome do economista Laffer, que alegou que os impostos matam o crescimento. A teoria foi apresentada como comprovada no final da década de 1970, antes que outros trabalhos mostrassem que não há evidências empíricas suficientes do impacto negativo da carga tributária sobre o crescimento, e outros trabalhos até apontassem para os efeitos positivos, e às vezes paradoxais, que os impostos altos podem ter em termos de atratividade econômica geral, por meio de investimentos em infraestrutura (Arrous, 1998).

tados Unidos mais uma vez em seu primeiro mandato, de 35% para 21%). Também é visível por meio das campanhas para orientar as ações dos bancos centrais, desde a década de 1980, priorizando a luta contra a inflação. Em outros momentos, um grande número de lobistas pressiona os representantes políticos, lembrando-os de suas contribuições de campanha (passadas... ou futuras). Entretanto, todas essas coerções, e muitas outras, não significam o triunfo *unilateral* da classe governante. Dependendo dos períodos e das configurações do jogo em que vários atores participam e que *ninguém* controla totalmente, a classe governante, dentro de certos limites estruturais, é obrigada fazer concessões. Se a concentração de recursos possibilita a construção de cenários em que as assimetrias de poder entre os atores são abismais, isso não exclui o fato de que a classe governante também precisa colocar seu poder em jogo por meio de um conjunto de atores que cuidam de seus interesses e decisões.

Na perspectiva que desenvolvemos, o ponto central do poder da classe governante se revela relativamente indiferente às questões culturais e, em parte, políticas. Em primeiro lugar, porque, na defesa de seus interesses e na imposição estratégica de suas decisões econômicas, a classe governante demonstrou uma grande elasticidade histórica para coexistir com uma ampla variedade de regimes políticos e orientações culturais (liberalismo cultural, conservadorismo, fascismo, rigorismo religioso).[84] No entanto, essa atitude também é uma consequência do fato de que, nas lutas sociais e culturais (definição das regras de co-

84. Para uma ilustração no mundo árabe-muçulmano da relação entre o Islã e as finanças, consulte Kepel (2000).

existência, horizontalização das relações sociais, relações entre gêneros, grupos etários ou minorias étnicas etc.), os jogos de poder são infinitamente mais amplos e confrontam atores com poderes muito diferentes. Se as classes governantes estão direta ou indiretamente envolvidas nessas lutas, é claro que essas áreas não são, em termos de manutenção e renovação de seu poder, o foco principal de suas preocupações.[85]

V. A classe governante precisa se legitimar?

Tendo delineado seu perímetro, a natureza de seu poder e seus modos de exercício, uma pergunta se impõe: como a classe governante legitima seus privilégios e sua hierarquia? Não é de surpreender que, dada a tese desenvolvida neste livro, a resposta seja bastante simples: considerando tudo, essa não é uma preocupação central.

Nesse ponto, há uma divergência muito grande entre os estudos que, ao tratar da classe dominante, continuam a enfatizar a primazia das hierarquias, da autoridade ou da coerção ideológica (Piketty, 2019) e aqueles que, como este trabalho, tendem a enfatizar os controles, a dominação-coerção ou as assimetrias de poder de forma tendencial e nunca unilateral. Para os primeiros, o trabalho de legitimação é central e vital; para os últimos,

85. Embora não sejam ruins, pois, no que diz respeito, por exemplo, à liberação feminina e ao ingresso massivo das mulheres (sobretudo as da classe média) no mercado de trabalho, esse processo de inegável emancipação do poder dos cônjuges coincidiu– com a redução do poder de compra dos salários, impondo a norma de dois salários para manter o nível de consumo a que as famílias de classe média aspiravam.

é uma questão subsidiária. Para os primeiros, as hierarquias sustentadas por crenças são essenciais; para os segundos, o papel dos controles é fundamental.

Nesse registro, com cautela, já que aqui também faltam estudos conclusivos, pode-se levantar a hipótese de que a invisibilidade da classe governante (se excluirmos os principais tomadores de decisões políticas ou os tomadores de decisões econômicas na mídia) é prova – pelo menos parcial – de seu relativo desinteresse pela questão da legitimidade. É importante situar essa atitude em relação ao que as teorias de exploração têm mostrado. Uma das características históricas centrais do capitalismo foi precisamente o fato de que a extorsão do trabalho excedente ou da mais-valia ocorreu de forma invisível. Entretanto, a invisibilidade do mecanismo de exploração (como a obtenção de um lucro indevido) foi acompanhada e baseada em uma forte visibilidade das hierarquias. Se o contraste é notório entre a nobreza e a defesa de seus privilégios em nome do sangue azul, de um mandato divino ou da tradição, e as classes burguesas que construíram seu poder desde o século XIX em torno do capital, ambas lutaram para legitimar suas hierarquias. Para estabelecer seus privilégios nas sociedades industriais, a burguesia recorreu a vários princípios de legitimação de hierarquias (linhagem, raça, empreendedorismo etc.) por meio de diferentes hegemonias políticas e culturais.

É em comparação com esses processos que as mudanças *e a crescente invisibilidade da classe governante* devem ser

entendidas. Trata-se de um processo que, se seguirmos certos estudos mais descritivos do que analíticos, tem origem uma espécie de secessão das elites de suas origens nacionais (Lasch, 2010). O termo, como já indicamos, é enganoso, especialmente se servir para designar (e denunciar) uma elite que transnacionalizou seus interesses em detrimento dos setores médios e populares de seus países de origem. A expressão, contudo, também tem uma conotação mais ampla: a vontade dos membros da classe governante de controlar cuidadosamente sua comunicação pública e de tornar invisíveis sua hierarquia, seus modos, locais de vida e processos de tomada de decisão.

A mudança é importante. Nas sociedades atuais, o consumo conspícuo que estimula a imitação consumista das camadas médias e populares não é, como no final do século XIX, quando Veblen (1970) inventou o termo, o da classe governante contemporânea, particularmente discreta e invisível hoje em dia, mas o consumo do *povo*, das celebridades e dos novos ricos da televisão, esportistas ou atores da indústria cultural. Certamente, várias grandes fortunas ou grupos econômicos (muitas vezes por motivos fiscais) praticam o mecenato ou criam fundações, práticas que variam muito de acordo com as tradições nacionais (Duvoux, 2023). Entretanto, não se pode dizer que essas atividades sejam decisivas para a legitimação de seus proprietários. Em alguns casos, e no caso de certas fortunas, o efeito pode até mesmo ser o oposto: aumenta uma consciência concreta e crítica (por exemplo, no caso de grandes museus contemporâneos ligados a fundações privadas) dos volumes impressionantes de capital que esses grupos acumulam.

Por que essa tendência à discrição por parte da classe governante? Claramente, dado seu controle sobre o que comunicam ou ocultam do olhar coletivo, eles têm pouco interesse em mostrar seus estilos de vida e consumo. Em contraste com o passado, os "tribunais" da classe governante de hoje são invisíveis para a opinião pública. Não é com a munificência da riqueza e dos enfeites que eles legitimam seu poder e sua hierarquia. Diga-se de passagem: a invisibilidade da classe dominante, até mesmo a dificuldade de designá-la, está na raiz, há décadas, da crise de vários movimentos sociais contemporâneos que não conseguiram definir com precisão o perfil do ator ao qual se opõem (Touraine *et al.*, 1980).

Essa invisibilidade não impede, entretanto, que o processo de legitimação da classe dominante seja analisado na literatura especializada por meio de dois princípios principais, com mais de um vínculo entre eles. Por um lado, *o mérito*, especialmente de natureza acadêmica. Embora não todos, muitos membros da classe governante evocam ou divulgam os centros acadêmicos de prestígio onde estudaram e sustentam (por meio de doações, associações de ex-alunos, *esprit de corps*) sua reputação. No entanto, a ideologia do mérito não é, de forma alguma, exclusiva desse grupo social e, considerando todos os aspectos, visa a legitimar mais a classe alta em sentido amplo (ou seja, cerca de 20% dos indivíduos ricos) do que a classe governante em si. Basicamente, não é muito importante saber onde eles estudaram; no que diz respeito às hierarquias da classe governante, a herança e as esferas privativas de socialização são infinitamen-

te mais significativas, mesmo que tendam a ser minimizadas ou tornadas invisíveis.

Por outro lado, argumenta-se que a classe governante se legitima ao invocar a importância das *responsabilidades* e dos *riscos* que assume no nível de suas decisões.[86] No entanto, exceto na forma de ameaças de não investimento ou deslocalização, a classe governante nunca exibe seus processos de tomada de decisão ou, de fato, exceto na direção dos acionistas, seus diferenciais de desempenho. Estranho mecanismo de legitimação. Se as decisões impostas no nível dos investimentos têm consequências significativas para os coletivos, no que diz respeito aos próprios membros da classe governante, as consequências de suas decisões em termos pessoais (deixando de lado as questões de corrupção, que é um assunto diferente) são frequentemente muito menores do que para os funcionários que são rápida e severamente responsabilizados e sancionados (Hugrée, Penissat e Spire, 2017, p. 134-135). Além disso, uma relação caprichosa entre o aumento sideral dos altos salários (que, repita-se, nem sempre são sinônimos de pertencimento à classe governante) e as responsabilidades, os riscos assumidos e os lucros obtidos (Steiner, 2011).

86. Esse tipo de legitimidade vai além da própria classe governante. Uma das grandes legitimações dos diferenciais de lucro no capitalismo baseia-se precisamente no risco que o investidor (o capitalista) assume, ao se separar da liquidez (como Keynes colocou), para obter um excedente de liquidez no futuro. Por outro lado, o assalariado opta pela segurança da renda em detrimento da assunção de riscos. No entanto, essa equação teórica foi seriamente abalada em um mundo do trabalho em que, de acordo com alguns relatórios do Banco Mundial, existem até 2 bilhões de trabalhadores informais no planeta, mas também pela multiplicação de situações de trabalho em que o trabalhador (com um contrato de trabalho ou simplesmente pago por honorários) precisa "gerar" renda para manter seu emprego, caso contrário, ele é demitido.

A invisibilidade *voluntária* da classe governante mostra, à sua maneira, uma mudança no nível de suas preocupações com relação ao novo governo dos indivíduos. É evidente que ela não dedica mais os mesmos esforços, como fazia em outros períodos, para legitimar seus privilégios e hierarquias. Analogamente ao que analisamos em relação à evolução do Estado controlador, a capacidade de imposição factual, a lógica *estrutural* e os controles da classe governante também são fortemente acentuados. Com uma exceção. Em contraste com o que foi observado nas últimas décadas por parte de vários tomadores de decisão política, a classe governante nunca negligenciou completamente suas capacidades de tomada de decisão, muitas vezes na forma velada de ameaças, e nunca negligenciou completamente a demonstração de seu escopo diferencial de ação. De um ponto de vista retórico, o contraste entre os formuladores de políticas e os grandes investidores privados é muitas vezes gritante. Os primeiros costumam evocar a TINA (*não há alternativa*), as diretrizes da Comissão Europeia em Bruxelas, os mercados, o FMI, ou seja, eles apresentam suas decisões como se não tivessem margem de manobra. Entre os grandes investidores privados, por sua vez, a invisibilidade de seu modo de vida e do próprio processo decisório é acompanhada por uma forte publicidade do potencial de suas margens de ação. Se seu poder reside nos vários investimentos "invisíveis" que realizam, em muitos casos eles tendem a tornar seu poder de decisão "visível" na forma de ameaças ou de sanções, retirando capital ou se abstendo de investir na esteira de políticas favoráveis ou contrárias a seus interesses (Fourquet, 2018, p. 128).

Ameaças. Esse é o ponto crucial da questão. O trabalho de legitimação real das hierarquias está subordinado à exibição das capacidades factuais de imposição. Dito de outro modo, a classe governante torna suas decisões visíveis, quando o faz, como coerção e, em muitos casos, por meio de uma profunda indiferença em relação ao prestígio hierárquico. Não é mais sobre eles que repousam as fontes de seu poder.

A ideia de que, quando se trata do governo de indivíduos, o primeiro objetivo da classe governante é conseguir a adesão conciliatória dos cidadãos às hierarquias é cada vez mais um passatempo intelectual.

Capítulo 12

DAS HIERARQUIAS PATRIARCAIS ÀS ASSIMETRIAS DE PODER

No mundo do trabalho, a reviravolta das hierarquias foi amplamente compensada por um aumento nos controles. Nesse sentido, o trabalho aparece hoje, além das atividades comuns de contestação e negociação a que está sujeito, como uma área que é comparativamente menos problematizada do que outras no que diz respeito ao governo dos indivíduos. Esse nem sempre foi o caso. Na década de 1970, o trabalho era uma das principais fontes de medo para as classes governantes.

No entanto, a importância adquirida pelos controles no mundo do trabalho nunca nos levou a subestimar mecanismos de influência e o papel das crenças, que inclusive se renovaram por meio de um conjunto de estratégias de imposição que modificaram os processos de sua inscrição subjetiva (novo espírito do capitalismo, culto ao desempenho, custos subjetivos da excelência etc.). De todo modo, no mundo do trabalho, a clara assimetria de poder atual contrasta, como veremos, com o que existe em outras esferas, como as relações de gênero ou as relações entre grupos etários. As consequências são, portanto, muito variadas em termos de perturbação das hierarquias.

Assim, neste capítulo e no seguinte, analisaremos detalhadamente como a crise de certas hierarquias e o consentimento que elas garantiam deram origem a situações agudas de conflito social nas relações familiares ou entre grupos etários, porque a erosão das hierarquias não foi combatida tão ativamente quanto no mundo do trabalho por novos controles.

Neste capítulo, analisaremos as transformações pelas quais a dominação masculina passou. Defenderemos a hipótese de que a situação atual, que se apresenta de maneiras muito diferentes dependendo das sociedades ou dos grupos sociais, é marcada por fissuras significativas na dominação masculina patriarcal e pela consolidação de vários jogos de poder assimétricos generalizados entre homens e mulheres. Uma vez que as bases estruturais dessa transformação tenham sido desenvolvidas, nós as ilustraremos com base nas mudanças que ocorreram no nível das relações conjugais.[87] Concluiremos com uma reflexão sobre a utopia de relações sociais livres de relações de poder.

I. Sobre o patriarcado: realidade, fissuras e paradoxos

De acordo com o modelo do patriarcado, a dominação das mulheres é o resultado de um sistema global que beneficia os

87. No que se segue, nos baseamos em pesquisas de campo realizadas com casais heterossexuais tanto no Chile (Araujo e Martuccelli, 2012) quanto na França (Martuccelli, 2006), bem como em uma leitura crítica da literatura especializada. Se nos apoiamos em estudos sobre casais de lésbicas (Wilton, 2004, cap. 3 e 4), as diferenças nem sempre são significativas, especialmente no que diz respeito à própria conjugalidade, com exceção de um interesse particular e premente pela intimidade.

homens em geral em detrimento das mulheres, que atravessa diferentes períodos históricos e se caracteriza por uma grande capacidade de adaptação a diferentes regimes políticos ou modos de produção.

Esse domínio global geralmente é definido por vários fatores. A seguir, nos limitaremos a três deles. Em primeiro lugar, o patriarcado é estruturado por formas político-legais de opressão, quando o sistema jurídico organiza a subordinação das mulheres, facilitando ou tolerando o controle, muitas vezes violento, que os homens exercem sobre os corpos das mulheres. Em segundo lugar, o patriarcado se baseia em uma lógica de exploração econômica *stricto sensu*: os homens, como um grupo, extraem benefícios indevidos e injustificados do trabalho das mulheres. Por fim, o patriarcado é inseparável de um modelo de dominação cultural que opera por meio da inculcação de diferentes estereótipos de gênero, que são internalizados e reforçados por meio de múltiplos processos de socialização ao longo da vida.

Independentemente da relevância histórica e analítica da noção de patriarcado e do fato de ela ser ou não usada por diferentes analistas, a questão importante é se o patriarcado, como sistema de dominação, ainda é adequado para descrever as relações entre mulheres e homens em várias sociedades contemporâneas. Para estabelecer uma primeira visão, vamos analisar rapidamente cada um dos pontos mencionados acima.

[1] Se a igualdade política e jurídica entre homens e mulheres ainda não é uma realidade absoluta em muitas sociedades, e

se as discussões ainda são particularmente intensas (como demonstrado, por exemplo, na França, pelos debates sobre paridade e, em outros países, sobre discriminação positiva), é difícil não reconhecer o progresso inegável feito nessa direção, graças às lutas feministas e à ação de organizações internacionais. O contraste entre a situação atual e a que existia em grande escala há 50 anos é muito significativo, seja em termos de direitos parentais, independência legal ou liberdade de movimento. A impossibilidade legal de uma mulher abrir uma conta bancária sem a autorização do marido, de usar calças ou as diferenças de herança (ainda em vigor em alguns países), tudo isso parece muito distante, mas eram desigualdades registradas e protegidas por lei até algumas décadas atrás. Após essas mudanças, a subordinação e a opressão específicas das mulheres nas sociedades atuais assumiram um novo aspecto.

Isso não nega, de forma alguma, a realidade simbólica e a prática do controle que os homens exercem sobre os corpos das mulheres de diferentes maneiras. Esse controle está enraizado na divisão entre as esferas pública e privada, no confinamento mais ou menos coercitivo dos corpos das mulheres a determinadas roupas ou padrões de decoro, em várias situações cotidianas de assédio ou agressão e até mesmo em situações em que, em meio à violência coletiva ou guerras, são realizadas práticas organizadas de estupro.

Entretanto, nas democracias liberais pluralistas ocidentais, assim como nas sociedades latino-americanas, muitas dessas

manifestações de controle patriarcal desapareceram em grande parte. Não todas elas. Se, há algumas décadas, por exemplo, os críticos feministas podiam denunciar a existência de um "direito" masculino de estuprar as mulheres dentro do casamento como um dos grandes sinais do patriarcado nas sociedades modernas (Pateman, 1988), nos últimos tempos esse tipo de prática tem sido objeto, em vários países, de sanções legais e é até mesmo considerado estupro agravado. A coerção física certamente não desapareceu, como demonstram diariamente a violência contra as mulheres, o aumento da insegurança que elas sofrem nas áreas urbanas e o assédio e a agressão que continuam a sofrer na vida cotidiana.

Entretanto, a fissura no patriarcado é profunda. Por um lado, essa violência, apesar de tanta tolerância policial, judicial ou social, é cada vez mais ilegítima, a ponto de, em muitas sociedades, em uma inversão significativa do equilíbrio de poder entre homens e mulheres, essas práticas serem importantes fontes de desqualificação social para seus autores. Por outro lado, por trás da manutenção (e até mesmo da renovação) desses atos de violência, é possível perceber, como alguns analistas propuseram menos um ato de força do que uma admissão de fraqueza (Giddens, 2004). De fato, não é incomum tentar restaurar, por meio do uso da violência, uma verticalidade hierárquica que não é mais capaz de se impor de maneira comum na vida social. Isso também é visível na produção pornográfica contemporânea, na qual, em claro contraste com as pesquisas sobre comportamento sexual e empoderamento feminino nesse campo, ainda é veicula-

da a representação fantasmática da subordinação e da disponibilidade permanente do corpo da mulher ao desejo masculino. Em suma, a sobrevivência da opressão masculina tende a operar cada vez menos com base em direitos legais diferenciados entre homens e mulheres.

[2] O segundo fator importante do patriarcado enfatizou a existência de um padrão específico de exploração entre homens e mulheres. Aqui, novamente, a situação não é tão inequívoca nem tão desigual. Ela é muito diversa em mais de um sentido, pois, sem desmerecer o fato de que as mulheres sempre trabalharam ao longo da história, sua presença atual no mercado de trabalho, em qualquer lugar do mundo, transformou a própria natureza da exploração entre homens e mulheres (Maruani, 2013 e 2017).

Em primeiro lugar, como muitos estudos feministas observaram e denunciaram desde a década de 1970, a experiência do trabalho assalariado expôs as mulheres a uma sobrecarga significativa de atividades (a chamada dupla jornada de trabalho), à qual se soma a carga mental de administrar o lar. A distribuição do trabalho doméstico, que continua sendo muito desigual entre os sexos, apesar de algumas pequenas melhorias em alguns países no sentido de uma maior igualdade nas últimas décadas, obriga as mulheres a hiperorganizar seu tempo diariamente (Commaille, 1993). Essa sobrecarga é uma realidade tão grande que, muitas vezes, é utilizada por alguns empregadores para negar a certas mulheres o acesso a cargos de responsabilidade,

que, segundo se pensa, exigem um nível muito alto de disponibilidade. Essas atitudes contribuem para a consolidação do chamado teto de vidro, contra o qual muitas funcionárias se chocam à medida que avançam em suas carreiras profissionais.

Em segundo lugar, além da exploração contínua, embora com algumas transformações, das mulheres no âmbito doméstico, com os homens se beneficiando do trabalho doméstico feminino não remunerado e não reconhecido (Delphy, 1999), há outras formas de exploração, a começar pelas diferenças salariais desiguais. Para trabalho igual (por mais difícil que às vezes seja estabelecer esse critério), os salários diferem entre homens e mulheres. Por várias razões (bônus, tipos de emprego e contratos etc.), os homens tendem a receber vantagens injustificadas e indevidas sobre as mulheres, de um ponto de vista estritamente meritocrático. Soma-se a isso a tendência frequente de que a atividade assalariada das mulheres seja relegada a trabalhos em que se valoriza a suposta maior docilidade da força de trabalho feminina e que, ainda hoje, a diferença salarial seja, às vezes (embora cada vez menos), justificada por representações do papel "complementar" da renda feminina na renda familiar.

Entretanto, além desses processos unívocos em termos de desigualdades e exploração, há outros muito mais ambíguos. Para começar, não devemos ignorar o fato de que a entrada das mulheres no mercado de trabalho, especialmente entre as mulheres de classe média e afluentes, foi, pelo menos em parte, o resultado das lutas feministas e foi, de qualquer forma, um dos

grandes horizontes de emancipação propostos por Simone de Beauvoir (1986), em 1949, em *O segundo sexo*. Se nas décadas após a Segunda Guerra Mundial, em várias sociedades, o padrão de consumo dos estratos médios podia ser mantido com apenas um salário (o famoso papel de provedor de recursos atribuído aos homens), hoje a necessidade de dois salários para manter o padrão de vida e de consumo ao qual as famílias de classe média aspiram se tornou a norma. Em todos os casos, a situação objetiva das mulheres como provedoras de renda dentro da família mudou estruturalmente sua posição de poder (como o feminismo da década de 1970 previu) e, inversamente, corroeu a posição masculina. Esse processo é ainda mais estrutural porque, em muitos países, o estado de bem-estar social, seja por meio de políticas universais ou de políticas específicas, tem frequentemente incentivado a participação das mulheres na vida econômica e, portanto, quase sempre sua independência financeira. Além disso, o aumento significativo do número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres também transformou os processos de exploração.

À ambivalência que essas mudanças geram nas relações de poder, outro fator, igualmente ou até mais importante, deve ser acrescentado. A terciarização da economia e a crescente expansão do setor de serviços pessoais como o equivalente funcional, em termos de volume de emprego, dos antigos empregos industriais não qualificados produzem uma mudança estrutural no nível de emprego em benefício das mulheres e em detrimento dos homens. Isso ocorre de tal forma que, em alguns países, a es-

tagnação do emprego masculino contrasta com a expansão do emprego feminino. Nesse sentido, a devastação do desemprego entre os homens da classe trabalhadora ou das minorias étnicas populares é um fato que não deve ser ignorado quando se faz um balanço, ainda que rápido, das mudanças nos processos de exploração e desemprego entre mulheres e homens (como testemunhado, por exemplo, em sociedades tão desiguais como a Rússia ou os Estados Unidos, pela forte deterioração da expectativa de vida dos homens).

[3] O terceiro fator importante do patriarcado foi caracterizado como uma dominação de natureza cultural. As mulheres e os homens, sendo socializados de forma diferente e à luz de representações sociais hierárquicas, desde a primeira infância até a idade adulta (mensagens culturais, regras de galanteria, princípios de decoro etc.), acabam incorporando e internalizando modos de ser e de fazer, gestos e orientações de ação, que moldam de forma duradoura seu comportamento e seus desejos. Esse trabalho de inculcação foi sistematicamente reforçado por uma série de conteúdos culturais explicitamente ideológicos que alimentavam a posição simbólica e hierárquica dos homens em detrimento das mulheres. Tudo isso levou muitas mulheres a se "verem" como subordinadas aos interesses masculinos (em termos de família, trabalho, estética).

Na década de 1960, Betty Friedan (1964), em um livro que teve grande impacto, apontou o "mal-estar indefinível" das donas de casa da classe média americana: o trabalho de assimilar as

categorias da ideologia patriarcal alimentava entre elas uma experiência pessoal indescritível de opressão. Se elas tinham tudo a que podiam aspirar – um marido, filhos, um nível de consumo –, de onde vinha esse mal-estar subjetivo? Alguns estudos também propuseram a leitura do discurso do amor e sua instrumentalização sob a perspectiva da dominação patriarcal. Para toda uma tradição feminista crítica, o amor não passa de uma cilada, uma das mil faces que a dominação masculina assume para controlar as mulheres, impondo o discurso da necessária oblação da mulher aos imperativos familiares (o instinto materno, o modelo da boa esposa), como forma de disfarçar os jogos de poder que estruturam a vida conjugal (Millet, 1971; Dayan-Herzbrun, 1982). Em suma, o amor seria apenas a anestesia do patriarcado.

Se muitas dessas representações ainda estão ativas, é realmente possível aceitar a ideia de dominação patriarcal e, ao mesmo tempo, ignorar todas as transformações culturais ocorridas nas últimas décadas? Provavelmente, é nesse registro que ocorreram as mudanças mais importantes e que a crescente ambivalência das relações de poder entre homens e mulheres é mais bem percebida. A imagem unidimensional da mulher-mãe foi sucedida por uma explosão praticamente ilimitada de possíveis figuras de feminilidade e seus modelos. Mais significativamente, a implantação, em vários países, de representações empoderadas de mulheres contrasta com processos mais ou menos lentos ou rápidos, mas inexoráveis, de implosão dos principais elementos da identidade masculina e da masculinidade. Essa evolução, que é perceptível em todos os grupos sociais, encontrou expressões

extremas entre os homens das classes trabalhadoras, tanto mais que eles não deixaram de ser objeto de fortes campanhas para demolir suas antigas identidades e estereótipos. De fato, nesse ponto em particular, os homens mais bem dotados de recursos culturais e escolares têm, há décadas, se desvinculado cada vez mais dos homens das classes populares, de modo que a masculinidade se tornou uma nova cultura dos pobres (Singly, 1993; Jones, 2012). Essa divisão se reflete nos diferenciais de preferência eleitoral entre homens e mulheres – em vários países, os homens votam mais do que as mulheres em candidatos com perfil autoritário.

Quanto aos efeitos supostamente duradouros e mais ou menos irreversíveis da socialização feminina em termos de dominação, como podemos ignorar as mudanças que foram observadas em termos de trajetórias educacionais nas últimas décadas? As mulheres, em quase todos os lugares, têm melhor desempenho do que os homens no sistema escolar, praticamente em todos os níveis e em quase todas as disciplinas (embora ainda mais em "letras" do que em "ciências"). É claro que, por enquanto, elas não estão obtendo os mesmos benefícios profissionais e salariais que os homens, mas isso não deve nos fazer negligenciar o fato de que, em quase todos os ramos de atividade, as mulheres estão progredindo até mesmo em profissões masculinas, como a engenharia. Em suma, ao chamado casamento das mulheres com o estado de bem-estar social deve-se acrescentar sua longa e duradoura lua de mel com o sistema escolar. A partir daí, como mostra a importância adquirida pela perspectiva de gê-

nero em muitas universidades, há um trabalho ativo de minar os antigos estereótipos culturais e ideológicos do patriarcado.

II. A generalização das assimetrias de poder

Esse rápido balanço da situação do patriarcado não tem outra vocação a não ser apontar as principais dificuldades e armadilhas que uma teoria abrangente e homogênea da dominação masculina enfrenta atualmente. A principal limitação não decorre tanto de uma leitura frequentemente unidirecional dos dados, mas sim da incapacidade de descartar intelectualmente uma visão totalizante da dominação na qual todos os eventos devem se "encaixar". Poucas coisas mostram isso melhor do que a dificuldade que alguns pensamentos críticos têm em reconhecer a existência, não de uma superioridade feminina oculta, mas de formas particulares de iniciativa, por trás da permanência de indicadores objetivos favoráveis aos homens (como é o caso em termos de renda ou da distribuição desigual do trabalho doméstico). Apesar das desigualdades que enfrentam, alguns estudos conseguiram demonstrar, por exemplo, a maior capacidade de iniciativa pessoal e de autorrealização das mulheres (Tabboni, 1992). Obviamente, isso não invalida a permanência das desigualdades, mas é uma dimensão experiencial que não pode ser ignorada.

De qualquer forma, as mudanças estruturais minaram qualquer ideia de autoridade hierárquica naturalizada entre homens e mulheres. Nas relações de trabalho, no ambiente urbano, nas

relações entre os cônjuges, a autoridade (ou seja, a submissão conciliada ou o respeito à tradição) está em crise. A transformação foi tão profunda que, nas relações familiares, especialmente entre os cônjuges, surge o desafio de ter de governar as relações humanas não apenas sem autoridade, mas também sem dominação. A coerção do consentimento feminino é ainda mais difícil de ser obtida à medida que testemunhamos uma erosão da coerção (legal e factual) que, por muito tempo, beneficiou inequivocamente os homens. O Estado, que durante séculos foi o pilar do patriarcado, tende a modificar sua ideologia ao acompanhar e promover, de forma explícita e voluntária, o empoderamento das mulheres. Como resultado de uma verdadeira revolução cultural, muitas mulheres se sentem mais apoiadas do que os homens no cumprimento de sua função parental pelo sistema judiciário ou pelas escolas. A indústria cultural, ao disseminar uma determinada visão especializada, tende, se não a disseminar valores "femininos", pelo menos a dar cada vez mais importância à visão e à sensibilidade femininas. A lacuna na representação cultural entre os gêneros certamente não foi fechada, mas a correção da lacuna é importante o suficiente para provocar mudanças substanciais nas relações entre homens e mulheres.

Assim, a reviravolta das hierarquias abre um jogo de assimetrias de poder que não foi compensado por uma renovação dos controles. A família, tanto as relações entre pais e filhos quanto as relações conjugais, está, portanto, sujeita a uma diversificação e oposição de influências (tradição, o ponto de vista de especialistas, a perspectiva de gênero, os resquícios da dominação

masculina etc.) que muitas vezes levam a uma luta exaustiva nas decisões cotidianas. De qualquer forma, o ganho e a perda de poder são diferentes entre homens e mulheres, o que tem implicações óbvias, como veremos, no nível das relações conjugais. Não é por acaso que o universo familiar e as novas assimetrias de poder em que ele se baseia são um dos principais domínios de medo entre os conservadores e um dos epicentros de sua contraofensiva ideológica.

As fissuras do patriarcado são visíveis em todos os lugares e, apesar das diferenças nacionais, é necessário reconhecer a entrada na era pós-patriarcal (Macé, 2015). Independentemente das nuances introduzidas pela posição social, idade ou etnia, as respectivas situações de homens e mulheres não podem mais ser analisadas como dois blocos homogêneos sujeitos a relações desiguais sem fissuras. Isso não quer dizer que não haja mais dominação ou mesmo desigualdade de autoridade nas relações entre homens e mulheres, mas sinaliza explicitamente a entrada em um mundo social no qual os jogos de assimetria de poder foram fortemente afirmados, apesar das desigualdades que continuam a existir entre os dois.

A resistência à aceitação desse novo cenário é de pelo menos dois tipos. A primeira resistência é propriamente intelectual. As mudanças que ocorreram exigem um inegável *aggionarmento* da noção de dominação. Ao mesmo tempo em que se tem em mente as bases estruturais desiguais sobre as quais repousa o domínio dos indivíduos, é importante dissociar os diferen-

ciais de ação entre os indivíduos de uma interpretação estrita em termos causais ou, pelo menos, de uma lógica universal de imputação em que um é designado de forma duradoura como dominante e o outro como dominado. Esse tipo de representação se mostra incapaz de dar conta da variedade de situações sociais observadas atualmente entre homens e mulheres. Não apenas quando se trata de designar o ator da dominação masculina (todos os homens, uma ideologia, um sistema etc.), mas, sobretudo, quando se trata de levar em conta os recursos objetivos e subjetivos diferenciados com os quais os atores (mulheres, homens) enfrentam um conjunto de testes estruturais.

O segundo tipo de resistência é de natureza mais política. A situação atual de muitas mulheres é semelhante à experiência de muitos trabalhadores no passado. No exato momento em que, como na Europa dos anos 1960, era difícil negar as melhorias e as mudanças que estavam sendo alcançadas, tanto em termos de renda quanto de qualidade de vida e condições de trabalho, essa transformação foi questionada em nome da permanência de restrições estruturais e foi até mesmo denunciada como uma armadilha destinada a anestesiar o movimento sindical. Isso foi antes de as transformações econômicas das últimas décadas, especialmente na Europa, transformarem o período pós-guerra, que foi fortemente criticado na época, em um modelo alternativo (e nostálgico) para o futuro... Quando se trata do relacionamento entre homens e mulheres, transformações inegáveis (que nem sempre são progresso) são frequentemente questionadas, também por razões de conveniência política e por medo de de-

sacelerar as lutas sociais. O trabalho crítico nega ou, ao menos, minimiza os objetivos alcançados e se concentra em denunciar as insuficiências que estão sempre presentes ou adverte sobre um possível *retrocesso* (Faludi, 1993).

O desafio intelectual, modesto na aparência, é conseguir uma representação que seja fiel à ambivalência das situações atuais e à sua diversidade, além de qualquer monolitismo de gênero. O mundo de hoje está longe tanto de um patriarcado indestrutível e em expansão quanto da realização da liberação das mulheres. No que diz respeito às relações entre homens e mulheres, apesar de todos os resquícios do passado e das mudanças que ocorreram, estamos em um interlúdio histórico e conceitual. Provavelmente estamos vivenciando tanto o início do fim da dominação masculina quanto o fim do início da libertação das mulheres. Vamos analisar essa situação plural de assimetrias de poder a partir da experiência conjugal.

III. O casal e seus jogos de poder

Se não se pode reduzir um casal – qualquer casal – a uma questão de poder, todo casal é estruturado por relações de poder. No que se segue, abordaremos a conjugalidade hoje a partir do espaço de jogo e poder que se abriu após a crise do patriarcado, um espaço de assimetrias onde diferentes imaginários relacionais se confrontam.[88]

88. Entretanto, não devemos negligenciar as desigualdades presentes no acesso à conjugalidade, especialmente no caso do celibato indesejado (mulheres jovens altamente qualificadas ou os chamados incels masculinos). No Brasil, é também o caso de várias mulheres negras que são excluídas do mercado afetivo pelas barreiras (in)visíveis do racismo: casam-se menos; 52% não

A análise que apresentaremos, apoiada em pesquisas empíricas, destacará as tensões e os mal-entendidos entre mulheres e homens, tanto em seu envolvimento diferencial na vida conjugal quanto em suas visões da sexualidade. Nesse ponto, há uma polarização acentuada em termos de conjugalidade entre homens e mulheres: os "homens" enfatizam o erotismo (até mesmo a sexualidade), enquanto as "mulheres" evocam a centralidade da comunicação. As aspas são absolutamente necessárias. Apesar da força das fronteiras binárias, isso não impede uma certa elasticidade nas representações e até mesmo "transgressões", como testemunhado pelos homens que reivindicam a comunicação e pelas mulheres que enfatizam a primazia do prazer sexual nas relações conjugais. Porém, nesse ponto, ao contrário dos desenvolvimentos e do brilho intelectual do movimento *queer*, é necessário reconhecer, no cotidiano da vida social, a força e a recorrência das dimensões genéricas usuais, até mesmo tradicionais e binárias, entre homens e mulheres.

1. Da família para o casal

No casal heterossexual contemporâneo, a fidelidade a si mesmo, o desejo de autenticidade gradualmente entrou em tensão com as obrigações morais devidas aos outros. Dependendo das sociedades ou dos atores, essa tensão pode até pender, embora apenas tendencialmente, a ser resolvida em favor da fidelidade a si mesmo. Na maioria dos casos, entretanto, o

têm uma relação afetiva estável; as que têm mais de 50 anos vivem um "celibato definitivo"; há uma sobrerrepresentação de mulheres negras entre as solteiras, viúvas ou separadas; seu horizonte afetivo as prende, em vários casos, ao papel de amantes; são as principais vítimas de violência de gênero (Chaves Jardim e Medeiros Paoliello, 2022).

que prevalece é uma tensão entre os dois componentes. A subordinação simples e pura de si mesmo às dívidas e obrigações morais (e sociais e legais) para com os outros, bem como a afirmação unilateral dos imperativos da autenticidade pessoal, são raras. Entretanto, tanto para mulheres quanto para homens, a legitimidade de uma prescrição ética e cultural de responsabilidade consigo mesmo, ainda que (em parte) em detrimento da obrigação com os outros, é uma realidade inegável. No entanto, isso não implica um abandono das obrigações tradicionais. Não apenas os cônjuges continuam a apoiar um ao outro em caso de doença grave ou irreversível, mas mesmo entre ex-cônjuges o cuidado está se tornando cada vez mais frequente. A incondicionalidade, apesar do horizonte de separações ou novas formas de união, continua sendo o menor denominador comum de uma teoria unificada do amor (Martuccelli, 2022).

De qualquer forma, a vida conjugal é marcada pela tensão entre esses dois desejos, entre as obrigações para com os outros e a fidelidade a si mesmo. Uma nova expressão do individualismo moderno, essa tensão não significa um aumento do egoísmo. O compromisso com o cônjuge não desaparece de forma alguma. Não apenas porque é enquadrado por responsabilidades legais, mas também porque muitos indivíduos expressam um desejo genuíno de assumir (e até mesmo desfrutar) o cumprimento de suas obrigações morais.

É claro que há casos de ingratidão, fraude ou traição, mas não foi dessa forma que, em nossa pesquisa, as queixas conju-

gais foram expressas com mais frequência. Se a obrigação conjugal pressupõe uma solicitude para com o outro, ela também exige – se não mais – disponibilidade e atenção. Isso é particularmente importante em termos de tempo. Portanto, não é de surpreender que uma das principais reclamações tenha girado em torno do desrespeito ao que é considerado uma das principais obrigações constitutivas de qualquer casal: a doação de tempo. Se, dadas as atuais relações sociais de gênero, as mulheres são mais frequentemente confrontadas com situações desse tipo (os homens costumam ter alta disponibilidade para seus trabalhos), a queixa masculina não só existe como é ainda mais virulenta, pois, para muitos homens, a disposição excessiva de tempo das mulheres para seus trabalhos não tem a mesma legitimidade que a deles. Essa é uma das razões pelas quais o celibato voluntário e involuntário tende a ser acentuado entre as mulheres altamente qualificadas.

Vamos nos deter nesse ponto por um momento, pois ele tem importantes consequências sociais. Entre várias pessoas entrevistadas, a primazia das carreiras dos homens sobre as das mulheres foi afirmada como evidente. Enquanto pouquíssimos homens reconheceram ter feito sacrifícios em suas carreiras por motivos conjugais, várias mulheres evocaram decisões desse tipo e, o que é particularmente importante, expressaram isso como um processo inscrito na ordem das coisas. Isso apesar do fato de que, diferentemente do passado ainda recente, a decisão não é mais justificada por uma racionalidade utilitarista. Lembremos que o modelo tradicional de conjugalidade se base-

ava em uma lógica de interesse bem dosado dentro da estrutura de dominação patriarcal. A mulher casada tinha interesse em investir no valor profissional do marido, pois a deterioração dele significava imediatamente um declínio na situação da família: nesse contexto, por boas razões, as mulheres podiam preferir o aumento do capital de seus maridos ao aumento de seu capital pessoal (Singly, 2002, p. 34). As mudanças econômicas estruturais ocorridas nas últimas décadas, como a necessidade de dois salários para manter o nível de consumo a que muitas famílias aspiram, o aumento das taxas de divórcio ou a monoparentalidade alteraram a relevância desse tipo de racionalidade.

Voltemos à questão do tempo e à tensão específica que ela expressa entre as obrigações morais e as fidelidades pessoais. Quanto tempo, atenção ou interesse deve ser dedicado ao cônjuge? Em primeiro lugar, não há regras, e a atitude de solicitude não é meramente uma questão de contabilidade temporária. Vamos mostrar isso por meio de um exemplo polêmico. A análise das desigualdades no desempenho das tarefas domésticas tem sido um campo fértil de estudo nas últimas décadas, mas, no que diz respeito à satisfação conjugal, esse item está longe de ser priorizado pelas mulheres (como o é pelos homens). Tanto é assim que, durante uma pesquisa qualitativa, uma mulher da classe trabalhadora da França declarou que um de seus principais momentos de satisfação conjugal acontecia aos sábados de manhã, quando, enquanto ela lavava a louça ou preparava o almoço, seu marido lia para ela e comentava as notícias do jornal. Aquilo que é um sinal palpável de desigualdade na distribuição

das tarefas domésticas (e até mesmo de um certo estereótipo de gênero) foi codificado por essa mulher como um momento e um tempo de satisfação conjugal (Singly, 2007).

Primeira observação: a intimidade no seio do casal não pode ser dissociada daquela que é uma das grandes expectativas legítimas da vida conjugal, a saber, a disponibilidade temporal e, por trás dela, o reconhecimento de que o cônjuge é o outro privilegiado. No entanto, a disponibilidade conjugal é cada vez mais desafiada pela crescente importância e legitimidade dada aos filhos, à necessária submissão aos imperativos temporais do trabalho e até, ainda que muito timidamente por enquanto, ao tempo pessoal (Araujo e Martuccelli, 2012; Martuccelli, 2017a). Dentro da dinâmica entre obrigações morais e fidelidades pessoais, as próprias infidelidades sexuais, apesar de seu caráter sulfuroso, são apenas um caso entre muitos, e não necessariamente o mais frequente, embora possam ser os mais significativos. Como mostra François de Singly (2000), há pelo menos dois ideais e modalidades de individualização: a busca pela unidade do eu dentro do casal e a busca fora do relacionamento conjugal por outras dimensões do eu, incluindo as infidelidades sexuais com relação ao relacionamento principal. No entanto, como o mesmo autor ressalta, as infidelidades profissionais, ou seja, situações em que um dos cônjuges está excessivamente envolvido no trabalho "podem criar desconforto emocional e ser vivenciadas como infidelidade" (Singly, 2002, p. 195). Em outras palavras, o adultério é apenas um dos possíveis caminhos de autoexploração pessoal que, na verdade, está longe de ser o mais

importante, mesmo que, como é o caso do Chile, dê origem a medos constantes, em meio a uma forte tensão entre os anseios conjugais de proteção, autonomia e independência (Araujo e Martuccelli, 2012).

Mesmo no nível do próprio adultério, a tensão entre esses dois ideais, obrigações e autenticidade, é visível. Na antiga ordem moral, a sexualidade, ao minar as convenções sociais e as obrigações morais, permitiu, após o triunfo do amor, a afirmação do indivíduo contra a ordem social. Nos romances, durante muito tempo, o adultério era, portanto, quase sempre visto pelo lado do amante transgressor. No código de ética conjugal contemporâneo, a infidelidade reconhece, melhor do que no passado, o sofrimento da pessoa cuja confiança foi traída. Em termos simples, é Charles, e não sua esposa, Emma Bovary, quem recebe a simpatia de muitos leitores.

Apesar das armadilhas, a legitimidade da autonomia individual é cada vez mais reconhecida na vida conjugal. Embora esse desejo de autonomia não exclua necessariamente qualquer projeto conjugal, um novo ideal está se consolidando gradualmente dentro do casal, no desejo dos cônjuges de permitir que cada um tenha tempo para viver de forma independente (Chaumier, 1999, p. 214). Vale a pena destacar a transição e sua complexidade: se a complementaridade e a independência dos espaços próprios de cada cônjuge era uma das grandes características da família tradicional, o triunfo do amor como cimento fundamental da união conjugal subverteu (parcialmente) essa realidade, multipli-

cando o número de ações conjuntas. É dentro dessa dinâmica conjugal que se afirma hoje o anseio mais ou menos legítimo de independência pessoal. Mais ou menos: como alguns entrevistados expressaram, eles estavam prontos para doar ou sacrificar o tempo pessoal para os filhos, mas não para o cônjuge, e alguns até evocaram o anseio por tempo pessoal para si mesmos, à distância de todas as responsabilidades familiares.

2. Os dois ideais do casal contemporâneo

Isto é prolongado e acentuado em uma tensão entre dois grandes ideais. Se a mutação desses modelos e, sobretudo, as expectativas de realização conjugal mudaram muito nas últimas décadas com o triunfo do amor como o grande cimento conjugal, não se deve ignorar a longa filiação em que esses ideais estão inscritos. Afinal, o casal é, desde os tempos antigos, a união de almas e corpos, uma articulação que, nas sociedades atuais, é expressa em termos de intimidade, uma "mistura idiossincrática de afetividade e sexualidade", uma esfera na qual "a *qualidade* do relacionamento se torna mais importante do que sua *estrutura*" (Eid, 2001, p. 14 e 72). De qualquer forma, nunca se deve esquecer que, no que diz respeito às representações sociais dominantes, o modelo de amor romântico permanece hegemônico na sociedade atual (Martuccelli, 1995 e 2016), em detrimento de outros modelos, como o amor confluente ou ideais de intimidade mais afetivamente congelados (Giddens, 2004; Illouz, 2007).

Várias das tensões na conjugalidade contemporânea podem ser analisadas como consequência da separação entre dois

ideais: comunicação e erotismo – "mulheres" e "homens" enfatizando preferencialmente um ou outro ideal. A conversa é um componente fundamental do casal contemporâneo. Como Peter Berger e Hansfried Kellner (2006) apontaram, um eu conjugal é formado no casal por meio de uma narrativa comum que desenvolve uma identidade narrativa compartilhada, na qual as duas individualidades anteriores convergem, na qual, à medida que as conversas cotidianas se desenvolvem, surge uma visão de mundo compartilhada que ambos os parceiros acabam assumindo. Não é de surpreender, portanto, que a falta de comunicação e de compreensão seja a primeira grande reclamação dirigida ao cônjuge. Essa crítica, contudo, é expressa quase que predominantemente pelas mulheres. Para elas, o cônjuge aparece como o interlocutor privilegiado, se não exclusivo, com quem a intimidade deve ser construída e explorada. Entretanto, esse desejo de se comunicar muitas vezes entra em conflito, de acordo com as entrevistas, com o silêncio ou o mutismo dos homens, ou seja, sua recusa em falar.

A importância do ideal de comunicação deve ser entendida em dois sentidos: como um elemento unificador do casal e como um fator no relacionamento consigo mesmo. As mulheres aderem, mais do que os homens, a essa dupla exigência de forma relativamente independente de sua posição social. Já na década de 1960, Edgar Morin (1984 e 1986) observou esse processo, que continuou a se aprofundar desde então. O discurso feminino sobre a necessidade de comunicação articula o desejo de cumplicidade conjugal com a certeza, a convicção íntima,

sobre os males psicológicos produzidos pelo silêncio. Observemos: apesar de não concordarem necessariamente com os postulados dos efeitos benéficos da fala, vários homens entrevistados reconheceram suas dificuldades em falar no contexto de sua vida conjugal.

Essa assimetria de expectativas no nível da conversa leva a uma consequência inesperada. O desejo permanente das mulheres de fazer com que seus cônjuges falem acaba gerando uma frustração inversa e recíproca. Os homens acabam, com certa relutância, e sob o constante pedido e estímulo de suas esposas, falando, às vezes até mais do que as mulheres, já que elas, por sua vez, não ouvem ou não pedem que seus cônjuges falem. Como resultado, em uma estranha inversão de aspirações, em vários casais a comunicação forçada de alguns era a contrapartida do silêncio imposto a outros. De qualquer forma, as mulheres entrevistadas expressaram profunda frustração na comunicação em seus relacionamentos conjugais.[89]

Por mais importante que seja, a comunicação é apenas um dos dois ideais da conjugalidade. O segundo componente ideal da conjugalidade é a sexualidade, um fator central na vida de um casal e na construção da intimidade, mas, se seguirmos os depoimentos das pessoas entrevistadas e suas insinuações, ela nem sempre tem, de fato, essa função. O que deve ou pode ser o cimento de um casal é também uma de suas mais formidáveis fontes de cisão. Para entender isso, é necessário tomar nota

89. A questão da dificuldade dos homens de assumirem a intimidade por motivos de bloqueio ou controle das emoções é um problema constante na literatura especializada (Dulac, 2003).

do novo código ético da sexualidade, construído em torno de três princípios principais. Primeiro, e essa é a regra básica, o sexo deve ser feito exclusivamente entre adultos que consentem. Em segundo lugar, juntamente com uma crescente e impressionante erotização da vida social no cotidiano, a sexualidade, com a ajuda decisiva da pílula anticoncepcional (Tahon, 2004), foi liberada dos antigos códigos morais e da preocupação com a reprodução, abrindo um espaço para a experimentação que, em princípio, permite uma maior diversidade de experiências e parceiros. Em terceiro lugar, e em tensão com o ponto anterior, o casal se tornou o local por excelência e ainda exclusivo da exploração sexual e da intimidade.

Para entender os destinos da sexualidade nos casais, é necessário, portanto, relacioná-la às transformações que ocorreram na sociedade. Uma delas é particularmente importante: houve uma mudança de um modelo sexual que autorizava os homens a se envolverem em prazeres eróticos fora da família (amantes, prostituição), no contexto de uma proibição mais ou menos severa do prazer no casamento (esse era um dos principais requisitos da conjugalidade cristã)[90], para um modelo quase exatamente oposto, no qual a fantasia e a exploração sexual são incentivadas *dentro* do casal, enquanto são criticadas ou questionadas fora dele.

A legitimidade da exploração sexual, e até mesmo a transformação dos limites do que é designado como perverso, dá um

90. A regra da castidade no casal foi acompanhada, no que diz respeito aos homens europeus de certos estratos sociais, por uma hipersexualização da vida extraconjugal nos séculos XVI e XVII (Mires, 1998, p. 84 e s.).

novo significado ao erotismo conjugal. Esse novo desejo erótico é acentuado, além disso, porque ocorre em meio a um fenômeno de erotização crescente na sociedade (McNair, 2002). Vários entrevistados se referiram a essa nova normatividade sexual. O antigo código, até mesmo cerimonial, da necessária encenação do respeito devido às mulheres no casamento (especialmente no que diz respeito às limitações impostas ao imaginário sexual conjugal) dá lugar à crescente legitimidade de uma vida sexual sob a exploração de fantasias compartilhadas. É impossível minimizá-lo: o desejo de erotizar as relações sexuais dentro do casal (menos visível do que a explosão pornográfica, menos significativo na aparência do que o aumento do número de parceiros sexuais encontrados ao longo da vida, menos espetacular do que o aumento das infidelidades, menos divulgado do que os novos roteiros sexuais – Gagnon, 2008) é o verdadeiro coração da revolução sexual contemporânea.

Entretanto, apesar do exposto acima, a realidade contrasta com a normatividade. Muitos indivíduos entrevistados evocaram uma sexualidade mais ou menos ativa antes ou depois do rompimento do que eles consideravam ser (ou era) sua principal união conjugal. A questão está longe de ser anedótica. Para os entrevistados, a sexualidade exploratória estava associada principalmente a uma fase de suas vidas, a juventude: um período de exploração (muitas vezes designado como liberdade) que terminaria com a constituição de uma parceria séria. A sexualidade sequencial (estabilização sucessiva em um casal) em vez da plurissexualidade ou poliamor (sexualidades simultâneas) é a

regra. Ou seja, apesar da atual normatividade sexual conjugal, é somente em uma fase precisa de suas vidas que os entrevistados relataram uma sexualidade mais aberta e mais fantasiosa, relacionamentos "com baixa tensão emocional, mas alta tensão sexual" (Eid, 2001, p. 90).

A cisão e a desordem sexual, mas também a exploração sexual, bastante presentes na produção cultural (Chaumier, 2004), têm uma tradução pálida no nível das práticas conjugais. Por enquanto, as práticas explícitas de sexualidade que envolvem relacionamentos plurais e simultâneos (casais abertos ou poliamor) são uma opção minoritária nas sociedades atuais e, muitas vezes, quando ocorrem, assumem apenas uma forma transitória. O que é essencial é realizado em outra esfera. O estímulo e a intensificação do erotismo mutuamente explorado e consentido dentro do casal se tornam uma estranha mistura de norma cultural, objetivo comercial e ideal ético. Esse horizonte é responsável tanto pela condenação da prostituição sob várias perspectivas feministas quanto pela explosão comercial de ofertas eróticas. Uma tendência que é bem testemunhada pelo aumento do consumo de lingerie erótica para mulheres, mas também, como indicam muitas pesquisas sobre sexualidade, pelo número crescente de pessoas que declaram realizar suas fantasias sexuais com um parceiro.[91] Em suma, a erotização não é mais entendida como um imperativo impulsivo, mas como uma forma de aumentar a intimidade e o prazer *do casal*.

91. Spira e Bajo (1993). Para uma defesa da tese da individualização das práticas sexuais, v. Bozon (2002). Nessas explorações, não faltam casos em que um dos cônjuges impõe seu imaginário sexual ao outro.

Evocada de maneiras muito diferentes nas entrevistas, às vezes de forma explícita, às vezes de forma evasiva ou até mesmo tendenciosa, a sexualidade foi geralmente reconhecida, pelo menos em princípio, como um elemento "importante" do casal. Entretanto, apesar de sua legitimidade reconhecida, no que diz respeito à sexualidade, as queixas entre "homens" e "mulheres" foram o oposto do que foi encontrado no nível da comunicação: um número maior de homens expressou sua insatisfação.[92] A queixa masculina sobre a sexualidade conjugal tem de ser vista em relação ao que tem acontecido ao nível do imaginário feminino, mas sobretudo com a enorme produção de análises, reflexões e críticas que o movimento de mulheres, mas também a imprensa feminina, produzem sobre a sexualidade. Muitas mulheres vivem em um universo de alta reflexividade cultural sexual. Do lado dos homens, com exceção de certas conversas no contexto de mal-entendidos ou piadas, não há nada comparável no momento.

3. O casal: um espaço de conflito latente?

O respeito às obrigações com os outros e a fidelidade a si mesmo, a comunicação e o erotismo são difíceis de harmonizar entre si. Ideais mais ou menos autônomos, sua difícil articulação, no contexto de uma grande diversidade de assimetrias de poder, dá origem a uma infinidade de atritos conjugais. É claro que isso não é inédito. Entretanto, se a dominação patriarcal e as hierarquias de gênero permitiam jogos de poder e até mesmo

92. Lembremos, no entanto, que as mulheres geralmente expressam maior insatisfação sexual em seus relacionamentos conjugais do que os homens e que elas interpretam sua sexualidade a partir de considerações diferentes das deles.

expressões de ódio, havia uma ordem que enquadrava e estabelecia limites para as tensões. A crise abriu um novo espaço para o jogo, o poder e a negociação.

Uma das tensões do casal contemporâneo foi resumida em uma fórmula simples. Mesmo antes de se tornar o título de um *best-seller* mundial (*Women come from Venus and men from Mars*), a oposição estava muito presente na vida social. De qualquer forma, ela estava no nível de nossas entrevistas e, em um novo contexto, explica a diferença entre os sexos que, no passado, subordinada a uma visão de complementaridade hierárquica, está hoje dando lugar a visões mais agonísticas que podem ser explicadas, de acordo com o gosto de cada um, pelas diferenças de socialização, pelos respectivos determinismos biológicos, por uma crise dos papéis tradicionais de gênero etc. De acordo com essas interpretações, na base estrutural dos desentendimentos conjugais estão indivíduos movidos por demandas irreconciliáveis. Do reconhecimento das *inevitáveis* dificuldades relacionais, passa-se à afirmação de uma profunda incompreensão mútua, antes de transformar as divergências em obstáculos intransponíveis. Os "homens", por exemplo, não seriam capazes de entender as necessidades de comunicação das "mulheres", muitas vezes, se seguirmos nossas entrevistas, por causa de suas obsessões com a sexualidade.

Entretanto, o casal contemporâneo não está necessariamente sob o roteiro de uma guerra entre Vênus e Marte. Se essa percepção é apropriada em alguns casos e ativa como uma interpretação no discurso de certos atores, sua generalização é abu-

siva. A análise das entrevistas revelou um resultado diferente: a existência de um conflito latente entre "mulheres" que, em geral, parecem ter um modelo conjugal explícito (organizado em torno da comunicação e de um desejo controlado de independência) e "homens" que ou não têm um modelo conjugal ou oscilam entre a defesa, sem grande convicção, de um modelo tradicional e a adesão mais ou menos resignada ao modelo de casal proposto pelas mulheres. De fato, a tensão produzida por esse desequilíbrio é mais significativa do que o simples contraste entre as palavras das "mulheres" e o silêncio dos "homens" (uma oposição que varia de acordo com as posições sociais e as gerações). Para colocar isso em linguagem militar, mas não muito distante da maneira como essas tensões às vezes são vivenciadas, digamos na linguagem de Marte, mas do ponto de vista de Vênus, que as "mulheres" ganham na guerra de posição, perdem curiosamente na guerrilha diária, conseguem estabilizar posições na guerra de trincheiras. Vamos explicar isso de forma clara.

Em primeiro lugar, as mulheres conseguem impor, em uma guerra aberta de posições, o "seu" modelo de casal. Em outras palavras, a comunicação como o grande cimento da conjugalidade. Mais uma vez, a associação genérica desse modelo conjugal às "mulheres" indica apenas uma tendência, nada impede que certos "homens" também sejam portadores desse modelo, mas essa é, por enquanto, uma realidade menos frequente. Observemos que o modelo "feminino" de conjugalidade é, em grande parte, o modelo que as indústrias culturais e vários especialistas em terapia promovem em nível social.

Entretanto, por trás da capacidade das mulheres de impor globalmente um modelo de conjugalidade baseado na comunicação, muitos outros modos de comportamento masculino permanecem ativos. Isso é visível, por exemplo, no nível da ilusão de quem, em última instância, decide em um casal. Essa é uma área em que muitas mulheres, mas não todas, continuam a tolerar ou enunciar, mesmo por razões de encenação conjugal, a primazia masculina. Em outros momentos, as assimetrias de poder assumem a forma de microbrigas cotidianas, uma variante doméstica da guerra de guerrilha. Nesse ponto, como complemento ou correção à interpretação proposta por Jean-Claude Kaufmann (1992 e 2007), para quem os hábitos incorporados por homens e mulheres produzem quase necessariamente uma dissociação entre a adesão voluntária a um projeto conjugal igualitário e a prática persistente de desequilíbrios, é possível interpretar as tensões de outra forma. Não tendo um contramodelo conjugal a que se opor (mas a defesa um modelo julgado tradicional), os "homens" se especializam em uma série de resistências comuns. É claro que a interpretação depende da análise geral adotada. Se for privilegiado um tipo de análise patriarcal que enfatiza o diferencial de poder em benefício claro dos homens, essas atitudes são interpretadas em termos de desigualdade e como prova palpável da dominação masculina. Por outro lado, se optarmos, como fazemos aqui, por uma análise que reconheça a quebra das relações hierárquicas patriarcais, a interpretação varia. A permanência da distribuição desigual das tarefas domésticas não impede, por exemplo, a existência de mudanças reais. Não se deve subestimar: uma das obras-primas do novo poder conjugal

adquirido pelas mulheres é explicitamente expressa em termos da necessidade de controlar e educar seus parceiros (Touraine, 2006). Estratégias às quais os homens "resistem".

Finalmente, há também o horizonte, embora por enquanto não muito efetivo, de um conflito aberto entre dois modelos de conjugalidade: um baseado na comunicação e o outro no erotismo. Entretanto, além de certos aspectos ou da presença implícita entre alguns entrevistados de tal disputa, essa outra frente de batalha quase não esteve presente. O conflito opõe o modelo de comunicação conjugal das "mulheres" ao modelo de erotismo difundido em nível social, que não é necessariamente um modelo específico dos "homens" nem um modelo autêntico de conjugalidade. Em outras palavras, o conflito é estruturalmente desigual porque um (a comunicação) propõe um modelo explícito de casal, enquanto o outro (o erotismo) é apenas um esquema externo. O primeiro tem, de fato, a capacidade de articular na vida conjugal um grande número de elementos comuns, enquanto o outro o faz apenas virtualmente.

É claro que não há nada que impeça a construção de um modelo conjugal baseado no erotismo. Afinal, a sexualidade é também uma forma de abertura para o outro, e a versão devidamente erotizada do casal, por vezes desacreditada como mero fruto de uma imposição masculina, traz em si a promessa de um espaço de cumplicidade compartilhada (algo que, aliás, não é de forma alguma uma novidade moderna: como esquecer os textos orientais ou os manuais de prazer gregos?). Entretanto, e

aqui reside a especificidade contemporânea, o erotismo, subordinado à lógica do mercado e da pornografia, não dá forma a um ideal ético conjugal. O erotismo perde sua autonomia, por um lado, por meio da pornografia e da representação obsessiva da submissão do desejo feminino ao poder masculino[93] e, por outro lado, por meio de um discurso terapêutico que modela a sexualidade em relação aos imperativos da comunicação "feminina". Há um verdadeiro paradoxo aqui: em uma sociedade marcada por uma sexualização generalizada, o erotismo, em contraste marcante com o que era proposto pelos antigos preceitos da arte erótica ou com o que era a sexualidade nos casais tradicionais, curiosamente deixou de ser um ideal ético conjugal.

O equilíbrio entre a comunicação e o erotismo, a antiga união de almas e corpos, tende a se tornar uma acentuação unilateral de um ou outro fator, a expressão de um conflito latente. Por trás desse difícil conflito, também se pode vislumbrar uma mudança mais geral de poder entre os sexos e as faixas etárias. Alguns autores não hesitam em falar da presença de mulheres jovens cada vez mais "viris" e homens jovens cada vez mais "femininos" (Pahl, 2000, cap. 3). Isso seria evidente no nível do discurso: um aumento do romantismo seria visível entre alguns rapazes, um aumento de palavras grosseiras entre algumas moças. Em nossas entrevistas, foram as mulheres mais velhas e os homens jovens que criticaram em uníssono o que chamaram de aspereza das mulheres jovens.

93. Observemos que, se a produção pornográfica encena constantemente a submissão das mulheres ao desejo masculino (Giddens, 2004), por outro lado, a erotização generalizada da sociedade à qual todos os indivíduos estão agora sujeitos muda a equação, embora não seja ruim, pelo fato de o universo erótico ser descentrado das interações meramente sexuais (McNair, 2002).

Além da sombra, nessas afirmações, de elementos imaginários banais sobre a periculosidade que sempre esteve associada à sexualidade livre das mulheres, é possível perceber, por trás dessas recriminações, uma nova assimetria de poder e independência em benefício de várias jovens solteiras.[94] Nessa área, se seguirmos nossas entrevistas, mas especialmente se prestarmos atenção à produção das indústrias culturais contemporâneas, não é exagero falar do surgimento progressivo de uma competição (ou conflito) intrageracional mais ou menos latente entre homens e mulheres, que reflete uma mudança nas assimetrias de poder entre os sexos e as idades. Há uma mudança visível na aceitabilidade, para não dizer entusiasmo, com a qual a indústria cultural e um certo pensamento crítico avaliam as uniões entre mulheres mais velhas e homens mais jovens.

Entretanto, tudo isso, por enquanto, está longe de ser o que certos pânicos morais expressam. O casamento entre pessoas da mesma faixa etária é e continua sendo a norma nas sociedades atuais. É igualmente importante lembrar que as uniões entre homens mais velhos e mulheres mais jovens estão cada vez mais sob suspeita, enquanto as uniões entre mulheres mais velhas e homens mais jovens, que são menos frequentes, gozam de crescente simpatia social. Isso é uma consequência das novas e diversas assimetrias de poder material e simbólico entre homens e mulheres.

As tensões conjugais obviamente não eram solucionáveis nas hierarquias patriarcais. Entretanto, sua validade permitiu que

94. Uma situação que, no entanto, é revertida no caso de celibato não voluntário que não seja muito longo (Kaufmann, 1999).

as assimetrias de poder fossem canalizadas. As hierarquias delimitavam zonas de incerteza e estabeleciam limites para determinadas ações; faziam com que os papéis tivessem precedência sobre as subjetividades; acima de tudo, estipulavam a primazia do relacionamento conjugal sobre as relações filiais. A atual reviravolta das hierarquias subverte tudo isso. A difícil e conflituosa conjugalidade está subordinada, em muitos casais, às exigências da paternidade e, ao mesmo tempo, aumenta a incerteza dos jogos de poder.

IV. Amor conjugal, uma relação social além dos jogos de poder?

Desde o advento da modernidade, a família tem sido inequivocamente marcada pela tensão entre o necessário respeito a hierarquias e interesses (papéis geracionais e sexuais, reprodução familiar de posições sociais) e a ascensão de sentimentos (amor conjugal, amor filial). Se, por muito tempo, o afeto esteve subordinado às hierarquias, o afeto vem progressivamente ganhando peso, função e valor, o que não é alheio às complicações que podem ser observadas no nível da autoridade parental (Araujo, 2016).

À medida que os grandes pilares da ordem patriarcal se rompem, a conjugalidade tende a se organizar em torno de relações de poder assimétricas e mais ou menos nuas, em meio ao que caracterizamos como um conflito larval de modelos. Entre-

tanto, ao lado dessa realidade, a conjugalidade (mas também, de forma mais ampla, a família) está cada vez mais organizada em torno de sentimentos recíprocos de benevolência, preocupação, dívidas reconciliadas, ajuda mútua voluntariamente assumida (com frequentes consequências psíquicas em caso de desrespeito em termos de culpa, vergonha etc.).[95]

Esse sentimentalismo conjugal e familiar também não é totalmente inédito. Como sabemos cada vez mais graças ao trabalho de historiadores e outros, os sentimentos e a cumplicidade também desempenharam um papel em muitas uniões e famílias, mas aqui também há uma novidade, ainda que parcial. O questionamento do patriarcado deu origem a jogos de poder assimétricos explícitos (chantagem, pressões psicológicas, negociações permanentes, tentativas mais ou menos fracassadas de restabelecer antigas diferenças hierárquicas etc.). No entanto, *também* deu origem, em grande parte devido ao fim da autoridade hierárquica entre homens e mulheres, à constituição de um universo conjugal (e familiar) baseado na busca de uma benevolência recíproca que tenta, como ideal e às vezes como prática, neutralizar/erradicar os efeitos do poder que os cônjuges têm um sobre o outro.

Se a tese dos relacionamentos confluentes no casal é excessiva e carece de base empírica (Jamieson, 1998), isso não

95. Sejamos claros: no caso da paternidade, devemos levar em conta a realidade significativa de filhos abandonados ou ilegítimos (embora muito variável ao longo do tempo e dos grupos sociais), bem como o número expressivo de pessoas que não paga pensão alimentícia em caso de separação (além dos argumentos apresentados, um terço dos pagamentos de pensão alimentícia não foi realizado na França em 2020). No entanto, a perda de legitimidade desse tipo de comportamento é clara.

deve nos levar a ignorar algo que é específico da conjugalidade contemporânea (e da família): a aspiração *normativa* é funcionar em torno de sentimentos recíprocos e cotidianos de amor, cuidado e proteção entre seus membros. Em suma, tanto na família quanto na conjugalidade, *a ascendência* benevolente e recíproca entre os indivíduos tem precedência como um ideal sobre hierarquias, dominação e até mesmo poder.

Esse horizonte não elimina as relações de poder que estruturam as famílias e que, como a antipsiquiatria demonstrou, podem estar na origem da produção familiar de algumas doenças mentais, mas isso não deve nos levar a ignorar o fato de que o *imperativo* do amor se tornou um elemento central da conjugalidade. Não apenas em termos da escolha do cônjuge, mas também em sua realidade cotidiana. Um anseio que torna o universo dos sentimentos conjugais mais complexo, como explora a narrativa contemporânea (Barrère e Martuccelli, 2009).

Em outras palavras, ao contrário do que uma certa tradição crítica afirmava sobre o amor como suporte para a dominação, um novo espaço utópico está se abrindo progressivamente dentro da conjugalidade, surpreendente em mais de um aspecto, que, como *ideal*, visa à coconstrução de um domínio social livre de poder.

Se o poder existe em todo e qualquer relacionamento social, o poder não é necessariamente o principal objetivo em todos os relacionamentos sociais. Ignorar qualquer uma dessas duas afirmações leva a visões ingênuas ou excessivamente

conflitantes da vida familiar. A conjugalidade não escapa a essa regra dupla. O amor conjugal não introduz nem um relacionamento naturalmente pacificado com o outro, nem um campo de combate permanente. Contudo, e aqui está o que é realmente importante e *distinto*, na conjugalidade (assim como em outros relacionamentos familiares), sob o imperativo do amor, um dos objetivos do relacionamento é desativar o poder que permeia o relacionamento. Essa é provavelmente uma das definições sociológicas e políticas mais econômicas do amor conjugal.[96] O ideal do amor conjugal é um projeto e uma luta de um tipo particular: uma luta *com o outro* contra os poderes (econômicos, simbólicos, interativos) que estruturam o relacionamento e cujo exercício ou preeminência significaria, não a morte do casal, mas a morte de um ideal conjugal pós-patriarcal. É desnecessário dizer que muitos casais existem não apenas fora desse objetivo, mas que, conforme demonstrado pelos múltiplos conflitos de assimetrias de poder que analisamos, baseiam sua duração ao longo do tempo nas relações de poder.

Na verdade, estamos enfrentando uma das realidades mais complexas do mundo social de hoje. Basta olhar ao redor para ver que há muitas famílias e poucos casais. Muitas famílias: apesar da crescente consolidação de uma diversidade de uniões, o modelo familiar continua sendo, mesmo com sua adoção por casais homossexuais, o principal molde de organização das relações afetivas íntimas. Poucos casais: dentro de várias famílias nucleares, e em contraste com as famílias tradicionais em que a

96. Com variantes, cf. também Bourdieu (1998) e como *ágape* (Boltanski, 1990). Essa não é a única relação social em que há uma tensão entre um ideal e a realidade do poder: na educação ou na terapia, ou mesmo em uma certa concepção de política, como disse Freud, isso está presente.

relação conjugal tinha precedência hierárquica sobre as relações de filiação, a organização familiar é estruturada em torno dos filhos e em detrimento da conjugalidade, que passa a ser valorizada como condição para a filiação (ou seja, os cônjuges existem em torno da paternidade compartilhada).

É nesse sentido que a conjugalidade é uma ideia nova hoje. Uma experiência sem precedentes tanto para "homens" quanto para "mulheres". No caso dos homens, nada mostra isso melhor do que a relativa facilidade com que conseguiram se reinventar afetivamente como pais (embora sempre como provedores de recursos econômicos) e a extrema dificuldade que têm em ser portadores de um modelo de conjugalidade. A situação também é inédita para as mulheres: mesmo que elas sejam portadoras de um modelo, a frequência dos discursos de frustração atesta, sob outra perspectiva, sua dificuldade em construir a conjugalidade.

Apesar do exposto, e em parte contra ele, isso não impede a frágil consolidação de um ideal de conjugalidade à distância do poder patriarcal e da ingenuidade romântica. Vale a pena insistir: todas as relações sociais são atravessadas pelo poder, mas o poder não só não é o objetivo central de todas as relações como, no caso da conjugalidade e de seu ideal de amor, é um obstáculo à sua realização. Um ideal de conjugalidade por meio do qual um busca, mais ou menos explicitamente, desativar o poder sobre o outro, em prol de uma ascendência recíproca benevolente.

Capítulo 13

DAS HIERARQUIAS ETÁRIAS ÀS ASSIMETRIAS DE PODER

Há um conjunto recorrente de críticas ao comportamento de adolescentes e jovens. Seu desinteresse ou ignorância em relação aos assuntos públicos, seu egoísmo geracional, sua incapacidade de respeitar a autoridade, antes de propor, como remédio universal, a educação e o restabelecimento das virtudes republicanas tradicionais. No entanto, se deixarmos de lado essas críticas, geralmente baseadas em representações nostálgicas (e inventadas) do passado ou em afirmações discutíveis (por exemplo, com relação ao declínio da densidade moral dos adolescentes), a situação atual das relações entre os grupos etários é infinitamente mais complexa.

Nas últimas décadas, muitas regiões do mundo passaram por uma verdadeira revolução educacional que resultou em uma redução maciça do analfabetismo, na extensão quase universal da escolaridade, na feminização do contingente escolar em todos os níveis e no ingresso de muitos jovens no ensino superior. No espaço de apenas algumas décadas, passamos de um sistema educacional reservado a uma elite para um sistema de ensino médio aberto a todos (ou quase todos) os adolescentes de uma

coorte e, nesse sentido, o progresso alcançado na escolarização foi muito significativo (Baudelot e Establet, 1989). Essa revolução educacional, associada a outros processos, teve, e continua tendo, consequências plurais e contraditórias nas relações entre grupos etários.

Para analisá-las, primeiro apresentaremos algumas das principais transformações estruturais que deram poder aos jovens e adolescentes, antes de nos concentrarmos em duas áreas particularmente agudas de tensões entre as idades, a saber, as críticas à falta de civilidade dos jovens e ao exercício da autoridade em sala de aula.[97]

I. Transformações estruturais e capacitação para a idade

[1] O adolescente, assim como o jovem, é um membro reconhecido da sociedade. No entanto, quando a análise se concentra na realidade de suas dimensões políticas, sociais ou culturais, o equilíbrio é infinitamente mais complexo. No que diz respeito à experiência de cidadania, a situação está longe de ser óbvia. Se a situação dos jovens com mais de 18 anos é legalmente igual (com exceção de certos cargos públicos eleitos para os quais ainda existe uma exigência de idade mínima em vários países), a situação é mais problemática para os adolescentes. Mesmo se deixarmos de lado a discussão sobre o interesse de preservar – ou

97. Este capítulo baseia-se em pesquisas empíricas realizadas principalmente na França e no Chile, mas também em uma análise crítica da literatura especializada.

não – o *status* de menores e as contradições no nível da idade em que eles são julgados como adultos (que varia de acordo com os campos sociais: criminal, sexual ou político, e até mesmo para ter uma carteira de motorista, cf. Delphy, 2001), a questão da cidadania dos adolescentes é um assunto controverso.

Isso é quase único nas democracias modernas e, portanto, é importante analisar as razões mais frequentemente apresentadas para negar direitos políticos aos adolescentes. Observemos que o que lhes é negado são os direitos políticos, já que em vários países, a partir dos 12, 13 ou 14 anos de idade, eles assumem a responsabilidade legal por seus atos (como mostra o número de menores detidos ou presos). A negação dos direitos políticos aos adolescentes geralmente é explicada pelo fato de que (1) eles não têm conhecimento suficiente; (2) seus interesses são representados e defendidos pelos pais; (3) eles não pagam impostos; (4) eles ainda não têm a maturidade necessária para exercer suas responsabilidades cívicas. Essas são mais ou menos as mesmas objeções que já foram usadas para negar direitos políticos às mulheres, aos trabalhadores, aos analfabetos e, em parte, aos estrangeiros.

De todos esses fatores, um parece ser particularmente eficaz para excluir os adolescentes dos direitos políticos, a saber, sua falta de maturidade (Renaut, 2004). Do ponto de vista da história das ideias, a questão é ainda mais importante porque, em sua famosa definição do Iluminismo, mas também em sua caracterização do paternalismo em geral, Kant se referiu à meno-

ridade como elemento de justificativa para a tutela de indivíduos por governos paternalistas (sujeitos que seriam "como crianças menores incapazes de decidir o que é verdadeiramente útil ou prejudicial para eles"), uma situação que o Iluminismo permitiria, com razão, que fosse desfeita.

Deixemos de lado, porque não é o mais importante, a arbitrariedade com que, em diferentes períodos históricos, foi definido o limite legal de maturidade da cidadania (25, 21, 18 ou 16 anos, com limites de idade diferenciados entre mulheres e homens) e seu caráter mágico: depois de um certo limite de idade, um adolescente-menor-politicamente sem direitos se torna, sem nenhum grande ritual de iniciação particular, como os antropólogos apontariam, um cidadão com direitos. O importante é que a desqualificação da cidadania dos adolescentes se baseia em uma representação cultural específica, como foi o caso anteriormente com os trabalhadores e as mulheres.

A questão dos direitos de cidadania dos adolescentes deve ser esclarecida e socializada. Os adolescentes não mudaram nos últimos 50 anos? Não se tornaram atores culturais nas sociedades modernas? Muitos deles, e não apenas entre os setores populares, não têm experiência de trabalho? Não são atores no consumo familiar, decidindo, de acordo com alguns estudos, até quase um quarto do orçamento familiar? Isso não nos convida a reconsiderar o exercício de seu direito de voto?

Essa não é uma questão menor e, acima de tudo, não é um assunto para demagogia. A concessão da maioridade penal aos

adolescentes teria consequências importantes em muitas áreas: da venda e compra de álcool à sexualidade, das relações de autoridade dentro da escola à questão de seu sustento econômico. É por isso que o respeito à autonomia dos adolescentes, e mais ainda das crianças, *não pode ser dissociado* de uma estrutura de proteção legal específica. Se é possível imaginar soluções para vários aspectos (pense no aspecto fiscal em termos da situação dos jovens adultos que, em vários países, permanecem sob os cuidados dos pais), esses são desafios reais. Em todo caso, é uma inconsistência, do ponto de vista da cidadania, que os adolescentes sejam legalmente privados de direitos políticos. Mesmo que não haja demandas reais de cidadania política por parte dos adolescentes em praticamente nenhuma sociedade contemporânea, isso não deve impedir a reflexão crítica.

Três razões sustentam a relevância dessa reflexão. Em primeiro lugar, em um mundo onde os direitos dos animais ou, por razões ecológicas, os direitos das gerações futuras que ainda não existem, é estranho que a cidadania dos adolescentes ainda seja um tabu. Em segundo lugar, é muito provável que os adolescentes não votem em massa e que seu peso eleitoral não altere os equilíbrios eleitorais, mas isso forçará os formuladores de políticas a abordarem também esse grupo potencial de eleitores e seus interesses *futuros* específicos (sistema de aposentadoria, questões ecológicas) a serem explicitamente levados em consideração. Em terceiro lugar, há uma razão demográfica para defender o direito político dos adolescentes, considerando o aumento da porcentagem de idosos: na medida em que os idosos,

sejam eles eleitores de direita ou de esquerda, tendem a ser conservadores (no sentido mais amplo do termo), é importante que seu voto seja estruturalmente contrabalançado por outro voto, não necessariamente progressista, mas que explicitamente assuma e inclua os interesses do futuro. A ação desencadeada pela jovem sueca Greta Thunberg, de 16 anos, sobre a questão ecológica em 2019 defende a necessidade de reconhecer esse novo espaço para a democracia.

[2] Além da questão de seus direitos políticos, os adolescentes desfrutam de um conjunto importante de proteções e os coletivos dedicam uma parcela significativa de recursos à sua formação e bem-estar. Entretanto, mesmo levando em conta esses elementos, a inserção social e não apenas política dos adolescentes também está longe de ser evidente.

Uma das principais características das sociedades atuais é que os jovens não herdam mais seu *status* social. Pelo contrário, eles precisam adquiri-lo, em grande parte, por meio da escola e do treinamento vocacional (Galland, 2007). A adolescência e a juventude são, portanto, os períodos da vida em que a distribuição do *status* social é concentrada por meio de uma série de testes escolares e vocacionais. A extensão dos anos de estudo e o crescente papel da escola em termos de posicionamento social enfatizam esse aspecto (Dubet e Martuccelli, 1998). Isso não nega as possibilidades subsequentes de mobilidade social ao longo da vida, nem a importância da origem familiar e da herança. No entanto, isso não contradiz o ponto essencial: o ado-

lescente é um membro pleno da sociedade, mas sem direitos políticos e em uma situação de moratória enquanto se prepara para adquirir sua futura posição social (Erikson, 1959).

Sem ignorar o papel da família de origem, o nível de qualificação para o término da escola tornou-se um fator importante nas trajetórias sociais. Em suma, nas sociedades tradicionais, os jovens adquiriam uma posição social por herança; nas sociedades contemporâneas, eles a adquirem por meio de suas realizações escolares. De fato, nessa competição generalizada por posições sociais, tanto os resultados escolares quanto as redes familiares são recursos necessários (Araujo e Martuccelli, 2012). A importância crescente dos debates sobre o fracasso ou a evasão escolar é diretamente tributária dessa situação.

Obviamente, essa descrição geral varia de acordo com o gênero, a posição social da família ou entre áreas urbanas e rurais. A situação dos jovens das classes abastadas permite que eles passem por esse período com relativa serenidade em instituições que estruturam suas experiências de vida, permitindo que priorizem os estudos em detrimento de qualquer outra atividade. Essa situação contrasta com a experiência dos jovens das classes populares, que tiveram trajetórias escolares mais difíceis e inserção precoce e temporária no mercado de trabalho. Os adolescentes de baixa renda muitas vezes se sentem "pequenos" na escola e "grandes" no mundo do trabalho ou na rua (Dubet e Martuccelli, 1998).

Em resumo: se os adolescentes são considerados membros da sociedade, eles são, no entanto, excluídos dos direitos

políticos e vivem socialmente em meio a uma situação estatutariamente indefinida, percebida como um período de transição, uma moratória, ao final da qual adquirem uma posição social. O peso da lógica da competição escolar e estatutária significa que, para muitos deles, a sociedade é vista como uma corrida da qual é imperativo sair vitorioso. Contra os outros.

[3] A integração social dos adolescentes é específica não apenas porque eles não têm direitos políticos ou têm uma integração social problemática, mas também porque vivem em meio a vários processos de *secessão cultural*. Esse termo define melhor do que outros (conflito de gerações, luta econômica) a condição atual dos adolescentes.

Desde as décadas de 1950 e 1960, a juventude tem sido palco de sucessivas revoluções culturais associadas a movimentos sociais, música e determinados estilos de vida. Tudo isso, durante décadas, ocorreu dentro de uma certa continuidade: não apenas as novas gerações brincavam com brinquedos semelhantes aos das gerações anteriores, mas o conteúdo das indústrias culturais dominantes refletia, em grande parte, as principais orientações normativas dos adultos e da ordem social instituída. Ocorreu uma inflexão nesse nível: foi constituída uma cultura etária fortemente autônoma que, se nem sempre transmite valores diferentes daqueles dos grupos etários mais velhos, produz, no entanto, uma segmentação linguística, simbólica e tecnológica entre os grupos etários. Nas gerações anteriores, a música era o epicentro da diferença entre as gerações. Embora continue as-

sim, outros fatores foram acrescentados em vários outros campos. A literatura infantil e as histórias para adolescentes foram reformuladas a tal ponto que grande parte dessa literatura agora é estranha e ignorada pelos adultos. As séries de televisão oferecem retratos infinitamente mais dramáticos, cruéis e realistas do que há algumas décadas. Também estamos vivendo uma reinvenção surpreendente e perturbadora dos antigos personagens, campeões do bem e do mal (Batman, Homem-Aranha etc.), em sombrios personagens morais. Por fim, e sem atribuir aos adolescentes habilidades digitais que muitos não têm, é inegável vários deles vivem em um universo de usos tecnológicos diferentes dos adultos (Donnat, 2009; Barrère, 2013).

A secessão de gerações prejudica a continuidade cultural. É um fenômeno diferente do conflito de gerações da década de 1960, que se concentrava no questionamento de valores ou no surgimento de novos estilos de vida em torno da juventude. A secessão cultural assume a forma de uma divisão cognitiva. Algo que as representações coletivas não deixam de enfatizar como evidência, promovendo a ideia de uma sucessão ininterrupta de gerações nas últimas décadas: geração X, Y, Z, *millennials*, *centennials* etc.

Entretanto, diferentemente de outros grupos sociais que exigem o reconhecimento de suas especificidades culturais (minorias étnicas, sexuais ou religiosas), os adolescentes e jovens, apesar da importância de suas dimensões de identidade, não reivindicam direitos culturais no sentido exato do termo. A participa-

ção em modelos culturais que lhes são próprios, mesmo que sejam vividos em ruptura ou à distância da cultura adulta, não os leva a se tornarem atores sociais ou a defenderem seus interesses politicamente. Eles não sentem a necessidade de fazer isso. A principal demanda dos adolescentes é ter liberdade de experimentação cultural, hoje amplamente reconhecida (Galland, 2007).

[4] Desprovidos de direitos políticos, definidos por um processo particular de atribuição estatutária, os adolescentes não são, ao contrário da juventude, um ator social coletivo organizado (Sposito, 2000). Esse é um aspecto particularmente significativo na América Latina. Por mais de um século, se tomarmos como marco a Reforma Universitária de Córdoba, em 1918, os estudantes universitários têm sido um importante ator social e político na região. Desde então, ciclicamente, muitos jovens participaram de outros movimentos sociais, mesmo quando suas questões não estavam diretamente ligadas às questões da juventude (trabalho, feminismo, direitos humanos, ecologia). Na América Latina, a juventude estudantil, socialmente privilegiada durante grande parte do século XX, foi a ponta de lança da expressão política dessa faixa etária, e na própria militância política dos jovens, um papel importante foi desempenhado pela socialização familiar (Brenner, 2014). Em contrapartida, as manifestações coletivas dos jovens dos setores populares, apesar de sua participação em ações sindicais ou em movimentos de assentados, tendiam a ocorrer em torno de atividades organizadas por assistentes sociais, clubes esportivos ou gangues.

Os adolescentes, ao contrário dos estudantes, são atores políticos apenas marginalmente. Poucas pessoas querem que eles o sejam. O medo de qualquer ministro do Interior de ver a formação de movimentos de protesto de adolescentes é amplamente compartilhado pelo público. Entretanto, isso não deve levar à conclusão de que os adolescentes são apáticos. As principais manifestações coletivas de adolescentes não são de natureza política, mas cultural ou esportiva (e parcialmente religiosa). Embora seja possível observar algumas mobilizações específicas de estudantes do ensino médio (como no movimento Pinguim, no Chile, em 2006), os adolescentes geralmente não tendem a se mobilizar como um grupo de interesse no sentido forte do termo.

Nada mostra isso melhor do que a dificuldade de nomear uma geração política, ou seja, a formação da identidade de um grupo etário em torno de um evento significativo (Mannheim, 2011) na América Latina. Qual foi a última geração no continente? É difícil dizer em termos políticos: a das mobilizações das décadas de 1960 e 1970, a das ditaduras, a do restabelecimento da democracia? É muito mais fácil definir gerações em termos culturais, em que há uma ampla gama de possibilidades (grupos culturais, estilos musicais, nativos digitais etc.). O principal recurso para a transformação social dos adolescentes é o cultural.

De fato, no que diz respeito à sua participação cultural, os adolescentes são tanto objetos quanto sujeitos. Objetos/alvos das indústrias culturais (com as quais estão, de fato, em uma co-

construção subordinada) e sujeitos/produtores de códigos culturais (humor, vestuário, idiomas). Sob a proteção dessas formas culturais e dos atritos que elas geram com os códigos de civilidade dos adultos, os adolescentes questionam as hierarquias de idade em várias áreas da vida social. Voltaremos à dimensão escolar mais adiante, mas vários adolescentes perguntam por que os professores têm "direitos", por exemplo, de fumar ou fazer comentários sobre roupas ou cabelos que eles não têm? Por que eles têm permissão para mexer em suas mochilas ou em outros pertences pessoais? Atitudes semelhantes também são expressas em nível familiar em relação aos pais. Daí o caráter politicamente ambíguo dos adolescentes. Se, por um lado, eles pedem um tratamento que não seja necessariamente igualitário, mas pelo menos baseado em certos critérios de reciprocidade interativa, por outro, sentem sua autenticidade cultural como reticente a qualquer institucionalização (Dubet e Martuccelli, 1998; Lepoutre, 1997). Como sentem que desfrutam, com o apoio das indústrias culturais, de uma verdadeira liberdade cultural, não veem a necessidade de exigir, pelo menos com a mesma intensidade que as gerações anteriores, espaços institucionais autônomos de expressão.

[5] Essas mudanças são muito visíveis nos desafios pessoais que os adolescentes cada vez mais enfrentam. O que é percebido como particularmente difícil por muitos deles, especialmente nos setores populares, são os desafios da existência. São esses desafios, independentemente das dificuldades que antecipam ou começam a experimentar em outros níveis, que mais os preocupam (Di Leo e Camarotti, 2013)

Sem diminuir a importância dos problemas sociais, aos olhos deles, as questões essenciais se desenrolam em outro nível: nas famílias, nas emoções, nos relacionamentos, no amor. A vida, tal qual percebida pelas experiências dos adolescentes, é frequentemente apresentada como uma sucessão de armadilhas (família, escola, vizinhança, insegurança, drogas) que todos, por meio de recursos pessoais, são obrigados a enfrentar. O objetivo parece claro: a famosa tarefa legal, ser treinado para se integrar à sociedade. Os caminhos, contudo, são percebidos como particularmente sinuosos. A vida do adolescente é uma aventura sem fim, na qual todos sonham com um destino, mas muito poucos imaginam um fim estável. A narrativa tradicional do *bildungsroman*, a da formação gradual por meio de testes padronizados e com um fim claramente estabelecido, típica da transição da adolescência para o mundo adulto do início da modernidade, está muito distante da experiência do adolescente de hoje. Nem o fim ou o abandono dos estudos, nem a entrada mais ou menos precária no mundo do trabalho, nem a formação prematura de uma família ou paternidade parecem ser eventos suficientes para marcar a entrada em outro período, a vida adulta. Os tempos e as experiências se sobrepõem perfeitamente.

Para vários adolescentes, suas vidas são marcadas por desafios difíceis, independentemente de qualquer rito de passagem. É em suas vidas pessoais, dados os desafios com os quais têm de lidar, mas também os empoderamentos culturais que adquiriram, que eles se sentem atores sociais. É nesse nível que encontramos a explicação complementar para a reticência cí-

vica (que não é o mesmo que resistência) dos adolescentes de origem popular. Em suas vidas, os problemas sociais e institucionais são inseparáveis dos problemas pessoais e familiares. O que é realmente importante é tingido por dimensões existenciais e culturais (Barrère, 2011). A vida é construída na dinâmica entre a escola, o bairro, os amigos, as famílias e os perigos das gangues, do crime organizado, das drogas e da detenção.

Essas mudanças transformaram as relações de poder entre adolescentes e adultos. Isso é particularmente visível no nível de civilidade e autoridade de ensino na sala de aula. As hierarquias antigas foram desestabilizadas pelo empoderamento dos adolescentes.

II. A incivilidade como um campo de batalha da era

O empoderamento dos adolescentes gera tensões importantes na escola, mas também é o pano de fundo das reclamações dos adultos sobre a falta de civilidade dos adolescentes. Todos nós já ouvimos ou dissemos: "os adolescentes não respeitam mais nada".

Como podemos entender o significado *contemporâneo* dessas recriminações? Trata-se somente da eterna crítica dirigida às faixas etárias mais jovens? Muitas das críticas sobre a falta de espírito cívico dos jovens de hoje (apesar da existência de fatores que contradizem ou qualificam essas críticas) estão ligadas

ao seu empoderamento etário. Em outras palavras, se as recriminações entre grupos etários são tão antigas quanto o mundo, há algo *novo* nas tensões de hoje em dia. A especificidade atual das recriminações está no questionamento das hierarquias induzidas pelas novas relações de poder entre os grupos etários.

Para entender isso, mobilizaremos a configuração entre os *estabelecidos* e os *marginais* [*outsiders*] proposta por Norbert Elias para analisar as relações de poder entre os habitantes de um bairro da classe trabalhadora na Inglaterra na década de 1960. Além de quaisquer diferenças étnicas ou mesmo de qualificação profissional, os estabelecidos eram os antigos moradores do bairro, enquanto os marginais eram os recém-chegados. Os primeiros tinham uma coesão social que os marginais não tinham, e esse diferencial de coesão era um fator determinante em seu diferencial de poder, especialmente em termos de estereótipos. O grupo dominante (estabelecido) não só tinha maior capacidade de impor estereótipos como também tendia a se definir a partir da "minoria dos melhores" (entre eles), enquanto os marginais, estigmatizados pelos estabelecidos, eram definidos a partir da "minoria dos piores" (Elias e Scotson, 1965).

Em analogia com essa análise, pode-se dizer que os adultos eram tradicionalmente os estabelecidos e os jovens, os marginais. Em termos simples, eram os últimos que tinham de se inserir no mundo dos primeiros, uma evidência reforçada pela convicção de que os primeiros haviam atingido uma maturidade maior do que os segundos, e, de qualquer forma, os adultos defi-

niam as regras do jogo. Nesse contexto, os adolescentes e jovens estavam sob o controle social informal dos adultos (os olhos dos vizinhos), que poderiam eventualmente chamar a atenção deles. Essa capacidade legítima de interpelação era uma garantia de civilidade entre as faixas etárias.

A situação foi profundamente transformada nas últimas décadas. O controle informal dos jovens pelos adultos, baseado na hierarquia etária, não é mais compartilhado entre as gerações. O que mudou substancialmente foi a legitimidade da intervenção ou do comentário de um adulto na direção de um jovem desconhecido no espaço urbano. Na base dessa reviravolta hierárquica estão os processos de transformação estrutural mencionados na seção anterior e as mudanças que ocorreram nas assimetrias de poder entre os dois grupos. Tanto é assim que, quando a trégua etária é transgredida, a resposta é imediata: os adultos a descobrem quando tentam entrar em contato ou atrair a atenção de um adolescente ou jovem desconhecido no espaço urbano.

As mudanças nas relações de poder entre as faixas etárias não foram unilaterais, mas muito mais equilibradas e complexas. De modo geral, os adultos mantêm o controle sobre os recursos econômicos e defendem coletivamente seu *status* mobilizando várias críticas dos mais jovens, especialmente em termos de civilidade. Portanto, é possível levantar a hipótese de que, por meio da civilidade, os adultos tentam manter uma concepção hierárquica das relações de idade no espaço urbano. A crítica em termos de civilidade expressa um novo tipo de conflito de idade.

Se a transformação estrutural que ocorreu for negligenciada, perde-se a chave para interpretar a tensão atual entre adolescentes/jovens e adultos. É a mudança em suas relações de poder, na qual a crescente legitimidade da cultura jovem desempenha um papel importante, que deve orientar a análise. Assim, embora certas expressões de hoje possam ser verbalmente semelhantes às do passado, o novo contexto das relações de poder transmite um significado diferente a elas. O que mudou foi o fato de que muitos adolescentes e jovens não aceitam mais um *status* inferior em relação aos adultos. Esse é um processo de empoderamento da idade, que é ainda mais legítimo porque faz parte da dinâmica mais geral da crescente horizontalização das relações sociais.

Será que essa interpretação é pertinente? Não seria mais justo pensar que as incivilidades denunciadas refletem uma crise moral geral na sociedade? Embora seja frequente, essa interpretação é difícil de defender até o fim, porque a denúncia das incivilidades dos jovens e da natureza intolerável de seu comportamento é mais uma questão de sociabilidade do que de moralidade em si.[98]

Apesar da recorrência histórica desse tipo de crítica, as recriminações *contemporâneas* de incivilidade adolescente têm um caráter específico. No passado, elas basicamente expressavam, antes de mais nada, um desconforto com a mudança. Hoje, elas

98. Em alguns contextos, a crítica não está isenta de considerações raciais ou xenófobas, especialmente quando a incivilidade juvenil está associada a um comportamento etnicamente tipificado dos jovens. Entretanto, a crítica é mais global: ela está presente em muitos outros contextos e é explicitamente dirigida aos jovens "em geral".

também expressam a consciência de uma nova assimetria de poder entre as faixas etárias. Em contraste com o que aconteceu há algumas décadas nas classes trabalhadoras e sua tradicional tolerância às transgressões juvenis (Hoggart, 1970; Dubet, 1987), não se observa nada realmente equivalente na situação atual.

Em nossa pesquisa empírica, mesmo quando o tópico não era o foco das entrevistas[99], o tema era recorrente e reiterativo. Aos olhos de vários adultos, os adolescentes não se percebem mais como tendo um *status* inferior. Seja na escola ou no espaço urbano, para os adolescentes, as relações sociais são uma questão de reciprocidade relacional, o que muitos adultos percebem como uma provocação. O universo mais ou menos nostálgico do respeito hierárquico entre as gerações vem à tona por trás dos julgamentos recriminatórios dos mais jovens. No passado, como vários entrevistados disseram, os pais eram temidos "no bom sentido da palavra", agora "são os filhos que controlam os pais".

Sem dúvida, essa nova assimetria de poder se deve muito à depreciação gradual do valor da obediência e à promoção do ideal de realização pessoal (Singly, 2006) ou ao crescente reconhecimento do valor da juventude. No entanto, também tem a ver com a desestabilização do modelo adulto e a generalização de visões críticas sobre a imaturidade dos adultos (Boutinet, 1999). Nada reflete melhor esse fato do que o horizonte da socialização invertida entre gerações: os adultos devem, a partir de agora, aprender com as habilidades dos adolescentes.

99. Para obter mais detalhes, Dubet e Martuccelli (1998), Martuccelli (2006), Araujo e Martuccelli (2012).

De qualquer forma, em face do empoderamento dos jovens (os marginalizados), os adultos (os estabelecidos) não permanecem impassíveis. A ascensão do poder cultural de adolescentes e jovens tem sido combatida por vários processos na direção oposta. Os adultos, por exemplo, mantêm um controle inequívoco sobre as políticas sociais do estado de bem-estar social (Esping-Andersen, 1999a) e, de forma mais ampla, sobre os recursos sociais e econômicos (Chauvel, 1998), realidades que, nas últimas décadas, levaram ao aumento ou à concentração da pobreza entre os mais jovens em vários países.

Em suma, as recriminações sobre as incivilidades de adolescentes e jovens são a expressão de um conflito da nova era, a prova cotidiana, visível e urbana do empoderamento dos mais jovens. Diante disso, e não é exagero dizer dessa forma, os adultos, os antigos estabelecidos, colocam em prática, por meio de uma ladainha de críticas, uma autêntica reação contracultural em defesa das hierarquias etárias.

III. O problema da autoridade na sala de aula

Apesar da importância do tópico anterior, o diferencial de empoderamento entre as faixas etárias tem sua principal área de atrito na escola. Dentro dela, poucas situações resumem melhor os desafios do novo cenário do que as dificuldades que os professores enfrentam para exercer autoridade em sala de aula.[100]

100. Para uma visão mais ampla dessa questão, consulte Martuccelli (2009). Para análises que enfocam a experiência latino-americana e as dificuldades dos professores em conquistar respeito, v. Neut (2019) e Paulín (2019).

O problema é múltiplo e começa com o fato de que as sociedades modernas estão sujeitas a um conjunto de controvérsias sobre qual parte de sua tradição deve ser transmitida e preservada (Arendt, 1996). A autoridade conatural concedida ao patrimônio cultural e à tradição não é mais uma resposta óbvia. Entretanto, se esse diagnóstico da crise de autoridade nas escolas estiver correto em suas linhas gerais, é necessário refinar a análise: o questionamento da autoridade docente não tem sido linear nem uniforme. A seguir, a partir do empoderamento da idade, proporemos interpretações complementares da crise da autoridade escolar.

1. O enfraquecimento da função de professor

Os problemas de indisciplina não são de hoje. Em várias épocas, a gestão da autoridade sobre as populações mais jovens foi objeto de preocupação social, e os distúrbios juvenis eram frequentes, intensos e variados (Lévi e Schmitt, 1994). No entanto, no âmbito da instituição escolar e de uma sociedade regulada pela tradição, a obediência dos alunos à autoridade do professor e dos adultos em geral, e em primeiro lugar dos pais, eram pilares centrais da ordem social. Tanto é assim que, no século XIX, por exemplo, a tarefa de ensinar era assumida por professores que liam em voz alta em um livro para um grupo de adolescentes sentados em fileiras sucessivas, entre as quais circulava um grande número de vigias que, armados com uma bengala, eram responsáveis, como uma extensão do professor, por exercer a autoridade (Donald, 1995).

Em outras palavras, e ao contrário do que é transmitido por certas imagens açucaradas do passado, a ordem escolar sempre se baseou em importantes capacidades coercitivas. Isso não era verdade apenas no ambiente escolar. No domínio familiar, também era possível recorrer à ajuda externa em caso de dificuldades no exercício da autoridade. Na França, por exemplo, ainda no século XIX, um pai podia escrever para as autoridades (na Franca era chamada *lettre du cachot*) para solicitar que um filho particularmente dissoluto ou indisciplinado fosse preso por um determinado período de tempo a fim de fazê-lo entender a importância de respeitar a autoridade dos pais (Laé, 1996).

As ilustrações acima não têm outra finalidade senão lembrar a dificuldade que sempre existiu no nível do exercício da autoridade escolar e familiar e, acima de tudo, a importância dos controles e da coerção. Aqui está o cerne do desafio atual: os controles e as coerções institucionais com os quais os professores podem contar para exercer autoridade perderam peso e valor nas escolas.[101] Para compensar as perdas coercitivas, os professores são forçados a desenvolver um conjunto de competências relacionais e pragmáticas, a fim de atenuar as deficiências institucionais (Dubet, 2002). Em várias sociedades e situações, o cerne do problema pode ser simplesmente declarado: o papel social não dá mais aos professores a autoridade de que precisam para exercer sua profissão.

101. Os castigos ainda estão em vigor em várias escolas, e as formas culturais autoritárias persistem em muitas escolas, a tal ponto que, pelo menos tendencialmente, não é errado pensar que se estabelece uma lacuna crescente entre as escolas voltadas para os setores populares, organizadas em torno de uma forma vertical de autoridade, e as escolas voltadas para as classes média e alta, especialmente as urbanas, que colocam em prática formas mais negociadas de autoridade (em contraste com o autoritarismo presente em várias escolas de elite).

Quando um professor entra em uma sala de aula, especialmente em escolas secundárias, o silêncio não é obtido imediatamente porque os alunos não reconhecem sua autoridade. Consequência: antes de poder dar a aula, o professor precisa criar as condições para seu exercício.[102] Como a função é insuficiente para isso, o indivíduo deve encontrar outros recursos (fenotípicos, estilísticos etc.) para poder exercer sua profissão. Em termos mais analíticos: a autoridade nas escolas não se baseia mais na aura da instituição, mas tem de ser produzida pelos próprios professores, em meio a novos jogos de assimetria de poder, às vezes contando quase exclusivamente com suas capacidades individuais. A diferença em relação ao passado ainda mais recente é óbvia.

O que isso significa exatamente? Nada ajuda a entender isso melhor do que uma simples ilustração. Como a função não transmite mais imediatamente a autoridade que a profissão exige para ser exercida, essa exigência será modulada de forma diferente de acordo com os atributos do professor. A autoridade diminui de forma diferente de acordo com a importância de uma disciplina (ou seu diferencial de coeficiente na nota média), a idade do professor, sua estatura ou força de caráter. Vamos usar uma caricatura: em tal situação, o exercício da autoridade será muito mais difícil para uma professora jovem que leciona música (e ainda mais se ela tiver o azar de ser bonita) do que para um professor mais velho que leciona matemática (e que também

102. As diferenças de situações são muito grandes entre os níveis de estudo. Em nível universitário, por exemplo, globalmente, a função de professor ainda garante, em geral, a autoridade necessária para exercer a função de professor, e, em várias instituições privadas de ensino médio, observam-se situações semelhantes.

tem a sorte de ter um caráter muito ruim). A ilustração, por mais caricatural que seja, e ela é, não tem outro objetivo senão visualizar a raiz do problema. Em um sistema de papéis institucionalizados, as características pessoais do ator pouco importam, é o seu papel que é reconhecido como autoridade. Tudo muda quando a autoridade é deslocada e colocada na pessoa do ator.

É claro que uma professora de música pode ser jovem, baixa e bonita, e ter muita autoridade em sua sala de aula... justamente por causa de sua força de caráter. Em outras palavras, a autoridade se baseia em uma característica pessoal que independe do papel social que a pessoa desempenha. No mesmo sentido, um professor mais velho e alto que ensina matemática pode sofrer de desordem em sua sala de aula... novamente por causa da fraqueza de caráter. Em um universo profissional em que a autoridade se tornou um jogo crescente de assimetrias de poder, as características pessoais se tornam recursos indispensáveis.

Um tipo de incidente condensa esse tipo de dificuldade. Para muitos professores, a autoridade é particularmente frágil ao redor da porta da sala de aula (Barrère, 2002). Entre aqueles que querem sair quando não devem e aqueles que querem entrar quando não devem, estabelece-se uma espécie de *terra de ninguém* de tensão permanente. A crise da instituição e da forma escolar não dá origem a um desgoverno generalizado, mas a uma miríade de difíceis exercícios de autoridade.

2. Avaliação escolar e seleção social

A indisciplina em sala de aula é também o resultado de um sistema escolar que viu sua função de seleção social mudar substancialmente nas últimas décadas. Não sem um certo paradoxo, é a crescente importância adquirida pela escola nas sociedades contemporâneas que explica o aumento das situações de indisciplina.

Até recentemente, em muitos países, era a origem social da família que determinava, desde o início e com grande probabilidade, a escolaridade dos alunos. Na América Latina, a divisão entre os setores público e privado da educação era, e é, uma versão desse tipo de segregação de públicos escolares, uma linha de demarcação reforçada até recentemente pela brevidade dos anos reais de escolaridade dos alunos de baixa renda e, atualmente, pela importância do fenômeno da evasão escolar.

A contínua segregação do público escolar com base em suas origens sociais é um fato inegável. Entretanto, houve uma mudança radical. A seleção ocorre *durante* e através das carreiras escolares. No passado, as escolas sofriam a injustiça da sociedade e, no máximo, se mostravam incapazes de corrigi-la. Hoje, a escola não apenas prolonga a injustiça da sociedade, mas participa ativamente da seleção social dos indivíduos e, portanto, é cada vez mais percebida como uma organização injusta. Como vários estudos demonstram, o histórico social da família continua sendo estatisticamente muito significativo. Entretanto, o mecanismo de matrícula escolar do horizonte de classe mu-

dou: considera-se que seja por meio de suas avaliações que cada aluno decide seu futuro social. São suas notas escolares que, em uma variante do processo mais geral de responsabilização, decidem seu destino, que não será o mesmo, por exemplo, dependendo de conseguir ou não entrar em uma universidade, ou de ser ou não orientado para uma seção escolar desacreditada.

Estatisticamente, pouca coisa mudou na superfície; os alunos de famílias com mais recursos econômicos e culturais continuam a ter mais oportunidades de acesso aos degraus superiores do sistema educacional. Entretanto, o mecanismo não é mais o mesmo. A expansão da escolaridade significou que, inclusive para reproduzir a posição social de seus pais, os alunos de origens mais pobres são obrigados a passar por uma série de testes de avaliação escolar, cujos resultados dependem, em parte, de seu destino social. Em termos concretos: cada aluno é considerado responsável pelo sucesso ou fracasso de sua carreira escolar. Por trás da semelhança das estatísticas, muitas vezes se escondem processos sem precedentes de questionamento subjetivo.

As consequências dessa transformação são visíveis na vida cotidiana da sala de aula. A avaliação escolar, ao dramatizar suas consequências sociais, complica a gestão cotidiana da autoridade. A pressão familiar para que os alunos tirem boas notas aumenta e, com ela, o descontentamento, a decepção e até mesmo a culpa de muitos deles diante de uma nota ruim. A transformação *estrutural* do papel da escola no processo de seleção dramatiza a avaliação escolar e abala as hierarquias, independentemente

da vontade dos professores. Resumindo: as notas são mais importantes hoje do que no passado e, de uma forma positiva, são especialmente importantes para os alunos de baixa renda, cujo destino na escola é mais incerto do que o dos alunos de origem rica, para os quais a perspectiva de estudos longos (mesmo no caso de resultados escolares ruins) é sempre viável.

Contra o poder das notas dos professores, sempre houve um contrapoder dos alunos. Analisando a experiência escolar nas décadas de 1950-1960, Talcott Parsons (1964) apontou corretamente como o grupo de colegas produzia um sistema de classificação paralelo entre os alunos. Ou seja, já naquele período, havia um conflito entre os critérios de avaliação da escola (desempenho educacional e conformidade disciplinar) e os do grupo de colegas (popularidade, reputação, indisciplina, proezas esportivas). Além disso, em alguns casos, os valores e as avaliações da escola eram confrontados por uma comunidade de jovens solidamente enraizada em uma tradição popular ou da classe trabalhadora que promovia formas ativas de resistência em relação à escola e suas avaliações, como Paul Willis (1977) mostrou no caso inglês.

A situação atual é diferente. Embora os contrapesos da juventude ou da classe não tenham desaparecido, os possíveis efeitos estruturais das sanções escolares modificaram o equilíbrio de poder. A consequência imediata e ambivalente disso é que a avaliação escolar, que às vezes pode funcionar como um mecanismo de apoio à autoridade docente, pode, em outros

momentos, funcionar como um elemento de desestabilização. De fato, parece haver um limite avaliativo além do qual as notas deixam de contribuir para a manutenção da autoridade. Para os alunos "ruins", o acúmulo de resultados medíocres e a internalização do fracasso que isso implica geram forte frustração. Entre eles e a escola, a ruptura pode se tornar total. Eles sentem a necessidade de se proteger subjetivamente contra um veredicto institucional que os desqualifica tanto em termos escolares quanto pessoais.

Um incidente típico resume esse processo. Muitos professores já passaram por uma situação como esta: ao devolver as provas corrigidas, mais de um aluno mal avaliado recebe sua prova, lê sua avaliação e a joga no lixo. Diante do que só pode ser percebido como falta de respeito ou, às vezes, erroneamente interpretado como falta de interesse na avaliação recebida, o professor sanciona disciplinarmente o aluno, o que, por sua vez, às vezes leva a uma escalada de tensões (Barrère, 2002). A importância da sanção escolar e suas consequências sobre o destino social dos alunos aumentam no exato momento em que a escola perde sua capacidade de regular o comportamento dos adolescentes.

3. Cultura jovem e relações de poder

Enquanto as duas situações anteriores evocam as assimetrias de poder entre professores e alunos de forma um tanto oblíqua, o terceiro exemplo que apresentaremos coloca as relações de poder em transformação entre alunos e professores no centro da interpretação. Como já apontamos, a cultura jovem

adquiriu suplementos inegáveis de legitimidade. Essa cultura está longe de ser autônoma, a tal ponto que em sua elaboração é possível notar a ação das indústrias culturais. No entanto, essa heteronomia, o fato de ser produzida e canalizada pela mídia e pelas TICs, paradoxalmente, aumenta sua legitimidade em relação à cultura escolar.

O resultado é uma desestabilização profunda e comum da autoridade de ensino. Contando com a legitimidade adquirida por "sua" cultura na sociedade, a única coisa que os adolescentes implicitamente pedem no ambiente escolar é a liberdade de experimentação pessoal. O que é realmente novo, todavia, é que, dada sua forte legitimidade cultural, a cultura dos jovens e adolescentes não é mais definida em oposição à escola e, muitas vezes, é até caracterizada por sua indiferença em relação ao mundo escolar. Há, portanto, um confronto diário, ao mesmo tempo surdo e estranho, entre uma cultura escolar que é cercada por uma cultura de massa e uma cultura jovem que não se preocupa com a escola. Do lado dos alunos, afirmam-se atitudes que se alternam entre a indiferença e a reticência (Rayou, 1998); nem resistência nem adesão, mas o desejo de criar espaços paralelos à escola.

Ao contrário do que muitos professores pensam, essa cultura jovem, que é independente da escola, não é desprovida de regras, especialmente no que diz respeito às relações com os outros. Só que suas regras não são construídas em torno de deveres sancionados pela tradição e hierarquias, mas por conside-

rações comunicativas. A antiga ordem social e moral era baseada na lógica da mensagem: um remetente e um destinatário claramente diferenciados em suas respectivas posições hierárquicas. A nova exigência ética da sociabilidade juvenil é, ao contrário, articulada em torno da comunicação e animada por um desejo de comunicação horizontal. Para a antiga exigência moral, as relações pedagógicas eram meramente um canal de transmissão estruturado pelo respeito que os alunos tinham de ter pelo professor. No contexto da nova preocupação ética com a comunicação, os relacionamentos em si e para si assumem um significado central. Embora essa demanda seja, sem dúvida, mais intensa entre os adolescentes do que entre os professores, ela não está ausente entre os últimos.

Muitos professores são desestabilizados pela oposição entre o mundo das mensagens e o mundo da comunicação. O primeiro, como testemunhado por um grande número de exercícios escolares, é geralmente baseado em uma cultura escrita, ditada unilateralmente pelo professor, em que o aspecto visual tem pouco ou nenhum espaço e a prática oral é relativamente desvalorizada. O segundo, ao contrário, como atesta o universo cultural do consumo adolescente em particular, baseia-se no visual e no sonoro, e nele a troca com o outro desempenha um papel predominante. No universo adolescente, a prática da comunicação é, às vezes, até mesmo autônoma em relação à mensagem. É uma questão de se comunicar pelo simples prazer de se comunicar. A verdadeira atividade está no ato da comunicação em si (Zoll, 1992), tendência que as TICs exacerbaram ao

extremo, fazendo com que a autoexpressão e a expressão das próprias opiniões assumissem uma importância sem precedentes, o que muitas vezes desestabiliza os professores.

Os conflitos de civilidade entre os grupos etários analisados na seção anterior assumem, portanto, um caráter específico no ambiente escolar. À cultura da abnegação e do sacrifício, do patriotismo e do dever, da disciplina e do esforço ainda presentes nos livros escolares, os adolescentes opõem os valores do sucesso, do consumo, do prazer, da criatividade, da expressão e da comunicação típicos da cultura jovem. Essa oposição se transformou em um abismo nas últimas décadas, à medida que uma cultura de violência se espalhou por meio de diversos tipos de música, que promovem um culto ao exotismo, às transgressões, ou às armas de fogo e atividades com narcóticos. Esses processos desestabilizam os professores e até fazem com que eles percam a fé em seu trabalho educacional.

Um incidente típico exemplifica essas tensões quando um professor faz um comentário sobre o que um aluno considera ser um elemento de sua esfera pessoal (Dubet e Martuccelli, 1998). Pode ser um comentário sobre o comprimento do cabelo, uma dica de higiene (escovar os dentes todas as manhãs) ou uma inspeção de um caderno pessoal. Em todos os casos, o que está em questão é a legitimidade do limite do ato educacional. Para muitos professores, todos esses atos são perfeitamente legítimos e fazem parte da função educacional da escola; para muitos alunos, trata-se de uma dupla violação. Por um lado, do

que eles consideram ser um domínio privado (mochilas escolares, telefones celulares etc.), que deve ser respeitado. Por outro lado, essa atitude de ensino viola, aos seus olhos, a exigência de reciprocidade ("por que não podemos dizer a eles que precisam escovar os dentes todos os dias?"). A convulsão das hierarquias abre assimetrias de poder nas quais os julgamentos insolentes de alguns se chocam com as reivindicações legítimas de outros. Aos olhos de muitos alunos, a escola não é justa, mas tem a obrigação absoluta de ser decente (Margalit, 1997).

É claro que as situações variam muito de acordo com os contextos sociais e nacionais (Munck e Verhoeven, 1997; Araujo, 2009). Entretanto, isso não significa que a natureza generalizada do processo em andamento deva ser ignorada. Um adolescente anônimo de uma escola pública no sul do Peru andino colocou isso muito bem quando respondeu, há alguns anos, no contexto de uma avaliação ministerial, o que ele queria de seus professores: "que, quando eles falarem conosco, olhem nos nossos olhos".[103]

* * *

As assimetrias de poder entre as faixas etárias passaram por transformações irreversíveis. Nesse contexto, o governo de adolescentes e jovens é ainda mais complicado porque é o teatro das tensões estruturais entre as alocações de classe e a abertura de horizontes.

103. Comunicação pessoal transmitida ao autor por um funcionário do Ministério da Educação, Peru.

Em meio a um processo multifacetado de capacitação estrutural dos jovens, as escolas são um dos principais locais onde as hierarquias estão sendo abaladas. Há vários motivos para isso. A cultura escolar (científica, racional, esclarecida) é ignorada pela cultura jovem e é objeto de batalhas curriculares (sobre a abordagem de gênero, a teoria da evolução etc.). Essas controvérsias têm repercussões na vida cotidiana da sala de aula por meio das atitudes dos alunos que, devido a motivos religiosos ou a crenças pessoais, rejeitam esta ou aquela parte do programa de biologia ou história, ou que se recusam a participar de atividades esportivas compartilhadas por homens e mulheres. As indústrias culturais transmitem normas morais (sucesso, celebridade, visibilidade, sexualidade etc.) que, às vezes, se opõem aos valores que a escola tenta transmitir; em outros casos, simplesmente os menosprezam. A dificuldade no exercício da autoridade também é complicada pelo fato de que a escola é cada vez mais percebida como uma instituição injusta. A escola é frequentemente vista como uma fortaleza cercada.

Isso não é tudo. No nível de dominação-coerção, a escola e, nesse ponto, também as relações com os pais viram seus métodos de exercício da autoridade mudarem à medida que o questionamento da punição corporal ou a impossibilidade (ou dificuldade) de expulsar os alunos mais perturbadores foram impostos. Certamente, por vezes são instaladas câmeras, e até mesmo a entrada de policiais não é incomum, mas nada disso resolve os problemas de enquadramento da ação do aluno em sala de aula. Em última análise, a principal coerção factual dis-

ponível, o fracasso escolar e suas consequências em termos de trajetória social são o principal instrumento de poder, ainda que ambivalente, dos professores.

O contraste com os protestos dos jovens da década de 1960 é impressionante. Sessenta anos atrás, não apenas as questões de contestação eram diferentes, mas o movimento dos jovens era dirigido contra o que ainda era percebido como uma forte hierarquia etária. Hoje a situação é muito diferente. O período é marcado por jogos de poder menos unilaterais e assimétricos em benefício dos adultos. O governo dos indivíduos, como ilustrado pelos conflitos sobre civilidade urbana ou autoridade nas escolas, assume a forma de uma série de tréguas mais ou menos momentâneas em meio a relações de poder instáveis.

Capítulo 14

O MEDO DOS PODEROSOS, O MEDO DOS CONSERVADORES

Deveria ser uma regra metodológica: ao estudar autoridade, poder e dominação, as várias modalidades de governo dos indivíduos, é essencial prestar muita atenção ao discurso e, acima de tudo, aos temores dos conservadores e dos poderosos. Esses dois grupos sociais, que nas sociedades modernas nem sempre coincidem entre si, são os primeiros a perceber a erosão de seus privilégios e hierarquias e a pressa por mudanças. Nesse aspecto, convenhamos, eles têm sido incrivelmente sensíveis há séculos.

Em termos esquemáticos, é possível distinguir dois períodos principais em termos das apreensões de ambos os lados com relação ao respeito às hierarquias. Primeiro, nas décadas de 1960-1980, foram os poderosos (que, para fins de argumentação, associaremos aos membros econômicos e políticos da classe governante) que expressaram grande insatisfação com a época em que viviam. Em um segundo momento, dos anos 1990 até hoje, são os conservadores (que, para fins de argumentação, associaremos a atores morais, religiosos ou culturais) que expressam os maiores temores. Observemos de passagem, pois voltaremos a esse ponto no final do capítulo, que se certas as-

sociações empresariais ou conservadoras expressam preocupações ecológicas, em geral pode-se dizer que, pelo menos por enquanto, o desafio ecológico não é uma fonte importante de medo entre esses grupos.

I. O medo dos poderosos

No contexto dos esforços de guerra consensuais e do imposto de sangue pago pelas classes trabalhadoras nas duas guerras mundiais, depois por causa do clima de tensão durante a Guerra Fria, mas também graças à onda de contestação nos anos 1960 e que se estendeu até os anos 1970, um grande medo tomou forma entre os poderosos. Talvez nenhum documento tenha expressado isso melhor do que o diagnóstico da Comissão Trilateral, em 1976, ao denunciar sociedades atravessadas por demandas sociais excessivas, tanto na economia quanto na cultura. Coincidentemente, concluiu-se, a partir de perspectivas críticas, que havia uma crise generalizada de autoridade e, por trás dela, ou em sua base, uma profunda crise de legitimidade do capitalismo (Habermas, 1978). O trabalhismo italiano ou a autogestão era uma expressão política e de classe dessa realidade.

No que diz respeito aos poderosos, o epicentro de seu medo era econômico, e não cultural. Os próprios mecanismos de acumulação de capital foram questionados. Alguns autores críticos, especialmente marxistas, apontaram para uma queda duradoura e irreversível na taxa de lucro do capital. Outros, às vezes com afi-

liação keynesiana, admitiram a relevância da curva de Phillips: o aumento simultâneo do desemprego e da inflação, a estagflação, era um sinal da inoperância das receitas tradicionais para relançar a atividade econômica. Havia também aqueles, dessa vez de orientações intelectuais mais diversas, que denunciavam o peso excessivo dos impostos e a inevitável crise financeira do estado de bem-estar social. Entre os autores mais próximos dos interesses da classe governante, lamentava-se que, durante décadas, a progressão da distribuição da riqueza entre o capital e o trabalho tivesse sido realizada em benefício crescente da segunda e em detrimento tendencial dos primeiros[104]; incriminavam-se os efeitos deletérios da inflação sobre os rentistas; criticava-se o poder excessivo adquirido pelos gerentes sobre os proprietários na gestão das grandes empresas; sem esquecer, sempre nesse grupo, as denúncias da crise de autoridade nas fábricas.

Esses temores foram ampliados pelos protestos sociais e dos trabalhadores entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970 (tomadas de fábricas, sequestros de patrões, tentativas de assassinato, o *autumno caldo* na Itália, mobilizações políticas e governos reformistas na América Latina etc.), mas também pelo surgimento de grupos armados que alegavam, tanto na Europa (Itália, Alemanha, mais circunstancialmente na França) quanto na América Latina, mas também no Japão, serem defensores da classe trabalhadora e de seus interesses (Wieviorka, 1988).

104. A distribuição da riqueza entre o capital e o trabalho como porcentagem do PIB, que, em um país como a França, foi fixada em cerca de 40% para o primeiro e 60% para o segundo até a década de 1930, foi modificada no período pós-guerra, atingindo uma porcentagem de cerca de 30% (capital) e 70% (trabalho). Nas últimas décadas, retornou gradualmente a uma distribuição de 40%-60% (Piketty, 2013; Ramaux, 2012).

Diante disso, a contraofensiva política e econômica dos membros da classe governante não demorou a chegar. Durante toda a década de 1970 e até a década de 1990, uma série de medidas foi implementada para reverter a situação em benefício dos grandes detentores de capital. Às vezes, isso levou a ações ilegais (como o uso de drogas pelo FBI como arma para desestabilizar os militantes afro-americanos, como um relatório do Congresso dos EUA revelou décadas depois), a golpes de Estado (violentos e altamente repressivos na América Latina), a um aprofundamento da criminalização usual do protesto social, mas também à instalação de novas relações de poder entre capital e trabalho, rentistas e trabalhadores, proprietários e gerentes. Em alguns casos, os dois processos, o recurso à violência e a implementação de novas políticas econômicas, estavam entrelaçados, como no Chile. Em outros países, os processos foram menos sangrentos, mas nem por isso menos imperativos: na Inglaterra de Thatcher, ao quebrar as últimas grandes lutas sindicais (como a dos mineiros de carvão em 1984-1985) nos Estados Unidos, por meio do que, como já indicamos, alguns chamaram de golpe de Estado (Duménil e Levy, 2000), que o presidente do Banco Central (o Fed) realizou ao aumentar significativamente as taxas de juros e fazer da luta contra a inflação uma prioridade.

O sucesso dessa contraofensiva não precisa ser lembrado. O vigor dos movimentos de trabalhadores e das organizações sindicais, mas também suas importantes capacidades corporativas e institucionalizadas de negociar com o Estado e os empregadores, diminuíram mais ou menos em todos os lugares. O

resultado foi a multiplicação de novos contratos de trabalho; a consolidação de formas "atípicas" de emprego; a crescente deslealdade das empresas para com seus funcionários; a individualização e a fragmentação de salários e *status*; o declínio das proteções sociais para muitos funcionários; e, *por último, mas não menos importante*, especialmente com a erosão do poder de compra dos salários ou com o aumento excessivo dos desejos consumistas, a generalização do recurso ao crédito e ao endividamento, que se tornou uma nova-velha prática de disciplinar os trabalhadores (Lazzarato, 2011), uma espécie de reinvenção da antiga tradição de "enganche" (trabalhador endividado com o patrão) nas economias latino-americanas.

A restauração de padrões mais desiguais de distribuição de renda, tanto no nível da equação capital-rendimento-trabalho (Piketty, 2013) quanto no nível de renda por decis, terminou com uma dupla vitória: o retorno do poder do acionista-proprietário e uma pronunciada moderação salarial desde a década de 1970 (especialmente nos Estados Unidos) ligada a uma crescente orientação dos lucros para o capital em detrimento dos salários. A assimetria de forças tornou-se tal que muitas pessoas poderosas hoje temem a divisão de poderes e, em particular, um judiciário independente (capaz de sancionar seus abusos ou ilegalidades), mais do que temem os movimentos sociais.

A história do trabalho nos tempos modernos é marcada pela tensão entre o princípio de cidadãos e indivíduos livres (que, no entanto, estão condenados a vender sua força de tra-

balho) e a realidade de sua submissão no local de trabalho. Essa tensão deu origem a uma expansão secular dos controles trabalhistas da manufatura para a fábrica industrial no século XIX; depois, o taylorismo e a escola de recursos humanos; há algumas décadas, o toyotismo, os conflitos sobre a desqualificação-requalificação dos trabalhadores, os novos dispositivos, o rastreamento, os controles de qualidade etc. Por outro lado, de forma menos linear do que o ponto anterior, também resultou na recorrência de lutas sociais desde a formação da classe trabalhadora, no fortalecimento dos direitos trabalhistas e nas capacidades de negociação coletiva, processos que, nas últimas décadas, viram uma fase de desmantelamento das proteções legais e estatutárias (das qualificações às habilidades, precariedade etc.). No mundo do trabalho, a fim de aliviar o medo dos poderosos e restaurar a autoridade, foram feitas tentativas, por um lado, de renovar a gestão e a liderança e, por outro, de forma muito mais consistente, de multiplicar e intensificar os controles sobre a força de trabalho.

O escândalo democrático de um indivíduo livre trabalhando, mesmo dentro da estrutura de um contrato de trabalho, e voluntariamente trabalhando como dependente de outra pessoa, não é mais um problema coletivo. Lembremos: foi a rejeição expressa de tal situação que esteve por muito tempo na base de uma vertente da tradição republicana e sua demanda por uma sociedade de cidadãos economicamente *independentes* como uma garantia indispensável para a liberdade de julgamento do eleitorado (Lasch, 1991). Foi contra essa tradição que, a partir do

início do século XX, o movimento trabalhista e vários partidos políticos, tomando consciência da inelutabilidade do capitalismo e da expansão do assalariado, fizeram da luta pelos direitos sociais o eixo central de suas políticas (Castel, 1995). A contraofensiva dos poderosos foi organizada contra essa visão de justiça e direitos sociais. Como resultado, vários conflitos trabalhistas mudaram na direção de uma nova economia moral do desconforto, que enfatiza o assédio, a falta de reconhecimento, a falta de consideração, a falta de respeito e a humilhação. Em suma, a denúncia da exploração deu lugar à denúncia dos abusos.

As consequências, porém, não foram visíveis apenas no nível do trabalho. A contraofensiva também conseguiu deslocar a hegemonia econômica keynesiana do período pós-guerra (na América Latina, o modelo de substituição de importações e desenvolvimentismo) em favor do chamado neoliberalismo. No âmbito dessa nova hegemonia, foi imposto um novo "círculo de razão", definindo a necessidade imperativa de certas medidas e descartando outras (como consagrado no Consenso de Washington), e houve até mesmo uma tentativa de constitucionalizar certas orientações econômicas específicas (de tipo monetarista). Foram impostas verdadeiras "camisas de força douradas" (*Golden Straitjacket*), como Thomas Friedman (1999, p. 87) as chamou, um conjunto de medidas pró-mercado (moeda forte, redução do governo, impostos mais baixos, desregulamentação, privatização, flexibilização, liberalização etc.), cujo objetivo explícito, no âmbito da globalização, era atrair capital e investimento. Nos últimos 40 anos, um *slogan* falacioso resumiu essa

orientação: mais mercado, menos Estado. Na verdade, como analisamos, é uma questão de outro Estado para mais mercado. Nesse novo contexto, e esse é o ponto essencial, a chegada de governos de esquerda, centro-esquerda ou nacional-populares deixou de preocupar os poderosos. Todos os governos se curvaram aos ditames dos mercados e internalizaram suas demandas como prioridade.[105] Em suma, a alternância política e suas possíveis consequências para seus interesses deixaram de assustar os poderosos.

Esse é o mundo da TINA, um mundo em que se repete incessantemente que *não há alternativa*. Ninguém expressou isso melhor do que Fredric Jameson quando disse que a sociedade contemporânea era capaz de pensar no fim do mundo, mas não no fim do capitalismo.

II. Medo conservador

O medo dos conservadores é de natureza e temperamento diferentes. O que os assusta, o que até mesmo induz a verdadeiros pânicos morais entre alguns deles, é o questionamento das hierarquias e da ordem naturalizada. Essa é uma dimensão que está presente desde 1790, apenas um ano após a tomada da Bastilha, no livro que Edmund Burke, um nobre inglês, dedicou à Revolução Francesa.

105. Para um exemplo entre muitos dessa realidade, veja o relato de Stiglitz (2003) sobre seus anos de trabalho com o governo Clinton nos Estados Unidos.

Não cabe aqui reconstituir a história desse medo ao longo da modernidade em face das várias irrupções das massas. O que nos interessa é especificar a forma que ele assumiu nas últimas décadas e as razões pelas quais foi associado a um conjunto de mudanças culturais devido à ação considerada deletéria das minorias étnicas, das lutas de gênero, da diversidade sexual, do agnosticismo e, algumas décadas antes, dos conflitos geracionais. Esse conjunto heterogêneo de atores questionaria – e colocaria em risco – o supremacismo branco, o patriarcado, a heterossexualidade natural, a crença em Deus e o respeito aos mais velhos. Esse conjunto de medos forjou uma nova imagem do mal: a ideologia de gênero. Contra esses desafios, era imperativo garantir o respeito à tradição e a verticalidade das relações hierárquicas entre os grupos sociais.

Daniel Bell (1982) expressou, entre os primeiros, em 1976, o novo mal-estar conservador ao evocar as contradições culturais do capitalismo. Já estava latente em seu diagnóstico algo que, ao longo do tempo, tornou-se o cerne da visão conservadora, ou seja, que o foco do problema das sociedades modernas está na cultura. Certamente, Bell destacou a existência de contradições plurais entre o que era exigido pela economia (obediência e trabalho árduo), esperado na política (autonomia e julgamento crítico) e aspirado na cultura (autodesenvolvimento do eu). Em seu diagnóstico, porém, já estava claro tanto o papel dissolvente que ele atribuía ao modernismo cultural no nível dos valores quanto a solução que ele defendia, ou seja, uma restauração dos valores religiosos. Desde então, o diagnóstico foi refinado e acentuado. Norman Podhoretz (2003) afirmou claramente: do ponto de vis-

ta dos neoconservadores, o problema dos Estados Unidos não está nem na economia, nem na política, nem no exército, mas na cultura, ou seja, nas escolas, nas universidades, na imprensa, em um conjunto de instituições que, segundo essa interpretação, teriam caído nas mãos dos *radicais* ou "esquerdistas" a partir dos anos 1960 e 1970. Sejamos francos: se alguém conseguiu ler Gramsci nos últimos 50 anos e investir em *think tanks*, foram sobretudo os ideólogos da direita conservadora (Castells, 2013, p. 270-276), os neoliberais e a direita radical.

No que diz respeito ao governo dos indivíduos, das três principais transformações estruturais que apontamos, duas delas são de grande preocupação para os conservadores: a metamorfose das crenças e a reviravolta das hierarquias. Essas duas mudanças, em sua interpretação, coerentemente com o que é típico dessa tradição ideológica, se resumem à mesma coisa: a crise da autoridade. Se há menos apreensão entre os poderosos, é porque eles conseguiram restabelecer seu poder e suas hierarquias graças à renovação dos controles. A situação é muito diferente entre os conservadores: eles sentem que a cultura tem estado a serviço de um questionamento contínuo das hierarquias desde o final da década de 1960. Sua perplexidade é ainda mais acentuada porque se trata de um campo que tradicionalmente esteve sob seu controle e tutela (muitas vezes em aliança com os poderes eclesiásticos). Timidamente no início, e depois de forma cada vez mais assertiva, os conservadores organizaram uma verdadeira cruzada (a "batalha cultural") contra os grandes princípios do liberalismo cultural.

Para entender a verdadeira natureza desse medo hoje, é necessário voltar ao modo como a secularização ocorreu, além das profundas diferenças entre os países, até quase o último quarto do século XX. Por meio de múltiplas lutas, foi alcançada uma separação em várias regiões (na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina) entre a ordem da fé religiosa, o domínio privado e o domínio público; uma separação de esferas que conseguiu estabelecer pontos de compromisso.

Foi aí que nasceu o novo medo dos conservadores. Do final da década de 1960 em diante, os compromissos alcançados foram questionados. Em nome da liberdade individual, novos movimentos sociais questionaram a autoridade nas famílias, nas escolas, na fé e até mesmo momentaneamente nas empresas. Os horizontes de ação das mulheres, em associação com os desenvolvimentos da ciência, ampliaram-se na direção de novas liberdades possibilitadas pelo controle da contracepção. Questões culturais como valores, costumes, privacidade e intimidade, sexualidade, vida e morte tornaram-se, com intensidade sem precedentes, temas de debate público e controvérsia. A autoridade das instituições religiosas ou culturais diminuiu em sua capacidade de governar o comportamento individual.

Resultado: aos olhos de alguns fiéis, de muitas autoridades religiosas e de todos os conservadores, os movimentos sociais da década de 1960 reabriram as hostilidades (Brustier, 2014). Diante do que percebiam e sofriam como uma ofensiva destrutiva da ordem social, eles se sentiram compelidos a intervir

no debate público e se sentiram ainda mais legítimos ao fazê-lo porque as questões em discussão diziam respeito a áreas que, até então, estavam sob sua tutela: a vida, a família, a moralidade, a sexualidade, a esfera privada. As lutas se sucederam: contra o aborto; a liberação sexual; as novas pedagogias e o laxismo educacional; o ateísmo; contra o distanciamento dos valores patrióticos; o questionamento do patriarcado; os debates sobre a eutanásia; o politicamente correto; as uniões civis ou casamentos entre pessoas do mesmo sexo; contra o multiculturalismo; a adoção por casais homossexuais; sem esquecer, entre outros, a procriação medicamente assistida ou a barriga de aluguel.[106]

O "retorno" dos conservadores assumiu formas muito diferentes. Embora o poder institucional da Igreja Católica tenha sido reforçado em certos países europeus ou latino-americanos, o principal se encontrava em outros grupos: a ação de várias igrejas cristãs se consolidou na *maioria moral* dos Estados Unidos (que desempenhou um papel importante no movimento *Tea Party*) ou em vários países latino-americanos em conjunto com evangélicos e neopentecostais. A reação conservadora assumiu outras faces entre os muçulmanos ou judeus, à medida que ambas as religiões abrigavam movimentos conservadores, fun-

106. Não devemos negligenciar o fato de que o conservadorismo cultural não é, como qualquer outra ideologia, um bloco único e sem fissuras. Mesmo a análise mais superficial da opinião pública mostra que as posições sobre cada item são diversas. Na França, por exemplo, a lei de 2013 sobre o casamento para todos reuniu uma diversidade de oposições. Havia aqueles que a rejeitaram por motivos simbólicos, dogmáticos ou em nome da ordem natural. Ainda existiam os que eram a favor da extensão de direitos iguais aos casais do mesmo sexo e aos casais heterossexuais, mas que queriam que essa extensão fosse acompanhada de uma exclusão simbólica da instituição do casamento. Não nos esqueçamos daqueles que, sendo a favor da universalização das uniões ou casamentos civis, se opunham à possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, entre outras opiniões. Essa variedade na oposição não impediu a promulgação da lei e, apenas alguns anos depois, a ampla aceitação dessa medida pela opinião pública francesa.

damentalistas e extremistas. Entretanto, apesar da importância desse vínculo, a reação conservadora não se limitou a uma vingança de Deus (Kepel, 1991). A força da secularização na Europa não foi, por exemplo, um obstáculo para a ascensão dos neoconservadores; na América Latina, como no Chile, o aumento do número de pessoas que se declaram religiosamente livres coincide com uma renovação de valores do conservadorismo. Além disso, a reação conservadora também se desenvolve à distância dos temas religiosos por meio de vários movimentos populistas que buscam restabelecer hierarquias em torno de nativismos autoritários (Taguieff, 2015; Reynié, 2013).

Por enquanto, nada disso sufocou completamente a validade do pluralismo, apesar do fato de, em muitos lugares, a neutralidade axiológica dos Estados liberais foi prejudicada. Entretanto, mesmo independentemente da batalha cultural em si, um novo cenário está tomando forma. De mãos dadas com uma sensibilidade coletiva que valoriza cada vez mais as convicções pessoais, estão surgindo novas polarizações afetivas (Martuccelli, 2017a) que são um terreno fértil para a expansão e a defesa de posições conservadoras. Nesse sentido, um fio curioso e sub-reptício liga o chamado fenômeno do politicamente correto ao retorno das sensibilidades conservadoras. Em ambos os casos, o que está sendo rejeitado é o enfraquecimento das próprias crenças (o que se pensa e o que se é). O progressismo cultural, que até recentemente achava que tinha o monopólio da direção da história, é denunciado por sua arrogância e desrespeito à tradição. Em outras palavras, por mais

dogmático que seja, por mais disposto que esteja em seus esforços para restabelecer a autoridade da tradição, o conservadorismo caminha por trilhas modernas e individualistas.

III. A convergência de medos?

Além de seus respectivos medos, as relações entre os poderosos (econômicos) e os conservadores (culturais) não foram estáveis nos últimos 50 anos. Se desde 1973, com o golpe de Estado no Chile, e depois, com as chamadas revoluções conservadoras de Thatcher e Reagan, foram feitas tentativas de implementar coalizões políticas neoliberais na esfera econômica e conservadoras na esfera cultural, na prática, o chamado fusionismo não se concretizou, e os dois projetos tenderam a divergir pelo menos até a segunda metade da década de 2010 (Cristi e Ruiz-Tagle, 2014). O neoliberalismo econômico, mesmo que com pouco esforço, inclinou-se por décadas na direção do liberalismo cultural.

Essa era a configuração principal dos governos em vários países do mundo: neoliberalismo econômico e liberalismo cultural, uma articulação que a noção de globalização, apesar de sua ambiguidade, refletia perfeitamente. Dentro dessa configuração, as variantes eram de grau e nunca de natureza. Na verdade, era uma questão de acentuação. A direita, quando e enquanto era oposição política, atacava o liberalismo cultural (a ditadura das minorias, o politicamente correto, o fim da autoridade etc.), mas, ao chegar ao governo, qualificou amplamente nos fatos seu su-

posto desejo de desmantelar o escopo do liberalismo cultural. A esquerda, quando e enquanto estava na oposição política, atacou o neoliberalismo econômico (a ditadura economicista, a austeridade, as leis de flexibilidade trabalhista etc.), mas, ao chegar ao governo, seu suposto desejo de desmantelar o escopo do neoliberalismo econômico foi bastante abrandado na prática.[107] Foi a grande *pax* de um período específico da globalização.

É essa configuração que vem tendendo progressivamente, se não a se desfazer, pelo menos a ser questionada nos últimos anos. Tanto à direita quanto à esquerda do espectro político, mas com mais força da direita desde a década de 2010, insinua-se uma nova aliança possível entre os poderosos (econômicos) e os conservadores (culturais). Os primeiros, alguns deles, parecem dispostos a sacrificar os valores do liberalismo cultural em prol dos valores conservadores. Por convicção, indiferença ou mero oportunismo, uma nova aliança política tende a se formar. Na verdade, o termo *nova* é discutível. O que estamos testemunhando é outra tentativa de articular, sem dúvida com mais convicção do que no passado, o que caracterizou as chamadas revoluções conservadoras das décadas de 1970 e 1980. Estão sendo formadas alianças que questionam a globalização, revivem o neoliberalismo econômico em conexão com o libertarianismo e aprofundam a agenda do conservadorismo cultural. Surgem configurações que assumem diferentes faces, dependendo da acentuação do nativismo autoritário, das alianças econômico-religiosas ou da batalha cultural. Da esquerda, com menos vigor

107. Na esquerda, essa inflexão está associada à "terceira via" (Giddens, 1998), que, a partir de meados da década de 1990, provocou uma grande mudança na orientação ideológica.

ou sucesso eleitoral nas últimas décadas, há também uma crítica crescente aos princípios do neoliberalismo econômico.

O que explica essas novas alianças? Uma hipótese é a percepção cada vez mais explícita por parte dos conservadores culturais de que a radicalização do neoliberalismo econômico só é possível de forma duradoura por meio do autoritarismo político. Esse autoritarismo não deve ser limitado ou concebido a partir de uma vocação meramente repressiva, mas deve organizar uma restauração das hierarquias, da tradição e de uma ordem cultural conservadora e antiliberal. Portanto, não é surpreendente que, a partir e através da direita radical, por trás do acordo sobre os grandes princípios do capitalismo, o antagonismo entre liberais e conservadores culturais seja acentuado. O autoritarismo político deixa de ser um limite entre as duas visões e se torna uma ponte entre esses dois componentes de identidade da direita política.

No momento, trata-se mais de uma questão de tendências do que de configurações consolidadas. O projeto de restabelecimento de hierarquias (supremacismo racial, nativismo nacionalista, masculinismo) colide com o imaginário político de igualdade nas sociedades modernas. Os libertários, na verdade, estão em conformidade com os neoliberalismos realmente existentes. Os impulsos autoritários do iliberalismo permanecem, apesar das corrosões, contidos pelo Estado de Direito.

No momento, as instabilidades dessas configurações emergentes refletem a diversidade de medos. Se o medo e a rejeição do modernismo cultural são genuínos entre muitos conservado-

res, a situação é diferente entre vários dos atores econômicos mais poderosos. Não apenas eles tendem a compartilhar os princípios do liberalismo cultural como o medo essencialmente econômico que os afligia nas décadas de 1960-1980 desapareceu entre eles. Em termos simples, se novas alianças entre o autoritarismo, os neoliberais-libertários e os conservadores forem estabelecidos nos próximos anos, elas não serão necessariamente baseadas em uma convergência de medos.

Há uma ressalva caso esta outra grande fonte de medo contemporâneo, a crise ecológica e suas consequências, desencadeie processos extremos – como uma explosão no número de refugiados climáticos, a necessidade de mudanças drásticas no consumo ou na produção, o questionamento radical de certos estilos de vida (incluindo os dos mais ricos), novas lutas pela apropriação de recursos naturais etc. Se esses fenômenos ocorrerem, eles defenderão novas regulamentações do capitalismo que várias pessoas poderosas rejeitam (Martuccelli, 2014a; Latour, 2017). Se ocorrerem, esses fenômenos serão passíveis de tensionar a igualdade e os princípios do liberalismo, encorajando os conservadores em seu projeto de restabelecer hierarquias. Se, isso acontecer e promover novos temores, isso poderá facilitar um encontro *genuíno* entre os poderosos e os conservadores em torno do autoritarismo político.

Conclusão

Os capítulos deste livro não pretendem ser exaustivos. Muitas outras esferas sociais poderiam ter sido estudadas. Entretanto, a vocação analítica deste trabalho é específica. Seu objetivo foi estudar a grande *variedade* contemporânea de situações no governo dos indivíduos; mostrar que, se as experiências e os mecanismos são *estruturais*, a diversidade de situações desafia a ideia de que todos eles formam um sistema. Isso é tanto um relato do aprofundamento e da intensificação das técnicas de governo dos indivíduos quanto das dificuldades, da resistência e das respostas plurais ao seu exercício. Qualquer que seja a realidade das relações entre o Estado e o capitalismo, e o domínio da classe governante nesse registro, em última análise, para dar apenas um exemplo, na sala de aula, cada professor é forçado a lutar sozinho para exercer sua autoridade em meio a uma série de transformações sociais e culturais diversas e contraditórias.

A fim de respeitar essa complexidade e as várias ambivalências que ela suscita, neste livro alternamos visões panorâmicas com pontos focais mais detalhados em torno de determinados dispositivos, relações ou práticas sociais. Como resultado, enquanto as principais perspectivas de estudo do capitalismo, das classes sociais, da governamentalidade, do totalitarismo, do patriarcado ou da era digital tendem a propor visões unitárias,

neste livro não deixamos de chamar a atenção para a *heterogeneidade* de situações e processos. Se existem formas eficazes de governo dos indivíduos em todas as esferas, elas estão longe de ser similares. As novas formas de governo trazidas pela era digital não eliminam, mas acrescentam, não sem tensões, as formas anteriores.

O governo dos indivíduos sempre envolve um *trabalho* constante, difícil e plural, no qual são articulados controles, crenças e hierarquias. O que se observa no mundo do trabalho, na economia ou nas instituições políticas é diferente do que acontece na família ou nos casais, nas relações etárias ou nas escolas, nas interações urbanas ou na sensação de insegurança. Não apenas o gerenciamento de indivíduos difere em todos esses casos, mas em cada um deles é sempre possível ver, por trás do enquadramento estrutural das experiências, espaços irredutíveis de iniciativa para os atores. Novas técnicas de governo, cada vez mais coercitivas, são inventadas ao mesmo tempo em que as formas tradicionais de imposição são rompidas.

O governo dos indivíduos nunca é uma questão de tudo ou nada. Em todas as sociedades, há processos de fortalecimento e enfraquecimento das capacidades de governo que nenhum diagnóstico simplista ou unilateral pode compreender. O governo dos indivíduos é exercido de uma forma ou de outra, mas sempre é exercido. Daí a importância de distinguir entre as situações, de não confundir o que é observado no trabalho com o que é observado na família ou na escola, de reconhecer a diversidade

de transformações observáveis em termos de autoridade, dominação ou poder, controle, crenças e hierarquias.

Entretanto, a situação contemporânea não deve nos levar a ignorar a principal mudança histórica que analisamos neste livro: *a modificação dos pesos específicos entre controles, crenças e hierarquias*. Muito esquematicamente, o governo dos indivíduos foi inicialmente exercido principalmente a partir de hierarquias naturalizadas (Deus, o Rei, o Pai) e por meio de sistemas de justificação grandes e monolíticos. Em um segundo momento, que coincide em grande parte com o advento da modernidade, foram as crenças que desempenharam um papel decisivo: primeiro por meio de grandes sistemas ideológicos, depois por meio de incessantes lutas hegemônicas. As principais teorias clássicas de autoridade, dominação ou poder foram produzidas nesse contexto. Por fim, nas últimas décadas, os controles tenderam a se tornar o epicentro do novo governo dos indivíduos: mecanismos factuais, avaliações, algoritmos, procedimentos de sanção, impedimentos práticos, controles sociais informais, análise de traços, reconhecimento facial e assim por diante.

Nesse contexto, em termos gerais – apenas em termos gerais e tendenciais –, pode-se dizer que a situação é menos angustiante, no que diz respeito ao exercício do governo dos indivíduos, quando se podem estabelecer formas ativas de controle (pressões sociotécnicas, organizacionais, informais) capazes de compensar, pelo menos parcialmente, as mudanças ocorridas no nível das crenças ou do respeito às hierarquias. Desde que re-

conheçamos que todas as sujeições, assim como os protestos, operam, todas e cada uma, em meio a uma vida social dotada de uma elasticidade irredutível.

As três principais transformações que analisamos neste estudo (em controles, crenças e hierarquias) problematizam de maneiras muito diferentes o governo dos indivíduos em diferentes esferas sociais. Se a autoridade é globalmente minada, a dominação enfrenta novas formas de resistência e desafio, enquanto as assimetrias de poder estão se tornando mais difundidas.

Na sociedade contemporânea, o governo dos indivíduos não é um jogo de soma zero entre sujeição e emancipação, mas o resultado plural de uma série de coconstruções e dinâmicas diferentes. Se isso desqualifica qualquer visão unilateral e monolítica, ao mesmo tempo, o novo governo dos indivíduos também não é homogeneamente equidistante entre emancipação e sujeição. Dependendo dos atores e das áreas, as equações variam profundamente, o que, por sua vez, gera diferentes medos coletivos. Daí a constante complexidade concreta das situações e a necessidade de romper com as falsas ilusões do triunfo unilateral da sujeição total ou da confiança nas capacidades irredutíveis da contestação.

As sociedades são históricas e contingentes. Nem a expansão da sujeição nem o desenvolvimento da liberdade são destinos necessários. É com uma consciência aberta às possibilidades, sem garantias nem fatalismo, que podem ser forjadas, com preocupações justas, as promessas coletivas.

Bibliografia

ABERCROMBIE, Nicholas; HILL, Stephen; TURNER Bryan S. *La tesis de la ideología dominante* [1980]. Madrid: Siglo XXI, 1987.

ABERCROMBIE, Nicholas; HILL, Stephen; TURNER Bryan S. *Sovereign Individuals of Capitalism*. London: Allen and Unwin, 1986.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. *El pasillo estrecho.* Santiago: Ediciones Deusto, 2019.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *La dialectique de la Raison* [1947]. Gallimard Paris, 1974.

AGAMBEN, Giorgio. *État d'exception*. Paris: Seuil, 2003.

_____ . *Il Regno e la Gloria.* Vicenza: Neri Pozza, 2007a.

_____ . *Qu'est-ce qu'un dispositif?* Paris: Payot et Rivages, 2007b.

AGLIETTA, Michel. *Le capitalisme de demain.* Paris: Notes de la Fondation Saint Simon, n°101, 1998.

ALBERT, Michel. *Capitalisme contre capitalisme.* Paris: Seuil, 1991.

ALOJÍN DE LOSADA, Cristóbal; ARAYA, L. Eduardo. "Practicas políticas y formación de ciudadanía". *In:* Eduardo Cavieres F., Cristóbal Alojín de Losada (eds.). *Perú-Chile/Chile-Perú*, 1820-1920 [2005], Lima: Fondo Editorial de la UNMSM, 2006, p.167-229.

ALTER, Norbert. *L'innovation ordinaire*. Paris: P.U.F., 2000.

ALTHUSSER, Louis. "Idéologie et appareils idéologiques d'Etat" [1970]. *In: Sur la reproduction.* Paris: P.U.F., 1995.

ALTMAN, Daniel. *Connected: 24 hours in the global economy*. New York: Farrar, Strauss and Giraux; LLC, 2007.

AMABLE, Bruno. *Les cinq capitalismes.* Paris: Seuil, 2005.

AMIECH, M., VAURY, O. "Déréglementer, c'est faire jouer la concurrence, et donc faire baisser les prix". *In: Les éconoclastes.* Paris: La Découverte, 2004.

ANDERSON, Benedict, *L'imaginaire national* [1983]. Paris: La Découverte, 2006.

ANDERSON, Chris. "The End of Theory: The Data Deluge Makes the Scientific Method Obsolete", *Wired*, vol.16, n.7, 2008.

ANDERSON, Perry. *Comment les Etats-Unis ont fait le monde à leur image.* Marseille: Agone, 2015.

ANNINO, Antonio (coord.). *Historia de las elecciones en Iberoamérica, siglo XIX*. Buenos Aires: F.C.E., 1995.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large*. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 1996.

ARAUJO, Kathya. *Habitar lo social.* Santiago: LOM Ediciones, 2009.

_____ . *El miedo a los subordinados*, Santiago, LOM Ediciones, 2016.

_____ . (dir.). *Las calles. Santiago*: LOM Ediciones, 2019a.

_____ . (dir.). *Hilos tensados.* Santiago: Editorial USACH, 2019b.

_____ . *¿Cómo estudiar la autoridad?* Santiago: Editorial USACH, 2021.

ARAUJO, Kathya; MARTUCCELLI, Danilo. *Desafíos comunes*. Santiago: LOM Ediciones, 2012, 2 tomos.

_____ . "Beyond Institutional Individualism. Agentic Individualism and Individuation Process in Chilean Society", *Current Sociology*, January 2014, v. 62, n.1, p.24-40.

ARENDT, Hannah. *Los orígenes del totalitarismo* [1951]. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

_____ . *Condition de l'homme moderne* [1958]. Paris: Pocket, 1994.

_____ . *Essai sur la révolution* [1963]. Paris: Gallimard, 1985.

_____ . *Entre el pasado y el futuro.* Madrid: Península, 1996.

ARON, Raymond. *L'opium des intellectuels*. Paris, Gallimard, 1968.

ARROUS, Jean, *Les théories de la croissance économique.* Paris: Seuil, 1998.

ASTIER, Isabelle. *Les nouvelles règles du social.* Paris: P.U.F., 2007.

AUBERT, Nicole; GAULEJAC, Vincent de. *Le coût de l'excellence*. Paris: Seuil, 1991.

AUBERT, Nicole; HAROCHE Claudine (éds.). *Les tyrannies de la visibilité*. Toulouse: Erès, 2011.

AUYERO, Javier. *Pacientes del Estado*. Buenos Aires: Eudeba, 2013.

AUYERO, Javier; BERTI, María Fernanda. *La violencia en los márgenes.* Buenos Aires: Katz Editores, 2013.

BABB, Sarah. *Managing Mexico.* Princeton: Princeton University Press, 2001.

BAIROCH, Paul. *Mythes et paradoxes de l'histoire économique* [1993]. Paris: La Découverte/Syros, 1999.

BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. *Les jeunes dans la compétition culturelle*. Paris: P.U.F., 1995.

BAKHTIN, Mikhail. *La cultura popular en la Edad Media y el Renacimiento* [1941]. Barcelona: Barral, 1974.

BALANDIER, Georges. *Le pouvoir sur scènes*. Paris: Balland, 1980.

_____ . *Le désordre*. Paris: Fayard, 1988.

BALAZS, Etienne. *La bureaucratie céleste*. Paris: Gallimard, 1968.

BALAZS, G.; FAGUER, J.-P. "L'évaluation: un outil au service des politiques des entreprises". *In:* Bureau, M.-Ch.; Marchal E. (éds.). *Au risque de l'évaluation*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaire du Septentrion, 2005, p.53-72.

BALIBAR, Etienne. *La proposition d'égaliberté* [2010]. Paris: P.U.F., 2012.

BARICCO, Alessandro. *The Game* [2018]. Barcelona: Anagrama, 2019.

BARRERE, Anne. "Un nouvel âge du désordre scolaire: les enseignants face aux incidents", *Déviance et Société*, v.26, n.1, 2002, p.3-19.

_____ . *Travailler à l'école*. Rennes: P.U.R., 2003.

_____ . "Ce que fait l'évaluation aux établissements scolaires. Une année ordinaire dans un collègue d'éducation prioritaire", *Ethnologie française*, XL, 1, 2010, p.141-149.

_____ . *L'éducation buisonnière*. Paris: Armand Colin, 2011.

_____ . *Ecole et adolescence*. Bruxelles: De Boeck Education, 2013.

BARRERE, Anne; MARTUCCELLI, Danilo. *Le roman comme laboratoire*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaire du Septentrion, 2009.

BATAILLE, Philippe: *Un cancer et la vie*. Paris: Balland, 2003.

_____ . *A la vie, à la mort*. Paris: Autrement, 2012.

BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. *Le niveau monte*. Paris: Seuil, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Freedom*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

_____ . *Modernity and the Holocaust*. Oxford: Polity Press, 1989.

_____ . *Culture as praxis*. London; Sage Publications, 1999.

_____ . *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press, 2000.

_____ . *Vida de consumo*, México, Fondo de Cultura Económico, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. *Le deuxième sexe* [1949]. Paris: Gallimard, 1986, 2 tomos.

BEC, Colette. *La sécurité sociale*. Paris: Gallimard, 2014.

BECK Ulrich. *La sociedad del riesgo* [1986]. Barcelona: Paidos, 1998.

_____ . *What is globalization?* [1997]. Oxford: Blackwell, 2000.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *Individualization.* London: Sage, 2002.

BECK, Ulrich. GIDDENS, Anthony. LASH, Scott. *Reflexive Modernization.* Cambridge: Polity Press, 1994.

BELL Daniel, *The End of Ideology*, Glencoe, Ill. The Free Press, 1960.

_____ . *Las contradicciones culturales del capitalismo* [1976]. Madrid: Alianza, 1982.

_____ . *The China Model.* Princeton: Princeton University Press, 2015.

BÉNICHOU, Paul. *Morales du grand siècle* [1948]. Paris: Gallimard, 1988.

BERGER, Peter ; KELLNER, Hansfried. "Le mariage et la construction de la réalité" [1964]. *In:* Peter Berger; Thomas Luckmann. *La construction sociale de la réalité* [1966]. Paris: Armand Colin, 2006.

BERTHELOT, Jean-Michel. *Ecole, orientation, société*. Paris: P.U.F., 1993.

BIGO, Didier. "Sécurité maximale et prévention? La matrice du futur antérieur et ses grilles". *In:* Barbara Cassin (dir.). *Derrière les grilles*. Paris: Mille et une nuits, 2014.

BLONDIAUX, Loïc. *La fabrique de l'opinion*. Paris: Seuil, 1998.

BLUMEMBERG, Hans; *La légitimité des Temps modernes* [1966]. Paris: Gallimard, 1999.

BOLTANSKI, Luc. *L'amour et la justice comme compétences*. Paris: Métailié, 1990.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

BOUDON, Raymond. *L'idéologie*. Paris: Fayard, 1986.

BOURDIEU Pierre. *La distinction*. Paris: Minuit, 1979.

_____ . *La noblesse d'Etat*. Paris: Minuit, 1989.

_____ . *Sur la télévision*. Paris: Raisons d'agir, 1997.

_____ . *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.

_____ . *Sur l'État*. Paris: Seuil, 2012.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction*. Paris: Minuit, 1970.

BOUTINET, Jean-Pierre. *L'immaturité de la vie adulte*. Paris: P.U.F., 1999.

BOYER, Robert. *Economie politiques des capitalismes*. Paris: La Découverte, 2015.

BOZON, Michel. *Sociologie de la sexualité*. Paris: Armand Colin, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Grammaires des civilisations* [1963]. Paris: Flammarion, 1993.

BRAVERMAN, Harry. *Trabajo y capital monopolista* [1974]. México: Nuevo Tiempo, 1978.

BREEN, Richard; ROTTMAN, David B. "Is the National State the Appropriate Geographical Unity for Class Analysis?", *Sociology*, n.32, 1998, p.1-21.

BRENNER, Ana Karina. "Socialização política nos percursos de jovens militantes de partidos políticos". *In:* Paulo Carrano; Osmar Fávero (orgs.). *Narrativas juvenis e espaços públicos*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014.

BRÖCKLING, Ulrich. *The Entreprenurial Self* [2007]. London: Sage Publications, 2015.

BRONNER, Gerald. *La démocratie des crédules*. Paris: P.U.F, 2013.

BROSTEIN, Serge. "Les grilles de notation financière". *In:* Barbara Cassin (dir.). *Derrière les grilles*. Paris: Mille et une nuits, 2014.

BROWNING, Christopher. *Des hommes ordinaires*. Paris: Les Belles Lettres, 1994.

BRUNNER, José Joaquín. *América Latina: cultura y modernidad*. México: Editorial Grijalbo, 1992.

BRUNO, Fernanda. "Grilles de nos traces sur internet". *In:* Barbara Cassin (dir.), *Derrière les grilles*. Paris: Mille et une nuits, 2014.

BRUSTIER, Gaël. *Le Mai 68 conservateur*. Paris: Cerf, 2014.

BURAWOY, Michael. *Manufacturing Consent*. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

BURNHAM, James. *L'ère des organisations* [1941]. Paris: Calmann-Lévy, 1948.

BUSCATTO, Marie. "Les centres d'appels, usines modernes? Les rationalisations paradoxales de la relation téléphonique", *Sociologie du travail*, n.1, v.44, janvier-mars 2002, p.99-117.

BUTLER, Judith. *Vie précaire* [2004]. Paris: Editions Amsterdam, 2005.

_____ . *Dar cuenta de sí mismo* [2005]. Buenos Aires, Amorrortu, 2009.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yves. *Agir dans un monde incertain*. Paris: Seuil, 2001.

CAMUS, Albert. *L'homme révolté*. Paris: Gallimard, 1951.

CARDON, Dominique. *La démocratie internet*. Paris: Seuil-La République des idées, 2010.

_____ . *A quoi rêvent les algorithmes?* Paris: Seuil-La République des idées, 2015.

CARDON, Dominique; GRANJON, Fabien. "Médias alternatifs et radicalisation de la critique". *In:* Annie Collovald; Brigitte Gaïti (éds.). *La démocratie aux extrêmes*. Paris: La Dispute, 2006.

_____ . *Médiactivistes*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Po, 2013.

CASTEL, Robert. *La gestion des risques*. Paris: Minuit, 1981.

_____ . *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.

CASTELLS, Manuel. *L'ère de l'information*, t-1, *La société en réseaux.* Paris: Fayard, 1998.

_____ . *L'ère de l'information*, t-2, *Le pouvoir de l'identité*. Paris: Fayard, 1999a.

_____ . *L'ère de l'information*, t-3, *Fin de millénaire*. Paris: Fayard, 1999b.

_____ . *La galaxie internet.* Paris: Fayard, 2002.

_____ . *Globalización, desarrollo y democracia: Chile en el contexto global.* Santiago: F.C.E., 2005.

_____ . *Communication et pouvoir* [2009]. Paris: Editions de la MSH, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. "La révolution prolétarienne contre la bureaucratie" [1953]. *In: La société bureaucratique.* T-II. Paris: Unions générale d'éditions, 1973.

CASTORIADIS, Cornelius: *L'institution imaginaire de la réalité*. Paris: Seuil, 1975.

CAYROL, Roland. *Médias et démocratie, la dérive*. Paris:, Presses des Sciences Po, 1997.

CAZEAUX, Guillaume. *Odysée 2.0.* Paris: Armand Colin, 2014.

CEFAÏ, Daniel. *Pourquoi se mobilise-t-on?* Paris: La Découverte/M.A.U.S.S., 2007.

CERTEAU, Michel de. *L'invention du quotidien*, v.1, *Arts de faire*. Paris: Union générale d'Editions,1980.

CFDT. *Le travail en questions*. Paris: Syros, 2001.

CHAMAYOU, Grégoire. *Théorie du drone.* Paris: La Fabrique, 2013.

CHATEAURAYNAUD, Francis. "Les lanceurs d'alerte et la loi", *Experts*, 83, 2009, p.44-47.

CHAUMIER, Serge,. *La déliaison amoureuse.* Paris: Armand Colin, 1999.

_____. *L'amour fissionnel*. Paris: Fayard, 2004.

CHAUVEL, Louis. *Le destin des générations.* Paris: P.U.F., 1998.

_____. *La spirale du déclassement.* Paris: Seuil, 2016.

JARDIM, Maria Chaves;, PAOLIELLO, Renata Medeiros. "Abandono, solidão e desistência do amor: o racismo como elemento excludente de mulheres pretas no mercado do afeto", *Tomo*, n.41 jul./dez. 2022, p.87-126.

CHAZEL, François. "Pouvoir, structure et domination", *Revue française de sociologie*, 24, 3, 1983, p.369-393.

CHESNAIS, Jean-Claude. *Histoire de la violence*. Paris: Pluriel, 1981.

CHESTERMAN, Simon (ed.). *Civilians in War*. Boulder Co., Lynne Rieder, 2001.

CHIAPELLO, Eve; GILBERT, Patrick; "La gestion comme technologie . économique". *In:* Philippe Steiner, François Vatin (éds.). *Traité de sociologie économique.* Paris, P.U.F., 2009.

CITTON, Yves (éd.). *L'économie de l'attention*. Paris: La Découverte, 2014.

COCHOY, Franck. *Une histoire du marketing.* Paris: La Découverte, 1999.

_____ . "Faut-il abandonner la politique aux marchés? Réflexions autour de la consommation engagée", *Revue française de socio-économie,* n.1, premier semestre, 2008, p.107-129.

COHEN, Elie. *La tentation hexagonale.* Paris: Fayard, 1996.

COHEN, Yves. *Le siècle des chefs.* Paris: Editions Amsterdam, 2013.

COLLINS, Randall, *Cadenas de rituales de interacción* [2005]. Barcelona: Anthropos, 2009.

COLOMBO, Enzo. REBUGHINI, Paola. *La medicina che cambia*. Bologna: Il Mulino, 2003.

COMMAILLE, Jacques. *Les stratégies des femmes.* Paris: La Découverte, 1993.

CONEIN, Bernard; JACOPIN, Eric. "Action située et cognition. Le savoir en place", *Sociologie du travail*, n.4, 1994, p.475-500.

CORIAT, Benjamin. *Penser à l'envers.* Paris: Christian Bourgois, 1991.

COSSART, Paula. *Le meeting politique*, Rennes, P.U.R., 2010.

COURPASSON, David. *L'action contrainte.* Paris: P.U.F., 2000.

COURPASSON, David; THOENIG, Jean-Claude. *Quand les cadres se rebellent.* Paris: Vuibert, 2008.

COUSIN, Olivier. "Les ambivalences du travail. les salariés peu qualifiés dans les centres d'appels". *Sociologie du Travail*, 2002, n.44 (4), p.499/521.

_____ . *Les cadres: grandeur et incertitude.* Paris: L'Harmattan, 2004.

CRISTI, Renato. *El pensamiento político de Jaime Guzmán* [2000]. Santiago: LOM Ediciones, 2011.

_____ . "Los intelectuales y las ideologías de derecha en el siglo XX". *In:* Iván Jaksic; Susana Gazmuri (eds.). *Historia política de Chile, 1810-2010*, t-IV. *Intelectuales y pensamiento político.* Santiago de Chile: Universidad Adolfo Ibáñez-FCE, 2018.

CRISTI, Renato; RUIZ-TAGLE, Pablo; *El constitucionalismo del miedo.* Santiago: LOM Ediciones, 2014.

CROUCH, Colin. *Posdemocracia* [2003]. Madrid: Taurus, 2004.

_____ . *The Strange non-Death of Neoliberalism.* Cambridge: Polity Press, 2011.

CROZIER, Michel. *Le phénomène bureaucratique.* Paris: Seuil, 1963.

_____ . *La société bloquée.* Paris: Seuil, 1970.

CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. *L'acteur et le système.* Paris: Seuil, 1977.

DA EMPOLI, Giuliano. *Les ingénieurs du chaos.* Paris: J.C.Lattès, 2019.

DAHL, Robert A. *Polyarchy.* New Haven: Yale University Press, 1971.

DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde.* Paris: La Découverte, 2009.

DAVEZIES, Laurent. *Le nouvel égoïsme régional.* Paris: Seuil-La République des idées, 2015.

DAYAN-HERZBRUN, Sonia: "Production du sentiment amoureux et travail des femmes", *Cahiers internationaux de sociologie*, LXXII, 1982, p.114-130.

DEBORD, Guy. *La société du spectacle* [1967]. Paris: Gallimard, 1992.

DEERE, Carmen Diana. "The Practice of Latin American Studies: Dilemmas of Scholarly Communication", *Lasa Forum* 493, 2018 Kalman Silvert Lecture, p.7-23.

DELAMAZA, Gonzalo. *Tan cerca tan lejos.* Santiago: LOM Ediciones, 2005.

DELEUZE, Gilles. "Post-scriptum sur les sociétés de contrôle". *In: Pourparlers.* Paris: Minuit,1990.

DÉLOYE, Yves. *Sociologie historique du politique.* Paris: La Découverte, 2013.

DELPHY, Christine. *L'ennemi principal*, t-1. Paris: Syllepse, 1999.

_____ . *L'ennemi principal*, t-2. Paris: Syllepsie, 2001.

DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture.* Paris: Gallimard, 2005.

DI LEO, Pablo Francisco; CAMAROTTI, Ana (orgs.). *"Quiero escribir mi historia": vida de jóvenes en barrios populares.* Buenos Aires: Biblos, 2013.

DIAMOND, Jared. *Effondrement* [2005]. Paris: Gallimard, 2006.

DIXON, Keith. *Les évangélistes du marché.* Paris: Editions d'agir, 1998.

DONALD, James. "Faros del futuro: enseñanza, sujeción y subjetivación" [1985]. *In:* Jorge Larrosa (ed.). *Escuela, poder y subjetivación.* Madrid: La Piqueta, 1995.

DONNAT, Olivier. *Les pratiques culturelles des Français à l'ère du numérique.* Paris: La Découverte/Ministère de la Culture et de la communication, 2009.

DUBET, François. *La galère.* Paris: Fayard, 1987.

_____ . *Sociologie de l'expérience.* Paris: Seuil, 1994.

_____ . *Le déclin de l'institution.* Paris: Seuil, 2002.

_____ . *Injustices.* Paris: Seuil, 2006.

DUBET François *et al. Pourquoi moi?* Paris: Seuil, 2013.

DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. *En la escuela* [1996], Buenos Aires, Losada, 1998.

_____ . *¿En qué sociedad vivimos?* [1998]. Buenos Aires: Losada, 2000.

DUHAIME, Guillaume. *La vie à crédit.* Québec: Les Presses de l'Université de Laval, 2003.

DULAC, Germain. "Masculinité et intimité", *Sociologie et sociétés*, 2003, v.XXXV, n.2, p.9-34.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Crise et sortie de crise, ordre et désordres néolibéraux.* Paris: P.U.F., 2000.

DUPUY, Jean-Pierre. *Pour un catastrophisme éclairé.* Paris: Seuil, 2002.

DURAND, Cédric. *Techno-féodalisme.* Paris, La Découverte, 2020.

DURAND, Francisco. *La captura corporativa del Estado en América Latina.* Berlin: Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin, 2019.

DURAND, Jean-Pierre. *La chaîne invisible.* Paris: Seuil, 2004.

DURKHEIM, Emile. *L'éducation morale* [1925]. Paris: P.U.F., 1992.

DURU-BELLAT, Marie. *Les inégalités sociales à l'école.* Paris: P.U.F., 2002.

DUVOUX, Nicolas. *L'avenir confisqué.* Paris: Puf, 2023.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados* [1964]. Barcelona: Lumen, 1965.

EHRENBERG, Alain. *Le culte de la performance*. Paris: Calmann-Lévy, 1991.

_____ . *La fatigue d'être soi.* Paris: Odile Jacob, 1998.

_____ . *La mécanique des passions.* Paris: Odile Jacob, 2018.

_____ . *L'Amérique pauvre* [2001]. Paris: Grasset, 2004.

EID, Georges (éd.). *L'intimité ou la guerre des sexes.* Paris: L'Harmattan, 2001.

ELIAS, Norbert. *La société de cour* [1933]. Paris: Flammarion, 1985.

_____ . *El proceso de civilización* [1939]. México: F.C.E., 1987.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Sport et civilisation*. Paris: Fayard, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *The Established and the Outsiders*. London; Sage Publications, 1965.

ELSTER, Jon. *Ulysses and the Sirens.* Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

ERIKSON, Erik. *Identity and the Life-cycle.* London: Norton, 1959.

ESCALANTE GONZALBO, Fernando: *Historia mínima del neoliberalismo.* Madrid: Turner, 2016.

ESCOBAR, Arturo. *Sentirpensar con la tierra.* Medellín: UNAULA, 2014.

ESPING-ANDERSEN, Gösta. *Les trois mondes de l'Etat-providence* [1990]. Paris: P.U.F., 1999a.

_____ . *Social Foundations of Postindustrial Economies.* Oxford: Oxford University Press, 1999b.

ESPOSITO, Roberto. *Immunitas.* Turin: Giulio Einaudi Editore, 2002.

_____ . Turin, Giulio Einaudi editore, 2004.

_____ . *Les catégories de l'impolitique.* Paris: Seuil, 2005.

EVANS, Peter B.; SEWELL, William J. Jr. "Neoliberalism: Policy Regimes, International Regimes and Social Effects". *In:* Peter A. Hall; Michèle Lamont (eds.); *Social Resilience in the Neoliberal Era.* Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

FAIRBANK, John K. GOLDMAN, Merle. *Histoire de la Chine* [2006]. Paris: Tallandier, 2013.

FALUDI, Susan. *Backlash* [1991]. Paris: Des Femmes, 1993.

FARDELLA-CISTERNAS, Carla; SISTO CAMPOS, Vicente; JIMÉNEZ, VARGAS, Felipe. "La transformación de la universidad y los dispositivos de cuantificación", *Estudios de Psicología*, julio-setiembre 2017, p.435-448.

FASSIN, Didier. *Quand les corps s'en souviennent.* Paris: La Découverte, 2006.

FASSIN, Didier. *Punir.* Paris: Seuil, 2017.

FEBVRE, Lucien. *Le problème de l'incroyance au XVI siècle* [1942]. Paris: Albin Michel, 2003.

FELSKI, Rita, *The Gender of Modernity.* Cambridge: Harvard University Press, 1995.

FERRERO, Guglielmo. *Pouvoir: les génies invisibles de la Cité* [1942]. Paris: Le Livre de Poche, 1988.

FFRENCH-DAVIES, Ricardo. *Chile entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad.* Santiago: J.C. Sáez Editor, 2008.

FIGUEROA, Víctor. "¿Hacia el fin del trabajo?", *Nueva Sociedad,* n.279, enero-febrero 2019, p.49-61.

FINLEY, Moses I. *Démocratie antique et démocratie moderne* [1976]. Paris: Payot, 2003.

FLICHY, Patrice. "Internet et le débat démocratique", *Réseaux*, n.150, 2008, pp.159-185.

_____ . *Le sacre de l'Amateur.* Paris: Seuil-La République des idées, 2010.

FOESSEL, Michäel. *La privation de l'intime.* Paris: Seuil, 2008.

FORNEL, Michel de; OGIEN, Albert; QUERE, Louis (éds.). *L'éthnométhodologie.* Paris: La Découverte, 2001.

FOUCAULD, Jean-Baptiste; PIVETEAU, Denis. *Une société en quête de sens* [1995]. Paris: Odile Jacob, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la folie à l'âge classique.* Paris, Gallimard, 1961.

_____ . *Surveiller et punir.* Paris: Gallimard, 1975.

_____ . *Histoire de la sexualité*, t-1, *La volonté de savoir*, Paris, Gallimard, 1976.

_____ . "La gouvernementalité", in *Dits et écrits*, 1954-1988, t-III, Paris, Gallimard, 1994.

_____ . *"Il faut défendre la société".* Cours au collège de France de 1976, Paris, Hautes Etudes-Gallimard-Seuil, 1997.

_____ . *Naissance de la biopolitique.* Cours au Collège de France 1978-1979, Paris, Hautes Etudes-Gallimard-Le Seuil, 2004a.

_____ . Sécurité, territoire, population. Cours au collège de France (1977-1978), Paris, Hautes Etudes-Gallimard-Le Seuil, 2004b.

_____ . *Le courage de la vérité. Cours au Collège de France 1984*, Paris, Hautes Etudes-Gallimard-Le Seuil, 2009.

FOURQUET, François. *Penser la longue durée.* Paris, La Découverte, 2018.

FRANK, Thomas. *Pourquoi les pauvres votent à droite.* Marseille: Agone, 2013.

FREIDSON, Eliot. *Profesionalism, the Third Logic on the Practice of Knowledge.* Chicago: The Chicago University Press, 2001.

FRIEDAN, Betty. *La femme mystifiée* [1963]. Paris: Denoêl/Gonthier, 1964.

FRIEDBERG, Erhard. *Le pouvoir et la règle.* Paris: Seuil, 1993.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Liberté du choix.* Paris: P.Belfond, 1980.

FRIEDMAN, Thomas. *The Lexus and the Olive Tree.* New York: Farrar, Strauss and Giroux, 1999.

FROMM, Erich. *El miedo a la libertad* [1941]. Buenos Aires: Paidós, 2005.

FUKUYAMA, Francis. *Political Order and Political Decay.* London: Profile Books, 2014.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método* [1960]. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1997.

GADENNE, Emmanuel. *Le guide pratique du Quantified Self.* Paris: FYP Editions, 2012.

GADREY, Jean. JANY-CATRICE, Florence. *Les nouveaux indicateurs de richesse.* Paris: La Découverte, 2005.

GAGNON, John. *Les scripts de la sexualité.* Paris: Payot, 2008.

GALBRAITH, James. *L'Etat prédateur* [2008]. Paris: Seuil, 2009.

GALBRAITH, John K. *Le nouvel état industriel* [1967]., Paris: Gallimard, 1968.

_____ . *Les mensonges de l'économie.* Paris: Grasset, 2004.

GALLAND, Olivier. *Sociologie de la jeunesse.* Paris: Armand Colin, 2007.

GARCIA, Sandrine. "Les logiques de dé-professionnalisation des Universitaires. Le processus de Bologne", *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs*, n.7, 2008, p.197-215.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Consumidores y ciudadanos.* México: Grijalbo, 1995.

GARCÍA-PEÑALOSA, Cecilia. "Les inégalités dans les modèles macroéconomiques", *Revue de l'OFCE*, 2017-4, n.153, p.105-131.

GARCÍA SELGAS Fernando J., *Sobre la fluidez social,* Madrid, CIS, 2007.

GARLAND, David. *The Culture of Control.* Oxford: Oxford University Press, 2001.

GARRETÓN, Manuel Antonio. *El proceso político chileno.* Santiago: Flacso, 1983.

_____ . *La sociedad en la que vivi(re)mos.* Santiago: LOM Ediciones, 2000.

_____ . *Neoliberalismo corregido y progresismo limitado.* Santiago: ARCIS-CLACSO-PROSPAL, 2012.

GAUCHET, Marcel. *Le désenchantement du monde.* Paris: Gallimard, 1985.

_____ . "La droite et la gauche". *In:* Pierre Nora (éd). *Les lieux de mémoire*, t-III, *Les France 1. Conflits et partages.* Paris: Gallimard, 1992.

GAUCHET, Marcel; SWAIN, Gladys. *La pratique de l'esprit humain.* Paris: Gallimard, 1980.

GAULEJAC, Vincent de. *La société malade de la gestion.* Paris: Seuil, 2005.

GAYOL, Sandra. *Sociabilidad en Buenos Aires.* Buenos Aires: Ediciones del signo, 2000.

GIDDENS, Anthony. *Power, Property and the State*, vol 1., *A Contemporary Critique of Historical Materialism.* London: Macmillan,1981.

_____ . *La constitution de la société* [1984]. Paris: P.U.F., 1987.

_____ . *The Nation-State and Violence*, v.2, *A Contemporary Critique of Historical Materialism.* Cambridge: Polity Press, 1985.

GIDDENS, Anthony. *Modernity and Self-Identity.* Cambridge: Polity Press, 1991.

_____ . *La transformation de l'intimité* [1992]. Rodez: Le Rouergue/ Chambon, 2004.

_____ . *Les conséquences de la modernité* [1989].: L'Harmattan, 1994a.

_____ . "Living in a post-traditional society". *In:* Ulrich Beck; Anthony Giddens; Scott Lash. *Reflexive Modernization.* Cambridge: Polity Press, 1994b.

_____ . *The Third Way.* Cambridge: Polity Press, 1998.

GINZBURG, Carlo. *Le fromage et les vers* [1976]. Paris: Aubier, 2014.

GIRARD, René. *La violence et le sacré*. Paris: Grasset, 1972.

GODECHOT, Olivier. *Les traders.* Paris: La Découverte, 2001.

GOFFMAN, Erving. "Calmer le jobard: quelques aspects de l'adaptation à l'échec" [1952]. *In: Le parler frais d'Erving Goffman.* Paris: Minuit, 1989.

_____ . *La mise en scène de la vie quotidienne* [1959], t.1. Paris: Minuit, 1973.

_____ . *Asiles* [1961]. Paris: Minuit, 1968.

GOMÁ, Lanzón Javier. *Imitación y experiencia* [2003]. Madrid: Taurus, 2014.

GÓNGORA, Mario. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX.* Santiago: Editores La Ciudad, 1981.

GRAEBER, David. *Bullshit jobs.* Paris: Les Liens qui libèrent, 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Cahiers de Prison* (Cahiers 6-9). Paris: Gallimard, 1983.

_____ . *Cahiers de Prison* (Cahiers 14-18). Paris: Gallimard, 1990.

_____ . *Cahiers de Prison* (Cahiers 19-29). Paris: Gallimard, 1991.

GRAU, Olga et al. *Discurso, género y poder.* Santiago: Universidad Arcis/La Morada/LOM, 1997.

GRAZ, Jean-Christophe. *La gouvernance de la mondialisation.* Paris: La Découverte, 2008.

GROSS STEIN, Janine. *The Cult of Efficiency.* Toronto: House of Anansi Press Limited, 2002.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias* [1992]. México: F.C.E., 2014.

GUILLUY, Christophe. *No society.* Paris: Flammarion, 2018.

HABERMAS, Jürgen. *L'espace public* [1962]. Paris: Payot, 1993.

_____ . *Raison et légitimité* [1973]. Paris: Payot, 1978.

_____ . *Théorie de l'agir communicationnel* [1981]. Paris: Fayard, 1987, 2 tomos.

_____ . *Droit et démocratie* [1992]. Paris: Gallimard, 1997.

_____ . *Vérité et justification* [1999]. Paris:, Gallimard, 2001.

HAESLER, Aldo. *Hard Modernity.* Paris: Editions Matériologiques, 2018.

HALL, John A. *The Importance of Being Civil.* Princeton: Princeton University Press, 2013

HALL, Peter A.; LAMONT Michèle (eds.). *Social Resilience in the Neoliberal Era.* Cambridge, Cambridge University Press, 2013.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus.* Paris: Albin Michel, 2017.

HARCOURT, Bernard E. *La société d'exposition.* Paris: Seuil, 2020.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire.* Paris: Exils Editeurs, 2000.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism* [2005]. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HEINICH, Nathalie. *De la visibilité.* Paris: Gallimard, 2012.

HELD, David et al. *Global Transformations.* Stanford: Stanford University Press, 1999.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *Le Pèlerin et le converti.* Paris: Flammarion, 1999.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalization in Question.* London: Polity Press, 1996.

HOGGART, Richard. *La culture du pauvre* [1957]. Paris: Minuit, 1970.

HUGRÉE, Cédric; PENISSAT, Etienne; SPIRE, Alexis. *Les classes sociales en Europe.* Marseille: Agone, 2017.

HUNTINGTON, Samuel. *La tercera ola*. Barcelona: Paidós, 1994.

HUTTON, Will. *The World We're in* [2002]. London: Abacos, 2003.

HVISTENDHAL, Mara. "L'enfer du *social ranking*: quand votre vie dépend de la façon dont l'Etat vous note", *Médiapart*, 18 agosto 2018.

ILLOUZ, Eva. *Intimidades congeladas.* Buenos Aires: Katz, 2007.

JACOBS, Jane. *Muerte y vida de las grandes ciudades* [1961]. Madrid: Capitán Swing, 2011.

JAMIESON, L. *Intimacy.* London: Polity Press, 1998.

JAURÉGUIBERRY, Francis. *Les branchés du portable.* Paris: P.U.F., 2003.

JENSON, Jane; LEVI Ron. "Narratives and Regimes of Social and Human Rights: The Jack Pines of the Neoliberal Era". *In:* Peter A. Hall; Michèle Lamont (eds.). *Social Resilience in the Neoliberal Era.* Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

JONAS, Hans. *La créativité de l'agir* [1992]. Paris: Cerf, 1999.

_____ . *War and Modernity.* Cambridge: Polity Press, 2002.

_____ . *Le principe de responsabilité* [1979]. Paris: Flammarion, 2009.

JONES, Owen. *Chavs, la demonización de la clase obrera* [2010]. Madrid: Capitán Swing, 2012.

KAHNEMAN, Daniel; SIBONY, Oliver; SUNSTEIN, Cass R. *Ruido.* Buenos Aires: Debate, 2021.

KANTOROWICZ, Ernst. "Mystères de l'État: Un concept absolutiste et ses origines médiévales (bas Moyen Age)". *In: Mourir pour la patrie et autres textes* [1961], Paris, P.U.F., 1984.

KANTOROWICZ, Ernst. *Les deux corps du roi* [1957]. Paris: Gallimard, 1989.

KAUFMANN Jean-Claude, *La trame conjugale*, Paris, Nathan, 1992.

_____ . *Cuerpos de mujer, miradas de hombres* [1995]. Santiago: LOM Ediciones, 2011.

_____ . *La Femme seule et le prince charmant.* Paris: Nathan, 1999.

_____ . *Ego.* Paris: Nathan, 2001.

_____ . *Agacements.* Paris: Armand Colin, 2007.

KEEN, Andrew. *Le culte de l'amateur.* Paris, Seuil, 2008.

KEMPF, Hervé. *Comment les riches détruisent la planète.* Paris: Seuil, 2007.

KEPEL, Gilles. *La revanche de Dieu.* Paris: Seuil, 1991.

_____ . *Jihad.* Paris: Gallimard, 2000.

KERDELLANT, Christine. *Le prix de l'incompétence.* Paris: Dénoël, 2000.

KESSOUS, Emmanuel. *L'attention au monde.* Paris: Armand Colin, 2012.

KIROUAC, Laurie. *L'individu face au travail-sans-fin.* Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2015.

KLEIN, Naomi. *La doctrina del shock*. Barcelona: Paidós, 2007.

KOENIG, Gaspard. *La fin de l'individu.* Paris: Editions de l'Observatoire/ Humensis, 2019.

KOTRAS, Baptiste. *La voix du Web.* Paris: Seuil-La République des idées, 2018.

KRAUZE, Enrique. *El Pueblo soy Yo.* México: Penguin Random House, 2018.

KUNDERA, Milan. *L'art du roman.* Paris: Gallimard, 1986.

LA BOÉTIE, Etienne de. *Discours de la servitude volontaire* [1546-1548]. Paris, Payot, 1993.

LAÉ, Jean-François. *L'instance de la plainte.* Paris: Descartes & Cie, 1996.

LANDERRETCHE, Óscar M., *Vivir juntos.* Santiago: Penguin Random House, 2016.

LASCH, Christopher. *La culture du narcissisme* [1979]. Paris: Climats, 2000.

_____ . *The True and Only Heaven*, New York, W.W. Norton & Company, 1991.

_____ . *La révolte des élites et la trahison de la démocratie* [1996]. Paris: Flammarion, 2010.

LASCOUMES, Pierre; LE GALES, Patrick (dir.). *Gouverner par les instruments*. Presses des Sciences Po. Paris:2004.

LATOUR, Bruno, *Nous n'avons jamais été modernes.* Paris: La Découverte, 1991.

_____ . "Une sociologie sans objet? Remarques sur l'interobjectivité", *Sociologie du travail*, n.4, 1994, p.587-607.

_____ . *Changer de société, refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte, 2006.

_____ . *Où atterrir?* Paris: La Découverte, 2017.

LAUFER J. "Introduction". *In:* Boufartigue Paul (éd.). *Cadres: la grande rupture*, Paris, La Découverte, 2001.

LAVAU Georges. *A quoi sert le PCF?* Paris: Fayard, 1981.

LAZZARATO, Maurizio. *La fabrique de l'homme endetté.* Paris: Editions Amsterdam, 2011.

LE BART, Christian. *Ego-politique.* Paris: Armand Colin, 2013.

LEBARON, Frédéric, *La croyance économique.* Paris: Seuil, 2000.

LECHNER, Norbert. *Obras completas*, tomo 1. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

LECLERC, Gérard. *Le regard et le pouvoir.* Paris: P.U.F., 2006.

LEFORT, Claude. *L'invention démocratique*, Paris, Fayard, 1981.

_____ . *Essais sur le politique* (XIX-XX siècles). Paris: Seuil, 1986.

LEMIEUX, Cyril. *Mauvaise presse.* Paris: Métailié, 2000.

LEPOUTRE, David. *Cœur de banlieue.* Paris: Odile Jacob, 1997.

LÉVI, Giovanni. *Le pouvoir au village.* Paris: Gallimard, 1989.

LÉVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (éds.). *Histoire des jeunes en Occident*, t-2. Paris: Seuil, 1994.

LEVITSKY, Steven. ZIBLATT Daniel. *Cómo mueren las democracias.* Barcelona: Ariel, 2018.

LEVITT, Steven D.; DUBNER, Stephen J. *Freakonomics.* New York: William Morrow & Company, 2005.

LÉVY, Pierre. *Cyberdémocratie.* Paris: Odile Jacob, 2002.

LICOPPE, Christian. "Formes de la présence et circulation de l'expérience. De Jean-Jacques Rousseau au 'Quantified Self'", *Réseaux, novembre-décembre*, 2013, p.23-55.

LINHART, Danièle; LINHART, Robert. "Naissance d'un consensus, la participation des travailleurs". *In:* D. Bachet (éd.). *Décider et agir au travail.* Paris: Cesta, 1985.

LIPOVETSKY, Gilles. *L'ère du vide.* Paris: Gallimard, 1983.

LORDON, Frédéric. *La politique du capital.* Paris: Odile Jacob, 2003.

LUHMANN, Niklas. *Social Systems* [1984]. Stanford: Stanford University Press, 1995.

_____ . *La légitimation par la procédure.* Québec; Paris: Presses de l'Université Laval; Cerf, 2001.

_____ . *La réalité des médias de masse* [2004]. Paris: Diaphanes, 2012.

LUKÁCS, Georg. *Histoire et conscience de classe* [1923]. Paris: Minuit, 1960.

LYON, David. *The Electronic Eye*. Cambridge: Polity Press, 1994.

MACÉ, Eric. *La société et son double.* Paris: Armand Colin, 2006.

_____ . *L'Après-patriarcat.* Paris: Seuil, 2015.

MACPHERSON, C.B. *The Political Theory of Possessive Individualism.* Oxford: Oxford University Press, 1962.

MAIER. Corine. *Bonjour paresse.* Paris: Michalon, 2004.

MANIN, Bernard. *Principes du gouvernement représentatif.* Paris: Flammarion, 2012.

MANN, Michael. *The Sources of Social Power*, vol.1. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MANNHEIM, Karl. *Le problème des générations* [1928]. Paris: Armand Colin, 2011.

MAQUIAVELO, Nicolás. *El príncipe* [1532]. Madrid: Alianza, 2010.

MARCH, James G; OLSEN Johan P. *Rediscovering Institutions.* New York: The Free Press, 1989.

MARCUSE, Herbert. *Le marxisme soviétique* [1958]. Paris: Gallimard, 1963.

_____ . *L'homme unidimensionnel* [1964]. Paris: Minuit, 1968.

MARGALIT, Avishai. *La sociedad decente* [1996]. Barcelona: Paidós, 1997.

MARGLIN, Stephen. "Origines et fonction de la parcellisation des tâches. À quoi servent les patrons?". *In:* André Gorz (éd.). *Critique de la division du travail.* Paris: Seuil, 1973.

MARTINOTTI, Guido. S*ei lezioni sulla città.* Milano: Feltrinelli, 2017.

MARTUCCELLI, Danilo. *Décalages.* Paris: P.U.F., 1995.

_____ . *Sociologías de la modernidad* [1999]. Santiago: LOM Ediciones, 2014b.

_____ . *Dominations ordinaires*. Paris: Balland, 2001.

_____ . *Gramáticas del individuo* [2002]. Madrid: Losada, 2007b.

_____ . "Figures de la domination", *Revue française de sociologie*, 45-3, 2004a, p.469-497.

_____ . "Les imageries du pouvoir: de la rationalisation à la réactivité", *L'homme et la société*, n.152-153, avril-septembre 2004b, p.183-200.

_____ . *La consistance du social.* Rennes: P.U.R., 2005.

_____ . *Forgé par l'épreuve.* Paris: Armand Colin, 2006.

_____ . *Cambio de rumbo.* Santiago: LOM Ediciones, 2007a.

_____ . "La autoridad en las salas de clase. Problemas estructurales y márgenes de acción", *Diversia. Educación y sociedad*, n.1, abril 2009, p.99-128.

_____ . "Critique de la philosophie de l'évaluation", *Cahiers internationaux de sociologie*, v. CXXVIII-CXXIX, 2010a, p.27-52.

_____ . *¿Existen individuos en el Sur?* Santiago: LOM Ediciones, 2010b.

_____ . "Identité et exploitation au travail", *SocietaMutamentoPolitica*, v.4, n.8, 2013, p.35-48.

_____ . *Les sociétés et l'impossible.* Paris: Armand Colin, 2014a.

_____ . "Crítica de la autoridad factual. Por la administración de los hombres contra la administración por las cosas", *Revista de la Academia*, v.19, otoño 2015a (en línea).

_____ . "Esfera pública, movimientos sociales y juventud". *In:* Bernardo Sorj; Sergio Fausto (coord.). *Internet y movilizaciones sociales: transformaciones del espacio público y de la sociedad civil*, São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015b, p.61-102.

_____ . "O indivíduo, o amor e o sentido da vida nas sociedades contemporâneas". *Revista Estudos Avançados*, v.30, n.86, janeiro-abril 2016, p.147-166.

_____ . *La condition sociale moderne*, Paris, Gallimard, 2017a.

_____ . "Semánticas históricas de la vulnerabilidad", *Revista de Estudios sociales*, enero-marzo 2017b, n.59, p.125-133.

v "El largo octubre chileno. Bitácora sociológica". *In:* Kathya Araujo (ed.). *Hilos tensados.* Santiago: Editorial USACH, 2019.

_____ . *El estallido social en clave latinoamericana.* Santiago: LOM Ediciones, 2021.

_____ . "La incondicionalidad amorosa. Reflexiones para una teoría unificada del amor", Revista *Tomo*, n.41, jul/dez 2022, p.21-60.

_____ . *Las individualidades robadas de América Latina*, tomo 1. Santiago: LOM Ediciones, 2024b.

_____ . *Las individualidades robadas de América Latina*, tomo 3, Santiago. LOM Ediciones, 2024a.

_____ . *L'esprit de la modernité*, Paris, Puf, 2025.

MARTUCCELLI, Danilo; SANTIAGO, Jose, *El desafío sociológico hoy.* Madrid: CIS, 2017.

MARTUCCELLI, Danilo; SVAMPA, Maristella. *La plaza vacía.* Buenos Aires: Losada, 1997.

MARUANI, Margaret (dir.). *Travail et genre dans le monde.* Paris: La Découverte, 2013.

_____ . *Travail et emploi des femmes* [2000]. Paris: La Découverte, 2017.

MARX, Karl. *Le capital*, t-1 [1867]. Paris: Editions sociales, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *L'idéologie allemande* [1845]. Paris: Editions sociales, 1976.

MATTELART, Armand. VITALIS, André. *Le profilage des populations.* Paris: La Découverte, 2014.

MAYERN-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. *Big Data.* Boston; New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

MAYOL, Alberto; AHUMADA, José Miguel. *Economía política del fracaso.* Santiago: Ediciones el Buen Aire, 2015.

McNAIR, Brian. *Striptease Culture.* London: Routledge, 2002.

MEADOWS, Dennis *et al., Halte à a croissance?* Paris: Fayard, 1972.

MELUCCI, Alberto (ed.). *Altri Codici.* Bologna: Il Mulino, 1984.

MEMMI, Dominique. *Faire vivre et laisser mourir.* Paris: La Découverte, 2003.

MERTON, Robert K. *Eléments de théorie et de méthode sociologiques* [1949]. Paris: Plon, 1965.

METZGER, Jean-Luc. "Gestion et mondialisation. Entre colonisation, invention et métissage", *Recherches sociologiques et anthropologiques*, 2009-2, v. XL, p.1-10.

MEURET, Denis. Inégalités de bien-être dans les collèges. *Dossiers d'Education et Formations*, MEN-DEP, n.89, 1997.

MICHAUD, Yves. *La violence apprivoisée*. Paris: Hachette, 1996.

MICHELS, Robert. *Les partis politiques* [1914]. Paris, Flammarion, 1971.

MIGDAL, Joel S. *Estados débiles, Estados fuertes* [2001]. México D.F.: FCE, 2011.

MILGRAM, Stanley. *Soumission à l'autorité.* Paris: Calmann-Lévy, 1974.

MILLET, Kate. *La politique du mâle* [1970]. Paris, Stock, 1971.

MILLS, Charles Wright. *Les cols blancs* [1951]. Paris: Seuil, 1970.

_____ . *L'élite au pouvoir* [1956]. Paris: Maspero,1969.

MIRES, Fernando. *El malestar en la barbarie.* Caracas: Nueva Sociedad, 1998.

MISSIKA, Jean-Louis. *La fin de la télévision.* Paris: Seuil-La République des idées, 2006.

MONOD, Jean-Claude. *La querelle de la sécularisation.* Paris: Vrin, 2002.

_____ . *Qu'est-ce qu'un chef en démocratie?* Paris: Seuil, 2012.

MOORE, Barrington. *Injustice.* New York: M.E. Sharpe, 1978.

MORIN, Edgar. *Les stars* [1957]. Paris: Seuil, 1972.

_____ . *L'esprit du temps* [1962]. Paris: Le Livre de Poche, 1986.

_____ . *La métamorphose de Plozevet* [1967]. Paris: Le Livre de Poche, 1984.

MOULIAN, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito* [1997]. Santiago: LOM Ediciones, 1998a,

_____ . *El consumo me consume.* Santiago. LOM Ediciones, 1998b.

MULLER, Séverin. *A l'abattoir.* Paris: La Découverte, 2008.

MUNCK, Jean de. VERHOEVEN, Marie (éds.). *Les mutations du rapport à la norme.* Bruxelles: De Boeck, 1997.

MURARD, Numa. *La morale de la question sociale.* Paris : La Dispute, 2003.

MUXEL Anne (éd.). *La vie privée des convictions.* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2014.

NABOKOV, Vladimir. *Curso sobre el Quijote* [1983]. Barcelona: Ediciones B., 1997.

NAÍM, Moisés. *The End of Power* [2013]. New York: Basic Books, 2014.

NAMIAN, Dahlia ; KIROUAC, Laurie. "Narcissisme, estime de soi et société. Regard sociologique sur la dépathologisation d'un trouble controversé", *Sociologie*, 2015/3, v.6, p.279-296.

NAVARRO, Vicenç. "La lucha de clases a escala mundial" [2006], en *25 años de neoliberalismo.* Barcelona: Editorial Hacer, 2007, p.71-88.

NEUT, Pablo. *Contra la escuela.* Santiago: LOM Editores, 2019.

NOËLLE-NEUMANN, Elisabeth. *The Spiral of Silence.* Chicago: Chicago University Press, 1993.

O'DONNELL, Guillermo. *Disonancias.* Buenos Aires: Prometeo, 2007.

O'NEIL, Cathy. *Armas de destrucción matemática:* Madrid, Capitán Swing, 2017.

OFFE, Claus. *Contradictions of the Welfare State.* London: Hutchinson, 1984.

OGIEN, Albert. "La valeur sociale du chiffre. La qualification de l'action publique entre performance et démocratie", *Revue française de socio-économie*, n., 2010, p.19-40.

OGIEN, Albert; LAUGIER, Sandra. *Pourquoi désobéir en démocratie?* [2010]. Paris: La Découverte, 2011.

OGIEN, Albert; QUÉRÉ Louis. *Le vocabulaire de la sociologie de l'action.* Paris: Ellipses, 2005.

OHMAE, Kennichi. *The Borderless World.* New York: Harper Business, 1995.

OLSEN, Niklas. *The Sovereign Consumer.* Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2019.

OLSON, Mancur. *Logique de l'action collective.* Paris: P.U.F., 1978.

ORESKES, Naomi; CONWAY, Erik M. *Les marchands du doute* [2010]. Paris, Le Pommier, 2012.

ORLÉAN, André. *L'empire de la valeur.* Paris: Seuil, 2011.

OTERO, Marcelo. *Les règles de l'individualité contemporaine.* Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2003.

_____ . *L'ombre portée.* Montréal: Les Éditions du Boréal, 2012.

PAHL, Robert. *On Friendship:* London, Polity Press, 2000.

PAPALINI, Vanina. *Garantías de felicidad.* Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editores, 2015.

PARSONS, Talcott. *The Structure of Social Action* [1937]. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1949.

PARSONS Talcott. "The School Class as Social System: Some of its Function in American Society" [1959]. *In: Social Structure and Personality.* New York: The Free Press, 1964.

PARSONS, Talcott. *Sociological Theory and Modern Society.* New York: The Free Press, 1967.

PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract.* Cambridge; Oxford: Polity Press; Basil Blackwell, 1988.

PAULÍN, Horacio Luis. *"Ganarse el respeto".* Córdoba: U.N.C., 2019.

PEÑA, Carlos. *Lo que el dinero sí puede comprar.* Santiago: Taurus, 2017.

PERALVA, Angelina; MACÉ Eric. *Médias et violences urbaines.* Paris: La Documentation française, 2002.

PÉREZ ROA, Lorena. "Consumo, endeudamiento y economía doméstica: una historia en tres tiempos para entender el estallido social". *In:* Kathya Araujo (dir.). *Hilos tensados.* Santiago: Colección Idea, 2019.

PERRET, Bernard; ROUSTANG, Guy. *L'économie contre la société.* Paris, Seuil, 1993.

PESSIN, Alain. *L'imaginaire utopique aujourd'hui.* Paris: P.U.F., 2001.

PETTIT, Philip. *Républicanisme* [1997]. Paris: Gallimard, 2004.

PIKETTY, Thomas. *Le capital au XXI siècle.* Paris: Seuil, 2013.

_____ . PIKETTY, Thomas. *Capital et idéologie.* Paris: Seuil, 2019.

PIZZORNO, Alessandro. "Sur la rationalité du choix démocratique". *In:* Pierre Birnbaum; Jean Leca (éds.). *Sur l'individualisme.* Paris: Presses de Sciences Po, 1991.

PLIHON, Dominique: "Les grandes entreprises fragilisées par la finance". *In:* François Chesnais (ed.). *La finance mondialisée.* Paris: La Découverte, 2004.

PNUD. Informe de Desarrollo Humano en Chile. *Nosotros los chilenos: un desafío cultural.* Santiago: PNUD, 2002.

PODHORETZ, Norman. *The Norman Podhoretz Reader.* New York: The Free Press, 2003.

POLANYI, Karl. *La grande transformation* [1944]. Paris: Gallimard, 1983.

POSTMAN, Neil. *Se distraire à mourir.* Paris: Fayard, 2010.

POWER, Michael. *La société de l'audit* [1999]. Paris: La Découverte, 2005.

PROST, Alain. "Conclusions de la première journée". *In:* J. Cl. Emin; J.-L. Villeneuve (éds.). *Evaluer l'évaluation.* Paris: Editions Le Manuscrit, 2009.

RAMAUX, Christophe. *L'Etat social.* Paris: Mille et une nuits, 2012.

RAMOS, Claudio. *La transformación de la empresa chilena. Una modernización desbalanceada.* Santiago: Editorial Universidad Alberto Hurtado, 2009.

RAYNAUD, Philippe. *La politesse des Lumières.* Paris: Gallimard, 2013.

RAYOU, Patrick. *La Cité des lycéen.* Paris: L'Harmattan, 1998.

REINHART, Carmen M.; ROGOFF, Kenneth S. *This Time is Different.* Princeton: Princeton University Press, 2009.

RENAUT, Alain. *La fin de l'autorité.* Paris; Flammarion, 2004.

REYNIÉ, Dominique. *Les nouveaux populismes.* Paris: Pluriel, 2013.

RICHARD, Nelly. *Residuos y metáforas.* Santiago: Editorial Cuarto Propio, 1998.

RIEFFEL, Rémy. *Révolution numérique, révolution culturelle?* Paris: Gallimard, 2014.

RIESMAN, David *et al. La muchedumbre solitaria* [1951]. Barcelona: Paidós, 1981.

RIZZI, Bruno. L'U.R.S.S.: collectivisme bureaucratique. *La bureaucratisation du monde* [1939]. Paris: Champ Libre, 1977.

ROBLES, Fernando. *El desaliento inesperado de la modernidad.* Santiago: RIL Editores, 2000.

ROCHÉ, Sébastien. *Tolérance zéro?* Paris: Odile Jacob, 2002.

RODRIK, Dani (dir.). *In Search of Prosperity.* Princeton: Princeton University Press, 2003.

_____ . *One Economics, Many Recipes.* Princeton: Princeton University Press, 2007.

ROEMER, John. *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge, Harvard University Press, 1982.

ROJAS HERNÁNDEZ, Jorge. "La sociedad neoliberal", *Sociedad Hoy*, n.10, 2006, p.41-72.

ROSA, Harmut. *Accélération* [2005]. Paris: La Découverte, 2010.

ROSANVALLON Pierre, *Le libéralisme économique*, Paris, Seuil, 1989.

_____ . *L'Etat en France.* Paris: Seuil, 1990.

_____ . *La contre-démocratie.* Paris: Seuil, 2006.

_____ . *La légitimité démocratique.* Paris: Seuil, 2008.

_____ . *Le siècle du populisme.* Paris: Seuil, 2020.

ROTHÉ, Bertrand; MORDILLAT, Gérard. *Il n'y a pas d'alternative.* Paris: Seuil, 2011.

ROTHKOPF, David. *Superclass.* New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2008.

ROUSSEL, Louis. *La famille incertaine.* Paris: Odile Jacob, 1989.

ROY, Olivier. *L'islam mondialisé* [2002]. Paris: Seuil, 2004.

RUIZ, Carlos; BOCCARDO; Giorgio. *Los chilenos bajo el neoliberalismo.* Santiago: Ediciones el Buen Aire, 2015.

RUÍZ SCHNEIDER, Carlos. "Néolibéralisme et conservatisme dans la pensée politique de la droite chilienne", *Raison présente*, 88, 1988, p.81-102.

SABATO, Hilda. *Ciudadanía política y formación de las naciones.* México: El Colegio de México, 1999.

SACRISTE, Valérie. *Nos vies, nos objets.* Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2017.

SALAMA, Pierre. *Le défi des inégalités.* Paris: La Découverte, 2006.

SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. *Historia contemporánea de Chile*, tomo 1, *Estado, legitimidad, ciudadanía.* Santiago; LOM Ediciones, 1999a.

_____ . *Historia contemporánea de Chile*, tomo 2, *Actores, identidad y movimiento.* Santiago: LOM Ediciones, 1999b.

SALMON, Christian. *Storytelling.* Paris: La Découverte, 2007.

SANDEL, Michael J. *Ce que l'argent ne saurait acheter* [2012]. Paris: Seuil, 2014.

SARDIN, Eric. *La vie algorithmique.* Paris: L'Echappée, 2015.

SARLO, Beatriz. *La intimidad pública.* Buenos Aires: Seix Barral, 2018.

SARTORI, Giovanni. *¿Qué es la democracia?* [1993]. Madrid: Taurus, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. *L'être et le néant.* Paris: Gallimard, 1943.

_____ . *Critique de la raison dialectique* [1960], t-I. Paris: Gallimard, 1985.

SCHMIDTZ, David; GOODIN, Robert E. *Social Welfare and Individual Responsability.* Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SCHMITT, Carl. *La notion de politique* [1932]. Paris, Flammarion, 1992,

_____ . *Théologie politique.* Paris: Gallimard, 1988.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalisme, socialisme et démocratie* [1942]. Paris: Payot, 1984.

SCHÜTZ, Alfred. "Don Quichotte et le problème de la réalité" [1953]. *In: Essais sur le monde ordinaire.* Paris: Le Félin, 2007.

SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia* [1990]. México: Ediciones Era, 2000.

SCOTT, James C. *Petit éloge de l'anarchisme* [2012]. Québec: Lux, 2013.

SEN, Amartya, *Identité et violence.* Paris: Odile Jacob, 2007.

SENNETT, Richard. *Les tyrannies de l'intimité.* Paris: Seuil, 1979.

_____ . *Le travail sans qualités* [1998]. Paris, Albin Michel, 2000.

SHKLAR, Judith. "The Liberalism of Fear". *In:* Nancy L. Rosenblum (ed.). *Liberalism and the Moral Life.* Cambridge: Harvard University Press, 1989.

SIMIONI, Melchior; STEINER, Philippe. *La société du matching.* Paris, Presses de Sciences Po., 2024.

SIMMEL, George. *Sociologie* [1908]. Paris: P.U.F., 1999.

SINGLY, François de. *Fortune et infortune de la femme mariée* [1987]. Paris: P.U.F, 2002.

SINGLY, François de. "Les habits neufs de la domination masculine", *Esprit*, 1993, n.11, p.54-64.

_____ . *Libres ensemble.* Paris: Nathan, 2000.

_____ . *Les uns avec les autres.* Paris: Armand Colin, 2003.

_____ . *Les adonaissants.* Paris: A. Colin, 2006.

_____ . *L'injustice ménagère.* Paris: Armand Colin, 2007.

SKLAIR, Leslie. *The Transnational Capitalist Class.* Blackwell Publishing, 2001.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SORJ, Bernardo; MARTUCCELLI, Danilo. *El desafío latinoamericano: cohesión social y democracia.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

SPIRA, Alfred; BAJOS, Nathalie (éd.). *Les comportements sexuels en France.* Paris: La Documentation française, 1993.

SPOSITO, Marilia Pontes. "Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação", *Revista Brasileira de Educação*, jan.-abr. 2000, n.13, p.73-94.

STATIUS, Tomas. "'Cortège de tête' Comment définir le Black bloc", *Fondation Jean Jaurès*, 2 juillet 2018.

STECHER, Antonio; MORALES, Karol (eds.). *Plataformas digitales de trabajo en América Latina.* Santiago: LOM Ediciones, 2024.

STEINER, Philippe. *L'école durkheimienne et l'économie.* Genève; Paris: Dros, 2005.

_____ . *Les rémunérations obscènes.* Paris: Zones, 2001.

STIGLITZ, Joseph. *La grande désillusion* [2001]. Paris: Fayard, 2002.

_____ . *Quand le capitalisme perd la tête.* Paris: Fayard, 2003.

_____ . *Le triomphe de la cupidité* [2010]. Arles: Actes Sud, 2011.

STREECK, Wolfgang. *Du temps acheté* [2013]. Paris: Gallimard, 2014.

SUNSTEIN, Cass R.; THALER, Richard H. *Un pequeño empujón* [2008]. Madrid: Taurus, 2009.

SUPIOT, Alain. "La contractualisation de la société", *Le courrier de l'environnement*, n.43, mai 2001 (on line: www.inra.fr/dpenv/supioc43.htm).

TABBONI, Simonetta. *Costruire nel presente*. Milano: Franco Angeli, 1992.

TAGUIEFF, Pierre-André. *La revanche du nationalisme.* Paris: P.U.F., 2015.

TAHON, Marie-Blanche. *Sociologie des rapports de sexe*. Rennes: P.U.R., 2004.

TARDE, Gabriel. *L'opinion et la foule* [1901]. Paris:, P.U.F., 1989.

TAYLOR, Charles. *Modern Social Imaginaries*. Durham: Duke University Press, 2004.

TAYLOR, Charles. *L'âge séculier* [2007]. Paris: Seuil, 2011.

THÉVENOT, Laurent. "L'action comme engagement". *In: L'analyse de la singularité de l'action.* Paris: P.U.F., 2000.

THIS, I. "Le simulacre d'évaluation: un dispositif essentiel dans la destruction de l'enseignement supérieur et de la recherche". *In:* Jean-Claude Emin; Jean-Luc Villeneuve (éds.). *Evaluer l'évaluation.* Paris: Editions Le Manuscrit, 2009.

THUMALA, María Angélica. *Riqueza y piedad. El catolicismo de la élite chilena.* Santiago: Debate, 2007.

TILLY, Charles. *La France conteste.* Paris: Fayard, 1986.

_____ . *Contrainte et capital dans la formation de l'Europe*, 990-1990 [1990]. Paris: Aubier, 1992.

_____ . *Durable Inequality.* University of California Press, 1998.

TIRONI, Eugenio. *Crónica de viaje.* Santiago: Aguilar Chilena de Ediciones, 2006.

TIRONI, Martín. "Faire circuler des vélos et des personnes", *Revue d'anthropologie des connaissances*, 8 (1), 2014, p.179-219.

TODD, Emmanuel. *L'illusion économique* [1998]. Paris: Gallimard, 1999.

TOKMAN, Víctor E. *Una voz en el camino.* Santiago: F.C.E., 2004.

TOULMIN, Stephen. *Cosmopolis* [1990]. Chicago: Chicago University Press, 1992.

TOURAINE, *Alain. La conscience ouvrière.* Paris: Seuil, 1966.

_____ . *Production de la société.* Paris: Seuil, 1973.

_____ . *Vie et mort du Chili populaire.* Paris: Seuil, 1974.

_____ . *La parole et le sang.* Paris: Odile Jacob, 1988.

_____ . *Le monde des femmes.* Paris: Fayard, 2006.

_____ . *Penser autrement.* Paris: Fayard, 2007.

TOURAINE, Alain *et al., La prophétie anti-nucléaire.* Paris: Seuil, 1980.

TRONTO, Joan. *Un monde vulnérable* [1993]. Paris: La Découverte, 2009.

URRY, John. *Global Complexity.* London: Polity Press, 2003.

VEBLEN, Thorstein. T*héorie de la classe de loisir* [1899]. Paris: Gallimard, 1970.

VICUÑA, Manuel. *La belle époque chilena.* Santiago: Editorial Sudamericana, 2001.

VIGARELLO, Georges. *Histoire du viol (XVI-XX siècles).* Paris: Seuil, 2000.

VITALIS, André. "Le déni du politique". *In:* Serge Proulx; André Vitalis (éds.). *Vers une citoyenneté simulée.* Rennes: Apogée, 1999.

WACQUANT, Loïc. *Punir les pauvres.* Marseille: Agone, 2004.

WAGNER, Peter. *Liberté et discipline* [1994]. Paris: Métailié, 1996.

WALZER, Michael. *Sphères de justice* [1983]. Paris: Seuil, 1997.

WEBER Max. L*e savant et le politique* [1919]. Paris: Union Générale d'Editions, 1963.

WEBER, Max. *Economía y sociedad* [1922]. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

WHITAKER, Reg. *The End of Privacy.* New York: The Free Press, 1999.

WHYTE, William H. *L'homme de l'organisation* [1956]. Paris: Plon, 1959.

WIEVIORKA, Michel. *Sociétés et terrorisme.* Paris: Fayard, 1988.

WIEVIORKA, Michel *et al. La France raciste.* Paris: Seuil, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature.* Oxford: Oxford University Press, 1977.

WILLIS, Paul. *Learning to Labour.* Farnborough: England Saxon House, 1977.

WILTON, Tamsin. *(Dis)orientation. Gender, Sex, Desire and Self-fashioning.* New York: Palgrave Macmillan, 2004.

WIRTH, Louis. "Le phénomène urbain comme mode de vie" [1938]. *In: L'école de Chicago.* Paris: Aubier, 1984.

WOLTON, Dominique. *Eloge du Grand public.* Paris: Flammarion, 1990.

WOMACK, James P.; JONES, Daniel T.; ROSS, Daniel. *La máquina que cambió el mundo* [1990]. Madrid: McGraw-Hill, 1992.

ZARIFIAN, Philippe. "Travail, modulation et puissance d'action", *L'Homme et la société*, n.152-153, 2004, p.201-227.

ZINN, Howard. *Une histoire populaire des Etats-Unis.* Marseille: Agone, 2003.

ZOLL, Rainer. *Nouvel individualisme et solidarité quotidienne.* Paris: Editions Kimé, 1992.

ZUBOFF, Shoshana. *L'Âge du capitalisme de surveillance* [2019]. Paris: Zulma, 2020.

FUNDAÇÃO
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO